



**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MONICA BRUCKMANN

**OU INVENTAMOS OU ERRAMOS:
A NOVA CONJUNTURA LATINO-AMERICANA E O PENSAMENTO CRÍTICO**

NITERÓI

2011



O inventamos o erramos: La nueva
coyuntura latinoamericana y el
pensamiento crítico

Monica Bruckmann

Capa:
"Las manos de la Esperanza"
Oswaldo Guayasamín



**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MONICA BRUCKMANN

**OU INVENTAMOS OU ERRAMOS:
A NOVA CONJUNTURA LATINO-AMERICANA E O PENSAMENTO CRÍTICO**

NITERÓI

2011

MONICA BRUCKMANN

OU INVENTAMOS OU ERRAMOS:

A NOVA CONJUNTURA LATINO-AMERICANA E O PENSAMENTO CRÍTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: Teoria Política

ORIENTADOR: PROF. DR. GISÁLIO CERQUEIRA FILHO

NITERÓI

2011

MONICA BRUCKMANN

**OU INVENTAMOS OU ERRAMOS:
A NOVA CONJUNTURA LATINO-AMERICANA E O PENSAMENTO CRÍTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: Teoria Política.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho (orientador)

Profa. Dra. **Gizlene** Neder (examinadora interna)

Prof. Dr. **Carlos Walter** Porto Gonçalves (examinador interno)

Prof. Dr. **Aluizio** Alves Filho (examinador externo - UFRJ e PUC/RIO)

Prof. Dr. Pedro Cláudio **Cunca** B. Bocayuva Cunha (examinador externo IRI- PUC/RIO)

Prof. Dr. **Marcos** Costa Lima (UFPe - ANPOCS- suplente externo)

Prof. Dr. **Cláudio Gurgel** (UFF- suplente interno)

*El interés general está clamando por una reforma,
y la América está llamada por las circunstancias a emprenderla.
La América no debe imitar servilmente, sino ser original...
¿Dónde iremos a buscar modelos?
La América española es original;
Originales han de ser sus instituciones y su gobierno,
y originales los medios de fundar uno y otro.
O inventamos, o erramos.*

Simón Rodríguez
(1769-1854)

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é, em geral, parte de um esforço coletivo, chamesse este grupo de trabalho, escola de pensamento ou qualquer outra coletividade acadêmica ou científica. Este é um fato comum. Porém, o impacto dessas várias coletividades na minha própria pesquisa, desde quando esta era apenas um projeto, é tão profundo que poderíamos quase dizer que esta tese é um projeto de investigação coletiva de desenvolvimento individual.

Esta tese é produto não apenas dos quatro anos de doutorado que estão sendo concluídos, mas de mais de dez anos de intenso intercambio e debate intelectual e político dentro e fora da academia, através de diferentes espaços coletivos de reflexão e pesquisa nos quais tive o privilégio de participar. Estes me permitiram enriquecer e formular uma problemática teórica que foi sendo construída lentamente e muitas vezes à margem da minha própria vontade, mas enraizada num sentimento coletivo de busca de alternativas teóricas e políticas, num estado de ânimo, que José Carlos Mariátegui chamou “o espírito do nosso tempo”.

Assim, devo agradecer a um conjunto de coletividades, instituições e redes que tiveram um papel importante no desenvolvimento desta pesquisa:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos oferecida;

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), que aprovou e acolheu o projeto de pesquisa que se converteu nesta tese;

À Cátedra e Rede UNESCO/Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global y Desenvolvimento Sustentável – REGGEN;

À Rede de Estudos de Economia Mundial – REDEM (México), e particularmente a Jaime Estay, Ana Esther Ceceña, Orlando Caputo y Julio Gambina pelas reflexões compartilhadas;

À Rede de Redes em Defesa da Humanidade (Caracas), na pessoa de Carmen Bohorquez;

Ao Centro Internacional Miranda – CIM (Caracas), que me permitiu viver de perto a riqueza do processo bolivariano, como cooperante internacional em setembro de 2008;

Ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais– CLACSO e particularmente aos Grupos de Trabalho de Economia Global e de Integração Regional, dos quais faço parte;

À Casa Museu Jose Carlos Mariátegui (Lima);

À Academia Chinesa de Ciências Sociais – CASS (Pequim), por haver acolhido os resultados parciais desta investigação;

Ao Fórum Mundial de Alternativas – FMA (Bélgica e Dakar) por ter me acolhido num espaço de reflexão multidisciplinar através do diálogo fecundo entre intelectuais, movimentos sociais e organizações políticas;

Ao Conselho de Desenvolvimento Humano da Índia e muito especialmente a Manoranjan Mohanty, seu diretor, que reforçaram a minha compreensão sobre a profundidade da questão civilizatória;

Aos colegas do seminário — *A gramática dos sentimentos na América Latina* (UFF 2008): João Batista Damasceno, Luiz Henrique Barahona, Thiago Quintella, Marcelo Neder, Ricardo Bormann, Amaury Pereira, por haverem acolhido, criticado e aportado os avanços de investigação desta tese;

Ao grupo de pesquisa *Governança Global e Integração da América do Sul* do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA: Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcelo Carcanholo, Rodrigo Nobile, Ladislau Dobor, Franklin Trein, Alexis Saludjian, André Bojikian Calixtre por suas observações cuidadosas sobre vários aspectos desta tese;

A Michael Löwy, Pepe Valenzuela, Martha Harnecker, Pablo Guadarrama, Michael Lebowitz, Isabel Rauber, Isabel Monal, Christophe Ventura, Bernard Cassen, Armando Cristóbal Pérez, Luiz Eduardo Motta, Fernando Fernandes, José Jaime Mauricci, Beatriz Bissio, Mauricio Dias David e Vania Bambirra pela bibliografia oferecida e pelas reflexões compartilhadas, que de várias maneiras contribuíram para esta pesquisa;

A Gizlene Neder e Aluizio Alves Filho por haverem acompanhado e enriquecido esta pesquisa desde que era apenas um projeto, pelo otimismo e força que me transmitiram;

A Carlos Eduardo Martins, pelos conselhos, leitura crítica e apoio nos momentos mais tensos do desenvolvimento desta pesquisa;

A Chaim Katz, pelo acolhimento;

A Maria Luiza de Castro Muniz e Ramon Araujo pela inestimável colaboração na preparação e organização de materiais de investigação e fontes estatísticas para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador, Gisálio Cerqueira Filho, pela sabedoria, paciência e motivação constante com que orientou meu trabalho de tese ao longo destes quatro anos;

A Lourdes Bruckmann que de longe e de perto, e desde há muito tempo, acompanha e apoia meus estudos e minhas convicções;

A Theotonio Dos Santos, pelo carinho, solidariedade e apoio infinitos;

A Micaela e Camila pelas horas roubadas ao convívio gostoso, mas, sobretudo, por me dar razões poderosas para acreditar na força infinita da criação e recriação da vida...

A todos eles agradeço profundamente, não somente pela contribuição, que de uma ou de outra forma deram a esta tese, mas também pela generosidade, solidariedade e amizade com que me brindaram, tão humanas e tão necessárias para este projeto.

RESUMO

As mudanças recentes na América Latina se expressam não apenas em movimentos sociais e populares cada vez mais originais e ativos, mas também num novo cenário político marcado pela existência de governo de esquerda sob forte pressão da sociedade civil e de movimentos de massa. Esta nova conjuntura está redefinindo o cenário político na região e está abrindo um processo histórico que apresenta elementos novos que irão influir profundamente na dinâmica econômica, política, cultural e social imediata, mas também no médio e longo prazo.

Palabras clave:

Pensamento crítico, integração regional, pensamento estratégico, movimentos sociais, análise de conjuntura, esquerda.

ABSTRACT

Recent changes in Latin America are expressed not only in social and popular movements ever more original and mobilized but also in a new political scenario defined by the presence of left governments under strong pressure of civil society and social movements. This new situation is redefining the political landscape in the region and is opening a historical process that introduces new elements that will profoundly affect the economic, political, cultural and social scenario in the short term, but also in medium and long term.

Keywords:

Critical Thought, regional integration, strategic thinking, social movements, analysis of conjuncture, left.

SUMARIO

Introdução	15
PARTE 1	
PARA UM NOVO MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA COMPREENDER A COMPLEXIDADE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO E A CONJUNTURA LATINO-AMERICANA	
Capítulo 1	
Os limites das ciências sociais ainda dominantes	25
1.1. Crítica ao modelo da mecânica newtoniana;	28
1.2. Universalismo versus particularismo: A falácia da verdade universal e imutável	38
1.3. Tempo simétrico versus irreversibilidade do tempo	45
1.4. A relação entre pesquisador e pesquisa: O “re-encantamento do mundo”	47
1.5. Universalismo europeu e América Latina	48
Capítulo 2	
Novos caminhos para as ciências sociais contemporâneas	52
2.1 Pensar o mundo desde uma perspectiva global: Teoria do sistema mundial e a visão global do desenvolvimento capitalista;	54
2.2 A teoria da dependência e a compreensão do mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva latino-americana	58
2.3 Os ciclos longos e a análise da conjuntura econômica	63
2.4 Interdisciplina, complexidade e novos paradigmas nas ciências sociais	66
2.4.1 Os limites da disciplinarização da ciência	68
2.4.2 A interdisciplina como atitude metodológica	70
2.4.3 Interdisciplina e as novas matemáticas	74
2.4.4 Interdisciplina e sistemas	75
2.4.5 Interdisciplina e epistemologia	77
2.4.6 Interdisciplina e transformação social	79
2.4.7 Interdisciplina e complexidade	80
2.5 Irreversibilidade do tempo, longa duração e “terceiros não incluídos”	80
2.6 Produção de conhecimento e a apropriação nacional das ciências sociais	88
2.6.1 Guerreiro Ramos e a teoria da dependência	95
2.7 Para um modelo multidimensional de análise da conjuntura	99
2.7.1 Os modelos analíticos: limites e alcances	100
2.7.2 O impacto da instabilidade na conjuntura	105
2.7.3 Análise prospectiva: Reelaborando o passado, reinventando o futuro	108

PARTE 2

O DEBATE TEÓRICO E A NOVA CONJUNTURA LATINO-AMERICANA

Capítulo 3

O debate sobre conceitos chaves e desenvolvimento da consciência social latino-americana

	112
3.1 Para uma definição da “esquerda”	112
3.2 Democracia liberal vs democracia participativa	122
3.3 A questão nacional e a luta anti-colonial	124
3.4 O populismo	126
3.5 O antiimperialismo e a nova conjuntura latino-americana	131
3.6 O socialismo como tarefa política	132
3.7 A esquerda e o processo civilizatório	134
3.8 A refundação do Estado	136
3.9 O socialismo como projeto planetário	136
3.10 A questão indígena	138
3.11 O neo militarismo e as forças armadas	141
3.12 O pensamento marxista na América Latina	144
3.13 O “marxismo aberto ”	145
3.14 José Carlos Mariátegui e as origens do marxismo na América Latina. A produção de conhecimento local, teoria e <i>praxis</i> , a ideia de processo.	149
3.15 O pensamento crítico na América Latina: Breve balanço bibliográfico	154

Capítulo 4

A unidade latino-americana como projeto histórico

	162
4.1 O Panamericanismo e o novo projeto imperial	166
4.2 As bases doutrinárias da integração latino-americana	168
4.3 Simón Bolívar	168
4.4 Eugenio Maria de Hostos	171
4.5 José Martí	173
4.6 José Carlos Mariátegui	173
4.7 Retomando o espírito de Bandung	174

PARTE 3

ELEMENTOS PARA UMA NOVA VISÃO ESTRATÉGICA

Capítulo 5

Elementos para uma nova visão estratégica

	180
5.1 A emergência da China: ReOrientando a economia mundial	182
5.2 A emergência de novas potências e a geopolítica mundial	188
5.3 Território e territorialidade, em direção a um novo conceito;	192
5.4 Dialética do território: o local, o nacional e o global	193
5.5 Recursos naturais e processo civilizatório	196
5.6 Ciclos tecnológicos e recursos naturais: uma discussão estratégica	203
5.7 Biodiversidade, ciência e novos padrões científico-tecnológicos	208
5.8 A centralidade da água como recurso estratégico	211
5.9 Os grandes aquíferos da América do Sul. O aquífero Amazonas e Aquífero Guaraní	225

Capítulo 6

A disputa pelos recursos naturais: o caso dos minerais estratégicos	228
6.1 Pensamento estratégico: hegemônias e emancipações	229
6.2 A financeirização dos recursos naturais	233
6.3 Ciclos de minerais e etapas de desenvolvimento	235
6.4 Minerais estratégicos e vulnerabilidade dos Estados Unidos: a) vulnerabilidade total; b) alta vulnerabilidade; c) vulnerabilidade moderada	237
6.5 América Latina como fonte de minerais estratégicos	243
6.6 A importância estratégica do lítio	245
6.7 A emergência da China como grande consumidor e produtor mundial de minerais	250
6.8 O desenvolvimento da China sob perspectiva dos ciclos econômicos de minerais. A. Infraestrutura: consumo intensivo de cimento; B. Indústria Leve: Consumo de Cobre; C: Indústria Pesada: Alumínio, Ferro (minério) e aço	252
6.9 América Latina e a disputa global por minerais estratégicos	259
6.10 A política chinesa para América Latina e o Caribe	264
6.11 Os desafios para América Latina	273

Capítulo 7

Estratégia imperial, militarismo e domínio territorial	276
7.1 Bases militares e dominação territorial	282
7.2 O governo de Alan García e a geopolítica da direita na América Latina: Um estudo de caso	293
7.3 A política do terror	294
7.4 O aprismo e Alan García	295
7.5 A disputa pelos recursos naturais	296
7.6 Os movimentos sociais e as novas perspectivas políticas	301
7.7 O Peru e a estratégia militar dos Estados Unidos na região	303
7.8 A geografia política de 2006 a 2011	307
7.9 O neo militarismo e a candidatura de Ollanta Humala	309

Capítulo 8

Os movimentos sociais, subjetividades emergentes e a nova ofensiva	314
8.1 Um balanço histórico dos movimentos sociais na região	314
8.2 As origens: da influência anarquista à terceira internacional	315
8.3 O populismo e as lutas nacional-democráticas	319
8.4 A autonomia dos movimentos sociais e as novas formas de resistência	325
8.5 A globalização das lutas sociais	329
8.6 A emergência de um novo movimento indígena	331
8.7 Do altermundialismo ao pós altermundialismo	338

Conclusões	343
Bibliografia geral da tese	346
Anexos:	415
Anexo 1: Produção Mundial de Minérios Estratégicos, 2009	415
Anexo 2: Reservas Comprovadas de Minérios Estratégicos, 2009	416
Anexo 3: Tabelas de Minérios Estratégicos selecionados	417
Anexo 4: América Latina e o Caribe: cinco produtos principais de	

exportação para China, por país media 2006-2008 <i>a/(em porcentagens do total)</i>	425
Anexo 5: Convênios e investimentos da República Popular da China em países latino-americanos (2005 – 2010)	426
Anexo 6 Nomenclatura de minerais: Inglês, português e espanhol	430
Anexo 7: Gasto militar dos Estados Unidos de 1948-2009	431
Anexo 8: Gasto militar por país 2008	432
Anexo 9: Bases militares dos Estados Unidos na América Latina segundo o DoD-2009	434
Anexo 10: Ingresso no Peru de pessoal militar dos Estados Unidos (2003-2010)	435
Anexo 11: Coordenadora Andina de Organizações Indígenas Declaração de Cuzco, 17 de julho de 2006	458
Anexo 12: Declaraciones de Blanca Chancoso	461

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Tempo histórico e a dialética das durações	104
Gráfico 2 -	106
Gráfico 3 -	107
Gráfico 5 - EUA: Dependência das importações líquidas de minerais não combustíveis selecionados – 2009	239
Gráfico 6 - E.U.A: Importação líquida de Minerais Estratégicos selecionados Provenientes de América Latina em relação ao consumo 2008	244
Gráfico 7 – Quantidades estimadas de Cadmio, Cobalto, Lítio e Níquel contidas em baterias recarregáveis de câmaras fotográficas e filmadoras usadas nos EUA de 1996 a 2005	246
Gráfico 8 - EUA: Importação líquida de câmaras por tipo de bateria	247
Gráfico 9 – China: Produção de cimento hidráulico, 1950-2003	253
Gráfico 10 - China: Consumo e produção de cobre	254
Gráfico 11 – China: Produção e consumo de alumínio, 1990-2005	255
Gráfico 12 – Principais importadores de mineral de ferro (minério) 1980–2003	256
Gráfico 13 – Maiores produtores mundiais de ferro (minério), 1990–2003	257
Gráfico 14 – China: Produção e consumo de aço, 1990-2005	258
Gráfico 15 – Tendência mundial da demanda de aço (steel), 2001–2004	259
Gráfico 16 – Reservas Estratégicas minerais da América Latina , China e EE.UU. em relação às reservas do mundo – 2009	261
Gráfico 17 – Produção de minerais estratégicos de E.U.A, China e América Latina em relação à produção mundial e importação para consumo dos E.U.A, 2009	263
Gráfico 18 - América Latina e Caribe: Exportações da região para China por conteúdo tecnológico, 1995-2008	271
Gráfico 19 – Chile, Venezuela e Brasil: Exportações para China por conteúdo tecnológico, 1995-2008	272
Gráfico 20 – Gasto militar dos Estados Unidos desde 1948	282
Gráfico 21 - Gastos do Departamento de Defesa do EUA desde 2001	284
Gráfico 22: Gasto militar dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo 2008	285
Gráfico 23: Gasto militar mundial e regional estimado, 2000-2009	286

Gráfico 24 - Permanência de pessoal militar dos EUA no Peru, 2004 – 2010	306
Gráfico 25 - Ingresso de Pessoal Militar dos EUA no Peru 2004-2010	307
Gráfico 26 - Organograma do Fórum Social Mundial	340

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia da integração latino-americana	177
Quadro 2 – Vulnerabilidade dos Estados Unidos em relação a minerais estratégicos	239
Quadro 3 - EUA: Importação de químicos de lítio para consumo por componente e país	250
Quadro 4 - América Latina: lugar que ocupa a China no comercio de alguns países selecionados, 2000.	268
Quadro 5 - Configuração dos interesses nacionais e metas estratégicas no <i>Strategic Plan 2000</i>	279
Quadro 6 : Bases militares dos Estados Unidos no mundo	292
Quadro 7 - Peru: posição mundial e regional de produção mineraria, 2008	297
Quadro 8 - Ingresso de pessoal militar dos Estados Unidos no Peru, 2003-2010	304
Quadro 9 - Participantes do Fórum Social Mundial - 2001 a 2010	339

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Civilizações do mundo indicando antigüidade	140
Mapa 2 – Tabua Rogeriana	181
Mapa 3 - Grandes aquíferos do mundo	217
Mapa 4 - Reposição de águas subterrâneas	219
Mapa 5 - Extração nacional total de água subterrânea por país	223
Mapa 6 - Extração de água por sector de utilização em cada região	224
Mapa 7 - Aquífero Guarani	225
Mapa 8 - Aquífero Amazonas	226
Mapa 9 - Bases militares dos Estados Unidos no mundo	291
Mapa 10 - Loteamento da Amazônia peruana para exploração de Petróleo e Gás - Dezembro de 2004	302
Mapa 11 : Loteamento da Amazônia peruana para exploração de Petróleo e Gás, janeiro de 2008	301

INTRODUÇÃO

Esta tese sintetiza um conjunto de preocupações que nos acompanham há muito tempo, e que se elaboraram de maneira mais articulada durante os últimos quatro anos. Ela representa nossas convicções intelectuais, mas também reflete nossa visão política, e nossas opções filosóficas. Não poderia ser de outra maneira. Não acreditamos que seja possível realizar uma pesquisa “imparcial”, se por ela entendemos, como a academia pretendeu durante muito tempo, um estudo que se afirme em nenhuma opção filosófica sob o ideal do pesquisador neutro, que se coloca fora da realidade que estuda e pesquisa: “quanto mais longe melhor, para não contaminar a pesquisa científica”. No desenvolvimento desta tese buscaremos provar que tal pretensão não é possível, porque, como sustenta Immanuel Wallerstein, qualquer tentativa de medição da realidade modifica o medido, e qualquer afirmação teórica implica um compromisso filosófico.

Não espere pois, o leitor, encontrar nas páginas que seguem uma pesquisa “neutra”, escrita por uma pesquisadora “imparcial”. Esta pesquisa assume um compromisso filosófico e compartilha um projeto político. É justamente isto que dá sentido e utilidade aos nossos estudos. Inscreve-se dentro de uma corrente de pensamento que veio a denominar-se “pensamento crítico latino-americano”, cujo desenvolvimento se articula com os processos de transformação social na região. Isto não significa deixar de lado o rigor analítico, pelo contrário, é justamente a ponte entre a teoria e a práxis que amplia a necessidade de um estudo objetivo da realidade histórica concreta e a complexidade das múltiplas determinações que ela implica. Uma pesquisa sem maior compromisso com os processos sociais que estuda, poderá permitir-se, sem ter que assumir consequências graves, erros de interpretação e de análise. O pensamento crítico, como movimento intelectual orgânico de um processo histórico concreto, não pode dar-se este luxo.

Esta tese não pretende ser um estudo fechado e completo. Pela amplitude da temática que engloba e pelas limitações de tempo que os estudos de doutorado significam, muitos temas e problemas ficaram apenas delineados. Cada capítulo poderia ser um ponto de partida para uma pesquisa independente. Somos

conscientes desta limitação e, de alguma maneira, assim o quisemos por opção própria. Nossa intenção não foi reduzir o estudo da conjuntura latino-americana a um número limitado de problemas ou variáveis que pudéssemos estudar em profundidade durante estes quatro anos. Esta seria uma opção bastante válida, por certo. Nossa intenção foi integrar uma problemática ampla, que vai desde o pensamento, como construção teórica, até a análise empírica de problemas muito concretos na região. Sabíamos que teríamos que renunciar à pretensão de um estudo mais profundo das questões levantadas na análise. Se algum mérito e novidade têm esta tese é, justamente, o de articular uma problemática, ou várias problemáticas aparentemente independentes, cujas conexões ficam, geralmente, pouco evidentes ante os olhos do pesquisador, e haver produzido pesquisa empírica para comprovar esta articulação. Evidentemente, um futuro e necessário aprofundamento da problemática aqui levantada supõem um trabalho de longo prazo, interdisciplinar e de equipe.

Desta maneira, nos propusemos estudar o pensamento crítico a partir do próprio pensamento crítico e a conjuntura latino-americana como realidade histórica concreta, mas também como parte de um processo civilizatório de longa duração. Nos animou, em todo momento, a necessidade de mostrar a profunda relação dialética entre teoria e práxis, entre realidade histórica e pensamento social, entre homem e natureza. Cremos que este ponto de encontro está marcando profundamente a construção de uma nova ciência social, que depois de quase três séculos de hegemonia da razão moderna sustentada na separação irreduzível entre matéria e pensamento, entre homem e natureza, entre pesquisador e realidade social, necessita reelaborar estas relações, reintegrar o homem à natureza, recuperar a visão holística da realidade social como sistema complexo. Estamos avançando na direção que Ilya Prigogine denominou como “re-encantamento do mundo”, isto é, uma ciência que permita à criatividade humana vivenciar-se, como a expressão singular de um recurso fundamental em todos os níveis da natureza.

Ainda que este projeto de pesquisa se situa na área de concentração da teoria política, acreditamos que é indispensável desenvolver uma perspectiva de análise multidisciplinar, por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque estamos convencidos de que é necessário realizar uma crítica profunda da segmentação das ciências sociais que criaram ilhas de conhecimento desconectadas umas das outras, desprovidas de uma visão de totalidade e

globalidade e cada vez mais incapazes de alcançar uma compreensão da complexidade dos processos sociais, econômicos e políticos contemporâneos. Em segundo lugar, porque a complexidade de nosso objeto de estudo requer uma aproximação teórica e metodológica que incorpore elementos-chaves de outros campos das ciências sociais e humanas que nos ajudem a dar conta desta complexidade. Como sustenta Pablo González Casanova: “Quem não se aproxima com inquietude da compreensão e do domínio das ‘novas ciências como ciências da complexidade não entenderá (e praticará mal) não apenas o que fazer tecnocientífico senão também o artístico e o político”¹.

O objetivo central de nossa pesquisa consiste em desenvolver elementos para uma teoria de análise da conjuntura que nos permita avançar na construção de uma ferramenta teórico-metodológica capaz de articular as múltiplas dimensões da realidade social como sistema complexo, para estudar a conjuntura latino-americana em um contexto de ascensão da esquerda na região. Ao mesmo tempo, nos propomos estudar o impacto desta conjuntura, que representa uma multiplicidade de determinações econômicas, políticas, sociais e culturais, na teoria e no conhecimento. Deste ponto de vista, a conjuntura será analisada a partir, e através, de suas múltiplas dimensões, que se incluem o próprio processo de produção de conhecimento, de teoria que se elabora para entender, explicar e modificar a práxis social, e em última instância, é parte dela mesma (da práxis).

OBJETO DE ESTUDO

As mudanças recentes na América Latina se expressam não apenas em movimentos sociais e populares cada vez mais originais e ativos, mas também em um novo cenário político marcado pela existência de governos de centro-esquerda sob uma forte pressão da sociedade civil e de movimentos de massa. Esta nova conjuntura está redefinindo o cenário político na região e está abrindo um processo histórico que apresenta elementos novos que vão influir profundamente na dinâmica econômica, política, cultural e social imediata, mas também no médio e longo prazo.

Em nossa opinião, estes novos elementos da conjuntura latino-americana se pode resumir em:

¹ CASANOVA, Pablo. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. Boitempo. São Paulo. 2006. pg. 9.

- A. A emergência de um movimento indígena com vocação de governo e de poder que passou da reivindicação étnica a uma visão global dos processos sociais, políticos e econômicos na região e ao mesmo tempo se afirma em uma profunda identidade histórica e civilizatória. Esta nova perspectiva gerou uma dinâmica de integração do movimento indígena que teve na eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia, um de seus momentos mais significativos nos últimos quinhentos anos. Este re-surgimento do movimento indígena tem como unidade geográfica e histórica os Andes sul-americanos, e a sua capacidade e vocação de integração vai além dos limites formais dos Estados nacionais que compõem atualmente esta sub-região, recuperando a dimensão de culturas pré-colombianas e ao mesmo tempo mostrando uma tendência clara para integrar o movimento indígena andino e amazônico. Uma re-discussão do conceito de Estado-nação e de Estados Plurinacionais neste contexto não pode deixar de lado uma visão local do nacional, que inclui uma forma de ver o mundo a partir de uma identidade cultural e étnica particular, onde o local, o nacional e o global estão estreitamente ligados;
- B. Uma consciência clara da necessidade de uma integração regional de longo prazo, que supere a visão estritamente comercial e privilegie uma visão estratégica para o desenvolvimento do conjunto de nações sul-americanas. Os governos que assumiram uma postura favorável à assinatura dos Tratados de Livre Comércio bilaterais com os Estados Unidos enfrentaram uma forte rejeição popular interna e ficaram isolados na América do Sul. Os diversos projetos de integração regional em desenvolvimento têm que ser analisados neste novo contexto;
- C. O surgimento de um novo nacionalismo como fenômeno militar e político frente a ruptura da hegemonia militar dos Estados Unidos. Esta crise de hegemonia se produz como consequência do abandono, por parte de dos Estados Unidos, das forças armadas que eles apoiaram na região, convertendo-as em forças policiais de luta contra o narcotráfico; e por outro lado, do apoio americano à Inglaterra na Guerra das Malvinas, que rompe com o princípio da “América para os americanos” que havia marcado sua política pan-americana;

- D. A recuperação de uma perspectiva de desenvolvimento frente o fracasso² de vinte anos de neoliberalismo no continente. Este fenômeno não apenas se apresenta em sua dimensão econômica, mas também no âmbito teórico-filosófico, através da recuperação e revalorização de uma matriz de análise alternativa ao pensamento único para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos e do próprio conceito de desenvolvimento;
- E. O surgimento de uma nova consciência ecológica e de soberania dos recursos naturais e energéticos, que se converteram em um elemento profundamente mobilizador e dinamizador de movimentos sociais em nosso continente;
- F. Apesar do grande poder de adaptação de teorias internacionais que manejam as classes dominantes locais e regionais, e apesar dos contundentes instrumentos de comunicação e reprodução do sistema de poder, existe um forte questionamento de sua hegemonia e capacidade de direção política. Como explicação para este questionamento, devemos estudar o fortalecimento dos movimentos sociais e dos processos democráticos de participação popular como desafio a modelos de dominação tradicionais. Isto nos apresenta o desafio de analisar a nova subjetividade que emerge a partir de setores sociais antes excluídos ou marginados.

Trata-se de um processo extremamente complexo de redefinição das relações geopolíticas e hegemônicas nas regiões marcadas, de um lado, pelo esgotamento da direita e seu projeto político e econômico e, por outro lado, o ressurgimento da esquerda como alternativa política e econômica, mas também cultural, ética, e inclusive, teórica, frente ao dogmatismo da doutrina neoliberal.

Isto apresenta novos desafios não apenas para a compreensão da conjuntura atual da América Latina no quadro de uma perspectiva histórica de longo prazo, mas também da própria esquerda como produto histórico, como práxis política e como acumulação teórica. Na medida em que alcancemos uma compreensão profunda desta problemática, podemos ser capazes de visualizar as perspectivas que se abrem para a região.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

² Podemos constatar este fracasso a partir da incapacidade de cumprir os objetivos de seu próprio programa econômico e do brutal impacto que teve na regressão dos principais indicadores sociais de desenvolvimento humano e crescimento impressionante da pobreza e da miséria na região.

- A. Estudar a esquerda e o pensamento crítico latino-americano, que teve sua origem na superação do pensamento anarquista e se desenvolveu em uma forte dependência das formulações da Terceira Internacional e da sua interpretação do marxismo (o Trotskysmo e a IV Internacional também não puderam fugir desta característica e tiveram uma influência muito limitada) e da divisão dos Partidos Comunistas em função do chamado conflito Chinês-Soviético. Estas limitações influenciaram fortemente a própria análise da situação latino-americana e o pensamento marxista na região;
- B. Estudar as grandes linhas do pensamento crítico contemporâneo, que dão um quadro a partir do qual se pode estudar o processo descrito nas linhas acima, criando as condições para a produção de conhecimento local dentro de uma dinâmica criadora, autônoma e profundamente arraigada na compressão histórica da realidade latino-americana. As contribuições de José Carlos Mariátegui ao pensamento marxista latino-americano; o re-descobrimento da obra de Marx e a nova leitura do O Capital; a literatura acadêmica desenvolvida em torno ao marxismo; a crise do stalinismo; o surgimento do eurocomunismo, a emergência de uma nova esquerda como corrente de pensamento; são elementos que desenham um panorama teórico muito complexo que pretendemos estudar como fenômenos próprios, mas fundamentalmente na perspectiva do impacto que tiveram na construção teórica latino-americana.

HIPÓTESES

Esta tese busca comprovar as seguintes hipóteses:

- A. A complexidade das mudanças econômicas, sociais e políticas obrigam a uma redefinição da própria teoria, sobre tudo quando essa teoria pretende ser também um instrumento de ação política e social. A própria problemática metodológica de estudo tem que sofrer modificações para dar conta do objeto que pretende estudar. O estudo do caso peruano pode reforçar a importância desta hipótese, na medida em que ilustra uma conjuntura na qual, uma crise profunda de caráter doutrinário e ideológico da esquerda não permite uma acumulação política das mudanças produzidas por uma ascensão de massas que levou à queda de Fujimori e favoreceu a emergência e integração de um movimento indígena que se refletiu na candidatura de Ollanta Humala que teve amplo apoio nas regiões com forte presença indígena;

- B. A existência de uma conjuntura econômica e social de expansão a nível mundial e a nível regional cria condições políticas favoráveis para uma ação ofensiva e uma ascensão das lutas sociais e populares. Isto se deve principalmente a que o próprio impulso para o crescimento econômico até que o sistema dependa mais de mão de obra qualificada, de formação de recursos humanos e de políticas sociais criadas não somente a partir do Estado, mas também da ação política das próprias forças sociais.
- C. Mesmo quando a condução e a ação das forças políticas se localizem em um contexto de concessões da própria classe dominante, essa dinâmica de ascensão social tem uma relativa autonomia e através da construção teórica, ideológica e doutrinária esta ascensão pode configurar forças para mudanças estruturais na direção, inclusive, de uma nova formação social. Isto explicaria, por exemplo, a ascensão do processo venezuelano e sua proposta de “socialismo do século XXI”;
- D. Estas novas visões teóricas e práticas políticas produzem uma nova concepção de integração regional, encarando-a como um processo mais profundo, de longa duração e de dimensão política, cultural e ideológica, que coloca como elemento central a questão da soberania. No âmbito econômico busca, inclusive, superar a proposta do mercado comum para propor políticas de desenvolvimento regional e de intervenção econômica internacional, como no caso da OPEP, que iniciou um processo de rearticulação e recuperação de sua influência em nível global a partir da liderança política venezuelana. Desta maneira se configura uma agenda que exige mudanças teóricas muito profundas para viabilizar-se.
- E. O projeto de reorganização da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina está sustentado em um pensamento estratégico que se expressa nos diferentes níveis de governo e do Estado e que orienta sua política externa e as ações das agências nacionais em todos os níveis. Este pensamento se desenvolve como parte de uma complexa estratégia de dominação e apropriação dos recursos naturais, de sua gestão econômica e científica. Trata-se, portanto de uma estratégia de dominação multidimensional que tem desdobramentos econômicos, políticos e militares.

Como se observará no plano de capítulos, a tese está dividida em três partes: a primeira parte, composta por os dois primeiros capítulos, analisa os elementos que constituem as principais limitações epistemológicas, teóricas e metodológicas das

ciências sociais contemporâneas, a partir de uma análise histórica de processo de disciplinar as ciências a partir do século XVIII até a primeira metade do século XX, quando, em quase todas as universidades do mundo, estas se constituem tal como as conhecemos hoje em dia. O segundo capítulo faz um balanço das principais contribuições do pensamento crítico contemporâneo para uma compreensão mais pertinente da realidade social como sistema complexo e aponta os elementos centrais para a elaboração de um modelo multidimensional de análise da conjuntura. Este balanço teórico- metodológico é produto de um recorte e uma seleção específica para fins de nossa pesquisa e do modelo que nos propusemos construir e de nenhuma maneira pretende esgotar um debate extenso e extremamente denso.

A segunda parte analisa a complexidade de uma definição de esquerda e propõe um caminho analítico que articule a ideia de esquerda com a situação histórica em que se desenvolve e com as condições concretas de luta política e econômica. Ao mesmo tempo, estudamos o debate sobre as grandes questões que impactaram o pensamento e a ação política da esquerda ao longo do século XX. A partir de um balanço do pensamento marxista latino-americano, se propõe a ideia de “marxismo aberto” como um novo momento de elaboração teórica que busca incorporar as especificidades da formação social latino-americana como uma problemática teórica e política, ao mesmo tempo em que é capaz de dialogar com correntes de pensamento e matrizes filosóficas que se encontram fora do campo propriamente marxista, para enriquecer-se e reelaborar-se.

A terceira parte analisa os novos elementos que caracterizam a conjuntura latino-americana contemporânea no contexto de uma redefinição das estruturas de poder hegemônico mundial. A emergência de novas potências indicam uma tendência para a constituição de um mundo multipolar, que coloca, ao mesmo tempo, novos desafios: a necessidade de superar a visão eurocêntrica e seu modelo de civilização para avançar até a constituição de uma civilização planetária. A reorganização da hegemonia americana na América Latina é analisada como parte de um processo complexo de dominação econômica, política e militar que busca garantir seus “interesses vitais”. O acesso, a apropriação e a gestão dos recursos naturais se colocam como questões de segurança nacional para Estados Unidos, definindo sua estratégia de dominação. Através do estudo dos minerais estratégicos, mostramos a vulnerabilidade dos Estados Unidos em relação a estes recursos e a dependência da América Latina. Ao mesmo tempo, a emergência da China como grande produtor

e consumidor de minerais e seu desenvolvimento econômico acelerado, representa uma oportunidade histórica para a América Latina de desenvolver uma aliança estratégica de longo prazo orientada para superar o modelo exportador de matérias primas de baixo valor agregado. O estudo de caso peruano mostra a complexidade da estratégia de dominação dos Estados Unidos e ao mesmo tempo, as resistências a partir de forças sociais que sofrem diretamente as consequências de uma política de desapropriação de recursos naturais e de territórios em um contexto de subordinação estratégica do governo peruano e crescente militarização do país. O último capítulo desenvolve esta complexidade a partir das resistências e dos movimentos sociais, através de um balanço histórico.

O material empírico apresentado como resultado desta pesquisa busca comprovar as principais hipóteses apresentadas. Grande parte dos dados estadísticos utilizados neste trabalho é de elaboração própria. Em alguns casos, reformulamos e reorganizamos a informação disponível das diferentes fontes estatísticas, relatórios e anuários consultados para mostrar aspectos relevantes para nosso estudo. Por exemplo, no caso de informações retiradas da agência *U.S. Geological Survey*, ligada ao Departamento do Interior dos Estados Unidos, que mostra a vulnerabilidade deste país em relação a minerais importados, nós queremos mostrar, a partir dos mesmos dados, até que ponto esta vulnerabilidade está relacionada com a dependência de minerais provenientes da América Latina. Assim, produzimos novos gráficos e tabelas, reorganizando a mesma informação e dando novo significado para a análise estadística.

Outra estratégia foi produzir informação a partir da própria fonte. Assim, por exemplo, os dados estatísticos que mostram o ingresso de pessoal militar dos Estados Unidos no território peruano, os índices de permanência no país, etc., foram construídos a partir da sistematização de aproximadamente trezentos registros de autorização de ingresso de pessoal militar estrangeiro no Peru, a partir da base de dados de Decretos Legislativos do Congresso Peruano. A informação produzida abre novas possibilidades de análise sobre a real dimensão da presença militar dos Estados Unidos no Peru, desde 2003.

Esta pesquisa abre uma agenda de trabalho intelectual que deverá se desenvolver durante os próximos anos. Ao mesmo tempo, se inscreve em um movimento mais amplo, na medida em que pretende responder aos desafios teóricos de toda uma geração. O pensamento crítico latino-americano necessita

romper tabus, incorporando em seu campo de análise os avanços científicos e tecnológicos do capitalismo contemporâneo, a nova matemática, os sistemas complexos dissipativos, os sistemas complexos auto-regulados, as tecno-ciências do conhecimento e da informação e todos os avanços que as novas ciências colocam a disposição da humanidade. Trata-se de um processo de apropriação e de resignificação no quadro de projetos políticos democráticos, humanistas e de emancipação, seja qual for o modelo concreto que estes adotem, e o grau de transformação social e política que estes proponham. Este processo, que em grande medida as forças dominantes definem, significa por à disposição das forças progressistas e alternativas uma arma extremamente poderosa a serviço dos projetos coletivos das grandes majorias e dos povos de nossa região. O conhecimento e a apropriação das novas ciências se convertem assim, em instrumentos de liberação.

Finalmente, somente nos resta pedir desculpas aos examinadores da tese pelos eventuais erros de digitação, pelas ideias colocadas a espera de maior desenvolvimento, pelos trechos mais tediosos na leitura, pelas citações fora do padrão e, enfim, pela insuficiente revisão de estilo que poderia fazer deste material uma leitura mais amena. Quando descobrimos, em um determinado momento, que quanto mais corrigíamos os textos, mais erros apareciam, desistimos de tal tarefa, que nos colocava frente a possibilidade de perder todos os prazos acadêmicos para a defesa desta tese.

Capítulo 1

OS LIMITES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS AINDA DOMINANTES

A análise e a discussão da crise mundial contemporânea dominaram o cenário acadêmico e político de grande parte dos últimos dois anos. A agenda política e econômica esteve marcada por discussões sobre a natureza da crise, as conquistas econômicas e seu impacto sobre a conjuntura atual e as projeções futuras, bem como a elaboração de um conjunto de políticas públicas orientadas para a gestão desta conjuntura crítica. Algumas vozes se atreveram a preconizar a crise definitiva do capitalismo como forma de organização social e como modo de produção, postura a respeito da qual temos sérias dúvidas, embora as novas tendências possam sinalizar mudanças profundas na base da organização capitalista. A partir de algumas escolas de pensamento³, vem sendo colocada, já há algum tempo, a existência de uma crise civilizatória e a decadência de uma ordem política internacional surgida a partir do final da Guerra Fria. Não pretendemos fazer uma análise detalhada deste debate. Apenas queremos assinalar que estamos em um momento da história da humanidade em que vários tipos de crise se conjugam de maneira complexa e diversa. Estarmos atentos quanto à natureza e características das diferentes dimensões destas crises e das diferentes durações históricas, constitui uma problemática da maior relevância. Isto certamente nos coloca frente ao desafio de pensar o mundo contemporâneo como um todo complexo e a partir de uma perspectiva profundamente histórica. Para os cientistas sociais este desafio também é colocado quanto à necessidade de criar, ou continuar criando, as ferramentas teórico-metodológicas para a análise desta realidade social, entendida como um sistema complexo de múltiplas dimensões e durações.

³ Ver a literatura que emerge a partir do paradigma da colonização do poder, das ciências, as tecnologias para afirmar uma crítica do eurocentrismo. Entre os autores mais visíveis desta corrente do pensamento crítico, podemos assinalar Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Boaventura de Sousa Santos, entre outros.

Em um recente artigo no The Guardian, Eric Hobsbawm diz: “O século XX passou, mas nós não aprendemos a viver no século XXI, ou ao menos pensá-lo de forma adequada. Não deveria ser tão difícil quanto parece, pois a ideia básica que dominou o século passado desapareceu claramente, pelo sumidouro da história...”⁴. O historiador britânico refere-se à forma de se pensar as modernas economias industriais, em termos de duas categorias puras e mutuamente excludentes: o socialismo como economia de planificação estatal centralizada, do tipo soviético, ou o capitalismo como economia de livre mercado, isenta de qualquer restrição ou controle.

Estão em crise ambas as formas de pensar o mundo. A primeira, a partir dos anos 80 com a crise do chamado "socialismo real" e a segunda se decompõe diante de nossos olhos, de acordo com o autor. Trata-se da crise de duas visões fundamentalistas sustentadas na ideia de pureza, seja de um capitalismo de mercado dê-estatizado ou de um socialismo planejado e não contaminado pela busca de benefícios.

Para Hobsbawm, “ambas as formas de pensar o mundo estão indo à falência, porque "o futuro, tanto como o presente e o passado, pertence às economias mistas nas quais o público e o privado estão mutuamente vinculados, de uma forma ou de outra." O problema que se coloca hoje em dia, especialmente para a esquerda, é a forma como estas duas áreas estão ligadas e sob que princípios a sociedade e a economia se organizam.

É precisamente esta conclusão chave que nos interessa destacar no artigo do historiador britânico: Não se trata de que socialismo ou capitalismo tenham sido construídos como modelos puros das experiências históricas ao longo do século XX, mas que essas visões se constituíram em formas de pensar o mundo que tinham pouco a ver com a realidade social, tornando-se poderosos instrumentos ideológicos de dominação e controle, não apenas das subjetividades sociais mas, também, do próprio conhecimento e da forma de produzi-lo.

O trabalho científico, o conhecimento e a teoria, mesmo quando tenham uma relativa independência, não podem estar à margem da dimensão política e dos interesses dos setores dominantes em cada momento histórico em que esta ciência se desenvolve e que este conhecimento se produz.

⁴ HOBBSAWN: 2009.

Desde que a ciência constituiu-se como tal, existe uma ciência hegemônica e também um pensamento crítico que a questiona. A lei da gravidade descoberta por Isaac Newton foi na sua época um descobrimento profundamente revolucionário, porém agora, quase três séculos depois, não é mais. Por outro lado, os princípios da mecânica newtoniana, que o pensamento positivista retoma, continuam sendo a base das ciências sociais dominantes. Ocorre que o mundo, a natureza e as complexas formas de organização social e produção econômica já não são os mesmos que há mais de quatrocentos anos atrás. Os princípios da física newtoniana foram largamente ultrapassados pelas novas descobertas da termodinâmica moderna; eles têm validade científica apenas para sistemas simples, mas são totalmente incapazes de explicar sistemas complexos como aqueles preocupam a ciência contemporânea. Como podem, então, as ciências sociais hegemônicas continuar pensando o mundo a partir destes princípios superados pela própria ciência? Na primeira parte desta tese proporemos uma análise mais detalhada desta problemática.

Este primeiro capítulo tem como objetivo realizar um balanço das principais limitações das ciências sociais dominantes. O balanço nos levará a retomar alguns caminhos teóricos e metodológicos orientados para propor novas ferramentas para a análise e a compreensão da realidade social latino-americana e a complexidade do mundo contemporâneo. Com este esforço queremos retomar a tradição do pensamento crítico ocidental, surgido na segunda metade do século XX, e os aportes do pensamento crítico latino-americano, ao mesmo tempo como ponto de partida e ferramenta teórico-metodológica e como objeto de estudo.

Tomaremos como referência importante para nossa análise o Informe da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais (1994-1995), coordenada por Immanuel Wallerstein e formada por um grupo de cientistas provenientes das ciências sociais, ciências naturais e ciências humanas⁵. Acreditamos ser pertinente esta referência, pela importância e profundidade da pesquisa e conclusões às quais esta comissão chegou.

⁵ A Comissão Gulbenkian esteve formada por Calestous Juma, Evelyn Fox Keller, Jürgen Kocka, Dominique Lecourt, V.Y Mudimbe, Kinhido Mushakoji, Ilya Prigogine, Meter J. Taylor, Michel-Rolph Trouillot e Richard Lee. A publicação leva como título “Abrir as ciências sociais” e daqui em diante, nos referiremos simplesmente como Relatório Gulbenkian. Registro completo citado nas referências bibliográficas.

1.1 Crítica ao modelo da mecânica newtoniana

As ciências sociais, como produto do mundo moderno que se propõe dessacralizar a reflexão sobre o homem e a natureza, se construiu com base em duas premissas:

1. O modelo da mecânica newtoniana que estabelece que existe uma simetria entre o passado e o futuro. A ideia principal é que tudo coexiste em um presente eterno.
2. O dualismo cartesiano, que supõe que existem diferenças fundamentais entre natureza e ser humano, entre o mundo físico e o mundo social, entre a matéria e a mente.

A partir destas duas premissas a ciência passa a definir-se como a busca de leis naturais universais válidas para qualquer tempo histórico e espaço geográfico.

A diferença entre ciência e filosofia e o posterior processo de subdivisão de ambas as áreas em múltiplas disciplinas é posterior século XVIII. Antes deste período, tanto a “ciência” como a “filosofia” derivavam principalmente do estudo da mecânica celeste, sem estabelecer maiores diferenças entre ambos os campos de conhecimento. A partir da crescente importância que o trabalho experimental e empírico passou a ter para a visão da ciência, produz-se uma divisão do conhecimento em dois campos claramente diferentes. Sob o ponto de vista dos cientistas da natureza, a filosofia aparece como uma atividade “especulativa”, plausível de levantar verdades *a priori* impossíveis de comprovação.

Esta divisão do conhecimento que a lingüística consagrará a partir do século XIX, considerava dois campos radicalmente diferentes e hierarquicamente relacionados com respeito a sua capacidade de produzir conhecimento: de um lado estava a ciência natural (que passará a ser batizada simplesmente como “ciência”) capaz de produzir “conhecimento certo”, mensurável e empiricamente comprovável e de outro lado estava a filosofia (às vezes chamada de “arte”, “letras”, “belas artes”, “humanidades” ou “cultura”), vista mais como um tipo de “conhecimento imaginado” ou especulativo, incapaz de apresentar resultados “práticos”.

A luta destas duas culturas não se limitou somente à luta epistemológica sobre a legitimidade científica e o controle do conhecimento da natureza mas, também, sobre o controle do conhecimento do mundo humano, isto é, do mundo social.

Esta divisão do mundo do conhecimento em duas áreas cada vez mais distantes e em muitos casos antagônicas coroava, também, o triunfo da ciência baseada nas premissas da mecânica newtoniana, em face à filosofia “especulativa”. Na física, a mecânica buscava leis universais para explicar o comportamento da natureza e da matéria, cuja dinâmica era entendida a partir de sistemas lineares e simples, reduzidos a um número mínimo de variáveis, e cujo comportamento era reduzido a sistemas simples e lineares. Em seu livro *princípios matemáticos de filosofia natural*, Isaac Newton define três regras fundamentais que estão na base do modelo que propõe. A primeira regra diz o seguinte:

Regra I

Não devemos admitir mais causas para as coisas naturais do que as que são verdadeiras e suficientes para explicar suas aparências.

Dizem os filósofos, sobre isto, que a natureza não faz nada em vão, e algo é tanto mais vão quando menos serve. Pois a natureza é simples e não se compraz com causas supérfluas (NEWTON, 2010, p. 11).

Esta regra coloca um primeiro princípio analítico: a natureza é simples e não admite mais causas que as estritamente necessárias para explicar as coisas naturais. Qualquer causa secundária é considerada supérflua e desnecessária. Portanto, a ciência deve reduzir seu campo analítico a duas ou três variáveis relevantes.

A segunda lei de Newton se formula da seguinte maneira:

Regra II

Portanto, aos mesmos efeitos naturais temos de atribuir as mesmas causas, tanto quanto possível.

Como acontece com a respiração do homem e de um animal, a queda de pedras na Europa e na América, a luz do nosso fogo para cozinhar, a reflexão da luz na terra e nos planetas (NEWTON, 2010, p. 11).

Um segundo princípio que podemos inferir a partir desta regra é a noção de causalidade como método explicativo dos fenômenos naturais. As causas e os efeitos se relacionam de maneira linear e são válidas universalmente para estudar os diversos fenômenos da natureza: as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, e esta relação é válida para qualquer fenômeno natural. A terceira regra diz:

Regra III

As qualidades dos corpos que não admitem intensificação nem diminuição de graus, e que pertencem a todos os corpos dentro do alcance de nossa experiência, devem ser consideradas como qualidades universais de todos os corpos de qualquer tipo.

Pois como as qualidades dos corpos só são conhecidas por nós por meio da experiência, devemos considerar como universais todas aquelas que concordam universalmente com as experiências, e as que não são capazes de diminuição não podem nunca ser completamente removidas (...) Só conhecemos a extensão dos corpos por meio de nossos sentidos, mas estes não percebem a extensão em todos os corpos, mas como percebemos a extensão em todos os corpos que são perceptíveis, então também a atribuímos universalmente a todos os outros (NEWTON, 2010, p. 11).

Esta terceira regra coloca com maior clareza o princípio epistemológico da ciência newtoniana: o conhecimento é universal e se aplica para todos os fenômenos da natureza, mesmo aqueles que se desconhecem ou se conhecem insuficientemente. Isto é, o sistema de conhecimento, a partir desta perspectiva, é fechado, na medida em que não admite o desconhecido. Assim, a ciência assume sua condição de conhecimento certo e sistema explicativo universal, mesmo daquele que não conhece. O desconhecido se inclui, por princípio, no campo do conhecido e se explica a partir de suas leis universais.

Regra IV

Na filosofia experimental devemos considerar as proposições inferidas pela indução geral a partir dos fenômenos como precisamente ou muito aproximadamente verdadeiras, apesar de quaisquer hipóteses contrárias que possam ser imaginadas, até o momento em que outros fenômenos ocorram pelos quais elas possam ou ser tornadas mais precisas, ou fiquem sujeitas a exceções.

Temos que seguir esta regra para que o argumento da indução não seja iludido por hipóteses (NEWTON, 2010, p. 12).

Esta quarta (e última) regra nos proporciona uma síntese dos princípios da mecânica newtoniana: a filosofia experimental, isto é, a pesquisa científica empírica deve considerar as proposições universais a partir das quais elas são consideradas verdadeiras, mesmo quando qualquer hipótese sobre a realidade indique o contrário. Neste caso, longe de por em questionamento os princípios gerais e universais, se constituem apenas em exceções. Isto é, as leis universais que regem os fenômenos naturais são verdadeiras, mesmo quando a própria realidade comprove hipóteses contrárias.

Assim, a ciência newtoniana baseou-se em um conjunto de princípios e proposições que lhe concedem coerência absoluta e pretensões a validade universal além do tempo e do espaço. Wallerstein sustenta que estes princípios continuam marcando profundamente grande parte das ciências sociais contemporâneas, apesar de que cada um deles tenha sido definitivamente questionado pelas descobertas da termodinâmica, a partir de meados de século XX. Estes princípios são sintetizados pelo autor da seguinte maneira⁶:

- Os sistemas são lineares;
- Estes são determinados;
- Os sistemas tendem ao equilíbrio;
- O conhecimento é universal e pode, em última instância ser recolhido em simples leis totalizadoras;
- O processo físico é reversível. Este princípio sugere que as relações fundamentais nunca mudam, motivo pelo qual o tempo é irrelevante para a análise científica. Sugere também, este princípio, que todo fenômeno físico pode passar do estado posterior ao estado anterior, pois este é reversível.

Durante os últimos dois séculos as ciências nomotéticas, preocupadas com a busca de leis universais, insistiram na ideia de que não existe diferença metodológica intrínseca entre o estudo científico dos fenômenos humanos e o estudo dos fenômenos físicos. Para esta postura, o objetivo último da ciência é o descobrimento da realidade objetiva, utilizando um método que permita apreender esta realidade, regida por leis universais e imutáveis. Para ilustrar esta postura, é interessante recorrer a Augusto Comte, o criador da sociologia positiva, o qual se referindo à física social escreve o seguinte:

Entendo por física social a ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é como sujeitos a leis naturais invariáveis, cujo descobrimento constitui o fim especial de suas investigações.⁷

Cabe ainda ressaltar que esta visão construída a partir dos princípios da mecânica newtoniana, da qual a ciência positivista se apropriou, era inerente aos sistemas de controle tecnocrático a fim de prevenir qualquer tentativa de mudança ou movimentos potencialmente anarquistas que pudessem por em perigo a

⁶ WALLERSTEIN, 2003, p.72.

⁷ Citação de Auguste Comte referenciada por Michael Löwy em *Dialética e Revolução*. Século XXI editores.

conservação das instituições e tradições existentes. Desta maneira, pretendia-se controlar também o surgimento de qualquer perspectiva que defendesse o particular, o não determinado pelas leis universais, o imaginativo e, inclusive, a possibilidade de introduzir a própria ação humana na esfera da análise sociopolítica⁸. Comte reconhecia também, na física social, uma possibilidade de reconciliação da “ordem” e do “progresso”, na medida em que encomendava a solução das questões sociais a um reduzido número de inteligências da elite, apropriadamente educadas. O método da ciência consistia então em restringir os estudos aos feitos existentes, sem levar em conta suas origens ou seu desenvolvimento futuro e suas tendências, como mostrado a seguir:

Nossas especulações positivas devem não só confinar-se essencialmente, sob todos os aspectos, à apreciação sistemática dos fatos existentes, renunciando a descobrir sua primeira origem e o seu destino final.⁹

Neste contexto, os filósofos eram considerados uma espécie de “especialista em generalidades” cuja função principal era construir explicações vagas e arbitrárias as quais não resistiam a nenhuma pesquisa empírica. Portanto, para esta visão, a filosofia subscrevia-se à lógica especulativa cujos confusos princípios não ofereciam nenhum resultado relevante. Assim, a eficácia científica só era possível a partir da pesquisa empírica, comprovável e mensurável.

“Esta longa sucessão de preâmbulos necessários conduz enfim nossa inteligência, gradualmente emancipada, ao seu estado definitivo de positividade racional, que deve ser caracterizado aqui de um modo mais especial do que os dois estados preliminares. Tendo tais exercícios preparatórios mostrado espontaneamente a insanidade radical das explicações vagas e arbitrárias próprias à filosofia inicial, quer teológica, quer metafísica, o espírito humano renuncia de ora em diante às pesquisas absolutas... e circunscreve os seus esforços ao domínio... da verdadeira observação, única base possível dos conhecimentos realmente acessíveis... A lógica especulativa tinha até então consistido em raciocinar... segundo princípios confusos, que... suscitavam sempre debates sem resultado. Ela reconhece de ora em diante, como regra fundamental, que toda proposição que não é estritamente redutível à simples enunciação de um fato, particular ou geral, não nos pode oferecer nenhum sentido real e inteligível... Qualquer que seja, aliás, o modo racional ou experimental, dos descobrimentos, é sempre da sua conformidade, direta ou indireta, com os fenômenos observados que resulta exclusivamente sua eficácia científica.¹⁰

⁸ WALLERSTEIN: 1996.

⁹ COMTE, Augusto. Discurso preliminar sobre o espírito positivo.

¹⁰ COMTE, Augusto. Discurso preliminar sobre o espírito positivo.

A partir desta perspectiva, a ciência social se reduz ao observável, na medida em que toda tentativa explicativa corresponde a uma atitude “especulativa”, própria da filosofia, mas não da chamada “ciência”. Além do mais, “ordem” e “progresso” são dois aspectos necessários para o exercício da ciência positiva, como melhor caminho para conseguir a “estabilidade” e o “progresso”. Esta combinação de atividade e estabilidade, de ordem e de progresso, somente poderia ser satisfeita, segundo Comte, pela ciência positiva, que constitui o momento em que a “razão humana” alcança a sabedoria suficiente para renunciar à especulação (ou à filosofia especulativa).

Durante o século XIX as ciências sociais se desenvolveram principalmente em cinco locais do Ocidente: França, as Alemanhas, Grã Bretanha, Itália e os Estados Unidos. Nestes cinco países concentrou-se a maior parte dos estudiosos e universidades nesta área de conhecimento, dedicados principalmente a estudar as suas realidades. Nestes cinco países produziu-se grande parte dos estudos que até os dias de hoje fazem parte do repertório acadêmico das universidades nas principais regiões do mundo, inclusive, é claro, na América Latina. Toda a densa produção filosófica e científica fora dos cânones que as ciências sociais ainda dominantes impõem, e fora destes cinco países é, ainda atualmente, um repertório pouco ou mal conhecido e estudado. Inclusive, a própria produção europeia que foi elaborada fora desta tradição dominante, encontra-se também fora do repertório das ciências sociais hegemônicas.

Como colocam Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder, para se referirem ao campo intelectual da ciência política brasileira especificamente, produz-se uma repetição insistente dos argumentos de validação de conteúdos programáticos baseados em autores considerados “clássicos”, o que orientou o ensino desta disciplina para um repertório de autores eleitos pelo historicismo iluminista europeu a partir do final do século XVIII até o século XIX.¹¹

No centro desta divisão entre ciências e humanidades, surgem historicamente as ciências sociais como uma espécie de “terceira cultura”¹², em alguns casos mais próxima das ciências naturais e da postura nomotética empenhada na busca de leis universais e em outros, como o caso da história, dedicada ao estudo das realidades

¹¹ CERQUEIRA/NEDER: 2004.

¹² WALLERSTEIN, Immanuel. “Les temps, la durée, et le tiers non-exclu: Reflexions sur Braudel et Prigogine. Em: Fernad Braudel Center : <http://128.226.6.12/fbc/iwtpsduree.htm>

sociais a partir de uma perspectiva mais bem ideográfica, preocupada com o estudo das histórias locais.

A história, como nova disciplina desenvolvida no século XIX, colocava uma ênfase rigorosa na busca do que “ocorreu na realidade”¹³ e na existência de um mundo real “objetivo” e cognoscível. Também privilegiava a evidência empírica e incluía, metodologicamente, o uso intensivo de fontes primárias. Da mesma forma que os cientistas naturais, os historiadores rejeitavam a filosofia especulativa e a sua busca por esquemas gerais para explicar dados empíricos. Desta maneira, a história se aproximou da ciência (exata) na proposta de uma posição ideográfica e anti-teórica, priorizando a elaboração de histórias nacionais. Segundo Wallerstein, produto do compromisso ideográfico e da pressão social proveniente dos Estados, os historiadores haviam se dedicado, durante o século XIX, à justificação das nações e seus novos soberanos, os “povos”.¹⁴

Neste mesmo momento surge a economia, como disciplina que substitui a “economia política”, como era chamada antes da primeira metade do século XIX. Com uma profunda influência da visão nomotética, os novos economistas sustentavam que o comportamento econômico era reflexo de uma espécie de psicologia individual universal e não de instituições socialmente construídas; portanto, era necessário dar ao “livre mercado” o papel regulador da economia. Sintomaticamente, a partir deste momento, deixou-se de lado o estudo da história econômica.

Somente a partir da segunda metade do século XIX a sociologia se desenvolve como disciplina independente, animada pelo impulso positivista e claramente localizada no campo nomotético. Segundo seu criador, Augusto Comte, a sociologia constituía o “fim único e essencial” de toda ciência positiva, e junto com a Matemática, Astronomia, Física, Química e Biologia, constituía uma das seis ciências fundamentais.

A ciência política se constitui como disciplina posteriormente, de forma geral, a partir das faculdades de direito. A ciência política respondia a um objetivo posterior: o de legitimar a economia como disciplina separada, uma vez que a

¹³ O historiador alemão Leopold Ranke(1795-1886), considerado por muitos como o pai da “história científica” proponha a busca de *wie eigentlich gewesen ist* ou “o que ocorreu na realidade”.

¹⁴ WALLERSTEIN: 1996, p. 19.

economia política havia sido excluída como tema, com o argumento de que o Estado e o mercado operavam e deviam operar segundo lógicas distintas. E esta lógica requeria como garantia em longo prazo, o estabelecimento de um estudo científico separado do espaço político.¹⁵

Com o surgimento do moderno sistema mundial a partir do século XV, surge também a era da colonização europeia de grande parte do mundo conhecido até então. A visão europeia desenvolveu a ideia de que os povos não europeus se dividiam em dois grupos: a) tribos (povos que viviam em grupos relativamente pequenos, não conheciam a escrita, não tinham sistemas religiosos e eram militarmente fracos), cujo estudo era atribuído à antropologia; e b) as zonas de civilizações “altas”, aquelas que tinham escrita, sistema religioso e organização política. O estudo das civilizações que correspondiam a esta segunda classificação se chamava “estudos orientais”, que haviam nascido dentro das igrejas como auxiliares da evangelização. A institucionalização dos estudos orientais foi precedida pelos estudos sobre o antigo mundo mediterrâneo, ou “*the classics*”. Isto é, o estudo da Antiguidade da própria Europa. O estudo das civilizações mediterrâneas, que eram consideradas como antepassados da civilização ocidental europeia, definia um único processo histórico que culminava com o surgimento da Europa moderna. A partir desta perspectiva, a Antiguidade não tinha história autônoma, pois era o prólogo da modernidade, da mesma maneira que as outras civilizações do planeta também não a tinham, pois constituíam o relato de histórias que haviam ficado congeladas no tempo, que não haviam alcançado o progresso nem a modernidade. Esta é a força da visão eurocentrica, que divide a história em pré-modernidade e modernidade, definida pelo surgimento da civilização europeia como o grau máximo de desenvolvimento da humanidade.

A partir desta visão, qualquer outra civilização do planeta é um momento da pré-modernidade e, portanto, representa um estágio inferior de desenvolvimento. Com o conceito de “modernidade” surge também o conceito de “progresso” como o caminho natural que devem seguir todas as civilizações “não europeias” para alcançar o chamado “desenvolvimento”.

Assim constituídas as ciências sociais e suas disciplinas, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, sob a influência definitiva,

¹⁵ WALLERSTEIN: 1996, p. 23.

ainda que não exclusiva¹⁶, da física newtoniana, seu interesse se sintetizava no seguinte: chegar a definir as leis gerais que governam o comportamento humano; perceber os fenômenos a serem estudados como casos (e não como indivíduos); a necessidade de segmentar a realidade humana para analisá-la; o desejo e priorização de métodos científicos estritos (como a formulação de hipóteses, derivadas da teoria, para serem provadas com os dados da realidade por meio de procedimentos estritos e, dentro do possível, quantitativos); a preferência pelos dados produzidos sistematicamente (por exemplo os dados da pesquisa) e as observações controladas sobre textos recebidos e outros materiais residuais.¹⁷

Estes princípios metodológicos, de caráter nomotético, das ciências sociais se diferenciavam da história como disciplina e como método. Ao mesmo tempo, cada disciplina se percebia, e ainda hoje se percebe, como essencialmente diferente uma da outra. Constituindo, na maioria dos casos, ilhas de conhecimento pretensamente diferentes, tanto em seu objeto como em seu método. Até 1945, as disciplinas que hoje em dia constituem as ciências sociais, institucionalizadas na maioria das universidades do mundo, constituíam uma espécie de “terceira cultura”, entre as ciências naturais que estudavam os sistemas não-humanos e as humanas que estudavam a produção cultural, mental e espiritual das sociedades humanas chamadas “civilizadas”.

O período pós Segunda Guerra Mundial parecia questionar profundamente a ideia da civilização ocidental como panacéia do desenvolvimento da humanidade. Isto produziu condições para mudanças nas práticas e posições intelectuais dos cientistas sociais, gerando brechas com grande potencial de crescimento entre os cientistas sociais e as organizações e instituições formais das ciências sociais. O mundo depois da Segunda Guerra Mundial estava marcado por três fenômenos importantes: Uma mudança na estrutura de poder político que consolidava a hegemonia americana; uma expansão demográfica sem precedentes no planeta e a expansão do sistema universitário em quase todas as regiões do mundo. Esta nova conjuntura abriu um novo panorama no desenvolvimento das ciências sociais durante a segunda metade do século XX. Um novo repertório de objetos de estudo

¹⁶ A biologia evolucionista que punha ênfase da sobrevivência do mais forte, teve também uma influência grande na teorização social.

¹⁷ Relatório Gulbenkian, p. 34.

surgiria junto com um esforço teórico e metodológico a partir de uma postura crítica em várias áreas das ciências sociais e da história.

O informe da Comissão Gulbenkian coloca que, o fato de que as ciências sociais construídas na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX foram eurocêntricas não deve surpreender a ninguém, pois isto ocorreu em um contexto no qual a Europa havia conquistado o mundo política e economicamente, em grande parte, a partir de um enorme avanço tecnológico, que logicamente devia se atribuir à existência de uma “ciência superior” e a uma “visão superior do mundo”. Vista a partir da Europa, esta afirmação faz todo sentido. Entretanto, na América Latina, a assimilação e validação universal das ciências sociais européias e estadunidenses somente podem ser entendidas se analisamos este processo no contexto de um sistema de poder profundamente colonial e colonialista.

O eurocentrismo a partir da América Latina apresenta uma dualidade: de um lado, a imposição da perspectiva eurocêntrica como visão superior do mundo e de outro lado, o colonialidade como sistema de dominação política, econômica e da produção de sentidos e de conhecimento. Se do ponto de vista da Europa o eurocentrismo tinha a intenção de ser um tipo de universalismo europeu, do ponto de vista da América Latina era claro que a aceitação desse universalismo implicava na aceitação da dominação colonial européia em suas múltiplas dimensões. Esta dominação se exerceu através de um duplo mecanismo, a imposição de uma visão “superior do mundo”, de uma “ciência superior”, de uma “civilização superior” e, por outro lado, a negação, distorção ou destruição de estruturas inteiras de conhecimento, tecnologia e sabedoria acumuladas historicamente pelas diversas civilizações americanas pré-colombianas, e toda a produção intelectual posterior, que incluem contribuições importantes como, por exemplo, o pensamento latino-americano surgido durante o século XIX com as lutas pela independência em toda América espanhola, a visão de integração continental de Simón Bolívar no início do século XIX, o pensamento libertário do começo do século XX que teve uma expressão importante na obra de Julio Antonio Mella, Eugenio María de Hostos, o marxismo original de José Carlos Mariátegui, e posteriormente a teoria da dependência, somente para citar alguns exemplos.

Fizemos esta breve resenha histórica do surgimento e desenvolvimento das ciências sociais no ocidente com o objetivo de mostrar a importância do enfoque científico, os avanços com respeito às formas de produzir conhecimentos anteriores

nesta mesma região ocidental do mundo, mas também, as limitações da universalização de um conhecimento histórico colocado a partir de uma perspectiva histórica que lhe atribui validade universal, imutabilidade e pertinência para o estudo de qualquer realidade social do planeta. Não podemos ver o desenvolvimento das ciências em geral nem muito menos das ciências sociais, à margem do contexto político e do momento histórico em que surgem e se desenvolvem, se contradizem e se superam, se apropriam e re-apropriam. Nosso interesse é mostrar que a história das ciências sociais no ocidente é somente uma parte da história da forma da humanidade de produzir conhecimento. Uma parte da história localizada em um período de tempo específico (os dois últimos séculos) e em um lugar específico do planeta. Talvez precisemos avançar até o desenvolvimento de uma historiografia das ciências mais inclusiva, que seja capaz de dar conta das contribuições das civilizações americanas, orientais e africanas às formas de produzir conhecimento e ao próprio conhecimento acumulado da humanidade como um todo.

Após este balanço e, talvez, a partir dele, queremos por em discussão alguns aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos das ciências sociais contemporâneas e ainda dominantes. Enfatizamos o termo “ainda” porque acreditamos que se abre uma nova fase histórica no desenvolvimento das ciências, profundamente ligado ao novo período histórico do desenvolvimento social e político do mundo, que cria condições para, e reclama, uma reestruturação profunda, das ciências, da filosofia, das humanidades e, em última instância, das formas e estruturas de produção de conhecimento. Trata-se de uma reestruturação que tem como objetivo analisar com mais propriedade e menos erro a complexidade do mundo, a compreensão de suas tendências e a projeção de seus cenários futuros.

1.2 Universalismo versus particularismo: A falácia da verdade universal e imutável

Um dos aspectos centrais no desenvolvimento das ciências é o debate entre universalismo e particularismo. Este debate tem uma dimensão epistemológica na medida em que constitui uma pretensão da ciência, pretensão certamente legítima, de buscar verdades universais. Entretanto, existe também uma dimensão política que se constitui num pano de fundo e que se refere à forma em que esta pretensão universalista é construída, desenvolvida e imposta à comunidade científica nas diferentes regiões do mundo, no tempo e no espaço. Nas próximas linhas

pretendemos desenvolver os aspectos centrais deste debate e as tensões internas que dele surgem.

A pretensão universalista da ciência surgida a partir do ocidente se baseia na ideia de que existe uma “verdade universal”, válida para qualquer tempo e lugar. Esta constituiu, e ainda constitui, uma falácia muito perigosa, porque parte do princípio de que as verdades e o conhecimento são eternos e podem explicar qualquer fenômeno ou realidade social do planeta. Se isto já é questionável para as chamadas “ciências naturais”, mais questionável ainda é para as ciências sociais, cujo objeto de estudo está ainda mais marcado pela ação humana e pelas diferenças nas formas de produzir sentido. Através de mecanismos múltiplos e complementares, esta pretensão universalista não somente impôs uma única forma de fazer ciência e produzir conhecimento, mas também a civilização ocidental como único modelo civilizatório do planeta.

A ideia de verdade universal surge em um momento em que a ciência se constituía como um campo de produção de conhecimento independente da religião e da teologia. Este esforço de secularizar o pensamento científico se afirmou na razão moderna como o principal instrumento epistemológico.

Em meados do século XIX, a partir dos grandes avanços científicos da revolução industrial europeia, a razão moderna e a ciência que esta produziu se constituíram em projetos exitosos e pareciam ter uma validade universal e inquestionável. A humanidade parecia ter alcançado seu maior desenvolvimento científico e tecnológico e a civilização ocidental se colocava como modelo universal.

Através de uma profunda crítica à Economia Política dos séculos XVIII e XIX, Carlos Marx abre um novo paradigma de análise para a compreensão da sociedade moderna e do capitalismo como modo de produção, colocando particular ênfase no caráter histórico do conhecimento e as formas de produzi-lo. Acreditamos ser importante fazer uma breve referência aos elementos centrais do método dialético que Marx esboça na introdução aos “Elementos fundamentais para a crítica da economia política”¹⁸, mais conhecido como os *Grundrisse*.

Para Marx, o ponto de partida para qualquer análise econômica é o reconhecimento de que os “indivíduos produzem em sociedade”, isto é, que a produção dos indivíduos é “socialmente determinada”. Em suas próprias palavras:

¹⁸ MARX: 1971.

“O caçador ou o pescador sós e isolados, com os quais começam Smith e Ricardo, pertencem às imaginações desprovidas de fantasia que produziram as “robinhoodianas desoitoentistas” (...) Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros ainda se apóiam totalmente Smith e Ricardo, este indivíduo do século XVIII – que é produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade, e por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do século XVI- é proposto como um ideal de existência que havia pertencido ao passado. Não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história.”¹⁹

Esta afirmação produz uma ruptura profunda com o pensamento anterior e propõe um novo paradigma analítico, através de uma crítica muito definitiva ao individualismo que coloca como ponto de partida, para qualquer construção teórica, o homem em seu estado de natureza. Para esta visão, o indivíduo surge na medida em que é capaz de possuir, ainda que esta posse esteja definitivamente marcada por um tipo de instinto proveniente de sua condição natural. Para Marx, esta condição natural não existe, pois o homem é um produto social e histórico. Quanto mais para longe a análise histórica recua, tanto mais aparece o indivíduo como dependente e formando parte de um todo maior: primeiro da família, ou da tribo como família ampliada, e posteriormente das comunidades em suas distintas formas. Porém, é justamente no momento da história no qual as relações sociais, e portanto as relações entre os indivíduos, alcançaram seu mais alto nível de complexidade como modo de produção (capitalista), que surge a ideia do “indivíduo isolado” em seu “estado de natureza”, se não vejamos:

Mas a época que gera este ponto de vista, esta ideia de indivíduo ilhado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (universais segundo este ponto de vista) chegaram ao mais alto grau alcançado até o presente. O homem é, no sentido mais literal, um ζῷον πολιτικόν²⁰, não somente um animal social mas um animal que só pode individualizar-se na sociedade (MARX: 1971, p. 4).

Eis aqui um ponto importante que queremos enfatizar: a ideia do “indivíduo isolado” como categoria de análise se apresenta, em primeiro lugar, como um ponto de vista universal ou como o ponto de vista “mais legítimo” para a análise filosófica e social. Em segundo lugar, este ponto de vista surge em um momento no qual as relações sociais alcançaram seu mais alto grau de complexidade, produzindo uma clara “defasagem” entre o conhecimento produzido e a realidade social na qual este conhecimento se produz.

¹⁹ MARX: 1971, p. 4.

²⁰ Marx usa a expressão “animal político” em grego.

Em vários momentos da história da ciência estas “defasagens” vão se aprofundando até níveis tão grandes que tornam a ciência dominante inviável, na medida em que ela não consegue mais produzir conhecimento em conformidade com o desenvolvimento social, científico e tecnológico onde ela se produz. Nestas circunstâncias surgem brechas capazes de gerar rupturas epistemológicas profundas e de reorganizar a forma de produzir conhecimento científico. Cremos que, desde as últimas décadas do século XX, durante o período de hegemonia do neoliberalismo e o “pensamento único”, estamos em um momento semelhante.

Marx desenvolve de maneira profícua a historicidade dos conceitos e as categorias do conhecimento e das formas de produzi-lo. Acompanhemos a análise que faz do método da economia política do século XVIII: “Quando consideramos um dado país do ponto de vista econômico-político começamos pela sua população, a divisão dela em classes, a cidade, o campo, o mar, as diferentes formas de produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc.”. Marx se refere aqui à forma clássica em que a economia política analisa os países. Este método de análise, aparentemente correto, que começa pelo “real” e o “concreto”, se revela, perante um olhar mais atento, como falso, “pois *população* é uma abstração oca se deixarmos dado, por exemplo, as classes de que se compõe”, ao mesmo tempo, “classes” é uma palavra vazia si se desconhecem os elementos sobre os quais repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Isto é, para Marx “o real” e “o concreto”, tomados como ponto de partida da economia política, são categorias que representam elas mesmas uma acumulação histórica de conhecimento, portanto, representam um conjunto de determinações anteriores.

O método que historicamente a economia política seguiu foi o de começar suas análises através de conceitos “reais” e “concretos”, como “população”, por exemplo, ignorando que estes conceitos eram uma representação da realidade e não a própria realidade. Com isto, a única coisa que conseguiam era ter uma representação caótica do conjunto, precisando cada vez mais chegar analiticamente a conceitos mais simples, a abstrações cada vez mais sutis, até alcançar as determinações. Marx sugere que, seguindo o caminho inverso, isto é, começando pelas determinações mais abstratas (que significam uma visão de totalidade) para chegar ao “concreto representado” (que não é a própria realidade, mas uma representação da mesma), o conceito de “população”, por exemplo, já não seria uma

representação caótica de um conjunto, mas uma rica totalidade de múltiplas determinações e relações. Marx diz: “Este último é manifestamente o método científico correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso”. Esta visão de totalidade proposta por Marx, representa determinações em sua dimensão mais abstrata e aparecem no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência o ponto de partida também da intuição e da representação.

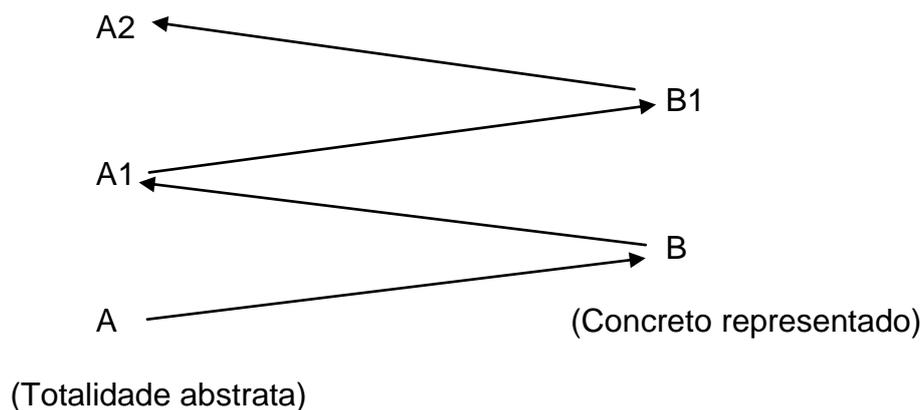
Marx sustenta que o método correto consiste em elevar-se do “universal concreto”, enquanto conjunto abstrato de determinações, para o “concreto representado”. Este movimento representa para o pensamento somente uma maneira de se apropriar do concreto (isto é, do real) e de reproduzi-lo como um “concreto individual” (como um conceito ou uma categoria), mas de forma alguma seria, como acreditava Hegel, um processo de formação do próprio concreto, isto é, da própria realidade. Segundo Marx, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo, se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se move por si mesmo ou, em última instância, se cria a si mesmo. O “universal concreto” como totalidade do pensamento é, de fato, um produto do pensamento e da capacidade de abstração. É produto do trabalho de reelaboração que transforma intuições e representações em conceitos. Para Marx “O todo, tal como aparece na mente que pensa e que se apropria do mundo, do único modo possível” representa uma abstração com respeito à qual o sujeito real mantém, antes como depois, sua autonomia.

Através de uma crítica profunda a Hegel, ao referir-se à categoria de posse com a qual este último começa a *Filosofia do Direito*, Marx afirma contundentemente que não existe posse antes da família ou das relações de dominação e servidão, que são relações muito mais concretas. Isto é, o conceito de posse como produto histórico e conhecimento acumulado, pressupõe categorias ou conceitos mais simples, como família ou relações de dominação e servidão. Entretanto, com respeito à categoria de propriedade, o conceito de posse aparece como mais simples e concreto, já que existem famílias ou tribos que se limitam a possuir, mas não têm propriedade. Frente à propriedade, a relação de simples comunidades de famílias ou de tribos que possuem, aparece como a categoria mais simples. Em uma sociedade de um nível de organização mais complexo, a categoria

“propriedade” aparece como a relação mais simples dentro de uma organização desenvolvida, apesar de que, em um nível mais concreto, cujo vínculo é a posse, isto está sempre suposto. Uma mesma categoria contém, de um lado, relações de subordinação de categorias ou conceitos mais simples, e por outro lado, mantém uma relação subordinada com respeito a categorias mais complexas. No âmbito de uma formação social mais simples, como o feudalismo, o conceito de “propriedade” supõe categorias mais simples a ela subordinadas. Enquanto que, com respeito a uma formação social mais complexa, por exemplo, o modo de produção capitalista, a categoria “propriedade” se subordina a outras mais complexas, por exemplo, meios de produção. Neste sentido, a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo (um modo de produção) não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente.

Esta perspectiva nos oferece a possibilidade de estabelecer uma relação dialética entre teoria e praxis, ou do campo do conhecimento e a realidade social. Isto é, o conhecimento produz uma nova realidade social, e esta nova realidade é capaz de produzir novo conhecimento; eis aqui o caminho da ciência como uma abstração da realidade, mas também como parte da própria realidade. A distinção destes dois momentos-chave nos ajuda a entender melhor a dialética marxista: o primeiro, é o caminho analítico que vai da “totalidade abstrata” ao “real concreto”, e o segundo momento, que é o caminho de regresso do “real concreto” à “totalidade abstrata”, que já não é a mesma que o ponto de partida inicial. A “totalidade abstrata” representa um conjunto complexo de múltiplas determinações (chamemos de ponto A), totalidade que é um ponto de chegada, na medida em que representa uma acumulação histórica de conhecimento. Este ponto A representa também um ponto de partida do qual “elevar-se” ao “concreto representado”, enquanto conceitos e categorias que apreendem intelectualmente a realidade, mas que de forma alguma são a própria realidade “externa” (poderíamos chamá-la também “realidade real”). Chamemos este segundo ponto, “concreto representado”, de ponto B. O segundo movimento representa o caminho de regresso deste “concreto representado”, B, até a “totalidade abstrata”. Porém, esta “totalidade abstrata” já não é a mesma que a anterior que se apresentou, metodologicamente, como ponto de partida, mas representa uma nova totalidade de múltiplas determinações, enriquecida pelo movimento anterior. Podemos chamar este de

ponto A1, a partir do qual se empreende um novo movimento até um novo “concreto representado” que já não será o ponto B, mas que enriquecido pelos movimentos analíticos anteriores, representará um momento de maior complexidade no ponto B1. Este novo “concreto representado” B1 produzirá uma nova “totalidade abstrata” em um ponto A2 e assim sucessivamente. Este seria o caminho da ciência que implica acumulação histórica de conhecimento, e uma espécie de movimento em espiral onde se vão desenvolvendo níveis cada vez mais altos de abstração e complexidade. Podemos ilustrar esta dinâmica com o seguinte gráfico:



O método dialético tem múltiplas e diversas implicações epistemológicas e metodológicas. Entretanto, nos interessa neste momento indicar duas delas por considerá-las fundamentais para nossa pesquisa. Em primeiro lugar, demonstra a historicidade do conhecimento, ao dar conta de movimentos analíticos que formam parte de um processo acumulativo. Desta visão, as categorias e os conceitos correspondem a momentos históricos específicos, de forma alguma são eternos ou universais, como propõe a ciência positiva baseada nos princípios da mecânica newtoniana. A partir da perspectiva dialética, a própria dinâmica analítica representa a inexorabilidade da superação do conhecimento e a possibilidade de ascender a níveis mais altos de abstração e complexidade.

Uma segunda implicação chave que nos interessa destacar na dialética de Marx, é a interação e mútua determinação entre teoria e prática. Isto é: o conhecimento é capaz de produzir novas realidades sociais e naturais, e estas novas realidades sociais, por sua vez, produzem novo conhecimento. Coloquemos como exemplo o desenvolvimento tecnológico e particularmente a nova matemática

aplicada à informática, que como conhecimento “puro” foi capaz de produzir novas realidades. Podemos ter muitas divergências a respeito do impacto da informática, mas certamente teremos um amplo consenso no reconhecimento de que o mundo moderno era um antes e outro depois da massificação do uso do micro computador em quase todas as atividades sociais durante as últimas décadas. Esta nova realidade produziu novo conhecimento e novas ferramentas e condições para produzir conhecimento. As novas teorias e o novo conhecimento produzem novas práxis e ao mesmo tempo estas novas práxis produzem novo conhecimento. Desta maneira, a própria teoria pode ser vista como práxis, na medida em que é um produto histórico e, portanto, parte também da realidade social.

O sentido histórico da produção teórica que Marx propõe é de suma importância para nossa pesquisa que se propõe estudar a conjuntura latino-americana e especificamente, a ascensão da esquerda na região como um fenômeno histórico e nesta medida, acumulação histórica de experiências anteriores. Mas, também, como uma realidade específica, que produz suas próprias ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão da realidade social latino-americana e do sistema mundial como totalidade. Certamente, este esforço teórico partiu menos das ciências dominantes na região e mais do pensamento crítico dentro e fora da academia. Mais adiante retomaremos estas questões, quando desenvolvermos os elementos que compõem a proposta de modelo multidimensional de análise da conjuntura.

1.3 Tempo simétrico versus irreversibilidade do tempo

Para a mecânica newtoniana, passado, presente e futuro são temporalidades simétricas, pelo que, qualquer tentativa de diferenciação entre estas temporalidades parece carecer de sentido. Ao vincular-se conhecimento completo e certeza, certas condições iniciais apropriadas garantiam a previsibilidade de futuro e a possibilidade de retroceder ao passado²¹. A partir desta perspectiva, se futuro e passado são equivalentes, o tempo é reversível. O que levou a pensar que os processos físicos também o eram. O pensamento positivista reflete esta visão do tempo universal e comum a todos os observadores. Sendo isto assim, a dimensão temporal se apresenta como uma variável irrelevante para a análise social.

²¹ PROGOGINE, Ilya. O fim das certezas, p. 10

A partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento da física dos processos de não-equilíbrio e o estudo dos sistemas dinâmicos instáveis, rompem com a ideia de simetria entre passado e futuro. O tempo como dimensão “irreversível”, ou como o chamou Ilya Prigogine, a “seta do tempo”, aparecia na base de uma enorme quantidade de fenômenos novos (formação de torvelinhos, oscilações químicas, radiação laser, etc.). Ao introduzir o fenômeno da instabilidade e do desequilíbrio como tendência dos sistemas dinâmicos, rompe-se definitivamente com os princípios da mecânica newtoniana, que estabelecia a tendência dos sistemas lineares ao equilíbrio e à estabilidade. Melhor dizendo, rompe-se com a pretensão universal da mecânica, mas cujos princípios continuam sendo válidos para sistemas simples, isto é, para um segmento particular e limitado da realidade. Assim, estes princípios que explicam o comportamento de sistemas simples, carecem de validade para o estudo de sistemas complexos, como os estudados pela termodinâmica moderna, que lidam com estruturas de conhecimento muito mais amplas, como a origem da matéria e os mecanismos que impulsionam o universo.

A introdução da “seta do tempo” e da instabilidade nos estudos de termodinâmica nos coloca frente ao fato de que as leis fundamentais somente expressam possibilidades e não certezas. Em um sistema deste tipo o futuro é incerto e o raciocínio físico e a especulação são campos que se delimitam com dificuldade²². Isto representa o fim do raciocínio determinista e das verdades universais.

A partir da perspectiva das ciências sociais, coloca-se como um elemento fundamental o reconhecimento da pluralidade dos tempos sociais, que interagem e devem sua importância a uma dialética de durações. O particular ou eventual e o universal são, ambos, simultaneamente significativos para a compreensão inteligente da realidade²³.

Faz-se necessário reintegrar o tempo e o espaço como variáveis constitutivas internas em nossas análises e não meramente como realidades físicas invariáveis dentro das quais existe o universo social.

²² PRIGOGINE: 1997, p. 11.

²³ WALLERSTEIN, Immanuel. “Les temps, la durée, et le tiers non-exclu: Reflexions sur Braudel et Prigogine.

1.4 A relação entre pesquisador e pesquisa: O “re-encantamento do mundo”

Quando no início do século XX Max Weber resume a trajetória do pensamento moderno como um “desencantamento de mundo”, pretende a busca de um conhecimento “objetivo”, não limitado por qualquer sabedoria ou ideologia implícita ou explícita. Para as ciências sociais isto significava estabelecer a independência das mesmas com respeito às estruturas de poder existentes. Apesar desta demanda ter significado a liberação da atividade intelectual relativa a pressões externas, como a religião ou a mitologia, o conceito weberiano de neutralidade do cientista oferecia uma solução impossível, na medida em que, como coloca Immanuel Wallerstein, nenhum cientista pode ser separado de seu contexto físico e social ao mesmo tempo em que toda medição modifica a realidade na sua intenção de registrá-la e toda conceituação se baseia em um compromisso filosófico²⁴.

No livro “*La nouvelle alliance*”, Ilya Prigogine e Isabel Stengers propõem um “re-encantamento do mundo”; o que não significa regressar ao momento anterior a Weber, mas pelo contrário, dar um passo adiante no caminho de libertar, o pensamento humano e o conhecimento, de obstáculos que impeçam seu desenvolvimento orgânico, o próprio desenvolvimento da humanidade e as realidades sociais e teóricas cada vez mais complexas. Vejamos:

Durante muitos anos, o caráter absoluto dos enunciados científicos foi considerado um modelo de racionalidade universal. A universalidade era, neste caso, negação e superação de qualquer particularidade cultural. Cremos que nossa ciência se abrirá ao Universal quando esta deixe de negar, e deixe de ser alheia às preocupações e perguntas das empresas onde se desenvolve, quando deixe de ser alheia a um diálogo com a natureza, onde se apreciem os múltiplos encantos e, com os homens de todas as culturas, se respeitem estes aspectos (tradução própria do francês), (PRIGOGINE/STENGERS, 1986, p.52)

Trata-se de um chamado para derrubar as barreiras artificiais entre o homem e a natureza, reconhecendo que ambos fazem parte de um universo único marcado pela “seta do tempo”, ou a irreversibilidade do tempo. Assim, a ciência se abrirá ao universal quando seja capaz de estabelecer um diálogo com a natureza e um diálogo respeitoso com os homens de todas as culturas. O re-encantamento do mundo recupera a universalidade da ciência em um ponto mais elevado; trata-se de uma universalidade que re-approxime o homem e a natureza? Neste momento, o

²⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. “Les temps, la durée, et le tiers non-exclu: Reflexions sur Braudel et Prigogine.

universalismo terá deixado de ser europeu, para converter-se em um universalismo planetário.

O “reencantamento do mundo” abre um diálogo baseado na racionalidade crítica como fundamento da comunicação acadêmica. A partir dele, e sem necessidade de nos situarmos em uma perspectiva relativista, podemos reconhecer, por exemplo, a validade de afirmações que refletem interesses conflitantes e que podem ser ambas parcialmente verdadeiras ou simultaneamente verdadeiras.

1.5 Universalismo europeu e América Latina

Podemos afirmar que o processo de “desencantamento do mundo”, do qual foram parte as ciências sociais em sua tentativa de alcançar verdades universais independentes de uma visão teológica do mundo foi, do ponto de vista do ocidente, uma acometida relativamente exitosa, mesmo quando estas ciências sociais se criaram e desenvolveram, como assinalado anteriormente, em quatro países da Europa e nos Estados Unidos, para estudar, principalmente, as realidades sociais destes cinco países. Ao fim e ao cabo, como consequência desta dinâmica, produziu-se um volume considerável de conhecimento, teoria e métodos. Do ponto de vista da humanidade em geral, o saldo já não é tão positivo, em nossa opinião, pois deixou-se dado, por desconhecimento, discriminação ou arrogância, uma enorme produção de pensamento filosófico, conhecimento e sabedoria produzida fora do ocidente. As ciências sociais que hoje conhecemos foram, na realidade, uma construção específica que a partir de um forte aparato político e ideológico de dominação e colonização se apresentou e se impôs como universal e como produto da humanidade como um todo.

De uma perspectiva latino-americana, a construção das ciências sociais ocidentais, e a imposição de sua teoria e seu método para o estudo da realidade social regional, significaram um muro de contenção para o desenvolvimento do enorme potencial criativo do pensamento social latino-americano. Salvo algumas exceções e exceto alguns momentos especiais da história do pensamento latino-americano, o exercício e o desenvolvimento das ciências sociais em nossa região estiveram profundamente marcados pelo seguimento, a ferro e fogo, das bases teórico-metodológicas das ciências sociais européias, criadas para estudar sua própria realidade.

Um tipo de colonialismo mental marcou, durante muito tempo o pensamento social, o quefazer acadêmico e o desenvolvimento das universidades e dos centros de pesquisa científica em nossa região, em grande parte encorajado pelas elites dominantes locais das nascentes repúblicas na região, durante o século XIX, que renunciaram à possibilidade de produzir conhecimento local. Segundo esta visão, a produção teórica e de conhecimento local era inútil e desnecessária, pois existia um conhecimento “universal” que se podia importar da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos. Sob esta lógica, as universidades foram concebidas como centros de difusão de teorias alheias às realidades nacionais e regionais latino-americanas, e se constituíram em urnas de cristal, pretensamente alheias às lutas sociais em diferentes momentos da história de nossa região, mas organicamente articuladas com a manutenção dos princípios positivistas de “ordem” e “progresso”, e das estruturas de dominação vigentes. Proporemos a leitura de um dos expoentes mais lúcidos do pensamento conservador peruano para termos um testemunho vivo desta atitude, Víctor Andrés Belaúnde, que em 1930 escreveu:

“Que a juventude seja jovem, isto é, desinteressada, alegre, cheia de vida, longe da agitação e das impurezas da realidade. Que a juventude viva para si mesma e para o claustro; ao viver assim, servirá melhor ao país, cujo progresso encontra-se no trabalho silencioso e útil dos laboratórios e das salas de aula, e não na agitação pseudo-idealista das ruas e das praças.”²⁵

Até meados do século XX, surgiram as principais elaborações teóricas de um pensamento social orientado para estudar e compreender as particularidades da realidade social latino-americana, principalmente, fora do âmbito acadêmico e da universidade. É o caso de José Carlos Mariátegui, que através de sua obra, produzida na década de 1920, elabora novos paradigmas para a compreensão e o estudo da realidade social peruana, abrindo um caminho inédito para o pensamento social latino-americano. Quando o pensamento crítico surge a partir de uma articulação com a academia, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, podemos constatar também tentativas sistemáticas, a partir do *establishment* acadêmico, de isolamento destas correntes de pensamento, de desacreditação e desprestígio científico de sua produção, de obstáculos para o apoio financeiro a suas investigações e estudos e até de perseguição política, principalmente no período no qual a América Latina esteve sob o domínio das ditaduras militares.

²⁵ Víctor Andrés Belaúnde, *La realidad Nacional*, Editorial V, Lima, sem data.

Neste segundo grupo colocamos esforços como os da teoria da dependência, particularmente a corrente marxista.

O pensamento crítico latino-americano viu-se frente a um duplo cerco, de um lado, como já assinalamos, a visão colonial e eurocêntrica prevalecia nos setores dominantes da academia e, de outro lado, a visão burocrática do marxismo, com forte influência stalinista que impunha seus próprios cânones, sua própria e particular interpretação do marxismo e da análise da realidade social e as estratégias e táticas políticas nos vários países da região.

Talvez não seja redundante colocar um feito histórico para ilustrar esta afirmação, ao nos referirmos à participação de José Carlos Mariátegui na Primeira Conferência latino-americana da Internacional Comunista em Buenos Aires. Mariátegui não pôde participar pessoalmente desta reunião mas enviou, através de dois representantes do movimento sindical peruano, Hugo Pesce e Julio Portocarrero, dois documentos: “Ponto de vista anti-imperialista” e “O problema das raças na América Latina”, que hoje em dia são consideradas parte das contribuições mais importantes para a compreensão do problema indígena na região. As teses que se defendiam nestes dois artigos foram desqualificadas violentamente pelo dirigente comunista ítalo-argentino, Victorio Codovila, que presidia a reunião. Somente a partir da década de 1950, a obra de Mariátegui será retomada e recuperada pelo pensamento crítico na região.

A partir da década de 1980, um novo cerco de ferro se estende ao redor do pensamento crítico latino-americano, com a hegemonia do pensamento neoliberal. Hoje estamos vivendo na América Latina um novo momento de abertura das ciências sociais, marcado por uma emergência vigorosa do pensamento crítico que está ganhando as novas gerações de pesquisadores e intelectuais. A riqueza e o potencial transformador dos processos sociais em curso estão obrigando a repensar as ferramentas teórico-metodológicas para o estudo e a análise da realidade social. Talvez seja um momento de síntese que, certamente, necessite retomar o pensamento social latino-americano mais criativo, os avanços científicos e tecnológicos que a humanidade acumulou historicamente, as contribuições das ciências sociais, inclusive as dominantes, para ir muito além à criação de ferramentas e teorias a partir de uma atitude que diminua as pretensões universalistas e que aprofunde um espírito inclusivo. Para avançar cientificamente é necessário superar a visão do pensamento hegemônico, mais preocupado com a

tarefa política de universalizar experiências particulares e as impor a partir de fortes estruturas de dominação, que com a compreensão inteligente da realidade social.

Capítulo 2

NOVOS CAMINHOS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Em 1948, o matemático estadunidense Warren Weaver publica um artigo intitulado *Science and complexity*²⁶, no qual distingue três grandes períodos do desenvolvimento da ciência desde o surgimento da mecânica. No primeiro período, que vai desde o século XVII até o século XIX, a ciência estava relacionada aos problemas da simplicidade (*Problems of simplicity*), preocupada com a correlação de dois, três e no máximo de quatro variáveis.

A segunda etapa, a partir de 1900, é denominada complexidade desorganizada (*Disorganized complexity*). Esta ciência, desenvolvida a partir de um grupo de cientistas pioneiros provenientes da física e da matemática, propôs trabalhar com um número infinito de variáveis, desenvolvendo poderosas técnicas de teoria probabilística e mecânica estatística. Os problemas da complexidade desorganizada consideram um número muito grande de variáveis cujo comportamento individual é errático, ou talvez totalmente desconhecido. Entretanto, o sistema onde elas estão inscritas como um todo, possui certas propriedades suscetíveis de ordenamento e sistematização.

A terceira etapa, que o autor chama de complexidade organizada (*Organized complexity*) enfrenta problemas que envolvem, simultaneamente, não somente um número muito grande de variáveis, mas também um sistema orgânico complexo onde estas variáveis estão inter-relacionadas. As ciências da complexidade organizada podem explicar fenômenos complexos como os padrões de comportamento de grupos organizados, o genoma humano e uma enorme gama de novos problemas, dos quais depende o futuro da humanidade.

Estes problemas – e um enorme leque de problemas similares na biologia, medicina, psicologia, economia e ciências políticas – são simplesmente muito complicados para se renderem às velhas técnicas do século XIX, que foram dramaticamente exitosas com dois, três ou quatro variáveis que descreviam

²⁶ WEAVER, Warren. “Science and complexity”, Rockefeller Foundation, New York, 1947, 9 p. Disponível em: <http://www.ceptualinstitute.com/genre/weaver/weaver-1947b.htm>

os problemas da simplicidade. Estes novos problemas, além disso, não podem ser conduzidos com as técnicas estatísticas que tão eficazmente descrevem o comportamento médio nos problemas de complexidade desorganizada (WEAVER, 1948, p. 4.), (a tradução do inglês é nossa).

Esta nova problemática requer que a ciência realize um terceiro grande avanço. Muito maior que o das ciências da simplicidade do século XIX, ou a vitória dos problemas da complexidade desorganizada do século XX. Conclui Weaver assinalando que, o horizonte científico para os próximos cinquenta anos, coloca a ciência frente ao desafio de aprender a trabalhar com os problemas da complexidade organizada.

Certamente, o enorme avanço científico tecnológico que a humanidade experimentou durante as últimas cinco décadas, elevou a produtividade do trabalho a níveis nunca antes vistos na história do homem. Foi capaz de compreender a dinâmica do cosmos como um sistema complexo infinitamente maior que o entorno do sistema solar e está muito próximo de reproduzir artificialmente o exato momento da criação do universo, através das pesquisas que estão sendo realizadas com o *acelerador de partículas*²⁷. Este avanço científico que foi, inclusive, capaz de produzir recentemente, novas formas de vida em nosso planeta, foi conseguido a partir do desenvolvimento destas novas ciências da complexidade organizada, às quais pioneiramente se referia Warren Weaver, em 1948. As ciências da natureza e da matéria experimentaram enormes transformações e conseguiram chegar a níveis sem precedentes no conhecimento e manipulação da natureza e da matéria. Não ocorreu o mesmo com as ciências sociais, que continuam majoritariamente prisioneira dos paradigmas da “ciência da simplicidade” do século XIX.

O sociólogo mexicano, Pablo González Casanova, coloca em dos problemas centrais das ciências sociais contemporâneas quando diz que hoje mais que nunca se comprova que é impossível compreender o sistema capitalista global e seus limites históricos e sociais se não se incluem as relações de dominação, apropriação e acumulação. Entretanto, estas mesmas relações de dominação, apropriação e

²⁷ O acelerador de partículas, LHC (siglas em inglês: Large Hadron Collider), é um novo experimento onde está trabalhando uma equipe de cientistas a nível mundial, que busca através do calor produzido por meio do choque a altíssima velocidade de partículas, reproduzirem o momento de criação da matéria no cosmos. Através de um túnel de 27 Km, construído a 90 km de profundidade na região norte da Europa continental (Bélgica), estão sendo realizadas, desde 2008, várias colisões de matéria que geraram até o momento um volume enorme de informação. Os resultados que se esperam produzir até o ano de 2012, podem mudar o rumo da ciência e do conhecimento do universo.

acumulação não podem ser entendidas se o pensamento crítico não incorpora sistematicamente em seus paradigmas de análise, a complexidade organizada do capitalismo moderno e pós-moderno, as novas ciências, os sistemas complexos e auto-regulados. Conclui o autor: “hoje o mundo vive sob o domínio de um capitalismo complexo, e em uma situação lamentável de separação e desarticulação teórico-prática entre os que dominam a complexidade e ignoram ou menosprezam a análises crítica marxista e os que dominam o pensamento crítico e somente excepcionalmente aprofundam os problemas teórico práticos da complexidade”²⁸.

É exatamente a partir deste ponto nefrágico que esta tese pretende desenvolver algum nível de contribuição e novidade. Ela é uma tentativa de incorporar ao pensamento crítico as matrizes de análise da complexidade, as ciências e os sistemas auto-regulados, a fim de compreender a dinâmica do capitalismo contemporâneo, como projeto hegemônico, e os projetos contra-hegemônicos e de emancipação que surgem como alternativa.

Este capítulo busca apresentar, de maneira sistemática, uma síntese das principais perspectivas teóricas das quais nossa pesquisa se servirá para abordar elementos chaves para uma proposta de modelo de análise multidimensional da conjuntura. Certamente, não é nossa intenção realizar um balanço extenso do pensamento crítico mundial. Interessa-nos sim, retomar algumas abordagens, que consideramos relevantes para o desenvolvimento desta tese, na medida em que oferecem contribuições teóricas e metodológicas importantes para o estudo de nosso objeto. Portanto, as correntes de pensamento e os autores aqui retomados, representam apenas uma seleção de um universo muito mais extenso que constitui a ampla produção teórica elaborada a partir do pensamento crítico mundial da segunda metade do século XX.

2.1 Pensar o mundo de uma perspectiva global: Teoria do sistema mundial e a visão global do desenvolvimento capitalista

A riqueza da noção de sistema-mundo é que ela permite não somente analisar os elementos da acumulação econômica, contribuição que o conceito de economia mundial já havia aportado, mas que também desenvolve a noção de movimentos anti-sistêmicos, amplamente trabalhada pelo grupo do Centro Fernand

²⁸ GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 52.

Braudel, especialmente Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, em Binghamton, EUA. A perspectiva do sistema-mundo integra também a noção das ondas longas de Kondratiev e os ciclos longos identificados por Braudel e integrados às investigações do Centro que leva seu nome.

Na gênese da teoria do sistema mundial podemos encontrar a construção teórica da economia mundial. O conceito de economia mundial surge a partir de uma crítica à economia clássica que considerava o fenômeno da economia internacional como um simples fator externo e apenas complementar da economia nacional²⁹. A economia clássica tinha como objeto de análise as economias nacionais pensadas como unidades econômicas fechadas e independentes da economia mundial. Os neoclássicos, seguidores desta escola, consideram que as economias nacionais foram a base das relações econômicas internacionais.

A experiência histórica mostra que, ao contrário dos que propunham a economia clássica, o comércio mundial é anterior à constituição das economias nacionais e, inclusive, se apresenta como elemento constitutivo destas. Assim, é impossível entender, por exemplo, a constituição da economia espanhola ou portuguesa, à margem dos descobrimentos marítimos e o posterior fenômeno colonial. A teoria do sistema mundial propõe que as economias nacionais nascem a partir de uma economia mundial em formação. Fernand Braudel mostra que as unidades econômicas básicas nas quais se desenvolveu o capitalismo não foram nacionais nem locais, mas unidades econômicas regionais que incluem várias realidades locais ligadas entre si por um sistema de relações, basicamente comerciais, que formavam uma “economia-mundo”. Immanuel Wallerstein chama esta economia mundial de “economia-mundo” europeia que se converterá em um sistema econômico mundial.³⁰

Certamente Marx não estuda especificamente a economia mundial, seu enfoque teórico-metodológico situava o capitalismo como produto de um processo histórico que de nenhuma maneira podia ser pensado como um fenômeno nacional e que de fato, não era pensado por ele como um processo nacional. A tradição econômica marxista, posterior a Marx, recupera e aprofunda esta visão: Rosa Luxemburgo vai pensar o problema da reprodução capitalista no contexto do

²⁹ DOS SANTOS, Theotonio. O sistema econômico mundial: Gênese e alcance teórico de um conceito. (mimeo).

³⁰ Idem

imperialismo, colocando o processo de reprodução frente a mudanças tecnológicas no sentido de uma composição orgânica do capital crescente. Lenin vai seguir esta mesma linha, em sua teoria do imperialismo como uma nova fase do capitalismo, onde o monopólio, o movimento de capitais e a ação do Estado, com as novas formas de contradição entre grupos de Estados, ou as alianças estatais a nível mundial, haviam dado origem a uma nova fase do sistema capitalista, visto como um sistema mundial. Este mesmo enfoque é seguido por Bukharin e Trotsky.

Para Theotonio dos Santos³¹, Bukharin representa um momento importante na configuração da teoria do sistema mundial ao ressaltar o papel da divisão do trabalho a nível mundial e ao mostrar o papel dos Estados nacionais na constituição da economia mundial capitalista moderna, que se funda na contradição entre seu caráter internacional e sua base nacional. Quanto mais se fortalecem as economias nacionais, mais fortes são seus interesses internacionais e sua interdependência com a economia internacional. Este enfoque internacionalista esteve na base da formação da Primeira e da Segunda Internacional dos Trabalhadores e esteve também na base da formulação da Terceira Internacional fundada por Lenin, que exigia a renúncia a partidos nacionais para aderir a um partido mundial com seções nacionais.

A tradição trotskista da Quarta Internacional segue a mesma metodologia de análise da conjuntura mundial, como anterior à análise das situações nacionais, criando um modelo de polêmica **fracional** de programas políticos que se fizeram célebres na esquerda mundial. Desta maneira, se colocava no centro do debate a discussão sobre as tendências da economia mundial. Esta mesma linha vai marcar o conflito entre a União Soviética e a China durante grande parte da década dos 70 e dos 80.

Em diálogo com o marxismo, ainda que fora do âmbito propriamente marxista, se desenvolvia a obra de Fernand Braudel, que vai se projetar como um dos principais teóricos do sistema mundial a partir de 1960, com seu livro “Civilização material - Economia capitalista”. Dando continuidade a uma tradição teórica que analisa o capitalismo como um fenômeno internacional, Schumpeter coloca novamente a visão de que os processos globais e os sistemas econômicos precedem teoricamente as realidades locais, afirmando a necessidade de integrar à

³¹ Idem

análise dos fenômenos puramente econômicos, os fenômenos sociais. Inclui em sua análise dos ciclos econômicos, os ciclos longos de Kondratiev, e integra elementos essenciais para a compreensão do sistema colonial e neo-colonial como contexto onde se desenvolve o capitalismo.

Tendo como precedente este importante debate, e ao lado do conceito de economia mundial, surge o conceito de sistema mundial. Este conceito busca integrar as realidades nacionais, internacionais, transnacionais, multinacionais e globais que formam parte da economia mundial em um sistema onde seus distintos elementos estão integrados e são interdependentes entre si. A economia mundial que integra este sistema é capaz de se “auto-reproduzir” a partir dos Estados nacionais e das economias nacionais. As economias nacionais estão formadas, ao mesmo tempo, por economias locais com maior ou menor grau de integração entre si, e muitas vezes, estas economias locais podem estar mais integradas a economias externas que à sua economia nacional.

O conceito de sistema econômico mundial está ligado ao fenômeno de expansão do capitalismo mercantil europeu entre os séculos XV e XVIII, que consegue articular as várias regiões do planeta através de um comércio de caráter mundial, a partir dos grandes descobrimentos marítimos e da navegação. Giovanni Arrighi chama a atenção para três ciclos hegemônicos que se sucederam desde a conformação do moderno sistema mundial: o primeiro ciclo, da hegemonia holandesa; o segundo ciclo marcado pela hegemonia britânica; e o terceiro ciclo o da hegemonia dos Estados Unidos. Para o autor, as crises hegemônicas que marcam o passo de um ciclo até outro, estão caracterizadas por três processos, a saber: a) a intensificação da competência intra-estatal e intra-empresarial; b) o aumento dos conflitos sociais e c) o surgimento de novas configurações de poder³².

Assim, o processo de acumulação mundial tem a característica de estar hegemônico por um centro articulador da economia mundial, promovendo uma divisão internacional do trabalho onde os setores mais dinâmicos de acumulação do capital se encontram no centro do sistema, enquanto que os setores dependentes de demanda e do avanço tecnológico dos setores mais desenvolvidos se submetem a seus mercados e a seus capitais. Desta maneira, se favorece a formação de

³² Ver: Giovanni Arrighi e Beverly Silver: *Caos e governabilidades no moderno sistema mundial*. Contraponto editora/UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

excedentes econômicos nas economias centrais, que permitem uma maior capacidade de organizar e determinar a economia mundial.

Segundo esta teoria, a economia monopólica tem um papel fundamental na formação das relações econômicas em escala mundial, ao mesmo tempo em que os Estados nacionais têm uma presença importante no processo de integração da economia mundial. As empresas multinacionais que se formam depois da Segunda Guerra Mundial se transformam em empresas transnacionais e grande parte delas são hoje em dia empresas globais, cumprindo o papel de células desta economia mundial e operando segundo princípios de oligopólios e monopólios, em estreita aliança com os Estados nacionais e coloniais para favorecer sua acumulação de capital.³³

2.2 A teoria da dependência e a compreensão do mundo contemporâneo a partir de uma perspectiva latino-americana

Se nos países centrais surgia, durante a década de 60, uma teoria do sistema econômico mundial, na América Latina aparecia, de maneira desafiante, uma teoria que integrava a experiência histórica, social, econômica e política dos países que haviam sido submetidos a expansão do sistema capitalista mundial. A teoria da dependência se propõe como síntese de um movimento intelectual e histórico na América Latina que refletia uma acumulação teórico-metodológica de crescente densidade do pensamento social na região e que se propunha a abrir um campo teórico e analítico próprio.

Esta teoria nos oferece elementos-chaves para a compreensão da realidade latino-americana e dos países periféricos porque, partindo de uma visão global da economia mundial, é capaz de integrar a visão do sistema mundial com a utilização da análise e do estudo da problemática específica dos países dependentes e colonizados; se apresenta como uma forma de pensar o mundo do ponto de vista dos países periféricos. A teoria da dependência propõe que o subdesenvolvimento das economias latino-americanas, assim como as demais economias periféricas na Ásia e na África, não era consequência da persistência de economias pré-capitalistas, mas resultado da forma em que estas economias se haviam integrado à economia mundial. Este enfoque critica as concepções desenvolvimentistas que

³³ Idem

propunham iniciar um processo de transformação das economias pré-capitalistas em capitalistas, com sistemas de democracia representativa ou parlamentar, ao mesmo tempo em que concordava com um modelo ideal de modernidade onde as economias pré-capitalistas deviam se integrar ao mundo desenvolvido.

A teoria da dependência integrou à análise a problemática da marginalidade, das novas estruturas de classe e dos novos movimentos sociais, mudando o eixo das análises da teoria do desenvolvimento. A partir dela se criaram novos conceitos, como o sistema de centro-periferia, a categoria de dependência, a análise estruturalista da inflação, o colonialismo interno (que vinculava etnia e classe social), a marginalidade, o debate sobre o reformismo e a revolução, entre outros³⁴. Este esforço teórico surge em um momento de afirmação política do Terceiro Mundo, que se manifesta na constituição da OPEP e o surgimento do Movimento dos Não-Alinhados e no contexto de processos revolucionários vitoriosos, como o governo de Allende no Chile e os governos progressistas no bloco andino, como o caso do governo de Velasco Alvarado no Perú.

Blomström e Hettne³⁵ resumem as ideias centrais das diferentes correntes da teoria da dependência da seguinte forma:

- O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes de um mesmo processo universal;
- O subdesenvolvimento não pode ser considerado como primeira condição para um processo evolucionista;
- A dependência não é somente um fenômeno externo, mas que se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (seja social, ideológica ou política).

Em seu livro “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” (1991) Andre Gunder Frank elabora um quadro das escolas da teoria do desenvolvimento³⁶, a partir de citações de quatro autores: Borjn Hettne, Diana Hunt, Cristóbal Kae, Jorge Larraín e David Lehman, em publicações sobre este tema entre 1989 e 1991. Esta

³⁴ Kay Critóbal: 1989

³⁵ BLOMSTRÖM, Magnus; HETTNE, Bjorn. La teoría del desarrollo en transición. México: Fondo de Cultura Económica, 1990:15

³⁶ FRANK, André Gunder. El desarrollo del sub-desarrollo: Un ensayo autobiográfico, Nova Sociedad, Caracas, 1991.

classificação distingue, além das teorias da modernização e do estruturalismo, quatro correntes no interior da teoria da dependência: a reformista, a não marxista, a marxista e a neo-marxista. Os autores nos quais Gunder Frank se baseia para elaborar sua classificação coincidem em colocar Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra como parte da corrente “neo-marxista”.

Carlos Eduardo Martins³⁷ destaca duas matrizes metodológicas no interior da teoria da dependência: a visão marxista, influenciada pela revolução cubana, pelos limites do desenvolvimentista na região e pela ofensiva política, social e cultural terceiro-mundista. Segundo o autor, esta corrente, teria na obra de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Orlando Caputo suas principais referências, influenciando profundamente o ambiente intelectual e político latino-americano. A outra visão da dependência se desenvolve sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, parte das teses da CEPAL, ainda que se proponha criticá-las, sofrendo uma forte influência weberiana. Ambas as visões ganham uma forte influência e projeção regional e internacional.³⁸

A corrente marxista da teoria da dependência recupera a particularidade da formação social latino-americana como campo analítico para estudar a situação histórica concreta do desenvolvimento do capitalismo na região e sua relação dinâmica com a economia mundial e o capitalismo contemporâneo como modo de produção geral. Ao mesmo tempo, esta corrente da teoria da dependência critica o marxismo ortodoxo, por não ter sido capaz de desenvolver uma relação dialética entre o discurso teórico e as descrições empíricas, substituindo o feito concreto pelo conceito abstrato. Segundo Ruy Mauro Marini, a dinâmica dos processos estudados a partir do marxismo ortodoxo, rompe a relação entre o concreto e o abstrato, dando lugar a descrições empíricas que correm paralelas ao discurso teórico. Da mesma maneira, assinala o autor, o marxismo “ecclético”, perante a dificuldade de adequar-se às realidades concretas - categorias que não foram desenhadas para ele - recorre simultaneamente a outros enfoques teóricos e metodológicos incorrendo em uma falta de rigor conceitual, o que, longe de um enriquecimento do marxismo, constitui sua negação.

Nem “marxismo ortodoxo” nem “marxismo ecclético” conseguiram entender, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, as peculiaridades da

³⁷ MARTINS, Carlos Eduardo. Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial. Mimeo.

³⁸ Idem

economia latino-americana. As categorias marxistas constituem instrumentos de análise da realidade, mas de nenhuma maneira podem recolocar ou “mistificar”³⁹ os fenômenos aos quais se refere. A análise “neo-marxista” da teoria da dependência se orienta para ponderar as categorias marxistas, sem que isto signifique romper a lógica do raciocínio geral, afirmando um rigor conceitual e metodológico não dogmático.

Ruy Mauro Marini nos oferece uma definição bastante precisa da dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde as relações de produção das nações dependentes são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Esta relação tende necessariamente a aprofundar a dependência, portanto, sua liquidação supõe a supressão das relações de produção que ela envolve (Marini: 1985). A dependência, na América Latina, se origina no momento em que sua relação com os centros capitalistas europeus se insere na estrutura da divisão internacional do trabalho. Isto é, o momento em que as nações recentemente independentes⁴⁰ da região se articulam diretamente com a Inglaterra para produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo e de dívidas, estritamente em função das necessidades da metrópole europeia. Na medida em que as exportações superam as importações, isto é, se consolida um superávit comercial na América Latina, a dívida externa da região passa a ser um mecanismo privilegiado de transferência do excedente gerado para a Inglaterra, permitindo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa.

Ainda que a América Latina desempenhe um papel importante na formação da economia capitalista mundial, graças à enorme produção de metais preciosos durante os séculos XVI a XVIII, segundo Marini, somente a partir de 1840 sua articulação com a economia mundial se realiza plenamente, a partir da criação da grande indústria que consolida a divisão internacional do trabalho.

A grande indústria moderna teve como base a disponibilidade de bens agrícolas que os países dependentes ofereciam. A crescente população urbano-industrial da Europa encontrou seus meios de subsistência na abundante produção

³⁹ Marini, Ruy Mauro. *Dialética da dependência...* p. 16.

⁴⁰ As guerras independentistas se originaram na América espanhola a partir de 1810, até 1823 em que se consolida a independência do Peru, que foi o último reduto da colonização espanhola.

agrícola originada na América Latina. Isto permitiu o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e a especialização industrial europeia e sua expansão em escala mundial.

As funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem as necessidades dos países industriais, contribuindo para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da mais valia absoluta para mais valia relativa, passando a produção a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que da exploração do trabalhador. Enquanto que o desenvolvimento da produção nos países dependentes, articulado com a lógica de acumulação dos países centrais, ocorrerá a partir de uma maior exploração do trabalhador, isto é, através do aprofundamento da mais valia absoluta. Segundo Marini, este é o caráter contraditório da dependência latino-americana que determina o conjunto das relações de produção do sistema capitalista, em cuja base se localiza a dinâmica do intercâmbio desigual.

A inserção de América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo capitalista baseado na mais valia relativa⁴¹, que permite que as economias industrializadas atendam as necessidades de meios de subsistência da mão de obra assalariada através da oferta mundial de alimentos que alcança seu momento mais alto na segunda metade do século XIX. O efeito desta oferta, proveniente principalmente da América Latina, ampliado pela depreciação dos preços dos produtos primários no mercado mundial, será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais. Isto teve como consequência que o incremento da produtividade do trabalho gerara quotas de mais valia cada vez mais elevadas. Isto é, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens o salário, a América Latina contribuiu para o aumento da mais valia relativa nos países industrializados.

Conclui Marini assinalando que não é somente no nível de sua própria economia que a dependência latino-americana se revela contraditória, mas que a participação da América Latina na dinâmica do modo de produção capitalista nos países industrializados será também contraditória.

Ao analisar as particularidades do capitalismo dependente latino-americano como parte de uma dinâmica mais ampla e organicamente integrada às

⁴¹ Entendida como a exploração do trabalho assalariado baseado na transformação das condições técnicas de produção que traz como consequência a desvalorização real da força de trabalho.

necessidades do processo de acumulação das economias centrais, a teoria da dependência se apropria da totalidade, a partir da particularidade da América Latina, elaborando elementos teóricos e conceituais para uma compreensão mais profunda, tanto da economia mundial e do capitalismo como processo universal, como da realidade histórica concreta latino-americana.

2.3 Os ciclos longos e a análise da conjuntura econômica

A ruptura com as formas metodológicas da história tradicional do século XIX, focalizada no estudo do tempo breve, produziu grandes avanços e transformações metodológicas para o estudo de fenômenos econômicos complexos, as variações da taxa de lucro, o estudo da produção, a circulação ou o crescimento econômico. Surge assim a necessidade de estudar os novos fenômenos econômicos a partir de ciclos de duração mais longa que o tempo instantâneo e cronológico.

A economia neoplásica, orientada a partir da ideia de equilíbrio geral, pensava as flutuações econômicas como anomalias ou rupturas deste equilíbrio, cuja explicação somente podia encontrar-se em fatores externos aos fenômenos econômicos analisados pela teoria. Não existe uma teoria do ciclo econômico produzida pela teoria econômica neoclássica. Esta surge melhor a partir do pensamento marxista e de contribuições importantes da nova história econômica de inícios do século XX, que foram focalizando o fenômeno das crises econômicas.

Assim, surgem novas matrizes analíticas para estudar a conjuntura econômica a partir dos ciclos e inter-ciclos de duração variável, que vão de 10 a 25 e até 50 -70 anos, como é o caso das ondas longas do economista russo Nicolai Kondratiev. A análise das ondas longas se articula com uma visão mais ampla do funcionamento da economia mundial. Portanto, os ciclos são analisados a nível internacional, e estes se manifestam em conjuntos de países, o que permite inclusive, elaborar um mapa de sua trajetória a nível mundial. Para explicar a dinâmica dos ciclos econômicos, Theotonio dos Santos propõe:

Na sucessão dessas ondas longas identificam-se cada vez mais os períodos da retomada e crescimento econômico como períodos de incorporação maciça de inovações tecnológicas, em geral, introduzidas no período de depressão e de recuperação, e que se encontram em fase de difusão e expansão no período de crescimento. As teorias dos ciclos econômicos longos ou ondas longas nos mostra que há mudanças estruturais no final de cada ciclo longo, dando às crises dessa fase final um caráter estrutural, que as vincula também com a introdução de novos paradigmas tecnológicos que se identificam não somente pela predominância de novos setores e ramos de produção dentro da economia, como também por

mudanças no próprio processo de trabalho e no próprio sistema de produção (SANTOS, 1999, p.3)

Através desta colocação, nos interessa destacar a relação entre crise econômica e inovação tecnológica que se introduz massivamente para produzir novas fases de crescimento. Deixamos isto apenas assinalado, para retomar a análise nos capítulos posteriores.

Passamos a analisar de maneira mais específica os ciclos econômicos propostos por Kondratiev. Consideramos que esta matriz analítica nos permite focar os fenômenos econômicos de uma perspectiva histórica de duração variável, o que nos aporta uma ferramenta metodológica importante para pensar os processos sociais como sistemas complexos e multidimensionais. Perspectiva que retomaremos mais adiante.

Segundo esta teoria dos ciclos econômicos, a economia mundial se move em períodos, ou ciclos longos, de 50 a 60 anos, descrevendo uma fase na qual predominam os anos de crescimento econômico que duram cerca de 25 a 30 anos, sucedida da segunda fase do ciclo longo que se caracteriza por períodos de 25 a 30 anos onde predominam recessões com moderada recuperação de crescimento.

As fases de ascensão, ou fase “A” do ciclo, se caracterizam por um grande crescimento do produto baseado em um mesmo esquema tecnológico, crescimento do emprego que gera uma situação de maior oferta de trabalho e favorece a organização sindical, ao mesmo tempo em que aumenta a capacidade de pressão do movimento operário e a obtenção de salários mais elevados. As fases de decadência, ou fase “B” do ciclo, ocorrem quando os ganhos de produtividade se esgotam porque as inovações anteriores perdem sua força inovadora e alcançam sua maturidade, ao mesmo tempo em que existem dificuldades para incorporar “novas” inovações. As fases de diminuição se caracterizam por longos períodos de destruição do capital instalado e de desvalorização de enormes volumes de inversão existente.⁴²

Estes ciclos se caracterizam por:

- O predomínio de um determinado regime de produção;

⁴² OLESKER, Daniel. Economia capitalista mundial: Fase expansiva ou crise sistêmica? Hegemonia dos Estados Unidos ou hegemonia compartilhada? Liderança do capital produtivo ou do dinheiro?. Pode encontrar-se em www.redem.buap.mx

- A prevalência de determinadas relações sociais de produção e formas de organização social (manufatura, grande indústria, fordismo e o chamado toyotismo);
- A hegemonia de certos centros hegemônicos (Espanha, Portugal, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos) que dominam as zonas periféricas e semi-periféricas;
- Nos períodos de auge produz-se uma luta muito forte entre as classes sociais pela hegemonia do sistema político e pelo domínio da distribuição do ingresso e do processo de acumulação em seu conjunto. Na medida em que são períodos de muita demanda de mão de obra, a posição de força dos trabalhadores permite que eles obtenham importantes melhorias salariais e das condições de trabalho.⁴³

Daniel Olesker sistematiza a periodização de Kondratiev da seguinte maneira:

- 1780 – 1790 a 1810-1817 uma fase “A” expansiva de um primeiro ciclo longo;
- 1810-17 a 1844-51: fase “B”, declínio da economia européia;
- 1844-51 a 1870-75: Ascensão econômica e início de um segundo ciclo;
- 1870-75 a 1890-96, declínio;
- Final do século XIX e princípios do século XX, que pode especificar-se de 1890-96 a 1914-20: Fase de crescimento sustentado e início do terceiro ciclo;
- 1914-20 se iniciaria uma fase de declínio;
- Completando os dados de Kondratiev, Olesker distingue um período de declínio que se prolonga até 1940-45, quando a economia americana começa a se recuperar durante a guerra;
- 1940-45 até 1966-73: período caracterizado por uma longa ascensão econômica e início do ciclo 4;
- De 1966-73 até 1994 se apresenta uma fase de depressão;
- De 1994-1996 se inicia um novo período de ascensão iniciando o ciclo 5;

Talvez uma das questões mais importantes a serem pensadas a partir da matriz analítica dos ciclos econômicos, é a necessidade de integrar as variáveis econômicas básicas do processo de acumulação, com o papel da ciência e da tecnologia e das estruturas tecno-científicas. Percorremos um caminho que vai das

⁴³ Idem

estruturas tecnológicas até as “tecnociências”⁴⁴ que organizam uma nova fase do processo produtivo em seu conjunto, mas que também tem implicações fundamentais nas relações de trabalho, nas novas formas que assume a luta de classes, na organização dos movimentos de trabalhadores e, em geral, na reestruturação institucional do mundo contemporâneo e as unidades nacionais, regionais e novas configurações territoriais e geopolíticas no mundo.

2.4 Interdisciplina, complexidade e novos paradigmas nas ciências sociais

O sociólogo mexicano Pablo González Casanova estuda a temática da complexidade e suas múltiplas implicações políticas, sociais, econômicas, ideológicas e científicas. A partir da constatação de que o capitalismo foi a única forma de poder econômico que constitui um sistema de dominação complexo, Casanova argumenta que o capitalismo contemporâneo representa um sistema híbrido, pois ao mesmo tempo que desenvolve a complexidade para ampliar sua dominação, não pode romper com sua origem mecânica. Ao situar a apropriação privada e a maximização de ganhos como seu principal objetivo, o capital restringe a socialização e a interatividade, situação que outorga plena vigência a conceitos como exploração, dominação, imperialismo e colonialismo. Nas palavras do próprio González Casanova:

A constituição do capitalismo como sistema de dominação complexo vai ocorrer a partir da revolução “tecnocientífica” a meados do século XX. Esta revolução teve um impacto similar ao da revolução “newtoniana” do século XVII e desenvolverá a substituição do paradigma mecânico pelo da complexidade para pensar a natureza, a vida e a humanidade. Desta maneira, a interatividade se converte em um elemento chave nas relações sociais, que permitem que os atores sociais em interação se redefinam a si mesmos e redefinam também suas contradições. Os limites dos sistemas simples são amplamente superados pelo desenvolvimento dos sistemas complexos que se entendem à capacidade de dominação dos grupos e classes sociais que os dirigem.

A dinâmica complexa através da qual o capitalismo contemporâneo desenvolve e preserva seus interesses pode-se resumir da seguinte maneira: Por um lado, constrói sistemas e subsistemas de dominação através de grandes organizações coletivas e por outro lado, divide, fragmenta, coopta e reprime as emergências sociais que põem em risco seus complexos de dominação. Este mecanismo derrotou o projeto socialdemocrata, o nacionalismo e o socialismo ao

⁴⁴ Não nos alongamos aqui na explicação deste conceito, pois está desenvolvido amplamente no sub-capítulo seguinte: 2.4

longo do século XX, entretanto, as contradições que existem entre o projeto tecnocientífico capitalista e sua insuficiência de dominação total expressadas no neoliberalismo de começos do século XXI, ameaçam a própria sobrevivência da humanidade através de práticas de destruição em massa, “ecocídio”, miséria e barbarie.⁴⁵

Frente às ameaças do projeto neoliberal cabe ao marxismo apropriar-se da complexidade para submetê-la aos interesses da humanidade. Na perspectiva de Casanova, esta apropriação deverá contribuir para a construção de novas organizações coletivas capazes de estabelecer uma prática anti-sistêmica total contra os sistemas complexos capitalistas. Para ele é imprescindível que o marxismo rompa com os vícios mecânicos do passado e seja capaz de propor novas bases e articulações que vinculem a enorme pluralidade de indivíduos, grupos, etnias, localidades, nacionalidades, regiões, classes e identidades. Para compreender melhor esta proposta, apresentamos a seguinte citação:

A teoria e a análise de sistemas se referem a totalidades e elementos em interação. No processo mesmo de elaboração teórica aparece analogias entre as ciências da matéria, as ciências da vida e as ciências humanas; descobrem-se ‘isomorfismos’ ou ‘formas parecidas’ que ocorrem na matéria, na vida, na sociedade⁴⁶.

González Casanova propõe novas articulações a partir do marxismo, baseadas nos seguintes elementos:

- a) Compreender a complexidade como parte indispensável do capitalismo, fonte de sua força, mas também, de sua vulnerabilidade na medida em que redefine e torna difuso o conceito de estrutural;
- b) Destacar a centralidade da ação, do “aprender-fazendo” e situar a teoria como seu guia e simultaneamente aprendiz, e não o contrário;
- c) Inserir os líderes e os partidos no conjunto das múltiplas articulações interativas, relativizando sua centralização;
- d) Construir uma alternativa de sociedade onde a primazia da socialização sobre os interesses particulares redefinem amplamente os sujeitos, a partir da interação, situando o papel da ação acima de suas localizações e condições materiais iniciais;

⁴⁵ MARTINS, Carlos Eduardo. Dom Pablo e a teoria marxista da complexidade. 2007. Mimeo.

⁴⁶ CASANOVA, Pablo. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. São Paulo: Boitempo, 2006.

- e) Renunciar ao monopólio das verdades absolutas sobre o real em nome de conhecimentos constituídos por articulações discursivas que, por mais amplas, intensas e dialógicas que se apresentem, serão sempre relativas e históricas, uma vez que a totalidade é um processo muito mais amplo e em construção do qual forma parte a própria ação e suas múltiplas possibilidades.

Talvez um dos conceitos mais importantes propostos pelo autor para definir as novas tendências da ciência, o surgimento das “tecnociências” e o estudo dos sistemas complexos e auto-regulados que abrem uma nova etapa na produção de conhecimento científico, seja a interdisciplina como método e como cultura. Assim, nas linhas que se seguem tentaremos sintetizar as várias implicações da interdisciplina como método e como paradigma analítico.

2.4.1 Os limites da disciplinarização da ciência

Pablo González Casanova define o termo disciplina como propósitos de rigor ou exatidão que se identificam com a “posse de um saber” ou “o domínio de uma arte ou uma técnica”, assim como divisões do trabalho intelectual em campos, áreas ou aspectos de um fenômeno. Desta forma, a disciplina evoca os problemas do poder nas ciências e nas humanidades, mas também, nas corporações e nas profissões. Em última instância, trata-se dos problemas do poder estabelecido e do poder alternativo (González Casanova, 2006, p. 12).

Existe uma tradição no pensamento científico que tende a colocar a ciência, sua teoria, seu método e as formas nas quais esta se especializa e institucionaliza como uma dinâmica à margem da política e da disputa pelo poder. Inclusive, a partir de setores ligados à esquerda, desenvolve-se a ideia de que tudo pode estar em discussão, exceto a ciência e seus métodos, que são vistos como únicos e universais. Esta ideia amplamente difundida se baseia na noção de que a ciência é somente uma, e que esta é universal e válida para qualquer realidade natural ou social do planeta. Este é o primeiro tabu que González Casanova nos permite derrubar quando incorpora a dimensão política na análise das ciências e seus métodos, como fica claro no seguinte texto:

O pensamento crítico, das atuais disciplinas intelectuais e morais, deverá ser o mais disciplinado possível com respeito aos seus objetivos práticos e *as suas próprias normas epistemológicas e éticas*. Seu enfrentamento com as ‘disciplinas’ opressivas ou sua indisciplina perante a opressão teórica e metodológica implicará a construção de ‘disciplinas’ libertadoras, em que um dos objetivos consistirá em articular as distintas especialidades do saber para ver o que escapa ao saber hegemônico que

seja significativo quanto se quer conhecer algo, por exemplo, as raízes da injustiça social, ou construir algo, como um mundo ‘menos injusto’ (González Casanova, 2006, p. 12).

A indisciplina frente à opressão teórica das ciências dominantes é uma atitude de negação e de luta epistemológica e ao mesmo tempo, de afirmação e criação de novas disciplinas (enquanto especialização) e disciplina intelectual (enquanto atitude) em relação a seus objetivos e busca de rigor e clareza. Estes processos geram a necessidade de articular a investigação e o ensino do conhecimento sobre o mundo em que se vive se luta e se constrói, e a compreensão da totalidade ou do conjunto em que se inscrevem as diferentes disciplinas.

González Casanova afirma com clareza que não se trata de negar a disciplina intelectual que permite adquirir um ofício ou domínio de uma técnica ou o conhecimento profundo de um fenômeno, pois esta atitude é fundamental para a busca de rigor e de clareza, mesmo quando se trabalhe em distintos níveis de exatidão. O surgimento de novas disciplinas a partir do século XIX esteve ligado à Revolução Industrial e à vinculação, cada vez maior, entre as ciências e as engenharias com a produção e a divisão progressiva do trabalho manual e intelectual. Assim, se criaram disciplinas no interior de cada especialidade, em uma dinâmica crescente de divisão de campos de estudo e produção de conhecimento. Esta divisão do trabalho intelectual teve efeitos positivos ao permitir alcançar maior rigor e precisão no conhecimento dos fenômenos, com os quais se conseguiu também um avanço enorme do conhecimento científico, que cresceu como nunca antes na história da humanidade.

O problema surge quando a separação disciplinar, apesar de suas virtudes, provoca problemas de falta de comunicação que afetam o conhecimento profundo da própria realidade que pretende compreender e transformar, escondendo suas “causas”, tornando invisíveis seus “efeitos” o suplantando seus “fins”, como ocorreu, por exemplo, com as ciências econômicas, que talvez seja o caso mais grave dos efeitos negativos deste tipo de disciplina.

A ciência econômica neoclássica se esforçou para isolar as variáveis econômicas das variáveis sociais e políticas em sua tentativa de alcançar o máximo de exatidão na investigação econômica. Entretanto, o isolamento de outras disciplinas resultou em graves problemas de falta de rigor, ao perder a noção de conjunto da economia e das relações sociais e políticas mais significativas no

processo produtivo. Estes erros de cálculo da ciência econômica neoclássica ao isolar as variáveis econômicas de todas as demais, não somente correspondeu a uma legítima busca de rigor, mas foi produto de interesses políticos dos setores dominantes para inviabilizar ou negar fenômenos que lhe eram inconvenientes:

Para o isolamento da 'ciência econômica' das demais ciências sociais, contribuíram elementos ideológicos vinculados à luta pelo poder a aos interesses dominantes. O isolamento não só obedeceu ao legítimo desejo de conhecer com maior rigor e exatidão um problema. Foi produto de uma 'douta ignorância' de um 'sábio pecado' que, com a matemática como retórica, impediu que se compreendessem fenômenos que o pensamento 'clássico' sim compreendia, e as forças dominantes não queriam se compreendessem mais (GONZALEZ CASANOVA, 2006, p.17).

Assim, a economia dominante se converteu no exemplo mais dramático de uma disciplina que corta seus vínculos com outras, como as ciências políticas e as ciências sociais, sob a pretensão de rigor, com o qual definitivamente perdeu este desejado rigor. Esta automutilação foi premiada por aqueles que viram seus lucros incrementados pelos modelos neoclássicos, e que consagraram esta disciplina como um modelo teórico e metodológico a ser seguido por toda a comunidade acadêmica. Isto deu lugar a um processo de "alienação intelectual e de mistificação ideológica que se quis legitimar com uma orgulhosa exatidão na análise de conjuntos inexatos".⁴⁷

A crescente e excessiva forma de compartimentar e dividir as ciências abriu caminho para um movimento a favor do estudo da totalidade nas ciências sociais e humanas, que começa a manifestar-se a partir das primeiras décadas do século XX.

2.4.2 Interdisciplina como atitude metodológica

A interdisciplina, entendida como a relação entre as várias disciplinas em que se divide o saber e a ação humana, é uma das soluções para um problema muito mais profundo, que tem relação com a unidade do ser e do saber, a unidade das ciências, das técnicas, das artes e das humanidades como um conjunto cognoscível sobre o qual se constrói a vida e o universo. Atitude esta que fornece novos sentidos ao conjunto, ao mesmo tempo de outorga novo conteúdo às partes, que deixam de ser uma soma horizontal para converter-se em um todo complexo.

O valor e os limites das ciências, das humanidades e das técnicas se reformulam com a interdisciplina dos sistemas complexos, que estabelecem novas exigências e

⁴⁷ GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 18.

possibilidades para a epistemologia da organização e dos efeitos das ações organizadas (González Casanova, 2006, p. 13).

Assim, o autor estabelece a importância da interdisciplina para a reformulação epistemológica das ciências e das humanidades. A mesma que vai além do âmbito estritamente acadêmico e está profundamente ligada às chamadas “tecnociências”, que vinculam as disciplinas científicas e as tecnológicas. Ambas, interdisciplina e tecnociência receberam grande apoio do complexo político e empresarial assim como o complexo militar- industrial que dominam a economia do mundo desde a Segunda Guerra Mundial. Isto inclui o apoio dos grandes líderes intelectuais dos países mais avançados, de seus empresários e cientistas, pesquisadores e professores e se manifesta através de todos os meios: a imprensa, a rádio, o cinema, criando um novo tipo de cultura e conhecimentos da revolução técnico-científica e da interdisciplina. A cultura interdisciplinar começa a ser retransmitida a partir das instituições de pesquisa, experimentação e produção. As enormes inversões, de governos e corporações, na investigação interdisciplinar e nas tecnociências não têm precedentes na história da humanidade.

Desde então, o trabalho em equipe de grupos de especialistas de diferentes áreas, que se conhece como multidisciplinar e o contato permanente entre duas ou mais disciplinas, conhecido como interdisciplinar, dominou a pesquisa, especialmente na área militar.

Esta atitude e metodologia científica se situam na base da chamada Segunda Revolução Científica que combina a análise e a síntese, o pragmatismo e o construtivismo, o registro e a explicação de tendências e desenhos de modelos e cenários, isto é, de análise prospectiva.

González Casanova nos oferece um conceito mais preciso de tecnociência no seguinte texto:

Tecnociência é um termo que denota a ciência que se faz com a técnica e a técnica que se faz com a ciência, por pesquisadores que são ao mesmo tempo técnicos e cientistas ou cientistas e técnicos, e que trabalham nos mais distintos níveis de abstração e concreção, levando em conta os próprios ou parecidos métodos de suscitar e resolver problemas (González Casanova, 2006, p. 22).

Portanto, a tecnociência corresponde a um trabalho interdisciplinar por excelência, crescentemente vinculada à cultura humanista, que obriga os novos cientistas a falar e escrever corretamente e a dominar outras línguas além da língua materna. Surge, assim, um novo tipo de trabalhador, os “trabalhadores simbólicos”,

que são ao mesmo tempo trabalhadores intelectuais e manuais que desenvolvem uma nova perspectiva teórico-metodológica onde a tecnologia influi nos próprios pressupostos da ciência, e ambas desenvolvem as tecnociências, as novas ciências e os novos tópicos científicos.

Entre estas novas ciências se podem mencionar a cibernética, como a pioneira, seguida das ciências da computação, as ciências cognitivas, as ciências da organização, a biologia molecular, a neuro-psicologia, a linguística computacional, a inteligência artificial, a vida inteligente, os agentes inteligentes, a realidade virtual, a teoria do caos, as redes neurais, os fractais⁴⁸, o universo em expansão, os sistemas complexos adaptativos⁴⁹, a biodiversidade, a nanotecnologia, o genoma humano, os conjuntos e a lógica difusa⁵⁰, as biosferas espaciais ou as máquinas de *teraflop*⁵¹ para citar alguns exemplos.⁵²

Esta nova corrente científica aponta consequências importantes na produção, a investigação e nas formas de organização social:

- O surgimento de uma nova produção de ponta;
- O diálogo entre os trabalhadores simbólicos e o trabalho em equipe;

⁴⁸ Termo proposto pelo matemático Benoît Mandelbrot em 1975, para referir-se a um objeto semi geométrico cuja estrutura básica, fragmentada ou irregular, se repete em diferentes escalas. Muitas estruturas naturais são de tipo “fractal”, como por exemplo as nuvens, as montanhas, o sistema circulatório, etc.

⁴⁹ Entende-se por “sistema complexo adaptativo” um tipo especial de sistema complexo. Complexo no sentido de que é diferente e formado por múltiplos elementos interconectados; e adaptativo porque tem a capacidade de mudar e aprender pela experiência. Esta expressão seguidamente usada para descrever o campo acadêmico livremente organizado que se desenvolveu ao redor destes sistemas, como os sistemas vivos, adaptáveis e mutável. Alguns exemplos de sistemas complexos adaptativos incluem a bolsa de valores, as sociedades de insetos, a biosfera ou os ecossistemas. O cientista John H. Holland nos oferece uma definição mais precisa lagentes (os quais podem representar células, espécies, indivíduos, empresas, nações) atuando em paralelo, constantemente e relacionando ao que outros agentes estão fazendo. O controle de um CAS tende a ser altamente disperso e descentralizado. Se existe um comportamento coerente no sistema, este tem um crescimento de competição e cooperação entre os agentes mesmos. “O resultado total do sistema provem de um enorme número de decisões tomadas em algum momento por muitos agentes individuais” (Em: WALDROP, Mitchell, M. *Complexity: The Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*)

⁵⁰ A “lógica difusa” admite valores lógicos intermediários entre falso e verdadeiro. A implementação deste tipo de lógica permite que estados indeterminados podem ser tratados por dispositivos de controle, para verificar conceitos não quantificáveis, como por exemplo, sentimento de felicidade (radiante, feliz, apático, etc.) ou valoração da temperatura (quente, frio, morno). A lógica difusa está associada às investigações sobre o tratamento de incertezas, através de diferentes modelos matemáticos que permitem soluções aproximadas.

⁵¹ Computadores extremamente poderosos em relação à capacidade de operações que podem realizar por segundo. O *teraflop* (one trillion floating point operations per second) é uma medida que indica um trilhão de operações por segundo.

⁵² GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 25.

- O surgimento de uma “terceira cultura”⁵³ baseada em um conhecimento científico e humanista.

As “novas ciências” que emergem a partir da segunda metade do século XX, identificadas com os sistemas auto-regulados e complexos e com as novas concepções do caos, implicavam não somente novas zonas de interação entre diferentes disciplinas, mas novos pressupostos teórico-metodológicos que levaram à reformulação do trabalho disciplinar e das investigações avançadas em ciências e humanidades. Esta revolução científica que derrotou os paradigmas newtonianos e cartesianos que dominaram a atividade científica durante quase três séculos, surgiu inicialmente a partir da física e da matemática, e em seguida se estendeu para a biologia e a computação. Mudanças importantes no conhecimento científico se perfilaram a partir dos estudos do físico austríaco Ludwig Boltzmann, que estabeleceu conexões entre o microcosmo das moléculas e o macrocosmo da termodinâmica clássica e suas leis. Pelo menos três efeitos em cadeia surgiram a partir destes descobrimentos: 1. O do determinismo, das probabilidades e da informação; 2. O dos sistemas fechados e abertos; 3. O surgimento de uma nova visão em relação aos graus de liberdade dos sistemas e o desenvolvimento de medidas matemáticas para a transformação do conhecimento e do mundo.

Isto deu uma nova dimensão ao estudo e uso da probabilidade, que deixa de ser entendida como simples ignorância do objeto estudado para ser considerada como conhecimento qualitativo dos fenômenos. Assim, os conceitos de qualitativo e quantitativo experimentam mudanças importantes, assim como a relação da matemática com a tecnologia, com a história e com os fenômenos irreversíveis⁵⁴.

De fato, conceitos importantes se criaram a partir de se levar princípios da termodinâmica moderna a outros campos científicos. González Casanova cita o exemplo do conceito de “entropia”⁵⁵, ou desordem e desintegração, elaborado por

⁵³ Termo proposto por John Brockman, do Instituto Santa Fé, novo México, em seu livro *The third culture: beyond the scientist revolution* (NY: 1995) que procura acabar com a separação dos “homens de letras” dos “homens de ciências”.

⁵⁴ Mais adiante desenvolveremos a noção de irreversibilidade, a partir dos aportes de Ilya Prigogine e a “seta do tempo”.

⁵⁵ A “entropia” pode ser entendida como um parâmetro ou uma medida da desordem. A partir da termodinâmica, esta se define como a grandeza física que mede a parte da energia que não pode se utilizar para produzir trabalho, descrevendo a condição de irreversibilidade dos sistemas termodinâmicos. Do ponto de vista da probabilidade, Ludwig Boltzmann expressou matematicamente este conceito ao estudar o estado de desordem que assumem os átomos quando a energia é degradada. Assim, a entropia é definida como a probabilidade de um estado particular, expressado como o número de formas em que se pode manifestar a partir

Claude Shannon em 1949, que conseguiu explicar e construir os comportamentos de sistemas macroscópicos ao vincular a probabilidade não somente à desinformação, mas também à informação. Segundo esta perspectiva, a “entropia” como desinformação se opõe à “negentropia”⁵⁶, e os “sistemas fechados” que perdem informação, se opõem aos “sistemas abertos”, capazes de conservar ou, inclusive, criar mais informação. Com isto conclui-se que a “ordem” e a “desordem” estão vinculadas entre si, com possibilidades diferenciadas de por ordem, mediante a informação, ao mesmo tempo em que se desordena. Ou de limitar a desordem da “ordem estabelecida”. Certamente esta revolução da informação se converteu, também, em uma revolução do conhecimento e do próprio conceito de criação que permitiu passar do provável, como ignorância das leis determinísticas, que pretendiam explicar completamente os fenômenos, para o possível enquanto criação.

2.4.3 Interdisciplina e as nova matemáticas

Outra das consequências da interdisciplina foi o surgimento da nova matemática, que buscou superar as limitações da matemática do determinismo, que insistia nos modelos newtonianos baseados nas leis universais e reversíveis. Esta matemática definiu modelos em que os conjuntos de equações como estruturas formalizadas, são objeto de manipulações experimentais capazes de precisar e prever generalizações, efeitos e implicações. Desta maneira, “a matemática da retroalimentação e das mensagens codificadas se irmanaram com a ‘pesquisa de operações’ e com a ‘teoria dos jogos’ a fim de precisar as novas possibilidades da informação (...) para a construção de *dispositivos* inteligentes, idôneos para alcançar objetivos” (GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 33).

A nova matemática contribuiu para aumentar o conhecimento, a informação e as probabilidades de alcançar objetivos. A diferença da matemática anterior, orientada para resolver um problema ou provar um teorema como objetivo final, o novo uso da matemática conduziu ao estudo das alternativas de predição,

de seus átomos. Para maiores informações ver: [Jacob Bronowski](#), *El ascenso del hombre*, Bogotá, Fondo Educativo Interamericano, 1979, p. 347, capítulo 10 "Un mundo dentro del mundo".

⁵⁶ La “negentropia” se define, em oposição a entropia, como a tendência natural dos sistemas abertos de produzir maiores níveis de ordem. Neste sentido, a negentropía pode ser entendida como um mecanismo auto-regulador com capacidade de sustentabilidade.

generalização e ação em condições de incerteza. Com isto, se abriram novas perspectivas para os estudos prospectivos e a construção de cenários futuros possíveis e prováveis.

Podemos colocar como exemplo destes avanços, ao introduzir a nova matemática da probabilidade na análise prospectiva, o grande desenvolvimento que teve o complexo militar-industrial dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, que em grande medida impulsionaram o desenvolvimento da nova matemática em direção à “pesquisa de operações”, destinadas a causar o máximo dano possível às forças inimigas em condições de desinformação sobre suas próprias posições militares. Através da “teoria dos jogos”, se desenvolveram cenários possíveis e prováveis para treinar a tomada de decisões e os “impulsos instintivos” dos jogadores como uma preparação para a ação no campo de batalha. Estes programas combinavam a matemática da informação com as inferências estatísticas, a teoria das probabilidades e a formalização matemática para a computação, permitindo a simulação de cenários nos próprios computadores.

Aos modelos clássicos de axiomas ligados ao raciocínio dedutivo, se acrescentaram os modelos de estratégias, de lutas e cooperações; aos problemas lineares e não lineares de uma única incógnita se acrescentaram problemas muito distantes do linear, com várias incógnitas e com várias soluções ou possibilidades de desenlace; também com múltiplos custos e benefícios. Aos experimentos de laboratório se acrescentaram os experimentos em computadores. À construção de teorias se acrescentaram as simulações e cenários com possibilidades de experimentação a partir de distintas condições iniciais e sucessivas (GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 35).

Certamente, este conhecimento acumulado a partir do uso da nova matemática e probabilidade e sua aplicação a modelos de análise prospectiva para alcançar mais eficientemente os objetivos da guerra, podem ser usados para alcançar mais eficientemente os objetivos da paz, da vida e do desenvolvimento da humanidade.

2.4.4 Interdisciplina e sistemas

Outra das consequências da revolução teórica e metodológica a partir da interdisciplina foi a introdução de um novo conceito de sistema e de modelo. Citando os estudos de Ludwing von Bertalanffy, biólogo austríaco que publicou nos anos de 1950 um artigo sobre a teoria geral de sistemas, González Casanova coloca

o impacto que teve o novo conceito de sistema nos novos paradigmas da investigação científica:

A nova definição dos sistemas introduziu possibilidades de manejo metodológico e técnico que permite passar do “todo” para as “partes” e das “partes” para o “todo” mediante procedimentos de tipo qualitativo e quantitativo, com elementos de reflexão teórica, experimental e empírica que mudam de níveis de abstração nos processos de pesquisa, análise, reflexão e ação. Representa assim uma novidade diante do tipo de sistema da filosofia tradicional, que se maneja geralmente num mesmo plano de abstração e sem um controle rigoroso e constante das mudanças de níveis ou escalas de generalização (GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 36).

Estes avanços deram um novo sentido à relação entre disciplina e interdisciplina. Ao vincular a parte ao todo e ao identificar objetivos que se aplicam aos sistemas em geral, estudando o conjunto dos elementos que se encontram em interações, as demarcações disciplinares perderam sentido. Assim, a teoria da análise de sistemas se refere a totalidades e elementos em interações, que re-significam as relações entre as ciências da matéria, as ciências da vida e as ciências humanas. Surgem fenômenos parecidos nestes três âmbitos científicos (os chamados “isomorfismos”) que vão abrir um novo campo de elaborações teóricas e de conceituações. Desta maneira, delinea-se uma nova problemática científica relacionada à:

- Organização;
- Totalidade;
- Direção;
- Semiologia;
- Controle;
- Auto-regulação;
- Diferenciação.

Esta problemática, comum às ciências da vida, da matéria e das humanas vai ajudar a reconstruir a noção de unidade da ciência e seus métodos, que já não se condiciona aos paradigmas da mecânica, mas que se formulam a partir da organização de estruturas articuladas e complexas. Desta nova perspectiva, a organização é vista como um princípio unificador que aparece em todos os níveis da vida e da natureza. A definição de ciência depende das relações entre as partes que se estrutura de maneira “isomórfica” (ou análoga) em distintos campos.

O pensamento científico orientado para a análise geral de sistemas e organizações que surgem em fins da década de 1940 e inícios da de 1950, assentará as bases para o que mais tarde se formulará como a teoria e os métodos

dos “sistemas complexos”, organizados, auto-regulados e auto-poéticos ou criadores.

Em 1956, Kenneth Ewart Boulding publica um artigo intitulado *General systems theory: the skeleton of science*, que estuda a grande revolução dos sistemas organizados, que vão além dos princípios mecânicos na organização e controle de seus movimentos. O estudo se referia a sistemas que colocavam problemas de decisão em situação de incerteza, combinando a informação com o conhecimento de sentidos globais, estratégicos, táticos e práticos. Isto os permitiria converter-se em sistemas ainda mais eficientes e poderosos. Boulding analisou distintos tipos de sistemas com níveis crescente de complexidade, controle e auto-controle, de adaptação e de reestruturação.

Em 1945, Von Bertalanffy critica o que ele chama de “visão mecanicista” do mundo que considera o jogo de partículas elementares como a “última” realidade. Esta visão expressaria uma civilização que glorifica a tecnologia física e que ao mesmo tempo, é responsável pela catástrofe contemporânea. O autor apela para um modelo do mundo como uma grande organização para ajudar a lembrar o sentido de respeito pela vida quase esquecido.⁵⁷

2.4.5 Interdisciplina e epistemologia

Em seu livro *Epistemologia genética*, escreve o psicólogo francês Jean Piaget (1896-1980):

O grande problema da epistemologia consiste em conciliar a criação de novidades com o duplo fato, no campo formal, que a criação de novidades se depara com a necessidade *já elaborada*; e que, no plano do real, permite, e só ela permite, a conquista da objetividade (PIAGET, 1988, p. 5).

Esta afirmação de Piaget nos leva a, pelo menos dois aspectos de grande importância para nossa análise. Em primeiro lugar, o reconhecimento de que qualquer produção nova, no campo científico, corresponde a uma acumulação anterior de conhecimento, ou a *necessidades previamente elaboradas*, como ele chama. Isto é, não existe desenvolvimento científico que lance fora todo o anterior, pois o conhecimento científico e seu avanço consistem em superar o conhecimento anterior e impor limites ao mesmo, integrando-o a subsistemas. Os descobrimentos da termodinâmica moderna, que introduziram noções-chaves, como a

⁵⁷ Ver: Ludwing von Bertalanffy et al., “General system theory: a new approach to unity of science”, Human Biology. Vol. 23, 1951.

irreversibilidade do tempo e o desequilíbrio como tendência das estruturas complexas, superaram os princípios da mecânica newtoniana. Isto não quer dizer que a mecânica baseada nas leis de Newton tenha perdido totalmente a validade, mas que o tempo eterno e reversível continua sendo válido apenas para estruturas simples, não podendo explicar o comportamento de fenômenos complexos. Isto é, os novos descobrimentos na termodinâmica, superaram o conhecimento anterior e lhe impuseram limites e uma validade restrita

O segundo aspecto ao qual nos remete a afirmação de Piaget é a relação profunda entre reflexão teórica e investigação empírica, ao afirmar que a epistemologia conquista objetividade no plano real. Através do conhecimento que se agrupa em grandes conjuntos de aprendizagem e saberes, ou “vetores”, para conhecer os problemas chaves do conhecimento, Piaget se interessou particularmente na construção de “conceitos realidades”, como ferramentas que levam à reconstrução de totalidades. A noção “conceitos realidades” implica necessariamente em um conhecimento que atravessa múltiplos domínios disciplinares e interdisciplinares para permitir um controle das explicações e das implicações científicas e técnicas.⁵⁸

Piaget propõe a construção de estruturas não pré-formados, isto é, estruturas que não se inscrevem em uma tendência, pelo qual, inclusive as equações diferenciadas não lineares desenvolvidas pela nova matemática, ou o cálculo de probabilidades são insuficientes como instrumentos operacionais ou metodológicos. Para o autor, o problema científico de criação de novidades implica uma nova divisão do trabalho, onde um especialista se sirva do trabalho de outro, obriga a estudar as partes e o todo como sistemas complexos, de maneira profunda, supõe ferramentas metodológicas não-lineares. Trata-se assim, de uma recuperação da noção do todo, a partir de um diálogo interdisciplinar, e uma re-significação das partes. Os elementos centrais desta proposta epistemológica e metodológica são desenvolvidos por Piaget em um trabalho publicado em 1972 sob o título de “Interdisciplinaridade: problemas de investigação e docência nas universidades”, que abre novas formas de educação e pesquisa nas instituições acadêmicas e centros de pesquisa de ponta.

⁵⁸ Para Piaget a “construção de conhecimento e de totalidade” implica na construção de vínculos de a) causalidade, b) implicação e c) insuficiência.

2.4.6 Interdisciplina e transformação social

Uma das conclusões mais importantes de Pablo González Casanova em seu livro *As novas ciências e humanidades*, em relação à interdisciplina, é que esta não somente redesenha os problemas da cultura geral e a especialização, ou os da divisão e cooperação do trabalho intelectual, ou as próprias bases teóricas, metodológicas e epistemológicas da ciência. A interdisciplina, diz o autor, conduz também ao problema da busca de alternativas frente ao próprio sistema dominante e frente aos fenômenos caóticos e autodestrutivos gerados a partir de seus próprios êxitos na organização dos negócios, dos mercados e dos Estados. Esta busca de alternativas ao sistema vai, geralmente, além da tecnociência interdisciplinar que se desenvolve na nova teoria de sistemas. É exatamente no âmbito político onde as tecnociências, a interdisciplina e os novos sistemas abertos e auto-regulados mostram seus limites epistemológicos e sociais. Limites insuperáveis e significativos, diz o autor, para o conhecimento e transformação do sistema dominante.

Um exemplo ilustrativo destas limitações, citado pelo autor, é a intenção do cientista John Von Neumann (Budapest,1903 — Washington,1957) de elaborar um modelo econômico que chamou “ economia para todos”. Este projeto se propunha um modelo de jogo que não fosse de soma zero, donde os ganhos de uns não seriam equivalentes à perda de outros. O modelo viu seu fracasso ao mostrar que, em todos os cenários possíveis, e por mais sofisticados que estes fossem qualquer política econômica “para todos” derivava em uma “soma zero”, Isto é, que o ganho de uns significava, necessariamente, as perdas de outros. O conhecimento tecnocientífico, com todas suas contribuições e superioridade metodológica, encontra graves limitações analíticas ao não incorporar categorias como a opressão, a dominação, a exploração e a apropriação, ao mesmo tempo em que exclui estas categorias das análises sistêmicas e estruturais.

A conclusão iniludível à qual nos leva o sociólogo mexicano é que a ciência e o conhecimento que o exercício científico produz se desenvolvem através de uma unidade complexa entre o ser, o saber e o atuar:

A junção de disciplinas e a *busca do todo* a partir de situações concretas exigem que se articule estreitamente a docência-pesquisa-ação e a construção-criação de novos sujeitos históricos-sociais que, por sua vez, proponham a busca, a construção e a criação de um modelo alternativo menos injusto e menos opressivo, as possibilidades técnico-políticas de alcançá-lo, os obstáculos presentes no sistema

capitalista para consegui-lo e os obstáculos às mudanças do sistema capitalista (GONZALEZ CASANOVA, 2006, p. 46).

Isto é, a “tecnociência”, como ciência que incorpora a técnica em sua própria construção epistemológica e como técnica que implica uma visão científica, encontra sua dimensão transformadora ao incluir um terceiro elemento: a ação política como prática social que busca a construção de novos sujeitos históricos capazes não somente de conhecer o mundo atual, mas de transformá-lo. Conclui Casanova: “Os conhecimentos interdisciplinares que surgem com o advento das novas ciências, exigem não apenas ser aprendidos, mas também integrado a uma nova forma de conhecer e construir o mundo, de construir e conhecer a história, a sociedade, a política e a economia”. Isto é, trata-se de conhecimentos superiores a qualquer conhecimento tecnocientífico do sistema dominante.

2.4.7 Interdisciplina e complexidade

Os sistemas complexos são definidos como conjuntos de relações nos quais algumas relações (e seus atores ou sujeitos) definem as outras e se re-definem pelas outras, sem que nenhuma relação possa explicar, em separado, o comportamento das partes e do todo. Deve-se levar em conta que, se alguma relação, e seus atores e sujeitos, mostra maior capacidade de redefinição que as demais, sendo esta muito significativa, devem ser levadas em conta, também, a forma em que a relação com maior capacidade de redefinição e reestruturação, é redefinida e reestruturada pelas demais relações menos significativas.

O autor sustenta que a reformulação do conceito de complexidade permite compreender as redefinições da relação social de exploração e de outras relações essenciais no pensamento crítico marxista, sempre e quando se aceite ampliar seu quadro epistêmico.

2.5 Irreversibilidade do tempo, longa duração e “terceiros não incluídos”

Diz Fernand Braudel na introdução a seu célebre artigo *A longa duração*⁵⁹, publicado pela primeira vez em 1958: “Há uma crise geral das ciências do homem: todas elas se encontram esmagadas pelos seus próprios progressos, mesmo que isso seja devido apenas à acumulação de novos conhecimentos e à necessidade de

⁵⁹ Publicado em 1958 na revista *Annales*, n° 4, sob o título original de “Histoire et sciences sociales: a longue durée”, outubro-diciembre de 1958.

um trabalho coletivo”. Certamente, trata-se de uma crítica definitiva, da qual parte o historiador francês para desenvolver o que será uma das principais contribuições à teoria crítica da história: a duração dos tempos históricos, contribuição teórica que, pela densidade analítica que introduz no campo da história, transcende os limites desta, para colocar-se como um marco teórico das ciências sociais em seu conjunto, e que nos interessa destacar particularmente nesta tese, na medida em que aporta elementos fundamentais para uma compreensão mais profunda dos processos sociais e políticos do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo em que introduz elementos teóricos significativos para a análise prospectiva, cujos fundamentos desenvolveremos no próximo capítulo, sobre o modelo multidimensional de análise da conjuntura.

Braudel argumenta que as fronteiras que se levantam entre as diferentes ciências do homem – e recordemos que ele escreve em meados do século passado, em um momento no qual as diferentes disciplinas que constituem o que hoje conhecemos como ciências sociais já se haviam institucionalizado, de uma maneira bastante semelhante, em quase todas as principais instituições universitárias e acadêmicas do mundo - levam a uma espécie de divórcio onde cada uma delas tenta definir seus objetivos, seu método e, curiosamente, sua superioridade. Qual é a urgência do momento segundo Braudel, daquele momento, ou do preciso momento em que escrevemos esta tese, cinco décadas depois? Em suas palavras: “urge aproximar-nos uns dos outros”, para dar lugar a um trabalho em equipe, multidisciplinar, o que no seu entender, propiciará uma revisão obrigatória de métodos, para introduzir a longa duração, que permite “reencontrar o jogo múltiplo da vida”, com todos seus movimentos e todas suas durações, todas suas rupturas e todas suas variações.

Creemos que este espírito, este “estado de ânimo”, que pensadores como Braudel imprimem à atividade científica, nos permitem apropriar-nos da totalidade da realidade social e da vida, como ponto de partida, mas também, como ponto de chegada para encontrar um sentido explicativo mais profundo das realidades históricas concretas e particulares. Este estado de espírito anima grande parte do pensamento crítico contemporâneo que se dispôs e se dispõe a analisar o mundo atual, não como uma soma de partes ou de realidades sociais particulares, mas como uma totalidade complexa onde interatuam dialeticamente os diferentes tempos históricos. Trata-se de um esforço científico, necessariamente coletivo, onde re-

apropriação da totalidade como categoria de análise se coloca como ponto de partida epistemológico para a compreensão do complexo, do diverso mas, também, do particular e do concreto.

Para citar um exemplo de investigação coletiva, o autor se refere às áreas de estudos culturais do mundo que se desenvolveram nos Estados Unidos na década de 1950, orientados fundamentalmente para estudo do que chama “os monstros políticos da atualidade”: China, Índia, América Latina, Rússia, e Estados Unidos; locais que é imprescindível conhecer, conforme ele sustenta. Estes “monstros” dos anos cinquenta, com exceção dos Estados Unidos⁶⁰, parecem ser uma afirmação adiantada do que quase consensualmente, são considerados hoje os “monstros” do século XXI: os BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China).

Então, se impõe um conhecimento onde “nenhum dos pesquisadores permaneça, como antigamente, imerso em seu próprio trabalho, cego e surdo ao que dizem, escrevem ou pensam os outros”. Braudel aposta na reunião das ciências sociais, na investigação multidisciplinar, capaz de integrar todas as disciplinas sem depreciar as mais antigas em favor das novas. Ao mesmo tempo, capaz de desenvolver marcos analíticos comuns.

Em um esforço teórico para pensar as ciências mais além da divisão que se institucionalizou a partir do século XVIII e que gerou duas culturas, quase opostas, as ciências da natureza e as ciências sociais, Immanuel Wallerstein aporta elementos para pensar as ciências como um todo, ao analisar a contribuição de Ilya Prigogine e Fernand Braudel em relação ao tempo. Diz o autor: Braudel considerava que a história tradicional privilegiava o tempo, ou uma certa ideia de tempo, em relação à duração, motivo pelo qual buscou reintroduzir o conceito de “longa duração” como instrumento indispensável para as ciências sociais. Por outro lado, o físico Ilya Prigogine considerava que a física tradicional privilegiava a duração, ou certa ideia de duração, em relação ao tempo, razão pela qual buscou reintroduzir a “seta do tempo” como instrumento epistemológico indispensável para as ciências naturais. Isto é, ambos a partir de campos analíticos distintos, e por muito tempo considerados opostos, chegam exatamente ao mesmo ponto de elaboração teórico-metodológica ao introduzir o tempo como ferramenta analítica

⁶⁰ Existe um intenso debate contemporâneo sobre a crise da vitalidade hegemônica americana. Nós compartilhamos a análise de Giovanni Arrighi e outros autores que defendem a ideia de que o ciclo hegemônico dos Estados Unidos havia entrado em crise.

significativa. Braudel enfrenta uma tradição histórica que privilegia os acontecimentos não repetíveis e únicos, a micro-histórica, onde o tempo dos acontecimentos é de curtíssima duração, algo assim como o tempo do jornalista, que é válido apenas até que apareça o jornal do dia seguinte.

Na perspectiva da micro-história a duração não existe, e é exatamente o que Braudel vai introduzir com a ideia de “longa duração”. Prigogine, pelo contrário, enfrenta a leis universais da física, válidas para qualquer tempo histórico e para qualquer realidade do planeta, como é o caso dos princípios da física newtoniana ou a dualidade cartesiana. A partir destas leis universais, a duração é eterna, mas não existe o tempo, porque futuro e passado se equiparam na ideia de que “o mundo sempre foi assim, é assim, e continuará sendo”⁶¹, portanto, o tempo é um paradoxo que se anula a si mesmo, ao ser uma ferramenta metodológica irrelevante para a ciência.

Assim, Prigogine vai introduzir a “seta do tempo” como uma direção do tempo que parte da ideia de uma transformação permanente da natureza e das ciências que ela explica. O tempo irreversível reintroduz diferenças fundamentais entre o passado, o presente e o futuro. O tempo, como dimensão irreversível, se coloca como instrumento epistemológico para a elaboração científica.

Isto é, o tempo efêmero e microscópico sem duração, tem grandes limitações para a compreensão dos processos sociais e estruturais subjacentes que mudam mais lentamente que as conjunturas e os acontecimentos. Da mesma forma que uma duração eterna, que equipara passado e futuro em uma única realidade imutável, não ajuda, também, a compreender a natureza, que em quase todos os níveis de observação, reconhece a irreversibilidade do tempo e dos processos naturais.

Tempo sem duração e duração sem tempo, levaram Braudel e Prigogine a introduzir, um e outro, elementos para dar um novo sentido ao que Wallerstein chama o “terceiro não excluído”, Isto é, a compreensão significativa e a realidade através da análise simultânea de tempo e duração, onde existem tempos sociais múltiplos que interferem entre si, dando lugar a uma espécie de dialética de durações (WALLERSTEIN, 2003, p. 75).

⁶¹ La frase y las comillas son nuestras, colocadas con el objetivo de sintetizar el sentido de las leyes de la física newtoniana.

Existe, no entanto, uma diferença notável entre Braudel e Prigogine: o ponto de partida. Braudel teve de combater a visão dominante da pesquisa em física, que ignorava os sistemas submetidos a condições de não equilíbrio e as conseqüências do fato de as condições iniciais serem sempre únicas ou, dito de outro modo, o tempo. Eis por que Braudel sublinhava a importância da longa duração, ao passo que Prigogine sublinhava a flecha do tempo (...) Braudel não desejava erradicar completamente a história acontecimental para substituí-la por uma história da longuíssima duração. Prigogine também não quer renunciar ao tempo reversível para entregar-se ao risco de tornar impossível a ordem e a explicação. Ambos insistiram em permanecer no terreno do terceiro não excluído. (o sublinhado é nosso) (Wallerstein, 2003, p. 78).

A noção de terceiro não incluído, colocada por Wallerstein, representa uma re-apropriação da totalidade dos tempos sociais, onde ideia de tempo se articula com a ideia de duração, dando lugar a uma pluralidade de tempos históricos como ferramenta metodológica para uma compreensão inteligente da realidade social.

Por outro lado, a introdução da duração social, entendida como um conjunto de tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens representa para Braudel, a possibilidade de uma metodologia comum das ciências sociais. Metodologia que se serve da análise histórica, de certa análise histórica, no somente como substância do passado se não também como matéria da vida social atual. Esta pluralidade de tempos históricos se articula com uma dialética de durações que desenvolve uma dinâmica de oposição entre o tempo instantâneo do acontecimento e o tempo lento da longa duração.

Retomando a tradição dos *Annales*⁶², revista fundada por Lucien Febvre e March Bloch, Braudel propõe a “longa duração” como contraposição à prática dos historiadores “historizantes” ou ideográficos, para os quais a ação humana era irrepitível e, portanto, não suscetível de generalizações válidas para além do tempo e espaço concreto onde estas se desenvolvem. Para esta tradição teórica, a história era tratada como um relato ou uma narração de sequências diacrônicas, que registravam o acontecimento de curto alcance e cuja ideia de tempo era exclusivamente o tempo cronológico.

Braudel insiste em que este conjunto de acontecimentos, “umas vezes ofuscantes”, “outras vezes obscuros”, é somente uma parte da realidade, e em geral, uma parte muito pequena. A história política foi, quase sempre, analisada a partir desta perspectiva, como uma seqüência de acontecimentos irrepitíveis. Por outro lado, diz Braudel, as ciências sociais nomotéticas “têm horror do acontecimento” e

⁶² *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, revista francesa de historia fundada em 1929.

não sem razão, pois o tempo breve representa, segundo o autor “a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (BRAUDEL, 1976, p.14).

Tanto a investigação ideográfica, baseada na análise do acontecimento infinitamente pequeno, como a investigação nomotética de longuíssima duração, levam ao mesmo erro de interpretação da realidade social, que consiste em anular a duração do tempo. No primeiro caso, porque este é quase instantâneo, e no segundo, porque a duração é tão longa, que se apresenta como eterna. Assim, Braudel insiste na pluralidade dos tempos sociais, que ao serem construídos ajudam a organizar a realidade social e ao mesmo tempo, impõem limites à ação social. Estes tempos sociais múltiplos, interferem entre si e devem seu significado a um tipo de dialética de durações. Portanto, nem o acontecimento efêmero e microscópico, nem a realidade eterna e infinita, que de per si representa um conceito duvidoso, oferecem elementos para uma análise pertinente. Uma compreensão significativa da realidade deveria incluir em um mesmo marco analítico tempo e duração.

O historiador francês propõe três níveis de análise histórica, que implicam durações diferentes: na superfície, uma história episódica ou dos acontecimentos, que se inscreve no tempo de curta duração, chamada também micro-história; com uma profundidade média, a história conjuntural, que tem um ritmo mais amplo e mais lento; e em um terceiro nível está a história estrutural ou de longa duração que determina séculos inteiros.

A curta duração, o tempo breve que mede a vida dos indivíduos e a vida cotidiana, é o tempo por excelência do cronista. É também o tempo que a história privilegiou e instituiu como principal instrumento metodológico a partir de fins do século XIX. Apesar de que este tempo breve existe em todas as formas de vida: econômica, social, literária, institucional, religiosa ou política, é um engano bastante comum atribuir a este acontecimento uma série de significações e de relações que conduzam, necessariamente, a movimentos muitos mais profundos. Através de um mecanismo linear de causa – efeito, tão familiar para a história tradicional, se poderia inferir que um acontecimento pode conter elementos de um tempo muito superior a sua própria duração. Como se, mecanicamente, a história inteira do homem se redescobrisse em todo e qualquer acontecimento. Esta perspectiva ignora que o tempo do acontecimento pode ser o mais enganoso e caprichoso de todos, porque pode significar exatamente o contrário do que aparenta.

Uma segunda dimensão analítica é o tempo da conjuntura, que surge a partir da história econômica que requeria uma análise que transcendesse a visão do tempo histórico como uma simples soma de dias, para pensar a economia como ciclos e inter-ciclos de diferentes durações que vão de dez a vinte e cinco ou cinquenta anos, como no caso dos ciclos longos de Kondratiev. Estes períodos cronológicos não pretendem um valor absoluto. Através da duração do tempo da conjuntura pode-se entender melhor fenômenos econômicos como a subida ou queda de preços na Europa em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX; e o crescimento econômico e da renda ou dos produtos nacionais.

Mas a esta visão da conjuntura econômica se somam os esforços para pensar, a partir de uma perspectiva qualitativa, as conjunturas sociais que não têm, necessariamente, que seguir o mesmo ritmo que as primeiras. Entretanto, conjuntura social e conjuntura política não são as únicas referências para analisar esta dimensão de tempo histórico. Diz Braudel, ao se referir a uma nova história da conjuntura, que esta somente estará completa quando introduzir outros âmbitos da vida que têm seu próprio ritmo, como a ciência, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais e as civilizações. Isto é, trata-se de uma análise da conjuntura que seja capaz de incorporar a dinâmica e duração das diferentes dimensões da vida social.

Uma terceira dimensão analítica se refere às tendências seculares, definida como longa duração. O tempo da longa duração está ligado à ideia de estrutura, que tem para Braudel uma definição muito precisa:

Os observadores do social entendem por *estrutura* uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (...) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar (BRAUDEL, 1976, p. 21).

A longa duração representa uma realidade que o tempo demora muito para desgastar e que pode se converter em elementos estáveis de uma infinidade de gerações. Destroem e entorpecem a história e, portanto, a determinam. Neste marco podemos situar as culturas, os costumes, as civilizações ou a própria história as ciências, que constroem universos de conhecimento que, apesar de limitados,

geralmente apresentam séculos de duração e somente são rechaçados depois de um longo uso. Tal é o caso do universo aristotélico, que somente foi superado por Galileu, Descartes e Newton. E estes últimos somente serão superados pela revolução que vai produzir a teoria da relatividade de Albert Einstein; mesmo que as ciências sociais continuem profundamente influenciadas pelas matrizes científicas anteriores a Einstein.

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta como a mais complexa, e implica para o historiador não somente em uma mudança de atitude, se não em uma inversão do pensamento que aponta para uma nova concepção do social. Significa trabalhar com uma dimensão do tempo que se coloca, às vezes, no limite do imóvel que, entretanto, dá sentido à totalidade, como explica Braudel no texto seguinte:

A totalidade da história pode, em todo caso, ser repostada a partir de uma infraestrutura em relação a estas camadas de história lenta. Todos os níveis, todos os milhares de níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade: tudo gravita em torno dela (BRAUDEL, 1976, p. 27).

A importância que Braudel outorga à longa duração não deve nos levar a pensar que esta é a única dimensão válida ou nem sequer a mais importante. Para o autor, “a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de profissões e pontos de vista de ontem, de hoje e de amanhã” (Braudel, 1976, p. 27). Isto é, não se trata de privilegiar uma dimensão da história em detrimento de outra, se não de entender a história como estruturas complexas de tempos que se influem mutuamente, em uma espécie de dialética de durações. Em cada momento desta análise, coloca-se a necessidade de distinguir entre os movimentos longos e os impulsos breves, considerando estes últimos em suas fontes imediatas e aqueles em sua projeção de tempo longo, que permite que o passado e o presente se esclareçam mutuamente com uma luz recíproca.

Esta dialética de durações nos leva a outra via de análise extremamente rica, que é a das subjetividades sociais. Braudel introduz a ideia de *história do inconsciente*, entendida como a história das formas inconscientes do social:

Enquanto a história forjou a ilusão de que tudo podia ser deduzido dos acontecimentos (...) a história inconsciente transcorre mais além destas luzes, dos seus flashes. Admita-se, pois, que existe a uma certa distância um inconsciente social. Admitamos (...) que este inconsciente seja considerado como mais rico cientificamente que a superfície relampejante a que estão acostumados os nossos olhos (...). Acrescentemos ainda que a história ‘inconsciente’ – terreno entre o tempo

conjuntural e terreno por excelência do tempo estrutural – é muitas vezes mais nitidamente percebida daquilo que se quer admitir. Esta consciência não data unicamente de ontem, ainda que seja hoje mais viva. (BRAUDEL, 1976, p. 40)

A história do inconsciente social responde à longa duração, ao tempo histórico da estrutura que transcorre lentamente detrás dos acontecimentos e que, apesar de que se manifeste como subjetividades vivas do presente, somente podem ser capturadas em sua complexidade e densidade a partir das estruturas seculares da cultura, do imaginário e das identidades civilizatórias das sociedades.

O inconsciente social, entendido a partir da longa duração, representa uma dimensão analítica chave de compreender as novas subjetividades que emergem na América Latina e que se manifestam em novos movimentos sociais e novas práxis políticas na região. A partir destas colocações, analisaremos mais adiante a questão indígena na América Latina, como manifestação contemporânea de uma identidade histórica de longa duração, cujas subjetividades emergem como visões do mundo ligadas a processos civilizatórios pré-colombianos.

2.6 Produção de conhecimento e a apropriação nacional das ciências sociais

O pensamento social brasileiro produzido ao longo do século XX, nos oferece elaborações teóricas importantes para pensar a construção das ciências sociais latino-americanas como um campo de análise próprio, onde as particularidades da realidade local aparecem não somente como novos objetos de estudo se não também, em maior ou menor medida, como elementos que vão influir em sua própria construção epistemológica e metodológica. Já em começos do século XX, temos exemplos importantes, como o caso de Manoel Bonfim, que a partir de uma postura crítica do colonialismo como estrutura de poder e dominação política, escreve um tratado para analisar a situação colonial da América Latina. Em *Los males de América*, Bomfim explica os grandes problemas da região a partir da ação parasitária da colonização espanhola e portuguesa, que sugaram as forças vitais e recursos naturais das colônias americanas, sem serem capazes de construir uma estrutura de desenvolvimento econômico e político próprio. Esta análise conduz à necessidade de reelaborar a institucionalização e a subjetividade das sociedades que tiveram sua origem na estrutura de dominação colonial baseada no parasitismo das metrópoles em relação às Américas.

Ainda que o pensamento de Manoel Bonfim não estabeleça rupturas teórico-metodológicas, na medida em que se serve da física social como método analítico, constitui uma crítica política muito profunda da estrutura de poder colonial. Sem pretender realizar um balanço sistemático do pensamento social brasileiro, nos propomos apenas resgatar o pensamento de alguns intelectuais que, pela profundidade e o alcance de sua obra, contribuíram para a conformação das ciências sociais como um campo próprio de análise.

Particularmente nos interessa destacar o pensamento de Guerreiro Ramos, pelas implicações epistemológicas e políticas de sua proposta para a construção de uma sociologia nacional brasileira. As particularidades da realidade local se colocam na proposta deste autor, não somente em sua dimensão externa, como novos objetos de estudo, se não como elementos que vão influir na própria elaboração teórico-metodológica das ciências sociais.

Em seu livro *A redução sociológica* publicado a fins da década de 1950, Guerreiro Ramos chama a atenção sobre o surgimento de uma consciência crítica da realidade como o feito mais auspicioso que indicaria a constituição de uma “ciência nacional” brasileira. Consciência que emerge a partir de uma realidade histórica concreta. Isto é, a partir das condições materiais concretas da sociedade. Vejamos:

Não se trata de anseio de uns poucos, preocupados em modelar um caráter nacional mediante processos, por assim dizer, paretianos (...). O fenômeno tem suporte na massa. Um estado de espírito não surge arbitrariamente. Reflete sempre condições objetivas que variam de coletividade para coletividade. Mas em toda parte onde um grupo social atinge aquela modalidade de consciência, aparece o imperativo de ultrapassar o plano da existência bruta e adotar uma conduta significativa, fundada, de algum modo, na percepção dos limites e possibilidades de seu contexto e sobre tudo orientada para fins que não sejam os da mera sobrevivência vegetativa (RAMOS, 1989, p. 19).

Para Guerreiro Ramos, a consciência crítica não é apenas um estado de ânimo subjetivo, mas principalmente, o resultado das condições objetivas da realidade. Esta abre caminho para o surgimento do imperativo de “transcender o plano da existência bruta”⁶³ ou de “adotar uma conduta significativa” orientada para fins que não sejam os da mera sobrevivência vegetativa. Isto é, o surgimento de uma consciência crítica implica uma ação transformadora da própria realidade.

⁶³ A existência bruta, para o autor, é a que se articula diretamente com as coisas, o que transcorre no nível destas. Portanto, carece de subjetividade.

O “espaço nacional” se converte no escopo onde se desenvolve a ação transformadora da consciência crítica como fenômeno de massas. Processo mediante o qual o povo se esforça para apropriar-se de sua circunstancia, entendida esta como um momento histórico concreto, através de uma “combinação racional” dos fatores de que dispõe. A relação dialética entre consciência crítica e realidade social evidencia uma visão profundamente histórica no pensamento de Guerreiro Ramos, onde as condições objetivas concretas produzem certa consciência crítica, que ao mesmo tempo é capaz de transformar a realidade concreta de onde surge. Portanto, a consciência crítica, enquanto consciência coletiva, não se estabelece como universal em sua temporalidade nem em sua circunstancia, como explica o autor, na continuação: “a personalidade histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado à percepção dos fatores que o determinam, o que equivale à aquisição da consciência crítica”⁶⁴.

A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são pro ductos históricos e instrumentos de liberação em relação à “existência bruta” (ou existência física), uma elevação coletiva ou individual em relação à compreensão de seus condicionamentos materiais, que desperta uma conduta humana vigilante e uma atitude de domínio de si mesma e de seu entorno. Esta aptidão de autodeterminação tem um enorme poder transformador.

Através da noção da consciência crítica, Guerreiro Ramos introduz elementos para uma análise mais densa da colonização como sistema de dominação. As conferencias de Bandung (1955) e do Cairo (1957) representam pontos de vista próprios de uma consciência crítica que surge na Ásia e na África e que afirma projetos autônomos de existência. Isto é, uma legítima pretensão de realizar, em sua plenitude, a categoria de pessoa coletiva, pois para as coletividades, aspirar à história é aspirar à “personalização”⁶⁵.

A luta anticolonial, a partir da emergência de uma consciência crítica, se diferencia radicalmente das reações anteriores frente ao colonialismo. Esta representa uma reação mediante a qual os povos colonizados levantam reivindicações não somente de conteúdo parcial, mas universal, ao pretenderem serem, eles mesmos, sujeitos de um destino próprio.

⁶⁴ RAMOS, 1989, p. 19.

⁶⁵ RAMOS, 1958, p. 23.

Nas sociedades coloniais aparecem hoje quadros novos, empenhados num esforço de repensar a cultura universal na perspectiva de auto-afirmação dos seus respectivos povos. Não é um comportamento romântico que levaria esses povos ao enclausuramento, a se apegarem aos seus costumes sob alegação, realmente suicida, de preservá-los em sua pureza; é antes uma atitude que não exclui o diálogo, pois contém a consciência e que, para ser historicamente válida, a auto-afirmação dos povos deve confluir para o estuário de todas as altas culturas da humanidade. Tal é a perspectiva em que se acham situados esses novos quadros (RAMOS, 1989, p. 24).

A luta anticolonial não se apresenta somente como um ato de ruptura com a estrutura de dominação colonial, se não que é, sobre todo, um ato de afirmação civilizatória. As sociedades coloniais, através de seus intelectuais, se esforçam para apropriar-se da cultura universal em um processo de auto-afirmação de seus povos. Esta auto-afirmação não representa, em momento algum, uma atitude de isolamento ou de preservação de pureza cultural, se não pelo contrario, uma afirmação no contexto de uma civilização humana universal. Local e universal adquirem, no pensamento de Guerreiro Ramos, um novo sentido de complementaridade: quanto mais local como processo de auto-afirmação histórica, mais universal como parte das grandes civilizações da humanidade.

Talvez esta seja uma das contribuições mais originais do pensamento de Guerreiro Ramos, que tomando distancia da visão eurocêntrica que impõe a civilização ocidental como modelo civilizatório da humanidade, se coloca como um dos iniciadores de um debate que vai se desenvolver mais amplamente somente na década de 1990. Em grande parte, a discussão sobre a questão civilizatória tem como referencia a preocupação sobre as novas fontes de conflito e a política mundial no mundo depois do fim da Guerra Fria. O livro de Samuel Huntington " *The clash of civilizations* publicado em 1993, argumenta que os fatores ideológicos e econômicos não serão mais a fonte principal de conflitos no mundo, se não as grandes diferenças culturais entre povos e nações de matrizes civilizatórias distintas. La discussão de Huntington abre um intenso debate⁶⁶ que transpõe amplamente as fronteiras da intelectualidade dos Estados Unidos, recolocando a questão da afirmação histórica dos povos e as nações como um elemento fundamental para pensar a dinâmica e os conflitos do mundo contemporâneo.

⁶⁶ Para maiores detalhes sobre o tema ver: "The clash of civilization: the debate", publicado pela revista *Foreign Affairs* em 2010, com artigos, publicados entre 1993 e 2007, que discutem o livro de Samuel P. Huntington : "The clash of civilization".

Através do conceito de nação, Guerreiro Ramos vai formular sua proposta de “redução sociológica”, cuja importância, para fins de nossa análise, enraíza-se na elaboração de uma discussão teórico-metodológica profundamente crítica das ciências sociais, através da sociologia como disciplina específica, mas muito mais além desta. Assim define o autor a noção de redução sociológica:

“No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização do seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades”⁶⁷

La “redução sociológica” se apresenta como um processo metodológico para capturar as linhas essenciais da realidade social. Mas estas linhas essenciais não são imutáveis, se não históricas e, portanto, elementos de uma realidade concreta, que ao mesmo tempo é resultado da acumulação histórica de experiências de outras comunidades. Vejamos quais são as características deste processo segundo o autor:

- É uma atitude metódica, portanto, um esforço sistemático para separar os elementos que constituem a essência do fenômeno daqueles que são secundários,
- A realidade social é sistêmica. Portanto, os feitos desta realidade fazem parte, necessariamente, de conexões de sentido e de vínculos de significação,
- Postula a noção de mundo, onde a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados. Os indivíduos e os objetos se encontram em “uma infinita e complicada trama de referências”;
- É “perspectivistas”. Isto é, a perspectiva em que estão os objetos em parte os constituiu, de tal forma que se são transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. Isto quer dizer que o sentido de um objeto não pode se apresentar desligado de um contexto determinado;
- Suas afirmações são coletivas e não individuais. Isto é, a redução sociológica surge para o sociólogo como uma exigência da sociedade em que vive e não como um ato especulativo individual;

⁶⁷ RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica (introdução ao estudo da razão sociológica). ISEB: Rio de Janeiro, 1958, 169 p., p. 45.

- É uma “expressão crítica-assimilativa” da experiência estrangeira. Isto é, é uma aspiração do sentido universal da sociologia como ciência, mediatizada pelo local, nacional ou regional. Supõe uma reinterpretação dos produtos culturais importados, e não transposições mecânicas;
- A redução sociológica, apesar de fundar-se em uma consciência coletiva e de vivências populares, é uma atitude altamente elaborada. Supõe conhecimentos diversos e indagações complexas que somente é possível através de um estudo sistemático e rigoroso.

Esta análise detalhada da definição e descrição da redução sociológica que realiza Guerreiro Ramos, no capítulo IV da obra citada⁶⁸, nos interessa particularmente porque nos permite analisar, sem clareza, as rupturas metodológicas que o autor elabora em relação ao pensamento positivista.

Em primeiro lugar, fica claro que a noção de “redução sociológica” é um esforço metodológico para apropriar-se localmente de uma matriz teórica universal. Esta apropriação está mediatizada por uma visão do mundo particular, historicamente determinada, no âmbito local, nacional ou regional. Não se trata, como postula o pensamento positivista, de um conjunto de leis universais válidas para qualquer realidade em qualquer tempo histórico, se não de uma apropriação nacional, local ou regional, de uma matriz teórica universal, a partir das condições materiais e históricas da dita realidade. Esta apropriação significa um processo seletivo a partir das condições materiais locais. O autor oferece uma definição bastante precisa da “redução sociológica”:

A redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais. A redução sociológica não implica, de modo algum, negar a universalidade da ciência. Seu propósito é, apenas, levar ao cientista a submeter-se à exigência de referir o trabalho científico à comunidade em que vive (...) A ciência é, pois, universal enquanto patrimônio de aquisições comuns a todos os cientistas do mundo. O estado geral da ciência influi necessariamente no cientista de determinado país, como a elaboração nova de um especialista de determinada nação inevitavelmente terá repercussões universais (RAMOS, 1958, P.94-95).

No mesmo sentido que Guerreiro Ramos, o sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado (1935-1984) vai propor que a produção de conhecimento local se daria a partir da apropriação de teorias gerais, que no caso do marxismo, chama de “nacionalização do marxismo”. Esta apropriação se realiza pela via da interiorização do marxismo como matriz teórica, que se converte assim, em uma concepção do

⁶⁸ RAMOS, 1958, 169 p., cap IV.

mundo interiorizada e desta maneira, se converte também em uma forma de pensar o conjunto de relações e experiências da vida cotidiana e de construir uma reflexão sobre a sociedade em que se vive. A produção de um novo conjunto de categorias, ou novo conhecimento, não sendo do marxismo se deu, segundo Zavaleta, quando em algumas sociedades, houve um processo de apropriação intelectual desta tradição e matriz, e este pensamento se enraizou no processo e os problemas locais e a partir dele adquiriram maior inteligibilidade⁶⁹.

Ao pensar a realidade social como sistêmica e la redução sociológica como atitude e método que supõem conhecimentos diversos e indagações complexas, possíveis somente através de um estudo sistemático e rigoroso, Guerreiro Ramos está colocando a necessidade de uma análise complexa e multidimensional. Assim, o autor toma distancia da relação linear de causa-efeito, que está na base da mecânica newtoniana e do pensamento positivista, cuja preocupação metodológica principal consistia em reduzir significativamente o número de variáveis para simplificar a análise. Pensar a realidade social como sistema, significa introduzir um conjunto de relações sociais complexas e relações de sentido que integram a multiplicidade de dimensões da vida social.

Pouco mais de duas décadas depois da publicação da *redução sociológica* Guerreiro Ramos vai desenvolver uma crítica contundente à racionalidade moderna como sustentação metodológica e teórica das ciências sociais. Em seu livro *A nova ciência das organizações: Uma re-conceituação da riqueza das nações*, publicado em 1981, o autor desenvolve um enfoque que questiona a racionalidade funcional baseada em uma visão do ser humano apenas como uma criatura de cálculo utilitário que organiza sua vida a partir das necessidades do mercado, chamando a atenção sobre o caráter precário dos pré-supostos da ciência social moderna. Vejamos:

A fim de salvar o que na moderna ciência social é correto, é necessário compreender o caráter precário de seus principais pressupostos, a saber, que o ser humano não é se não uma criatura capaz do cálculo utilitário de conseqüências e o mercado o modelo de acordo com o qual sua vida associada deveria organizar-se. Na verdade, a ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, a través da história de humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos (RAMOS, 1989, p. 22).

⁶⁹ BRUCKMANN: 2010.

Conclui Guerreiro Ramos assinalando que “A moderna ciência social deveria, portanto, ser reconhecida pelo que é: um credo, e não verdadeira ciência”⁷⁰. Abre-se então, um espaço necessário para uma reformulação teórica das ciências sociais. Reformulação que implica também em um questionamento da ideia de superioridade civilizatória das sociedades ocidentais portadoras da racionalidade funcional, ou seja:

A auto-definição das sociedades industriais avançadas do Ocidente como portadoras da razão esta sendo diariamente solapada e é, na realidade, tão largamente desacreditada que se fica a imaginar se a legitimação de tais sociedades, exclusivamente à base da racionalidade funcional, continuará, dentro de pouco, encontrando neste mundo quem acredite nela. Esse clima de perplexidade pode viabilizar uma reformulação teórica de enorme magnitude (RAMOS, 1989, p. 23).

Certamente, Guerreiro Ramos era plenamente consciente do alcance de suas críticas. Para ele, a crítica da razão moderna não era simplesmente um exercício acadêmico, estava orientada para preparar o caminho para o desenvolvimento de uma nova “ciência das organizações”. A racionalidade funcional, tão orgânica aos grandes avanços científicos do ocidente, durante os últimos 300 anos, se converte, em sua principal limitação. Abre-se espaço, segundo o autor, a um novo tipo de racionalidade, a “racionalidade substantiva”, que sustenta que o lugar adequado para a razão é a psique humana, que se constitui em ponto de referencia para o ordenamento da vida social assim como para a conceituação da ciência social em geral.

A razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social. No decurso dos últimos 300 anos, a racionalidade funcional tem escorado o esforço das populações de Ocidente central para dominar a natureza, e aumentar a própria capacidade de produção. É certo que esta é uma grande realização. Mas, agora há indícios de que semelhante sucesso esta a ponto de se transformar numa vitória de Pirro. A percepção dessa situação esta abrindo novos caminhos de busca intelectual (RAMOS, 1989, p. 22).

2.6.1 Guerreiro Ramos e a Teoria da Dependência

Consciente das profundas rupturas epistemológicas e metodologias que a obra de Guerreiro Ramos representava em relação à tradição sociológica e filosófica ocidental, o jovem Theotônio dos Santos escreve, em 1958, sobre “a redução sociológica”, o seguinte: “A teoria da sociedade brasileira e a redução sociológica abrem-nos, assim, o caminho para uma teoria do mundo, do passado, do presente e

⁷⁰ RAMOS, 1989, p. 22.

do futuro, para uma nova concepção do espaço e do tempo”. Isto é, não se trata, apenas de uma nova interpretação sociológica, se não de uma matriz analítica que sugere novas elaborações epistemológicas e filosóficas.

Dos Santos distingue três níveis de análise na obra de Guerreiro Ramos, através dos quais realiza uma interpretação marxista da *redução sociológica* e a dinâmica teórica que ela desenvolve:

1. O nível da subestrutura, que corresponde à realidade brasileira e que vai conduzir a uma teoria da sociedade brasileira;
2. O nível da estrutura, que se refere à estruturação da sociologia brasileira construída a partir da subestrutura e que constituiria um Tratado Brasileiro de Sociologia, e
3. O nível da superestrutura que conduz a uma ideologia e um projeto daquela realidade através de uma nova filosofia baseada em uma razão sociológica.

A sociedade brasileira é concebida como um todo estruturado em evolução. A práxis de sociólogo, através da redução sociológica como atitude metódica, consiste em utilizar os conceitos importados como subsidiários de uma sociologia nacional. Este processo transforma o próprio sociólogo e dá uma dimensão inteiramente diversa a seu trabalho. Como esta não é uma mera atitude existencial, se não que implica uma criação teórica transformadora da própria teoria e da realidade, as conseqüências deste processo sociológico são imprevisíveis. Assim, para Dos Santos, o significado de estrutura social brasileira no pensamento de Guerreiro Ramos, é a fonte do raciocínio filosófico e sociológico, mas ao mesmo tempo, é parte integrante do raciocínio que ela condiciona. Trata-se do reconhecimento, mas também, de uma afirmação própria a partir da análise de Guerreiro Ramos, da relação dialética entre estrutura e superestrutura, e seu mutuo condicionamento. Processo teórico complexo que o marxismo ortodoxo hegemônico, até fins dos anos cinqüenta, abandona sistematicamente.

A matriz analítica proposta por Guerreiro Ramos em *A redução sociológica* e a recuperação que muito cedo realiza Dos Santos do potencial transformador desta obra, fazem parte de um momento mais amplo de rediscussão das bases teórico-metodológicas das ciências sociais latino-americanas, que levará a questionar radicalmente as limitações da ciência social dominante, criando condições para a emergência de interpretações teóricas que incorporem as particularidades da realidade social na região para desenvolver uma interpretação própria da América

Latina como construção histórica e social específica no marco um movimento histórico universal e planetário.

Neste artigo adiantado, o jovem sociólogo deixa clara sua pretensão, “um tanto ambiciosa” como ele mesmo assinala, de ampliar as perspectivas abertas por *A redução sociológica*, a partir das linhas básicas que está discute. Dos Santos reconhece na obra de Guerreiro grandes possibilidades interpretativas e teóricas que têm conseqüências implícitas ainda não desenvolvidas, como explica a continuação: “É uma inteira revolução no pensamento humano que está por trás da obra de Guerreiro Ramos, e se ainda ele não assumiu esta atitude revolucionária no campo do pensamento teórico é porque tarefas mais urgentes convocam o pensamento brasileiro, tarefas que só depois de realizadas permitirão uma estruturação tão ampla”⁷¹. Continua o autor: “Em que se apoiaria esta teoria do mundo que incorpora o pensamento ocidental à perspectiva brasileira? Se Guerreiro Ramos não elaborou ainda esta teoria, já possui o instrumento da análise que conduz a ela e que ele chama de razão sociológica”.

Theotonio Dos Santos assumirá explicitamente o compromisso teórico de aprofundar e reelaborar aquilo que Guerreiro Ramos deixa pendente ou apenas sugerido:

A razão sociológica é uma ideia fecunda a ser desenvolvida e que tal vez possa servir de base a uma teoria do mundo do ponto de vista brasileiro e dos países periféricos (...). A ideia de uma nova metafísica apoiada numa crença da posição privilegiada do Brasil e de outros países periféricos no mundo é ainda uma intuição implícita na obra de Guerreiro Ramos. Se ele ainda não a desenvolveu, não cabe a nós fazê-lo, pelo menos por enquanto (o sublinhado é nosso), (DOS SANTOS, 1958, p. 195).

Esta tarefa será realizada anos mais tarde, quando, a partir da segunda metade da década de 1960, Dos Santos, junto a outros intelectuais, principalmente latino-americanos, se dedicará a formular a teoria da dependência como um novo marco teórico e interpretativo da realidade latino-americana e do capitalismo mundial como movimento histórico universal a partir da perspectiva dos países periférico ou dependentes. A corrente marxista da teoria da dependência, que Dos Santos forja em estreita colaboração com Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, vai recuperar o pensamento de Guerreiro Ramos, colocando no centro da discussão as particularidades da América Latina como elementos para construir uma teoria do

⁷¹ SANTOS, Theotonio Junior. Perspectivas da redução sociológica. Em: Diário de Notícias, 14 de setembro de 1958.

capitalismo dependente, integrado a economia mundial e parte do desenvolvimento universal do capitalismo contemporâneo. Universal e particular, universal e nacional, são dimensões teóricas que adquirem assim, uma nova interpretação dialética. Esta visão dialética da teoria da dependência é uma postura do marxismo revolucionário que surge depois, e ao calor, da Revolução Cubana na América Latina? Certamente, mas é, também, e particularmente no caso da corrente marxista da teoria da dependência, uma influência fecunda do mestre baiano. A recuperação do pensamento de Guerreiro Ramos, como toda elaboração teórica, é um processo extremamente complexo, de negação e afirmação, de rupturas e continuidades, de apropriação e reelaboração.

Da mesma forma que as críticas mordazes que *A redução sociológica* suscitou em sua época por parte do pensamento conservador brasileiro, a teoria marxista da dependência enfrentou, e continua enfrentando, seu correlato cerco de ferro na academia brasileira. É algo que, a partir da pressão dos movimentos sociais organizados, e seus instrumentos de formação e difusão, estas elaborações teóricas colocam novamente no debate político e intelectual. A conjuntura política brasileira, que se abre depois das eleições presidenciais de 2010, coloca novos desafios políticos e teóricos: a rediscussão de desenvolvimento como projeto histórico; a recuperação da soberania em todas suas dimensões; a reelaboração de uma consciência coletiva crítica e as novas subjetividades que emergem neste contexto, inclusive a própria visão feminina do mundo e da política; a integração regional como projeto histórico que recupera o espírito bolivariano de luta anticolonial e anti-imperialista.

Estes elementos esta influenciando profundamente na emergência de uma nova consciência crítica, mas também, na configuração de uma nova base material da sociedade brasileira. Certamente, estão se produzindo mudanças importantes na academia, que não pode continuar ignorando ou tornando invisível uma tradição teórica que oferece importante marco interpretativo para uma compreensão mais profunda e pertinente da complexidade e múltipla dimensão da conjuntura brasileira contemporânea. Seguramente viveremos mudanças importantes na universidade e na estrutura de pesquisa social e de produção de conhecimento em todos os níveis.

2.7 Para um modelo multidimensional de análise da conjuntura

“As ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais e as civilizações (...) têm também o seu ritmo de vida e de crescimento; e a nova história da conjuntura só estará em ordem quando tiver completado a sua orquestra”

Fernand Braudel
(História e ciências sociais)

As ciências sociais contemporâneas passam por profundas mudanças, durante pelo menos as duas últimas décadas, desde que o pensamento neoliberal começou a evidenciar sua crescente incapacidade explicativa e suas enormes limitações teórico-metodológicas para estudar, compreender e transformar o capitalismo complexo. Críticas profundas começam a ser formuladas, não apenas a partir do pensamento crítico, mas no interior do próprio pensamento dominante.

Este sub-capítulo busca colocar os elementos principais para o desenvolvimento futuro de uma teoria da análise da conjuntura e a construção de um modelo que até agora chamamos de “multidimensional”, como ferramenta teórico-metodológica. Este modelo pretende sistematizar a interação e múltipla determinação de três dimensões na análise da conjuntura: a econômica, a política e o espaço onde se produz teoria e conhecimento, ao mesmo tempo como produto histórico de uma realidade social específica, em um momento histórico concreto e como parte da práxis social. Em outras palavras, entendemos por teoria o produto de um esforço sistemático de abstração da realidade social e ao mesmo tempo, parte desta realidade social e da práxis que ela encerra. O conhecimento se coloca assim e ao mesmo tempo, como teoria e como práxis.

A complexidade do mundo contemporâneo e a aceleração crescente do tempo histórico exigem respostas cada vez mais rápidas para a condução dos processos em curso, a partir da perspectiva dos elaboradores de políticas públicas ou para orientar as estratégias dos Estados, nações, grupos de interesses ou forças sociais e movimentos populares no contexto de suas lutas. A análise da conjuntura se torna um instrumento fundamental para a compreensão das tendências atuais e os processos em curso, mas também para a prospecção de cenários futuros. Na medida em que se disponha de um modelo analítico que permita um estudo prospectivo razoavelmente acertado, e rápido, a capacidade de ação social e política

se verá fortemente impactada. Em outras palavras, quanto maior a capacidade de um modelo de análise da conjuntura para captar a essência dos processos e as tendências, maior a possibilidade de uma análise prospectiva rápida que permitirá uma ação social e política eficiente.

Os elementos que exibiremos mais adiante podem ser um ponto de partida para avançar na construção deste modelo, que pode, inclusive ter um desenvolvimento matemático e probabilístico. Obviamente, esta tarefa somente pode ser enfrentada através de um trabalho multidisciplinar e de equipe.

2.7.1 Os modelos analíticos: limites e alcances

Os modelos analíticos constituíram, no desenvolvimento da ciência, sistemas explicativos para o estudo da natureza e das sociedades. Seu valor metodológico residia na possibilidade de pensar sistemática e rigorosamente um problema ou um fenômeno. Deste ponto de vista, estas construções abstratas continuam sendo úteis, sempre e quando sejam relativizadas, tanto em relação à sua validade, como quadro interpretativo, como em relação a sua duração, do ponto de vista histórico.

Podemos dizer então, sem medo de equivocarnos, que os modelos representam apenas hipóteses, sistemas de explicação solidamente vinculados, que permitem estabelecer relações entre uma determinada realidade que apenas aparece de outra ou, entre ambas, quando se manifestam relações estreitas e constantes. Além disso, um modelo é útil quando permite analisar o meio social observado, a partir do qual surge o fenômeno, e outros meios sociais relacionados, através do tempo e do espaço. Assim, os modelos têm de alguma maneira, um valor recorrente, cuja duração é variável e complexa.

Esta afirmação nos leva a outra ponderação importante: os modelos não são leis universais e imutáveis, mas sistemas explicativos que variam segundo o objeto de estudo, ou o cálculo, ou a finalidade dos usuários, sejam estes simples ou complexos, qualitativos ou quantitativos, estatísticos ou dinâmicos, etc. Fernand Braudel sintetiza de maneira brilhante este aspecto ao se referir à grande limitação que se colocou sobre os modelos analíticos elaborados por Marx quando lhes atribuíram a condição de leis universais aplicáveis a todas as sociedades e a todos os lugares. Assim, se reduziu a capacidade de diálogo com outros modelos e com a duração do tempo histórico como ferramenta analítica. Com isto, se imobilizou e limitou o poder criador do modelo “mais poderoso do século passado”, nas palavras

de Braudel. Assim, se criou um tipo de encantamento do modelo pelo modelo, que acabou suprimindo a fecunda relação entre teoria e prática.

O gênio de Marx, o segredo de o seu prolongado poder, provem de ter sido ele o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais e a partir da longa duração histórica. Mas estes modelos foram imobilizados na sua singeleza, concedendo-lhes um valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável a todos os lugares, a todas as sociedades; enquanto que, se fossem devolvidos às águas mutáveis do tempo, o seu sustentáculo manifestar-se-ia, porque é sólido e está bem tecido: reapareceria constantemente, mas matizado, umas vezes esfumado e outras vivificado pela presença de outras estruturas susceptíveis, elas também, de serem definidas por outras regras e, por tanto, por outros modelos. Devido a esse fato, o poder criador da análise mais poderosa do século passado permaneceu limitado. Só pode encontrar força e juventude na longa duração. Quase posso acrescentar que o marxismo atual me parece ser a imagem própria do perigo que ronda toda a ciência social, enamorada do modelo em bruto, do modelo pelo modelo. (BRAUDEL, 1976, p. 66-67)

Podemos concluir então que o essencial consiste em precisar a função e os limites de um modelo analítico, fato que conduz à necessidade de confrontá-los com a ideia de duração, dissuadindo qualquer tentação de modelos universais e eternos. Melhor ainda, os modelos são válidos enquanto a realidade que estes se propõem explicar e estudar adquire sentido e inteligibilidade através deles.

A partir dos elementos colocados nos primeiros dos capítulos, propomos algumas questões de ordem epistemológica, teórica e metodológica que, do nosso ponto de vista, é necessário levar em conta para pensar um modelo de análise da conjuntura:

A. A unidade dialética entre teoria e prática

É necessário estabelecer uma relação dialética entre teoria e práxis, do campo do conhecimento e a realidade social: o conhecimento produz novas realidades sociais, e estas novas realidades são capazes de produzir novo conhecimento. Assim, a teoria se torna histórica, porque é uma abstração da realidade e, ao mesmo tempo, parte da própria realidade.

B. A re-apropriação da totalidade como postura epistemológica

A crescente transformação das ciências em disciplinas, não somente conduziu à produção de conhecimento especializado, mas à constituição de campos de saber cada vez mais diferenciados e desarticulados. Assim, se perdeu de vista a totalidade dos fenômenos e dos processos. A análise da conjuntura exige a

re-apropriação da visão holística de totalidade, não como uma soma de partes, mas como um todo completo, de múltiplas determinações. Isto permitirá compreender os fenômenos concretos como parte de uma complexidade maior, o que certamente impactará de maneira “intrínseca” na compreensão mais profunda do fenômeno. Marx mostra, por exemplo, o impacto da visão holística quando realiza a análise do conceito de “população” além da simples definição demográfica, quando esta se reconstrói na complexidade de um todo de múltiplas determinações.

C. A realidade social como totalidade e complexidade

Entender a realidade como totalidade complexa nos coloca a necessidade de estudar, não apenas as partes isoladas e os processos isolados, mas também problemas essenciais, que são problemas das relações organizadas como resultado da interação dinâmica, o que faz com que o comportamento das partes seja diferente do que se observa, quando se estuda cada parte separadamente. Assim, estudar um fenômeno concreto como parte de um sistema complexo será qualitativamente diferente do fato de estudar o mesmo fenômeno de maneira isolada.

D. O estudo interdisciplinar como ferramenta metodológica

A criação do “novo” implica em uma série de conhecimentos necessariamente interdisciplinares. A complexidade do mundo contemporâneo, marcado pela inovação científico-tecnológica, supõe uma nova divisão do trabalho e uma nova divisão interdisciplinar das pesquisas. Esta nova divisão requer a superação da disciplina sem descuidar do conhecimento rigoroso e da especialidade. Ao mesmo tempo, a questão interdisciplinar abre um novo campo de análise e novas modalidades de trabalho em equipe e de cooperação. Criam-se as melhores condições para uma cultura geral multidisciplinar que se apresenta de grande utilidade para a reformulação de conceitos

E. A produção de conhecimento e a apropriação local de matrizes universais

A produção de novo conhecimento encontra melhores condições quando a apropriação de matrizes teóricas universais encontra um campo de análise nas especificidades de uma formação histórica concreta. Isto não somente significa

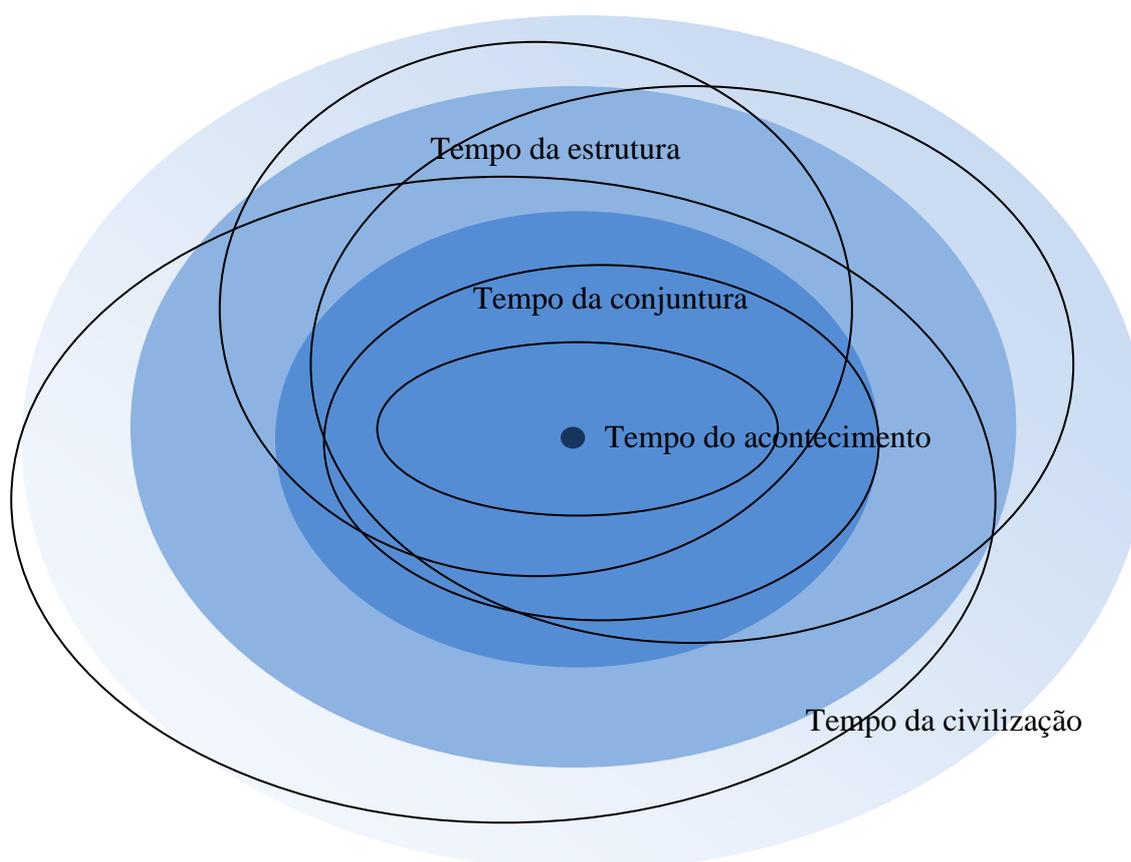
a análise de novas problemáticas, mas a possibilidade de produzir conhecimento original que contribua para a matriz teórica geral seja ampliando, reelaborando, negando ou afirmando tal matriz.

F. A longa duração e a dialética dos tempos históricos

A análise da conjuntura e a compreensão inteligente dos fenômenos e processos sociais requerem de uma análise histórica que esta incorpore a dialética das durações. Como coloca Braudel, o tempo do acontecimento, do episódio, pode ser o mais enganoso, porque é capaz de mostrar tendências exatamente contrárias de determinados processos históricos que, se analisadas a partir do tempo da conjuntura ou da estrutura (isto é, a longa duração) se manifestam de maneiras diferentes. Assim, levar em conta a dialética das durações na análise da conjuntura significa entender que um mesmo processo pode ser compreendido através de diferentes durações. Em cada momento da investigação é necessário distinguir entre movimentos longos e impulsos breves, considerando os últimos a partir de suas fontes imediatas e os primeiros em sua projeção de longo tempo. Portanto, as durações dos tempos históricos não são excludentes, mas pelo contrário, um mesmo fenômeno pode ser analisado a partir das várias durações do tempo histórico e encontrar nesta análise a reconstituição de uma totalidade complexa.

Para visualizar esta colocação exibimos o seguinte gráfico, onde cada um dos três círculos concêntricos destacados em graduação de cor, representam as três dimensões da duração dos tempos históricos. No centro do círculo, colocamos, por exemplo, o episódio ou o acontecimento, ao redor deste, o tempo da conjuntura e o círculo mais externo representaria o tempo da estrutura. Observemos que as elipses são as possibilidades analíticas de cada fenômeno cujo estudo pode integrar, ao mesmo tempo, uma, duas ou as três durações. Vejamos:

Gráfico 1: Tempo histórico e a dialética das durações



Quer nos coloquemos em 1558 ou no ano da graça de 1958, para que pretende captar o mundo, o problema é definir uma hierarquia de forças, de correntes e de movimentos particulares, e, mais tarde, reconstituir uma constelação de conjunto. Em cada momento desta investigação é necessário distinguir entre movimentos longos e impulsos breves, considerados estes últimos nas suas fontes imediatas e aqueles na sua projeção de um tempo longínquo. (BRAUDEL, 1976, p.28).

Reintroduzamos, na verdade, a duração. Disse que os modelos tinham uma duração variável: são válidos, enquanto é válida a realidade que registram. E para o observador do social, este tempo é primordial, posto que ainda mais significativos que as estruturas profundas da vida, são os seus pontos de ruptura, a sua brusca ou lenta deteriorização, sob o efeito de pressões contraditórias (BRAUDEL, 1976, P.52-53)

G. A instabilidade e a tendência ao não equilíbrio

A análise da conjuntura precisa criar ferramentas capazes de prever a instabilidade, entendida como a emergência de fenômenos capazes de mudar radicalmente o comportamento do sistema ou parte do mesmo, de modo que

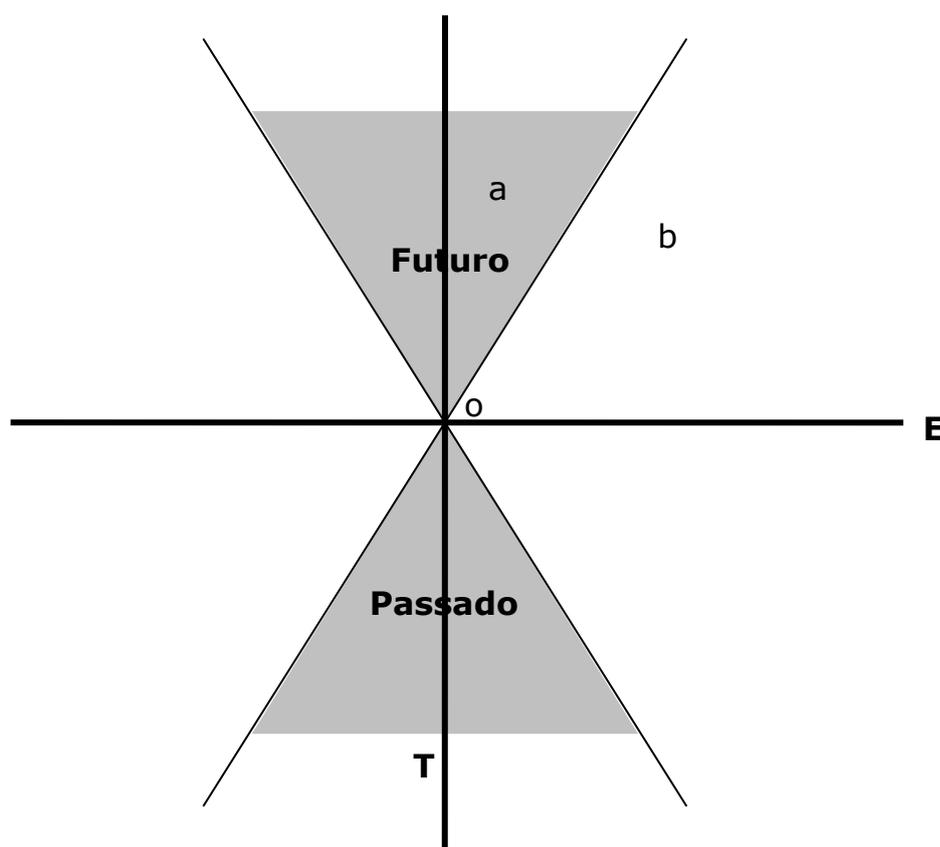
impactem a totalidade. Isto não deve ser visto como excepcionalidade, mas como uma tendência recorrente.

2.7.2 O impacto da instabilidade na análise da conjuntura

- a) A análise da conjuntura busca estabelecer tendências específicas a partir do estudo de uma realidade concreta. Estas tendências se projetam qualitativamente, e em alguns casos, quantitativamente, para definir cenários futuros possíveis e prováveis. Esta análise, não inclui a existência da instabilidade como princípio e tendência dos sistemas complexos. De várias maneiras, continuam as análises, tomando como referência fundamental os princípios da mecânica newtoniana: a tendência dos sistemas ao equilíbrio, o tempo simétrico e reversível que não faz diferença substancial entre passado e futuro, a linearidade dos sistemas e processos, etc.
- b) Se levamos em conta a instabilidade como fator fundamental, introduzimos na análise um fator importante de complexidade e de imprevisibilidade, que pode levar, em um momento determinado e através de um fenômeno inesperado, à mudança radical das tendências e de sua trajetória. Com isto, modificam-se os eixos espaço-tempo da análise, abrem-se novos futuros possíveis, ou seja, cenários impossíveis de ocorrer de acordo com as tendências antes do impacto da instabilidade. Depois deste fenômeno, os processos que causam a instabilidade, são agora possíveis.
- c) O tempo, como ferramenta metodológica de análise da conjuntura, é um elemento fundamental. Abandonar a noção de tempo simétrico e reversível implica retomar e recriar as elaborações teóricas que dão conta de sistemas temporais complexos de longas durações.

Chegando a este ponto, apresentamos dois diagramas que buscam visualizar graficamente o impacto da instabilidade na análise da conjuntura. Este diagrama está inspirado nos estudos de termodinâmica moderna a partir das contribuições de Prigogine e da “seta do tempo”. A adoção da ideia geral, a partir deste campo do conhecimento e da definição dos eixos, e a inclusão da tendência à instabilidade para a análise social é de elaboração própria, porém está em fase de construção. Assumimos, portanto, toda e qualquer consequência desta proposta. Abaixo estão os gráficos e suas chaves de leitura.

GRÁFICO 2

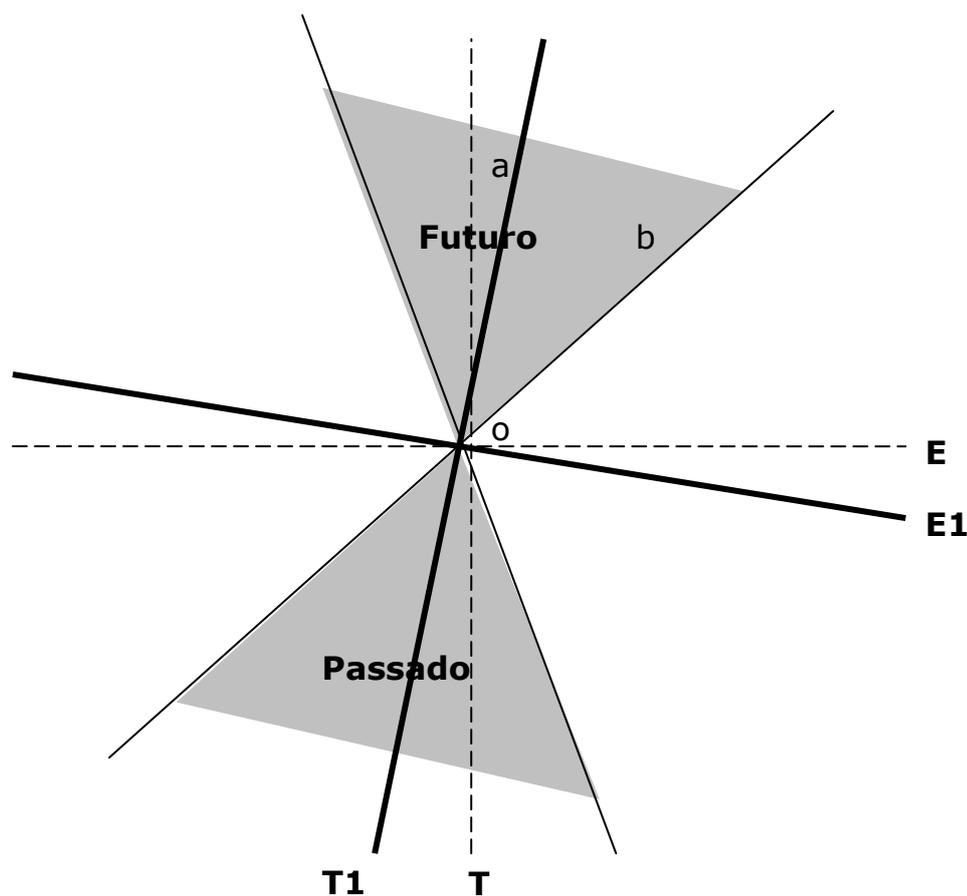


- O eixo horizontal “E” se refere à variável espaço;
- O eixo vertical “T” se refere à variável tempo;
- O encontro de ambos os eixos em um ponto “O” representa um momento histórico em um espaço concreto;

A partir do ponto “O”, isto é, de um momento histórico específico em um lugar espacial determinado, abre-se um conjunto de possibilidades futuras (ou futuros possíveis) e um conjunto de passados possíveis. Entendemos aqui por passado a história como interpretação e análise do passado.

O ponto “a” define um acontecimento futuro possível, pois ele se localiza dentro do cone de futuro. O acontecimento “b” pelo contrario, se coloca como um acontecimento impossível de ocorrer de acordo com as tendências a partir do ponto “O”.

GRÁFICO 3



Ao introduzir a instabilidade, introduzimos a ocorrência de um fenômeno inesperado (não previsto) de ordem econômica, política, social ou que pertence à esfera da ciência e do conhecimento, que impacta os eixos espaço-tempo produzindo uma variação nas tendências ou uma modificação da trajetória prevista das tendências. E1 e T1 representam os novos eixos espaço e tempo, depois do impacto do fenômeno que causa a instabilidade do sistema ou, para fins de nossa análise, da conjuntura. Ao girar os eixos espaço-tempo o cone do futuro e do passado também se redefinem, com o que, um ponto b, antes fora do cone, portanto fora do futuro possível, se localiza agora dentro do cone, isto é, dentro do futuro possível. O cone que se abre a partir do ponto que representa o momento presente para o futuro e para o passado define a possibilidade ou impossibilidade de ocorrência de um determinado fenômeno ou processo. Entretanto, dentro de cone do possível, é mais pertinente uma análise probabilística daquilo que, sendo possível, é mais ou menos plausível (ou provável) de ocorrer

Como exemplo para nosso estudo, podemos considerar o ponto “a” como o fenômeno do processo de democratização da região e como “b” a proposta de transição ao socialismo. Vemos que neste processo que vamos a estudar ha um eixo inicial com hegemonia neoliberal que sofre um deslocamento a partir do ano 2000, com o reaparecimento da proposta de transição ao socialismo na região. O que nos obriga a trabalhar um novo cone de possibilidades futuras.

2.7.3 Análise prospectiva: Reelaborando o passado, reinventado o futuro

O impacto da instabilidade que vai mudar os eixos do futuro e vai redefinir também o passado, como elaboração histórica e como discurso simbólico. Com a mudança nos eixos do cone do futuro, os cenários que estavam fora do possível, deixam de ser impossíveis, com o qual um novo repertorio de fenômenos possíveis e não possíveis serão definidos. Isso implica também, com cada mudança de futuro possível, na redefinição o reelaborarão de passado. Assim o passado adquire articulação com o presente e com o futuro. Poderíamos dizer que cada redefinição do futuro exige una reelaboração do passado.

A seguir, apresentamos algumas ideias, em forma de tese, cujo desenvolvimento posterior ajudará a avançar na direção da construção de um modelo analítico:

- Toda análise da conjuntura busca examinar e explicar uma realidade social em um período de tempo específico. Estes períodos são variáveis em termos de duração. Nosso estudo até o momento mostra que há uma tendência bastante recorrente de realizar análises da conjuntura a partir dos indicadores econômicos e/o políticos, em geral, localizando o estudo em um ou outro escopo de análise. Ainda quando se mantêm como referencia analítica, elementos ou categorias mais gerais que transgridam estes limites das disciplinas (economia ou política), geralmente se trabalha com mais ênfase em um ou outro campo de análise, o que se reflete nas variáveis utilizadas.
- Ainda que este tipo de análise busque explicar em profundidade uma conjuntura específica, definida em um período específico de tempo, normalmente da análise de conjuntura se desprende a elaboração de tendências que, em um esforço prospectivo, podem expressar-se na construção de cenários futuros mais ou menos prováveis. Os estudos prospectivos trabalham, em geral, com

três cenários: 1. o mais provável ou o mais desejável; 2. o menos provável ou o menos desejável, e 3. o intermediário. Entretanto, isso é apenas uma convenção sujeita a múltiplas variações.

- A pesar da extensa busca bibliográfica realizada, encontramos, entretanto, pouco material que sistematizasse com profundidade os elementos teóricos e as ferramentas metodológicas para a análise da conjuntura. Trabalhamos com os materiais produzidos pelo GREMIMT: *Grupo de Estudos sobre Economia Mundial, Integração Regional e Mercado de Trabalho* cujas análises se orientam, fundamentalmente, para a conjuntura econômica. O GREMIMT desenvolveu um modelo analítico baseado em variáveis macro-econômicas e da economia mundial. Outro material importante é o livro coordenado por Francisco López Segrera, “América Latina 2020: Cenários, alternativas e estratégias” (Viramundo: São Paulo, 2000, 677 p.) que reúne os trabalhos apresentados em um importante encontro sobre estudos prospectivos organizado pela UNESCO, em 1999. Entretanto, podemos concluir que faz falta avançar na elaboração de “teorias” (pomos ênfase na pluralidade) para a análise da conjuntura e seus correlatos metodológicos. Neste sentido, cremos que nossa pesquisa possa ser uma contribuição para o conhecimento nesta área.
- Este esforço teórico deve levar em consideração a complexidade como postura analítica capaz de reintegrar os diferentes aspectos da realidade social e da análise científica em complexas e múltiplas determinações a partir de uma visão global dos processos sociais do homem e da natureza.

O plano empírico do modelo delimitará um conjunto de variáveis, que até o momento assinalamos como:

a) Variáveis econômicas

- PBI, PBI *per capita*, taxa de lucro; investimento; Inflação; taxa de juros; taxa de desemprego, dívidas externa e interna; balança de pagamentos, gastos em ciência e tecnologia; tipo de mudança.⁷²

b) Variáveis políticas:

⁷² O acompanhamento sistemático destas variáveis é parte do trabalho de análise da conjuntura que compartilhamos com o grupo de pesquisa no interior da Cátedra sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável – REGGEN.

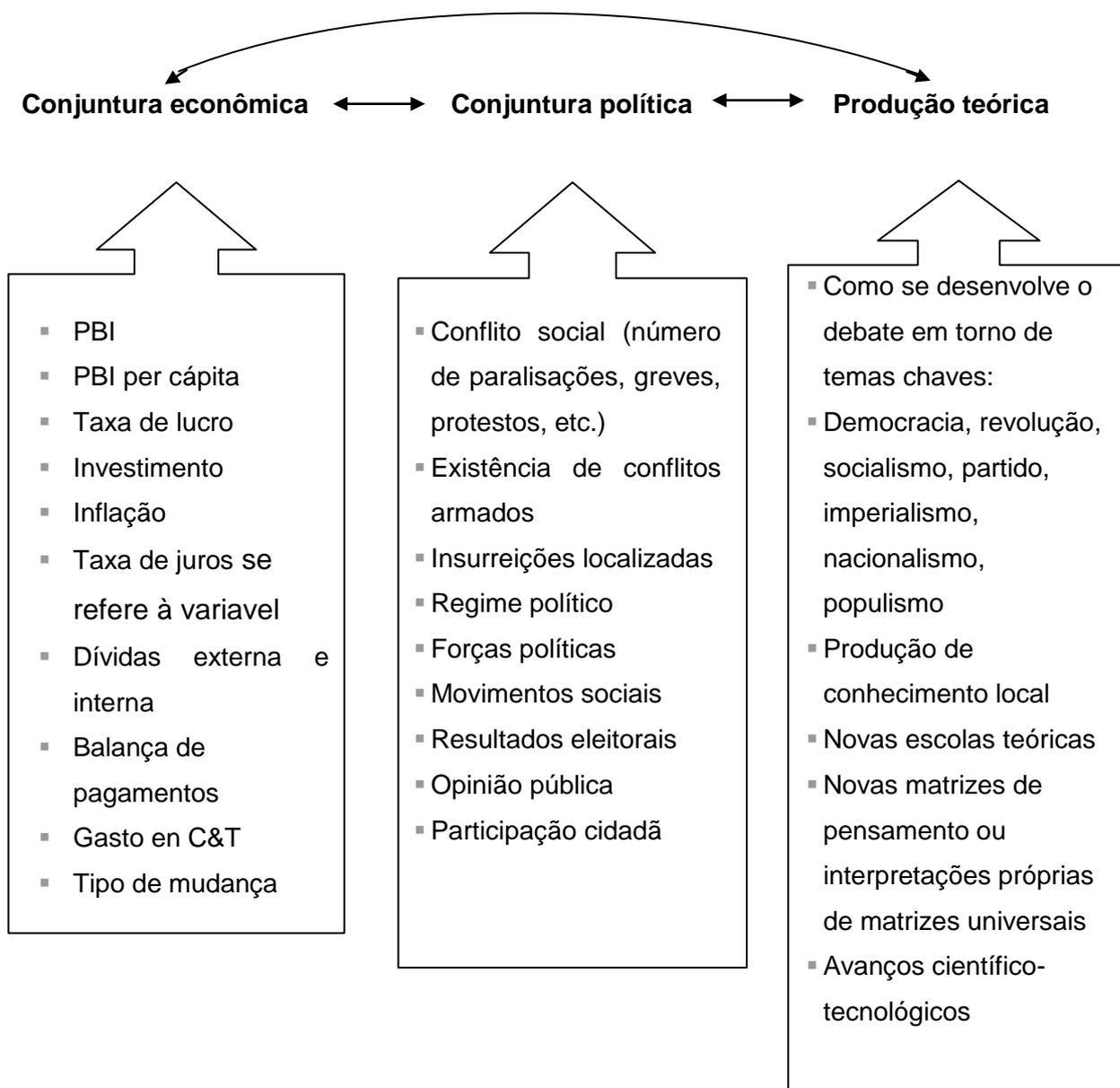
- O mapeamento das principais fuerzas políticas dos países estudados, seus interesses de grupo e suas práticas social e política.
- Conflito social, medido em número de greves, paralizações, marchas e outras medidas de luta e de protesto legais ou insurreccionais.
- Perfil e atuação dos principais movimentos sociais, analisados a partir de bibliografia especializada, publicações e documentos dos próprios movimentos sociais e entrevistas
- Variáveis sociais e demográficas. População, população economicamente ativa, distribuição de renda, etc.

Buscamos correlacionar três “conjunturas”: a conjuntura econômica, a conjuntura política e a produção teórica. Apesar de que se coloca ênfase na análise qualitativa, não se descarta a necessidade futura de usar as ferramentas matemáticas e estadísticas para construir espaços de correlação entre as variáveis. Cada variável poderá, ou não, se desdobrar em indicadores mais específicos, dependendo de suas características, do peso que esta tenha no modelo e dos dados disponíveis. Por exemplo, para medir o nível de conflito social apelaremos para o número de greves, paralisações, protestos, e inclusive insurreições localizadas durante o período e na região que nos interesse analisar. Parece-nos claro que os estudos de casos nos permitirão por a prova a consistência deste modelo e a consistência das próprias hipóteses.

Ao analisar as preferências da matemática social pelos modelos mecânicos estabelecidos a partir de grupos pequenos em que cada indivíduo pode ser de alguma maneira, diretamente observável e no qual a vida social, extremamente homogênea, permite definir com toda segurança as relações humanas simples, concretas e pouco variáveis. Já os modelos estatísticos são utilizados, ao contrário, em sociedades amplas e complexas, nas quais a observação somente pode ser dirigida através de médias, isto é, da matemática tradicional. Entretanto, pouca preocupação se tem de ter, não a nível individual, mas em escala de grupos, quanto às relações mais gerais. Para isso, seria necessário o desenvolvimento de matemáticas sociais qualitativas. Entretanto, estas somente poderão desenvolver-se em todo seu potencial quando estejam dispostas a enfrentar a análise de sociedades complexas com sua diversidade de problemas e suas diferentes velocidades de vida.

Certamente, esta tarefa implica em uma revisão obrigatória dos métodos usados pela “nova matemática” que não pode continuar confinada ao que Braudel chama, “excessiva longa duração”, mas que “deve reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos seus movimentos, todas suas durações, todas suas rupturas, todas suas variações” (Braudel, 1976, p.57-58).

Em continuação apresentamos um esboço ainda bastante incompleto destas variáveis.



Capítulo 3

O DEBATE SOBRE CONCEITOS CHAVE E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIENCIA SOCIAL LATINO-AMERICANA

Mas se o movimento operário e socialista deve recuperar seu espírito, seu dinamismo e sua iniciativa histórica, nós, como marxistas, devemos fazer o que sem dúvida Marx havia feito: reconhecer a nova situação onde nos encontramos; analisá-la de maneira realista e concreta; analisar as razões, históricas ou de outro tipo, que causaram os fracassos e os êxitos do movimento operário, e formular não somente o que gostaríamos de fazer, mas o que se pode fazer (...)
Não podemos nos permitir não fazê-lo, agora que a crise já está aqui.

Eric Hobsbawn⁷³

3.1 Para uma definição da “esquerda”

Avançar até uma conceituação da esquerda, que seja útil para uma compreensão mais pertinente da conjuntura latino-americana contemporânea, exige, sem dúvida, abandonar qualquer perspectiva formal que não leve em conta, seriamente, a análise histórica. Tentaremos, neste capítulo, colocar elementos para uma análise da esquerda nas situações históricas concretas onde suas lutas, estratégias e táticas se desenvolvem. Cremos que o pensamento marxista na América Latina avança nesta direção, que na realidade, significa uma recuperação do pensamento de Lenin a partir da própria fonte, e não a interpretação estalinista que tornou o pensamento marxista hegemônico na região durante grande parte do século passado. A análise marxista, como análise concreta de uma situação concreta, nas palavras do próprio Lenin, significa:

O marxismo exige que a questão das formas de luta seja enfocada historicamente. Propor esta questão fora da situação histórica concreta significa não compreender o abc do materialismo dialético. Nos diversos momentos da evolução econômica, segundo as diferentes condições políticas, cultural-nacionais, tradicionalistas, etc., aparecem, em primeiro plano, diferentes formas de luta, e se convertem nas formas de luta principais; e, em relação com isto, se modificam por sua vez as formas de luta secundárias, acessórias. Querer responder sim ou não a propósito de um

⁷³ HOBBSAWN, Eric J. Política para uma esquerda racional. Crítica: Barcelona, 2000, p. 39.

determinado procedimento de luta, sem examinar em detalhe a situação concreta de um dado movimento, a fase dada de seu desenvolvimento, significa abandonar completamente a posição do marxismo (LENIN, 1906, p.1)

Historicamente, a definição de esquerda esteve articulada com o surgimento dos partidos socialistas e socialdemocratas no final do século XIX. Com a revolução russa e com o rompimento da Segunda Internacional Socialista, os partidos comunistas emergentes foram caracterizados como a esquerda de então. A ideia contemporânea de esquerda esteve muito associada a estas referências. Apesar de que ela surge, realmente, na Revolução Francesa onde os Jacobinos, considerados revolucionários, se sentavam à esquerda da assembleia, o que identificou a esquerda como a postura revolucionária democrática radical.

Entretanto, insistimos, um conceito como este não pode ser estabelecido de uma maneira formal, mas em contextos históricos concretos. Assim, se identifica a ideia de esquerda com aquela força que, em uma situação concreta, se apresenta como a mais revolucionária, a mais radical e a que pretende transformações em uma direção histórica que se poderia associar, em geral, à ideia de “progresso”, que se afirmou no século XIX sob uma forte influência positivista. Não obstante, em seu próprio surgimento há uma relação forte também com ideia de rebeldia, de questionamento ou de revolução. Lenin expressa muito claramente esta problemática em sua análise sobre o econômico e a postura política de seguir, dos mencheviques, que entregam a formulação do conceito de democracia aos movimentos liberais e à burguesia. Vejamos:

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência verdadeiramente política se os operários não estão acostumados a fazer eco a todos os casos de arbitrariedade e opressão, de violência e de abusos de toda espécie, quaisquer que sejam as classes afetadas; a fazer eco, também, precisamente do ponto de vista socialdemocrata, e não a partir de nenhum outro. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprendem, na base de atos e acontecimentos políticos concretos e, ademais, de atualidade, a observar a cada uma das outras classes sociais, em todas as manifestações da vida intelectual, moral e política dessas classes; se não aprendem a aplicar na prática a análise materialista, a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos de população. Quem oriente a atenção, a capacidade de observação e a consciência da classe operária exclusivamente, ou que ainda somente seja com preferência, até ela mesma, por parte da classe operária, está inseparavelmente ligada à completa nitidez, não somente dos conceitos teóricos ... ou melhor dito: não tanto dos conceitos teóricos, como das ideias elaboradas sobre a base da experiência da vida política, sobre as relações entre todas as classes da sociedade atual (LENIN, 1959, p.419-420).

Na América Latina, a questão da esquerda deve passar por um filtro, decantar em função de uma realidade específica de países que nasceram e se desenvolveram no contexto de uma luta anticolonial, e que se foram confrontando com novas formas e novas expressões dos centros imperialistas mundiais. É evidente, por exemplo, que frente ao movimento revolucionário da independência durante o século XIX, aqueles que estiveram na frente de luta pela independência representavam a esquerda de sua época. As esquerdas estavam profundamente identificadas na região com a luta democrática, independentistas e com a derrubada do domínio colonial.

Contudo, dentro do movimento anticolonial há momentos de afirmação de uma proposta de união latino-americana, ou melhor, hispano-americano-sul-americana, com Bolívar, por exemplo, contra outras visões que reforçaram muito mais as questões locais e nacionais. Certamente, os segundos, reforçaram também uma perspectiva mais conservadora. A análise da esquerda na América Latina supõe um problema muito complexo em relação aos postulados da esquerda européia. É muito claro que esta última não tinha o problema anti-imperialista e anticolonial como questão central, e estava muito mais focada em aspectos de organização social democrática⁷⁴. As buscas das lutas da esquerda européia tinham que ver, inclusive, com confrontações entre as forças do Terceiro Estado (nem a nobreza, nem o clero, mas esse terceiro “setor”), que representavam as forças da democracia, da afirmação da nova sociedade ligadas à indústria em general. Saint Simon, por exemplo, tomou esta distinção como referência. Ele distingue os industriais, ou a indústria, em relação à nobreza, às potências agrárias e ao Estado absolutista. Através de uma parábola escrita em 1819, que imagina uma situação na qual a França perdera seus trabalhadores e industriais, Saint Simon se refere a eles da seguinte maneira:

Estes homens são os produtores mais necessários para a França; são os que fornecem os bens e os artigos mais importantes, os que dirigem os trabalhos mais úteis da nação e os que a fazem fecunda na ciência, nas belas artes e nas profissões e nos ofícios; são os franceses mais úteis a seu país, os que proporcionam a glória maior, os que mais aceleram sua civilização e sua prosperidade (SAINT SIMON, 1819, p.54)

Seguindo a mesma parábola, se a França perdesse de uma só vez toda sua nobreza, esta perda “seria somente causa de uma dor puramente sentimental,

⁷⁴ José Aricó faz uma análise muito completa desta problemática em seu livro “Marx e a América Latina”, citado na bibliografia desta tese.

porque ele não suporia nenhum detrimento político para o dito Estado”, porque, ao fim e ao cabo “existe um grande número de franceses capazes de exercer as funções de (...) Sua Alteza Real”. Para deixar claro o papel inútil da nobreza e do absolutismo no desenvolvimento e na prosperidade da França, Saint Simon conclui assim:

A prosperidade da França não pode ser determinada senão por efeito e como consequência do progresso das ciências, das belas artes e das profissões e ofícios. Pois bem, os príncipes, os grandes oficiais da coroa, os bispos e los marechais França, os prefeitos e os proprietários ociosos não trabalham absolutamente para o progresso das ciências, não contribuem para tal progresso, antes o freiam, pois se estão se esforçando em prolongar o predomínio que até agora estão exercendo (SAINT SIMON, 1819, p.56-57)

É natural que, nesta análise, se considerara como uma mesma força setores que estarão em luta posteriormente. Dentro deste mundo industrial estavam de um lado os empresários, os industriais do novo mundo, e também os trabalhadores junto a uma massa de gente muito diferente de pequenos empresários e setores emergentes da velha estrutura agrária. Seus interesses irão, paulatinamente, se configurando e se diferenciando. Em fins do século XIX já está constituída a diferença entre os socialistas, que representam a os trabalhadores, e a burguesia industrial, moderna e liberal. Esta diferenciação adquire mais nitidez no fim do século XIX e começo do século XX.

Posteriormente, frente a fenômenos como a Revolução Russa, a esquerda européia se divide entre aqueles que fazem uma crítica à revolução por seus aspectos violentos, o uso da força e a tendência ao autoritarismo, e aqueles que põem ênfase nas transformações sociais que o processo revolucionário traz consigo, além de todas as dificuldades impostas pelas condições da Revolução Russa. Desta maneira, a noção de esquerda se divide muito profundamente: por um lado, a ala socialista, socialdemocrata em sua maioria, que se articula e apóia sua burguesia nas lutas nacionais, abandonando o conteúdo internacionalista da esquerda, e por outro lado, uma noção de esquerda que adquire novos conteúdos em direção da ideia de uma política de paz, que a Segunda Internacional adotará, entre outras manifestações, através da resolução escrita por Lenin, Martov e Rosa Luxemburgo b Congresso Internacional de Stuttgart, em 1907⁷⁵. Nesta se afirmava que a socialdemocracia tinha que transformar as situações de guerra, que se

⁷⁵ Para maiores detalhes ver: DOS SANTOS/BAMBIRRA, 1981, cap. I: O contexto geral do desenvolvimento da Segunda Internacional, p.113-117.

esperava vir na Europa, em uma luta de classe interna em cada país, na qual os operários se negariam a matarem uns aos outros. Vejamos a resolução aprovada por esta reunião:

O congresso declara: Ante uma guerra iminente, é dever da classe operária dos países envolvidos, assim como de seus representantes no Parlamento, com a ajuda do Bureau internacional, força de ação e de coordenação, fazer todos os esforços para impedir as guerras com todos os meios que lhes pareçam mais apropriados e que variam, naturalmente, segundo a situação de luta de classes e a situação política geral. Não obstante, no caso de que a guerra irrompesse, têm o dever de intervir para fazê-la cessar prontamente e utilizar todas suas forças a crise econômica e política criada pela guerra para agitar as camadas mais profundas e precipitar a queda da dominação capitalista.⁷⁶

Com a participação dos partidos socialistas nas guerras mundiais muda radicalmente o ponto de identificação da esquerda. São as condições concretas as que decidem os elementos chaves desta definição. Em nossos dias, por exemplo, para justificar uma adesão ao pensamento único neoliberal, aparentemente triunfante, teve-se que realizar uma operação ideológica que pretendia retirar qualquer conteúdo de luta de classe e luta social da ação política, transformada em uma aceitação de valores “universais”. Vejamos por exemplo, as afirmações de Anthony Giddens, um dos intelectuais mais influentes da chamada “terceira via”, que se exhibia como um movimento de modernização da socialdemocracia europeia, a partir de uma perspectiva de centro-esquerda.

Se a história não tem uma direção necessária, não é preciso buscar agentes privilegiados que sejam capazes de ‘levar a cabo’ suas possibilidades internas. Ter uma concepção radical não significa obrigatoriamente ter uma concepção ‘progressista’ nem estar na ‘vanguarda’ da mudança. Os movimentos sociais cumprem esta função essencial (...). Não obstante, seria errado dar aos movimentos sociais, demasiada importância, como encarregados de executar programas radicais. A verdade é que nenhum grupo tem o monopólio do pensamento ou da ação radical em um universo social pós- tradicional. A tese de que são, sobre tudo, os desfavorecidos que fazem a história – a versão socialista da dialética entre senhor e escravo - é sedutora, mas falsa (GIDDENS, 1996, p.259).

O argumento central de Giddens, é que qualquer diferenciação conceitual entre esquerda e direita corresponde a uma visão ortodoxa e caduca, já que existem valores universais (como a felicidade, a realização, a “santidade da vida humana”) que se colocam acima de qualquer interesse de classe, grupo ou facção. Portanto, a radicalização não teme a ver com qualquer conteúdo de transformação social, mas com a afirmação destes valores. Assim, Giddens sustenta que as diferenças entre

⁷⁶ Resolução do Congresso de Stuttgart (1907), em: Jacques Droz: História do socialismo, Edima: Barcelona, 1968, p.161,

direita e esquerda são difusas e se colocam apenas em um plano geral da política partidária, isto é, se reduzem quase a uma questão de nomenclatura no jogo político-partidário.

Sem dúvida, a diferenciação entre direita e esquerda – que em qualquer caso foi uma diferenciação controvérsida desde o princípio- continuará existindo no terreno prático da política de partidos (...) mas em um plano muito geral (GIDDENS, 1996, p. 260).

Na realidade, o que está por trás deste pensamento político, mais que uma proposta teórica é uma operação ideológica para subtrair qualquer conteúdo de classe e de conflito social da ação política da socialdemocracia inglesa. Assim, a política “radical” da terceira via, encontra nos princípios éticos universais a possibilidade de superar os “fundamentalismos do passado”:

Pode-se afirmar que estejam aparecendo certos princípios éticos, mais ou menos universais, que tendem a unir todas as perspectivas à margem dos diferentes fundamentalismos? Creio que sim... (GIDDENS, 1996, p. 260).

O Partido Trabalhista Inglês, o “novo trabalhismo”, pagou um preço muito alto por levar adiante uma política baseada nestes princípios e estes erros de percepção e de análise, orgânicos aos interesses das classes dominantes e seus aliados.

Regressemos à situação de 1917. Era possível reduzir a uma análise simplista um processo de transformação mundial, que leva inclusive à emergência do fascismo e se desdobra posteriormente em uma segunda guerra mundial e em um período de pós-guerra no qual se põe em risco a sobrevivência da humanidade frente à ameaça de uma guerra nuclear? Era possível analisar e encarar esta complexidade e suas profundas contradições através dos “valores universais” que nos propõe Anthony Giddens? Cremos que não.

Depois da Revolução Russa, os partidários se dividem em duas frentes. Por um lado, se afirma a independência da classe operária e sua definição em relação ao poder e se requer a criação do Estado operário e camponês. Por tratar-se da Rússia, de um país atrasado economicamente, se exigia uma série de tarefas à revolução Rússia, que estavam no âmbito do que Eugenio Preobajenski chamou “a acumulação primitiva socialista”. São as condições concretas que definem elementos chaves do processo revolucionário. Para ilustrar isto, vejamos a análise que Preobrajensky faz em relação às perspectivas da *Nova Política Econômica* –

NEP, e as categorias econômicas do capitalismo durante o chamado período de transição:

Esta volta inesperada da história, a realidade da vitória e do estabelecimento da ditadura do proletariado, precisamente em um dos países agrícolas mais atrasados de Europa, a Rússia, quando nos países mais avançados economicamente subsistem relações de produção capitalistas, essa volta, fez com que a situação da Europa (...) seja infinitamente mais complexa (...). Para a Rússia fica somente a possibilidade de encurtar as dores do parto das relações de produção capitalistas normais (PREOBAJENSKI, 1974, p. 85-86).

As tarefas da acumulação primitiva socialista não estavam em discussão até a revolução Russa. O conceito mesmo é novo. A acumulação primitiva socialista exigia tarefas que foram resolvidas pela revolução burguesa nos países adiantados, no século XVIII e parte do XIX. Sobre este debate, Preobajensky assinala:

As leis naturais da acumulação socialista, e o surgimento das relações de produção socialistas, somente são conhecidos em esboço. A história nos dá, a este propósito, poucos ensinamentos, pois neste assunto, nós mesmos somos os que fazemos a história (PREOBAJENSKI, 1974, p. 88).

Algumas páginas mais adiante, delinea a complexidade das tarefas da NEP, frente à necessidade de desenvolver aceleradamente as relações de produção industrial no marco da acumulação socialista:

Que perspectivas se oferecem para os anos vindouros? Para dar a esta questão uma resposta aproximada (...) vamos, antes de tudo, considerar como se haviam desenvolvido as relações de produção na Rússia soviética, se o cerco da pequena burguesia houvesse progredido com o maior êxito na via da “lei natural que regula seu movimento”⁷⁷, portanto, consideramos as perspectivas do desenvolvimento ideal rápido, das relações de produção socialistas e, para terminar, consideraremos estes dois processos em sua interação recíproca, isto é, nas condições reais no interior das que devem desenvolver-se e entrar em conflito (PREOBAJENSKI, 1974, p. 89).

Neste sentido, havia uma relação muito complexa entre o objetivo socialista e as exigências desta fase de acumulação, porque se supunha que a revolução socialista ocorreria nos países de ponta do sistema econômico mundial e, portanto, as questões traçadas pelo socialismo estavam muito mais ligadas ao processo de distribuição e reestruturação da produção em função das maiorias e dos trabalhadores. Vejamos:

Porém, ainda que não sejam as relações de produção capitalista dos países mais avançados as que nos mostrem a imagem de nosso futuro, mas que ao contrário, é a classe mais avançada dos países mais adiantados, isto é, a classe operária, a que deve extrair de nossa revolução de Outubro um ensinamento de como realizar a revolução proletária, ainda então restará muito que aprender do estrangeiro no

⁷⁷ O autor se refere aqui à lei de acumulação do capital, desenvolvida por Marx.

assunto em questão, isto é, o do desenvolvimento de indústria e da técnica (PREOBAJENSKI, 1974, p. 86).

Elementos desta problemática também se delineiam no caso da América Latina. Durante a Revolução Francesa a questão da liberação dos escravos nas colônias já se colocava em primeiro plano, particularmente na zona do Caribe, onde inclusive, se produz uma rebelião de conteúdo revolucionário muito forte no Haiti⁷⁸, dirigida por aqueles contra a escravidão e a favor da independência, na França, e os ex-escravos. Os democratas da Revolução Francesa apoiavam, em princípio, o anti-escravismo, mas no processo político concreto, o anti-escravismo se coloca em contradição com os interesses da burguesia européia. Portanto, aqui na América, eles retrocedem de uma concepção antiescravista, para uma postura a favor da escravidão. A própria Revolução Francesa anula suas leis antiescravistas. Este é um ponto crucial que diferencia as condições políticas nos dois lados do Atlântico.

Ao analisar a articulação profunda entre o pensamento liberal e o desenvolvimento da escravidão, Domenico Losurdo sustenta: *“A escravidão não é algo que permaneça ‘não obstante’ o sucesso das três revoluções liberais; ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude deste sucesso”*, em continuação oferece dados impactantes: o total da população escrava nas Américas somava aproximadamente 330 mil pessoas no ano de 1700, chegou a quase 3 milhões no ano de 1800, até alcançar o pico de 6 milhões em meados do século XIX. Conclui o autor, em clara alusão à Inglaterra:

O que contribui de forma decisiva para o crescimento desse instituto, sinônimo de poder absoluto do homem sobre o homem, é o mundo liberal (...). Não há dúvida de que, quem se destaca nesse campo pela sua posição absolutamente eminente é o país que está ao mesmo tempo na frente do movimento liberal e que conquistou o seu primado no comércio e na posse dos escravos negros, exatamente a partir da revolução gloriosa (...). Portanto, a escravidão na sua forma mais radical triunfa nos séculos de ouro do liberalismo e no coração do mundo liberal (LOSURDO, 2006, p. 47 y 49).

Nos Estados Unidos, a luta antiescravista vai se convertendo em um aspecto de diferenciação entre o norte capitalista moderno e o sul capitalista exportador, articulado com a Inglaterra. Durante 70 anos a Constituição Democrática deste país

⁷⁸ A rebelião explode em 28 de outubro de 1790, quando um grupo de mulatos liderados por Vincent Ogé y Chavennes, exigem igualdade de direitos para mulatos e negros, frente à assembléia de Porto Príncipe. A manifestação é duramente reprimida e os participantes são condenados a execução pública.

conviveu, sem maiores problemas, com a escravidão. A propósito desta situação, Losurdo coloca:

Jefferson sonha com a ideia de deportar os negros para África. Mas pela nova situação criada, o projeto de transformar a república norte-americana em uma terra habitada exclusivamente por homens livres se revela de difícil realização: precisaria afetar pesadamente o direito que cabe às pessoas realmente livres, de gozar, sem interferências externas, da sua propriedade! (LOSURDO, 2006, p.65).

O movimento que emerge neste país, durante as primeiras décadas do século XIX (*American Colonization Society*), que tenta convencer os proprietários de escravos, apelando a sentimentos religiosos ou incentivos econômicos, a vender ou liberar seus escravos para que estes possam regressar à África, estava condenado a fracassar. A compra de escravos, por parte da União, requeria uma enorme quantidade de recursos financeiros, o que significava uma elevada imposição fiscal. Por outro lado, os proprietários de escravos não estavam dispostos a renunciar à fonte, não somente de sua riqueza, mas também de seu poder. Este feito se mostra claramente com as declarações de um escravagista do norte dos Estados Unidos, que ainda depois de abolida a escravidão nesta região, tinha o direito constitucional de recuperar seus escravos que haviam fugido para outros estados, através de uma lei que garantia o direito dos proprietários: “Obtivemos o direito de recuperar os nossos escravos em qualquer lugar da América onde possam procurar abrigo; é um direito que antes não tínhamos!”⁷⁹

Assim, a análise do que é mais avançado ou menos avançado politicamente, não passava necessariamente pelas concepções formais e, sim, por questões muito mais concretas para um amplo setor social de nossos países. Ou seja, os escravos e os servos, ou semi-servos. O conteúdo do antiescravagismo é parte de uma dinâmica revolucionária muito importante na América Latina.

Cabe então a pergunta: o que é esquerda? É impossível afirmar, de maneira geral, a forma concreta que a luta da esquerda adota. Passemos a analisar alguns casos históricos. No caso da Revolução Russa, esta requer, imediatamente, certa identidade com as lutas anticolonialistas em todo o mundo. A proximidade entre os comunistas identificados com Lenin e os democratas mais próximos de Sun Yat Sen, na China, e sua adesão ao Kuomintang, se rompe a partir da repressão de 1927, comandada por Chiang Kai-shek. Este é o início da divisão entre comunistas e

⁷⁹ Losurdo, 2006, p.66.

democratas, que começam a perseguir interesses diferentes na esfera internacional, e inclusive local. Este choque é mais forte exatamente nas zonas urbanas. Shanghai, por exemplo, foi o grande centro de repressão dos comunistas, porque nesta região eles haviam chegado a um grande desenvolvimento que os colocava em luta com os interesses da burguesia democrata chinesa. Cada situação concreta vai recriando essa problemática. Existiram momentos de cooperação e momentos de choque entre essas duas forças emergentes.

A criação de condições revolucionárias supunha um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e a existência de uma classe operária majoritária. Entretanto, tanto na China como na Rússia, as grandes maiorias sociais eram camponesas, que na análise pura do desenvolvimento capitalista, apareciam para as concepções da esquerda, como uma força atrasada e expressão do conservadorismo. Isto conduziu a uma problemática muito complexa, que a socialdemocracia alemã, particularmente, vive muito intensamente. Kautsky escreve “A questão agrária” em função desta realidade concreta, tentando focar esta problemática e precisá-la no plano teórico. Os socialistas e socialdemocratas, defendem a ideia do grande desenvolvimento das forças produtiva, portanto, não apóiam as reivindicações camponesas puras, que são de conteúdo muito mais conservador. Esta tensão política e teórica estará permanentemente em foco. Sobre o debate em relação à questão agrária, escreve Giuliano Procacci, na introdução ao livro “A questão agrária” de Kautsky:

A reflexão e o debate sobre a questão agrária não eram novos para a socialdemocracia alemã. O problema das relações entre os trabalhadores da indústria, por um lado, e os trabalhadores agrícolas e pequenos camponeses por outro, havia sido abordado pela literatura e a imprensa socialdemocrata (em particular pelo *Sozialdemokrat*) no período das leis de exceção. Também haviam contribuído para focar o problema e para precisá-lo no plano teórico, o escrito de Engels sobre a Marca de 1882 e *Zur Geschichte der preussischen Bauern* de 1886. Mas somente nos anos imediatamente posteriores a 1890 a questão agrária foi assumindo um caráter mais estritamente político no âmbito do socialismo europeu (...). Na Rússia, como se sabe, o problema agrário estava no centro das polêmicas que acompanharam o surgimento dos primeiros núcleos socialdemocratas e o processo pelo qual estes últimos foram se separando progressivamente da matriz revolucionária do populismo (PROCACCI, 2002, p.xlv).

Reformulemos a pergunta: nesta situação histórica concreta, onde está a esquerda? Ou acaso a esquerda deve ser anticamponesa? O que podemos dizer então frente ao populismo americano? Vejamos: o populismo tipicamente russo ou americano, até fins do século XIX, pois ênfase, fundamentalmente, na luta dos

camponeses. A aliança dos socialdemocratas com os camponeses, exigia que estes aderissem às transformações da sociedade rural em direção da sociedade urbana. Ao mesmo tempo, a luta dos camponeses era a base das lutas contra o autoritarismo monárquico em direção das transformações democráticas na Rússia. Isto era exigido pelos socialistas revolucionários, sob forte influencia populista. A consigna era: “ir ao povo”.

Este é um exemplo claro da complexidade que supõe a ideia de esquerda. Pela mesma razão, não nos surpreende que tenham surgido intelectuais para dizer que não há esquerda, que não há direita, que isto não tem mais sentido, porque já passou a época de definir a esquerda. Afirmações deste tipo são antigas, e em grande medida mostram as dificuldades que tem estas correntes intelectuais para enfrentar a complexidade desta problemática. Na América Latina, até o final do século XIX e início do século XX, os anarquistas, por exemplo, se negavam a tomar posição e aceitar uma definição de esquerda se ela não incluía a luta contra o Estado e as formas de poder em geral, contra as hierarquias e as religiões. A aliança com os camponeses somente teria sentido na medida em que estes apoiassem os movimentos contra o Estado. Definir o que é a esquerda, nesta concepção, não era uma preocupação central, nem se pretendia que fosse um tema conceitualmente importante.

3.2 Democracia liberal vs democracia participativa

Dentro da socialdemocracia existia uma variação muito grande em relação à política de alianças com os camponeses. A tendência da ala que se aproxima da direita porque está contra a revolução, é de apoiar a burguesia de cada país e afirmar institucionalmente um mundo democrático, muito comprometido com o liberalismo. Desta forma, a ideia de democracia vai se confundindo com o liberalismo, cujos objetivos apresentavam uma forte contradição no início do século XX. Assim, a direita socialista abandona, paulatinamente, a concepção democrática como luta pelo poder.

A democracia era concebida como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”⁸⁰, onde o voto universal representava a reivindicação central. Entretanto, a

⁸⁰ Ver o discurso pronunciado pelo presidente Abraham Lincoln em Gettysburg, Pensilvania, em novembro de 1863.

visão liberal é muito crítica do voto universal e pretende que a estrutura representativa, e suas instituições, sejam a essência da democracia. Este é uma volta lógica e conceitual radical.

Por outro lado, a igualdade social era definida a partir de aspectos distributivos e não de modelos diferenciados de produção. Insistimos que, o universo dentro do qual se define a esquerda e a direita tem que ser visto em situações históricas concretas e dentro destas situações históricas, aqueles elementos que reúnem e expressam os interesses das maiorias. Portanto, é impossível pensar em democracia aceitando a subordinação à estrutura de poder colonial. Porque não pode existir governo das maiorias se este governo não tem soberania. Ao mesmo tempo, se não existe soberania, não há Estado. A pergunta seguinte é: se não ha Estado, existe democracia? Podemos concluir então que, é impossível pensar que uma postura pró-colonial seja compatível com os interesses das grandes maiorias. Isto parece estar bastante claro.

Então, não parece possível trocar um Estado democrático e formas estatais que respeitem o equilíbrio de poderes, que é uma temática central no pensamento liberal, se a base econômica deste Estado são os escravos. Setores importantíssimos dessa sociedade dependiam da escravidão, apesar de que a consagração da relação escravagista estava contra os princípios fundamentais da democracia (e portanto do socialismo), que estabelecia que “todos os homens são iguais perante a lei”.

Assim, se fazia necessário pensar a luta do ponto de vista da liberação dos escravos. Entretanto, os escravos e os camponeses vinham de uma sociedade pré-capitalista, pré-moderna e, portanto, pré-democrática. Como podiam, então, estes setores formarem um Estado democrático? Uma tese que se expunha constantemente, e de diversas maneiras, era que as forças de esquerda não podiam assumir os interesses dos escravos e camponeses, porque eles não seriam capazes de fazer avançar as lutas, mas pelo contrario, as atrasariam. Este argumento foi usado para explicar o caso do Haiti, que não pode garantir seu desenvolvimento depois do processo revolucionário de 1790. Certamente, esta argumentação é muito questionável, pois o Haiti teve que enfrentar a invasão francesa e a sabotagem dos grandes centros de poder. Claramente, esta é a causa principal de seu atraso e não o “atraso” dos escravos que assumiram o poder.

3.3 A questão nacional e a luta anticolonial

Depois da Revolução Russa, a questão colonial e a luta anticolonial que está em plena emergência, começam a ganhar um papel significativo dentro da definição de esquerda. A Internacional Socialista, por exemplo, profundamente europeia, tem uma posição muito condescendente com o colonialismo. A ideia que se defendia era que o colonialismo representava um “avanço civilizatório” para os povos “atrasados” e, de certa forma, era interesse dos operários assegurarem que o colonialismo permitisse uma situação mais favorável aos trabalhadores das zonas ocupadas e dominadas. Nas posições assumidas pela Segunda Internacional não existia um conteúdo anticolonial forte.

A Revolução Russa, por estar no centro de uma região vinculada a Ásia e ao mundo árabe, esteve mais articulada com a nova situação geopolítica anti-imperialista e anticolonial que se vai desenvolvendo neste período. Neste contexto, vai ganhando um novo papel dentro da esquerda, ao aparecer cada vez mais identificada com as lutas anticolonialistas. Este processo vai se manifestar mais claramente durante a Segunda Guerra Mundial, porque este é, exatamente, o período de debilidade das burguesias europeias e da emergência da burguesia americana, que não tinha vínculos diretos com o colonialismo europeu. Pelo contrário, a burguesia americana tinha interesse de acabar com o domínio europeu sobre a África e a Ásia, portanto, tendia a identificar-se, e inclusive, a apoiar, movimentos anticolonialistas. Isto representa um quadro político novo, no qual a ideia de esquerda começava a deslocar-se em direção das lutas anti-imperialistas e anticolonialistas. A América Latina, como já estava fora do momento anticolonialista, porque o havia vivido muito antes, entendia bastante bem a base material do poder colonial. Assim, a questão do imperialismo se apresenta muito mais como um fenômeno econômico-político, mas se identifica, na realidade, com uma profunda preocupação anti-colonial.

Durante a segunda metade do século XX, a preocupação anticolonial, entretanto é forte, basicamente no Caribe, pelo antecedente da Revolução Cubana em contraste com a situação de Porto Rico. As guerras pela independência da Espanha e o conseqüente fim do colonialismo espanhol, abre espaço, de imediato, à confrontação com os Estados Unidos. Este país se apresenta como a potência que foi capaz de levar adiante a primeira grande revolução anticolonial em fins do século XVIII, mas que logo vai se converter em um pólo colonialista interno na América

Latina. Pólo imperialista que promove guerras imperialistas (produto das quais toma a metade do território mexicano), que ocupa América Central e o Caribe, que divide a Colômbia e o Panamá, etc. Desta forma, a ação política norte-americana começa a ter um conteúdo claramente imperialista.

Vai-se produzindo então uma diferenciação dentro da esquerda: os Estados Unidos se apresentavam, no início do século XIX, a favor da luta anticolonial contra a Espanha e Portugal, mas ao final do século XIX y começo do século XX sua luta contra a Espanha inclui a Inglaterra também. Isto tem como objetivo submeter a região a seu domínio. A partir deste momento, a questão anti-imperialista começa a ganhar uma dimensão extremamente importante na América Latina.

Grande parte da esquerda na região estava despreparada para esta nova situação. Os grandes pensadores anticolonialistas não estão diretamente vinculados à Internacional Socialista, apesar de que Marx y Engels tinham uma simpatia muito forte por todos os movimentos anticoloniais, inclusive no caso da luta da Irlanda na Inglaterra. Mas, por exemplo, em relação ao México, Marx, entretanto democrata, sem haver feito todo o transcurso até o socialismo, adota claramente uma posição pró Estados Unidos, contra os “ociosos” mexicanos, durante a guerra entre os Estados Unidos e o México no século XIX. Em relação a esta problemática, sobre tudo do ponto de vista teórico. A este respeito, José Arico observou:

Uma dificuldade inicial para encarar esta problemática reside no escasso interesse (...) que os fundadores do marxismo, e mais em particular o próprio Marx, prestaram a este tipo de «confins» do mundo europeu que o colonialismo de ultramar fez da América. Este feito, como é lógico, acabou gravitando negativamente sobre o estatuto teórico do subcontinente, na tradição socialista. Em primeiro lugar, porque diferentemente do ocorrido naqueles países onde o marxismo pode ser de maneira significativa a teoria e a prática de um movimento social de caráter fundamentalmente operário, entre nós suas tentativas de «tradução» não puderam confrontar-se criticamente com uma herança teórica «forte» como a do mesmo Marx, nem com elaborações equivalentes por sua importância teórica e política, as quais ele fez das diversas realidades nacionais européias. Faltando uma relação original com a complexidade das categorias analíticas do pensamento marxista, e com seu potencial cognoscitivo aplicado a formações nacionais concretas, o marxismo foi na América Latina, salvo muito escassas exceções, uma réplica empobrecida dessa ideologia do desenvolvimento e da modernização canonizada como marxista pela Segunda e a Terceira Internacionais (ARICO, 1986, p.72)

A questão anti-colonialista e anti-imperialista se coloca, em nossa análise, como um eixo central na definição de esquerda na América Latina. Não se pode pensar na existência de uma esquerda subordinada ao domínio externo antinacional e contra as grandes majorias das nações do continente. Inclusive o sentimento

nacional na região apresenta uma dupla dimensão: um nacionalismo que se produz durante o processo da luta anticolonial, dividindo o continente Americano, e um anticolonialismo e anti-imperialismo que tem um conteúdo regional muito forte, já expressado, de alguma forma, em pensamentos como o de José Martí, ou José María de Hostos, como parte de uma tradição democrática radical e anti-imperialista que vai adquirir uma presença crescente na região. Este tema será analisado de maneira mais profunda no capítulo seguinte.

3.4 O populismo

A questão anticolonial na América Latina se afirma na discussão de temas-chaves como o populismo, o nacionalismo e o imperialismo. Certamente, o movimento populista na região tem especificidades que o diferenciam do caso dos Estados Unidos ou da Rússia. Na região não houve uma base camponesa de pequenos e médios proprietários para fundar o movimento populista. Este foi resultado de políticas contra a dominação externa e a inclusão da região no sistema econômico mundial, em condições de subordinação. Neste contexto, os processos de industrialização e urbanização se colocaram como centros articuladores do populismo, cuja base social foram os setores camponeses que migraram para as cidades. As massas camponesas urbanizadas, se converteram nos operários que formarão o movimento operário-sindical dos anos 1930-1940. É claro que este movimento social esteve constituído fundamentalmente por camponeses e povoações rurais vinculados à atividades relacionadas com o campo, que se deslocaram para as grandes cidades para servir de base ao processo de industrialização.

Assim, a definição do populismo na América Latina surge a partir de uma realidade histórica muito diferente da que constituiu as origens do populismo norte-americano e russo. Estes operários reconhecem nos empresários industriais, certa liderança na luta pela industrialização e afirmação nacional de seus países. Isto varia muito de região para região. Na tipologia que elaborou Vania Bambirra em seu livro "O capitalismo dependente latino-americano"⁸¹, se procura separar as zonas onde se chegou a constituir um movimento operário significativo, nos países onde houve uma industrialização importante, daqueles onde não houve esta

⁸¹ BAMBIRRA, 1990, p. 23.

industrialização. Segundo Bambirra, a partir do pós-guerra, a situação condicionante foi o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico, especialmente o dos Estados Unidos. Este processo de integração hegemônica se estende na América Latina partindo das estruturas econômicas: 1. Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário exportador, mas onde já existe um processo de industrialização em expansão e 2. Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário estava composto quase que exclusivamente por estruturas artesanais. Neste segundo caso, o processo de industrialização será consequência da integração monopólica mundial.⁸²

Nos países de menor industrialização, o movimento anti-colonial assume um caráter pequeno burguês e urbano, que vai dar a ele um conteúdo menos classista que, por exemplo, o populismo argentino, marcado por um processo de industrialização do tipo 1, onde vão se consolidar as figuras de Juan Domingo Perón e de Evita, que claramente assumem as lutas das povoações sobre-exploradas vindas do campo como elemento constitutivo de seu movimento.

Neste processo, é necessário destacar o papel do preconceito ante o camponês, sobre tudo na forma de preconceito contra indígenas. Durante a Revolução Mexicana, o Partido Revolucionário Institucional – PRI se apropria dos slogans do movimento camponês indígena e identifica a nação com o indigenismo. O Museu de Antropologia do México é a expressão mais pura desta operação política, ideológica e teórica, onde os valores nacionais têm como base a afirmação indígena⁸³. Com Vargas no Brasil, esta afirmação em valores nacionais, incluiu muito menos a os indígenas, que já não tinham uma presença política importante no país, diferentemente da presença negra urbana que começa a ascender, portadora, inclusive, de um projeto cultural próprio, que põe à disposição de uma população proveniente dos setores mais pobres da sociedade. Esta população, quase toda negra, morena ou mulata, vai gerando grandes figuras da cultura brasileira, e se afirma através de uma forte presença estética expressiva da cultura negra. Portanto, existe neste populismo um jogo dialético, muito complexo, entre o

⁸² BAMBIRA, 1990, p. 23.

⁸³ Em um lugar de destaque, na entrada deste museu, se coloca a frase “por minha raça falará o espírito”, lema elaborado por José Vasconcelos em 1921 para a Universidade Autônoma do México, que de alguma maneira sintetiza a afirmação da identidade indígena como resistência a opressão colonial e como base de uma nova identidade nacional.

surgimento de uma nova burguesia industrial e os migrantes que formam estas forças urbanas emergentes.

Se é certo que o populismo na América Latina adota certos elementos autoritários, não se pode afirmar que este se apóie em posturas anti-democráticas, apesar das reais dificuldades que as novas povoações urbanas tinham para ganhar o voto de setores camponeses dominados pela burguesia agrícola, que representava uma oligarquia tradicional bastante violenta. Mesmo nestas condições, havia uma tendência a aceitar os mecanismos democráticos, porque nas zonas urbanas, as classes médias liberais, que sempre tiveram muita restrição quanto ao mundo democrático, eram minoritárias. Estes setores de classe média estiveram, historicamente, contra o voto das majorias migrantes, que eles consideravam “ignorantes” e expressão de um mundo atrasado que, obviamente, se opunham ao avanço da modernidade e inclusive, ao avanço da democracia. Mas não da democracia em seu conteúdo representativo, como resultado do voto universal e da subordinação do Estado ao povo. A democracia para estes setores representava o mundo liberal, que colocava a maior ênfase na divisão de poderes e na alternância entre dirigentes dos partidos liberais. Esta alternância de poder incluía apenas modalidades do liberalismo. Não havia lugar para os partidos comunistas, para os partidos socialistas e nem sequer para as expressões populistas que se mantinham dentro de um modelo econômico capitalista. Tudo isto era uma perturbação para sua liderança seu poder.

A ideia de democracia foi paulatinamente apropriada pela visão liberal. Apesar de que o movimento das classes médias, mesmo que não majoritário, continuava aceitando, e postulando, a questão democrática como único instrumento de se aproximar do poder, buscando separar-se das situações revolucionárias, que poderiam permitir que os trabalhadores chegassem mais próximos do poder.

A Revolução Mexicana, que é a grande revolução latino-americana, está marcada pela emergência camponesa. Aqueles que tomam o poder, com Emiliano Zapata e Pancho Villa em um primeiro momento, são os camponeses. Logo se formam muitas modalidades de coalizão e de apoio político. Os camponeses ficaram limitados a questão agrária e eles não assumiram a gestão do Estado em seu conjunto, com o que perderam espaço na dinâmica e o conteúdo revolucionário do processo, que será assumido, em parte, por setores do movimento operário e por uma forma partidária muito ampla composta pela central sindical e pela central

agrária. Os trabalhadores rurais e urbanos foram os dois pilares fundamentais do Estado mexicano, democrático.

A reforma agrária, cujo conteúdo socializante se define principalmente entre os anos 1930 e 1940, durante o Cardenismo⁸⁴ estará associada a uma forma de exploração coletiva da terra. Este processo conduziu à constituição de uma educação socialista e ao surgimento da questão nacional a partir da nacionalização do petróleo. Neste quadro, vai se configurando a proposta de um novo tipo de Estado e de um novo tipo de sociedade nas condições da luta anti-imperialista, ao mesmo tempo que se desenvolvem as contradições internas que são o produto da emergência de uma burguesia nacional, apoiada fundamentalmente no Estado, para poder enfrentar a as oligarquias agrárias tradicionais que foram derrotadas, em parte, pela revolução camponesa. Esta situação permite a consolidação de uma burguesia urbana voltada para as atividades industriais e comerciais.

É quase impossível delinear-se uma perspectiva de esquerda fora deste quadro. Todas as tentativas dos partidos de esquerda na região foram um fracasso durante este período. Os próprios partidos comunistas, que em sua constituição tinham um forte conteúdo classista, vão assumindo uma concepção de aliança com a burguesia, expressada em frentes nacionais lutas que vão adotando várias formas específicas. É muito claro, por exemplo, no caso argentino, em que um setor da classe operária formado entre os anos 1910 e 1920 por imigrantes europeus de forte orientação classista, se rebela contra esta nova classe operária de origem agrária, que se forma a partir dos setores mais baixos da sociedade argentina e que dará origem ao peronismo. Esta diferença de origem social vai se manifestar no quadro complicado da aliança da União Soviética com os estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

No momento do auge do peronismo no pós-guerra, o velho movimento operário vai se opor ao peronismo, com o qual a nova classe operária vai se transformar em um movimento anti-comunista. Esta é uma situação muito complicada porque, exatamente o movimento peronista via os comunistas, ou os “bolches”, como eles diziam, como agentes do imperialismo norte-americano. Os comunistas iam para as ruas junto com o embaixador dos Estados Unidos para

⁸⁴ Corrente ideológica inaugurada pelo presidente do México, Lázaro Cárdenas.

exigir a deposição de Perón. Isto constituiu um erro histórico fundamental que separou os comunistas argentinos das massas.

No Brasil a situação foi diferente, porque o apoio dos comunistas à frente anti-nazista se consagra com a participação de Brasil, na Segunda Guerra Mundial, junto aos Aliados. Portanto, Vargas abre espaço para que os comunistas integrem, de alguma forma seu governo, subordinadamente, mas com muita influência. Ainda que tenha mantido Prestes preso, esta situação produziu uma aliança entre comunistas e o emergente populismo brasileiro, o que permitiu aos comunistas, depois, dar passos em falso, confusos frente a evolução da luta política no Brasil, aderir completamente ao movimento populista, nacionalista e democrático do país. Isto impediu que se convertesse em inimigos da classe operária. Pelo contrario, os comunistas iniciaram uma dinâmica complexa de alianças com o trabalhismo do varguista, que eram duramente condenados pelas forças liberais do país. De qualquer forma, isto lhes abriu caminho para se colocar ao lado da luta anti-imperialista, nacionalista e nacional-democrática, perdendo sua liderança, paradoxalmente, por sua exagerada adesão à condução burguesa desta luta. Sobre este processo, Theotonio dos Santos observa o seguinte:

O varguismo criava, assim, uma nova tradição política do populismo: um estilo de liderança pessoal exercido em nome do povo, em torno de um programa muito geral de desenvolvimento industrial e justiça social. Além de seu estilo de liderança e utilização das massas, o populismo representava, na realidade, uma aliança de classe entre a burguesia industrial, que conquistara um lugar importante, mas ainda precário, no Estado (...) e o seu principal apoio de massa: o movimento operário, ainda incapacitado para se auto-organizar, sobretudo os seus setores mais atrasados (...) e que aceitaram ser dirigidos por líderes burgueses ou por operários diretamente protegidos por eles: os 'pelegos' (DOS SANTOS, 1993, p. 62-63).

É interessante analisar como esta problemática é retomada pelo PT, nos anos 1970, quando nasce no contexto de um regime anticomunista muito forte, que elimina a possibilidade de que os comunistas entrem em competição nos sindicatos e dentro do campesinato. O PT emerge, junto com a igreja, a partir de um movimento que esteve em choque com grande parte das forças comunistas e trabalhistas na fase anterior, quando o populismo assumia a liderança das forças populares democráticas. Tenta, em um primeiro momento, apresentar-se como um partido operário, de trabalhadores, com um conteúdo mais amplo de vanguarda das lutas democráticas⁸⁵. Paulatinamente tem que se ajustar as condições da luta

⁸⁵ DOS SANTOS, 1993, p. 250-252

política general, particularmente depois da abertura democrática, quando se vê obrigado a buscar uma maioria política que passa por setores de trabalhadores que não se identificam, necessariamente, com as posturas que assumiam a visão de vanguarda econômica da classe operária. Há um processo de introdução da problemática nacional-democrática que vai mudando paulatinamente a orientação do PT. Na disputa pelo governo, em 1998, o PT já aceitava uma aliança com o *Partido Democrático Trabalhista* – PDT, tendo Leonel Brizola como candidato a vice-presidente de Lula. Isto significava uma vitória muito grande para esta postura democrática formada no contexto da luta contra a ditadura, que ignora a fase de desenvolvimento popular-democrático anterior. A partir de 1998, apesar da ruptura com a frente de esquerda, o PT vai se aproximando das lutas nacionais e, posteriormente em 2002, Lula começa a reconstituir esta frente em seu governo, desenvolvendo um conteúdo nacional em sua campanha de 2006. Nesta oportunidade, a questão nacional aparece fortemente como o elemento diferenciador das forças populares no país, abrindo um processo de reagrupamento político em função de um projeto de desenvolvimento que se desdobra nas eleições de 2010.

Durante a última campanha eleitoral, o PT buscou complementar a questão social e a questão do desenvolvimento, apesar de que tal complementaridade é, entretanto, bastante complicada, e até certo ponto inviável na prática, na medida em que se mantém, dentro da frente que forma o governo, um setor financeiro profundamente reacionário em relação às conquistas populares. Entretanto, este processo tende a abrir caminho para recuperar a ideia de desenvolvimento nacional como um tema chave ligado à soberania.

3.5 O antimperialismo e a nova conjuntura latino-americana

O antimperialismo adquire um sentido novo no momento atual, marcado pelo enfraquecimento da hegemonia estadunidense. A postura anti-imperialista começa a ter uma possibilidade política maior e as alianças que se podem estabelecer em torno desta são, muitas vezes, surpreendentes, porque as forças que se vão despreendendo dos interesses imperialistas podem ser aquelas que estiveram, em outras fases, muito ligadas a estes interesses. Esta situação produz uma problemática nova para a esquerda, porque implica formas de aliança que permitem conduzir um processo amplo e majoritário, onde a questão democrática assume um papel fundamental, como pilar desta aliança. Certamente, neste contexto, a

questão democrática exige um debate muito profundo sobre seus conteúdos e novos significados na conjuntura latino-americana contemporânea. Assim, se coloca uma diferença teórica e política muito profunda entre democracia e liberalismo. Este passa a ser um dos pontos centrais do debate político contemporâneo.

3.6 O socialismo como tarefa política

A discussão sobre o conteúdo das transformações econômico-sociais também se coloca em primeiro plano. Até que ponto estas transformações assumirão uma dinâmica pós-capitalista? Neste marco vai-se articulando uma postura socialista, ao mesmo tempo em que vai-se definindo a classe trabalhadora como a herdeira das lutas anti-imperialistas e da luta para romper a dinâmica da dependência. Claramente, o movimento operário e os trabalhadores em geral, vão assumindo a liderança de uma luta de dimensão nacional, que deixa de ser uma política de resistência ou de sobrevivência frente a uma ofensiva da direita, para converter-se, ela mesma, em uma ofensiva das forças de esquerda que começam a identificar-se, profundamente, com a luta pelo governo e pelo o poder.

Apesar de que surgem muitas outras expressões de uma esquerda de tendência anarquista, que buscam separar-se da luta pelo poder para assumir uma luta anti-sistêmica pela democratização da sociedade, independente do Estado. As experiências históricas recentes na região mostram que estas perspectivas não tem muito futuro. As forças políticas que tem um conteúdo social e nacional mais amplo, mostraram melhores condições para avançar no marco de um Estado sob a hegemonia de diversas formas de aliança que incluem, além dos setores operários e de trabalhadores, forças sociais emergentes, como o movimento indígena, setores militares dissidentes o forças sociais ligadas à igreja progressista. Isto abre espaço para movimentos que tem conteúdos, muitas vezes mais anarquista que propriamente marxista. O que diferencia Marx dos anarquistas é exatamente o colocação de que não é possível chegar ao anarquismo sem antes destruir as condições materiais de uma sociedade de classes, e isto se faz através do socialismo como um regime de transição, como uma forma de articulação das forças que conduzem à superação de uma sociedade de classes e à preparação de uma sociedade pós-classista.

Isto abre toda uma problemática que vai aparecer, também, a partir do Estado. A condução destes processos assume uma dupla direção: de baixo para

cima, a partir dos movimentos sociais e as novas subjetividades emergentes; e de cima para baixo, a partir dos governos no poder e dos Estados. Constrói-se assim, uma articulação dialética entre as forças sociais e as transformações da base da sociedade e as transformações da estrutura de poder para garantir estas mudanças na base da sociedade. Al mesmo tempo, estas mudanças na base da sociedade buscam também garantir que se mantenha o domínio do Estado e do aparato do poder.

A complexidade da conjuntura atual na América Latina se manifesta também sob a democracia participativa como um instrumento novo de participação de setores historicamente excluídos, nos processos eleitorais em todos os níveis locais. Neste caso, busca-se dar um conteúdo socialista à ideia da democracia ao introduzir o elemento participativo, isto é, a garantia de que a sociedade organizada estará permanentemente em uma relação dinâmica com o Estado, buscando organizar o poder estatal em função de seus interesses. Esta é uma questão fácil de levantar formalmente, mas muito difícil de analisar na dialética da luta política concreta.

América Latina enfrentou esta problemática em vários processos históricos, mas sobre tudo na década de 1950, com a revolução boliviana, que representou um momento de particular importância na luta democrática na região. Nesta oportunidade, os operários, os trabalhadores (mineiros principalmente) e os camponeses destruíram as forças armadas da Bolívia e criaram um Estado que tinha como base as milícias operárias, as milícias mineiras, os camponeses. Até que ponto esta conjuntura podia criar um novo tipo de Estado? Sem pretender desenvolver uma análise mais profunda, podemos afirmar que este processo revolucionário foi o que conduziu a história boliviana até chegar à resolução de um dos problemas mais complexos que enfrentava a revolução: a contradição entre a existência de uma maioria indígena e uma tentativa de interpretação classista que não tinha espaço para a questão indígena, porque isto, evidentemente, conduziria ao movimento mineiro à condição de minoria. Por outro lado, a questão nacional, que o MNR⁸⁶ (Movimento Nacionalista Revolucionário) expressava muito bem, vai perdendo força na medida em que não tem condições de propor um caminho

⁸⁶ O Movimento Nacionalista Revolucionário se funda a 7 de junho de 1942, propondo una aliança entre a classe média e sectores operários ao redor de um programa nacionalista. OMNR governou a Bolívia de 1952 até o golpe de Estado de 1964, com a liderança de Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Suazo. Durante este período se realizaram una serie de reformas políticas, sociais e econômicas, como a implantação do sufrágio universal, a reforma agrária e a nacionalização das minas de estanho.

econômico na direção de uma economia industrial moderna. Todos estes elementos conduziram não ao fracasso da Revolução Boliviana, mas a um desdobramento da revolução por várias etapas contra-revolucionárias triunfantes que, certamente, é um aspecto que deve se levar em consideração a partir de qualquer perspectiva da esquerda.

Trata-se de pensar a esquerda, não como um processo de conquista de poder progressivo, mas como uma luta de avanços retrocessos, que é o que caracteriza qualquer processo histórico da dimensão do que estamos analisando. Este é um processo de dimensão planetária, mas que assume condições muito diferenciadas em cada uma das regiões e em cada uma das relações que se vão estabelecendo dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas e as classes sociais.

Desta forma, a luta da(s) esquerda(s) latino-americana(s) se afirma(m) como uma proposta objetiva, capaz de realizar transformações radicais (que não tem nenhuma relação com o radicalismo de Anthony Giddens que vimos anteriormente) na região que abram caminho até uma sociedade mais igualitária e que crie condições para que as forças sociais que compõem Estado, as nações, e a humanidade em seu conjunto, participem das transformações econômicas, tecnológicas e científicas de reorganização do planeta. Isto exige que a esquerda latino-americana tenha a capacidade de assumir o conteúdo específico de sua problemática, do ponto de vista político e teórico, mas que possa, ao mesmo tempo, integrá-la em uma problemática mundial e planetária.

É aqui que se colocam questões muito importantes no que diz respeito à própria ideia de civilização.

3.7 A esquerda e o processo civilizatório

A ideia de civilização começa a ganhar força na medida em que a afirmação destes movimentos sociais a nível nacional e a nível continental vão integrando-se em um processo de transformação planetária. Isto coloca novos elementos para dar conteúdo a uma crítica profunda à visão eurocêntrica e seu modelo de civilização, imposto e legitimado através de mecanismos muito violentos ao longo de quase cinco séculos. Esta é uma perspectiva analítica que vai se consolidando no pensamento crítico latino-americano.

As burguesias latino-americanas nacionais e dependentes renunciaram historicamente a qualquer pensamento universal, porque elas mesmas nunca conseguiram colocar-se em uma perspectiva universal. Nos momentos revolucionários mais tensos, se aproximaram desta perspectiva. É o caso da Revolução Mexicana, que teve um conteúdo universal muito forte apesar de toda sua especificidade. Conteúdo universal que se expressou em sua pintura⁸⁷, em sua música, em seu cinema e, em geral, em seu mundo cultural fortemente integrado à ideia de uma transformação planetária. Inclusive, esta assume o conteúdo da identidade indígena a partir de uma interpretação mais ampla, identificando-se com uma ideia de uma raça universal, ou “raça cósmica”, que expressava a ideia da mestiçagem a partir de uma valorização positiva, com a qual, de certa forma, se vai reelaborar o conceito de raça baseado na ideia da superioridade branca. Assim, por exemplo, José Vasconcelos, o mestre y pensador mexicano autor do livro “A raça cósmica”, proclama que a missão da raça latina na América é alcançar a fusão dos povos e das culturas para formar um novo tipo étnico de todos os homens, animados por um alento cósmico de fraternidade humana. Segundo Vasconcelos, os trópicos, por sua grande concentração de riquezas naturais, constituíram o espaço onde se desenvolverá uma civilização “esplendorosa” quando o homem descobrir os meios para combater os excessos, atraindo homens de todas as raças e de todas as virtudes. Desta maneira, a “raça insurgente” abrirá espaço, para a “raça cósmica”. Vejamos um texto de Luis Valcárcel, escrito na década de 1920 sobre esta ideia de raça cósmica:

“De todas as partes sai o grito uniforme. Os homens da montanha e da planície, das terras baixas e das alturas ululam o grito único. O lançam aos céus como uma seta vibrante e sonora. Não se escuta outro clamor, como se todos os homens somente fossem aptos para emitir só esta vibração vocal. Deixai-nos viver! É a raça forte, rejuvenescida ao contato com a terra, que reclama seu direito a ação. Jaz sob o peso esmagador da velha cultura estrangeira, Aprisionada na férrea armadura do conquistador, a pujante energia da alma aborígene se consome. Explode o protesto, e o grito unânime ressoa de cume em cume até converter-se no vozerio cósmico dos Andes.”⁸⁸

Esta ideia de uma afirmação cultural de conteúdo civilizatório se expressa em todos os processos revolucionários ou momentos de maior desenvolvimento da esquerda. Quando Allende assume o poder, falou do “socialismo com empanada e

⁸⁷ Que dio origen al muralismo mexicano. La obra de Diego de Rivera, uno de los exponentes más importantes de esta corriente, impactó profundamente la sensibilidad estética de su época.

⁸⁸ VALCARCEL, Luis. Tempestade nos Andes. em *Amauta* N° 1, setembro de 1926, p. 2-4

vinho tinto”, quer dizer, com um processo cultural próprio. Mariátegui se referia a um socialismo “indo americano”, no Brasil, Brizola falava de um “socialismo moreno”. Em todas as partes houve sempre uma intenção de identificar a emergência popular com uma expressão própria, nacional, de um fenômeno universal, que seria o socialismo.

Esta articulação, entre transformação social e afirmação cultural, que é bastante complexa, vai assumindo formas muito específicas nos últimos 40 ou 50 anos e tem a Revolução Cubana como marco importante, porque esta introduziu na região a problemática do socialismo como um regime econômico social concreto. Antes da revolução cubana, o socialismo era uma aspiração que partia de ideias muito amplas mais a margem do exercício do poder. A partir de 1959, o exercício direto do poder vai demonstrar grandes avanços por um lado e dificuldades enormes por outro.

3.8 A re-fundação do Estado

Quando o conteúdo das lutas dos movimentos populares assume um caráter regional, a luta pelo poder vai assumir também uma dimensão regional, identificando-se com um processo de integração. Neste contexto, surgem novas formas de organização social e política, mas também novas formas constitucionais. Desta maneira, a esquerda vai desenhado propostas constitucionais que têm pontos de aproximação entre umas e outras, mas que também respeitam as diversidades sub-regionais. A atual conjuntura latino-americana, marcada por uma diversidade de processos de mudança e transformação, avança até a criação de novas formas de processos produtivos, de novas relações sociais e de um novo modo de produção em direção ao socialismo, que já não se expressa em um único modelo mas em projetos múltiplos e diferenciados. Este avanço até o socialismo não representa somente uma vitória de certos princípios de organização social que envolve uma nova relação de classes, de distribuição do ingresso, etc., mas um processo civilizatório planetário.

3.9 O socialismo como projeto planetário

Entendemos o socialismo como uma transição até um novo modo de produção de caráter planetário e, portanto, as experiências nacionais, as grandes diversidades regionais e o encontro entre as várias civilizações são parte da criação

deste novo modo de produção. A questão civilizatória passa a ser um elemento articulador das lutas a nível planetário. A disputa pela gestão do planeta, inclusive, passa a ser fundamental. A incapacidade do capitalismo para propor um desenvolvimento econômico e social para o mundo que garantisse a solução de problemas econômicos, sociais e ambientais fundamentais, é uma barreira para a constituição de um planeta que alcance inclusive sua sobrevivência. A anarquia do capitalismo representa uma grande limitação para a relação entre os povos, entre os diversos interesses econômicos, entre as classes e grupos sociais, entre as diferentes experiências civilizatórias da humanidade. Esta anarquia que representa, inclusive, um grande obstáculo para a relação da humanidade com a natureza a partir de uma perspectiva sustentável, e para o próprio desenvolvimento da ciência a serviço da humanidade e não a serviço da destruição da humanidade. Isto nos conduz de imediato a uma luta, em grande escala, pela paz no mundo, que se coloca atualmente como questão fundamental.

Tudo isto é impossível alcançar no painel da competência capitalista. A luta para assegurar as condições de reprodução da natureza, ao mesmo tempo em que ela sirva à humanidade e a humanidade também sirva à natureza para que se complementem e não se destruam mutuamente, a luta para introduzir a grande maioria de excluídos que o capitalismo gerou no centro de decisão e da organização da sociedade em suas várias dimensões, nos conduz ao surgimento e desenvolvimento de uma esquerda universal e planetária. Cremos que este processo, entretanto, não apresenta uma forma bem definida. Seguramente terá que conviver, por um período longo, com diferenças muito significativas. Entretanto, qualquer que seja a forma sob a qual esta esquerda se desenvolva, terá que ser pluralista e aceitar as divergências, e ao mesmo tempo em que seja capaz de se concentrar nas grandes questões sobre as quais se faz imprescindível um consenso.

Esse movimento global tem algumas questões muito importantes a resolver, além de conseguir se constituir como uma maioria organizada capaz de dirigir os Estados e de elaborar constituições que reflitam esse momento histórico criando condições para avanços posteriores. Talvez um dos grandes desafios seja o de incorporar as especificidades do caso latino-americano, que significou um grande avanço na introdução de demandas próprias, como uma referência importante da práxis política e da produção teórica da esquerda mundial.

3.10 A questão indígena

O resgate da visão indígena na constituição da Bolívia, em parte na constituição do Equador e seguramente com uma área de influência bastante grande na América Central e no México, é uma demonstração do caráter dialético deste processo; de como, inclusive setores que já vêm de uma tradição que exclui totalmente o mundo indígena, são obrigados a ir incorporando a visão do mundo própria deste setor que foi majoritário na região e que, entretanto, é em vários países do continente, como continuidade de um processo civilizatório que tem pelo menos cinco mil anos de história, como mostra os recentes descobrimentos da civilização Caral.

Pela importância das implicações deste descobrimento arqueológico, talvez valha a pena fazer uma breve referência às perspectivas que se abrem para a compreensão do processo civilizatório da humanidade a partir de Caral, que se desenvolveram na costa norte do Peru. As pesquisas realizadas até o momento, indicam que esta civilização teve um desenvolvimento urbanístico muito alto. O complexo urbanístico que aparece depois das primeiras escavações, quando as montanhas no meio do areal da região de Supe revelaram grandes pirâmides, e indicam construções de uma construção de quase 30 metros, que equivale aproximadamente a um edifício de 14 pisos, com uma antiguidade de 5 mil anos. Além, de um grande domínio arquitetônico, que se manifesta na cidadela de 7 pirâmides descobertas até agora (que inclui um anfiteatro, um altar circular, uma pirâmide maior – moradia dos governantes - e uma galeria de casas) ao redor de uma grande praça central, a civilização Caral deixou rastros de um amplo desenvolvimento artesanal e cultural expressado em instrumentos musicais de sopro elaborado com ossos de condor e cerâmica com ornamentos pictóricos. Também se descobriu que o sistema de registro e contabilidade conhecido como “quipus”, que se assumia que era da etapa do desenvolvimento Inca, isto é, com uma antiguidade máxima de 700 anos, corresponderia, na realidade à civilização Caral.

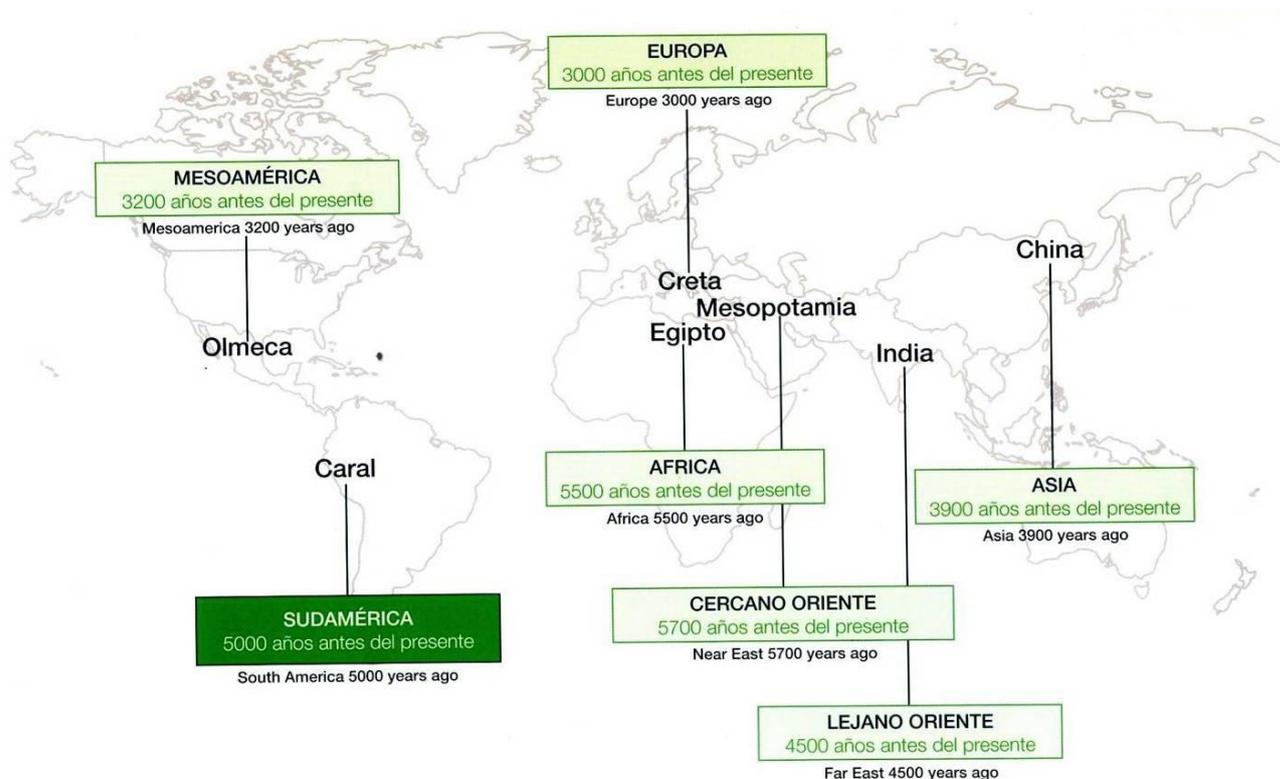
As investigações realizadas indicam também que, ao contrário das outras civilizações que a humanidade conhece, a civilização Caral não se iniciou a partir de conflitos e guerras (não foram encontrados vestígios de armas, nem de muros de proteção) e sim que o estabelecimento de um centro econômico que, a partir da agricultura e da pesca, gerou excedentes de produção capaz de alimentar uma ampla rede de intercâmbio comercial regional, que incluía os Andes, a costa e a

região amazônica. Isto obriga, segundo Jonathan Hass, a mudar toda a interpretação teórica do início das civilizações e da proposição de que a guerra era o ponto de partida da sociedade humana.

Outro aspecto importante de Caral é a presença de cerimônias religiosas e festividades onde, como mostram as evidências arqueológicas, se usava a folha de coca. O fato de que a coca tenha, pelo menos 5 mil anos de uso no continente americano, seguramente nos obrigará a reavaliar as lutas dos indígenas na região pela descriminalização do cultivo de coca. A análise de longa duração, nos permitirá mudar os eixos de interpretação de fenômenos recentes, que encontram raízes históricas mais profundas do que éramos capaz de imaginar.

Estes descobrimentos, ainda que pouco conhecidos no Brasil, dão uma nova base para analisar o processo civilizatório da humanidade em seu conjunto, pois é uma nova oportunidade de ver o início de uma transição até o que hoje conhecemos como as matrizes civilizatórias do planeta e as sociedades contemporâneas. Certamente, vai significar uma inteira revolução arqueológica e uma necessária reinterpretção histórica do processo civilizatório americano, que até alguns anos se presumia ter 3.200 anos de antiguidade e que a partir dos últimos achados, colocaram o desenvolvimento civilizatório da região como o terceiro mais antigo do mundo, depois do Egito e da Mesopotâmia, mas antes da China, por exemplo. Vejamos o seguinte mapa, que mostra a antiguidade das civilizações do mundo:

Mapa 1: Civilizações do mundo indicando antiguidade



Fonte: Caral, a primeira civilização da América. Ruth Shady e Christopher Kleihege

Não são cinco mil anos absolutamente descontínuos, claro que há descontinuidades grandes como, por exemplo, o domínio espanhol. Mas é uma descontinuidade que não pode romper a continuidade do processo e a identidade desses povos com suas origens históricas. É um fenômeno impressionante a maneira como se conseguiu resgatar uma consciência regional que teve suas raízes em momentos de formação de impérios, que chegaram a produzir certa visão continental de conjunto. De certa forma, estas unidades históricas e geográficas se reelaboram na consciência de povos e na memória coletiva. Mesmo quando estas experiências aparecem localizadas, em comunidades indígenas, não perderam uma visão civilizatória mais ampla. Isto demonstra, claramente, a profundidade deste processo, que vem desde baixo, na medida em que a luta democrática vai criando condições para que estas forças sociais emirjam como movimentos sociais com crescente capacidade de articulação e pressão política.

Repentinamente, se “descobre” que não se trata de um grupo de “ignorantes” e “analfabetos”, como certos setores da oligarquia e das classes médias tendem a crer, mas de comunidades que trazem uma experiência histórica que se manteve sob formas orais de narração, sob formas comunitárias de organização social e sob um conjunto de atividades culturais que têm um dinamismo e uma força muito mais importantes do que se pode imaginar, na medida em que se via a estes povos como fenômenos a serem destruídos e superados.

3.11 O neo-militarismo e as forças armadas

Outro elemento extremamente importante no processo latino-americano contemporâneo é o papel das forças armadas na região. Esta é uma problemática que necessita ser analisada de uma perspectiva histórica mais ampla e de uma visão de conjunto. As forças armadas surgem na região no contexto da luta anticolonial, portanto, em um contexto progressista, como vimos anteriormente. A emergência de setores, que têm sua ascensão social assegurada pelo instrumento da formação das forças armadas, vão formando paulatinamente uma instituição profundamente hierárquica e próxima de uma estrutura de poder pós-colonial que, entretanto, mantinha uma relação de subordinação aos centros mundiais do poder econômico e político. A contradição entre os objetivos de emancipação das guerras de independência do século XIX, e o novo papel das forças armadas na estrutura de poder pós-colonial, criou a necessidade de desenvolver uma forte repressão interna, para impedir que estas forças sociais tão grandes possam aspirar ao poder e à gestão da sociedade.

A grande dificuldade de manter o caráter cruel deste sistema obriga as forças armadas a se comprometerem com uma função muito mais repressiva que, com uma política de afirmação nacional, a delem de se subordinar, tanto como as classes dominantes das nascentes repúblicas, a um papel dependente na estrutura de poder mundial. Esta situação gerou resistência e sublevação dentro das forças armadas, que se manifestaram muito cedo, desde as primeiras décadas do século XX, na América Latina. Assim, temos como exemplo a Revolução Mexicana de 1910, grandes movimentos como o de Sandino na libertação da Nicarágua, ou os movimentos revolucionários dos anos de 1930. Nestes momentos históricos, setores importantes das forças armadas estiveram comprometidos com processos de avanço político. No caso do Brasil, é de particular importância o papel dos

tenentes e a figura de Luis Carlos Prestes, que vai se associar ao Partido Comunista Brasileiro, como grande líder do movimento comunista.

Estes representam momentos importantes de afirmação de um setor das forças armadas depois de assumir uma perspectiva de transformação social. As últimas cinco décadas do século XX abrem um processo diferente, de compromisso das forças armadas com os interesses de dominação dos Estados Unidos na região, que se comprometeu com uma sequência de golpes militares e governos ditatoriais que desenvolveram políticas brutais de repressão e perseguição política da esquerda e das forças progressistas. Assim, as forças armadas na região se converteram em uma força policial dedicada unicamente a tarefas de repressão, o que provoca conflitos internos com sectores das forças armadas comprometidas com um projeto de afirmação nacional que se recusavam a um papel de subordinação aos Estados Unidos. Estas contradições indicam que as burguesias locais, articuladas com os interesses dos Estados Unidos, não podem assegurar um apoio incondicional das forças armadas, ao contrário, esta situação conduz a uma contradição crescente entre o papel das forças armadas e a postura dependente, subordinada, pró-imperialista destas burguesias. Isto permitiu, em alguns momentos, rupturas importantes entre estes dois sectores.

O caso do Peru é um dos mais expressivos, quando o General Velasco Alvarado, tentou levar a cabo uma transformação social muito profunda, dirigida diretamente pelas forças armadas. Na mensagem de Velasco à nação, com o motivo da promulgação da Lei da reforma Agrária, em 1969, se estabelecem elementos importantes no projeto revolucionário que pretendia levar adiante. Vejamos alguns trechos deste discurso:

Hoje o Governo Revolucionário promulgou a Lei da Reforma Agrária, e ao fazê-lo entregou ao país o mais vital instrumento de sua transformação e desenvolvimento. A história marcará este 24 de Junho como o começo de um processo irreversível (...) cimentado na justiça social e na participação real do povo na riqueza e no destino da pátria.

Este não podia ser um governo a mais no Peru. Surgiu com a vocação irrenunciável de ser o governo da Revolução Nacional (...) sabíamos que em um país como o Peru, caracterizado pelos abissais desequilíbrios sociais e econômicos, a tarefa do desenvolvimento tinha necessariamente que ser uma tarefa de transformação. Superar o subdesenvolvimento nacional significa, por isso, alcançar um reordenamento da sociedade peruana, portanto, alterar as estrutura de poder, econômico, político e social em nueosso país.

Em consequência, a lei (da Reforma Agrária) se orienta para o cancelamento dos sistemas de latifúndio e minifúndio no sistema agrário peruano, propondo sua

substituição por um regime justo de posse da terra que tornasse possível a difusão da pequena e media propriedades em todo o país. Por outro lado, por ser uma lei nacional que contempla todos os problemas agrários e que tende a servir a quem trabalha a terra, a Lei de Reforma Agrária se aplicará em todo o território do país, sem reconhecer privilégios nem casos de exceção que favoreçam determinados grupos ou interesses.

A usina industrial de processamento primário de produtos do campo está indissolúvelmente ligada à terra. Portanto, é impossível afetar a esta e deixar intocada aquela. E assim, como no caso do problema do petróleo, o Estado expropriou a totalidade do complexo, afetando os poços e a refinaria com todas suas instalações e serviços, assim também no caso da grande propriedade agroindustrial, a Lei de Reforma Agrária tem que afetar necessariamente a totalidade da negociação.

A propriedade está garantida, mas dentro dos limites que a faça compatível com a irrenunciável função social que ela deve cumprir. Esta não é, portanto, uma lei de despojo, mas uma lei de justiça. E por certo, haverá quem se sinta afetado em seus interesses, estes, por respeitáveis que sejam, não podem prevalecer ante os interesses e as necessidades de milhões de peruanos que, finalmente, vão ter um pedaço de terra para eles e seus filhos no solo que os viu nascer.

E, se é certo que este é um governo para todos os peruanos, não é menos certo que ele deve e tem que ser, acima de tudo, um governo também para os mais necessitados.

Por isso, por responder ao clamor de justiça e ao direito dos mais necessitados, é que a Lei de Reforma Agrária deu seu respaldo a essa grande massa de camponeses que Forman as comunidades indígenas que, a partir de hoje—abandonando um qualificativo de ressabiados racistas e de preconceito inaceitável—se chamarão Comunidades Camponesas (...) cuja raiz funda se finca em nossa história e cuja imagem de justiça surge de nosso próprio e imemorial passado de povo americano.

Sabemos muito bem que a Lei de Reforma Agrária terá tanto adversários quanto detratores. Eles virão dos grupos privilegiados que fizeram do monopólio econômico e do poder político a verdadeira razão de sua existência. Essa é a oligarquia tradicional que verá em perigo sua antipatriótica posição de domínio no Peru. Não os tememos. A essa oligarquia dizemos que estamos decididos a usar toda a energia necessária para afastar qualquer sabotagem à nova lei e qualquer tentativa de subverter a ordem pública (...) A prepotência dos interesses e dos privilégios tem já um limite no Peru.

Não importa que alguns sejamos militares e outros civis. A pátria é uma só e é de todos. O que importa é que se cumpra a transformação social e econômica de nosso país para fazer dele uma nação livre, justa e soberana (VELASCO, 1969).

As reformas realizadas na primeira fase do processo revolucionário das forças armadas no Peru (1968-1975), lideradas por Juan Velasco Alvarado, foram interrompidas e desmontadas por um processo contra revolucionário que se iniciou com o golpe de Francisco Morales Bermudez, chefe do Estado Maior, apoiado pela CIA, em agosto de 1975.

Um exemplo mais recente é o caso da Venezuela, no qual um líder das forças armadas e de um levante militar se converte em líder nacional, ligado profundamente ao movimento popular, e se elege, inclusive, como líder de um projeto de transformação socialista da sociedade venezuelana. São muitos outros os casos de setores que vem das forças armadas para promover uma maior aproximação com estes projetos de transformação social. Na medida em que as estratégias da esquerda assumem a luta pelo controle e uso do Estado como instrumento de transformação social, se faz necessária uma política nas forças armadas e no papel que elas podem representar em um processo de afirmação dos Estados Nacionais sob a condução de forças progressistas na região.

Estamos frente a uma temática que exige do pensamento social da região um trabalho muito profundo de análise da conjuntura, sem preconceitos, e com uma visão histórica realmente criadora. “Ou inventamos ou erramos” nos diz o grande pensador da luta da independência, Simón Rodríguez.

3.12 O pensamento marxista na América Latina

Um balanço amplo do pensamento crítico latino-americano requer urgentemente uma história do pensamento marxista na região, capaz de percorrer a densidade do debate teórico e conceptual à luz da práxis política da esquerda latino-americana ao longo do século XX. Certamente, uma vertente importante desta análise é o movimento comunista, que apesar dos erros de interpretação teórica e estratégia política produto de um tipo de “aplicação mecânica” do marxismo para interpretar a realidade latino-americana e as formações sociais na região, acumulou uma experiência histórica e de luta extremamente importante. Uma visão ao mesmo tempo crítica e sem preconceitos, que tome distância das posturas anticomunistas, se faz necessária para cumprir este objetivo. A obra de Boris Goldenberg *Kommunismus in Lateinamerika* (Stuttgart, Verlag Kohlhammer, 1971) apesar de bem documentada, adoece, da mesma forma que outras obras sobre o movimento comunista latino-americano, de uma clara tendência anticomunista⁸⁹.

Não é nossa intenção, neste momento, realizar um balanço amplo do pensamento marxista em nosso continente, apesar de que nos preocupa profundamente o tema e seguramente será objeto de futuras pesquisas. Entretanto,

⁸⁹ Véase: LOWY, 1999, p. 9

para fins do presente trabalho nos interessa assinalar alguns elementos centrais do debate teórico no interior do pensamento marxista latino-americano durante o século passado e suas implicações políticas, com o objetivo de apresentar as tendências centrais, teóricas e políticas, do marxismo latino-americano contemporâneo.

Michael Löwy nos oferece uma chave de análise profundamente dialética para compreender o desenvolvimento do pensamento marxista na região⁹⁰. Colocando como elemento central a discussão sobre o caráter da revolução no continente ao longo do século XX, o autor sintetiza, em um mesmo momento analítico, teoria e práxis. Assim, expõe o autor, a caracterização da revolução nos conduz a um debate teórico que é ao mesmo tempo um ponto de chegada, na medida em que é o resultado da análise das formações sociais latino-americanas, e um ponto de partida porque serviu de base para a formulação de estratégias e táticas políticas.

Löwy distingue três etapas no desenvolvimento do pensamento marxista na América Latina:

1. O período revolucionário, de 1920 a meados de 1930, que teve como expressão teórica mais profunda o pensamento de José Carlos Mariátegui e que caracterizou a revolução latino-americana como socialista, democrática e anti-imperialista.

2. O período stalinista, de meados de 1930 até 1959, durante o qual se consolida a hegemonia da interpretação soviética do marxismo na América Latina e, com ela, a teoria da revolução por etapas, de Stalin. A partir da caracterização da formação social latino-americana como semi-feudal, se define a etapa da revolução, naquele momento, como nacional democrática.

3. O novo período revolucionário, marcado pela Revolução Cubana, que retoma o caráter socialista da revolução e legitima, sob certas circunstâncias, a luta armada como estratégia política.

3.13 O “marxismo aberto”

Seguindo este caminho de análise, sugerimos um quarto período, que chamaremos “marxismo aberto”⁹¹, que se inicia com a consolidação dos processos

⁹⁰ LOWY, 1999, introdução

⁹¹ A denominação de “marxismo aberto” que damos para esta nova fase do pensamento marxista na América Latina foi inspirada na entrevista a Michael Löwy realizada por Angela de Castro e Daniel Aarão Reis em setembro de 1996 (revista Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 1,

de transformação na América Latina no início do século XXI. Nos referimos, particularmente, à Revolução Bolivariana, na Venezuela, às reformas iniciadas pelos governos de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador. Estes processos marcam uma nova dinâmica da esquerda latino-americana que, como vimos anteriormente, tem que enfrentar problemas políticos novos que exigem uma interpretação teórica própria.

Esta nova fase de elaboração de pensamento marxista na região coloca no centro do debate teórico e da ação política, uma visão pluralista do socialismo. O processo histórico da transição ao socialismo se manifesta em regimes políticos e correlações de forças muito diferenciadas e não em um modelo único de transição.

Recupera-se a questão indígena como um dos elementos centrais da especificidade latino-americana e como construção de uma nova subjetividade revolucionária baseada nas raízes históricas e civilizatórias das sociedades pré-colombianas, que se afirma em uma forma própria de ver o mundo e de viver nele. Trata-se de um momento em que indianismo e marxismo se aproximam como duas matrizes filosóficas que se enriquecem mutuamente. Um dos formuladores desta articulação entre marxismo e a questão indígena, no caso do processo boliviano contemporâneo, é o atual vice-presidente deste país, Álvaro García Linera. Ele sustenta que o surgimento do marxismo na Bolívia esteve marcado por dois processos constitutivos: por um lado, uma produção ideológica diretamente vinculada à luta política que se configurou em uma espécie de “marxismo de cátedra”, através de intelectuais que participam do ativismo político, mas que, entretanto se mantiveram muito apegados aos esquemas simplistas dos manuais soviéticos. De outro lado, se coloca uma percepção do marxismo articulado com um projeto de nacionalismo revolucionário a partir do mundo sindical, precedido por mudanças na composição de classe dos núcleos economicamente mais importantes do proletariado minero e fabril boliviano. Este marxismo, diz Linera, que se constituiu em uma ideologia de modernização industrial do país, no plano

nº 2, 1996, p.166-183). Entre outras afirmações, Löwy coloca: “A grande mudança que houve para mim foi a descoberta de Goldmann e Lukács. Passei de um marxismo ortodoxo para um marxismo mais aberto”, e logo continua, “Fiquei deslumbrado porque era marxismo num estilo bastante diferente do que eu tinha visto até então. Havia uma crítica forte à sociologia burguesa, mas ao mesmo tempo um marxismo bem dê-dogmatizado, aberto.”

econômico, e de consolidação do Estado nacional, no plano político, não reconhece na especificidade indígena um aspecto relevante do ponto de vista político, nem um tema importante, do ponto de vista teórico.

Para este marxismo não havia nem índios, nem comunidade, com o que uma das mais ricas vertentes do pensamento marxista clássico fica bloqueada e rechaçada como ferramenta crítica de interpretação da realidade boliviana; além do mais, esta posição obrigará o emergente indianismo político a se afirmar precisamente em combate ideológico, tanto contra as correntes nacionalistas, que rejeitavam e negavam a temática comunitária agrária e étnica nacional, como forças produtivas políticas capazes de servir de poderes regenerativos da estrutura social, tal como precisamente fará o indianismo (GARCIA LINERA, 2008, p.3).

A complexidade do processo político boliviano colocou novos elementos políticos e novos desafios teóricos, que abriram caminho para o surgimento do que Linera chama, um “marxismo crítico”, que articula indianismo e marxismo em um momento de síntese fecunda que cria as condições para a produção de novo conhecimento. Conclui o autor da seguinte maneira:

No final, uma leitura muito mais exaustiva da temática indígena e comunitária virá pelas mãos de um novo marxismo crítico e carente de auspício estatal, que, desde o final do século XX e começo do XXI, apoiando-se nas reflexões avançadas por Zavaleta, buscará uma reconciliação de indianismo e marxismo, capaz de articular os processos de produção de conhecimento local com os universais (GARCIA LINERA, 2008, p.3).

Além dos elementos já colocados, quais são os aspectos centrais que marcam esta nova fase do pensamento marxista latino-americano no início do século XXI? Apesar de que, no momento final de relação desta tese, este tema emergiu como síntese e, em grande medida, parte dos resultados de nossa pesquisa, limitações de tempo nos impedem neste momento um desenvolvimento maior, que seguramente será motivo de trabalhos posteriores. Entretanto, queremos assinalar, telegraficamente, apenas alguns aspectos que, de nosso ponto de vista, constituem elementos novos do pensamento marxista latino-americano ou são reelaborações teóricas de uma tradição anterior, em um novo contexto político. Passemos, então, aos inúmeros destes aspectos:

- O diálogo aberto com outras matrizes filosóficas e teóricas do pensamento crítico contemporâneo, como a teoria da complexidade; a análise histórica de longa duração, os aportes da psicanálise, etc.;
- A recuperação da visão dialética da totalidade e da relação indissolúvel entre “real concreto” e “concreto representado”, isto é, entre teoria e práxis, realidade

e pensamento, homem e natureza. Isto produz uma ruptura com o marxismo positivista que marcou grande parte do desenvolvimento teórico do século passado;

- A apropriação novamente das especificidades das formações sociais e históricas na América Latina. (a questão indígena, a questão afro-americana, as raízes históricas e civilizatórias);
- A recuperação de uma visão da integração regional como projeto histórico de afirmação anti-colonial e anti-imperial expressado, sobre tudo, no "bolivarianismo";
- Uma visão pluralista do socialismo a partir do reconhecimento de que o processo histórico de transição para o socialismo se manifesta em regimes políticos e correlações de forças muito diferentes e não em um modelo único de transição.
- A elaboração de novas identidades, subjetividades e sujeitos políticos; que se expressa, por exemplo, em um novo modelo de Estado (Pluri-nacional) e elaborações teóricas a partir da emergência de uma nova subjetividade feminina. Isto leva a uma recolocação teórica e política das subjetividades nos processos de transformação.
- A redefinição do papel dos movimentos sociais na teoria revolucionária, que implica em uma nova relação partido - massas.

Isto aproxima mais o socialismo, como práxis, e a teoria marxista, da experiência concreta dos povos e ressalta o papel da subjetividade não somente de classe mas também de organizações comunitárias, de gênero, culturais e étnicas assim como um legado civilizatório que deixa de inscrever-se no racionalismo do século XIX e se coloca como produto de uma experiência histórica de longuíssima duração.

Neste contexto, se retoma o pensamento de José Carlos Mariátegui como referência teórica e como uma matriz analítica extremamente útil para uma compreensão, mais pertinente, da conjuntura política da América Latina e para as novas formulações programáticas da esquerda na região.

3.14 José Carlos Mariátegui e as origens do marxismo na América Latina

Em 2005⁹² a Assembléia Nacional da República Bolivariana da Venezuela prestou uma significativa homenagem a José Carlo Mariátegui em referência ao septuagésimo quinto aniversário de sua morte. No documento que outorga este reconhecimento, se considera que “o pensamento de José Carlos Mariátegui constitui uma fonte inédita e original para compreender a história do movimento operário e socialista mundial, representando para os revolucionários latino-americanos um manancial permanente de ideias para sua ação”.

Esta recuperação de Mariátegui é parte de um movimento mais amplo que demonstra um interesse crescente por repensar a América Latina a partir do que há de mais criativo no pensamento social latino-americano, em uma tentativa de retomar um debate teórico e político a partir das exigências das profundas mudanças que se vem produzindo na região. A ascensão da esquerda na região faz necessário retomar o debate das grandes questões de nossa história recente, não para regressar ao passado, como romanticamente propunham algumas correntes de pensamento, mas para evocarmos o futuro, a partir de uma identidade cultural profundamente enraizada em nossa história e nossas raízes civilizatórias. A nova identidade latino-americana que emirja deste processo tem melhores condições de abandonar uma visão eurocêntrica para constituir-se em uma vertente fundamental para a construção de uma civilização planetária, inclusiva, democrática e mais igualitária.

Neste contexto, o pensamento de José Carlos Mariátegui adquire um sentido mais profundo, que vai mais além da própria e necessária produção de novo conhecimento e nova teoria, alcançando a emoção e os sentimentos coletivos dos povos latino-americanos, diversos, densos e complexos que querem, cada vez com maior veemência, tomar em suas mãos as rendas de seu futuro.

A produção de conhecimento local

Um dos legados mais dramáticos da era colonial na América Latina, o colonialismo mental, levou as classes dominantes das nascentes repúblicas na região a renunciarem à possibilidade de produzir conhecimento local. Nesta visão, a

⁹² O ato ocorreu em 21 de abril de 2005 no Palácio Federal Legislativo de Caracas, sede da Assembléia Nacional da República Bolivariana da Venezuela.

produção teórica e o conhecimento local era inútil e desnecessários, pois existia um conhecimento universal, um pensamento único, e este podia importar-se da Europa. Sob esta lógica, as universidades se conceberam como centros de difusão de teorias alheias as realidades nacionais, constituindo urnas de cristal em meio da efervescente dinâmica social no começo do século XX. Isto explica a ausência de toda infraestrutura local para a produção intelectual: bibliotecas bem dotadas, editorias dispostas a imprimir livros de intelectuais e cientistas nacionais, ausência de políticas de fomento para a pesquisa, etc.

Teoría e práxis

José Carlos Mariátegui concebeu o trabalho pedagógico da imprensa articulada para um projeto cultural mais amplo capaz de abrir espaços e ferramentas para a reflexão, o debate, a polêmica, e a produção teórica, isto é, a produção de conhecimento local. Entendemos esta produção teórica em Mariátegui como a capacidade de apropriar-se de uma matriz teórica, enquanto conjunto articulado e coerente de ideias e conhecimentos, para a análise de uma realidade social específica em um momento histórico concreto. Este processo é capaz de gerar uma compreensão mais profunda da realidade local em seus aspectos gerais, mas também nos específicos, ao mesmo tempo em que produz nova teoria e novo conhecimento. O novo conhecimento produzido pode incorporar-se à matriz teórica mais geral, enriquecendo-a e aprofundando-a. Assim, a produção de conhecimento não pode ser entendida em Mariátegui como simples especulação teórica, mas como um processo profundamente enraizado na práxis, em seu sentido mais amplo, ou seja, cultural, político, social, etc.. O conhecimento se cria então, a partir de um esforço de abstração dos dados factuais da realidade social, esforço de abstração mediatizado pela apropriação da matriz teórica marxista, e regressa a ela, a realidade social, para transformá-la. Este segundo momento, este caminho de regresso da teoria para a prática constitui, o que Marx chama, o *concreto abstrato*, que não é a mesma realidade social que se constituiu como ponto de partida, mas que representa outro momento, uma nova realidade, diferente na medida em que foi transformada pelo conhecimento.

Em seu livro *A produção do conhecimento local: história e política na obra de René Zavaleta*, o intelectual boliviano Luis Tapia sustenta que a produção de

conhecimento local sempre tem um componente de produção de teoria. Este processo, segundo o autor, se daria a partir do que ele chama a apropriação de teorias gerais, que no caso de Zavaleta, denomina *nacionalização do marxismo*. Isto consistiria na apropriação, pela via da interiorização, do marxismo como matriz teórica. Na medida em que este corpo se converte em uma concepção do mundo interiorizada, volta também uma forma de pensar cotidianamente o conjunto de relações e experiências na vida cotidiana, e na reflexão que se vai fazendo sobre a sociedade em que se vive e sobre a qual se pesquisa. A produção de um novo conjunto de categorias no seio do marxismo havia ocorrido quando, em algumas sociedades, houve um processo a apropriação intelectual desta tradição e matriz, e este pensamento, se enraizaram no processo e problemas locais, que a partir dele tinham tido uma maior inteligibilidade. Para Tapia, os mais significativos desenvolvimentos da teoria marxista ocorreram através de grandes nacionalizações do marxismo, como as que realizaram Lenin, Gramsci e Mariátegui.⁹³

O projeto editorial que Mariátegui construiu no Peru desde seu regresso da Europa, em 1923, representa uma tentativa clara de criar as bases materiais para a criação de conhecimento local. Esta proposta vai mais além da infraestrutura universitária e acadêmica. Poderíamos dizer inclusive que transcende a academia na medida em que se coloca como um projeto coletivo que inclui também as forças sociais emergentes: o proletariado urbano do princípio do século XX, os camponeses, estudantes, além dos intelectuais progressistas e de vanguarda. Para Mariátegui, a produção editorial e o livro estão ligados ao mais alto índice da cultura de um povo, e como tal merece um trabalho conjunto entre autores, editores e livreiros, e principalmente uma política de incentivo por parte do Estado.

A ausência de uma produção editorial adequada para tais fins o leva a colocar que o problema editorial é um dos obstáculos mais graves da cultura no Peru, em suas palavras "O livro, a revista literária e científica, são não somente o índice de toda cultura, mas também seu veículo. E para que o livro se imprima, difunda e seja citado, não basta que haja autores. A produção literária e artística de um país depende, em parte, de uma boa organização editorial"⁹⁴

⁹³ TAPIA, Luis. A produção do conhecimento local: história e política na obra de René Zavaleta. Bolivia: Muela del diablo editores, 2002.

⁹⁴ José Carlos Mariátegui. "El problema editorial". En: Temas de educación. Mariátegui Total (1994).

A revista *Amauta*(1926-1930) representou, talvez, o produto de melhor alcance de concepção de imprensa e do projeto editorial de José Carlos Mariátegui e um espaço privilegiado onde teoria e práxis alcançam uma relação profundamente dialética. Esta revista ficou registrada na história do pensamento social peruano não somente como uma publicação de grande valor no debate das ideias fundamentais na construção da nação peruana, mas também representou um grande movimento intelectual, artístico e político que deram conteúdo a este processo.

Amauta se converteu no espaço articulador de um grande debate doutrinário, teórico, político e artístico, do qual participaram os mais avançados da *inteligencia* peruana, latino-americana e mundial. Estendeu uma ponte extremamente importante entre o Peru, América Latina e o mundo. Propôs-se estudar todos os grandes movimentos de renovação políticos, filosóficos, artísticos, literários, científicos, a partir de uma visão global destes processos.

Desta maneira, define-se *Amauta* como um projeto que, no campo intelectual, não representa somente um grupo, mas um movimento, um “estado de ânimo”. Se reconhece como espaço onde este movimento intelectual e espiritual adquire organicidade⁹⁵, como um projeto coletivo com alcance fundacional. O debate ao qual a revista se dedicou ao longo de sua existência representou um marco de referência que teve profundas implicações teóricas e políticas. A amplitude da revista foi uma das características mais marcantes do espírito aberto que Mariátegui imprimiu a este projeto, abrindo suas portas para os mais diversos temas e aceitando em suas páginas posições discrepantes. A polêmica eleva-se, desta forma, à condição de instrumento metodológico para esclarecer, aprofundar e produzir conhecimento.

José Aricó oferece um caminho original para se aprender a riqueza do pensamento de José Carlos Mariátegui quando propõe reconstruir seu pensamento político a partir de sua práxis política. Atrevemo-nos a propor uma análise que inclua também o caminho inverso: entender a práxis de Mariátegui, em seu sentido mais amplo, a partir seu pensamento e de sua obra teórica.

Esta dinâmica, onde a teoria é vista a partir da práxis e a práxis é entendida a partir da teoria, constitui um espaço privilegiado onde se conjugam pensamento e ação, espaço que dá conta do sentido profundo e original da proposta

⁹⁵ José Carlos Mariátegui. Presentación de “*Amauta*”. En: *Amauta* n° 1, setiembre de 1926.

"mariateguiana", do seu potencial transformador e da sua capacidade de produzir conhecimento.

A ideia de processo

Outro elemento importante, que é necessário assinalar no pensamento de Mariátegui, é a ideia de processo como devir de uma realidade social em permanente mudança, como caminhos necessários a serem percorridos, configurando em seu interior definições e diferenciações imprescindíveis para o avanço político e teórico. Somente assim pode se explicar que em 1919 Mariátegui se negara a criar o Partido Socialista Peruano, porque neste momento do desenvolvimento das lutas sociais no Peru, esta organização não corresponderia, nem seria consequência, de um movimento de massas. Era necessário antes de tudo, assinala Mariátegui, trabalhar para criar e desenvolver os movimentos sociais e sindicais que deram vida ao Partido Socialista, de outro modo, este não passaria de ser um nome sem conteúdo. Nesta visão, o debate aberto, a polêmica e a contraposição de visões políticas são necessários para o amadurecimento dos processos sociais, políticos e culturais.

Do mesmo modo, a visão de imprensa em Mariátegui propõe o desencadeamento de processos necessários, de etapas de definição que não se podem, artificialmente, evitar. Pelo contrário, estas definições permitiram, em suas próprias palavras: "separar a palha do grão", criando um movimento intelectual e espiritual de crescente organicidade. A revista *Amauta* é criada e se desenvolve a partir de uma consciência clara deste processo. Como o próprio Mariátegui sustenta na apresentação do primeiro número da revista: "*Amauta* teve um processo normal de gestação. Não nasce de súbito por determinação minha (...) há dos anos (...) teria sido uma voz um tanto pessoal. Agora é a voz de um movimento, de uma geração (...). O primeiro resultado que os escritores de *Amauta* nos propomos obter é o de acordarmos e conhecermos melhor a nos mesmos"⁹⁶, isto é, a revista se propõe afiançar um movimento intelectual capaz de reconhecer-se naquilo que os une, mas ao mesmo tempo "*Amauta* passará a peneirar pelos homens da vanguarda – militantes e simpatizantes– até separar a palha do grão. Produzirá ou precipitará um fenômeno de polarização e concentração"⁹⁷. Aparece aqui em toda sua dimensão a

⁹⁶ José Carlos Mariátegui, "Presentación de Amauta", em *Amauta* n° 1, septiembre de 1926.

⁹⁷ *Ibidem*.

ideia de processo como fenômeno necessário, como desencadeador de definições que impulsionem ou façam avançar o movimento social, político e intelectual.

Dois anos mais tarde, em setembro de 1928, Mariátegui declara que *Amauta* já passou por um processo de definição: “*Amauta* foi, nestes anos, uma revista de definição ideológica, que recolheu em suas páginas as proposições de quantos, a título de sinceridade e competência, quiseram falar em nome desta geração e deste movimento... O trabalho de definição ideológica nos parece cumprido”⁹⁸. Portanto, a primeira etapa de *Amauta* estava concluída. Era necessário iniciar a segunda: “Na segunda jornada, já não necessita chamar-se revista da *nova geração*, da *vanguarda*, das *esquerdas*. Para ser fiel à revolução basta a ela ser uma revista socialista.”⁹⁹

Aquela terminologia, que na primeira etapa de *Amauta* definia um sentimento e um estado de ânimo: revista da “nova geração” ou de “vanguarda”, em um segundo momento não tem mais sentido, porque já não corresponde ao novo estado no qual se encontrava o movimento intelectual e cultural que convergia na revista. Era necessário avançar até outra fase de definições, que Mariátegui chama “socialista”, depois de ter passado por um processo de debate que permitira construir uma base teórica e metodológica comum a um grupo, a um movimento.

Podemos concluir que Mariátegui nos remete, com sua veemente inclinação para a polêmica, a necessidade de resgatar o conflito e o pensamento crítico no desenvolvimento do pensamento marxista. A recuperação de Mariátegui sem este sentido o condena ao mito, ao detentor da palavra final e última, a dono da verdade. Nada mais longe de seu pensamento e sua práxis que esta visão que reduz a amplitude e a riqueza de sua obra, assim como a enorme vitalidade de um pensamento que nunca se pretendeu acabado, mas em constante construção teórica a partir da luta política e da práxis que encerra nela mesma a tensão permanente entre teoria e prática.

3.15 O pensamento crítico na América Latina: Breve balanço bibliográfico

Existe um conjunto de trabalhos importantes que recolhe as principais contribuições do pensamento crítico latino-americano. Entre eles podemos mencionar o conjunto de trabalhos publicados em quatro volumes, entre 1994 e

⁹⁸ José Carlos Mariátegui, “Aniversario y balance”, em *Amauta*, n° 17, setembro de 1928.

⁹⁹ *Ibidem*.

1996, sob o título de “La teoría social latino-americana”, livro organizado por Ruy Mauro Marini e Mária Millán. Esta publicação recolhe os documentos apresentados no Seminário Interno Permanente do Centro de Estudos Latinoamericanos da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Autônoma do México –UMAM, coordenado por Ruy Mauro Marini entre 1993 e 1995. O seminário constituiu um espaço multidisciplinar de reflexão e atraiu a atenção de alunos e professores de várias universidades e centros de pesquisa do México. Propôs-se como objetivo captar a problemática latino-americana contemporânea a partir das linhas interpretativas da teoria social na região “não para aplicá-la sem críticas aos problemas atuais nem com o propósito de ignorar os avanços do pensamento em outras partes, mas – a partir dos ganhos teóricos e metodológicos que se alcançaram anteriormente em nossos países – assentar bases mais sólidas para a tarefa de avocar-nos o grande desafio histórico que estamos enfrentando”¹⁰⁰. Este esforço de balanço teórico do pensamento social na América Latina percorre as formulações do pensamento crítico de suas formulações iniciais a partir dos anos de 1920 até o pensamento da CEPAL; a teoria da dependência e os temas que esta colocou no debate latino-americano; as correntes de pensamento e temas que prevaleceram durante os anos sessenta e a análise das mudanças de paradigmas e temáticas a partir da década de 1980.

Apesar de deixar de lado escopos importantes da produção intelectual latino-americana, como a filosofia, antropologia e a criação literária, este balanço constitui um dos esforços mais importantes no sentido de recuperar a tradição crítica do pensamento social latino-americano.

Alguns anos mais tarde e com o apoio da Unidade Regional de Ciências Sociais e Humanas para a América Latina e o Caribe, da UNESCO, publica-se, em dois volumes, a antologia “O pensamento social latino-americano no século XX”¹⁰¹, organizada por Theotonio Dos Santos e Ruy Mauro Marini. Nesta antologia representativa, mas insuficiente para mostrar a enorme riqueza da produção teórica do continente ao longo do século XX, coloca-se uma ênfase especial no pensamento econômico incluindo pensadores originais como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto o Celso Furtado.

¹⁰⁰ MARINI: 1994, p. 14.

¹⁰¹ SANTOS, Theotonio; MARINI, Ruy Mauro (Org.). O pensamento social latino-americano no século XX (2 vol.). UNESCO: Carácas, 1999.

A publicação dos seis volumes de “História do marxismo no Brasil”,¹⁰² entre 1991 e 2002, revela um esforço tenaz para recuperar a vertente marxista do pensamento social brasileiro em um momento (a década de 1990) em que o pensamento neoliberal alcançava seu auge em toda a região. Este trabalho se realiza a partir de um grupo de pesquisadores que, desde a década de 1980, vinha estudando a esquerda brasileira. Organiza-se em três eixos temáticos: o influxo das teorias, doutrinas e revoluções; a formulação do marxismo no Brasil e a história das organizações inspiradas pelo marxismo no Brasil. Na medida em que não existe uma história da esquerda brasileira, este trabalho constitui um esforço pioneiro para sistematizar a história das esquerdas marxistas do século XX. O sexto volume intitulado “*História do Marxismo no Brasil – Partidos e movimentos após os anos 1960*”, organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, é a conclusão de uma trajetória iniciada em 1988. Seguramente será necessário um novo volume que estude o marxismo brasileiro de inícios do século XXI. Esperemos por isto.

Entre 1983 e 1989, a editora Paz e Terra publica o Brasil, em doze volumes, e em quatro tomos, a ***História do Marxismo***¹⁰³ organizados por Eric Hobsbawm e publicado originalmente em italiano, em 1982. Este estudo do desenvolvimento do marxismo, do ponto de vista histórico e analítico, baseia-se em uma visão ampla do marxismo como construção teórica e ao mesmo tempo como produto histórico, como se pode observar claramente na apresentação do programa de trabalho, escrita por Hobsbawm, que animou a organização desta obra, resumido na introdução ao primeiro volume.

A abrangência desse programa não implica uma posição agnóstica diante do que é ou não é marxista; e menos ainda do que o próprio Marx queria verdadeiramente dizer e das interpretações mais ou menos corretas do seu pensamento por marxistas posteriores ... O marxismo possui uma unidade que deriva tanto do coerente corpo teórico elaborado por Marx, e dos problemas específicos que ele esperava resolver a través desse corpo teórico ... quanto da continuidade histórica dos principais grupos organizados de marxistas, todos os quais podem, por assim dizer, ‘colocados’ numa árvore genealógica cujo tronco originário é representado pelas organizações socialdemocratas dos últimos anos da vida de Engels. Trata-se, porém, de uma ‘unidade na diversidade’.¹⁰⁴

É precisamente esta postura inclusiva, preocupada em percorrer os erros e acertos do marxismo, desde Marx até nossos dias, como construção teórica e

¹⁰² XXX

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo (12 vol.). Paz e Terra: São Paulo, 1983-1989.

¹⁰⁴ HOBBSAWM: 1982, p. 14.

prática política, social, cultural, estética, etc. que nos permite afirmar que esta obra constitui um dos esforços mais importantes e rigorosos para entender o desenvolvimento dialético do pensamento marxista. Não se trata de encontrar “marxismos verdadeiros” e “marxismos falsos o desviantes” mas de entender o pensamento marxista como parte da realidade social e da acumulação histórica da humanidade.

O conjunto da obra está dividido em quatro partes: 1. O marxismo de nosso tempo, 2. O marxismo na época da Segunda Internacional; 3. O marxismo da Terceira Internacional; e 4. O Marxismo de nosso tempo. No volume 11 da quarta parte, dedica-se um artigo ao marxismo latino-americano, de autoria de Juan Carlos Portantiero. Seguindo o espírito da obra em seu conjunto, neste artigo, Portantiero realiza um balanço do impacto do movimento socialista, como processo histórico mundial e do pensamento marxista europeu na América Latina, assim como as correntes políticas e teóricas do marxismo na América Latina.

O marxismo, como método para interpretar e, ao mesmo tempo, mudar o mundo, constitui uma das escolas teóricas de maior influência prática na história do mundo moderno. Qualquer tentativa de escrever a história do marxismo ou do pensamento marxista no mundo, e particularmente na América latina, não pode ignorar este feito, “não pode ser apenas a história do que os marxistas, e Marx em primeiro lugar, pensaram, escreveram e discutiram, uma história que se explicita na tradicional reconstrução da árvore genealógica das ideias, ou através do método marxista de análise, da relação entre ‘consciência’ e ‘ser social’ de onde ela nasce; será também necessário analisar os movimentos que se inspiram (ou dizem inspirar-se) nas ideias de Marx, as revoluções nas quais os marxistas tomaram parte, assim como as intenções de construir “socialidades” socialistas”¹⁰⁵, quer dizer, trata-se de um esforço analítico capaz de integrar dialeticamente a relação entre pensamento, como construção teórica, e praxis, entendida não somente como o conjunto de estratégias e táticas políticas (e seu desenvolvimento material) que estas elaborações teóricas inspiraram, mas em quase todos os campos de atividade do homem.

¹⁰⁵ HOBSBAWM: 1983, p. 12.

Em 1996, Horacio Tarcus publica um amplo estudo sobre o pensamento de Silvio Frondizi e Milcíades Peña¹⁰⁶, percorrendo a tradição do marxismo crítico na Argentina. Neste trabalho Tarcus destaca o caráter não universitário do marxismo crítico argentino, “fruto do trabalho solitário de personalidades que impulsionavam formações políticas e culturais – revistas, pequenos cenáculos de precária estrutura institucional”¹⁰⁷. Observa Tarcus que, apesar de que alguns intelectuais marxistas¹⁰⁸ estiveram ligados à cátedra da universidade, não se pode colocar o desenvolvimento do marxismo argentino no âmbito acadêmico, mas sim, alheio a este. Com ênfase no pensamento de Silvio Frondizi (1907-1974) e Milcíades Peña (1933- 1965), o autor nos aproxima a uma análise profunda do marxismo crítico argentino, que se recusou a ficar nas fileiras do partido¹⁰⁹ para ilustrar teoricamente a linha oficial da direção política. Fora da universidade, em tensão permanente com os partidos de esquerda e enfrentando a hegemonia do marxismo hegemônico e do aparato cultural do Partido Comunista Argentino, estes intelectuais marxistas pagaram um alto preço por sua independência intelectual e política, que os levou ao isolamento e à invisibilidade de sua produção teórica. O trabalho de Horacio Tarcus nos coloca frente aos grandes debates teórico-políticos do marxismo crítico argentino dos anos de 1930 a 1960, não apenas para redescobrir o sentido fecundo desta corrente de pensamento, mas para colocar seus aportes originários como uma elaboração teórico-metodológica de grande atualidade para a compreensão do presente político na América Latina.

A corrente crítica do marxismo, representada por intelectuais como Silvio Frondizi e Milcíades Peña, puseram em questão o papel modernizador da burguesia nacional e sua importância política na formação de uma “frente democrática” ou “frente nacional”. Esta estratégia, elaborada de uma ou outra maneira pelos socialistas, os comunistas, a esquerda nacional e o nacionalismo revolucionário, idealizava o papel de uma burguesia local em uma “frente nacional” ou “frente democrática” que combinava, através de diversas fórmulas, a mesma composição social: burguesia nacional, exército e classe operária¹¹⁰.

¹⁰⁶ TARCUS, Horacio. El marxismo olvidado en la Argentina: Silvio Frondizi y Milcíades Peña. Ediciones El Cielo por Asalto: Buenos Aires, 1996.

¹⁰⁷ TARCUS: 1996, p.17.

¹⁰⁸ Intelectuais como Silvio Frondizi ou de influência marxista como Rodolfo Mondolfo.

¹⁰⁹ Desde o Partido Socialista, passando pelos pequenos partidos trotskistas até o Partido Comunista Argentino.

¹¹⁰ TARCUS: 1996, p.26.

A estratégia política manejada pelas várias correntes de esquerda na Argentina¹¹¹ esteve apoiada na ideia do papel progressista e modernizador da burguesia nacional. Críticos desta visão, Silvio Frondizi e Milcíades Peña, puseram em discussão a ideia de que a velha oligarquia argentina fosse uma classe meramente parasitária e em decadência. Ambos autores sustentaram que o único projeto de nação até aquele momento foi elaborado pela “geração dos 80”¹¹². Na visão de ambos, este projeto não pode ser superado por nenhum dos projetos de massas do século XX. Frente a um nacionalismo “anti-oligárquico e anti-imperialista” quase inexistente na burguesia industrial, permanecia uma oligarquia que em muitos casos, ainda que a sua maneira fosse mais “nacional” que a burguesia¹¹³. Peña e Frondizi trataram de compreender a complexidade da dinâmica capitalista, questionando o sentido ontologicamente revolucionário da classe operária e a ideia do triunfo inelutável do socialismo. Ainda que a classe operária pudesse converter-se em sujeito revolucionário sob certas condições, este não era um processo mecânico. Questionaram também o sentido “sustitutivo” dos partidos de esquerda em relação à classe operária, denunciando os mecanismos de burocratização dos partidos, que os aproximavam das organizações políticas que combatiam.

A independência intelectual e, em grande medida, política, de ambos pensadores levou a que eles entrassem em choque com as diferentes correntes da esquerda tradicional, mas também os colocou fora da tradição da chamada “nova esquerda intelectual” dos anos 1950 e 1960. Apesar de que compartilhavam, com esta última, um mesmo espírito de polêmica, os separa sua independência com respeito ao nacional-populismo, que exerceu grande influência nesta nova esquerda intelectual. Horacio Tarcus observa em relação a ambos pensadores que “se fosse possível desenhar uma localização espacial, afirmaria que se instalam em um lugar intermediário e equidistante entre a esquerda tradicional e a nova esquerda, descontraídos tanto com uma como com a outra”.¹¹⁴

Não foram pois, poucas as razões para induzir um “esquecimento” veemente e sistemático do pensamento de Frondizi e Peña, que certamente eram incômodos

¹¹¹ Da postura comunista, que definia o caráter da revolução como democrático-burguesa, em aliança com a burguesia nacional, até as diferentes correntes do trotskismo argentino.

¹¹² Conhecida como **Geração dos 80** a elite que governou a República Argentina de 1880 a 1916. Provenientes de famílias ricas da capital e da oligarquia das províncias realizaram um governo liberal que buscava o “progresso” da sociedade argentina baseada na produção de matérias primas.

¹¹³ TARCUS: 1996, P. 26.

¹¹⁴ TARCUS: 1996, P. 28.

para a esquerda argentina em um momento (algumas décadas, na realidade) em que o pensamento marxista estava hegemônico pela visão stalinista e pelo trotskismo ortodoxo. Tarcus encontra, na dimensão trágica do pensamento de Frondizi e de Peña, outra razão para o esquecimento: “nem as figuras trágicas nem seu pensamento podem ser recuperadas como tais, na medida em que não infundem o otimismo necessário para a constituição de identidades sem fissuras e vontades políticas ativas. Não são exemplos a seguir”¹¹⁵. A tragédia destes dois pensadores se enraíza em uma visão clara da contradição e na antítese que não se resolve dogmaticamente: as burguesias concluíram o período histórico em que são capazes de revolucionar a ordem social, mas a classe operária não conseguiu constituir-se ainda em sujeito revolucionário. A realidade social era pensada a partir da tensão da consciência da crise contemporânea, como fenômeno global e multidimensional, vista a partir de uma visão trágica.¹¹⁶ Seguramente, o “marxismo aberto” terá que incorporar, em suas preocupações teóricas, elementos que correspondam à emoção revolucionária de um processo histórico concreto.

Por ser uma tarefa necessária, mas ao mesmo tempo muito árdua, porque exige um trabalho ao mesmo tempo minucioso e amplo, decidimos destacar apenas algumas referências que nos parecem de particular importância por seu enfoque diabético e por colocar em evidência, temáticas e pensadores pouco visíveis, ou tornados invisíveis. Certamente, esta seleção, pautada por evidentes limitações de tempo na elaboração desta tese, deixou de lado trabalhos importantíssimos, como a obra de Enrique Dussel dedicada ao estudo dos *Grundrisse* de Marx, ou o conjunto de trabalhos de José Aricó para estudar as origens do marxismo na América Latina, ou os esforços que vem realizando atualmente o Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais -CLACSO, através da publicação dos “Cadernos do pensamento crítico”. O leitor pode consultar, entretanto, à bibliografia desta tese, que ao mesmo tempo que orientou esta pesquisa, se coloca como insumo fundamental para nosso plano de trabalho intelectual ao longo dos próximos anos.

Talvez seja uma das principais limitações para uma pesquisa bibliográfica sobre o marxismo na América Latina, o difícil acesso e a dispersão da mesma. Muitos textos importantes simplesmente não estão disponibilizados porque não são mais reeditados, e em muitos casos, nem sequer estão disponíveis nos “sebos”. No

¹¹⁵ Op. Cit. P. 29

¹¹⁶ Op. Cit. P.32

Brasil, esta situação é ainda mais grave para o pesquisador. Foi necessário percorrer enumeráveis bibliotecas na América Latina e fora dela, para reunir uma bibliografia ampla, mas muito insuficiente, sobre tema¹¹⁷. Isto nos conduz a colocar a necessidade urgente de uma reedição ampla das fontes documentais, a obra dos pensadores e a bibliografia produzida sobre o marxismo latino-americano¹¹⁸. Isto pode constituir a base material para uma nova fase na produção de conhecimento local na região. Pela dimensão de esta tarefa, seguramente será imprescindível que seja assumido como um projeto regional e multidisciplinar.

¹¹⁷ Véase el anexo bibliográfico.

¹¹⁸ En Venezuela se están realizando esfuerzos importantes en este sentido, a partir del conjunto de editoriales ligadas al Ministerio de Cultura. Sin embargo, estos esfuerzos son todavía insuficientes, porque se trata de una producción bibliográfica localizada y porque carece de una plan general que oriente el conjunto de publicaciones en la dirección que proponemos.

Capítulo 4

A UNIDADE LATINO-AMERICANA COMO PROJETO HISTÓRICO

A região vive importantes processos de integração que vão mais além do simples intercâmbio comercial e regulamentação tarifária, para promover uma integração de longo prazo no âmbito político, econômico, cultural, de infra-estrutura, educacional, etc. Neste contexto, se retoma o debate sobre o desenvolvimento não apenas nas fronteiras dos Estados nacionais, mas também como projeto regional. A discussão sobre temas como soberania, recursos naturais e hidro-energéticos, biodiversidade, a Amazônia como área de preservação e de disputa, se colocam na agenda de debate sobre a complexa conjuntura latino-americana contemporânea. Talvez um dos elementos mais nevrálgicos seja a proposta de uma nova arquitetura financeira regional e o Banco do Sul, que parte da vontade política de construir projetos de integração regional orientados para o desenvolvimento soberano, com respeito aos interesses dos Estados Unidos na América Latina.

Neste contexto, o Brasil tem uma importância especial para os desdobramentos dos processos de integração na região, por sua dimensão continental, pela importância de seu PIB, pelo fato de ter quase 50% da população regional, por sua condição de país amazônico, etc. A emergência e a consolidação do Brasil como liderança regional o coloca no centro dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos em sua intenção de reorganizar sua política para a América Latina, criando um espaço complexo de interesses geopolíticos, que se desdobram em múltiplas implicações econômicas, políticas e ideológicas.

A história latino-americana do século XIX, marcada pela luta entre a hegemonia inglesa e norte americana, culminou com a vitória do pan-americanismo, no começo do século XX. Esta visão teve sua expressão mais clara na “política de boa vizinhança” de Franklin D. Roosevelt, durante a década de 1930, e abriu um espaço de colaboração profunda dos países da região com os Estados Unidos. Depois da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia americana se consolida, desestruturando a ampla frente anti-imperialista e latino-americanista surgida

durante as primeiras décadas do século XX, inspirada no pensamento de José Martí, Eugenio María de Hostos e José Carlos Mariátegui, para citar apenas alguns exemplos. Uma das expressões mais significativas desta frente foi a *Aliança Popular Revolucionária*- APRA, de Haya da Torre, em sua primeira etapa. Frente à ruptura do movimento de caráter latino-americano, se consolida o pan-americanismo que contou com a adesão de setores oligárquicos e a capitulação das burguesias nacionais que se renderam a uma situação de submissão estratégica frente ao capital internacional.

Os anos de pós-guerra estiveram marcados pela ausência de instrumentos diplomáticos para uma ação conjunta latino-americana. Os Estados Unidos criaram a Organização dos Estados Americanos - OEA, expressão máxima do pan-americanismo e o Tratado de Cooperação Militar, de 1949, que estabeleceu um quadro de integração entre as Forças Armadas do continente. Além disto, o **Ponto IV** e a cooperação para o planejamento econômico de vários países da região, estabeleceram projetos de caráter abertamente pan-americanista.

Como reação a este enfoque, colocou-se, em 1947, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, com o apoio de forças regionais e contra a posição dos Estados Unidos. As revoluções boliviana de 1952, guatemalteca de 1954, venezuelana de 1958, e a cubana de 1959, bem como as expressões de movimentos populares ao redor de líderes chamados, hoje, de populistas, como Vargas, Perón, Paz Estensoro (MNR), bem como o PRI mexicano entre outros, criaram um clima de reação contra este pan-americanismo que se manifestou na criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC. Esta foi a primeira tentativa de integração regional, em 1960. Os desdobramentos do choque entre avanços populares e políticas de repressão e golpes de Estado, se desenvolveram nos anos 1960, com a colaboração do conceito de “governos de segurança nacional”, consolidando as estratégias de contra insurgência que buscavam vencer as várias manifestações insurrecionais que seguiram a Revolução Cubana. A Aliança Para o Progresso, (*Alliance for Progress*), programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos para a América Latina estabelecido entre 1961 e 1970, buscava criar um clima de crescimento econômico e reformas sociais como quadro das estratégias de contra insurgência. Os Estados Unidos conseguiram, inclusive, que todos os países Latino-Americanos, exceto o México, rompessem relações com Cuba e respaldassem a invasão da Praia Girón, em 1961.

Nestes anos, a afirmação da luta anticolonial do Terceiro Mundo se aprofundava na África e na Ásia, tendo a Conferência de Bandung, em 1955, como um quadro doutrinário e da definição de linhas de governo apoiadas na planificação econômica e na cooperação entre os povos do terceiro mundo. O movimento dos não alinhados vai dar conteúdo diplomático dentro das Nações Unidas, a estas linhas de ação. Ao mesmo tempo, sob influência latino-americana se cria a *United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD, ou Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - CNUCED, como deveria ser conhecida nos países hispânicos.

Neste contexto se criam também expressões radicais da luta política revolucionária como a organização Trilateral, que se cria em Havana, em 1973. A emergência de novos governos de esquerda, como o de Velazco Alvarado no Peru, Juan José Torres na Bolívia, Omar Torrijos no Panamá, Salvador Allende no Chile, e o regresso de Perón na Argentina, conduzem também a iniciativas estatais como a transformação da ALALC em ALADI (Associação Integração das Nações Latino-Americanas). Entretanto, uma relação institucional econômica mais forte entre estados é criada em 1960, com a Organização de Países Exportadores de Petróleo - OPEP, que põe em risco o equilíbrio econômico mundial com a elevação do preço do petróleo, em 1973. Neste mesmo momento, a "Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados", em 1972, cuja votação é promovida pelo presidente mexicano Luis Echeverría, consagra os princípios do não-alinhamento nas Nações Unidas.

Na América Latina cria-se o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe - SOA (1975), destinado ao estudo da integração regional e à formulação de políticas com este objetivo.

São várias as iniciativas internacionais que fazem parte desta ofensiva do terceiro mundo, que tem na vitória da revolução vietnamita e na libertação do Laos e do Camboja uma epopéia da luta anti-imperialista mundial. A resposta do centro imperial a esta ofensiva começa a se articular em torno da formação da Comissão Trilateral (*Trilateral Commission*), em 1973, que reúne os Estados Unidos, Europa e Japão em uma estratégia de recuperação do poder mundial. Esta estratégia alcançara resultados na década de 1980, durante os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que se expressa no estabelecimento da hegemonia do pensamento único, que consegue, inclusive, transformar o *Glasnost* e a *Perestroika*

iniciadas pelos soviéticos, na dissolução da União Soviética. Entretanto, não nos cabe analisar este processo neste capítulo.

Durante a década de 1990, começam fortes movimentos de reestruturação da ofensiva dos governos e movimentos do terceiro mundo, que têm no êxito econômico da China e da Índia e, em parte, do Brasil, no início do século XXI, uma busca de formas institucionais que expressem esta nova situação.

Se na década de 1970 criou-se o Grupo dos 7 principais países desenvolvidos, na década de 2000, além da incorporação da Rússia, se incluem também vários países emergentes formando o grupo dos 20. Consagra-se assim o princípio da hegemonia compartilhada, como sucessor dos desastres causados pela política do unilateralismo que se impôs com o governo de Bush filho¹¹⁹. O movimento alternativo mundial não está satisfeito com esta ampliação e exige a formação do Grupo dos 180, reivindicação que, de fato, vem se manifestando crescentemente na Assembléia Geral das Nações Unidas (que se denominou “a ditadura das maiorias”), nas cúpulas mundiais e na recente “*Conferência sobre a crise financeira e econômica mundial e seus efeitos no desenvolvimento*”, conferência esta dirigida pelo ex- ministro de relações exteriores da Nicarágua, então presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Durante a última década o debate teórico e político esteve profundamente marcado pela colocação de uma crise da hegemonia unipolar e a configuração de um espaço global com hegemonia compartilhada ou multipolar. A crescente importância econômica e política das potências emergentes, os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), colocam elementos novos para pensar a dinâmica econômica e política de um mundo multipolar, onde os processos e projetos de integração regional se convertem em mecanismos necessários para compartimentar o poder mundial e regional assim como para o fortalecimento dos projetos de desenvolvimento a partir do Sul.

Neste contexto, os processos de integração latino-americanos adquirem uma crescente dimensão estratégica, que exige uma elaboração e reelaboração teórica e de conceitos chaves como, soberania nacional, Estados-Nação versus Estados Multinacionais, desenvolvimento e democracia. Desta forma, redefine-se também o

¹¹⁹ Ver: SANTOS, Theotonio. *The future of geopolitical alignments*. En: *The Ritsumeikan Journal of International Relations*, Kyoto, Vol 4, Nº3, março de 1992, p. 1-32. e Unipolaridade ou hegemonia compartilhada, En: *Os impasses da globalização: Hegemonia e contra-hegemonia* (Vol. 1), Loyola: São Pulo, 2003, p. 46-106.

próprio conceito de integração regional, que encontra na doutrina bolivariana sua principal inspiração política e que coloca a necessidade de uma integração latino-americana continental, com objetivos de médio e longo prazo, que retomem as matrizes históricas e civilizatórias comuns e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de combinar iniciativas governamentais e propostas surgidas da crescente pressão social “de baixo”, a partir dos próprios movimentos sociais.

4.1 O Panamericanismo e o novo projeto imperial

Entre outubro de 1889 e abril de 1890, celebra-se em Washington a Primeira Conferência das Nações Americanas, “com o objetivo de discutir e recomendar para os respectivos governos, a adoção de um plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que possam surgir entre eles, para considerar questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta, entre esses países, e incentivar relações comerciais recíprocas que sejam benéficas para todos e assegurem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países” (OEA, 2010). Esta é a primeira reunião continental das nascentes repúblicas americanas, depois das guerras de independência dos centros coloniais europeus. Nela participam todos os países da região, com exceção de Santo Domingo, sob a liderança dos Estados Unidos.

Posteriormente, entre 7 de janeiro e 8 de abril de 1890, celebra-se a Primeira Conferência Monetária Internacional Americana, com o objetivo de criar uma moeda única de circulação continental. Ambas as reuniões convocadas pelos Estados Unidos se produzem no contexto de decadência da hegemonia européia na região, o surgimento dos Estados Unidos como novo centro *hegemônico*, e o pan-americanismo como política desta potência emergente para o resto do continente. A agenda das Conferências Panamericanas era cuidadosamente elaborada pelos EUA, através de reuniões preparatórias na sede, em Washington.

Neste momento o grande intelectual cubano, José Martí, ocupava o cargo de cônsul da Argentina, Uruguai e Paraguai, em Nova York, de onde pôde acompanhar de perto, e com profundo espírito crítico, estes conclave. José Martí cunhou termos como “nossa América” ou “mãe América” no contexto dos debates e conclave de fins do século XIX.

Depois destas primeiras reuniões sucedem-se vários conclaves de países americanos¹²⁰, até que na Nona Conferência Internacional Americana, realizada na cidade de Bogotá, em 1948, os 21 Estados participantes assinaram a Carta da Organização dos Estados Americanos, que deu origem à OEA. Desta maneira, a OEA reflete uma ampla atividade diplomática e de criação de instituição de patrocínio pan-americano que se manifesta em um conjunto de instrumentos desta doutrina, que inclui programas educativos comuns, sistema de comunicação (construção das estradas pan-americanas), etc. Para mostrar a importância deste processo, em seguida colocamos os principais empreendimentos pan-americanos:

- A Organização Pan-Americana da Saúde (1902), que depois se converteu no Escritório Regional da futura Organização Mundial da Saúde;
- A Comissão Jurídica Interamericana (1906);
- O Instituto Interamericano da Infância (1927);
- A Comissão Interamericana de Mulheres (1928);
- O Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1928);
- O Instituto Indigenista Interamericano (1940);
- O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1942);
- A Junta Interamericana de Defesa (1942),

Instituições que foram seguidas, depois do estabelecimento da OEA, pelas instituições:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- A Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- A Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas;
- A Comissão Interamericana de Telecomunicações;
- A Comissão Interamericana de Portos;
- O Centro de Estudos da Justiça das Américas, entre outras.

Assim, se estabelece uma rede de instituições regionais para fortalecer a chamada “cooperação entre Estados americanos sobre uma ampla gama de temas da agenda regional”.

¹²⁰ México (1901-1902); Rio de Janeiro (1906); Buenos Aires (1910); Santiago (1923), Havana (1928); Montevideú (1933).

4.2 As bases doutrinárias da integração latino-americana

Assim mesmo, contra esta implantação dos Estados Unidos da consolidação do pan-americanismo, elabora-se um pensamento estratégico articulado com grandes acontecimentos sociais, como as guerras pela independência da Espanha durante a segunda década do século XIX.

Para contextualizar esta afirmação vamos recorrer a um conjunto de citações de alguns dos principais pensadores da questão da unidade latino-americana que constitui a base filosófica e doutrinária de um movimento histórico de longa duração.

4.3 Simón Bolívar

Bolívar entendia o internacionalismo da Guerra de Independência no continente americano, menos por princípio e mais por avaliação objetiva de militar experimentado que era. A este respeito, em dezembro de 1812, ao analisar as causas da queda da Primeira República da Venezuela, escreve:

Nós nos achamos invadidos e, por conseguinte, forçados a rechaçar o inimigo para além da fronteira. Além disso, é um principio da arte que toda guerra defensiva é prejudicial e ruim para quem a sustenta; pois o debilita sem esperanças de indenizá-lo; e que as hostilidades no território inimigo sempre são proveitosas, para o bem que resulta do mal contrário; assim, não devemos, por nenhum motivo, empregar a defensiva.¹²¹

Bolívar estava convencido de que nenhuma vitória parcial das nascentes repúblicas sul-americanas, nenhuma independência individual, estava garantida enquanto as tropas espanholas continuassem atuando no continente e mantivessem seu centro militar no Peru. Daí a necessidade de uma gestão libertadora continental.

Mas esta unidade na gestão libertadora não se esgotava com a vitória militar, mas se projetava como futuro político das repúblicas independentes: “Eu estou sentindo que enquanto não centralizemos nossos governos americanos, os inimigos obterão as mais completas vantagens; seremos de forma indefectível envolvidos nos horrores das dissensões civis, e conquistados de forma vilipendiosa por esse punhado de bandidos que infestam nossas comarcas”¹²², referindo-se aos espanhóis e sua presença militar e política nas colônias

¹²¹ “Manifesto de Cartagena” escrito por Simón Bolívar em 15 de dezembro de 1812. En: BOLIVAR, Simón. Doctrina del libertador. Compilação de Manuel Pérez Vila. Biblioteca Ayacucho: Caracas. 1985, p. 16.

¹²² Ibid, p. 13.

Assim, para Bolívar, a união dos governos dos povos da América do Sul se apresenta como uma consequência da guerra pela independência e como garantia de consolidação da vitória sobre a Espanha:

Seguramente a união é o que nos falta para completar a obra de nossa geração. Entretanto, nossa divisão não é estranha, porque é emblemática das guerras civis, formadas geralmente entre dois partidos: conservadores e reformadores. Os primeiros são, normalmente, mais numerosos, porque o império do costume produz o efeito da obediência às potestades estabelecidas; os últimos são sempre menos numerosos ainda que mais veementes e ilustrados.¹²³

Não aspiro a outra glória que a consolidação da Colômbia¹²⁴. Todos vós deveis trabalhar para o bem inestimável da União: os povos obedecendo ao atual governo para libertar-se das anarquias; os sacerdotes do santuário dirigindo suas orações ao céu; e os militares empregando sua espada para defender as garantias sociais.”¹²⁵

Em 16 de dezembro de 1813, em uma carta dirigida ao general Santiago Mariño, Bolívar escreve a propósito da união entre Granada (Colômbia) e Venezuela:

Se unirmos todos em uma mesma massa de nação, a medida que extinguimos o fomento aos distúrbios, consolidamos mais nossas forças e facilitamos a mútua cooperação dos povos para sustentar sua causa natural. Divididos seremos mais fracos, menos respeitados pelos inimigos e neutros. A união sob um só Governo Supremo fará nossa força e nos fará formidáveis a todos.¹²⁶

Em relação à situação econômica das colônias e sua dependência em relação à metrópole, Bolívar escreve:

Os americanos, no sistema atual que está em vigor, e talvez com maior força que nunca, não ocupam outro lugar na sociedade que aquele de servos próprios para o trabalho, e quando muito, o de simples consumidores; e ainda esta parte cortada com restrições chocantes: tais são as restrições do cultivo de frutos da Europa; o armazém das produções que o Rei monopoliza; o impedimento das fábricas que a mesma península não possui; os privilégios exclusivos do comércio até dos objetos de primeira necessidade; os obstáculos entre províncias e as províncias americanas, para que não se comuniquem, entendam, nem negociem; enfim, que querem? Saber qual é nosso destino? Os campos para cultivar o anil, a grama, o café, a cana, o cacau e o algodão, as planícies solitárias para criar gado, os desertos para caçar animais ferozes, as entranhas da terra para escavar o ouro que não pode saciar esta nação avarenta (...). Pretender que um país tão felizmente constituído, extenso, rico e populoso seja meramente passivo não é um ultraje e uma violação dos direitos da humanidade? (BOLIVAR, 1985, p.63).¹²⁷

¹²³ Carta da Jamaica, escrita por Simón Bolívar em 6 de setembro de 1815 (BOLIVAR, 1985).

¹²⁴ Bolívar se refere à Grande Colômbia: Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá.

¹²⁵ Última carta datada por Bolívar uma semana antes de morrer, em 10 de dezembro de 1830. En: Simón Bolívar, doctrina del libertador, p. 326.

¹²⁶ Ibid, p. 32.

¹²⁷ “Carta da Jamaica” – Contestación de un Americano Meridional a un Caballero de esta Isla (Henry Cullen), Kingston, 6 de setiembre de 1815.

Em relação à formação de quadros políticos para dirigir as nascentes repúblicas americanas, Bolívar coloca:

“Estávamos (...) distraídos e, digamos assim, ausentes do universo relativo à ciência do governo e da administração do Estado. Jamais seríamos nem vice-reis nem governadores, a não ser por causas muito extraordinárias; poucas vezes arcebispos e bispos; diplomatas nunca; militares, apenas na qualidade de subalternos; nobres, mas sem privilégios reais. Não éramos, enfim, nem magistrados, nem financistas e, quase nem mesmo comerciantes: tudo em contravenção direta de nossas instituições.” (BOLIVAR, 1985, p. 64)

Os americanos ascenderam de repente e sem conhecimentos prévios, e, o que é mais sensível, sem a prática dos negócios públicos, para representar no cenário do mundo as eminentes dignidades de legisladores, magistrados e administradores do erário, diplomatas, generais e quantas autoridades supremas e subalternas façam parte da hierarquia de um Estado organizado com regularidade (BOLIVAR 1985, p. 65)

Sobre os processos políticos e os novos governos da América do Sul:

Todos os novos governos marcaram seus primeiros passos com o estabelecimento de juntas populares. Estas fizeram, em seguida, regulamentos para a convocação de congressos que produziram alterações importantes. A Venezuela erigiu um governo democrático e federal, declarando previamente os direitos do homem, mantendo o equilíbrio dos poderes instituindo leis gerais a favor da liberdade civil, de imprensa e outros; finalmente se constituiu um governo independente. A nova Granada seguiu com uniformidade os estabelecimentos políticos e a Venezuela fez várias reformas, pondo como base de sua constituição o sistema federal mais exagerado que jamais existiu; recentemente melhorou com respeito ao poder executivo geral, que obteve várias atribuições que lhes correspondem. Segundo entendo, Buenos Aires e Chile seguiram esta mesma linha de operações (BOLIVAR, 1985 p.65)

Sobre a forma de governo e instituições políticas das novas repúblicas

Os acontecimentos da Terra Firme nos provaram que as instituições perfeitamente representativas não são adequadas ao nosso caráter, costume e luzes atuais. Em Caracas, o espírito de partido tomou sua origem nas sociedades, assembleias, e eleições populares; e estes partidos nos levaram à escravidão. E assim como a Venezuela foi a república americana que mais se adiantou em suas instituições políticas, também foi o mais claro exemplo da ineficácia da forma democrática e federal para nossos nascentes Estados. Em Nova Granada, as excessivas faculdades de nossos governos provinciais e a falta de centralização em geral, conduziram o país ao estado em que se vê reduzido hoje em dia. Por esta razão seus fracos inimigos se conservaram, contra todas as probabilidades. Enquanto nossos compatriotas não adquirirem os talentos e virtudes políticas que distinguem nossos irmãos do Norte, os sistemas inteiramente populares, longe de nos serem favoráveis, eu temo muito que venha a ser nossa ruína.

Infelizmente estas qualidades parecem estar muito distantes de nós no grau que se requer; e, pelo contrário, estamos dominados pelos vícios que se contraem sob a direção de uma nação como a espanhola, que somente se sobressaiu em ferocidade, ambição, vingança e cobiça (BOLIVAR, 1985, p.67).

Os sul-americanos manifestaram o esforço para conseguir instituições liberais e ainda que perfeitas, sem dúvida, pelo efeito do instinto que têm os homens de aspirar a melhor felicidade possível; a que se alcança, infalivelmente, nas sociedades civis, quando elas estão fundadas sobre a base da justiça, da liberdade e da igualdade. Mas, seremos nós capazes de manter em seu verdadeiro equilíbrio a difícil carga de uma república? Pode-se conceber que um povo recentemente liberto se lance à esfera da liberdade sem que, como ICARO, se livre das asas e caia no abismo? (BOLIVAR, 1985, p. 68)

Bolívar conclui, “não há raciocínio verossímil que nos afague com esta esperança”. Sobre o tipo de regime político e a América, escreve:

Eu desejo mais que qualquer um, ver se formar na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória. Ainda aspiro pela perfeição do governo de minha pátria, não posso me persuadir de que o novo mundo seja no momento regido por uma grande república; como é impossível, não me atrevo a desejá-lo, e menos desejo uma monarquia universal da América, porque este projeto, sem ser útil, é também impossível (BOLIVAR, 1985, p.68).

Os Estados americanos têm necessidade dos cuidados de governos paternalistas que curem as chagas e as feridas do despotismo e das guerras. A metrópole, por exemplo, será o México, que é a única que o pode ser por seu poder intrínseco, sem o qual não há metrópole. Suponhamos que fosse o istmo do Panamá, ponto central para todos os extremos deste vasto continente. Não continuariam estes na languidez e ainda na desordem atual? Para que um só governo de vida, anime, ponha em ação todas as molas da prosperidade pública, corrija, glorifique e aperfeiçoe o Novo Mundo, seria necessário que tivesse a faculdade de um Deus, quanto menos as luzes e virtudes de todos os homens (BOLIVAR, 1985, p. 68).

Para Bolívar, o espírito de partido, marcado pelo caudilhismo, presente nas nações americanas é o principal impedimento para o projeto de unidade continental da América. Neste contexto, “uma monarquia semelhante seria um colosso disforme, que seu próprio peso desequilibraria à menor convulsão”. Segundo o libertador, a América comporta a criação de dezessete nações, mas não de dezessete monarquias:

O interesse, bem entendido, de uma república se circunscreve na esfera de sua conservação, prosperidade e glória. Não exercendo a liberdade, o império porque é precisamente seu oposto, nenhum estímulo excita os republicanos a estender os termos de sua nação, em detrimento de seus próprios meios, com o único objetivo de fazer seus vizinhos participarem de uma constituição liberal. Nenhum direito adquire, nenhuma vantagem tira vencendo-os; a menos que os reduzam a colônias (BOLIVAR, 1985, p.69).

4.4 Eugenio Maria de Hostos

O educador e filósofo porto-riquenho Eugenio María de Hostos (1839-1903) desenvolveu ao longo de sua vida uma luta intensa pela unidade das Antilhas e da América Latina. Foi profundo admirador de Bolívar, sobre quem escreve o seguinte:

O homem-legião foi o primeiro que interrompeu o sonho de nossa vida colonial para nos redimir. O homem-ideia foi o primeiro a conceber a pátria imensa e o que em seu cérebro equatorial nos fez coeficiente dessa pátria fracassada. O homem-humanidade foi o primeiro que, sem Cuba e sem Borinquen declarou completo o Continente e quis abraçar-nos em seu fogo redentor e tentou abraçar-nos com seu braço salvador: éramos para ele pedaço da humanidade que redimia (HOSTOS, 1988, p. 157)

Esse homem e esse fato são a raiz da independência nas duas ilhas. Se as ondas o esqueceram pior para as ondas... Hoje, mais que nunca queremos recordar que houve um homem cujo gênio foi a lógica, cuja radiosa vontade foi o bem, em cujo regaço coubemos quantos devíamos caber, que não se deteve nos limites dos territórios devolvidos por ele a seus proprietários naturais, que não retrocedeu ante o mar (HOSTOS, 1988, p. 158).

Plena está de homens eminentes nossa América Latina: sabem que as Antilhas são complemento político e geográfico do Continente, que as querem para o progresso e para a liberdade, e mal pagou em prosa ou verso sua dívida de Demóstenes ou Byron à ilha heróica, às ilhas desafortunadas, que se esquece de si mesmo e emudece (HOSTOS, 1988, p. 158).

Hostos chama a América Latina como “pátria continental”, “nossa América Latina”. Através de uma profunda visão histórica, o intelectual porto-riquenho sustenta que a vitória sobre os espanhóis na batalha de Ayacucho (Peru, 1924) começou com o próprio início da colonização espanhola, recomeçou com o início da gestão libertária, em 1810, e somente para os míopes, se inicia com o próprio acontecimento, em 1824. Assim, este evento sintetiza ao mesmo tempo a obra política e intelectual da gestão de emancipação, vejamos:

Ayacucho não é o esforço de um só povo, é o esforço de todos os povos meridionais do Continente; não é o resultado de uma luta parcial, é o resultado de uma luta geral; não é a vitória de um só exército, é a vitória de todos os exércitos sul-americanos; não é o triunfo militar de um só capitão, é o triunfo intelectual de todos os grandes capitães, da fantasia fascinante que se chamou Bolívar até a consciência impassível que seja chamou San Martín; não é o campo de batalha de peruanos e espanhóis, é o campo de batalha da América e Espanha ... é a batalha decisiva de uma luta secular ... Aos olhos de uma historia filosófica, Ayacucho começou em 1533. Aos olhos da crítica, Ayacucho começou em 1810. Somente aos mal abertos da narrativa começou e acabou em 9 de dezembro de 1824 (HOSTOS, 1988, p. 163).

Conclui Hostos: “1533 é 1810, como 1810 é 1824, porque a conquista aniquiladora devia produzir uma revolução proporcional à onda, e a revolução devia um triunfo proporcional a seus imensos fins.”¹²⁸

¹²⁸ IBID, p. 164.

4.5 José Martí

O intelectual e poeta cubano, José Martí (1853-1895), é talvez um dos pensadores que mais influenciou o pensamento em torno da unidade latino-americana. A ele se deve a insígnia “nossa América” para se referir ao projeto de um continente soberano. Em fins do século XIX, teve uma destacada atuação política nas primeiras reuniões pan-americanas que os Estados Unidos promoviam em Washington, identificando-se muito cedo com uma postura anti-imperialista. Para destacar momentos importantes de seu pensamento anti-imperialista, colocamos a citação a seguir, que se refere à necessidade de uma “segunda independência”, depois da espanhola, para a América Latina.

“Jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, nem obrigue a mais vigilância, nem que se exija exame mais claro e minucioso, que o convite dos Estados Unidos potentes, repletos de produtos não vendáveis e determinados a estender seus domínios na América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas por o comércio livre e útil com os povos europeus, para ajustar uma liga contra a Europa, e concluir tratados com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América Espanhola; e agora, depois de ver, com olhos judiciosos, os antecedentes, as causas e os fatores do convite, é urgente dizer pois é a verdade, que chegou para a América Espanhola a hora de declarar sua segunda independência.”¹²⁹

4.6 José Carlos Mariátegui

Mariátegui aderiu, durante a segunda década do século XX, à frente anti-imperialista Aliança Popular Revolucionária Latino Americana – APRA, antes que esta se constituísse em partido político por influência de Victor Raúl Haya de la Torre. Mariátegui desenvolve em profundidade o conteúdo e o significado da luta anti-imperialista, que já é assumida como um programa continental. Vejamos:

A geração libertadora sentiu imensamente a unidade sul-americana. Opôs à Espanha uma frente única continental. Seus caudilhos obedeceram não a um ideal nacionalista, mas a um ideal americanista. Esta atitude correspondia a uma necessidade histórica. Além disso, não podia haver nacionalismo onde não havia ainda nacionalidades. A revolução não era um movimento das populações indígenas. Era um movimento das populações crioulas, nas quais os reflexos da revolução francesa haviam gerado um humor revolucionário.¹³⁰

Mas as gerações seguintes não continuaram pela mesma via. Emancipadas da Espanha, as antigas colônias ficaram sob a pressão das necessidades de um trabalho de formação nacional. O ideal americanista, superior à realidade contingente, foi abandonado. A revolução da independência havia sido um ato

¹²⁹ MARTI, José. El congreso de Washington. En: Política de Nuestra América, José Martí. Selección de Roberto Fernández Retamar, Fondo cultural del ALBA: La Habana, 2006. p.172.

¹³⁰ MARIATEGUI, Jose Carlos. Temas de nuestra América. En: Mariátegui Total, Editora Amauta, Lima, 1994. p. 414.

romântico; seus condutores e animadores, homens de exceção. (..) Pleitos absurdos e guerras criminosas separaram a unidade da América Indo-Espanhola.¹³¹

Mas o que separa e isola os países hispano-americanos (...) é a impossibilidade de que entre nações não completamente formadas, entre nações apenas delineadas em sua maioria, se concretize e articule um sistema ou um conglomerado internacional. Na história, a comuna precede a nação. A nação “precede a toda sociedade de nações”.¹³²

“Nosso tempo, finalmente, criou uma comunicação mais viva e mais extensa: a que estabeleceu entre as juventudes hispano-americanas a emoção revolucionária. Antes espiritual que intelectual, esta comunicação lembra a que participou a geração da independência. Agora como então, existe a emoção revolucionária da unidade da América indo-espanhola. Os interesses burgueses são concorrentes ou rivais; os interesses das massas não. Com a revolução mexicana, com sua sorte, com seu ideário, com seus homens, todos os homens novos da América sentem-se solidários. Os brindes tímidos da diplomacia não unirão estes povos. Os unirá o porvir, os votos históricos da multidão.”¹³³

Certamente, estas notas de trabalho e fichas são a base para um desenvolvimento analítico maior. A necessidade de finalizar a redação da tese nos obrigou a apresentar este material ainda em processo de elaboração, entretanto pela importância de seu conteúdo, e por ilustrar as afirmações levantadas neste capítulo, acreditamos ser conveniente manter os textos originais.

4.7 Retomando o espírito de Bandung

A Conferência de Bandung, celebrada em abril de 1955, significou um dos momentos mais importantes de afirmação dos países do terceiro mundo e a emergência do movimento de Países Não Alinhados. Esta reunião, da qual participaram 23 países asiáticos e 5 africanos, sustentou-se nos princípios da luta anti-colonial e anti-imperialista, elaborando um amplo chamado à autodeterminação e desenvolvimento dos povos baseado na solidariedade e cooperação econômica e cultural.

O movimento dos não alinhados buscava criar um espaço político independente em relação aos blocos militares e a confrontação entre os Estados Unidos e a União Soviética durante o período da Guerra Fria, colocando como foco

¹³¹ MARIATEGUI, Jose Carlos. Temas de nuestra América. En: Mariátegui Total, Editora Amauta, Lima, 1994. p. 414.

¹³² MARIATEGUI, Jose Carlos. Temas de nuestra América. En: Mariátegui Total, Editora Amauta, Lima, 1994. p. 414.

¹³³ MARIATEGUI, Jose Carlos. Temas de nuestra América. Em: Mariátegui Total, Editora Amauta, Lima, 1994. p. 415.

principal as lutas nacionais pela independência, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento econômico, através de organizações regionais, políticas e econômicas de cooperação entre os países do terceiro mundo.

O espírito de Bandung permitiu criar um amplo consenso entre os principais líderes e os povos da Ásia, África e América Latina, entre os quais se encontravam Nehru (Índia), U Un (Birmânia), Sukharno (Indonésia), Nasser (Egito), Tito (Iugoslávia), Chu En-lai (China), em reação à afirmação da paz e dos princípios de coexistência pacífica, em um momento no qual o mundo vivia uma situação de extrema tensão e ameaça de guerra: a invasão da Guatemala, organizada pelos Estados Unidos para derrubar o presidente Jacobo Árbenz, o deslocamento da 7ª frota norte-americana para o mar da China, a substituição das tropas francesas por norte-americanas na região sul do Vietnã, depois da derrota francesa em Dien Bien Phu, em 1954, e a guerra da Coreia (1950-1953).

Os cinco princípios de coexistência pacífica, elaborados pelo primeiro Ministro chinês Chou En-lai e ratificados pelo Primeiro ministro hindu Jawaharlal Neru, em 1954, ou seja, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica, foram assumidos pela Conferência de Bandung como parte dos dez princípios gerais, que incluíam:

- Respeito aos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU, de 1948;
- Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, sem importar o tamanho;
- Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países;
- Respeito aos direitos de cada nação a defender-se, individual ou coletivamente, de acordo com a Carta da ONU;
- Rejeição a participar dos preparativos de defesa destinados a servir aos interesses particulares das super potências;
- Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão ou emprego de força contra a integridade territorial ou a independência política de outros países;

- Solução pacífica dos conflitos internacionais, de acordo com a Carta da ONU;
- Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
- Respeito à justiça e obrigações internacionais.

A conferência de Bandung condenou o domínio colonial dos povos como uma violação dos direitos humanos, manifestando seu apoio aos povos colonizados na luta por sua independência. Na ocasião, ligou-se a liberdade à soberania dos povos. Inspirada em Bandung, em janeiro de 1958, realizou-se no Cairo a Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia e África e posteriormente, em Cuba, se realizaria a Primeira Conferência de Solidariedade Tri-continental.

O legado histórico das lutas do terceiro mundo revela-se de grande utilidade para uma estratégia de afirmação de um sistema multipolar. A diplomacia chinesa deu um destaque muito grande, às comemorações do cinquentenário dos “cinco princípios de coexistência pacífica” e ao espírito de Bandung, afirmando que a globalização deve existir como um legado civilizatório que produziu uma diversidade de países e uma pluralidade de culturas.

Enfim, a colocação dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica é o resultado do desenvolvimento histórico. Depois de serem apresentados e promovidos pela China, Índia e Birmânia, foram aceitos pela maioria dos países do mundo. A prática dos 50 anos transcorridos mostra que a esfera de aplicação destes princípios se amplia crescentemente, convertendo-se em normas mundiais reconhecidas para as relações internacionais (Chen Guoji).

A partir destes antecedentes históricos podemos afirmar que a América Latina vive um processo através do qual a diplomacia regional adquire uma densidade até então desconhecida. Um conjunto de novas articulações se traduz em instituições sub-regionais, regionais e continentais, que transformam o processo de integração em uma complexa realidade que envolve os Chefes de Estado, os Ministérios de Relações Exteriores e várias outras agências nacionais o que, ao mesmo tempo, está acompanhado de um processo paralelo de integração dos povos e dos movimentos sociais, incluindo os sindicatos e os movimentos camponeses e estudantis que já tinham certa tradição de integração regional.

Assim mesmo, no plano das ciências sociais, encontramos um processo crescente de integração regional com novas instituições de estudo, universidades, e redes acadêmicas, através das quais se avança para um estudo da problemática regional fortalecendo uma visão de conjunto. Talvez alguns dos exemplos mais

notáveis, neste sentido, seja o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, cuja primeira seção se realizou em 1968, em Lima, ou a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, que se inicia no Chile em 1954 e se amplia para Argentina, México, Brasil, Equador e América Central. No âmbito da pesquisa foram criados depois da CEPAL, o COADE (Centro Latino-Americano e Caribenho de demografia), em 1957 no Chile, a Escolatina na área de economia (Chile), o ILDES, o Mestrado Latino-Americano de Administração Pública, da FGV no Brasil, a formação do SUCA, na América Central, que coordena as universidades desta sub-região, a Coordenação de Universidades do Cone Sul e, mais recentemente, o Fórum Universitário do MERCOSUL- FOMERCO e a Universidade Latino Americana- UNILA, com sede na cidade de tríplice fronteira, Foz de Iguaçu.

As associações profissionais, com destaque nas Ciências Sociais para Economia (AEALC), sociologia (ALAS), entre várias outras se constituíram ao longo das últimas décadas.

Isto mostra que se estão criando condições para uma integração de longo prazo através de uma rede de instituições que permitam a cooperação e o intercâmbio em diversas áreas. Podemos fazer um balanço histórico deste processo de maneira que fique demonstrada a crescente densidade da integração regional, ao contrário do que sustentam os defensores do pan-americanismo, que desqualificam sistematicamente os avanços deste processo.

Quadro 1: Cronologia da integração latino-americana

10/06/1958	Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica Centro-Americana	MCCA
18/02/1969	Criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio com a assinatura do Tratado de Montevideú	ALALC
07/02/1968	Tratado de criação da Corporação Andina de Fomento, com sede em Caracas	CAN
01/05/1968	Entrada em vigor do Acordo que estabelece a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA)	CARICOM
21/11/1969	Instalação, em Lima, da Comissão do Acordo de Cartagena, assinado em 16 de outubro deste mesmo ano	CAN
17/10/1975	Convênio constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano, Convênio do Panamá	SOA
15/10/1976	Retirada do Chile de Pinochet, da Corporação Andina de Fomento. Início da tentativa de destruição da CAN, como parte da ofensiva pan-americana	CAN
03/07/1978	Tratado de Cooperação Amazônica	COOP- Amazônica

12/08/1980	Tratado de Montevidéu, criação da Associação Latino-Americana de Integração	ALADI
08,15,16/10/1987	Tratado Constitutivo do Parlamento Centro-Americano e outras instâncias políticas	MCCA
29/11/1988	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil	Picab
26/03/1991	Tratado da Constituição do Mercado Comum do Sul entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	MERCOSUL
13/06/1994	Tratado de Livre Comércio entre Colômbia, México e Venezuela	G-3
24/07/1994	Convênio Constitutivo da Associação de Estados do Caribe	AEC
17/12/1996	Acordo de Complementação Econômica entre os Estados-partes do MERCOSUL e a Bolívia	MERCOSUL-Bolívia
16/04/1998	Acordo para a criação de uma zona de livre comércio CAN-MERCOSUL	CAN-MERCOSUL
13/10/1998	13º Protocolo adicional que modifica o Protocolo de Integração Física do Acordo	MERCOSUL-Chile
01/09/2000	Primeira Cúmeira de Chefes de Estado dos Países Sul-Americanos	América do Sul
27/05/2002	Iniciativa para a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas	IIRSA
05/07/2002	Acordo para o Livre Comércio entre o MERCOSUL e México	MERCOSUL
23/07/2002	Entra em vigor o acordo que estabelece a Corte de Justiça do CARICOM	CARICOM
06/12/2002	Acordo para a criação de uma zona de livre comércio CAN-MERCOSUL	CAN-MERCOSUL
25/08/2003	Acordo de alcance parcial MERCOSUL - Peru	MERCOSUL-Peru
10/03/2004	Acordo CARICOM-Costa Rica	CARICOM
26-30/04/2004	Preparação do acordo de complementação econômica entre MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela	MERCOSUL
01/07/2004	Acordo de comércio MERCOSUL-CAN	MERCOSUL
03/08/2004	Tratado Geral de Integração e Cooperação Econômica e Social para a formação de um mercado comum entre Peru e Bolívia	CAN
18/10/2004	Bases para a formação de um espaço de livre comércio OC pelo o Conselho de Ministros da ALADI	ALADI
08/12/2004	Cúmeira presidencial Sul-Americana decide confirmar a Comunidade Sul-Americana de Nações	CSN
14/12/2004	Acordo presidencial entre Venezuela e Cuba para a aplicação da Alternativa Bolivariana	ALBA
16/03/2005	Integração sub-regional da América do Sul, a Comunidade Andina e o MERCOSUL. Formação da Comunidade Sul-Americana de Nações	UNASUL
29/06/2005	14 Chefes de Estado caribenhos e o governo venezuelano formam o Petro-Caribe	ALBA-Caribe
08/12/2005	Segunda Cúmeira Cuba-CARICOM	CARICOM
29/04/2006	Bolívia entra no ALBA	ALBA
04/07/2006	MERCOSUL subscreve esquema de adesão da Venezuela	MERCOSUL
20/09/2006	Chile se incorpora à Comunidade Andina como país membro	CAN

	associado	
29/04/2007	Acordo energético do ALBA entre Venezuela e Haiti	ALBA
29/04/2007	Acordo energético do ALBA entre Venezuela e Nicarágua	ALBA
29/04/2007	Acordo energético do ALBA entre Venezuela e Bolívia	ALBA
29/04/2007	Tratado energético do ALBA	ALBA
05/06/2007	Acordo Toesur – Nicarágua	ALBA
06/06/2007	Criação do Banco do ALBA	ALBA
09/08/2007	Acordo de Livre Comércio Colômbia- Triângulo norte da América Central	
26/01/2008	Acordo para a instalação de um cabo submarino entre Cuba e Venezuela com um ramal para Nicarágua (já inaugurado)	
26/08/2009	Forma-se o Banco do Sul. Atualmente formam o Banco do Sul: Venezuela, Argentina, Equador, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru. Colômbia permanece como observador.	Banco do Sul
2010	Formação da União de Países Latino-Americanos	
2010	Criação do Secretariado Permanente do UNASUL	UNASUR

Fonte: Elaboração própria a partir de BEL LARA, 2008, p. 221-249.

Deve-se destacar, também, a formação da Cooperação Ibero-Americana que permitiu que pela primeira vez se reunissem os presidentes dos países latino-americanos pela convocatória do rei da Espanha e a presidência de Portugal, com o apoio da União Européia e o protesto dos Estados Unidos. Pode-se dizer que neste momento o pan-americanismo sofreu seu golpe definitivo.

É importante assinalar a criação de um conselho de segurança sul-americano que reúne as forças armadas dos países da região. Os parlamentos latino-americanos, do MERCOSUL, da Comunidade Andina, do Pacto Amazônico, são também mecanismos de ampliação do processo de integração. Este quadro institucional crescente abre caminho para o debate sobre uma estratégia comum sul-americana, e inclusive latino-americana, com possibilidades de converter-se em políticas concretas. O pensamento crítico latino-americano tem como desafio, aprofundar a pesquisa sobre este tema e este processo. Esta responsabilidade ganhou maior importância quando, finalmente, se constituiu o conselho social do MERCOSUL.

Capítulo 5

ELEMENTOS PARA UMA NOVA VISÃO ESTRATÉGICA

O quadro interpretativo que nos oferece Giovanni Arrighi considera a configuração do século XX como o último de quatro séculos longos, estruturados de forma semelhante e cada um deles constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial¹³⁴. Esta perspectiva toma como base analítica a estrutura de tempos históricos de Braudel, e privilegia um estudo comparativo destes “longos séculos” sucessivos, para oferecer uma compreensão mais profunda da dinâmica da crise atual e seus prováveis desdobramentos.

O desenvolvimento da cartografia foi um instrumento fundamental para os avanços na navegação, e a constituição do moderno sistema mundial. Um conjunto de instrumentos de precisão, como a bússola, por exemplo, e um maior conhecimento do cosmos constituiu grandes avanços científicos e tecnológicos produzidos pelo mundo árabe e que permitiram aos europeus expandir e consolidar o processo de colonização. Mas a cartografia não somente expressa um conhecimento geográfico e científico, mas um espaço onde se reproduz, simbolicamente, as relações de poder e dominação. Um exemplo interessante é o mapa-múndi que mostramos na continuação, confeccionado pelo sábio árabe muçulmano Al-Idrisi¹³⁵ em 1154 d.c., que assim como os mapas árabes desta época, mostra o sul na parte superior, de forma tal que a Península Árabe ocupava o centro do mundo. Esta representação do mapa-múndi com orientação para o sul mostra simbolicamente o poder do império árabe islâmico, que até o século XII dominava um extenso território que incluía grande parte da Europa, desde a península ibérica (conhecida como a região do Al-Andauz) até os Pirineus, o norte da África, Ásia central e parte da China. Na realidade os árabes dominavam quase toda a rota da

¹³⁴ ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX, Contraponto: Rio de Janeiro, 1996, p. X.

¹³⁵ Al-Idrisi (1100-1165) nasce em Ceuta (Marrocos) mas cedo se transfere para Córdoba, Espanha. Desenvolve a maior parte de sua obra na corte de Roger II da Sicília, estabelecido em Palermo.

seda, que transportava as manufaturas da China e da Índia, principalmente, para a Europa.

Mapa 2: Tabua Rogeriana



Mapa-múndi confeccionado em 1154 pelo sábio árabe Al-Idrisi. Este mapa, conhecido como a Tábua Rogeriana, estava acompanhado do livro “Geografia”, que faz uma descrição minuciosa da Itália, Sicília, Al-Andaluz, do norte da Europa, África e Bizâncio.

5.1 A emergência da China: Reorientando a economia mundial

Qualquer um que reduza o desenvolvimento da Ásia às regularidades e aos processos causais registrados em outros lugares passa por alto pelo elemento novo ou paralelo com os processos conhecidos do passado. Somente um conceito sociológico capaz de ver a humanidade como uma entidade dinâmica nos pode ajudar a uma melhor compreensão dos acontecimentos atuais na Ásia (Win Wertheim, 1956) (a tradução do inglês é nossa).

Com esta citação de Win Wertheim, André Gunder Frank inicia sua conferência intitulada *Asian age: Reorient historiography and social theory*¹³⁶ no Centro de Estudos Asiáticos de Amsterdam, em 1998. Nesta conferência, Frank exhibe as ideias centrais de uma visão histórica, radicalmente nova, do desenvolvimento asiático e sua centralidade no sistema mundial, ligado a um processo civilizatório de longa duração.¹³⁷

Através de um ciclo histórico de longuíssima duração, o declínio das economias e as hegemonias regionais asiáticas facilitaram a emergência européia, da mesma forma que o declínio do ocidente facilita a emergência da Ásia atualmente. Assim, o sistema mundial, constituído a partir do século XIX, teve suas origens indissolúveis no antigo sistema mundial do século XIII que teve seu centro mais dinâmico na Ásia oriental. O autor aposta em uma visão holística da constituição do sistema mundial, que supere as limitações da historiografia européia.

Frank mostra evidências de que existiu um sistema mundial de comércio e uma divisão internacional de trabalho muito antes que os europeus construíssem o mundo, ao redor deles mesmos. O sistema mundial do século XIII incluía três grandes áreas, e outras tantas menores, que cobriam a África/Eurásia: Europa, ou Mediterrâneo, Mar Vermelho, Golfo Pérsico, Mar Árabe, Baía de Bengala, mar do sul da China e a Ásia continental. Além disso, se desenvolveram relações bilaterais de longo prazo entre a China e a Ásia Central, assim como relações trilaterais que incluía a Coreia e o Japão, além do papel significativo que jogaram as regiões costeiras da China, os portos no Mar da China Meridional e do sudeste asiático e as diásporas comerciais, especialmente na periferia da China. Não é por casualidade

¹³⁶ FRANK, Andre Gunder. *Asian age: Reorient historiography and social theory (The Werheim Lecture, 1998)*. CASA: Amsterdam. 1998, 39 p.

¹³⁷ Para maiores detalhes ver: FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*, University of California Press: Los Angeles, 1998, 416 p.

que todas estas regiões continuam tendo um papel importante na economia mundial e no sistema internacional de comércio.

Esta economia global e comércio multilateral se expandiram graças à injeção de dinheiro americano através dos europeus, permitindo que estes incrementem sua participação na economia global, que até o século XVIII continuou dominada pela produção, competitividade e comércio asiático, especialmente chinês e hindu.

As duas regiões mais “centrais” na economia mundial, que geraram e exportaram superávit, foram a Índia e a China. Esta centralidade, segundo Frank, esteve apoiada, fundamentalmente, em sua alta produtividade, absoluta e relativa, na manufatura. No caso da Índia, a manufatura de tecidos de algodão e, em menor proporção, os tecidos de seda, dominaram o mercado mundial. A “centralidade” chinesa na economia mundial esteve baseada na sua altíssima produtividade na indústria, agricultura, transporte e comércio, o que certamente favoreceu sua balança comercial. A liderança mundial nas exportações de seda, cerâmica fina, ouro, moedas de cobre e, posteriormente, chá, converteu a China no destino final do dinheiro do mundo, o que assegurava um excedente quase perpétuo na sua balança comercial.

Frank visualiza a economia mundial deste período através de círculos concêntricos. O círculo mais fechado, ou central, é formado pela China, entre o Vale de Yang-tse e o sul da China. O círculo seguinte estava formado pelo “sistema tributário da Ásia oriental, que inclui, além da China, algumas regiões da Ásia oriental, Coréia, Japão e o sudeste asiático. O terceiro círculo regional, “Afro-asiático” incluía a Ásia ocidental e a região leste da África, assim como a Ásia central projetada até a Rússia. A Europa e, através dela, as Américas, formaram parte do círculo mais externo. Este mapa de círculos concêntricos coloca a China e a Ásia oriental, no centro da economia mundial, enquanto que a Europa e a economia do Atlântico ocupam um lugar periférico.

Esta análise questiona fortemente a ideia de que a revolução industrial europeia do século XVIII estivera baseada na “revolução científica do século XVII”, também europeia. O autor mostra que antes do século XVIII não existia tecnologia europeia e que esta se desenvolveu, posteriormente, a partir dos avanços tecnológicos e da sofisticação institucional de várias regiões da Ásia, que se difundiram amplamente em todas as direções, como resposta às necessidades que

exigiam a competitividade da economia mundial e a busca de rentabilidade. Isto mostra que o desenvolvimento tecnológico europeu, como todo desenvolvimento econômico, foi um processo mundial, que ocorreu no sistema mundial como um todo.

Por volta do ano 1000 d.C. desenvolve-se um período de expansão econômica e política Afro-euro-asiática, cujo centro estava localizado no extremo oriente, na China, e se estendia até o ocidente, na Europa, cuja economia marginal foi incorporada à nova dinâmica Afro-euro-asiática. Este período teve sua decadência em fins do século XIII, e início do século XIV. Um segundo longo período de expansão se inicia novamente no extremo oriente e sudeste asiático não no começo do século XV. Em pouco tempo, se incorporam à região central, sul e ocidental da Ásia e logo, até meados do século XV, África e Europa. De fato, o descobrimento e a colonização europeia das Américas, é consequência, e ao mesmo tempo parte, deste sistema econômico mundial. Este segundo período de expansão esteve marcado pela incorporação da América e da Austrália no processo histórico mundial em marcha e o sistema global em constituição.

A expansão que se inicia na Ásia no começo do século XV, continua ao longo dos séculos XVI e XVII e grande parte do século XVIII. De fato, esta expansão econômica que esteve fundamentalmente centrada na Ásia foi dinamizada por novas remessas de ouro e prata, trazidos pelos europeus das Américas, e se expressou em um rápido crescimento da população, da produção e do comércio, assim como o crescimento da renda e do consumo na China, Japão, sudeste asiático, Ásia Central, Índia, Pérsia e território Otomano.

A grande diferença de produtividade e competitividade entre a Europa e a Ásia, que estava na base da divisão do trabalho e intercâmbio, se manifestou em grandes desequilíbrios comerciais entre as regiões. Desta forma, a prata se move ao redor do mundo em direção à Ásia através do Atlântico e, via Europa, através do Oceano Índico, assim como em direção ao ocidente, através do Pacífico, das Américas e do Japão. A China se converte no destino final da prata e sua relativa maior produtividade e competitividade atraiu ainda mais remessas de prata. Este dinheiro entrante gerou um aumento da demanda efetiva, incrementando também a produção e o consumo, criando condições para o crescimento da população.

Como se explica, então, a emergência da Europa, como novo centro do sistema mundial? Frank oferece três argumentos: 1. A análise demográfica e micro-macro econômica identificam uma inflexão de população, produtividade e taxas de crescimento econômico que permitiu que a Europa trocasse de lugar com a Ásia no sistema econômico mundial entre 1750 e 1850; 2. A análise micro-econômica das relações de oferta e demanda mundial e os preços relativos de fatores econômicos geraram incentivos para a expansão da mão de obra e acumulação de capital, assim como inversão em inovações na produção de energia na Europa; 3. A distribuição cíclica da renda e os efeitos derivados da oferta e da procura na Ásia elevaram a oportunidade de uma atividade econômica extremamente lucrativa em termos da economia mundial. Em síntese, a explicação para o relativo declínio do Oriente e o crescimento do Ocidente está na seguinte argumentação: as inovações tecnológicas estiveram em função da oferta e da procura, e dos preços relativos de insumos como a mão de obra, o capital e a terra. Portanto, foram principalmente os salários altos (mais altos que na China ou na Índia) e a relativa abundância de capital na Europa que geraram trabalho e tecnologia para produção de energia.

A revolução industrial europeia também requereu, ao mesmo tempo em que ocorreu devido ao fornecimento de energia mais barata e mais abundante, o que se obteve através do carvão e de seu uso para a fabricação de máquinas geradoras de energia a vapor. Estas fontes de energia requereram e permitiram a concentração de mão de obra e de capital na mineração, transporte e produção, que posteriormente geraram transporte mais barato e de distâncias maiores através dos trens e navios a vapor.

Até o começo do século XIX, as modificações e transformações geradas pelas novas circunstâncias da economia mundial, deram lugar aos seguintes resultados: a Índia continuou, ainda que tenha visto ameaçado seu domínio competitivo no mercado têxtil mundial na base da mão de obra qualificada barata e condições de escravidão. O abastecimento doméstico de algodão, alimentos e outros bens se manteve, assim como a produtividade, a organização financeira e comercial se mantiveram relativamente eficientes apesar de sofrerem crescentes dificuldades econômicas e políticas. Entretanto, o abastecimento de energia e materiais alternativos era relativamente escasso e caro. Portanto, os hindus tiveram, neste momento, pouco incentivo econômico para inverter em inovação, devido ao

início do declínio econômico na segunda metade do século XVIII e a consequente diminuição do crescimento econômico e devido ao colonialismo britânico a partir da segunda metade do século XVIII. De fato, a combinação de ambos os fatores: declínio econômico e colonialismo drenaram o capital da Índia para a Grã Bretanha. Assim, a Índia passou de exportadora a importadora de tecidos de algodão, a partir de 1816. Entretanto, continuou disputando o mercado têxtil e começou, novamente, a incrementar a produção e a exportação de têxteis a partir das últimas três décadas do século XIX.

A China continuou mantendo seu domínio do mercado mundial de porcelana, parcialmente da seda e crescentemente do chá, além de manter auto-suficiência em relação aos têxteis. O superávit da balança comercial se manteve até o começo do século XIX, razão pela qual a China teve disponibilidade e concentração de capital a partir de ambas as fontes, doméstica e estrangeira. Entretanto, os depósitos naturais de carvão estiverem muito longe de serem usados industrialmente para a geração de energia. O desflorestamento progressivo permitia que fosse economicamente desnecessária a passagem da energia produzida com queima de madeira para energia produzida com carvão. A eficiência e competitividade econômica da China, no mercado mundial e doméstico, se basearam no baixo custo absoluto e relativo da mão de obra. Ainda que a renda per capita fosse maior que em qualquer outro lugar e a distribuição da mesma não fosse mais desigual que em qualquer outro lugar, o custo de produção dos bens de salário era baixo, em termos absolutos e relativos, devido à produção agrícola barata e eficiente através da mão de obra feminina.

Apesar de todas as inovações produzidas na Europa, a situação de competitividade da Europa ocidental e especialmente de Grã Bretanha, não se conseguiu facilmente. Esta, entretanto, dependia da Índia, em tecidos de algodão, e da China, em porcelana e seda, que a Europa reexportava para suas colônias da África e da América, atividade através da qual obtinha um grande lucro. Ao mesmo tempo, a Europa continuava dependendo do dinheiro de suas colônias para pagar estas importações destinadas ao consumo próprio, à reexportação ou como matéria prima para sua própria produção. Até fins do século XVIII e começo do século XIX registra-se uma queda do lucro marginal e absoluto proveniente dos metais preciosos e outras utilidades geradas pelo comércio de escravos e plantações nas colônias europeias da África e das Américas. Para recuperar e manter sua

participação no mercado mundial, os europeus necessitavam incrementar sua penetração em, pelo menos, alguns mercados. Para este fim, tiveram que eliminar política e militarmente a competição e/ou baixar, ou subavaliar, seus custos de produção.

Frank nos oferece uma conclusão chave para entender a emergência da China e da Ásia na economia mundial contemporânea:

Estas mudanças na economia mundial criaram condições para a emergência do ocidente, o que deve ser re-examinado mais em termos de continuidades históricas importantes em vez de qualquer e toda descontinuidade. A ideia de fazer muita coisa fora do século XVI implica uma ruptura e descontinuidade da história mundial, cuja desinformação se baseia em uma visão eurocêntrica. Uma vez que se abandone o eurocentrismo e se adote uma perspectiva global mais holística do mundo, a descontinuidade será grandemente substituída pela continuidade. Ao contrário: somente quando enfatizarmos mais a continuidade na história mundial, poderemos entender melhor o lugar da Ásia no mundo como um todo. De fato, a emergência do ocidente é consequência desta continuidade histórica global... Assim, a expansão econômica contemporânea na Ásia oriental pode significar o começo do retorno da Ásia a uma posição de liderança na economia mundial, como o foi em um passado não muito longínquo (FRANK, 1998).

Retomando as palavras de Werthein, quem pretendia ver na emergência da China na economia mundial apenas um fenômeno econômico recente, estará deixando de lado a possibilidade de compreender um fenômeno sociocultural muito mais complexo. Este tem que ver com a reelaboração de um processo civilizatório asiático, que encontra na China contemporânea seu centro mais dinâmico de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, financeiro e cultural, capaz de revelar enormes forças criadoras. A rota da seda se articula novamente, para dinamizar o sistema mundial do século XXI e re-orientar a economia mundial em direção do continente asiático, novamente.

O ciclo marítimo da economia mundial iniciado com a expansão ibérica, continuado com hegemonia holandesa e inglesa e, posteriormente, norteamericana, parece estar abrindo espaço para o regresso do continente euro-asiático, reestruturando, ao mesmo tempo, as estratégias militares baseadas no poder naval em direção à recuperação do papel das grandes superfícies continentais. Isto explica o fato de que as potências hegemônicas da economia mundial do século XXI estejam apoiadas cada vez mais em grandes economias continentais, com um papel crescente das integrações regionais. A integração latino-americana vai na direção desta tendência.

5.2 A emergência de novas potências e a geopolítica mundial

Um dos aspectos que marcam a geopolítica mundial contemporânea é a emergência da China como grande centro produtor e como poder de compra no sistema mundial. Ao mesmo tempo os dados mostram claramente a forte dependência deste país de matérias primas, minerais e produtos agrícolas importados. A China está emergindo no mercado mundial e não pode conseguir estes recursos de maneira simples, o que faz necessário que desenvolva uma política estratégica mais ampla para assegurar a conquista destas fontes sem grandes confrontações dentro do sistema mundial. Ao mesmo tempo, os Estados nacionais com os quais a China precisa estabelecer relações comerciais para garantir o abastecimento de matérias primas, necessitam desenvolver sua capacidade de negociação para evitar que seus recursos naturais e seus produtos sejam consumidos sem compensações.

Existe um campo de negociação muito amplo em função das necessidades da economia chinesa, mas isto requer o desenvolvimento de estratégias e políticas no nível dos Estados, que possam garantir uma negociação de mútuo benefício. As empresas que não têm condições de negociar com um Estado tão poderoso como o chinês, e com um capitalismo de Estado em pleno processo de expansão. Na América Latina as empresas locais não têm capacidade de desenvolver uma política industrial completa, o que torna indispensável que sejam os Estados que assumam e conduzam os processos de negociação e intercâmbio com a China, a partir de políticas industriais e estratégias de desenvolvimento claramente definidas.

A partir do final da década de sessenta, observa-se uma tendência do grande capital internacional para mudar a divisão internacional do trabalho. Depois de haver aumentado os ganhos no setor industrial para poder entrar no mercado interno dos países latino-americanos, as multinacionais começaram a reconhecer os limites deste processo, que se expressava na falta de reformas substanciais que aumentassem o mercado interno destes países, como a reforma agrária e a distribuição de renda. O grande capital internacional não se interessou em apoiar as transformações nesta direção, mas seguiu outro caminho: investir na industrialização dos países periféricos para, daí, exportar para os mercados do centro da economia mundial, particularmente norte-americano e Europeu.

Posteriormente, durante as décadas de 1970 e 1980, o Japão também seguiu esta estratégia. Desta maneira, se transferiram os custos de produção até as zonas periféricas e semi-periféricas, criando condições de aumentar ainda mais a taxa de ganhos e, sobretudo a taxa de mais valia. Ruy Mauro Marini¹³⁸, sustenta que a sobre-exploração da mão de obra foi a condição para o funcionamento da dependência. A existência de uma estrutura dependente estava apoiada em relações de super exploração, pela via da mais valia absoluta principalmente, porque exigia menos tecnologia e inovação. Isto requeria, certamente, Estados repressivos capazes de submeter a sua população a estas condições de super exploração.

A motivação das grandes empresas multinacionais para reorientar a divisão internacional do trabalho, está marcada também pelo grande surgimento dos movimentos de massa de 1968 (os movimentos de trabalhadores, de estudantes, hippies, etc.). A estratégia dos dirigentes das empresas americanas foi reorientar sua política industrial para o exterior, aproveitando a mão de obra barata. Com isto, pretendia acabar com a mobilização de massas dos trabalhadores norte-americanos. Nos anos 1968 e 1969 isto se converteu em uma política que buscava preparar os países “médios”, através dos regimes militares modernizadores, para esta reorganização da economia mundial.

Esta tendência da economia mundial desenvolve a ideia de potências intermediárias, respaldadas pela existência de um capital financeiro nacional que acompanha o processo de industrialização, buscando- a liderança deste processo a partir destes novos pólos de desenvolvimento que vão surgindo na economia mundial. Isto abriu um debate em relação ao papel do Estado neste processo. Já na década de 1970, intelectuais provenientes da ala marxista da teoria da dependência chamavam a atenção para o fato de que a globalização se desenvolvera através de Estados fortes e de processos de regionalização.

Os mercados regionais fortaleciam também os pólos regionais. Assim, a Europa se reestrutura a partir da Alemanha, França e Inglaterra. O Japão, que aspirava ser um poder mundial global, viu-se obrigado a restringir-se à condição de poder regional e vai reformando sua relação com a economia asiática, o que abre um espaço para o surgimento da China, que vai se convertendo em uma zona de grande poder de exportação, criando mecanismos para atrair capitais dos setores

¹³⁸ Ver: Ruy Mauro MARINI. Dialética da dependência, cap. I.

econômicos mais avançados no âmbito industrial. Isto vai permitir que a China se aproprie desta tecnologia industrial.

A emergência China coloca, no mercado mundial, uma população muito grande, além de ampliar o mercado interno através do aumento da renda nacional. Este país aumentou a renda nacional em uma proporção maior que suas exportações, através de um crescimento aproximado de 10% ao ano, durante as duas últimas décadas. A partir 1995, a teoria da dependência vem chamando a atenção sobre o fato de que a China não era somente uma zona exportadora, mas que tendia a converter-se em uma das maiores demandas do mundo. Esta demanda vai se ampliando a partir de 1997. Assim, a economia da China vai se convertendo em uma grande demanda interna, concentrada ainda em um setor relativamente minoritário, que equivale a entre 35% e 40% da sua população. O sul da China representa a zona de expansão capitalista exportadora, assim como Hong-kong, que se incorpora à China, e inclusive Taiwan, que se converte em uma espécie de província chinesa. Singapura também tem uma articulação muito grande com a chamada “Grande China”. Segundo os cálculos do ano 2000, a população desta periferia da China era de ao redor de 500 milhões de habitantes, população similar à da Europa, com um padrão de consumo similar ao do sul da Europa. É uma população que tem uma renda per capita bastante elevada. Portanto trata-se de uma Europa, que foi criada em 15 – 20 anos.

A valorização da moeda chinesa, o yuan, tem um efeito de atração crescente de capitais internacionais para a China. Desta forma, este país começa a se inserir no mercado financeiro mundial, através dos recursos que tem em dólares e através da valorização do yuan. Este fenômeno está criando uma situação totalmente nova na estrutura de poder mundial. Paulatinamente, a China passa a ser uma potência financeira mundial e uma das forças orientadoras do mercado financeiro mundial, como já foi há mais de 600 anos, de acordo com a análise de André Gunder Frank.

A partir da crise asiática de 1997, a China adota como política o uso de seus excedentes financeiros na compra de empresas no exterior, através dos chamados “fundos soberanos”. Isto deu à China um papel muito mais importante de intervenção no setor financeiro, porque vai dispor de empresas em várias partes do mundo para sustentar as operações financeiras que elas realizarem. Na América Latina, a China incrementou drasticamente seus investimentos em empresas ligadas

ao setor de mineração, petróleo e gás e produtos agrícolas. Em 2010, a empresa estatal chinesa *National Offshore Oil Corporation* comprou 50% de participação da empresa Argentina *Bridas Holding*, por um valor de 3 bilhões de dólares; em 2005, o consórcio *Andes Petroleum Company*, que inclui as duas maiores empresas petrolíferas chinesas, comprou ativos da empresa *EnCana* do Equador, por um valor de 1,4 bilhões de dólares; em 2007 a empresa estatal *Aluminium Corp.* comprou uma das principais empresas produtoras de cobre do Peru, *Peru Cooper Inc.*, apenas para citar alguns exemplos (ver anexo 5)

Esta situação nova da economia mundial põe em evidência a fraqueza do dólar como moeda de reserva. Neste momento, a sobrevivência do dólar depende diretamente da política da China, e esta situação tende a se aprofundar. Por outro lado, a conversão do yuan em uma moeda regional asiática abre caminho para uma maior intervenção desta na economia mundial.

Outro aspecto estratégico importante é a questão tecnológica. A China buscou orientar sua expansão econômica até um maior domínio tecnológico, através de grandes aplicações em tecnologia, em ciência e em educação para sustentar seu desenvolvimento científico. A China está atualmente com uma formação gigantesca de cientistas e técnicos que pode, inclusive, estar ultrapassando suas necessidades internas. Entretanto, isto não representa um problema maior, porque na medida em que a China se expanda internacionalmente, se criará a necessidade de mandar mão de obra para o exterior. É pouco provável que a China entregue as empresas que criou no exterior a dirigentes locais, pelo contrário, terá que criar um setor chinês internacionalizado que seguramente desempenhará um papel muito importante nesta nova fase de vinculação da China com a economia mundial. Isto inclui o setor científico, que não é apenas a tecnologia, mas também os setores mais avançados da ciência. Segundo informações recentes¹³⁹, a China já dispõe de recursos e de investimentos suficientemente altos para disputar a frente da tecnologia mundial. Algumas análises prospectivas¹⁴⁰ colocam a China em condições de igualdade em relação aos Estados Unidos até o ano 2020. Dentro de dez anos, prevê-se que a China estará com um domínio científico-tecnológico que

¹³⁹ VANCE, Ashlee. *China Wrests Supercomputer Title From U.S.* 20-10-2010, Disponível em: http://www.nytimes.com/2010/10/28/technology/28compute.html?_r=1&nl=&emc=a1

¹⁴⁰ RIBEIRO, Alex. A China já é a maior potência econômica?. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/impreso/especial/101/370279/a-china-ja-e-a-maior-potencia-economica>

Ihe permitirá disputar um lugar de liderança no desenvolvimento científico mundial. Mas, como visto anteriormente, a China tem uma tradição científica muito antiga, que remonta ao primeiro ou segundo séculos antes de Cristo, quando já tinha um desenvolvimento tecnológico muito alto.

Enquanto isso, a América Latina está perdendo tempo: o Brasil firmou um convênio de pesquisa espacial com a China em 1994, em um momento em que ambos os países se encontravam em níveis bastante próximos do ponto de vista do Produto Interno Bruto. Entretanto, o Brasil não correspondeu às exigências de investimento do convênio, o que trouxe como resultado que a China desenvolvesse, independentemente, a tecnologia espacial que Ihe permite atualmente estar presente no espaço.

As classes dominantes na América Latina não têm tradição de negociação. As diplomacias latino-americanas estiveram mais preocupadas com problemas de fronteiras, durante um longo período, e ainda que em alguns momentos existissem tentativas de negociação mais ampla, estas oportunidades se perderam devido a que o setor diplomático se encontrasse no contexto de processos políticos, nos quais as classes dominantes preferiram acordos e uma posição alinhada com o centro de poder mundial, em lugar de aumentar sua capacidade de negociação através de um estado forte que lhes permitisse este objetivo.

Como veremos no capítulo seguinte, a política da China para a América Latina indica que o governo chinês não está interessado em ter a hegemonia da indústria de tecnologia média. Este país está buscando disputar a tecnologia de ponta em relação com o Japão (robótica, teoria de sistemas, inteligência artificial, bioquímica). Os dados indicam que a China está se voltando para a indústria de altíssima tecnologia e ainda assim, tem uma demanda interna, muito grande, de produtos industriais básicos.

5.3 Território e territorialidade: na direção de um novo conceito

Esta reconfiguração da geopolítica mundial põe em tensão não apenas a relação entre os Estados nacionais e as regiões que se configuram no sistema mundial, mas também as forças sociais e as populações locais diretamente afetadas pelos diferentes espaços de disputa e conflito se que constituem em todos os níveis.

Isto exige o desenvolvimento de ferramentas analíticas que nos permitam compreender a complexidade do processo de reconfiguração territorial.

Milton Santos nos oferece elementos-chaves para uma compreensão mais densa de território, que nos leva a entender como totalidade a evolução de um espaço¹⁴¹ geográfico, assim, “*diacronia e sincronia, vistas através de um espaço geográfico são, exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário*”¹⁴². Um estudo diacrônico do território implica necessariamente, uma análise histórica da configuração do lugar, enquanto que um estudo sincrônico implica um enfoque atual da realidade do lugar e a forma em que se constitui materialmente. Ambas as perspectivas, integradas dialeticamente em um mesmo momento analítico, permitem uma visão mais complexa do território como resultado de um processo histórico e como conformação de uma realidade material específica.

Esta dialética do território nos propõe uma análise que considera duas formas de complexidade superpostas e interativas. A “complexidade horizontal”¹⁴³, que se refere à vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar e a “complexidade vertical”, ou complexidade histórica, que analisa a influência dos fatos passados na existência atual. Neste sentido, as horizontalidades estão mais ligadas à noção de “integração funcional” ou “entorno funcional”, resultado dos processos produtivos que organizam o espaço hierarquicamente e comandam o processo de acumulação e de reprodução do capital no tempo e no espaço; enquanto que as verticalidades se relacionam com a noção de “integração territorial” ou “entorno territorial” que desenvolve uma hierarquia espacial (ou territorial) vinculada a outro momento da produção, que é a circulação (circulação, distribuição e consumo).

5.4 Dialética do território: o local, o nacional e o global

Desta perspectiva, entender a relação entre o global e o local significa, ao mesmo tempo, que os movimentos particulares se entendem como parte de uma

¹⁴¹ Para Milton Santos o espaço se define como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. A partir desta noção, o autor reconhece algumas categorias analíticas internas: a passagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo e as rigorosidades e as formas-conteúdo.

¹⁴² SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção (4ta. edição). Edusp: São Paulo. 206, p. 178.

¹⁴³ Milton Santos retoma este conceito de Lefevre, que desenvolve esta análise em um artigo publicado em 1953 na revista *Cahiers de Sociologie*, intitulado “Perspectives de la Sociologie Rurale”.

totalidade. Milton Santos nos propõe três níveis de solidariedade (ou confluência), que também representam três níveis de contradições, nos quais o espaço territorial se configura: o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local. Mas, esta visão de totalidade está em constante processo de totalização, portanto, é uma totalidade dinâmica, em constante transformação, portanto, histórica.

O mundo se apresenta como a primeira totalidade e, através das redes que representam um fenômeno contemporâneo do processo de globalização, adquire uma dimensão concreta e empírica. A segunda totalidade, que é o território de um país ou um Estado, é entendida como a formação sócio-espacial resultante de um contrato demarcado por fronteiras. A terceira totalidade é o lugar, onde o cotidiano ganha uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência de fenômenos sociais agregados, frutos da diversidade e de acontecimentos repetitivos e também inesperados.

Pensar o território do ponto de vista dialético evidencia uma tensão entre as forças da globalização e de localização, marcado por um processo de criação de ordem e de desordem no território: se destroem velhos recortes espaciais e se criam outros. Neste sentido, o mundo em vias de se homogeneizar, unificar e organizar, ao mesmo tempo se encontra em vias de se tornar heterogêneo, desorganizado, conflituoso e em crise¹⁴⁴. Quando este processo é visto apenas pelo lado da criação da ordem territorial baseado na homogeneização espacial, o que interessa a certos agentes sociais e políticos tende-se a ocultar o outro lado do processo: a heterogeneidade.

O crescente processo de homogeneização ocorre através da hierarquização crescente e exige uma integração dependente em relação a um ponto do espaço dentro ou fora do mesmo país. Mas ao mesmo tempo, esta integração hierarquizada, que incorpora nexos e normas externas, tem um efeito de desintegrar as solidariedades locais vigentes, o que resulta em uma perda gradual da capacidade de gestão da vida local.

Estas duas dimensões, verticais e horizontais, se superpõem produzindo reconfigurações territoriais profundamente marcadas por uma ordem econômica, político, social, científico-tecnológico e cultural. As verticalidades reproduzem o discurso dos setores hegemônicos e sua racionalidade “superior”, e buscam criar um

¹⁴⁴ MORIM, Edgard. Introduction à une politique de l’homme. Scuil: Paris. 1965, p. 71)

cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são, ao mesmo tempo, o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, e da não finalidade criada localmente. Isto é, elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não necessariamente conformista, o lugar da cegueira e do descobrimento, da complacência e da rebeldia. Sobre as forças centrípetas como fator de homogeneização, Santos observa o seguinte:

Paralelamente, forças centrípetas¹⁴⁵ atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas (...). As forças centrípetas resultam do processo econômico e social, e tanto podem estar subordinadas às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. Elas agem no campo e na cidade, elas são, respectivamente, fatores de homogeneização e de aglomeração. E entre o campo e a cidade, elas são fatores de coesão.¹⁴⁶

Este quadro analítico nos permite introduzir as relações de poder na configuração do território, não como espaço geográfico homogêneo sobre o qual se ergue o Estado-nação, mas como o espaço complexo onde entra em choque com os interesses de classe, étnicos, os interesses políticos e em última instância, as visões civilizatórias. Isto é, o espaço de disputa entre os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Ao questionar a relação mecânica entre território e Estados-nação, como se fossem duas categorias que se correspondem naturalmente, esta perspectiva analítica nos oferece a possibilidade de pensar a conformação da territorialidade como resultado de um processo histórico de longa duração e ao, mesmo tempo, como conformação complexa de uma realidade concreta atravessada por tensões e conflitos de diferentes tipos. Trata-se de uma realidade tensa marcada por um dinamismo que está se recriando em cada momento, uma relação permanentemente instável onde o espaço aparece como um campo de forças complexas e contraditórias. As lutas sociais têm que ver com a constituição de novas territorialidades, onde o território nacional (ou o território do Estado-nação) é uma referência longínqua e até certo ponto, externa. Retomaremos estes elementos nos

¹⁴⁵ Para o autor as forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização e as forças centrífugas a um processo de verticalização, podendo atuar em escala mundial, regional, supra-regional, nacional e continental.

¹⁴⁶ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção* (4ta edição). Edusp: São Paulo. 206, p. 193.

capítulos seguintes, quando analisemos as novas territorialidades a partir das lutas dos movimentos sociais e as populações locais na disputa pelos recursos naturais da América Latina.

5.5 Recursos naturais e processo civilizatório

Uma das características mais marcantes de nosso tempo é a crescente importância dos recursos naturais em função de sua utilização a partir dos avanços científicos e tecnológicos, produto de um conhecimento cada vez mais profundo da matéria, da natureza e da vida. Ao mesmo tempo, estes avanços científicos convertem a natureza e seus recursos em um campo de sua própria aplicação. Desta forma, a relação entre recursos naturais e desenvolvimento científico adquire uma articulação cada vez maior.

A apropriação da natureza não está referida unicamente a apropriação de matérias primas, *commodities*, minerais preciosos ou água doce, mas também à capacidade de produzir conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico a partir de uma maior compreensão da matéria, da vida, dos ecossistemas e da biogenética. As novas ciências, que alcançaram enormes avanços durante os últimos anos, são produto deste conhecimento crescente da natureza e do cosmos. Entretanto, muitas delas estão ainda em seu início. Espera-se, durante os próximos anos, que as pesquisas em andamento produzam resultados científicos de grande envergadura, que possam, inclusive, mudar radicalmente a sociedade humana e sua civilização. Estamos frente à perspectiva não apenas de transformações profundas da natureza, mas da possibilidade de criar e administrar uma nova vida no planeta.

Este processo não pode ser entendido, em sua dinâmica mais complexa, fora das estruturas de poder econômico e político a nível mundial, regional e local. O desenvolvimento tecnológico está condicionado e manipulado pelas estruturas de poder mundial, que poetizam a natureza em função de seus objetivos de poder. Assim, servem-se da enorme acumulação histórica de conhecimento para dominar o mundo e privar aos demais povos e setores sociais deste instrumento de poder.

O sistema mundial baseado na divisão internacional do trabalho entre as zonas industriais e manufatureiras e os países produtores de matérias primas, minerais preciosos e produtos agrícolas, consolidou o poder hegemônico dos países centrais e seu domínio em relação às zonas periféricas ou dependentes e os espaços econômicos que ocuparam uma posição de quase periferia. Assim, a

produção industrial de matéria prima que os países periféricos exportavam tendeu a ser a menor possível, consolidando e ampliando a dependência econômica, mas também a dependência científica e tecnológica destas regiões¹⁴⁷.

A disputa global por recursos minerais, recursos energéticos, gestão da biodiversidade, ou da água e dos ecossistemas face às novas ciências, se desdobra em múltiplas dimensões políticas, econômicas e militares. Sem o desenvolvimento de um pensamento estratégico que se afirme no princípio da soberania e em uma visão de futuro de longo prazo, os países latino-americanos e a comunidade de países em processo de integração têm menos condições de fazer frente à esta situação de disputa, onde está em jogo, em última instância, a re-organização de projetos hegemônicos e a emergência de projetos contra-hegemônicos. É claro que este conflito de interesses é mais do que econômico, político ou militar. Na realidade trata-se de visões societárias e projetos civilizatórios em choque.

O processo de “destruição criadora” ao qual se referia Schumpeter, como a capacidade intrínseca do capitalismo para criar novas estruturas tecnológicas e econômicas, destruindo as antigas, ao mesmo tempo em que produziu avanços científicos e tecnológicos sem precedentes na história da humanidade, produziu também ameaças sem precedentes de destruir o próprio planeta e a civilização humana. Assim, a grande capacidade criadora do capitalismo, encontra seus limites na ameaça de sua própria destruição.

Isto leva a uma necessidade vital de redefinição da relação homem-natureza, que se expressa em uma nova visão do mundo e do uso e gestão de seus recursos naturais, ao mesmo tempo em que recupera uma visão humanista que coloca como principal objetivo econômico e social o pleno desenvolvimento do ser humano.

Na América Latina este processo está em andamento, a partir de forças sociais e políticas profundamente comprometidas com a preservação da natureza e o uso de seus recursos a partir dos interesses e necessidades dos povos, postura que corresponde a uma visão civilizatória dos povos originários do continente, expressados em movimentos indígenas com grande capacidade de mobilização e articulação política, em forças progressistas e de esquerda e em ambientalistas e eco-socialistas, empenhados em vincular o desenvolvimento do socialismo a uma nova visão ecológica e de sustentabilidade.

¹⁴⁷ Ver: SANTOS, Theotonio dos. A politização da natureza e o imperativo tecnológico. GREMIMT, Serie 1, N° 7, 2002, 7 p.

O movimento eco-socialista¹⁴⁸ propõe uma reorganização do modo de produção capitalista a partir de novos paradigmas baseados nas necessidades reais da população e na preservação da natureza e do meio ambiente, através de uma economia socialista de transição. Michael Löwy e Frei Beto resumem o ideário eco-socialista da seguinte maneira:

Do ponto de vista dos ecos-socialistas, se faz necessária uma reorganização do modo de produção e de consumo em seu conjunto, baseada em critérios que vão mais além do mercado capitalista: as necessidades reais da população e a proteção do meio ambiente. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, onde a própria população decide, e não as “leis do mercado” ou um Bureau Político autoritário, democraticamente, quais as prioridades e os investimentos (A tradução do inglês é nossa), (LÖWY/FREY BETO, 2009).

Esta transição significa uma ruptura com a ideologia produtivista do progresso, orientando-se para um novo modo de produção que tem por objetivo uma nova civilização, baseada em princípios de igualdade, solidariedade, democracia e em um modo alternativo de vida que busque reorientar os hábitos de consumo no planeta. Assim, esta proposta se aproxima da prática social cotidiana e considera as lutas populares, os sindicatos, os camponeses, os movimentos indígenas, as comunidades eclesiais de base, as comunidades negras, como sujeitos e espaços de mobilização e construção de uma nova civilização pós-capitalista.

Este projeto de uma civilização eco-socialista como alternativa ao capitalismo e ao neoliberalismo, deve ser capaz de incorporar conceitos e práticas sociais de igualdade e desenvolvimento sustentável, tais como os da Revolução Cubana, a insurreição Zapatista em Chiapas, as ocupações de terra do MST (Trabalhadores Rurais Sem Terra de Brasil). Temos que incluir em nossa utopia, nosso projeto e nosso programa, novos paradigmas atualmente emergentes, como a ecologia, o indigenismo, a ética comunitária, o holismo, a solidariedade de subjetividades, o feminismo e o espiritualismo (A tradução do inglês é nossa), (LÖWY/FREY BETO, 2009).

O eco-socialismo, como corrente de pensamento, aproxima-se das formulações da teologia da libertação e do marxismo. Incorpora aportes de pensadores como Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rudolf Bahro, André Gorz, assim como las contribuições de James O'Connor, Barry Commoner, John Bellamy Foster, Joel Kovel, Juan Martinez Allier, Francisco Fernandez Buey, Jorge

¹⁴⁸ Para maiores detalhes sobre o eco-socialismo, ver o trabalho de Michael Lowy e Frei Beto, apresentado no Forum Social Mundial em Belém do Pará-2009, com o título de *Ecosocialism and spirituality*.

Riechman, Jean-Paul Déléage, Jean-Marie Harribey, Elmar Altvater, Frieder Otto Wolf, entre otros.¹⁴⁹

O movimento indígena latino-americano se constituiu em uma das forças sociais mais ativas e mobilizadoras na luta pela defesa da “mãe terra” ou “pacha mama”¹⁵⁰, a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. A Conferência dos Povos sobre a Mudança Climática e os Defeitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba – Bolívia, em abril de 2010, assim o demonstra. Depois dos escassos resultados da 15ª Cúpula das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, em Copenhague, em fins de 2009, que não conseguiu chegar a nenhum acordo sério sobre a redução de gases de efeito estufa no mundo e em relação ao futuro do Protocolo de Kyoto, a convocatória do presidente da Bolívia, Evo Morales, conseguiu mobilizar mais de 30 mil ativistas, ambientalistas, membros dos movimentos sociais, líderes sociais e políticos e intelectuais do mundo que se reuniram na cidade de Tiquiyapa para discutir, não apenas os efeitos da mudança climática, mas também suas causas. Animados pela mensagem inaugural do presidente Morales: “O capitalismo é sinônimo de inanição, o capitalismo é sinônimo de desigualdade é sinônimo de destruição da Mãe Terra. Ou morre o capitalismo ou morre a Terra”, a cúpula de Cochabamba propôs a criação de um Tribunal Internacional de Justiça Climática, com o objetivo de articular um espaço de atuação e mobilização da sociedade civil e os movimentos populares em defesa da natureza e o meio ambiente.

Esta posição de vanguarda planetária na qual se colocou o movimento indígena latino-americano ao conduzir uma reunião global para discutir um dos maiores problemas que afetam o mundo contemporâneo, não se explica unicamente através da capacidade de articulação e crescente poder de pressão política que o movimento alternativo mundial vem desenvolvendo durante as últimas décadas. Esta concepção do mundo, a práxis indígena e a preservação do meio ambiente, corresponde a uma postura civilizatória, que se expressa em uma visão do mundo e uma forma particular de viver nele. Esta concepção do mundo coloca o cuidado e a conservação da “mãe terra”, do espaço onde, como eles dizem, “a vida se cria e se re-cria”, como um princípio fundamental. Desta perspectiva, defender a preservação

¹⁴⁹ Ver: LÖWY, Michael. O que é o Eco-socialismo?, disponível no sítio: http://combate.info/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=94

¹⁵⁰ Significa, na língua quechua, “mãe terra”.

da terra e da natureza significa defender a própria vida. O espírito de Cochabamba reflete claramente esta visão milenária do mundo.

Os processos políticos em curso no Equador e na Bolívia representam, em nossa opinião, os casos mais avançados de redefinição do papel da natureza, do meio ambiente e dos recursos naturais no desenvolvimento social e econômico destes países, que se expressam em uma re-fundação do Estado e uma repactuação constitucional. As constituições de várias nações, elaboradas e colocadas em vigência recentemente, em ambos os países, pedem um novo quadro legal que coloca a natureza como sujeito de direito, representada por qualquer cidadão que considere que estes estão sendo danificados.

A Constituição do Equador, em seu preâmbulo mais geral assinala que “a natureza ou Pacha Mama, da qual somos parte e que é vital para nossa existência” é o espaço onde se constrói “uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia para alcançar o bem viver, ou “*sumak kawsay*”. No artigo 71 do mesmo documento, se assinala:

“A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e a regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos (...). Toda pessoa, comunidade, povo ou nacionalidade poderá exigir da autoridade pública o cumprimento dos direitos da natureza.”

O princípio filosófico indígena do “bem viver”, ou “*sumak kawsay*” em língua quechua, significa, sobretudo, uma relação de respeito e harmonia com a natureza, que garanta para a população “um ambiente são, ecologicamente equilibrado, sustentado e sustentável”. Assim, o Estado Equatoriano assume constitucionalmente o compromisso de preservar o meio ambiente, os ecossistemas, e da proteção de todos os elementos que o formam, a biodiversidade e a integridade do patrimônio genético do país.

Art. 395, I O Estado garantirá um modelo sustentável de desenvolvimento, ambientalmente equilibrado e respeitoso da diversidade cultural, que conserve a biodiversidade e a capacidade de regeneração natural dos ecossistemas, e assegure a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras (Constituição do Equador).

O significado do “bem viver” transcende a visão econômica da terra como meio de produção, para colocá-la no lugar do espaço territorial onde a vida ocorre, onde se entrelaçam a memória coletiva dos povos e a história das civilizações

originais cujo longo processo, entretanto, continua marcando a vida cotidiana das comunidades indígenas e camponesas da América Latina. Assim, se estabelece uma relação profunda entre a comunidade e a terra, entre o homem e a natureza, que se expressa claramente nas constituições do Equador e da Bolívia, quando se estabelece o reconhecimento da integralidade do território indígena e o direito ao uso e aproveitamento dos recursos naturais destes territórios, assim como o direito a consulta e participação na gestão da exploração de os recursos naturais a partir do Estado.

Artículo 403. I. Se reconhece a integralidade do território indígena camponês original, que inclui o direito à terra, ao uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis nas condições determinadas pela lei; à consulta prévia e informada e à participação os benefícios da exploração dos recursos naturais não renováveis que se encontram em seus territórios; a faculdade de aplicar suas normas próprias, administradas por suas estruturas de representação e a definição de seu desenvolvimento de acordo com seus critérios culturais e princípios de convivência harmônica com a natureza (Constituição Política da Bolívia).

Este quadro legal cria as condições para construir mecanismos de gestão social dos recursos naturais, ao reconhecer os direitos das populações locais sobre os recursos naturais de seus territórios. Certamente isto permitirá também, diminuir enormemente a tensão criada pelas práticas de violência e expulsão das populações locais, geralmente indígenas, dos territórios produtores de recursos naturais. Estes conflitos adquirem uma dimensão cada vez mais violenta, em um processo onde a disputa por recursos naturais se apoia cada vez mais em uma política de militarização dos territórios.

Outro aspecto importante nestas novas constituições é a visão estratégica em relação aos recursos naturais, colocando ênfase especial nos minerais, recursos genéticos e biogenéticos e as fontes de água doce. No caso da Bolívia, inclui-se o lítio entre os minerais estratégicos, do qual este país tem quase 98% das reservas mundiais. Como mostraremos mais adiante, o lítio representa a matéria prima para o que pode vir a ser uma mudança no padrão energético na área de transporte, ao ser usado na fabricação de baterias recarregáveis para uma nova tecnologia de veículos.

Art. 346. O patrimônio natural é de interesse público e de caráter estratégico para o desenvolvimento sustentável do país. Sua conservação e aproveitamento para benefício da população será responsabilidade e atribuição exclusiva do Estado, e não comprometerá a soberania sobre os recursos naturais (Constituição Política da Bolívia).

A declaração constitucional de soberania sobre os recursos naturais se coloca como elemento central para regular a administração e a gestão do Estado sobre a exploração, extração e industrialização dos mesmos. São incluídos artigos específicos sobre a participação mínima do Estado na propriedade das empresas ou projetos de exploração e exportação de recursos naturais, sobre a necessidade de regular o pagamento de “royalties” pela extração de minerais, assim como a proteção dos registros e patentes do patrimônio genético.

Art. 408 - São de propriedade inalienável, imprescritível e não embargável do Estado os recursos naturais não renováveis e, em geral, os produtos do subsolo, jazidas minerais e de hidrocarbonetos, substâncias cuja natureza seja distinta da do solo, inclusive os que se encontrem nas áreas cobertas pelas águas do mar territorial e as zonas marítimas; assim como a biodiversidade e seu patrimônio genético e o espectro radioelétrico (Constituição do Equador).

Artículo 255. I. As relações internacionais e a negociação, subscrição e ratificação dos tratados internacionais respondem aos fins do Estado em função da soberania e dos interesses do povo.

II. A negociação, subscrição e ratificação de tratados internacionais serão regidas pelos princípios de: harmonia com a natureza, defesa da biodiversidade, e proibição de formas de apropriação privada para o uso e exploração exclusiva de plantas, animais, microorganismos e qualquer matéria viva (Constituição Política da Bolívia).

As principais políticas promovidas a partir das constituições Plurinacionais, além das já mencionadas, podem resumir-se nos seguintes aspectos:

- Garantir o controle do Estado sobre a cadeia produtiva dos recursos naturais estratégicos: direção da exploração, exportação, industrialização, transporte e comercialização (ver Artigo 351 da Constituição Política da Bolívia);
- Garantir a participação do Estado nos benefícios do aproveitamento dos recursos naturais em proporção não menor que os das empresas que os explora (Ver Art. 408 Constituição do Equador);
- A proteção do conhecimento e da propriedade intelectual sobre os produtos obtidos a partir do conhecimento coletivo associado com a biodiversidade nacional, medicina tradicional, etc. (ver Art.30 e Art.381 da Constituição Política da Bolívia e 402 da Constituição de Equador);
- Promover a industrialização dos recursos naturais para superar a dependência da exportação de matérias primas (ver Art. 311 e 319 da Constituição Política da Bolívia);

- Garantir e promover a gestão social dos recursos naturais (Ver Art. 343, 349, 351 da Constituição Política da Bolívia e Art. 395 da Constituição do Equador).

A questão ecológica e da soberania sobre os recursos naturais assumem assim, um caráter radical e criam condições para uma re-apropriação social da natureza, dentro do contexto de um processo civilizatório que aproxima os povos originários da América Latina a os demais povos do mundo, para conformar o que Theotonio dos Santos chamou “civilização planetária”, que terá que fundar-se em uma política de desenvolvimento global e sustentado da humanidade, incorporando o poder do conhecimento dos vários povos e regionais. Assim, “as formas de adaptação as condições ecológicas e históricas que as várias culturas e civilizações desenvolveram, devem ser respeitadas para produzir um verdadeiro conhecimento universal” (SANTOS, 2002, .5).

A gestão social, econômica e científica dos recursos naturais adquire um papel fundamental no processo civilizatório da humanidade e na reestruturação do capitalismo mundial, que assume diferentes estratégias a partir do centro, das potências emergentes e dos países produtores de matérias primas.

5.6 Ciclos tecnológicos e recursos naturais: uma discussão estratégica

Uma análise teórica dos ciclos de inovação tecnológica em relação aos ciclos econômicos, orientado para desenvolver uma compreensão mais profunda da dinâmica científico-tecnológica no capitalismo contemporâneo, nos oferece chaves importantes para entender a real dimensão dos recursos naturais e a gestão da natureza neste processo. A partir desta análise, os recursos naturais deixam de apresentar-se sob a forma única de *commodities* na análise econômica, para assumir um papel muito mais amplo.

O conhecimento crescente dos recursos naturais, da matéria, da vida e da natureza em seu conjunto não somente implica grandes avanços científicos e tecnológicos, elevação drástica da produtividade do trabalho e uma crescente capacidade de acumulação de capital (concentração, centralização e estatização), mas nos instala frente a um problema essencialmente político: A sustentabilidade do planeta frente à não sustentabilidade do capitalismo contemporâneo, de suas formas

de acumulação e seus limites para superar a anarquia do mercado e para gerenciar o desenvolvimento das forças produtiva a nível planetário.

A expansão das multinacionais, transnacionais e empresas globais conduzem a desequilíbrios crescentes que desarticulam a economia mundial. O mesmo capitalismo que é capaz de produzir forças colossais de criação e inovação necessita destruir dramaticamente aquilo que produz e a própria base natural em que produz para garantir o processo de acumulação. Esta questão nos coloca frente a outro dilema: a necessidade de pensar os ciclos de inovação científico-tecnológicos e os ciclos econômicos em relação ao uso, transformação, apropriação e consumo dos recursos naturais. A forma em que esta relação se encaminhe, representa uma questão estratégica para a civilização humana planetária e para as nações que a confirmam. Certamente, trata-se de uma confrontação entre dois modelos de desenvolvimento: um baseado na planificação e uso sustentável dos recursos naturais, orientado para atender às necessidades da maioria dos atores sociais, e o outro baseado na exploração e expropriação violenta e militarizada destes recursos e das forças sociais e dos povos que os detenham.

Joseph Schumpeter se refere ao processo de “destruição criadora” para explicar a natureza da transformação econômica permanente do capitalismo. Para ele, o impulso fundamental que mantém em funcionamento a máquina capitalista provém de novos bens de consumo, de novos métodos de produção ou transporte, de novos mercados e de novas formas de organização industrial criadas pelas empresas capitalistas. Isto é, provém de sua capacidade de inovação. Este processo de destruição criadora, fundamental para entender o capitalismo, é definido por Schumpeter como a capacidade de transformação industrial que “revolucionaria incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos” (SCHUMPETER, 1961, p.110). Estas revoluções às quais se refere o autor, não devem ser entendidas como permanentes, em um sentido estrito, mas como fenômenos discretos separados por períodos de calma relativa. Entretanto, o processo como um todo é contínuo, na medida em que sempre está em processo uma revolução ou a absorção dos resultados de uma revolução, ambos formando parte de um “ciclo econômico”.

Este processo de “destruição criadora” do que se constitui o capitalismo e ao que se deve adaptar toda empresa capitalista para sobreviver, têm duas implicações analíticas chaves:

1. Na medida em que se trata de um processo cujos elementos necessitam de um tempo considerável para manifestar-se em suas formas verdadeiras e efeitos definitivos, não tem sentido estudá-lo no curto prazo, mas em um período longo de tempo, isto é, um ciclo ou uma sucessão de ciclos econômicos;
2. Ao se tratar de um processo orgânico, ou análise de qualquer de suas partes isoladamente, pode iluminar certos detalhes do sistema, mas não proporciona conclusões mais gerais.

Segundo Shumpeter “todos os exemplos de estratégia econômica adquirem seu verdadeiro significado somente em relação ao processo e dentro da situação por este criado”, isto é, este fenômeno “necessita ser observado no papel que desempenha dentro da tempestade eterna da destruição criadora”.

A competição por novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de insumos, novos tipos de organização, determina a superioridade decisiva em relação ao custo ou à qualidade da produção, e impacta não simplesmente a margem de lucro das empresas existentes, mas a própria capacidade de existir das mesmas. O processo de destruição criadora e a capacidade de inovação do capitalismo são mecanismos de sobrevivência frente a ameaça permanente de sua própria destruição. Para Marx é parte da luta do capital contra a tendência decrescente da de ganho.

Tomando como referência o processo de “destruição criadora” de Shumpeter como sucessão de transformações tecnológicas que afeta o sistema econômico e a análise dos ciclos longos de Kondratiev, como produto de uma série de inovações articuladas, constituindo cada uma delas, uma “revolução industrial”, Amílcar Herrera examina as consequências do impacto da onda de inovações tecnológicas na América Latina¹⁵¹.

O autor chama a atenção para as diferenças que caracterizam a nova onda de inovações em relação aos ciclos anteriores. O primeiro ciclo longo de Kondratiev estava baseado na máquina a vapor e na indústria têxtil; o segundo, no trem e nas

¹⁵¹ HERRERA, 1985, p. 373.

indústrias metal-mecânica e de aço; o terceiro, na combustão interna, motores elétricos e indústria química. Em cada um destes ciclos todo o sistema produtivo se transformou desde a base energética e do transporte até o consumo final da mercadoria. Segundo ele, diferentemente dos ciclos anteriores, a onda atual de inovação, baseada na microeletrônica, não impacta o sistema produtivo em seu conjunto, mas, fundamentalmente, a organização da produção, o processo de trabalho e a divisão social do trabalho.

Amílcar Herrera sustenta que a Revolução Industrial e o surgimento do proletariado consolidaram a economia capitalista e transformaram profundamente a sociedade ocidental. As ondas tecnológicas seguintes mudaram todo o perfil do sistema produtivo, mas não alteraram significativamente a estrutura da sociedade capitalista. A atual onda de inovação tecnológica, através do processo de automação e robotização, tem a capacidade de afetar a base da sociedade contemporânea de forma similar ao impacto causado pela Revolução Industrial do século XIX, constituindo um processo “irreversível” e que tende a acelerar-se. Quais são os elementos que explicam a dinâmica do ciclo de inovação atual que tem consequências tão profundas para o mundo contemporâneo e que o diferenciam dos ciclos anteriores? Em primeiro lugar, sua lógica econômica que permite uma maior produção a menor custo e, em segundo lugar, que a automação é um fenômeno que permite satisfazer as mais antigas aspirações da humanidade, isto é, a libertação do ser humano¹⁵² do trabalho bruto e rotineiro.

A partir desta análise, nos interessa particularmente destacar o impacto da nova onda tecnológica iniciada nos anos oitenta, na América Latina. Isto nos permitirá observar com maior clareza, os desafios científicos e tecnológicos da região no quadro de projetos estratégicos de desenvolvimento que incorporem os interesses das grandes maiorias, dos novos sujeitos sociais e políticos emergentes como parte de um processo de afirmação histórica e civilizatória que recupera uma visão milenar de relação harmônica com a natureza, profundamente comprometida com sua preservação. Certamente, neste contexto surgirão novas visões de desenvolvimento e novos caminhos para alcançá-lo.

¹⁵² Pablo González Casanova chama a atenção sobre o papel de emancipação que têm as “técno ciências” em relação ao trabalhador, na medida em que este se apropria do processo produtivo em seu conjunto, através de um conhecimento, ao mesmo tempo científico e tecnológico, da organização da produção.

O impacto na América Latina do ciclo anterior de Kondratiev, que se inicia com o fim da recessão dos anos 30 e que culminou ao fim dos anos 60, significou um período de “modernização” na região e em geral no chamado Terceiro Mundo, correspondente à introdução da onda de inovações associadas a este ciclo através, basicamente, da expansão das multinacionais. Herrera observa que a estratégia das multinacionais ao difundir estas tecnologias esteve associada ao objetivo de expansão do mercado mundial, ao implementar uma nova divisão internacional do trabalho, que lhes oferecia duas vantagens importantes: Primeiro, porque era um processo simples, porque representava a tradução mecânica da concepção originada nos países desenvolvidos e, segundo, parecia assegurar um crescimento econômico sem mudanças essenciais na estrutura social e econômica predominante nos países da região.

Desta maneira, o modelo de industrialização, amplamente difundido na região, foi conduzido fundamentalmente para atender as necessidades da burguesia e da classe média com os mesmos padrões de consumo dos países centrais. No final deste período, quer dizer, no início dos anos oitenta, o resto da população dos países da região permanecia em situação similar ou pior que no passado, com exceção, talvez, dos países do cone sul. O autor mostra claramente que a onda de inovação associada ao ciclo longo anterior não conseguiu melhorar a distribuição da riqueza, como ocorreu nos países centrais. Consequentemente, enquanto que os países mais desenvolvidos estão entrando em uma era pós-industrial, os países da América Latina estão sofrendo o impacto da nova onda de inovação tecnológica sem ter conseguido os benefícios do ciclo anterior.

Conclui Amílcar Herrera com a seguinte observação: O fracasso da América Latina em beneficiar-se totalmente da onda anterior de Kondratiev se deveu ao fato de que as forças sociais hegemônicas foram incapazes de atuar, ou atuaram com má fé, ao implantar as mudanças sócio-institucionais necessárias. A estratégia para enfrentar um novo ciclo, diz o autor, implica na introdução de um conjunto de transformações radicais nas estruturas sócio-institucionais vigentes. Um paradigma tecnológico não é um sistema fechado cuja evolução está univocamente determinada. Pelo contrário, trata-se de um núcleo de conhecimentos e elementos básicos tecnológicos que oferecem uma grande variedade de possíveis trajetórias, cuja orientação é, em grande medida, determinada pelo ambiente social e político,

que desenvolve uma capacidade de tomada de decisões nos campos tecnológicos considerados críticos para o desenvolvimento socioeconômico. (HERRERA, 1985, p. 384).

A pergunta conclusiva que faz o autor nos parece plenamente vigente: Quais são as forças sociais capazes, e desejosas, de implementar as mudanças sócio-econômicas, e qualquer outro tipo de transformações, necessárias para que os países da região se beneficiem da nova onda de inovação tecnológica do terceiro ciclo de Kondratiev? Trataremos de responder esta pergunta mais adiante.

5.7 Biodiversidade, ciência e novos padrões científico-tecnológicos

A inovação tecnológica não é um fenômeno aleatório, mas está estreitamente ligada à dinâmica do capitalismo mundial e a sua forma de acumulação. Temos visto, através do conceito de “destruição criadora” elaborado por Schumpeter, o enorme potencial desta dinâmica que precisa que as empresas capitalistas gerem inovações como a única garantia de sobrevivência, destruindo os antigos sistemas e criando novos, “de dentro para fora”. É claro que este processo de inovação científica não pode ficar nas mãos das empresas, mas necessita da intervenção do Estado como gestor deste processo, porque as demandas de investimento, mobilização de recursos e transformações político-institucionais exigem que se exceda a capacidade de gestão de qualquer empresa privada.

A análise de Amílcar Herrera deixa claro que, a capacidade de aproveitamento dos ciclos de inovação tecnológica na América Latina depende do desenvolvimento de uma estratégia para orientar as mudanças políticas e institucionais, que permitam as tomadas de decisões em campos tecnológicos considerados críticos. O fracasso da região para beneficiar-se da onda anterior se deveu à incapacidade das forças sociais hegemônicas para introduzir o conjunto de transformações radicais que as estruturas sócio-institucionais vigentes necessitavam. Esta “incapacidade” tem que ver, certamente, com o fato de que os interesses das classes dominantes em nossa região estiveram historicamente articulados com os interesses das potências hegemônicas. Na base do capitalismo dependente latino-americano está o espírito colonial de suas classes dominantes, que em grande medida, renunciaram a uma aposta própria de desenvolvimento nacional, como mostrado no capítulo 4 desta tese.

A atual conjuntura latino-americana coloca enormes desafios para as forças progressistas da região. Talvez um dos mais importantes seja a necessidade de elaborar um pensamento estratégico que permita recuperar a gestão econômica e científica dos recursos naturais que a América Latina possui. A soberania sobre estes recursos naturais significa enfrentar uma política articulada de dominação e apropriação dos mesmos, política que marca profundamente a estratégia hegemônica dos Estados Unidos, e que se desdobra em estratégias econômicas, políticas e militares, como veremos nos capítulos seguintes.

Parece-nos útil destacar os elementos centrais do pensamento estratégico de dos Estados Unidos na área científica, já que isto nos dá uma dimensão clara de quais são os interesses geopolíticos na região.

A estratégia científica dos Estados Unidos para a década 2007 - 2017 está desenvolvida no documento *Facing Tomorrow Challenges: Science in decades 2007–2017*, elaborado pela agência *U.S. Geological Survey*, ligada ao Departamento do Interior dos Estados Unidos com a participação de uma equipe multidisciplinar de mais de cinquenta cientistas *senior*. Este documento estabelece a orientação estratégica do desenvolvimento científico, e as políticas de investimento e pesquisa em inovação tecnológica e na formação de cientistas, ao mesmo tempo em que conduz o planejamento e o monitoramento do Estado nos mais diversos níveis organizacionais. Desta maneira, o desenvolvimento científico se coloca em sua exata dimensão política, organicamente articulado com os objetivos estratégicos mais gerais do país, para atender às necessidades vitais do que se entende por “desenvolvimento da nação”, como podemos ver na seguinte citação:

Durante a próxima década, o governo federal, a indústria e outros setores necessitarão uma melhor compreensão da distribuição nacional e global, origem, uso e consequências do uso destes recursos (naturais) para dirigir a gestão da aplicação interna da nação, predizer suas necessidades futuras assim como guiar padrões de inovação em uso, facilitar a criação de novas indústrias e assegurar o acesso a aplicações apropriadas.¹⁵³

Coloca-se como objetivo fundamental da estratégia científica a gestão dos recursos naturais para assegurar a aplicação dos mesmos à “nação”. Isto implica na compreensão e na origem destes recursos, na distribuição global e na predição de necessidades futuras em relação aos mesmos. O que está em jogo então, (sai) é

¹⁵³ *Facing Tomorrow Challenges: U.S. Geological Survey Science in decades 2007 – 2017*, USGS, p. 20.

um domínio de longo prazo dos recursos naturais a nível global. Quais são os eixos centrais desta estratégia? Vejamos:

1. Entender os ecossistemas e prever suas mudanças para assegurar o futuro econômico e ambiental da Nação;
2. Verificar a variabilidade e a mudança do clima, registrando e avaliando suas consequências;
3. Energia e minerais para o futuro da América, proporcionando uma base científica para a segurança dos recursos, da saúde do meio ambiente, da vitalidade econômica e do manejo da terra;
4. Desenvolver um programa nacional de avaliação de perigos, riscos e resistências para garantir a saúde em longo prazo e a riqueza da nação;
5. Entender o papel do meio ambiente e da vida animal na saúde humana, através de um sistema que identifique os riscos do meio ambiente para a saúde pública na América;
6. Elaborar um censo da água nos Estados Unidos para quantificar, prever e assegurar água doce para o futuro da América.¹⁵⁴

Fica claro que os interesses estratégicos dos Estados Unidos se dirigem fundamentalmente para os recursos energéticos, minerais e a água, como se assinala explicitamente no documento analisado. Além disso, coloca-se a compreensão e previsão dos ecossistemas como base para “assegurar o futuro econômico do país”. Este objetivo está diretamente ligado à pesquisa biogenética e ao estudo de ecossistemas com alta concentração de biodiversidade, que é a base material para grande parte das novas ciências ligadas à pesquisa genética. Trata-se de desenvolver uma base científica para garantir a segurança e o fornecimento destes recursos naturais.

Não é nossa intenção avançar em um estudo profundo de cada um destes eixos para o desenvolvimento científico dos Estados Unidos, inclusive porque não o faríamos com propriedade. Entretanto, nos interessa mostrar que as estratégias política, econômica e militar desta potência, na região, se desenvolvem no quadro de uma política de apropriação e domínio de recursos naturais considerados vitais.

¹⁵⁴ *Facing Tomorrow Challenges: U.S. Geological Survey Science in decades 2007 – 2017*, USGS, p viii - ix.

Apartir desta perspectiva, no capítulo seguinte desenvolvemos uma análise mais detalhada dos minerais estratégicos.

5.8 A centralidade da água como recurso estratégico

Um elemento de importância central na estratégia de apropriação e domínio dos recursos naturais é a água. Já em 1995 o então vice-presidente do Banco Mundial, Ismail Serageldin, observava, em uma entrevista publicada no semanário *Newsweek*, que se muitas das guerras do século XX foram por petróleo, as do século XXI serão por água¹⁵⁵. Talvez esta seja uma declaração pouco apropriada para quem desempenhou um alto cargo de direção de uma das instituições mais comprometidas com a privatização da água doce no mundo.

Carlos Walter Porto Gonçalves chama a atenção sobre a dimensão global da disputa pela apropriação e controle da água que se aprofundou a partir da segunda metade da década de 1990. Vejamos:

Hoje a questão da água não se apresenta mais como um problema localizado, manipulado seja por oligarquias latifundiárias regionais ou por políticos populistas. Esses antigos protagonistas que durante tanto tempo manejaram a escassez da água, intermediando secas e bicas, estão sendo substituídos no controle e a gestão desse recurso por novos e outros protagonistas (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 1)

Os protagonistas desta disputa, segundo o autor, já não são mais atores políticos locais, mas globais: as grandes corporações transnacionais, as grandes organizações não governamentais, e os gestores globais. Estes protagonistas configuram, o que o autor denomina, um novo território global onde operam em escala mundial, articulando os interesses dos gestores técnicos que se atribuem a tarefa de “melhorar a eficiência do aproveitamento da água” e o dos empresários interessados no processo de privatização deste recurso natural. O argumento central que está na base ideológica deste processo sustenta que, ao ser a água um recurso escasso, se faz imprescindível uma gestão eficiente do mesmo. Logo, se conclui que a melhor maneira de assegurar esta eficiência é através de uma “política de preços adequada” e um processo de privatização. Este argumento, que o neoliberalismo usou até o cansaço durante as duas últimas décadas do século passado para aplicar seu modelo econômico na América Latina, foi a sustentação

¹⁵⁵ Ver: *Of water and wars. Interview with Dr. Ismail Serageldin, senior Vice President, World Bank.* Em: FRONTLINE, Vol. 16, N°9, abril-maio de 1999, disponível no sítio: <http://www.hinduonnet.com/fline/fl1609/16090890.htm>.

para a privatização de grande parte das empresas públicas a preços de banana na região. A água não foi uma exceção.

Assim, colocaram-se, nas mãos de empresas privadas, os sistemas de distribuição de água potável nas cidades, cuja “eficiência” no tratamento adequado e na qualidade da água conduziu à expansão de um novo setor, o da água potável engarrafada, que funciona como um oligopólio global. Esta mercantilização da água elevou drasticamente os lucros da indústria da água potável, que se manifestou em um aumento impressionante do preço dos serviços¹⁵⁶ gerando conflitos cada vez mais tensos com as populações mais pobres das grandes cidades, que não tem acesso a este serviço ou que se veem obrigadas a pagar preços proibitivos pelos mesmos.

No ano 2000, a Bolívia foi o cenário de um conflito intenso, conhecido como a Guerra da Água, agravado pela existência de uma cláusula de confidencialidade no contrato de concessão do serviço de água na cidade de Cochabamba, outorgado ao consórcio liderado pela empresa Americana, Bechtel, que impedia conhecer os termos da concessão (Porto Gonçalves, 2004). Depois que a empresa americana se retirara da Bolívia fugindo dos protestos populares pela privatização e encarecimento da água, o governo boliviano foi condenado por um tribunal arbitral do Banco Mundial a pagar uma indenização à Corporação Bechtel. É assim como os acordos multilaterais de comércio e investimento consagram os direitos das grandes corporações sobre os recursos hídricos, mas não o direito humano dos povos sobre este recurso.¹⁵⁷

Duas visões contrapostas estão em choque na disputa pela água. A primeira, baseada na lógica da mercantilização da água, que pretende fazer deste recurso uma *commodity* mas, sujeita a uma política de preços cada vez mais dominada pelo processo financeiro e o chamado “mercado de futuros”. Esta visão encontra no Conselho Mundial da Água, composto por representantes das principais empresas privadas de água que dominam 75% do mercado mundial, seu espaço de articulação mais dinâmico. O Segundo Fórum Mundial da Água, realizado no ano 2000 declarou, no documento final da reunião, que a água não é mais um direito

¹⁵⁶ Porto Gonçalves chama a atenção sobre o caso do bairro El Alto, em la Paz, onde o preço da água potável aumentou em 600% desde que a empresa francesa Lyonnaise des Eaux, através do Consórcio Águas de Illimani, assumira o controle da água.

¹⁵⁷ Ver: Roberto Bissio. El derecho humano al agua, Alai, 26 de julio de 2010. Disponível em: <http://alainet.org/active/39769>

inalienável, mas uma necessidade humana. Esta declaração justifica do ponto de vista ético, o processo em curso de desregulamentação e privatização deste recurso natural. A última reunião realizada com o nome de IV Fórum Mundial da Água, em março de 2009 em Istambul, ratifica esta caracterização da Água. Um aliado importante do Conselho Mundial da Água foi o Banco Mundial, principal impulsor das empresas mistas, público-privadas, para a gestão local da água.

A outra visão se reafirma na consideração da água como direito humano inalienável. Esta visão é defendida por um amplo conjunto de movimentos sociais, ativistas e intelectuais articulados em um movimento global pela defesa da água, que propõe a criação de espaços democráticos e transparentes para a discussão desta problemática a nível planetário. Este movimento, que não reconhece a legitimidade do Fórum Mundial da Água, elaborou uma declaração alternativa à reunião de Istambul, reivindicando a criação de um espaço de debate global da água nos quadros da ONU, reafirmando a necessidade da gestão pública deste recurso e sua condição de direito humano inalienável.¹⁵⁸

A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou em julho de 2010 a proposta apresentada pela Bolívia, e respaldada por outros 33 Estados, de declarar o acesso à água potável como um direito humano. Como previsível, os governos dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido se opuseram a esta resolução, com a qual, na opinião de Maude Barlow, ex-assessora sobre água do presidente da Assembléia Geral da ONU, esta resolução perde peso político e viabilidade prática¹⁵⁹. Estes quatro países, e suas forças políticas mais conservadoras, aparecem como o grande obstáculo: a coalizão liberal conservadora de David Cameron, em Londres, sustenta que quer retirar da resolução a menção ao saneamento e que não admite o reconhecimento da água como direito humano. Na Austrália os trabalhistas no poder privatizaram a água e resistem a assinar um documento que vá contra esta prática. O primeiro ministro do Canadá, o conservador Stephen Harper sustenta que não pode apoiar tal resolução porque isto obrigaria seu país a compartilhar suas reservas hídricas com os Estados Unidos¹⁶⁰. O perigo para os operadores da água é grande, certamente, um reconhecimento da água e do saneamento como direito

¹⁵⁸ Ver: Mabel Faria de Melo. “Água não é mercadoria”. Em: ALAI, 3 de abril de 2009.

¹⁵⁹ Ver: Roberto Bissio. El derecho humano al agua, 26 de Julho de 2010. Disponível no sítio:

<http://alainet.org/active/39769>

¹⁶⁰ Ibidem

humano poria limites nos direitos das grandes corporações sobre os recursos hídricos, direitos consagrados pelos acordos multilaterais de comércio e investimentos.

Os governos da América Latina estão avançando no reconhecimento da água como direito inalienável e na afirmação da soberania e gestão pública destes recursos. A Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia reconhece, em seu artigo 371 que—“A água constitui um direito fundamental para a vida, no quadro da soberania do povo”, estabelece ainda que “O Estado promoverá o uso e acesso à água na base de princípios de solidariedade, complementação, reciprocidade, equidade, diversidade e sustentabilidade.

O que está em questão então é um processo violento de expropriação e privatização do recurso natural mais importante para a vida. Não nos surpreende então que um dos seis eixos da estratégia científica dos Estados Unidos esteja orientado para elaborar um inventário da água “para quantificar, prever e assegurar água doce para o futuro da América”¹⁶¹. Apesar da importância fundamental da água potável para consumo humano, e necessário assinalar também a importância vital deste recurso para a agricultura, que impacta diretamente a soberania alimentar, e para o processo industrial como um todo.

Certamente, a disputa pela apropriação e controle da água no planeta adquire dimensões que extrapolam unicamente os interesses mercantilistas das empresas transnacionais, colocando-se como um elemento fundamental na geopolítica mundial. Está claro que o planeta necessita urgentemente de uma política global para mudar a tendência do complexo processo de desordem ecológica que, ao mesmo tempo em que acelera a dinâmica de desertificação em algumas regiões, incrementa os fenômenos de inundação, produto de chuvas torrenciais, em outras. As consequências devastadoras que a degradação do meio ambiente está provocando e a gravidade da situação global que tende a aprofundar-se colocam em discussão a própria noção de desenvolvimento e de civilização.

Para ter melhores elementos de análise desta problemática de um ponto de vista geopolítico, se faz indispensável colocar algumas informações técnicas em relação às reservas de água no mundo, aos sistemas hídricos e seu impacto nos ecossistemas.

¹⁶¹ *Facing Tomorrow Challenges: U.S. Geological Survey Science in decades 2007 – 2017*, USGS, p viii - ix.

Há muito tempo a pesquisa hidrológica dos ciclos globais da água têm demonstrado que 99% da água doce acessível do planeta se encontram nos aquíferos de água doce, visíveis nos rios, lagos e camadas congeladas de gelo¹⁶². Estas águas constituem sistemas hídricos dinâmicos e desenvolvem seus próprios mecanismos de reposição que dependem, fundamentalmente, das chuvas. Parte deste caudal se infiltra nas rochas subjacentes e se deposita debaixo da superfície, no que se conhece como aquíferos.

Os aquíferos e as águas subterrâneas que os formam são parte de um ciclo hidrológico cujo funcionamento determina uma complexa interrelação com o meio ambiente. Na natureza, as águas subterrâneas são um elemento chave para muitos processos geológicos e hidro-químicos, e tem também uma função relevante na reserva ecológica, já que mantêm o caudal dos rios e é a base dos lagos e dos pântanos, impactando definitivamente os habitats aquáticos que se encontram neles. Portanto, os sistemas aquíferos além de serem reservas importantes de água doce, são fundamentais para a preservação dos ecossistemas.¹⁶³

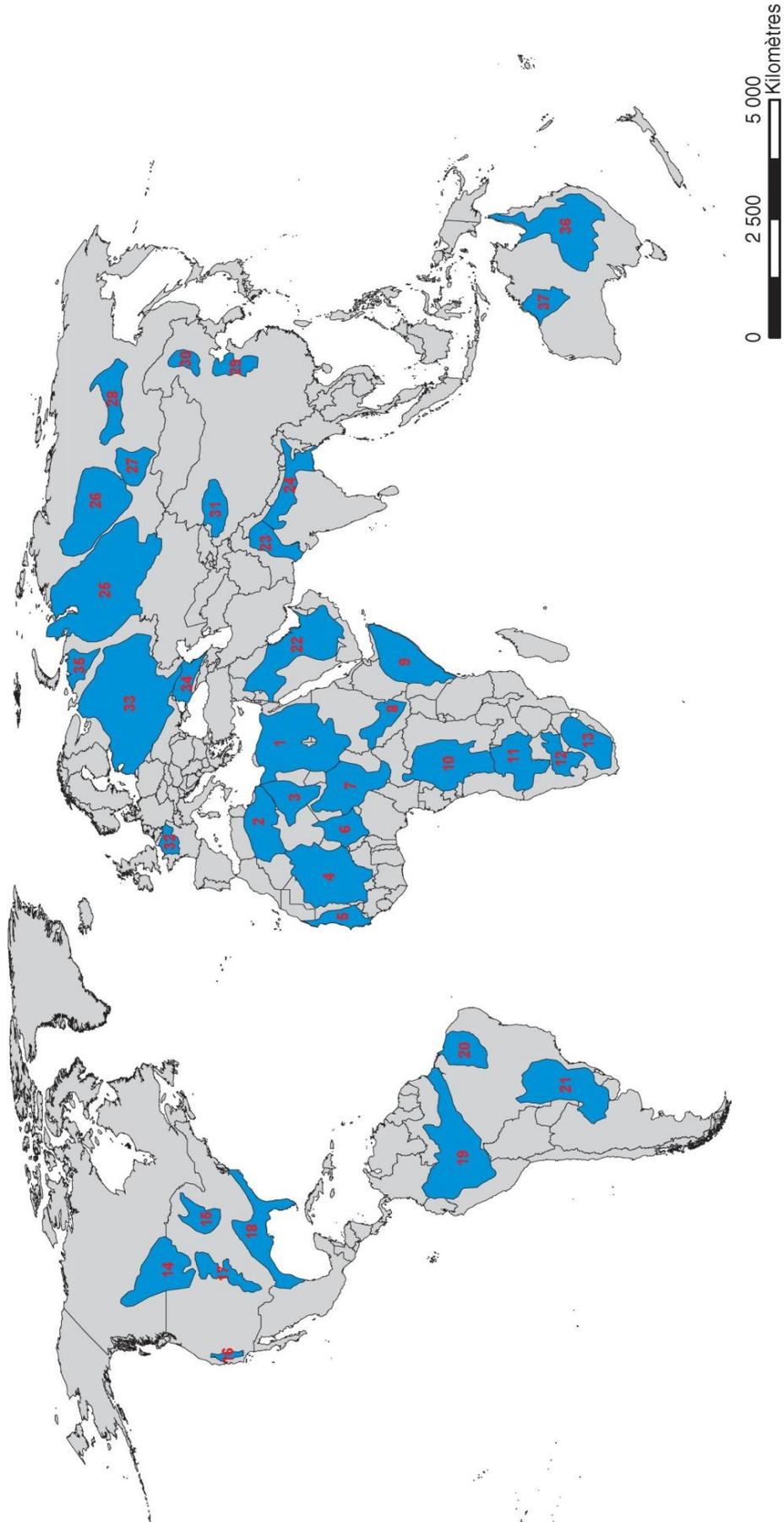
A identificação dos sistemas aquíferos é um requisito básico para qualquer política de sustentabilidade e gestão de recursos hídricos que permitam que o sistema continue funcionando, e do ponto de vista de nossa pesquisa, é imprescindível para uma análise geopolítica que busque por em evidência elementos estratégicos na disputa pelo controle e apropriação da água.

O mapa 1 mostra os grandes aquíferos do mundo, identificando 37 sistemas aquíferos com grande potencial de recursos hídricos disponíveis. O mapa nos permite observar a grande concentração de reservas de água nas áreas tropicais e subtropicais, em função do regime de chuvas e da existência de grandes sistemas hídricos e florestas úmidas.

¹⁶² Estas últimas não são consideradas no inventário de água doce disponível por constituírem massas de gelo “perpétuo”, apesar de que os fenômenos de desordem ambiental global estão jogando nos mares enormes volumes de água provenientes dos degelos, com um gravíssimo impacto ambiental.

¹⁶³ Ver: UNESCO. *Atlas of transboundary aquifers: Global maps, regional cooperation and local inventories*, International Hydrological Programme. Editado por S. Puri and A. Aureli, Paris, 2009, p. 15-17.

Mapa 3
Grandes aquíferos do mundo



Fonte: Atlas of Transboundary Aquifers. Global maps, regional cooperation and local inventories. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

LEGENDA MAPA 1
África
1. Nubian Aquifer System (Nubian Sandstone and Post Nubian)
2. North-Western Sahara Aquifer System (NWSAS)
3. Murzuk – Djado Basin
4. Taoudeni – Tanezrouft Basin
5. Senegalo-Mauritanian Basin
6. Iullemeden – Irhazer Aquifer System
7. Lac Chad Basin
8. Sudd Basin (Umm Ruwaba Aquifer)
9. Ogaden-Juba Basin
10. Congo Basin
11. High Kalahari Cuvelai
América do Norte
14. Northern High Plains Aquifer System
15. Cambrio-Ordovician Aquifer System
16. Central California Valley Aquifer System
17. Ogallala Aquifer (High Plains)
18. Atlantic Ocean and Gulf coastal plains Aquifer
América do Sul
19. Amazonas Basin
20. Maranhão Basin
21. Guarani (or Mercosul) Aquifer System
Ásia
22. Arab Aquifer System
23. Indus Basin
24. Indus-Gange-Brahmaputra Basin
25. Western Siberia Basin
26. Tunguss Basin
27. Angara-Lena Basin
28. Yakut Basin
29. Northern China (Huang Huai Hai Plain) Aquifer System
30. Song-Liao Plain
31. Tarim Basin
Europa
32. Paris Basin
33. Russian Platform
34. Northern Caucasus Basin
35. Pechora Basin
Austrália
36. Artesian Grand Basin
37. Canning Basin

As grandes reservas hídricas como a bacia do Congo, Amazonas, o aquífero Guarani, os grandes lagos, da África central, coincidem com a existência de grandes populações em expansão e fortes conflitos étnicos e religiosos. Além disso, grande parte dos países, desta região, se encontra sob forte pressão do sistema financeiro internacional que busca implantar uma gestão neoliberal dos recursos hídricos através de seu pessoal técnico para quem as estações de tratamento de água, reciclagem e construção de mecanismos que evitem a contaminação dos aquíferos, são gastos supérfluos.¹⁶⁴

Os maiores aquíferos da Europa se encontram na região euro asiática, destacando, por sua dimensão, a bacia russa, mais próxima da região polar. A Europa ocidental se vê reduzida ao único aquífero de médio porte, na bacia de Paris. Em quase todos os casos, as reservas de água da Europa padecem de problemas que afetam sua qualidade, o que ampliou drasticamente o consumo de água engarrafada, que se converteu em um item obrigatório na cesta de consumo familiar¹⁶⁵. A Europa registra, proporcionalmente, a maior taxa mundial de extração de água para consumo humano: do total de água que se extrai, mais de 50% é utilizada pelos municípios, aproximadamente 40% se destinam à agricultura e o restante se consome no setor industrial. No caso dos Estados Unidos, a extração de água se distribui da seguinte maneira: 70% agricultura, 20% consumo em municípios e 10% na indústria, taxas similares as da Ásia oriental.¹⁶⁶

A Ásia depende dos grandes aquíferos do norte da China e da Sibéria, mais próxima da região polar. Um dos casos mais graves é o da Índia, que como veremos mais adiante, tem uma das taxas mais altas de extração de água subterrânea do mundo.

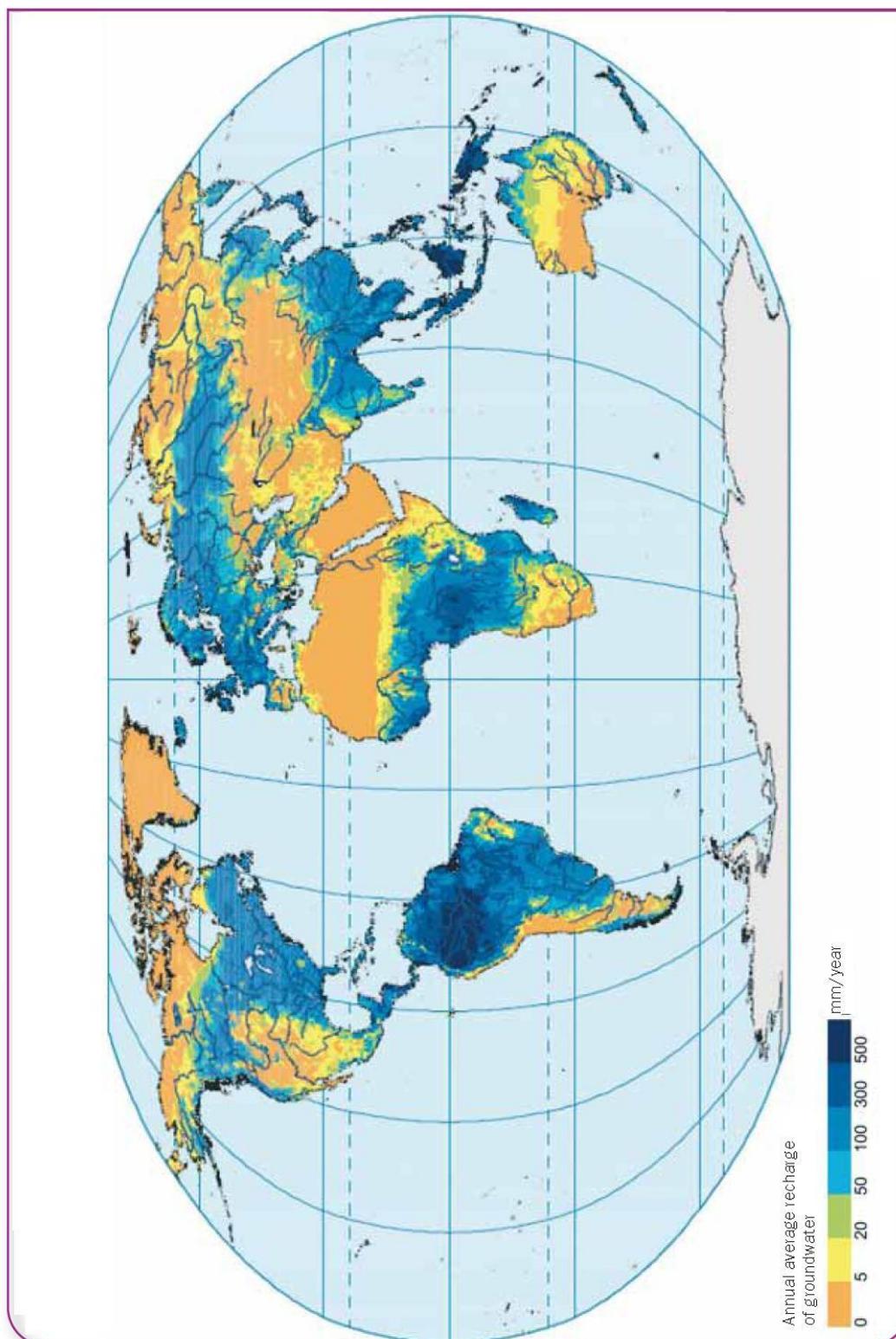
A América do Sul possuem três grandes aquíferos: a bacia do Amazonas, a bacia do Maranhão e o sistema aquífero Guarani, que mais parece um “mar subterrâneo” de água doce que se estende por quatro países do cone sul: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Pelo volume das reservas destes aquíferos e, como veremos mais adiante, pela capacidade de reposição da água destes sistemas, a América do Sul representa a principal reserva de água doce do planeta.

¹⁶⁴ Teixeira, 2005.

¹⁶⁵ Teixeira, 2005.

¹⁶⁶ *Transboundary Aquifers Inventory*, p. 33.

Mapa 4: Reposição de águas subterrâneas
Distribuição mundial da media anual de reposição de água subterrânea
(1991-1990) cálculos por 0,5 square degree grid



Fonte: Atlas of Transboundary Aquifers. *Global maps, regional cooperation and local inventories*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. UNESCO, 2009

Os aquíferos recebem a reposição da chuva e por isso são, em sua maioria, renováveis. Dependendo do tamanho e das condições climáticas da localização dos aquíferos, o período de renovação oscila entre dias e semanas (nas rochas cársticas), ou entre anos e milhares de anos caso se trate de grandes bacias sedimentárias. Em regiões onde a reposição é muito limitada (como nas regiões áridas e hiper-áridas) o recurso da água subterrânea pode ser considerado como "não renovável"¹⁶⁷.

O mapa 2 mostra a reposição de águas subterrâneas no mundo, mostrando o potencial de recarga e distribuição de água em cada um dos continentes. Como se pode observar, as regiões mais críticas, por terem uma reposição limitada de água (menos de 5 milímetros de chuva ao ano) são o norte da África, na região desértica do Saara; a Índia; a Ásia central; grande parte da Austrália; a estreita faixa desértica que vai desde a costa peruana até o deserto de Atacama no Chile e a região norte do México e grande parte da região centro oeste de Estados Unidos. Nestas regiões, se pode considerar a água como recurso não renovável.

A África subsaariana, o sudeste asiático, a Europa, os Bálcãs, a região norte da Ásia e a região norte ocidental de América do Norte registram níveis moderados de reposição de água, entre 50 e 100 mm por ano.

A região de maior reposição de água do mundo é a América do Sul, onde em quase todo o território subcontinental se registram níveis de reposição de água superiores a 500 mm/ano, o que constitui o principal fator de abastecimento dos sistemas aquíferos da região.

É necessário ter claro que as bacias dos rios não necessariamente coincidem geograficamente com os aquíferos, o que pode ser determinado com facilidade pela hidrologia e a geo-hidrogeologia. Assim, podemos prever que a extensão dos aquíferos é muito maior que a superfície visível que mostram. Os aquíferos e as águas subterrâneas que os formam, são parte de um ciclo hidrológico cujo funcionamento determina uma complexa interrelação com o meio ambiente. Ao mesmo tempo, as águas subterrâneas são um elemento chave para muitos processos geológicos e hidro-químicos.

Se levarmos em conta o que foi colocado anteriormente, podemos analisar em sua real dimensão a importância dos sistemas aquíferos da América do Sul, com

¹⁶⁷ *Atlas of Transboundary Aquifers*, p. 16

sua altíssima capacidade de reposição de águas superficiais e subterrâneas, não somente para o abastecimento de água doce mas também para a manutenção e reprodução dos sistemas ecológicos e da biodiversidade.

Outro aspecto estratégico a ser considerado na geopolítica mundial da água é o nível de extração deste recurso em cada região, que pode nos dar uma dimensão real do panorama do esgotamento dos sistemas hidrográficos e das camadas freáticas. O mapa 3 mostra que o maior nível de extração para consumo de água subterrânea no mundo ocorre nos Estados Unidos e na Índia, onde supera os 100 km³ por ano, seguidos da China continental, Paquistão, Irã e México, com um nível de extração que vai de 20 a 100 km³ por ano. Nestas regiões, as camadas freáticas registraram uma diminuição de quase 1 metro acima do nível de reposição natural de água por ano¹⁶⁸, o que indica uma tendência de esgotamento das reservas nestes países, que pode levar a uma crise muito grave em um horizonte de 15 a 20 anos. Nos Estados Unidos a situação se agrava pela existência de grandes cidades em pleno deserto, como o caso de Las Vegas, que exercem pressão constante sobre as reservas, assim como o uso intensivo de água na agricultura subsidiada, além dos avanços na contaminação de suas grandes reservas, como a região dos Grandes Lagos.

Na América do Sul, o Brasil registra a taxa mais alta de extração de água subterrânea, entre 15 e 20 km³ por ano. Isto se explica, em grande medida, pela agricultura, que representa quase 50% do consumo total de água deste país. Para ter uma ideia mais clara da dimensão do consumo de água da atividade agrícola, Carlos Walter Porto Gonçalves nos oferece um exemplo bastante ilustrador: “Para produzir um quilo de milho são necessários mil litros de água, um quilo de frango consome cerca de dois mil litros. Se imaginarmos que uma pessoa consome 200 gr de frango e 800 gr de milho por dia, haverá consumido 500 vezes mais água do que bebe”.¹⁶⁹

O caso da África merece também especial atenção, porque apesar da extração de água subterrânea não é muito elevada em relação a outras regiões, até 20 km³ por ano, trata-se de uma camada freática quase sem capacidade de reposição, portanto, a extração leva a um processo acelerado de esgotamento de reservas hídricas.

¹⁶⁸ Ver: Teixeira, 2005.

¹⁶⁹ Porto Gonçalves, 2004, p.18.

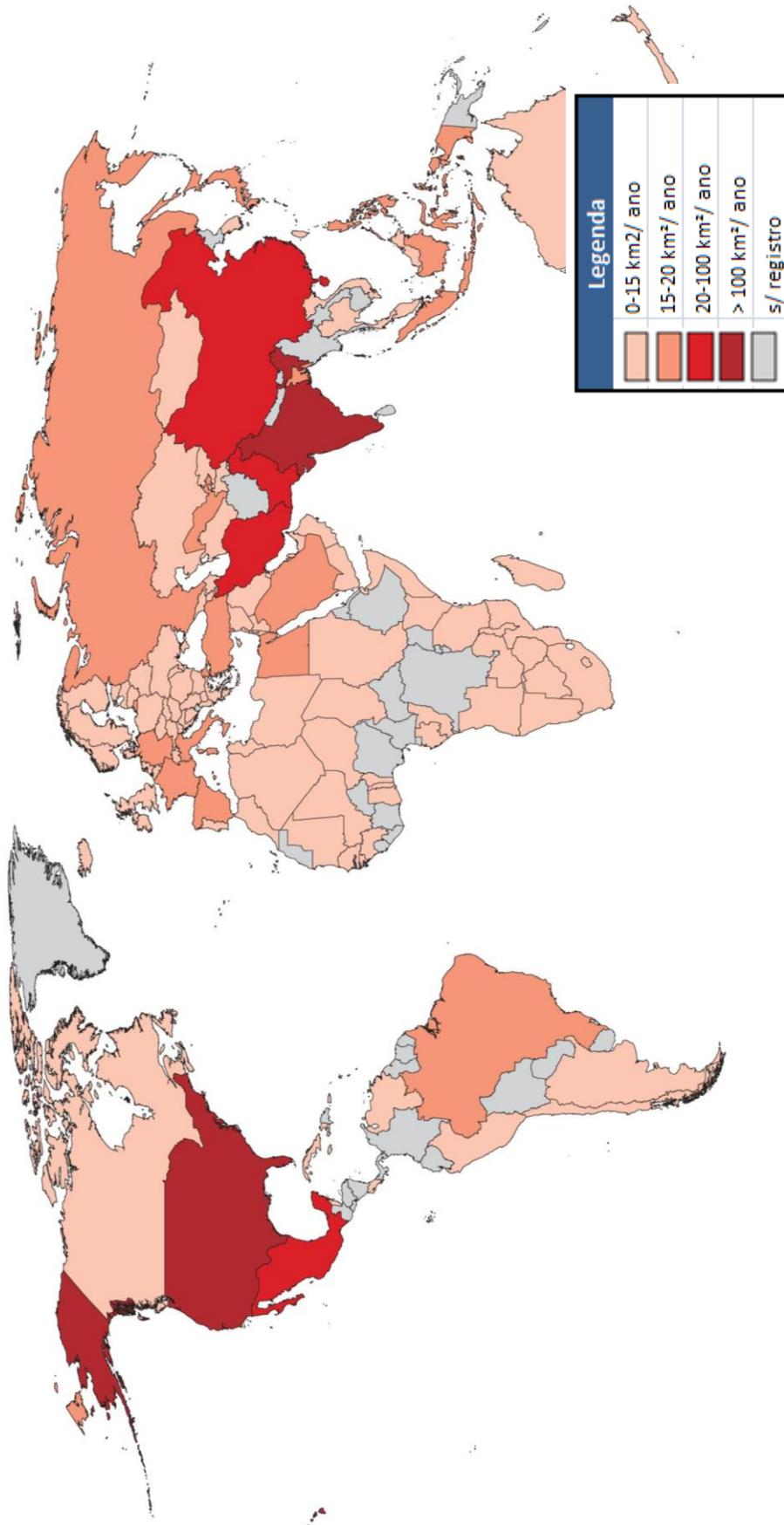
A China, a Índia e o Oriente Médio são também regiões extremamente críticas pelo elevado nível de extração de reservas de água, produto do processo dinâmico de industrialização e sua dimensão populacional. Os dados de extração de água, por setor econômico, indicam que quase 75% da água extraída na Ásia são consumidas na agricultura e mais de 10% no setor industrial. Além do mais, em termos absolutos, a Ásia é a região onde se registra a extração de água doce subterrânea mais elevada do mundo: ao redor de 500 km³ por ano, segundo dados de 2009. Em segundo lugar se coloca a América do Norte, com 150 km³ e em terceiro lugar a Europa, que extrai 80 km³. A América Latina é o continente de menor extração, com aproximadamente 25 km³ por ano. (ver Mapa 4).

Em geral, durante as últimas três décadas a extração da água dos aquíferos do planeta cresceu exponencialmente. Esta extração se estima em uma média de 600 a 800 km³ por ano.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Ver: *Atlas of Transboundary Aquifers*.

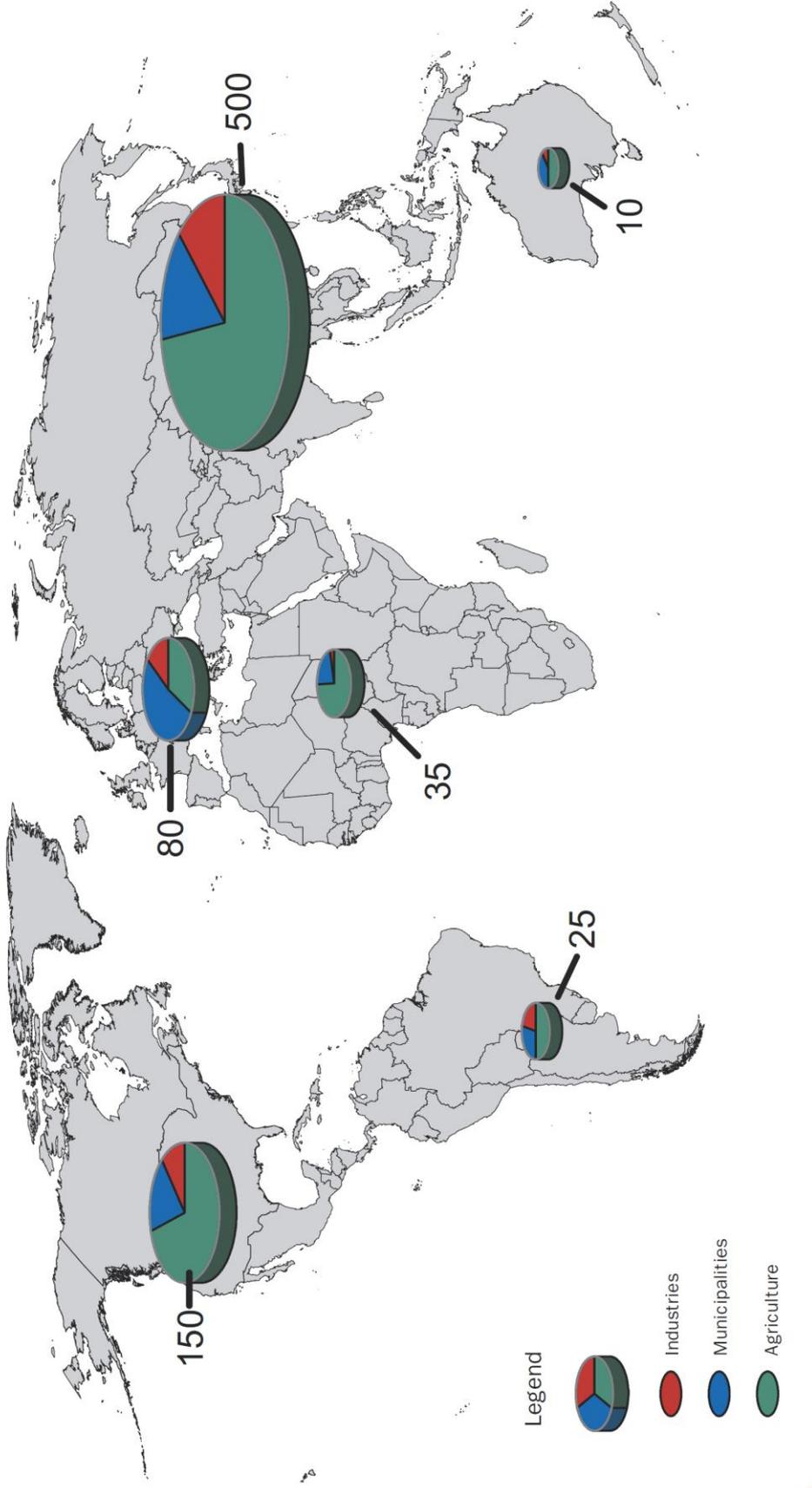
Mapa 5

Extração Nacional total de água subterrânea atualmente, por país.



Fonte: Atlas of Transboundary Aquifers. *Global maps, regional cooperation and local inventories*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. UNESCO, 2009

Mapa 6
Extração de água por setor de utilização em cada região

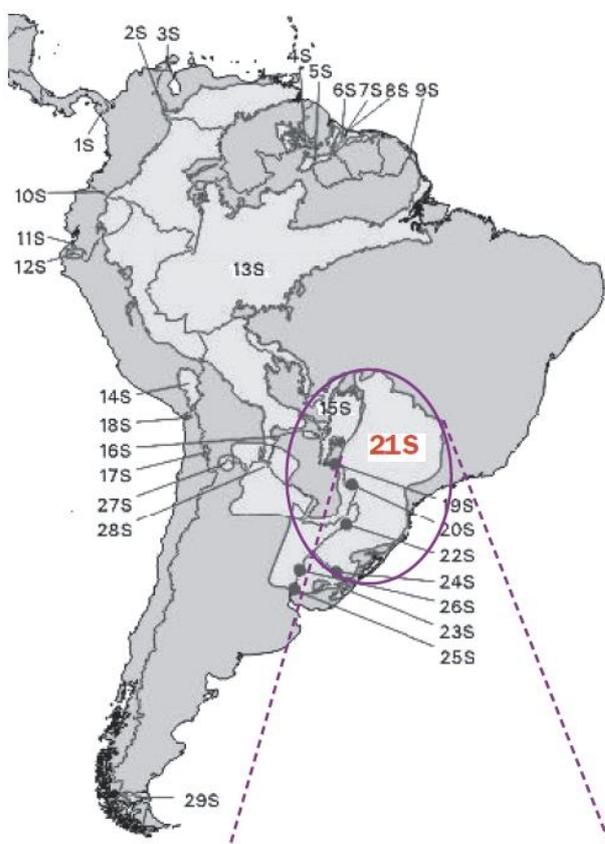


Fonte: Atlas of Transboundary Aquifers. Global maps, regional cooperation and local inventories. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. UNESCO, 2009

5.9 Os grandes aquíferos da América do Sul

O Sistema Aquífero Guarani é um dos maiores depósitos de água doce do planeta. Está composto por uma camada de rochas e sedimentos arenosos em cujas fissuras a água se deposita, e com uma formação estimada em 245 milhões de anos. Este aquífero ocupa uma superfície total de aproximadamente 1 milhão de km², distribuídos por quatro países do cone sul: Argentina (aprox. 225 mil km²), Brasil (aprox. 840 mil km²), Paraguai (aprox. 58,5 mil km²) e Uruguai (aprox. 58,5 mil km²). Uma das características mais importantes deste sistema aquífero é sua grande

Mapa 7: Aquífero Guarani



capacidade de renovação devido às chuvas que se infiltram através dos rios, arroios e lagos. Estima-se que sua capacidade de recarga de água seja de aproximadamente 166 km³ por ano, e tem uma reserva total de água de 45 mil km³.¹⁷¹

Se analisarmos esta informação a partir dos dados mostrados nos mapas anteriores, podemos calcular que a América do Sul poderia elevar seu consumo anual de água em cinco vezes (de 25 a 150 km³) e ainda assim, estaria extraído apenas a água que se renova anualmente, sem afetar a camada freática deste sistema

aquífero único. O volume de reposição deste aquífero representa o volume extraído para consumo anual dos Estados Unidos (150 km³) e quase a quarta parte do volume total extraído no mundo (de 600 a 800 km³).

Além disso, pela profundidade do sistema de águas deste aquífero, a água extraída através de perfurações tem uma temperatura elevada, de 50°C a 65°C, o que poderia permitir a produção de energia geotérmica.

¹⁷¹ Ver: *Atlas of Transboundary Aquifers*.

Aquífero Amazonas

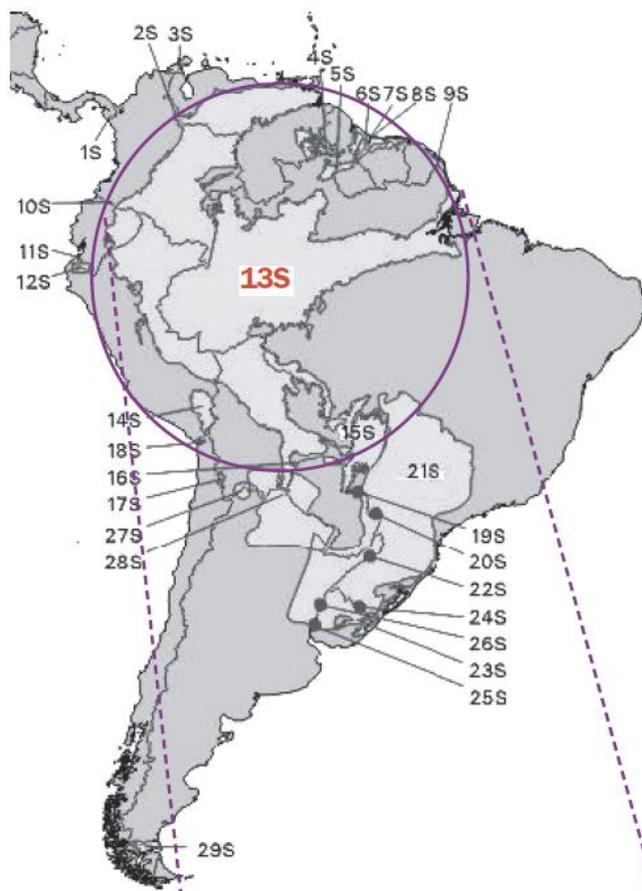
Este aquífero ocupa uma superfície total de 3,95 milhões km², na floresta amazônica, abrangendo a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela. Recentes estudos indicam que as reservas do *Aquífero Alter do Chão*, que faz parte do sistema aquífero Amazonas, localizado nos estados do Amazonas e do Pará, no Brasil, chegam a 86 mil km³ de água doce, com o que se converteria na maior reserva do planeta, com quase o dobro de volume de reservas do Aquífero Guarani.

Estes dados indicam que quase todo o continente sulamericano descansa sobre um lençol freático de grandes reservas de águas subterrâneas e uma ampla rede hidrográfica que inclui a bacia do Amazonas, com o rio de maior longitude e caudal do mundo. Estes sistemas hídricos, pela amplitude da superfície que ocupam e o volume de suas reservas, constituem um complexo ecossistema regional.

O controle da água na América do Sul representa o controle de uma das principais fontes renováveis de água doce do planeta, de um enorme potencial de energia hidrelétrica, o controle de um dos sistemas ecológicos de maior concentração de biodiversidade do mundo, ou seja, a floresta amazônica, os picos ecológicos da região andina, os grandes lagos da Patagônia e os lagos inter-andinos. Isso significa também, o controle de um campo de pesquisa científica de ponta, ligada ao avanço da biogenética.

É necessária uma estratégia sul-americana de gestão dos recursos hídricos, com metas comuns dos países da região para descontaminação e preservação das bacias hidrográficas, das reservas subterrâneas e dos lençóis freáticos. Isso

Mapa 8: Aquífero Amazonas



significa um processo de revisão dos territórios da água a partir das populações locais e dos povos indígenas cuja vida está profundamente integrada às áreas de maior concentração de reservas destes recursos. A pressão social dos movimentos populares urbanos, rurais e indígenas pela democratização da gestão e do uso da água está criando condições para uma nova apropriação social deste recurso, a partir de uma perspectiva de sustentabilidade do meio ambiente.

Os interesses em disputa são enormes. Os Estados Unidos necessitam assegurar o abastecimento de água doce. Já foi visto que o nível de seu consumo está acabando com suas reservas de água subterrânea. Pretender obter este recurso a partir da África é inviável, porque o continente africano, pela baixa capacidade de reposição de seus aquíferos, está avançando no processo de esgotamento de suas reservas, caso continue com o atual padrão de consumo. A Ásia também não representa uma opção viável, porque o próprio continente asiático tem um consumo elevado de água e a situação crítica da Índia e da China em relação ao abastecimento de água significa uma pressão muito grande sobre este recurso. As reservas de água da Austrália estão nas mãos das grandes transnacionais, e a Europa tem uma baixa qualidade da água que possui.

Certamente, a América do Sul representa a melhor opção para os Estados Unidos. Recordemos que um dos seis eixos de estratégia científica de este país, para a década 2007-2017, estabelece a necessidade de elaborar um inventário de água doce para garantir o abastecimento e a saúde da “Nação”. Outro dos eixos da mesma estratégia está orientado para “desenvolver um programa nacional de avaliação de perigos, riscos e resistências para garantir a saúde no longo prazo e a riqueza da nação”.

A respeito da água, o continente deve se preparar para enfrentar estratégias multidimensionais de apropriação e controle da água que possui e dos ecossistemas que dela dependem. Veremos as implicações desta situação na estratégia militar dos EE.UU para a América Latina e particularmente, América do Sul.

Capítulo 6

A DISPUTA PELOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DOS MINERAIS ESTRATÉGICOS

A América do Sul vive importantes processos de integração regional que buscam superar o campo do intercâmbio comercial e a regulamentação tarifária, para promover uma integração de longo prazo nos campos econômico, político, cultural, educacional, de infraestrutura, etc. Neste contexto, se retoma o debate sobre o desenvolvimento, não somente no campo nacional, mas também como um projeto regional. A discussão sobre temas fundamentais como soberania, recursos naturais e hidroenergéticos, preservação da biodiversidade e dos recursos biogenéticos, a Amazônia como área de preservação e de disputa, se colocam no centro do debate político na complexa conjuntura latino-americana contemporânea.

Por sua condição de país continental e Amazônico, pela importância relativa de seu PIB e por sua dimensão populacional, o Brasil assume um significado especial no desenvolvimento dos processos de integração na América do Sul. A consolidação de sua liderança regional coloca o Brasil em uma posição crucial com relação aos interesses hegemônicos dos Estados Unidos no continente, criando um espaço complexo de interesses geopolíticos que se desdobram em múltiplas implicações econômicas, políticas e ideológicas.

Este capítulo se propõe a contribuir para a construção de uma visão estratégica dos recursos naturais, especificamente dos minerais, dos combustíveis, da geopolítica, da integração latino-americana e sul-americana, incorporando na análise os interesses em disputa no continente. Estudamos a problemática regional a partir de uma visão global do capitalismo contemporâneo como construção social e econômica, mas também como acumulação histórica. Nosso enfoque se articula com os esforços de construir um paradigma de análise política a partir de uma

perspectiva histórica de longa duração, ao mesmo tempo em que busca oferecer subsídios para a construção de cenários prospectivos.

A disputa global pelos recursos naturais e sua gestão econômica e científica, abre um amplo campo de interesses em conflito na região, evidenciando, pelo menos, dois projetos em choque: a afirmação da soberania, como base para o desenvolvimento nacional e regional e a reorganização dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos na região, que encontra nos tratados bilaterais de livre comércio um de seus principais instrumentos para debilitar os projetos de integração regional.

6.1 Pensamento estratégico: hegemônias e emancipações

A partir da análise precedente, faz-se indispensável um estudo. Para esta pesquisa selecionamos, como uma das fontes principais, a agência *U.S. Geological Survey*, ligada ao Departamento do Interior dos Estados Unidos, que tem como um de seus principais objetivos definir a orientação estratégica para o desenvolvimento das ciências da natureza dos EUA. Dois motivos importantes nos conduziram a seleção desta fonte: em primeiro lugar porque a USGS representa um centro de pensamento estratégico que reflete claramente os interesses “vitais” para, como eles chamam, “o desenvolvimento da nação”; em segundo lugar, porque talvez seja o maior centro de produção de informação e de análise sobre minerais no mundo.

A visão estratégica da ciência, nos Estados Unidos, para a década em curso, está sintetizada no relatório *Facing Tomorrow's Challenges: U.S. Geological Survey Science in the decade 2007-2017*. Neste documento, preparado pela Equipe de Ciência Estratégica (*Science Strategy Team-SST*), formada por mais de cinquenta cientistas *seniors* da USGS, argumenta-se que o foco central da estratégia para a ciência “está baseado na visão de que a complexidade de medição, mapeamento, compreensão e predição da situação e tendências dos recursos naturais gerenciados nos Estados Unidos, transcendem a estrutura tradicional da USGS e requer o desenvolvimento amplo de um pensamento e uma ação interdisciplinar, definindo áreas prioritárias e oportunidades para servir às necessidades mais urgentes da Nação, frente os desafios do século XXI”.

Isto é, trata-se de uma estratégia científica elaborada para articular a investigação científica e as políticas científico-tecnológicas com os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos. Desta maneira, a estratégia de

desenvolvimento científico é colocada em sua exata dimensão política, organicamente articulada com os objetivos estratégicos mais gerais do país, para atender às necessidades vitais daquilo que se entende por “desenvolvimento da nação”. Para ilustrar esta afirmação, vejamos o que diz a introdução do Relatório *Facing Tomorrow's Challenges: U.S. Geological Survey Science in the decade 2007-2017*:

Para responder à evolução das prioridades nacionais, a USGS deve refletir e aperfeiçoar periodicamente sua orientação estratégica. Este relatório é o primeiro estudo amplo da estratégia científica desde inícios de 1990, orientado para analisar criticamente nossos principais objetivos e prioridades científicas. O desenvolvimento desta estratégia de ciência se realiza em um momento de tendências globais que tem importantes implicações para a ciência natural. O surgimento de uma economia mundial afeta a demanda de todos os recursos. Ao mesmo tempo, o uso destes recursos naturais está ocorrendo em uma escala que pode modificar os ambientes terrestres, marinhos e atmosféricos dos quais a civilização humana depende. O uso e a concorrência pelos recursos naturais em escala global e as ameaças naturais a estes recursos, tem o potencial de impactar a capacidade da nação para sustentar sua economia, a segurança nacional, a qualidade de vida e o ambiente natural (a tradução do inglês é nossa).

Facing Tomorrow Challenges, 2017

O primeiro aspecto que este documento destaca é a necessidade de um realinhamento permanente das orientações estratégicas da USGS (visão, objetivo de suas pesquisas científicas e as próprias formas de fazer ciência) com as “prioridades nacionais”. Não somente a ciência, mas também a política mais geral que a orienta, são objeto de reflexão e reelaboração permanente de acordo com as necessidades políticas da “nação”. Em segundo lugar, esta estratégia de desenvolvimento científico se elabora no contexto de tendências globais da economia mundial, marcada por uma demanda de “todos os recursos naturais”, gerando uma disputa global pelos mesmos.

A partir destes dois elementos se estabelece uma estratégia científica articulada com os objetivos de domínio dos Estados Unidos sobre os recursos naturais no planeta. Quando se coloca com toda clareza que “a concorrência por estes recursos naturais em escala global (...) e as ameaças a estes recursos (...) impactam a capacidade da Nação para sustentar sua economia, sua segurança nacional, e a qualidade de vida de sua população”, fica explícito que o domínio dos recursos naturais a nível global é, para os Estados Unidos, uma questão de

segurança nacional. Isto justifica todas as estratégias orientadas para garantir o domínio global destes recursos e afastar as ameaças contra a obtenção dos mesmos, como veremos de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte:

A estratégia multidimensional que os Estados Unidos põem em prática para dominar os recursos naturais do planeta, é plenamente coerente com seu pensamento estratégico. Esta estratégia de dominação une os campos político, econômico e militar, que tem como objetivo derribar as “ameaças” que ponham em risco esta dominação multidimensional, para a qual tudo é válido, pois afinal o que está em jogo é a “segurança nacional” do país.

Durante a próxima década, o Governo Federal, a indústria e outros setores necessitarão uma melhor compreensão da distribuição nacional e global, origem, uso e consequências do uso destes recursos para dirigir assuntos relacionados à segurança nacional, à gestão dos abastecimentos internos da nação, a previsão das necessidades futuras assim como antecipar e guiar mudanças nos padrões de uso, facilitar a criação de novas indústrias e assegurar o acesso à abastecimentos apropriados (a tradução do inglês e o trecho soblinhado é nosso).

“Facing Tomorrow Challenges” U.S. Geological Survey Science in decades 2007 – 2017”, USGS, p. 21.

Este pensamento estratégico não somente orienta o desenvolvimento da ciência e sua permanente inovação, mas também busca produzir conhecimento e informação para a administração e a gestão do território nacional continental e de além mar. Esta afirmação representa, talvez, a ponte mais direta entre a estratégia científica e a estratégia econômica, política e militar que os Estados Unidos desenvolvem no mundo, estabelecendo como um dos objetivos “garantir o acesso a abastecimentos apropriados”, que como veremos posteriormente, encontram-se fundamentalmente fora do seu próprio território Federal, continental e de ultramar.

Atender estas prioridades nacionais e as tendências globais requer uma estratégia de ciência que não apenas se baseia em nossas fortalezas e alianças, mas que exige também a inovação possibilitada pela integração ampla e profunda de nossas capacidades. O USGS elege ir adiante na direção da ciência aqui proposta, porque as questões sociais abordadas pelas orientações desta ciência representam grandes desafios para o futuro de nossa Nação e para os administradores de nosso território Federal, continental e de ultramar.

Facing Tomorrow Challenges” U.S. Geological Survey Science

in decades 2007-2017

O documento citado estabelece seis eixos estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Unidos na década 2007-2017, a saber:

1. Entender os ecossistemas e prever suas mudanças para assegurar o futuro econômico e ambiental da Nação;
2. Verificar a variabilidade e a mudança do clima, registrando e avaliando suas consequências;
3. Energia e minerais para o futuro da América, proporcionando uma base científica para a segurança dos recursos, a saúde do meio ambiente, a vitalidade econômica e o manejo da terra;
4. Desenvolver um programa nacional de avaliação de perigos, riscos e resistências para garantir a saúde em longo prazo e a riqueza da nação
5. Entender o papel do meio ambiente, a vida animal e a saúde humana através de um sistema que identifique os riscos do meio ambiente para a saúde pública na América;
6. Elaborar um censo da água nos Estados Unidos para quantificar, prever e assegurar água doce para o futuro da América.

Estes seis eixos serão retomados de várias maneiras ao longo desta pesquisa. Em relação aos recursos minerais e energéticos, estabelece-se como prioridade o acesso e o abastecimento destes recursos para sustentar a economia dos Estados Unidos. O documento reconhece que a nação enfrenta uma demanda crescente de recursos minerais e energéticos, uma dependência crescente de recursos importados de outros países e uma pressão crescente para considerar fontes alternativas a partir da inovação tecnológica. Finalmente reconhece que, “apesar de o abastecimento de recursos minerais ser menos evidente que o de recursos energéticos, não é menos crítico para o futuro da nação”.

A disputa pelo domínio e acesso a estes recursos naturais adquire uma dimensão cada vez mais violenta e cruel. A hegemonia americana se sustenta em uma política militar de guerra. Esta é, ao mesmo tempo, sua principal força e sua principal fraqueza, na medida em que o enorme crescimento da estrutura militar que os Estados Unidos exibem no mundo, para manter uma guerra “não localizada”, é

economicamente insustentável, como mostraremos no capítulo seguinte. O pensamento estratégico dos Estados Unidos se afasta paulatinamente das condições econômicas e materiais que este país tem para colocá-lo em prática. A emergência no mundo de novas potências cria um cenário profundamente complexo de redefinição de hegemonias.

Uma das principais ameaças para o domínio dos recursos naturais e o projeto hegemônico dos Estados Unidos na região é a capacidade crescente da América Latina de recuperar a soberania sobre seus recursos naturais, minerais estratégicos, petróleo, gás, reserva de água doce, biodiversidade, ecossistemas e florestas. Esta soberania adquire um sentido mais profundo, quando se desdobra em soberania política, econômica e se afirma em visões de futuro e modelos de desenvolvimento próprios, baseados na recuperação de um legado histórico e civilizatório. Os projetos de integração regional na América Latina estão marcados, em maior ou menor medida, por um espírito anticolonial e por uma afirmação de "descolonização" do poder, da cultura, da ciência, da tecnologia e do saber.

Entretanto, a cada pensamento hegemônico é necessário opor a ele um pensamento contra-hegemônico. Diante do pensamento estratégico analisado nas linhas precedentes a América Latina necessita desenvolver um pensamento estratégico que seja capaz de articular uma política científica e tecnológica, como base, não para a apropriação dos recursos naturais de outras nações, mas para defender a soberania sobre as próprias riquezas naturais. Talvez seja este um dos principais desafios dos projetos de integração regional em curso.

6.2 A financeirização dos recursos naturais

A análise econômica e política dos recursos naturais nos conduzem inevitavelmente a uma questão central do capitalismo contemporâneo: a sustentabilidade do meio ambiente, da natureza e finalmente a viabilidade do planeta. A ecologia econômica crítica vem chamando a atenção enfaticamente sobre o caráter insustentável do modo de produção e de consumo atuais.

A "capitalização da natureza" não somente expressa sua mercantilização, mas também cria um novo campo de acumulação e de valorização que se nutre da destruição acelerada dos recursos naturais que, através de certo "direito de contaminar", provocam danos irreversíveis à biosfera. A teoria neoclássica

sustentava a transformação da natureza em “capital natural”, através da criação do direito da propriedade privada que oferece a seus proprietários garantia de uma renda combinada com uma mais-valia em capital (SERFATI, 2010, p. 47).

Durante as últimas décadas as matérias primas e recursos alimentares – chamados *commodities* – se converteram em um tipo de ativo financeiro. Este processo de conversão é composto de três elementos: 1. Os mercados das *commodities* se converteram em uma esfera de investimento para o setor financeiro em busca de lucros elevados, depois do desaparecimento da bolha da internet, atraídos pela promessa de lucros elevados e rápidos, assim como pela diversificação das carteiras. Para as instituições financeiras não bancárias, as *commodities* cumpriram um papel similar ao do setor imobiliário para os bancos; 2. A integração dos mercados de *commodities*, como componente dos mercados financeiros, facilitada pela criação de veículos de investimento destinados à especulação, como os chamados “mercados futuros”. Estes reforçaram a passagem entre os mercados de *commodities* e os mercados de ações; 3. A forte atração exercida pelos mercados das *commodities* sobre os investidores financeiros foi estimulada pela desregulamentação deste setor.

Claude Serfati nos oferece uma definição bastante precisa do sistema financeiro globalizado, que é interessante resgatar para analisar de maneira mais precisa a nova dinâmica dos recursos naturais na economia mundial contemporânea:

Entendemos por sistema financeiro globalizado o conjunto de instituições e de atores que criam, centralizam e trocam ativos financeiros, e cujo funcionamento está organizado sobre a base de fortes interdependências. O sistema financeiro globalizado adquiriu progressivamente um lugar central na organização da economia mundial, assim mesmo, teve uma influência decisiva nos processos de acumulação de capital, nas trajetórias tecnológicas e nas relações da economia com a natureza (SERFATI, 2010, p. 38).

Em relação à gestão econômica das *commodities*, o autor define três categorias de atores econômicos: os *arbitrageurs* (arbitradores ou *hedgers-protetores contra o risco*) diretamente interessados na aquisição ou na venda de produtos físicos; os “especuladores tradicionais” que tomam, em general, uma posição de risco que os *arbitrageurs* rejeitam; e os “especuladores de índice” (fundos de pensão, fundos especulativos, companhias de seguros, bancos, etc.) que não tem nenhum interesse pelo produto físico, mas exclusivamente pelos benefícios

potenciais. Razão pela qual, estes últimos adotam, geralmente, posição de comprador e especulam sobre uma subida temporária, alimentando desta maneira uma subida permanente. A participação destes “especuladores de índice” no mercado de futuros não deixou de crescer: passou de 7% em 1998 para 40% em 2008. Enquanto que no mesmo período, os *arbitrageurs* passaram de 79% para 34% e os “especuladores tradicionais” passaram de 14% para 26%. Isto é, 66% do mercado de futuros de *commodities* estão nas mãos de especuladores tradicionais e financeiros.

A lógica financeira que domina os mercados de *commodities* é a responsável direta pelo aumento fictício dos preços dos bens de alimentação e das matérias primas registrado entre 2005 e 2008. Ao contrario do que mostram os manuais de economia, são os preços de futuros os que definem os preços correntes das *commodities* e não o inverso (SERFATI, 2010, p. 52).

Nesta tese defendemos a ideia de uma política latino-americana para a formação internacional dos preços de *commodities*, não a partir da especulação nos mercados financeiros, mas baseada num cálculo das reservas destes recursos que a região abriga, nas taxas de esgotamento dos mesmos e nas tendências do consumo global marcado pelos ciclos tecnológicos. Trata-se de uma política de formação de preços baseada na “economia real” e não na especulação de uma “para economia”¹⁷² fictícia, dominada, também, pelos oligopólios da comunicação e as agências de “controle de ricos” que qualificam as economias dos países para facilitar as decisões dos investidores. Ambos, instrumentos úteis para a criação de borbulhas especulativas e “estados de ânimo” dos mercados, que adquirem assim, uma vida própria, independente da economia real.

6.3 Ciclos de minerais e etapas de desenvolvimento

Sem dúvida, um estudo do comportamento do consumo de minerais estratégicos em cada ciclo tecnológico, em relação aos ciclos econômicos e industriais, nos permitiria avaliar mais exaustivamente as tendências do consumo de minerais na economia mundial. A importância desta análise para a elaboração de um pensamento estratégico e de políticas econômicas e científico-tecnológicas é fundamental. O presente estudo se limitará a chamar a atenção para a necessidade

¹⁷² O termo “para-economia” é nosso, por tanto, assumimos a responsabilidade do mesmo.

de avançar na direção desta elaboração teórica, oferecendo apenas alguns elementos para pensar esta problemática.

Com o objetivo de estabelecer uma articulação mais sistemática entre o consumo de minerais e as etapas de desenvolvimento que nos permita identificar interesses estratégicos sobre estes recursos e suas tendências, acreditamos ser útil introduzir um marco analítico baseado nos estudos do geólogo Foster Hewitt¹⁷³. A partir de um estudo sobre a crise de 1929, Hewitt propõe uma matriz de análise para prever os ciclos de uso intensivo de minerais, em relação às etapas de desenvolvimento econômico-industrial. Segundo esta proposta, definem-se cinco etapas de desenvolvimento econômico-industrial:

- Infraestrutura: caracterizada pelo uso intensivo de cimento e materiais de construção;
- Indústria leve: caracterizada pelo uso do cobre;
- Indústria pesada: caracterizada pelo uso de alumínio e aço;
- Bens de consumo: caracterizada pelo uso de minerais industriais;
- Serviços: marcada por taxas estáticas de consumo de minerais industriais.

Cada ciclo industrial tem uma duração aproximada de 20 anos e se sucede a intervalos de cinco anos, a partir de sua fase inicial. O ciclo completo dos minerais associados a cada etapa de desenvolvimento tem uma duração de 30 a 40 anos. O consumo de minerais aumenta exponencialmente nas primeiras etapas de desenvolvimento e, diminui paulatinamente nas últimas duas fases, a saber, de bens de consumo e serviços. Apesar das limitações que esta proposta possa apresentar ao delinear as fases de desenvolvimento econômico-industrial de maneira linear¹⁷⁴, pode nos ajudar a pensar a questão dos ciclos dos minerais de maneira mais sistemática, na expectativa de desenvolver, no futuro, uma ferramenta teórico-metodológica orientada para pensar os minerais e recursos naturais, não somente como *commodities*, mas também, como recursos que se relacionem com a inovação

¹⁷³ Vease: MENZIE, David; TSE, Pui-kwan; FENTON, Mike; JORGENSON, John; OSS, Hendrik van. China's Growing Appetite for Minerals. Open-File Report 2004-1374, USGS.

¹⁷⁴ Experiências históricas mostram que é possível passar de uma etapa para outra sem seguir a seqüência estabelecida por Hewitt ou, que é possível o desenvolvimento simultâneo de uma ou mais etapas. O caso da industrialização da América Latina a través das políticas de substituição de importações é um exemplo neste sentido.

científico-tecnológica, com a sustentabilidade do meio ambiente e, definitivamente, com o futuro da civilização humana.

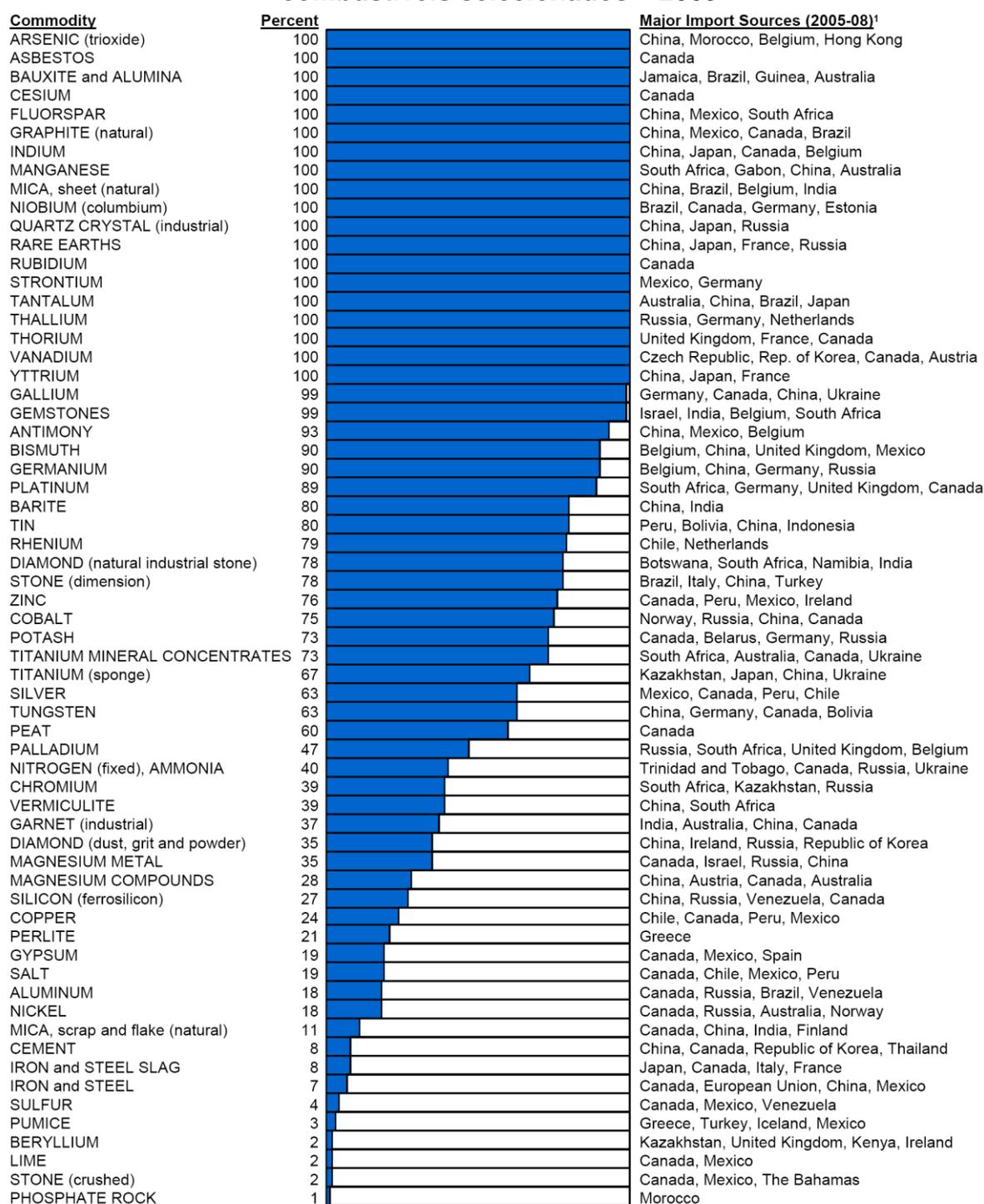
6.4 Minerais estratégicos e vulnerabilidade dos Estados Unidos

A partir da análise precedente, faz-se indispensável um estudo dos recursos naturais a partir de um ponto de vista estratégico e geopolítico. Na presente pesquisa pretendemos realizar um primeiro balanço em relação aos minerais não combustíveis, não necessariamente porque sejam mais importantes que outros recursos naturais, mas porque geralmente são menos evidentes.

Segundo o relatório *Mineral Commodity Summaries 2010*, publicado pela agência de pesquisa científica *U.S. Geological Survey*, que usa informações do Departamento do Interior e do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, o impacto dos minerais não combustíveis na economia americana é muito alto. Em valores estimados, para o ano 2009, equivalem a US\$ 1.900 bilhões de dólares americanos, isto é, 13,5% do Produto Interno Bruto, que corresponde a US\$14.200 milhões de dólares para o mesmo período. Esta cifra corresponde apenas ao valor agregado ao PBI das principais indústrias que consomem minerais processados. Se calcularmos o impacto indireto dos minerais processados domesticamente e das importações líquidas de minerais processados, seguramente chegaremos a cifras bem maiores. Sobretudo se levarmos em conta a relação entre minerais estratégicos e o desenvolvimento de indústrias de tecnologia de ponta, como a indústria aeroespacial, de satélites, produção de novos materiais, nanotecnologia ou energia nuclear.

O gráfico seguinte, publicado anualmente pela USGS através do relatório *Mineral Commodity Summaries*, sintetiza a clareza estratégica do Departamento do Interior dos Estados Unidos em relação à vulnerabilidade deste país com respeito a minerais considerados estratégicos para o “desenvolvimento da nação”. Uma análise atenta desta informação, que é atualizada a cada ano, indica que os Estados Unidos são um país altamente dependente de importações para o abastecimento de minerais não combustíveis necessários para sua economia. Grande parte dos mesmos é importada da China e da América Latina, como podemos observar a seguir:

Gráfico 5 EUA: Dependência das Importações líquidas de minerais não combustíveis selecionados – 2009



¹In descending order of import share.

Fonte: *Mineral Commodity Summaries 2010, U.S. Department of Interior/U.S. Geological Survey*

O gráfico 5 mostra a importação líquida (importação menos exportação) em relação ao consumo interno de minerais selecionados. Em todos os casos, os Estados Unidos necessitam importar estes recursos para abastecer seu consumo. Para fins desta pesquisa distinguiremos três grandes grupos: O primeiro, que chamaremos “vulnerabilidade total”, formado por 19 minerais que representam quase um terço dos 63 minerais mais importantes que os Estados Unidos consomem cujo abastecimento depende 100% da importação de outros países. O segundo grupo, “altamente vulnerável”, formado por 19 minerais que dependem entre 50% e 99% de importações e o terceiro grupo, de “vulnerabilidade moderada”, formado por 25 minerais cujo consumo depende até em 49% de importações. Vejamos o quadro seguinte:

Quadro 2: Vulnerabilidade dos Estados Unidos em relação a minerais estratégicos¹⁷⁵

Total Vulnerabilidade 100%	Alta Vulnerabilidade 50-99%	Vulnerabilidade Moderada Até 49%
Arsênico; Asbesto; Bauxita; Césio; Fluorita; Grafite, Índio; Manganês; Mica; Nióbio; Cristal de Quartzo; Terras raras; Rubídio; Estrôncio; Tântalo; Tálcio; Tório; Vanádio; Lítio.	Gálio; Pedras preciosas; Antimônio; Bismuto; Germânio; Platina; Barita; Estanho; Rênio; Diamante; Pedras dimensionadas; Zinco; Cobalto; Potássio; Concentrados de mineral de Titânio; Titânio (esponja); Prata; Tungstênio; Turba.	Paládio; Nitrogênio; Cromo; Vermiculita; Diamante (pó e areia); Metal de Magnésio; Compostos de Magnésio; Silício (ferro-silício); Cobre; Perlite; Gesso; Sal; Alumínio; Níquel; Mica (resíduos e escamas); Cimento; Ferro e Aço; Enxofre; Pedra pómes; Berílio; Cal (<i>Lime</i>); Pedras (moída); Fosfato de rocha.

Fonte: Elaboração própria.

¹⁷⁵ Para facilitar a leitura do matéria empírico apresentado, veaseo anexo 6 que contem a nomenclatura de minerais selecionados em inglês, espanhol e português.

Uma breve descrição dos principais usos destes minerais¹⁷⁶, indicados nas três categorias propostas, pode nos dar uma ideia mais clara do que está em jogo em termos econômicos, tecnológicos e estratégicos:

a) Total Vulnerabilidade

Nesta primeira categoria de minerais em relação aos quais os Estados Unidos dependem 100% de importação de outros países, temos a bauxita e a alumina, que são fundamentais para a fabricação de produtos não metalúrgicos, tais como: abrasivos, químicos e refratários. Segundo dados de 2005, os Estados Unidos importavam da América Latina 84% de bauxita (Jamaica 32%, Guiné 22%, Brasil 18%, Guiana 12%) e 48% de alumínio (Suriname 18%, Jamaica 16%, Brasil 12%).

O céσιο, usado como padrão de frequência de ressonância atômica, na fabricação de relógios atômicos que exercem um papel global vital no posicionamento de satélites, internet, telefones celulares e sistema de controle de aeronaves, além de outras aplicações como pesquisa biomédica, detectores infravermelhos, instrumentos de visão noturna, etc.

A fluorita, cuja principal aplicação é na produção de ácido fluorídrico, uma substância fundamental para a elaboração de uma grande quantidade de produtos químicos e um ingrediente crucial para o processamento de alumínio e urânio, este último diretamente ligado à indústria nuclear.

Há ainda o índio, a partir do qual se produz óxido de índio-estanho (ITO), usado como condutor elétrico para a fabricação de uma grande variedade de dispositivos de telas planas (mais conhecidos como LCD: *Liquid crystal displays*), que dominam o atual mercado mundial de televisores e monitores de computador; e o tântalo, usado na indústria de computadores, telefones celulares e equipamentos eletrônicos para a indústria automobilística.

O manganês é um metal industrial cujo consumo está diretamente relacionado à produção de aço e à maioria de minerais de ferro-liga.

O nióbio é usado intensivamente sob a forma de *ferro-nióbio* para a indústria de ferro e como ligas de nióbio para a indústria aeroespacial. O Brasil é a principal fonte de abastecimento de nióbio para os Estados Unidos (85% em 2005) e a principal reserva deste mineral no planeta (98% das reservas mundiais).

¹⁷⁶ Para esta descrição mais detalhada selecionamos alguns minerais especialmente relevantes em termos econômicos e tecnológicos.

Minerais como cristal de quartzo e terras raras são usados para a produção de produtos eletrônicos, produtos óticos, monitores de computadores, radares, etc. Cabe ressaltar que a China possui 97% das reservas de terras raras do planeta, o que não é pouco se consideramos que esta é a matéria prima fundamental para a produção de uma nova geração tecnológica de telas de TV e monitores de computador, e matéria prima rica para o desenvolvimento da eletrônica e da indústria verde. Os Estados Unidos necessitam garantir esta matéria prima, não somente para consumo interno, mas também para o abastecimento da indústria de telas e aparelhos de televisão que consomem e que são produzidos no sudeste asiático, principalmente na Coreia. Recentemente, as duas empresas líderes no mundo em produção de telas LDC, *Samsung Electronics Co.* e *LG Display Co.*, tiveram que transferir suas plantas de produção para a China¹⁷⁷, apesar de preferirem manter esta tecnologia em produção doméstica. Prevê-se que o mesmo ocorrerá com as empresas rivais do Japão e Taiwan. A explicação para este deslocamento industrial é simples, a China exerceu uma pressão muito grande para atrair esta indústria para seu próprio território, pois este detém quase todas as reservas do planeta de terras raras e mais, tem um crescente mercado interno para este produto.

b) Alta vulnerabilidade

Nesta categoria encontramos minerais como o estanho, o zinco, a prata e o tungstênio, que são importados pelos EUA fundamentalmente da América Latina. Além disso, temos minerais usados na fabricação de produtos eletrônicos, como o gálio, usado na produção de equipamentos de circuitos integrados, dispositivos ótico-eletrônicos (como *diodes laser* ou *Light-emitting diodes* – LED) e placas solares; o germânio usado para produzir sistemas de fibra ótica, aplicações eletrônicas e elétricas solares e a platina, empregada na fabricação de dispositivos de cristal líquido e telas planas.

São de alta vulnerabilidade os minerais ligados à indústria da construção e transporte, como o estanho (usado na indústria de construção, transporte, eletricidade, latas e recipientes); rênio destinado à produção de contatos elétricos, revestimento metálico, etc.; zinco, empregado principalmente em processos de

¹⁷⁷ JUNG-AH LEE: Samsung, LG gain approval for LCD plants in China. *Wall Street Journal*, 5 de noviembre de 2010.

galvanização e produção de bronze; tungstênio, cujo consumo destina-se principalmente à construção, além da indústria metalúrgica, mineração e indústria de perfuração para extração de petróleo e gás.

Neste grupo temos também um conjunto de minerais usados na indústria aeroespacial, como o cobalto, empregado na produção de superligas usadas, principalmente, nas turbinas de aeronaves.

Não menos importantes, do ponto de vista estratégico, são os minerais usados na agricultura, pois estão diretamente ligados com a independência de alimentos dos Estados Unidos. Neste grupo temos o potássio (85% é usado na produção de fertilizantes e o resto na indústria química) e a turfa (usada intensivamente na horticultura para melhoria de solos e como fertilizante).

Cabe mencionar outros minerais de grande importância por serem usados como reserva de valor, como a prata, cujo uso tradicional inclui moedas, medalhas e jóias, além de uma ampla gama de produtos industriais como dispositivos de condutividade elétrica, maleabilidade e refletividade. A demanda deste mineral é crescente nos Estados Unidos, inclui a indústria de baterias, soldadura, catalisadores de automóveis, cobertura de telefones celulares para reduzir a contaminação por baterias, produtos eletrônicos e placas de circuitos, purificação de água, antenas miniaturas de alta frequência, etc.

c). Vulnerabilidade moderada

Nesta categoria existem 25 minerais que dependem de até 50% de importações, entre os quais se encontram: o cobre, o aço, o ferro, o cimento e o silício.

Incluimos neste grupo os minerais usados na agricultura, como o nitrogênio e amônio, cujos derivados (uréia, nitrato de amônio, fosfatos de amônio e ácido nítrico, entre outros) são usados intensivamente em fertilizantes; componentes do magnésio, usados para agricultura e na indústria química, além da construção e aplicações industriais; e o enxofre, consumido em mais de 60% pela indústria de fertilizantes e 26% no refino de petróleo.

Nesta categoria encontramos também minerais importantes para a indústria da construção como o *Vermiculite*, usado em agregados de concreto, incluindo cimento e, em menor grau, usado na agricultura e horticultura; o gesso (Gypsum), a pirita, o cimento e dois minerais fundamentais, nos quais a América Latina tem uma

participação importante: ferro e aço, usados também na indústria de transporte e armazenagem.

Minerais industriais como o silício, principalmente usados na fundição de ferro, indústria do aço, produção de ligas de alumínio para a indústria química, semicondutores para chips de computadores e indústria de energia solar, ainda que em uma menor porcentagem de demanda.

Outro mineral de grande importância para nossa análise é o cobre, porque quase 50% das reservas mundiais deste mineral se encontram na América Latina. Este mineral é usado principalmente na indústria da construção, e em menor proporção em produtos elétricos e eletrônicos, equipamentos de transporte e produtos de consumo em geral. Outro metal importante, e que pertence a esta categoria, é o níquel, usado principalmente em transporte, indústria química e equipamentos elétricos. Também nesta categoria está a mica, empregada na produção de equipamentos elétricos e eletrônicos.

6.5 A América Latina como fonte de minerais estratégicos

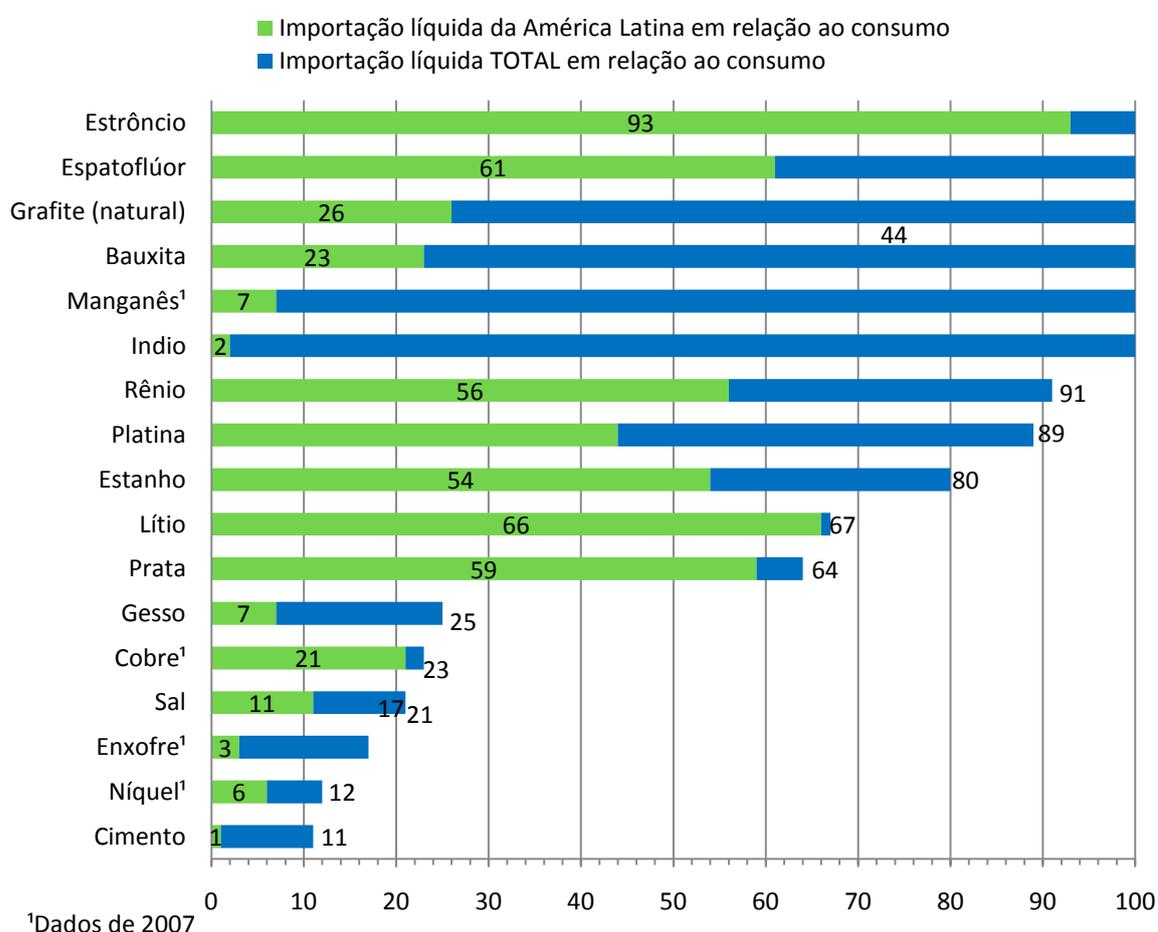
A partir do gráfico 1 podemos afirmar que a América Latina é uma das principais regiões de onde os Estados Unidos importam os minerais estratégicos que necessitam. Assim, observamos que 7 dos 19 minerais que pertencem ao grupo que denominamos de “total vulnerabilidade”, são importados principalmente do Brasil e do México. No caso do segundo grupo, de “alta vulnerabilidade”, dos 19 minerais que pertencem a esta categoria, 8 registram como principais fontes de importação o México, o Peru, a Bolívia, o Brasil e o Chile. Com relação ao último grupo, média vulnerabilidade, pode-se observar que 11 dos 25 minerais têm como principais fontes de importação a Venezuela, o Chile, o México, o Peru, o Brasil e Trinidad e Tobago.

Para mostrar com maior clareza a importância estratégica da América Latina como fonte de importação de minerais, em relação aos quais os Estados Unidos têm produção deficitária, fizemos o gráfico que apresentamos em seguida, que usou a mesma metodologia que a do gráfico anterior¹⁷⁸, cujos dados foram retirados

¹⁷⁸ Para cada mineral selecionado considerou-se a importação líquida (importação menos exportação) dividida entre o total de consumo estimado, para dar como resultado a porcentagem do total do consumo que depende de importações. Devemos advertir que em muitos casos não foi possível incluir alguns minérios importantes para América Latina (como a bauxita e alumina, tântalo, antimônio, zinco, prata, tungstênio, entre outros) porque não dispúnhamos de informações sobre algumas das variáveis consideradas para o cálculo, como por exemplo,

diretamente desta fonte. Este gráfico busca medir qual é a participação da América Latina no total de importações líquidas dos Estados Unidos. Alguns minerais importantes do ponto de vista da dependência dos EUA de importações e, em relação aos quais a América Latina tem uma participação importante na produção mundial, não puderam ser considerados por não se dispor de algumas informações para medir a importação líquida ou o consumo estimado dos EUA. São os casos do estanho, ouro e zinco, entre outros.

Gráfico 6: E.U.A: Importação líquida de Minerais Estratégicos selecionados Provenientes da América Latina em relação ao consumo 2008 (salvo outras indicações)
Dados expressos em porcentagens



¹Dados de 2007

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *U.S Geological Survey, 2010: Mineral Commodity Summaries 2010 ; Mineral Industry Surveys 2009; Minerals Yearbook 2007 e 2008.*

importações desde América Latina (só estavam disponíveis dados sobre consumo total, sem especificar país e origem) ou, o consumo estimado dos Estados Unidos. Porém, para os fins da análise que estamos realizando, orientado a mostrar os interesses estratégicos dos Estados Unidos, acreditamos que o gráfico cumpre a sua função.

Observamos que os minerais em relação aos quais os Estados Unidos dependem da América Latina, em maior proporção são: estrôncio (93%); lítio (66%); espatofluor (61%); prata (59%); rênio (56%), estanho 54% e platina (44%).

Esta informação mostra que a América Latina tem uma ampla capacidade de negociação com os Estados Unidos em relação a estes minerais, além de uma grande capacidade de formação internacional de preços dos mesmos. Nem uma, nem outra condição favorável é usada pelos países de nossa região para melhorar as condições de intercâmbio e de comercialização destes recursos. Menos ainda é dada suficiente importância ao enorme potencial que a América Latina tem para avançar em uma política de industrialização dos mesmos, orientada para agregar valor às suas exportações.

6.6 A importância estratégica do lítio

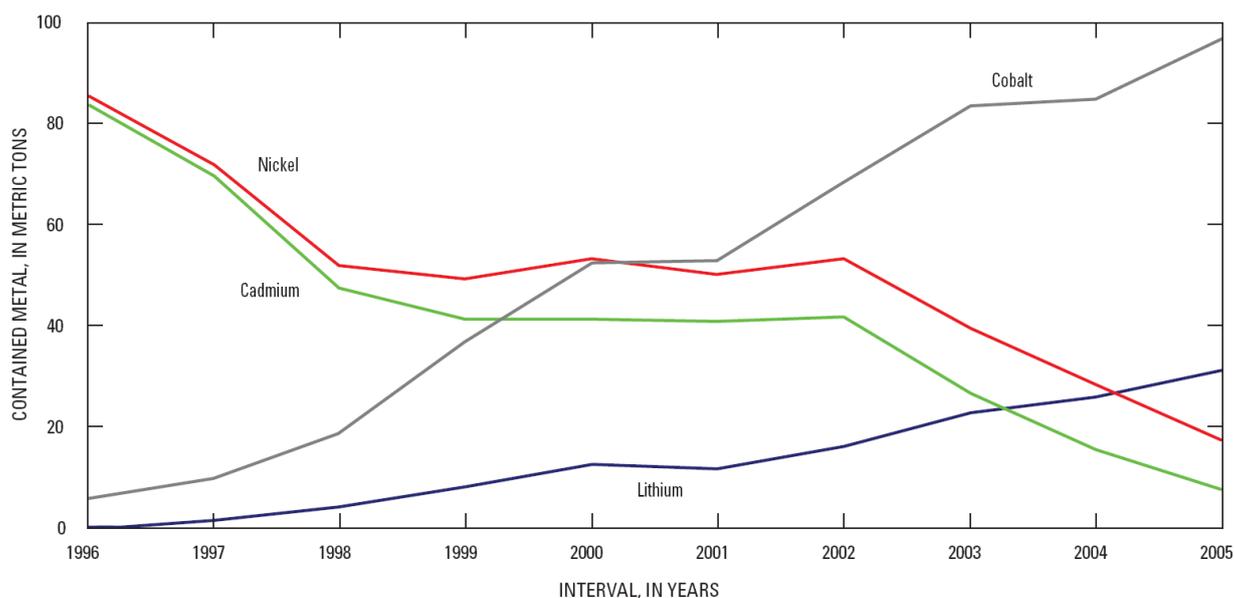
O lítio é particularmente importante para a análise geopolítica dos minerais no mundo. Ele é fundamentalmente usado em baterias recarregáveis de quase todos os dispositivos eletrônicos portáteis, que se produzem atualmente, como telefones celulares, computadores, câmaras fotográficas e de vídeo, etc.

O conteúdo de lítio em baterias recarregáveis, usadas anualmente em produtos eletrônicos nos Estados Unidos, aumentou drasticamente entre 1996 e 2005. O lítio usado em baterias de telefones celulares passou de 1,8 toneladas métricas, em 1996, a 170 toneladas métricas, em 2005. Isto é, em 10 anos o consumo de lítio aumentou 94 vezes. O consumo deste mineral para a fabricação de baterias recarregáveis de computadores portáteis aumentou, no mesmo período, de 3,3 toneladas métricas para 99 toneladas métricas, isto é, 3.000%. Se considerarmos que o uso de celulares nos Estados Unidos passou de 340 mil unidades, em 1985, para 180 milhões de unidades, em 2004, e que a importação de computadores portáteis cresceu 1.200%, de 1996 a 2005, ao mesmo tempo que a importação de câmaras digitais cresceu 5.600%, no mesmo período, podemos ter uma ideia mais clara da importância estratégica do lítio.

O uso do lítio em baterias recarregáveis substituiu antigos materiais como níquel - cádmio (NiCd), e níquel – metal - hidreto (Ni-MH) por reduzir os custos de produção e por representar uma tecnologia superior em relação ao padrão anterior. Além disso, está comprovado que é um material ecologicamente mais limpo e

menos nocivo para a saúde do usuário (pesquisas comprovaram a ação cancerígena do níquel e do cádmio).

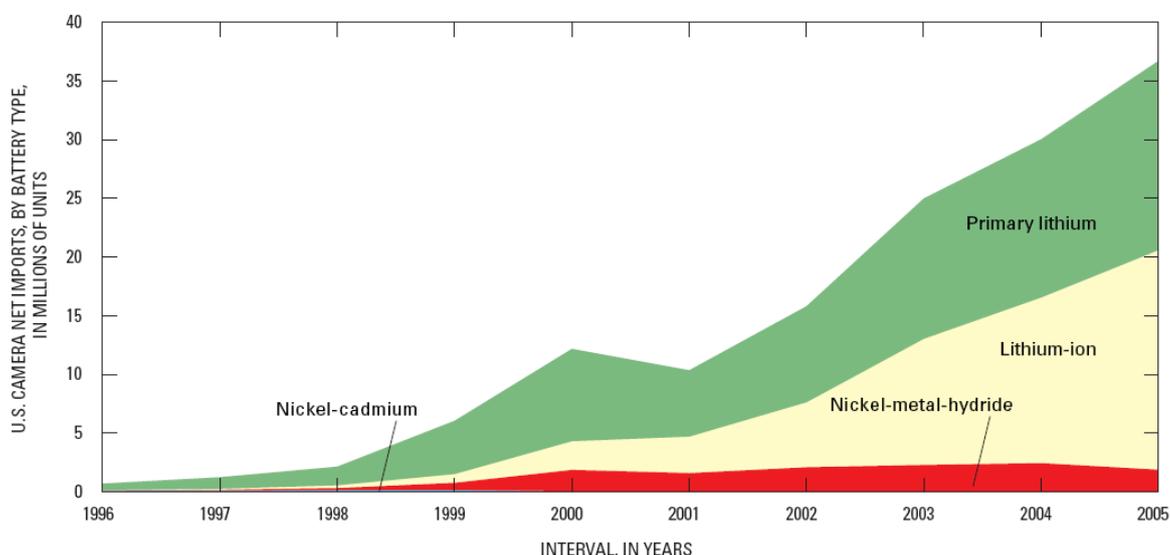
Gráfico 7: Quantidades estimadas de cádmio, cobalto, lítio e níquel contidas em baterias recarregáveis de câmara fotográficas e filmadoras usadas nos EUA de 1996 a 2005



Fonte: Wilburn, D.R., 2008, *Material use in the United States – Selected case studies for cadmium, cobalt, lithium and nickel in rechargeable batteries: U.S. Geological Survey Scientific Investigation Report 2008*.

O Gráfico 7 mostra o comportamento do cádmio, do cobalto, do lítio e do níquel na fabricação de baterias recarregáveis usadas nos Estados Unidos. Enquanto o níquel e o cádmio registram um comportamento descendente de mais de 80%, em 1996, para menos de 10%, em 2005, o lítio e o cobalto crescem de menos de 5% a quase 100% no mesmo período. Como podemos observar, no ano 2000 produziu-se o ponto de inflexão que coloca o cobalto como a matéria prima mais usada na fabricação de baterias recarregáveis e, em 2004, a tendência se consolida quando o lítio passa a ser mais usado que o níquel e o cádmio. O ciclo tecnológico do lítio se inicia, então, entre os anos 2000 e 2005.

**Gráfico 8: E.U.A.: Importação líquida de câmaras por tipo de bateria
(em milhões de unidades)**



Fonte: Wilburn, D.R., 2008, *Material use in the United States – Selected case studies for cadmium, cobalt, lithium and nickel in rechargeable batteries: U.S. Geological Survey Scientific Investigation Report 2008*.

O gráfico 8 mostra a importação líquida de baterias recarregáveis para câmaras fotográficas, por tipo de bateria usada. A partir de 1999 o lítio registra um crescimento sustentado na fabricação de baterias para câmaras fotográficas, o que o torna o principal componente deste produto, em 2005, usado em quase 95% do total de baterias para câmaras fotográficas.

A importância estratégica do lítio, consequência de sua aplicação na indústria de baterias recarregáveis de quase todos os dispositivos eletrônicos portáteis consumidos no mundo, é incontestável. Entretanto, talvez sua aplicação mais importante, sob o ponto de vista tecnológico, seja na produção de uma nova tecnologia de baterias recarregáveis para veículos elétricos: *Hybrid Electric Vehicle* (HEV). Este tipo de veículo combina o motor a combustão interna de um veículo convencional com bateria e um motor elétrico. Trata-se de um automóvel capaz de percorrer até 64 km apenas sob a potência de suas baterias do tipo íon - lítio; acima deste limite um motor de combustão a gasolina se ativa. As baterias podem ser recarregadas em 6 minutos, através de qualquer tomada doméstica de 220 v. O automóvel pode alcançar uma velocidade máxima de 180 km/hora e uma aceleração de 0 a 100 km/hora em menos de dez segundos. A empresa americana General Motors e as japonesas Toyota e Nissan, da mesma forma que as européias Porsche,

Mercedes e Volvo já estão trabalhando em protótipos de veículos híbridos. Em 2007, a Desso francesa firmou um convênio com o governo da China para desenvolver um novo modelo de seu híbrido *Clevanova*¹⁷⁹. As pesquisas para o desenvolvimento desta tecnologia começaram em 2005 e já se encontram no mercado alguns modelos, como o Volt (General Motors), por um preço de 41.000,00 dólares americanos. Entretanto, a CT&T coreana, promete lançar proximamente, na Europa, seu modelo *Zone*, por um preço entre 16.000,00 e 18.000,00 dólares americanos¹⁸⁰. As principais limitações para a massificação desta nova tecnologia de veículos são o preço, bastante alto, e o tamanho das unidades, bastante reduzido. Entretanto, pesquisas em andamento preveem que em poucos anos estes inconvenientes estarão superados.

Isto nos coloca frente à possibilidade de uma modificação de padrão energético no transporte, ao usar a energia elétrica através das baterias de lítio, na fabricação de veículos de maior porte. A substituição de minerais combustíveis por energia elétrica teria um impacto ambiental muito grande, ao reduzir significativamente a emissão de gases estufa. Mas, seguramente, incrementaria também a disputa pela água como principal recurso hidroenergético.

Segundo a análise dos ciclos de minerais, usada nesta pesquisa, estima-se que o lítio iniciou seu ciclo no ano 2000 e terá um horizonte de uso intensivo até os anos 2030 – 2040. Ainda que, segundo outras interpretações bastante sérias, (PEREZ, Carlota: 2002), a duração dos ciclos tecnológicos de qualquer forma tende a se reduzir paulatinamente, o ciclo do lítio nos deixa um horizonte temporal de uso ainda bastante grande.

A partir destes dados, qual é a importância estratégica do lítio para a América Latina? Segundo dados de 2009¹⁸¹, o Chile tinha uma participação 76% nas reservas mundiais deste mineral; a Argentina 8% e o Brasil 2%. A região em seu conjunto representava 92% das reservas mundiais. A partir dos últimos descobrimentos¹⁸² de grandes jazidas de lítio na Bolívia¹⁸³, cujas reservas

¹⁷⁹ SAGÁRNAGA, Rafael Se viene la “ Guerra del litio?”. En: <http://www.eldeber.com.bo/extra/2007-10-28/nota.php?id=071024185421>

¹⁸⁰ In zone: An electric car really works, *The Economist*, 7 de setembro de 2010.

¹⁸¹ U.S. Geological Survey, 2010, Mineral commodity summaries 2010: U.S. Geological Survey, p. 93.

¹⁸² Há alguns meses foi divulgada, através da imprensa internacional, a notícia de que descobriram no Afeganistão grandes jazidas de lítio. Entretanto até o momento não dispomos de fontes técnicas que informem de maneira mais exata a dimensão das reservas encontradas.

comprovadas sobem a aproximadamente 100 milhões de toneladas métricas, as reservas mundiais se multiplicam por dez vezes e a Bolívia se converte na maior reserva do mundo. Isto significa que quase todas as reservas de lítio do planeta se encontram no continente sul americano.

O atual governo da Bolívia ordenou recentemente a construção de uma planta para a produção de lítio no *Salar de Uyuni*. Está localizado no Departamento de Potosí e no Departamento de Oruro, no sudoeste da Bolívia. Na primeira fase espera-se produzir de 40 a 60 toneladas métricas de cloreto de lítio por ano; em uma segunda fase se produzirá hidróxido de lítio e em uma terceira fase, lítio metálico, que é a matéria prima para a fabricação de baterias recarregáveis¹⁸⁴. O Estado boliviano assume diretamente a gestão da exploração e produção deste mineral, que inclui pesquisa científica em cooperação com várias instituições do mundo. Ao ser declarado pela constituição como um recurso natural estratégico, o Estado se reserva o direito inalienável sobre este mineral.

Como mostra o Quadro 2, o consumo de lítio dos Estados Unidos depende em quase 50% de importações, principalmente de países da América Latina. O carbonato de lítio, que representa quase 93% do total de lítio importado, vem do Chile e da Argentina. Em 2008 há um incremento de 5,5% no volume de carbonato de lítio importado pelos EUA, em relação ao ano anterior. Para os anos seguintes espera-se um incremento sustentável dos volumes deste mineral importados pelos EUA.

¹⁸³ Ver: Minería al día. Boletín Minero, n° 133, Año 4, 01 de abril de 2010. Ministerio de Minería e Metalúrgica de Bolivia.

¹⁸⁴ Ver: Minería al día”. Boletín Minero, n° 111, Año 3, miércoles 22 de abril de 2009. Ministerio de Minería e Metalúrgica de Bolivia.

Quadro 3

EUA: Importação de produtos químicos de lítio para consumo por componente país

Compound and countre	2007		2008	
	Gross weight (metric tons)	Value ² (thousands)	Gross weight (metric tons)	Value ² (thousands)
Lithium carbonate:				
Argentina	6.100	\$23.300	7.300	\$33.600
Chile	8.510	27.100	8.110	34.400
Other	37 ^r	170	22	197
Total	14.600	50.600	15.400	68.200
Lithium carbonate, U.S.P., Chile ³	901	4.340	341	1.890
Lithium hedroxide:				
Belgium	13	302	--	--
Chile	865	5.560	816	5.410
China	296	1.320	279	1.480
India	75	596	20	187
Japan	--	13	7	131
Norwae	13	26	24	54
Romania	16	45	3	17
United Kingdom	25	139	11	58
Other	5 ^r	46 ^r	4	65
Total	1.310	8.050	1.160	7.400

^rRevised. -- Zero.

¹Data are rounded to no more than three significant digits; mae not add to totals shown.

²Customs value.

³Pharmaceutical-grade lithium carbonate.

Fonte: 2008 Minerals Eearbook: Lithium, USGS

A disputa global pelo lítio, devido ao crescimento sustentado e abrupto de sua demanda, como consequência de uma inovação tecnológica na produção de baterias recarregáveis, tenderá a criar novas tensões na região andina da América do Sul. Não é casualidade que poucos meses depois da confirmação das reservas de Uyuni, se produzam tentativas de desestabilizar o governo boliviano, através de tentativas separatistas na região de Santa Cruz. Os interesses em jogo são colossais.

6.7 A emergência da China como grande consumidor e produtor mundial de minerais

Uma análise geopolítica razoavelmente vigiada não pode deixar passar despercebido um fenômeno emergente na dinâmica global dos recursos minerais

não combustíveis e combustíveis: a partir da década de 1990, a China emerge como grande consumidor e produtor mundial de recursos minerais. É exatamente nessa ordem: produtor e consumidor. A análise histórica das cifras demonstra que a China eleva drasticamente sua produção de recursos minerais para atender à sua demanda interna e às necessidades de seu modelo de desenvolvimento e industrialização. O consumo de suas reservas não aumenta para atender às necessidades das economias centrais. Mais adiante mostraremos dados que provam esta afirmação.

A partir da matriz de análise de ciclos de minerais, em relação às etapas de desenvolvimento, podemos observar que a etapa de infraestrutura na China começa em 1990, com o aumento rápido do consumo de cimento (de 200 milhões de toneladas métricas, em 1990, para quase 500 milhões de toneladas métricas, em 1995, e 800 milhões de toneladas métricas, em 2003). Cinco anos depois, em 1995, começa a etapa de indústria leve, com o crescimento rápido do consumo do cobre (aproximadamente 1,2 milhões de toneladas métricas, em 1995, 2 milhões de toneladas métricas, em 2000, e mais de 3,5 milhões de toneladas métricas, segundo estimativas, para 2005). No ano 2000 começa a etapa de manufatura pesada, com o aumento rápido do consumo de alumínio, ferro e aço. Se levarmos em conta que cada etapa de desenvolvimento, analisada segundo o consumo intensivo de minerais, tem uma duração que se calcula em torno de 20 anos, e o ciclo completo de cada mineral apresenta uma duração de 30 a 40 anos, podemos prever horizontes temporais de consumo intensivo de minerais, nos quais a América Latina terá uma participação relevante, tanto na produção quanto nas reservas mundiais.

Mesmo quando a China tornou-se, durante as últimas duas décadas, o principal produtor mundial de um número importante de minerais necessários para seu consumo interno, esta produção não atende sua crescente demanda. No caso do cobre, a China produz 2/3 do que consome. No caso do alumínio, metal em relação ao qual a China produz quase os mesmos volumes que consome, esta produção se faz a partir da bauxita e da alumina importadas, em grande parte, dos países latino-americanos.

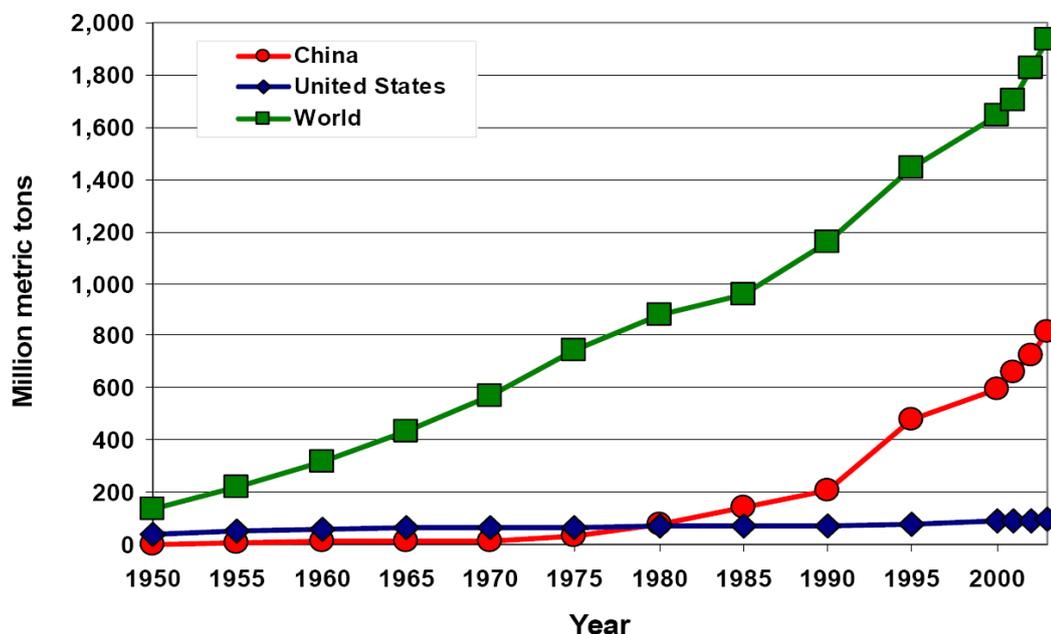
Já em 2003, segundo dados de produção de minas, a China se coloca como primeiro produtor mundial de carvão (45% da produção mundial), cimento (42%),

fluorita (55%), terras raras (85%), alumínio (18%), antimônio (89%), magnésio (45%), aço (23%), estanho (32%), tungstênio (83%) e zinco (22%). Para os seguintes minerais estratégicos, a China está colocada como um dos cinco primeiros produtores mundiais: cobre (2º lugar, 12%), ouro (4º lugar, 8%), chumbo (2º lugar, 18%), molibdênio (3º Lugar, 24%). Uma análise mais detalhada da produção e consumo da China, em relação a minerais estratégicos, pode nos dar melhores elementos para avaliar o potencial das relações comerciais de longo prazo com a América Latina, ao mesmo tempo em que representa uma informação importante para a elaboração de políticas regionais, no contexto dos processos de integração em curso na região.

6.8 O desenvolvimento da China tendo em vista os ciclos econômicos de minerais estratégicos

a). Infraestrutura: consumo intensivo de cimento

O crescimento da produção de cimento na China se inicia em 1989, mas é na realidade, a partir de 1990, que este crescimento se dinamiza alcançando, em 2004, mais de 1/3 da produção mundial. De fato, o crescimento rápido da produção mundial de cimento, a partir de 1990, se deve principalmente à produção da China. Consideramos que em 1990 tem início a etapa de desenvolvimento da infraestrutura, neste país. Em 2004, o consumo de cimento da China alcançava aproximadamente 810 milhões de toneladas métricas por ano e produzia 813,2 milhões de toneladas métricas, com o que consegue abastecer internamente seu consumo, enquanto que, no mesmo período, os Estados Unidos consumiam 115 milhões de toneladas métricas e produziam apenas 95,9 milhões de toneladas métricas, registrando um déficit de 19,1 milhões de toneladas métricas, equivalente a 17% de seu consumo.

Gráfico 9: China: Produção de cimento hidráulico, 1950-2003

Fonte: *China's Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004*, U.S. geological Survey. (David Menzie, Pui-Kwan Tse, Mike Fenton, John Jorgenson, and Hendrik van Oss).

Segundo dados de 2005, do total de importação dos Estados Unidos, de cimento, 22% provinham da China. Certamente, com o rápido crescimento de consumo de cimento na China, a tendência esperada é que este país diminua suas exportações para os Estados Unidos para abastecer a crescente demanda interna, e os Estados Unidos deverão buscar fontes de abastecimento alternativas. A América Latina, e em especial o Brasil e o México, que são os principais produtores de cimento na região, são uma alternativa. O Brasil é o maior produtor de cimento da América Latina, com uma produção anual de 53 milhões de toneladas métricas, segundo dados de 2009¹⁸⁵, seguido do México que produzia 45 milhões de toneladas métricas, no mesmo período.

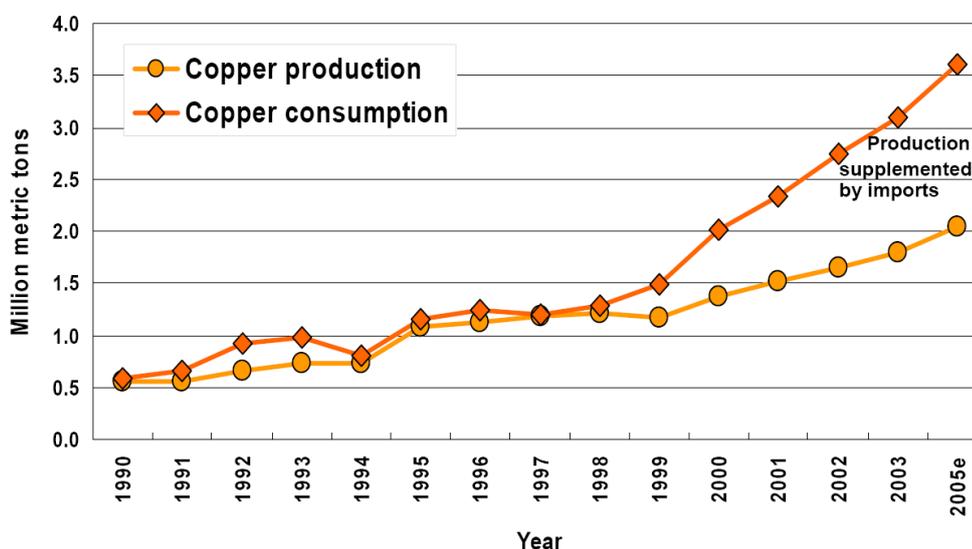
b) Indústria Leve: Consumo de cobre

A partir de 1998, a China começa a registrar um déficit crescente em relação ao cobre. Como podemos ver no gráfico de número 10, a partir de 1998 o consumo de cobre cresce a níveis muito superiores à capacidade de produção das minas. Em

¹⁸⁵ *Mineral Commodity Summaries 2010*, p.39.

2005, a produção de cobre é de aproximadamente 2 milhões de toneladas métricas, enquanto que o consumo cresce a mais de 3,5 milhões de toneladas métricas, gerando um déficit de mais de 40% com respeito ao consumo total.

Gráfico 10: China: Consumo e produção de cobre



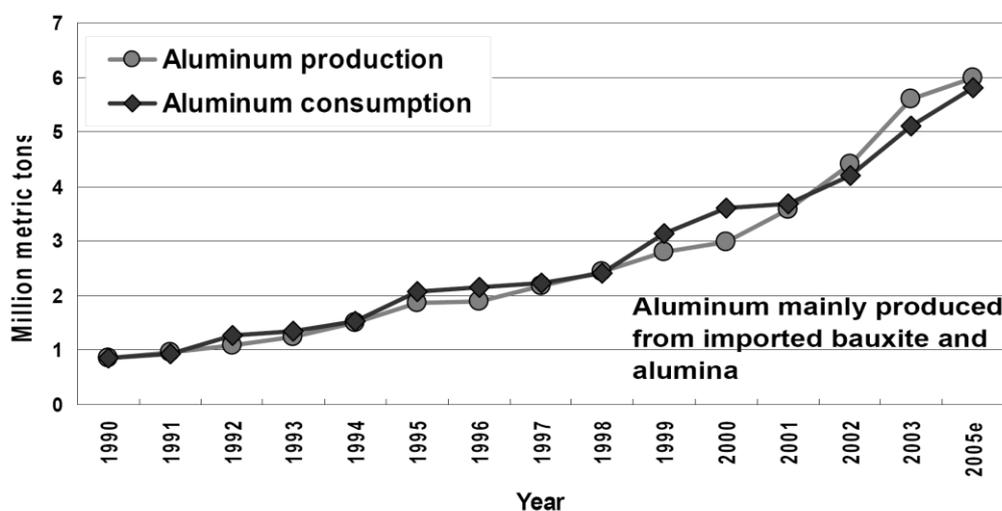
Fonte: *China's Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004*, U.S. Geological Survey. (David Menzie, Pui-Kwan Tse, Mike Fenton, John Jorgenson, and Hendrik van Oss).

Uma tendência clara se confirma: para garantir o abastecimento sustentável de cobre, que alimenta sua indústria leve, a China necessita multiplicar seus investimentos em mineração, nos principais países produtores de cobre do mundo. Para onde se dirigem os interesses da China em relação a este mineral? Chile, Peru e México têm 48% das reservas de cobre do mundo (ver anexo 5).

Tendo em conta o marco analítico dos ciclos de minerais, baseado no crescimento exponencial do consumo de cobre, a China se encontra na primeira fase (entre 20% e 30%) da etapa da indústria leve. Isto indica um horizonte de mais 20 a 30 anos de consumo intensivo deste mineral.

c). Indústria Pesada: alumínio, ferro (minério) e aço:

O gráfico 11 mostra que, de 1990 a 2005, a China multiplicou por seis seu consumo e produção de alumínio. Pode-se observar que a produção doméstica abastece o consumo. Entretanto, esta produção está baseada na bauxita e alumina importadas.

Gráfico 11: China: Produção e consumo de alumínio, 1990-2005

Fonte: “China’s Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004-1374”, U.S. Geological Survey. (David Menzie, Pui-Kwan Tse, Mike Fenton, John Jorgenson, and Hendrik van Oss).

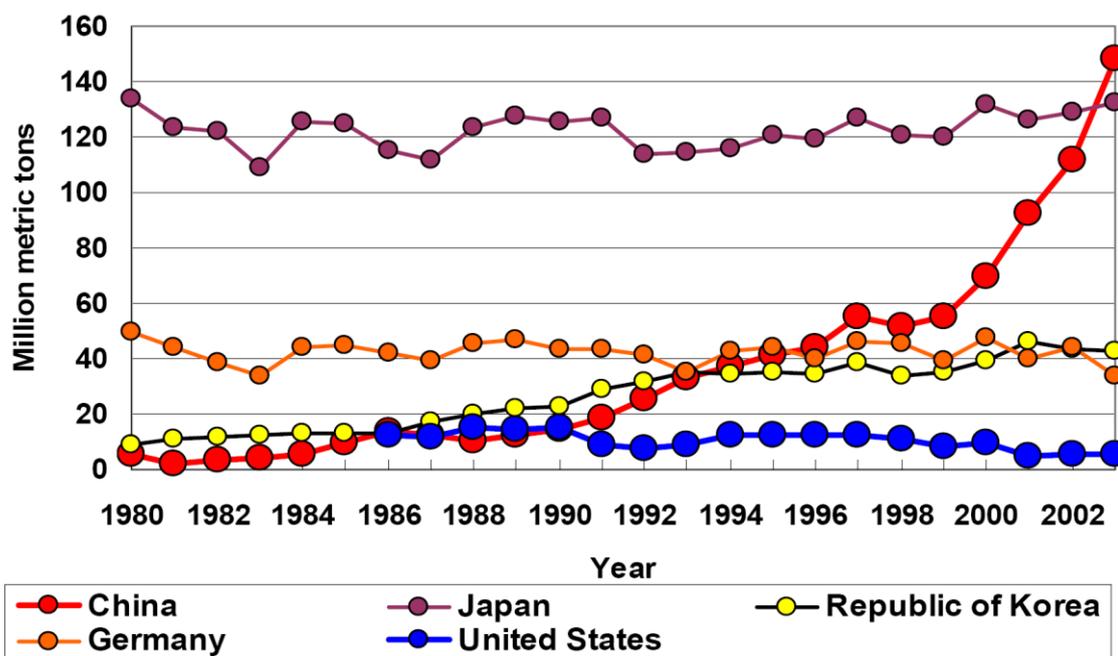
As reservas de bauxita da América Latina chegam a 2,2 bilhões de toneladas métricas, o que representa 8% das reservas mundiais. Isto equivale a dez vezes das reservas dos EUA e mais de três vezes das reservas da China. O Brasil e a Venezuela concentram as maiores reservas deste mineral na América Latina. Segundo dados de 2009, as reservas comprovadas do Brasil chegavam a 86% e as da Venezuela a 14% do total da América Latina.

Ferro

Desde 1990 a China vem aumentando, de maneira exponencial, suas importações de ferro. Em doze anos, de 1990 a 2002, multiplicou por mais de sete vezes a importação de ferro: de menos de 20 milhões de toneladas métricas em 1990 para mais de 150 milhões de toneladas métricas em 2002, convertendo-se no primeiro importador de ferro do planeta. A partir de 2002, a China supera o Japão, que durante as duas últimas décadas do século XX liderou, de longe, as importações deste mineral a nível mundial (fundamentalmente, para abastecer a produção automobilística), como podemos observar no gráfico 8. Já em 2005, a China importava mais da metade do minério de ferro de alta concentração (conteúdo de Fe) e 36% de ferro bruto que necessitava para seu consumo¹⁸⁶.

¹⁸⁶ MENZIE, David et ali. *China’s Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004-1374*, U.S. Geological Survey.

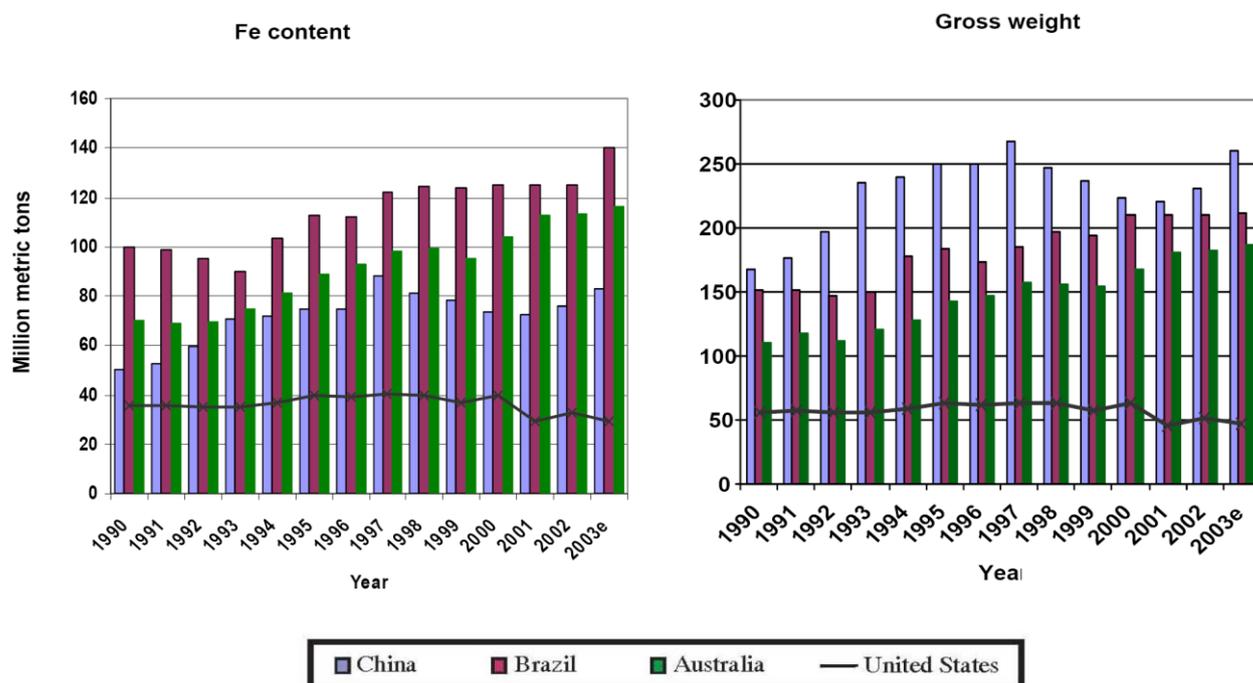
**Gráfico 12: Principais importadores de minério de ferro
1980 - 2003**



Fonte: "China's Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004-1374", U.S. Geological Survey. (David Menzie, Pui-Kwan Tse, Mike Fenton, John Jorgenson, and Hendrik van Oss).

O gráfico 12 mostra o crescimento drástico do consumo de ferro na China, a partir do ano 2000, alcançando um volume de 409 milhões de toneladas métricas, em 2003. A produção doméstica deste mineral alcançava apenas 261 milhões de toneladas métricas, no mesmo ano. Cabe ressaltar que a produção chinesa de minério de ferro é de baixa concentração (média de 33% de ferro contido), com alto grau de impurezas e é produzido em minas pequenas e médias. A China importa minério de ferro de melhor qualidade (com um grau de concentração maior que 60%) principalmente da Austrália e do Brasil, sendo que no primeiro caso, os custos de transporte são mais baixos.

Gráfico 13: Maiores produtores mundiais de ferro (minério)
1990 - 2003



Fonte: U.S. Geological Survey Minerals Year Book 2004

O Brasil se encontra entre os três maiores produtores de minério de ferro de alta concentração de ferro do mundo, junto com a Austrália e a China. Em relação à produção de ferro bruto (*gross weight*) a China ocupava o primeiro lugar no mundo, em 2003, o Brasil o segundo e a Austrália o terceiro, como podemos ver no gráfico 13. Entretanto, se compararmos a produção de ferro de maior qualidade ou concentração (Fe content) vemos que o Brasil lidera a produção mundial, registrando um crescimento sustentável, desde 1990.

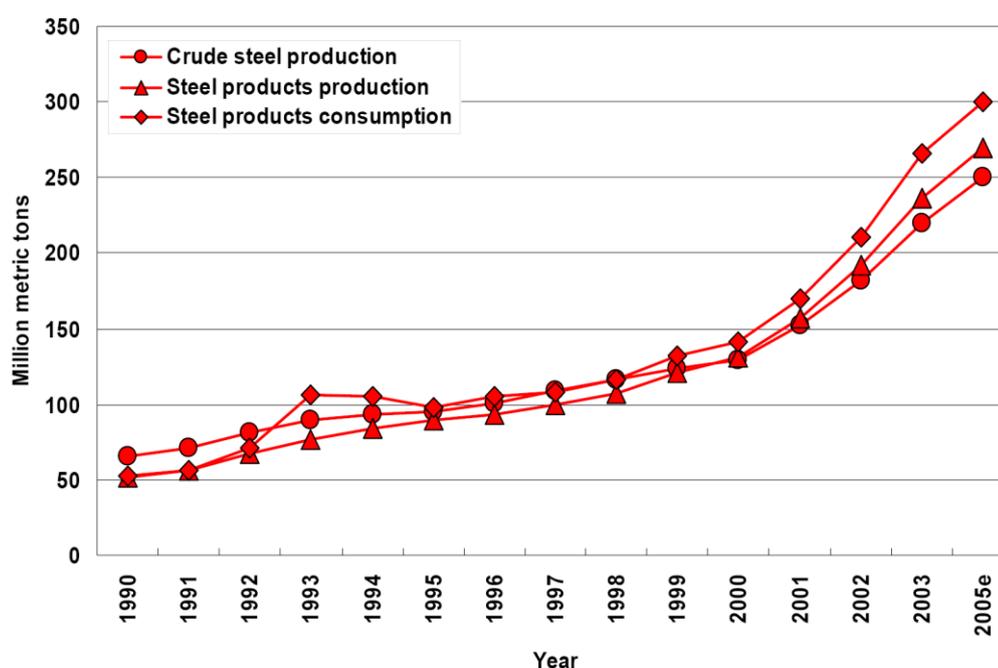
Estas tendências mostram que, tanto por sua capacidade de produção como de consumo, a China está a caminho de dominar a indústria mundial do ferro. Cabe destacar que esta indústria depende crescentemente dos principais países produtores de ferro: Brasil, Austrália e Peru.

Aço

O gráfico 14 mostra que, em 2003, a produção de aço da China foi de 220 milhões de toneladas métricas, equivalente a 23% da produção mundial e 15% mais

que sua produção no ano anterior. Este crescimento está relacionado com a indústria de automóvel que demandou, em 2003, 37% mais aço que no ano anterior. A indústria de eletrodomésticos foi responsável por um crescimento de 35% e a indústria naval, 14% da produção no mesmo período.

Gráfico 14
China: Produção e consumo de aço, 1990-2005



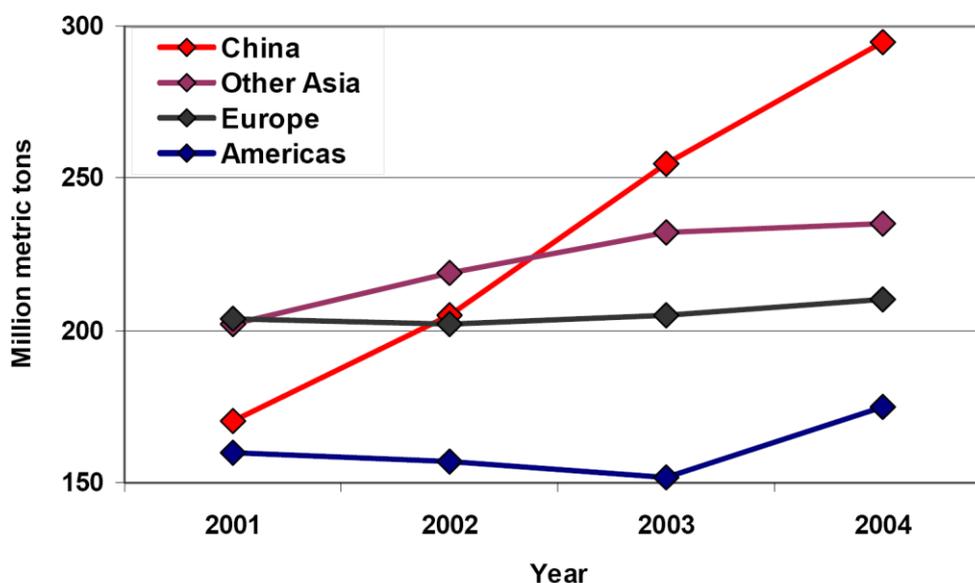
Fonte: *China's Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004, U.S. Geological Survey*. (David Menzie, Pui-Kwan Tse, Mike Fenton, John Jorgenson, and Hendrik van Oss).

O gráfico 15 mostra que a demanda chinesa de aço duplicou, entre 2001 e 2004, devido ao auge da produção de automóveis, registrando um crescimento muito mais drástico que o resto dos países asiáticos. No mesmo período, a demanda de aço do continente americano registrou um pequeno crescimento, de 2003 a 2004, enquanto que a demanda europeia se manteve estável, porém em um nível bastante superior ao americano.

O principal país produtor de aço na América Latina é o Brasil, para onde se dirigiu os investimentos chineses. Atualmente, está sendo negociado um investimento de 3, 290 milhões de dólares da empresa chinesa *Wuhan Iron and*

Steel Corp, em cooperação com a empresa brasileira *LLX*, destinada à construção de uma indústria de aço, em São João da Barra¹⁸⁷.

**Gráfico 15: Tendência mundial da demanda de aço (steel)
2001 - 2004**



Fonte: *Internacional Iron and Steel Institute*.

6.9 A América Latina e a disputa global por minerais estratégicos

No tabuleiro da geopolítica mundial a disputa global por minerais estratégicos direcionará os movimentos dos grandes consumidores de minerais para as principais reservas do planeta. A estratégia das potências hegemônicas inclui uma ação articulada e complexa para afastar as barreiras políticas e econômicas que permitam um domínio de longo prazo sobre estes recursos.

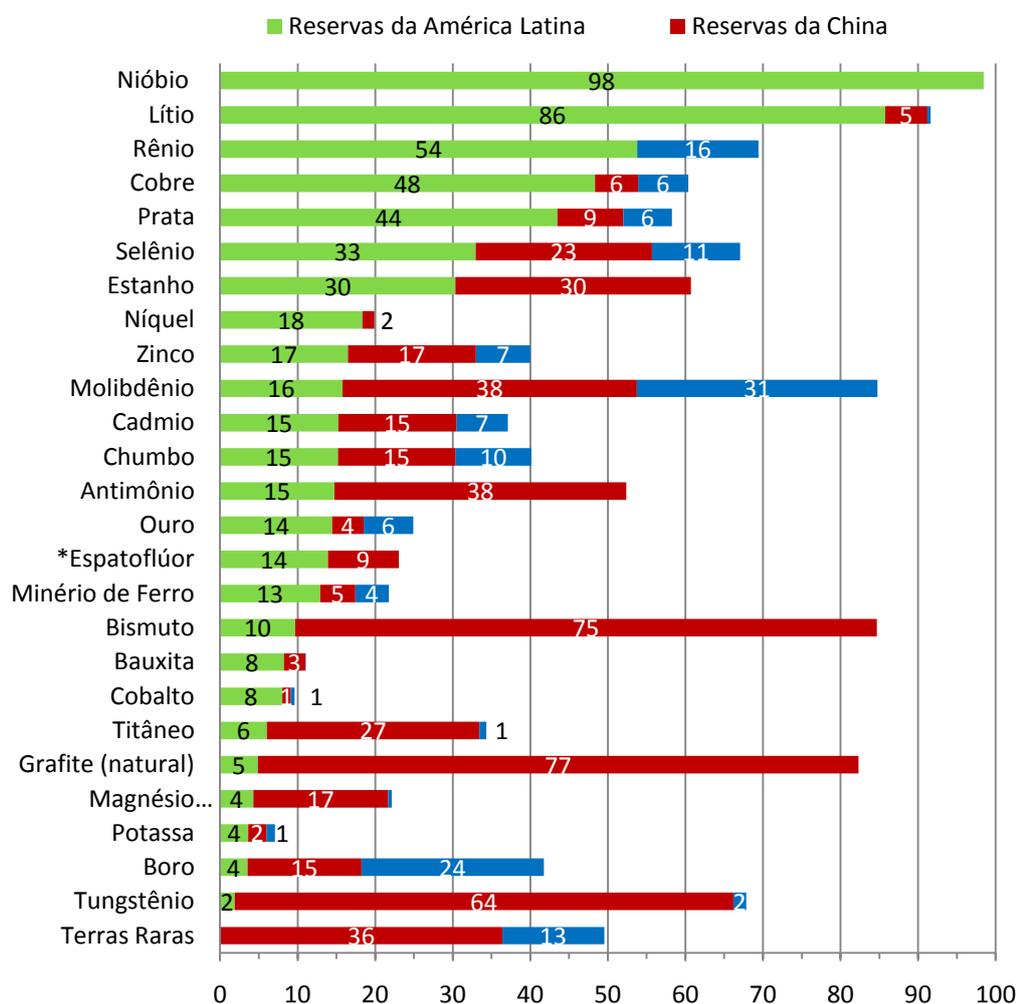
Esta dinâmica não se reduz ao âmbito comercial e, portanto ao consumo da produção mundial, mas se desdobra necessariamente em uma política de gestão e de domínio das reservas mundiais. A maioria dos contratos de exploração e exportação de recursos minerais que se firmam entre as empresas mineradoras (grande parte das quais são de capital norte americano, europeu e chinês) e os países latino americanos, têm um marco regulatório que garante às mineradoras, períodos de operação longos que vão de 20 a 40 anos (ver anexo 5). Os

¹⁸⁷ Ver Anexo 5.

descobrimientos de novas jazidas e grandes reservas de minerais estratégicos orientarão o deslocamento de interesses geopolíticos de um país para outro, ou de uma região para outra. Um mapa dinâmico, que atualize permanentemente o volume de reservas de minerais da América Latina, converte-se em uma ferramenta muito útil para prever o deslocamento de interesses geopolíticos na região e o surgimento de novos territórios de disputa e de conflito no continente.

O gráfico 16 mostra as reservas de minerais selecionados da América Latina, China e Estados Unidos em relação às reservas mundiais, em 2009. Certamente, os interesses estratégicos das potências hegemônicas e emergentes, em relação a estas matérias primas, não podem ser analisados unicamente a partir do consumo da produção mundial, mas principalmente, através de um inventário dinâmico das reservas mundiais. Uma análise mais minuciosa poderia comparar o comportamento histórico da produção, em relação às reservas de minerais estratégicos nos países que detenham estes recursos, com o objetivo de construir taxas de drenagem/esgotamento de reservas, políticas de crescimento ou diminuição da produção, dentro de limites estabelecidos a partir de estratégias nacionais e regionais de uso destes recursos. Trata-se de criar instrumentos analíticos para a tomada de decisões e elaboração de políticas públicas dos países e regiões produtores de matérias primas, que permita uma gestão econômica mais eficiente de seus próprios recursos.

**Gráfico 16: Reservas de Minérios Estratégicos da América Latina, China e E.U.A em relação às Reservas Mundiais - 2009
(Dados expressados em percentuais)**



*Reserva dos E.U.A encontra-se indisponível

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *U.S Geological Survey, 2010, Mineral Commodity*

Estes dados mostram a grande participação da América Latina nas reservas mundiais de minerais. Em primeiro lugar aparece o nióbio, mineral que continua sendo intensivamente usado para a produção de aço e, em menor proporção, na indústria aeroespacial. Portanto, é um mineral extremamente importante, não somente para os EUA, mas também para a China, que surge como o grande consumidor de aço do mundo.

O lítio está considerado neste gráfico ainda sem os últimos descobrimentos das reservas na Bolívia, depois das quais a América Latina passa a abrigar 99% das reservas mundiais (91% na Bolívia, 7% no Chile, 1% na Argentina). A partir da análise dos ciclos de minerais, pode-se prever que o consumo mundial de lítio tem um horizonte de mais 20 a 30 anos. Pela importância estratégica deste mineral,

como já foi assinalado anteriormente, podemos esperar que se exerça uma pressão crescente, por parte dos Estados Unidos, sobre a gestão do lítio na Bolívia, que está nas mãos da empresa estatal Comibol (*Corporação Minera de Bolivia*). Poucos meses depois da confirmação das enormes reservas bolivianas de lítio na região de Uyuni, um deserto de sal de mais de 12 mil quilômetros quadrados, os dirigentes locais de Santa Cruz, com separatistas, protagonizaram uma tentativa de secessão do território boliviano, gerando um profundo clima de instabilidade política em toda a região.

O rênio, mineral do qual os Estados Unidos dependem, em 79%, de importação de outros países, sobre tudo do Chile, tem 54% de suas reservas nesta região (Chile e Peru). Apesar dos EUA terem uma participação de 16% nas reservas mundiais deste mineral, sua produção não abastece a totalidade do consumo interno.

Pelo volume de mineral importado pelos Estados Unidos e o impacto que tem na sua economia, o cobre é um caso de particular importância para América Latina: a região tem 48% das reservas mundiais (Chile, 30%; Peru, 12% e México, 7%) e quase 44% da produção mundial (Chile 34%; Peru, 8% e México, 1,6%), segundo dados de 2009. O consumo de cobre dos EUA depende em 23% de importações líquidas, das quais 21% vem da América Latina. Isto quer dizer que quase todo o cobre que os EUA importam tem sua origem na região. Por outro lado, a China, como poderemos ver mais adiante, que tem apenas 6% das reservas mundiais de cobre e uma taxa similar de participação na produção mundial, segundo dados de 2008, consumia 4,81¹⁸⁸ milhões de toneladas métricas de cobre processado, isto é, 30% da produção mundial, no mesmo período. Isto é, em 2008, a China tinha uma participação de 6% na produção e 30% no consumo mundial de cobre.

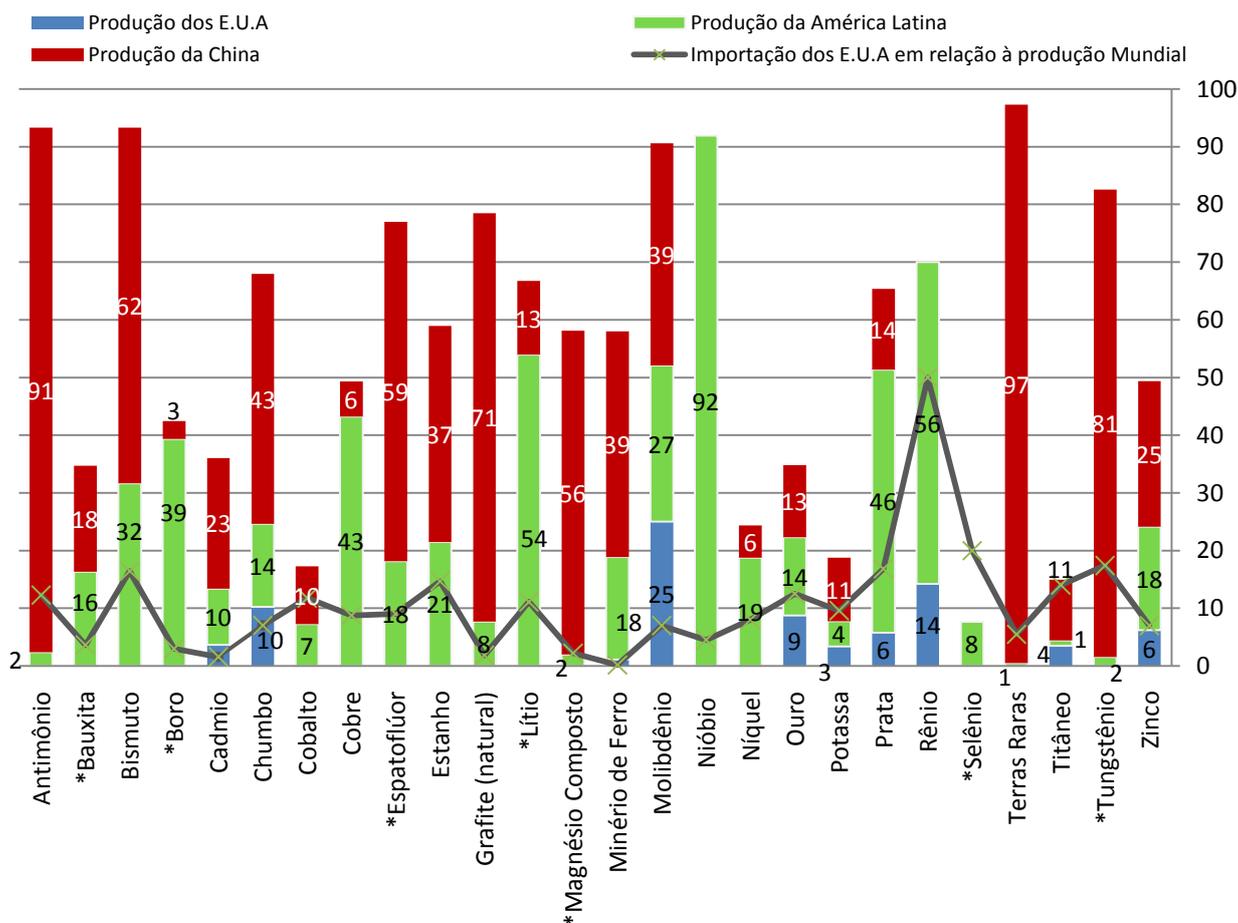
Este panorama indica que a América Latina é um espaço vital para o abastecimento de cobre, tanto para os Estados Unidos como para a China. Enquanto o primeiro mostra um consumo estável em relação a este mineral, a China vem aumentando, ao longo dos últimos anos, o consumo do mesmo em quase 10% ao ano¹⁸⁹.

¹⁸⁸ *China: 2008 Mineral Yearbook. USGS, p. 9.8*

¹⁸⁹ *China: 2008 Mineral Yearbook. USGS, p. 8*

O gráfico 17 mostra a produção de minerais selecionados dos Estados Unidos, China e América Latina em relação à produção mundial, incluindo importações dos Estados Unidos para o período 2009¹⁹⁰

Gráfico 17: Produção de minerais estratégicos dos E.U.A, China e América Latina em relação à produção mundial e Importação para consumo dos E.U.A, 2009
(Dados expressos em percentuais)



* Produção dos E.U.A não se encontra disponível na fonte.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do relatório *U.S Geological Survey, 2010, Mineral Commodity Summaries 2010*.

Os dados oferecem um panorama dos interesses dos Estados Unidos, medidos a partir de suas importações de minerais, cuja produção mundial vem fundamentalmente da América Latina e da China. A crescente demanda da China pelos minerais selecionados tem como consequência que esta tendência de consumir a totalidade de sua produção e, mesmo assim, necessite importar estes recursos de outras regiões para diminuir seu déficit. Frente a esta situação, os

¹⁹⁰ O comportamento das variáveis no ano 2009 não registram maiores diferenças em relação ao ano anterior, aparentemente a crise econômica de 2008 não teve consequências na produção de minérios.

Estados Unidos devem orientar cada vez mais o abastecimento de seu consumo para as importações da América Latina. O comportamento da linha de importações indica que os casos mais vulneráveis para os Estados Unidos são: bismuto, cobre estanho, lítio, nióbio, níquel, ouro, prata, rênio, titânio e zinco, em relação aos quais sua produção é muito menor que sua demanda.

A China tem a liderança absoluta em relação à produção de terras raras, a partir do que desenvolveu uma política industrial específica atraindo a produção de aparelhos de televisão e telas de computadores, da Coreia até seu território. A América Latina tem a liderança absoluta em relação à produção de nióbio e segue na mesma direção com respeito ao lítio. Esta situação coloca a necessidade urgente de elaborar uma política regional de industrialização do lítio, que desloque a produção de baterias recarregáveis de dispositivos eletrônicos portáteis, do sudeste asiático para a América do Sul. Certamente, isto requer a criação de um grande centro de pesquisas científica e tecnológica deste mineral, além de uma estratégia de apropriação de inovações a partir dos atuais centros de produção de produtos eletrônicos ligados a este mineral. A gestão econômica destes minerais requer o desenvolvimento de equipamentos de pesquisa multidisciplinares, cujo campo de estudo deve ir desde a pesquisa geológica até a extração deste mineral, com o menor impacto ambiental possível, até a pesquisa científica orientada para desenvolver tecnologia de ponta em relação à produção derivada destas matérias primas. Pela envergadura deste projeto, este somente pode desenvolver-se como parte de uma política regional.

6.10 A Política chinesa para a América Latina e Caribe

Em novembro de 2008, o governo da China aprovou, pela primeira vez, um documento que resume sua política para a América Latina e Caribe. Este documento, sem precedentes na política externa chinesa, é o resultado da aproximação crescente que a China vem desenvolvendo com a América Latina, ao longo da última década e, ao mesmo tempo, busca traçar os objetivos estratégicos desta aproximação para as próximas décadas, como podemos ver a seguir:

Seguindo invariavelmente o caminho do desenvolvimento pacífico e a estratégia de abertura baseada no benefício recíproco e nos ganhos compartilhados, a China, o maior país em vias de desenvolvimento do mundo, está disposta a desenvolver a

amizade e a cooperação com todos os países com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a fim de promover a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade compartilhada.¹⁹¹ (O sublinhado é nosso)

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, aos quais se refere este documento, como base da cooperação da China com todos os países do mundo, foram estabelecidos na Conferência de Bandung, em 1955, a partir da formulação do Primeiro Ministro Chinês Zhou En-lai. Em 1982, estes cinco princípios foram incorporados à constituição da República Popular da China, como elementos centrais que orientam as relações exteriores deste país. Estes são: 1. Respeito mútuo à integridade territorial e à soberania; 2. Não-agressão mútua; 3. Não intervenção nos assuntos internos de outros Estados; 4. Igualdade e benefício recíprocos e 5. Coexistência pacífica.

Uma análise mais detalhada desta política se faz necessária na medida em que a China se converteu no maior aliado comercial de grande parte dos países da América Latina. Esta análise permitirá ter-se uma ideia mais clara da margem de negociação da América Latina, e dos objetivos estratégicos comuns entre a região e a China. Os objetivos gerais da política estabelecem o seguinte:

- Ampliar o consenso baseado no respeito e confiança mútuos, em pé de igualdade, entre a China e os países latino-americanos e caribenhos, intensificando o diálogo, a mútua confiança política e o consenso estratégico;
- Aprofundar a cooperação dentro de um espírito do benefício recíproco e ganhos compartilhados, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento comum de ambas as partes;
- Estreitar o intercâmbio cultural e humano em áreas de mútua aprendizagem e a promoção conjunta do desenvolvimento e progresso da civilização humana.

Podemos observar, a partir desta informação, que o interesse da China na América Latina e Caribe é, sobretudo, de caráter estratégico que tem como pilares, uma relação de cooperação, de benefício recíproco e de igualdade de condições. Além disso, se estabelece claramente a necessidade de que os países em desenvolvimento ampliem sua capacidade de intervenção na arena internacional e nos organismos multilaterais, como mostra o parágrafo seguinte:

¹⁹¹ Policy paper on Latin America and the Caribbean, November 2008. Disponível no *website* do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t521025.htm>

A parte chinesa está disposta a se dedicar, junto com os países latino-americanos e caribenhos, à promoção do desenvolvimento da ordem política e econômica internacional em uma direção mais justa e razoável, ao estímulo da democratização das relações internacionais e à defesa dos direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento. A China é partidária de que os países latino-americanos e caribenhos tenham um papel mais importante na arena internacional.¹⁹²

Além disso, busca ampliar as relações e o intercâmbio sul-sul no campo científico-tecnológico, econômico-comercial e educacional-cultural, como podemos ver a partir dos seguintes objetivos específicos assinalados no documento aprovado pelo governo chinês:

- Intercambio e colaboração nos campos econômico-comercial, científico-tecnológico e cultural;
- Ampliar e aperfeiçoar o comércio bilateral e aperfeiçoar a estrutura comercial. Subscrição de Tratados de Livre Comércio com os países ou organizações de integração regional;
- Cooperação e investimento em manufatura, agricultura, silvicultura, pesca, energia, exploração de recursos minerais, construção de infraestrutura e serviços;
- Intercambio e cooperação em tecnologia agrícola e desenvolvimento industrial;
- Construção de infraestrutura de transporte, informação, comunicação, obras hidráulicas e hidroelétricas, contribuindo ativamente para melhorar as condições de infraestrutura da região;
- Cooperação mútua em matéria de recursos energéticos;
- Redução e cancelamento de dívidas com a China. O governo chinês continua exortando a comunidade internacional a adotar ações substanciais na redução e cancelamento de dívidas dos países latino-americanos e caribenhos.
- Cooperação multilateral: reforçar a consulta e coordenação com os países latino-americanos e caribenhos nos organismos e sistemas econômicos, comerciais e financeiros multilaterais para impulsionar a cooperação Sul-Sul, promover o desenvolvimento do sistema de comercial multilateral para uma direção mais

¹⁹² Policy paper on Latin America and the Caribbean, November 2008. Disponível no *website* del Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t521025.htm>

justa e razoável e ampliar o direito à voz e à tomada de decisões dos países em desenvolvimento nos assuntos comerciais e financeiros internacionais.

- Intercambio científico-tecnológico através de Comissões Mistas de Cooperação Científico-tecnológica, em terrenos de interesse comum como: tecnologia aeronáutica e aeroespacial, biocombustíveis, tecnologia de recursos e meio ambiente, tecnologia marítima, tecnologia de economia de energia, medicina digital e mini centrais hidroelétricas. Inclui capacitação técnica e colaboração e intercambio em educação.
- Cooperação na diminuição da pobreza e da distância entre ricos e pobres;
- Intercambio e colaboração militares: intercambio profissional em instrução militar, capacitação de pessoal e operações de manutenção da paz, expandir a colaboração prática no campo da “segurança não tradicional” e continuar oferecendo ajuda para a construção das forças armadas dos países da região.

Podemos afirmar que a política chinesa para a América Latina e Caribe retoma o espírito de Bandung, em seus princípios fundamentais de cooperação, desenvolvimento econômico e social, baseado em benefícios compartilhados e de afirmação dos países do sul na esfera internacional. Certamente, estes princípios são radicalmente diferentes dos estabelecidos pelos Tratados de Livre Comércio que os Estados Unidos tentaram colocar em prática na região e que conseguiram estabelecer com alguns países da região, como Peru, Chile e Colômbia.

A América Latina tem, em relação à China, uma oportunidade histórica de desenvolver uma cooperação estratégica de longo prazo, orientada para romper a relação de dependência que marcou sua inserção no sistema mundial. Cabe a América Latina aproveitar esta oportunidade ou reproduzir a lógica da dependência na dinâmica de exportação de matérias primas para a China.

Nos últimos anos, a China incrementou drasticamente suas relações comerciais com a América Latina. Como mostra o quadro 4, passou a ser um dos principais destinos das exportações de quase todos os países da região, ao mesmo tempo em que se constituiu em uma dos principais origens das importações dos mesmo países. Os casos mais relevantes são o Chile e o Brasil, para os quais, a China ocupa o primeiro lugar de destino de suas exportações. Em seguida estão Argentina, Costa Rica e Peru, para os quais a China ocupa o segundo lugar de

destino de suas exportações. Com respeito às importações, o Paraguai tem na China o primeiro lugar de origem das mesmas. Nos casos do Peru, Equador, Colombia, Chile e Brasil, a China ocupa o segundo. Outro caso que chama a atenção é o da Venezuela, para a qual a China passa do trigésimo sétimo para o terceiro lugar de destino das exportações e do décimo oitavo ao terceiro lugar de origem das importações, nos anos de 2000 a 2008. Uma das poucas exceções desta tendência é o Estado Pluri-nacional de Bolívia

Quadro 4
América Latina: lugar que ocupa a China no comércio de alguns países
Selecionados- 2000 em relação a 2008 a/ b/

País	Exportaciones		Importaciones	
	2000	2008	2000	2008
Argentina	6	2	4	3
Bolívia (Estado Plurinacional de)	12	10	8	6
Brasil	12	1	11	2
Chile	5	1	4	2
Colombia	35	4	15	2
Costa Rica	26	2	16	3
Ecuador	13	9	10	2
El Salvador	35	16	18	5
Guatemala	30	18	15	4
Honduras	35	11	18	7
México	25	5	6	3
Nicaragua	19	14	18	4
Panamá	22	4	17	4
Paraguay	11	9	4	1
Perú	4	2	13	2
Uruguay	5	8	6	3
Venezuela (República Bolivariana de)	37	3	18	3

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base das Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

a/ No caso de Honduras e da Nicarágua, o dado corresponde a 2007.

b/ Os países da União Européia são considerados como um só destino.

Isto somente pode ser entendido a partir da constatação de que a América Latina tem uma importância crescente para a economia chinesa, como mercado e como fonte de recursos naturais. Certamente, para conseguir um crescimento tão grande em um período relativamente curto, foi necessária uma gestão articulada do

governo chinês, que assume novas dimensões com a aprovação de sua Política para a América Latina e Caribe, em 2008.

No anexo 5, podemos ver uma informação detalhada dos investimentos chineses na América Latina. Os principais setores nos quais a China investiu são mineração e petróleo e gás, e em menor proporção, produtos agrícolas. Entre 2005 e 2010, firmou diversos acordos bilaterais ou *joint ventures* entre empresas estatais e mistas para a extração e produção de cobre com os dois principais produtores deste mineral na América Latina: o Chile e o Peru, com investimentos que chegam a 13 bilhões de dólares. No Brasil, os investimentos chineses destinados ao setor de mineração e petróleo alcançaram 12 bilhões de dólares, em 2009. Com a Bolívia, firmou acordos bilaterais para a exploração de petróleo e gás com um investimento de aproximadamente 1.500 milhões de dólares ao longo de 40 anos. No Equador, investiu mais de dois bilhões de dólares entre 2005 e 2009, incluindo empréstimos que serão pagos com petróleo e óleo combustível. Com a Argentina, foram firmados acordos que incluíam a exportação de produtos agrícolas para a China, com o qual a Argentina se converte no terceiro maior exportador de alimentos para este país.

Mas talvez o maior investimento da China na região seja na Venezuela, país com o qual firmou um acordo¹⁹³ para financiamento de longo prazo, oficializado em 16 de setembro de 2010. Este acordo inclui um crédito de 20 bilhões de dólares para financiar 19 projetos de desenvolvimento integral nos setores de: mineração, eletricidade, transporte, moradias, finanças, petróleo, gás e petroquímica. Este financiamento será pago mediante uma linha de crédito para a venda de petróleo cru para a China em quantidades escalonadas: para 2010, o limite mínimo é de 200 mil barris diários; para 2011, 250 mil barris diários; e para 2012 não menos que 300 mil barris diários. Se a isto se somam os 500 mil barris que a Venezuela já envia diariamente para a China e 400 mil barris que produzirá uma empresa mista binacional na faixa petrolífera do Orenoco, em 2012, a Venezuela enviará para a China mais de 1 milhão de barris diários, a mesma quantidade que exporta aos Estados Unidos. Por outro lado, a China realizou investimentos na Venezuela vinculados a 50 projetos para a produção de alumínio, bauxita, carvão, ferro e ouro, além de um investimento de 16 bilhões de dólares na faixa petrolífera do Orinoco, o

¹⁹³ Lei 39,511 publicada em A Gaceta Oficial da Venezuela, 16 de setembro de 2010.

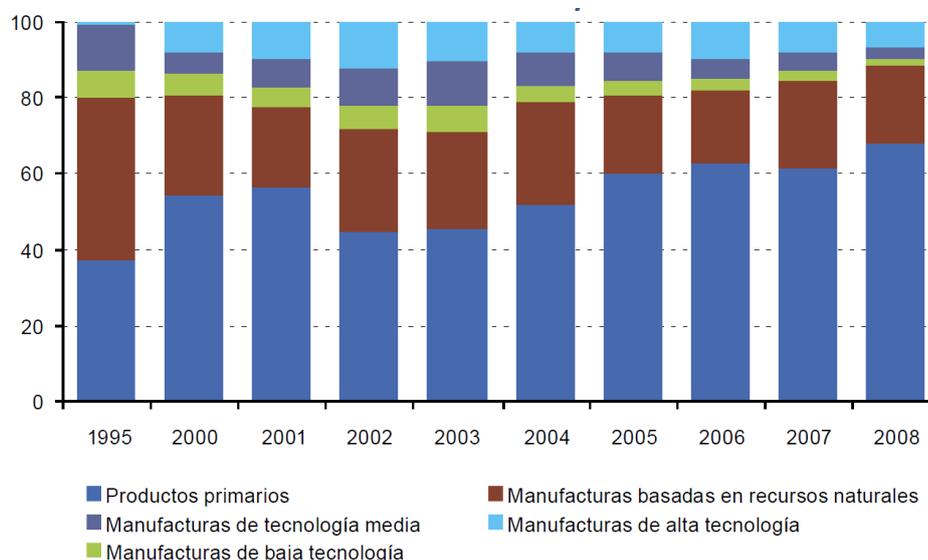
que permitirá que a PDVSA eleve em quase um milhão de barris diários sua produção.¹⁹⁴

O crescente interesse da China pela América Latina, seus investimentos em múltiplos projetos de desenvolvimento, exploração e produção de minerais, a aliança estratégica com a Venezuela, que até esta data chega a um investimento da China de 44 bilhões de dólares, constituem elementos importantes para as mudanças hegemônicas em curso e para a nova geopolítica mundial.

Entretanto, o deslocamento para a China como destino de exportações da América Latina não significou nenhuma mudança em relação ao valor agregado das mesmas. O gráfico 18 mostra uma participação relativa crescente das matérias primas na composição das exportações da região. Ao mesmo tempo, as manufaturas baseadas em recursos naturais diminuíram gradualmente sua participação relativa no conjunto de exportações da região, enquanto que os produtos de alta tecnologia aparecem timidamente, a partir do ano 2000, com uma participação de menos de 10% do total. Isto pode ser explicado por uma drástica elevação da demanda chinesa de matérias primas e *commodities* da América Latina, que aumentou o peso relativo destes recursos em relação aos produtos de maior valor agregado, mesmo quando estes últimos também tenham registrado um crescimento das exportações, mas também pode significar a reprodução de um modelo exportador de matérias primas de baixo valor agregado.

¹⁹⁴ ZIBECHI, Raúl. República Bolivariana de Venezuela: Pieza geopolítica Global. En: Alai-amlatina, 24 de setiembre de 2010.

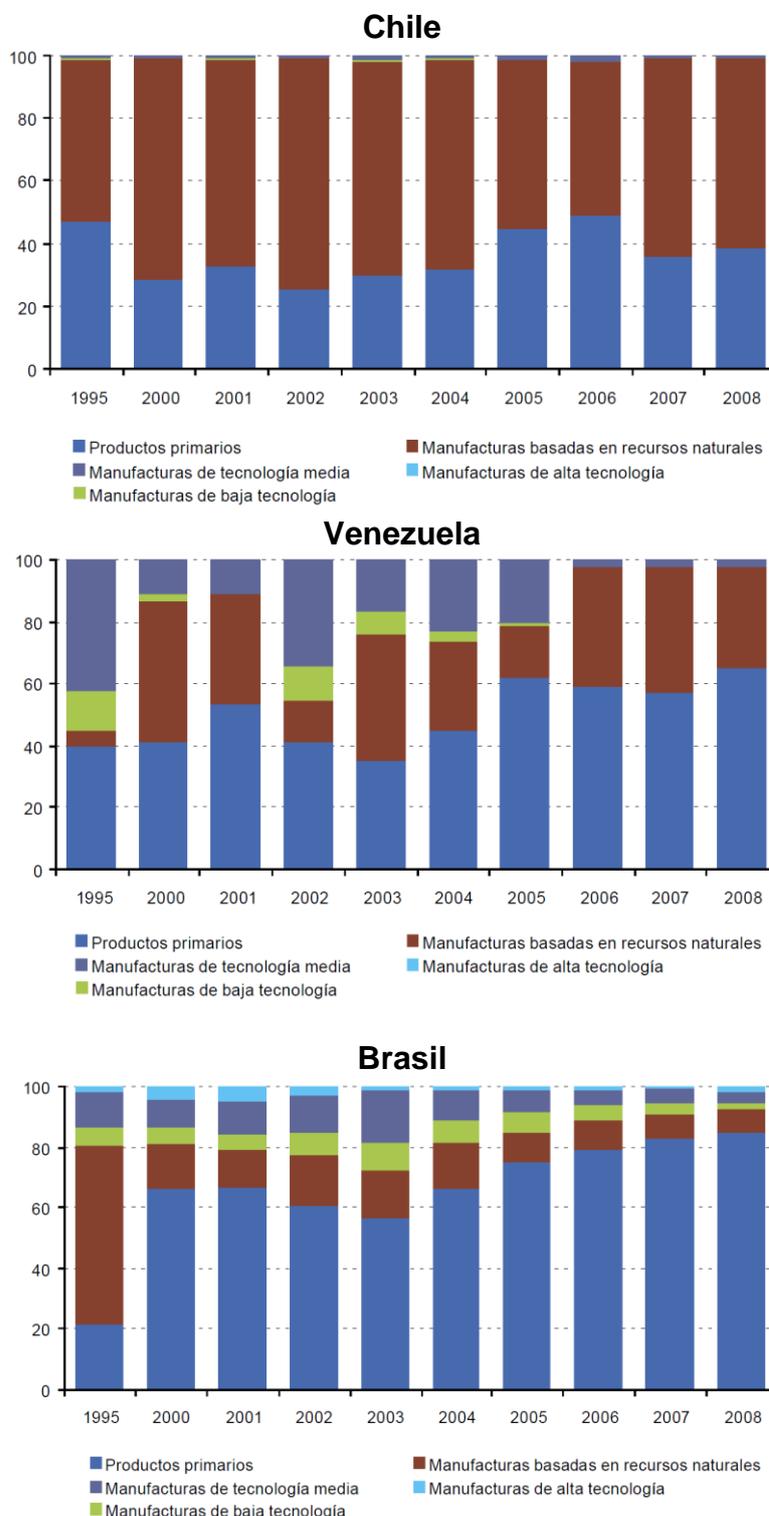
Gráfico 18
América Latina e Caribe: Exportações da região para a China por conteúdo tecnológico, 1995-2008



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base de Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

O gráfico 19 compara as exportações do Chile, Venezuela e Brasil para a China em relação ao conteúdo tecnológico das mesmas. Interessante destacar que o Brasil, que detém o maior parque industrial de América do Sul, exporta produtos primários em maior proporção que os outros dois países. De 1995 a 2008, o peso relativo de produtos primários nas exportações brasileiras aumentou de 20% para mais de 80%, ao final do período, destacando-se os minérios de ferro e a soja (ver anexo 4). Este processo de volta à exportação de produtos primários brasileiros para a China tem um comportamento mais drástico que a média na região. O Chile conseguiu manter um peso relativo maior de manufaturas baseadas em recursos naturais na composição de suas exportações. Em 2008, aproximadamente 60% de suas exportações eram manufaturas e 40% produtos primários. De 2000 a 2008, a Venezuela consegue manter uma participação média de 40% de manufaturas baseadas em recursos naturais. Em todos os casos, a exportação de manufaturas de alta tecnologia é quase inexistente. No caso de Brasil, não passa de 3% ou 4% das exportações totais.

Gráfico 19
Chile, Venezuela e Brasil: Exportações para a China, por conteúdo tecnológico, 1995-2008 (em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sobre a base das Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

6.11 Os desafios para a América Latina

A conjuntura latino-americana contemporânea está marcada por grandes avanços nos projetos e processos de integração regional. A dinâmica complexa de integração das nações acompanha também a integração dos povos e dos movimentos populares, com um crescente poder de pressão social e participação na elaboração de políticas públicas que refletem a afirmação do movimento democrático. Neste contexto, um princípio que adquire cada vez maior relevo é o da soberania, como a capacidade de autodeterminação dos Estados, das Nações, dos povos e das comunidades.

Esta soberania significa também a apropriação da gestão econômica e científica e dos recursos naturais, que permita elaborar estratégias de desenvolvimento a partir de um inventário regional dos minerais não combustíveis, petróleo, gás natural, água, ecossistemas, biodiversidade, etc.,

Os dados mostram que a América Latina tem enormes condições de negociação em relação a minerais estratégicos, cujas principais reservas se encontram na região. Mostramos o alto grau de vulnerabilidade e dependência de importações que os Estados Unidos têm com respeito a um grande número de minerais que a América Latina produz.

A crescente relação comercial e econômica com a China representa a oportunidade de desenvolver uma relação estratégica, que deixe de reproduzir na América Latina o modelo de exportações de matéria prima de baixo valor agregado e se oriente para uma estratégia de industrialização de seus recursos naturais baseada, também, em um desenvolvimento científico e na produção de conhecimento e informação que eleve as condições de vida de sua população.

Faz-se necessária uma política regional de industrialização dos recursos naturais, sobre tudo daqueles dos quais a América Latina tem reservas importantes. Esta política necessita apropriar-se da pesquisa científica e tecnológica em relação aos minerais, orientada para desenvolver tecnologias de extração com o menor impacto ambiental possível, conhecimento profundo dos materiais e sua aplicação industrial, inovação tecnológica e novos usos industriais.

Estes objetivos exigem também a criação de instrumentos de análise para uma gestão mais eficiente dos recursos minerais. Isto inclui:

- Elaboração de um inventário dinâmico regional, que inclua reservas estimadas, reservas comprovadas, zonas de extração e zonas de produção de minerais. Este inventário requer um trabalho de pesquisa centralizada, com capacidade de atualização permanente;
- Construção de modelos analíticos para elaborar taxas de esgotamento ou drenagem de recursos minerais correlacionando: níveis de reservas, produção, tendências da demanda regional e mundial, dinâmica dos ciclos tecnológicos;
- Medição do impacto ambiental e social da extração e produção, para calcular taxas de compensação e estratégias de recuperação ambiental.

Ao mesmo tempo devemos ter claro que o crescimento da disputa por minerais será uma das tendências dominantes no plano mundial. A América Latina aparece como uma das grandes regiões em disputa. A China busca, agressivamente, por minerais na África e na América Latina, conforme pode ser visto no anexo 5 sobre acordos bilaterais e investimentos da China na América Latina. Esta diversidade de atores mundiais pode ser utilizada como instrumento positivo para assegurar a soberania e aumentar a capacidade de negociação da América Latina.

Por exemplo, a América Latina tem condições de participar na formação dos preços internacionais de minerais. Uma política de formação de cartéis de produtores orientada para recuperar a gestão da produção, reservas, industrialização e comércio destes recursos significa claramente uma política de recuperação de soberania e de afirmação dos objetivos regionais. O exemplo da OPEP é uma referência fundamental para a realização destes objetivos.

Uma política adequada de gestão de recursos na América Latina deve levar em conta, urgentemente, a diminuição drástica do efeito devastador, deste setor, no meio ambiente. A gestão soberana dos recursos naturais necessita de uma estratégia científica, orientada para o conhecimento profundo da natureza, os pisos ecológicos, ecossistemas e biodiversidade que a região detenha. A pesquisa científica para o desenvolvimento de novos materiais está sendo intensificada no mundo. A América Latina não pode ficar a margem deste processo.

Reafirmamos, a partir das informações mostradas neste capítulo que a América Latina tem uma ampla capacidade de negociação com os Estados Unidos,

em relação a minerais estratégicos, além de uma grande capacidade de formação internacional de preços dos mesmos. Nem uma, nem outra condição favorável é usada pelos países de nossa região para melhorar as condições de intercâmbio e de comercialização destes recursos. Menos ainda se outorga importância suficiente ao enorme potencial que a América Latina tem para avançar na direção de uma política de industrialização dos minerais estratégicos, orientada no sentido de agregar valor a suas exportações.

Capítulo 7

ESTRATÉGIA IMPERIAL, MILITARISMO E DOMÍNIO TERRITORIAL

Vimos que a estratégia científica dos Estados Unidos, contida no documento *Facing Tomorrow Challenges: U.S. Geological Survey Science in decades 2007-2017*, estabelece que “o uso e a competência” pelos recursos naturais em escala global e “as ameaças” a estes recursos impactam a “capacidade da nação para sustentar sua economia, sua segurança nacional e a qualidade de vida da população”¹⁹⁵. Portanto, o acesso aos recursos naturais é considerado, explicitamente, um assunto de segurança para os Estados Unidos.

Vimos também que, no caso da água, o acesso a este recurso, dentro do território dos Estados Unidos, está limitado pela tendência ao esgotamento de suas reservas, consequência da baixa capacidade de reposição de seus aquíferos e o elevado consumo de água doce que, como mostramos, estão diminuindo sistematicamente as reservas de água doce de seu lençol freático. Portanto, garantir um abastecimento de longo prazo deste recurso depende de reservas que estão fora de seu território nacional.¹⁹⁶

No caso dos minerais não combustíveis, os dados mostram que os Estados Unidos são altamente dependentes de importações de minerais estratégicos imprescindíveis para sua economia e desenvolvimento tecnológico. Grande parte destes minerais é importada da América Latina. Assinalamos com bastante detalhe, a importância e a dimensão das reservas de minerais estratégicos na América Latina. A vulnerabilidade dos Estados Unidos em relação a estes recursos naturais é muito grande. Portanto, o abastecimento destes minerais para consumo interno também depende de assegurar o acesso às grandes reservas dos mesmos. Isto se coloca como uma questão de segurança nacional, portanto, de interesse máximo da “nação”.

¹⁹⁵ Ver capítulo 5, desta tese.

¹⁹⁶ Ver capítulo 6, p. 213 desta tese.

A Estratégia de Segurança Nacional 2010, aprovada pelo governo Obama reconhece que “A América, como outras nações, depende dos mercados estrangeiros para vender suas exportações e manter o acesso às matérias primas e recursos escassos”, no mesmo documento, justifica o uso unilateral da força militar para defender os interesses nacionais. Vejamos:

Os Estados Unidos devem reservar-se o direito de atuar unilateralmente, se for necessário, para defender nossa nação e nossos interesses, mas também vamos tratar de cumprir as normas que regem o uso da força. Ao fazê-lo, fortalece aqueles que atuam em consonância com as normas internacionais, enquanto que isola e debilita a aqueles que não o fazem. Também definirá um mandato claro e objetivos específicos ao mesmo tempo em que considerará as consequências, intencionais e não intencionais, de nossas ações. Os Estados Unidos terá cuidado ao enviar os homens e as mulheres de nossas Forças Armadas para situações de perigo, para assegurar que tenham a liderança, capacitação e equipamentos necessários para o cumprimento de sua missão.

(U.S. National Security Strategy 2010, p. 22)

A articulação dos vários documentos analisados até agora, que expressam o pensamento e os interesses estratégicos dos Estados Unidos, mostram que para este país, o acesso e o domínio dos recursos naturais globais constituem uma questão de interesse e de segurança nacionais. Estes interesses estão garantidos por um direito unilateral, reconhecido explicitamente em sua Estratégia de Segurança Nacional - 2010, para usar a força militar em sua consecução. Esta política é parte de uma estratégia multidimensional de dominação, que inclui “todas as ferramentas do poder norte-americano”, para conseguir o fortalecimento da capacidade nacional como um todo. Para mostrar esta afirmação, analisemos a seguinte citação, contida no mesmo documento:

Fortalecimento da Capacidade Nacional total de Enfoque de Governo:

Para ter êxito devemos atualizar, equilibrar, e integrar todas as ferramentas de poder dos Estados Unidos e trabalhar para que nossos aliados e sócios façam o mesmo. Nossas forças armadas devem manter sua superioridade convencional e, sempre e quando existirem armas nucleares, nossa capacidade de dissuasão nuclear, sem deixar de melhorar sua capacidade para derrotar as ameaças assimétricas, preservarem o acesso aos bens comuns, e fortalecer os sócios (...) devemos integrar nosso enfoque da segurança da pátria ao nosso enfoque mais amplo da segurança nacional.

U.S. National Security Strategy 2010, p. 14)

Como vemos, trata-se de uma estratégia global que põe em tensão todas as ferramentas de poder dos Estados Unidos: poder político, poder econômico, poder militar, diplomacia, etc., além de uma política hegemônica que inclui seus “aliados” e “parceiros”. Isto se articula através de um pensamento estratégico que vai orientar a política de segurança nacional, a estratégia científica, a política comercial, as ações “humanitárias”, a política de propaganda e, certamente, a estratégia, militar. Analisar a questão militar, *per se*, significa perder de vista a complexidade de interesses geopolíticos que estão em jogo em cada conjuntura.

A hegemonia, entendida como um sistema complexo de dominação não pode ser circunscrita unicamente ao poder econômico ou militar, ainda quando nestes dois âmbitos se construa os argumentos do discurso de dominação, que aparecem assim, como o discurso verdadeiro. Ana Esther Ceceña observa que, o poderio militar e a organização econômica, para serem eficazes, devem convencer quanto à sua infalibilidade e sua imanência, mas também devem estar integrados a uma visão de mundo que seja capaz de dar uma explicação coerente em todos os campos da vida, inclusive a cotidiana (CECEÑA, 2008). É através deste mecanismo que se desenvolve a capacidade para universalizar a própria concepção de mundo, buscando ofuscar qualquer outra perspectiva ou visão de mundo. Este é, em última instância, o suporte da dominação. Ao mesmo tempo, a construção da hegemonia aparece como um complexo articulado em que as possibilidades de dominação e a concepção de mundo se expressam e se transformam no ritmo das relações e das resistências sociais (CECEÑA, 2008).

A partir das resistências criam-se também novos discursos, novas formas de luta, novas estratégias, afirmadas em visões de mundo que se constroem sobre bases diferentes das da dominação. Assim, a disputa entre projetos hegemônicos e projetos de emancipação se articula em uma complexa dialética de confrontação e reelaboração, cujo limite é a própria incapacidade do sistema dominante para administrar as forças que cria e o sistema que o sustenta. Nossa pesquisa busca articular esta problemática complexa, mesmo quando estamos conscientes de que, evidentes limitações materiais nos obrigam a sacrificar um estudo mais profundo sobre os diferentes espaços de disputa que nosso estudo aponta.

O plano estratégico do ano 2000, elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, pode dar conteúdo empírico às afirmações acima colocadas. Nele se estabelecem 16 metas estratégicas vinculadas a sete grandes áreas de

interesse nacional, como se pode observar no quadro 5. Junto com a Estratégia de Segurança Nacional, o Plano Estratégico do Departamento de Estado define a política externa dos Estados Unidos. Enquanto a primeira articula as prioridades da Administração em relação às políticas e instrumentos que dizem respeito às ameaças à segurança, a segunda expõe uma visão global e sistemática dos interesses nacionais que vão estabelecer as metas e atividades das agências governamentais dos Estados Unidos no exterior.¹⁹⁷ Portanto, estes dois âmbitos constituem o quadro estratégico que vai orientar a política externa e estratégias de dominação dos Estados Unidos em todas as áreas.

Quadro 5: Configuração dos interesses nacionais e metas estratégicas no *Strategic Plan 2000*

Interesses nacionais	Metas estratégicas
Segurança Nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade regional: prevenir instabilidades regionais impedindo ameaças aos interesses nacionais vitais dos Estados Unidos. - Armas de destruição em massa: reduzir as ameaças de armas de destruição em massa para os Estados Unidos e seus aliados.
Prosperidade Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura comercial: abertura dos mercados externos para aumentar o comércio e liberar o fluxo dos bens, serviços e capital. - Exportações dos Estados Unidos: ampliar as exportações dos Estados Unidos até 1, 2 bilhões no início do século XXI. - Crescimento global e estabilidade: Aumentar o crescimento econômico global e a estabilidade. - Desenvolvimento econômico: promover o crescimento nas economias em desenvolvimento e em transição para elevar os padrões de vida, reduzir a pobreza e as disparidades de riqueza dentro e entre países.
Cidadãos Americanos e as Fronteiras dos Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadãos americanos: proteger a segurança dos cidadãos americanos que viajam e vivem fora do país. - Viagens e migração: facilitar a viagem para os Estados Unidos de visitantes estrangeiros, imigrantes e refugiados. Ao mesmo tempo, impedir a entrada daqueles que ameaçam nosso sistema
Império da Lei	<ul style="list-style-type: none"> - Crime internacional: minimizar o impacto do crime internacional nos Estados Unidos e em seus cidadãos. - Drogas ilegais: reduzir a entrada de drogas ilegais nos Estados Unidos. - Antiterrorismo: reduzir a incidência e a severidade dos ataques terroristas internacionais, particularmente contra os cidadãos e os interesses americanos.

¹⁹⁷ AYERBE, 2009, p. 52.

Democracia e direitos Humanos	- Democracia e direitos humanos: Abertura dos sistemas políticos e das sociedades para as práticas democráticas, o império da lei e o respeito aos direitos humanos.
Resposta Humanitária	- Assistência Humanitária: prevenir ou minimizar o custo humano dos conflitos e dos desastres naturais.
Assuntos Globais	- Meio ambiente. Afiançar um ambiente global sustentável para proteger o meio ambiente, a saúde, os cidadãos e os interesses dos Estados Unidos dos efeitos da degradação e a poluição ambiental internacional. - População: ter uma população mundial saudável e sustentável. - Saúde: Fortalecer as capacidades sanitárias internacionais.

Fonte: Luis Fernando Ayerbe. *De Clinton a Obama: política dos Estados Unidos para a América Latina*, p. 53.

Para fins de nossa análise nos interessa destacar algumas metas estratégicas que vão ter implicações muito diretas na política para a América Latina em relação aos objetivos desta pesquisa:

- a. A meta de estabilidade regional que busca impedir ameaças aos interesses vitais dos Estados Unidos.

Evidentemente, esta meta orienta a política para países da região que estão aprofundando processos de transformação social e de afirmação de uma política de soberania sobre seus recursos naturais e que são considerados “ameaças aos interesses vitais” dos Estados Unidos. É o caso da Venezuela, Equador, e Bolívia principalmente, que são vistos como “países desestabilizadores” na região.¹⁹⁸

- b. A abertura dos mercados externos para aumentar o comércio e liberar o fluxo de bens, serviços e capital.

Esta meta se expressa claramente nos esforços dos Estados Unidos para estabelecer Tratados de Livre Comercio bilaterais com os países da América Latina, que estimulam cláusulas concretas para permitir a este, o acesso à recursos naturais considerados estratégicos na região. O TLCAN assinado com o México, por exemplo, se amplia para a integração energética que resolverá a crise dos Estados Unidos nesta matéria e para a integração de políticas e ações de segurança a partir de critérios do Comando Conjunto dos

¹⁹⁸ Entre os muitos exemplos disponíveis, veja-se a declarações da Secretária de Estado Hillary Clinton em 11 de dezembro de 2009, em relação à Bolívia e Venezuela e sobre a posição em relação a Honduras. Disponível na BBC News, com o título de: *Hillary Clinton warns Latin America off close Iran ties* (<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:KlgrVJ-JpvYJ:www.bbc.co.uk/2/hi/8409081.stm+hillary+clinton+declaraciones+sobre+venezuela&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>).

Estados Unidos¹⁹⁹. No caso da América do Sul, existem Tratados de Livre Comércio com o Peru, a Colômbia e o Chile.

c. Reduzir a entrada de drogas ilegais e o terrorismo nos Estados Unidos.

Com este objetivo se justificam os deslocamentos militares dos Estados Unidos na América Latina, o ingresso e operações de pessoal militar americano nos territórios nacionais (no caso da América do Sul, principalmente no Peru e na Colômbia, cujos governos estão profundamente comprometidos com os interesses hegemônicos dos Estados Unidos na região), os exercícios militares nas zonas de conflito social, operações de inteligência, etc. (ver anexo 11).

d. Democracia e direitos humanos.

A defesa da democracia é outro argumento bastante usado para justificar complexas operações de pressão política e desestabilização de governos considerados ditatoriais, como a Venezuela e Cuba.

e. Assistência Humanitária.

O Comando Sul dos Estados Unidos vem realizando na região, exercícios militares de caráter humanitário denominados “Novos Horizontes”. Esta operação significa o ingresso de contingentes de 300 a 500 militares dos Estados Unidos para permanecer nos países de destino por longos períodos, que podem chegar a um ano, com o objetivo de construir escolas, postos médicos, etc., além de realizar exercícios de caráter estritamente militar. Em 2008 este exercício foi realizado no Peru, um ano depois da assinatura do Tratado de Livre Comércio entre os dois países. Os militares dos Estados Unidos do projeto Novos Horizontes de 2008 operaram em zonas de alto conflito social e político, como o VRAE (Vale do Rio Vilcanota e Apurímac) na mata ciliar da selva peruana. Em 2006, dois anos antes do golpe militar, este exercício realizou-se em Honduras.

Assim, não é nenhuma novidade que os principais objetivos de desdobramento da hegemonia no âmbito econômico, político, cultural e militar sejam essencialmente de dois tipos: ou se trata de recursos, de riquezas e mercados, ou de obstáculos, resistências e insurgências. A este respeito, Ceceña sustenta:

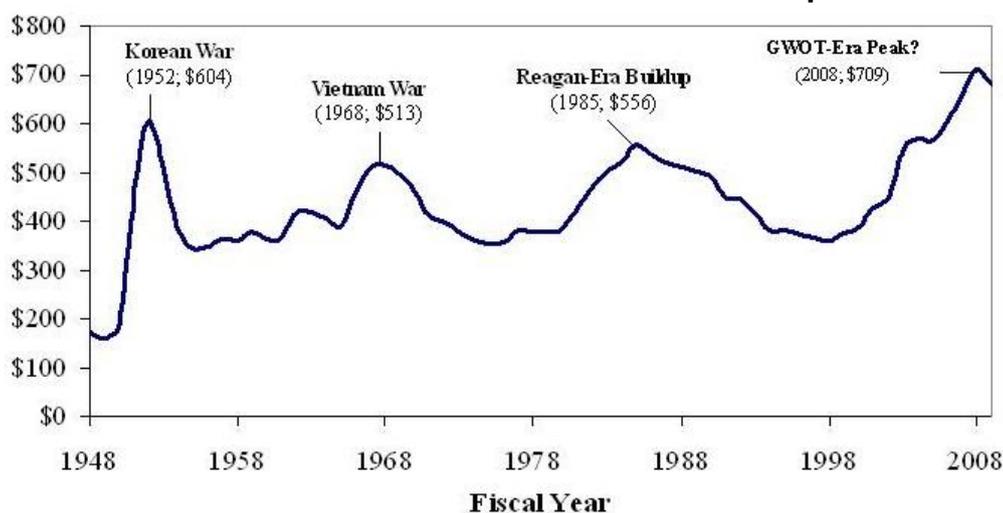
¹⁹⁹ Ana Esther Ceceña sustenta que, através de TLCAN, as riquezas do México ficam legitimamente ligadas aos interesses estratégicos dos Estados Unidos (CECEÑA, 2008, cap. 4)

Embora o poder seja imaterial, tem sustentos materiais iniludíveis. Controlar os processos de reprodução da vida e da própria riqueza é simultaneamente um fim e um mecanismo na construção de poder. A capacidade para apropriar-se dos recursos, processos ou mecanismos necessários não somente para a reprodução presente, mas sobretudo futura, faz parte das condições da possibilidade de hegemonia. A destruição do contrário-competidor transita tanto pelo enfrentamento direto, como por eliminar e controlar suas condições de existência e reprodução, com a virtude de que este mecanismo tende a naturalizar a hegemonia (CECEÑA, 2008).

7.1 Bases militares e dominação territorial

Desde o fim da guerra fria, a estratégia militar dos Estados Unidos vem requerendo um orçamento crescente. Talvez o elemento novo que caracteriza o período que se abre, a partir de setembro de 2001, seja a inviabilidade econômica de manter o crescente gasto militar que o conflito armado no Oriente Médio implica e a ampla rede de bases e estrutura militar que os Estados Unidos têm ao redor do mundo para fazer frente a uma guerra cada vez menos localizada. Pensar o poderio militar dos Estados Unidos como um poder sem fim significa não prestar atenção nas bases materiais que sustentam este poder, na conjuntura econômica deste país e suas tendências.

Gráfico 20: Gastos militares dos Estados Unidos a partir de 1948



Fonte: *Center for Arms Control and Non-Proliferation*²⁰⁰

O gráfico 20 mostra o comportamento da despesa militar dos Estados Unidos de 1948 a 2008 (para maiores detalhes ver anexo 7). A guerra no Oriente Médio,

²⁰⁰ Disponível no sítio:

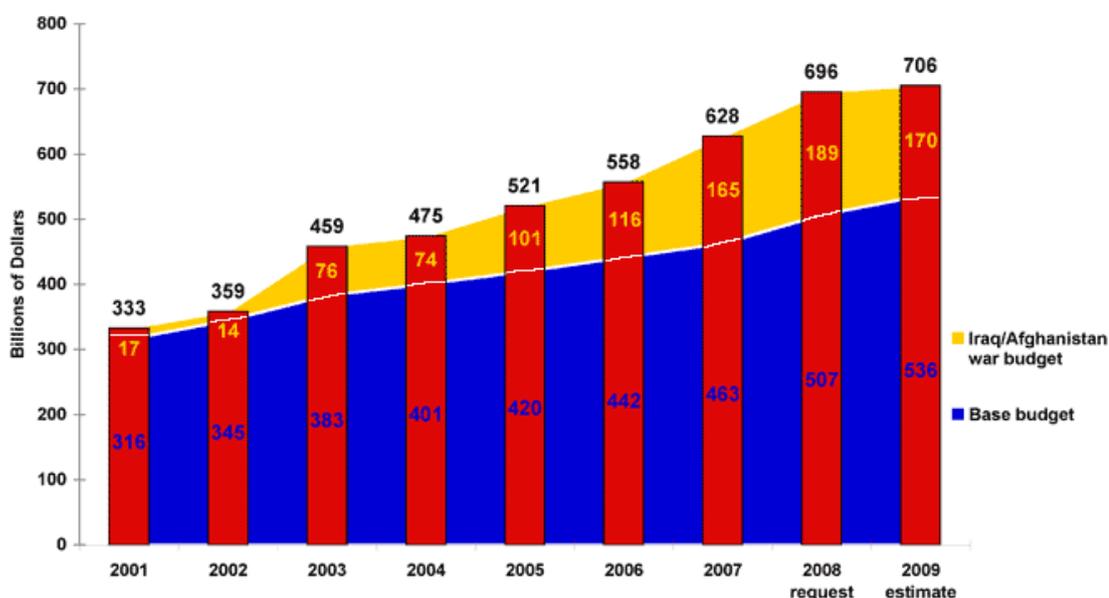
http://www.armscontrolcenter.org/policy/securityspending/articles/022609_fy10_topline_growth_since48/

iniciada em 2002, elevou os gastos militares dos Estados Unidos ao nível mais alto desde a Segunda Guerra Mundial, superando os gastos da Guerra da Coréia, da Guerra do Vietnam e os drásticos aumentos dos gastos militares da era Reagan. Joseph Stiglitz estima que o custo real da Guerra do Iraque chegue a 3 trilhões de dólares, se levar-se em conta uma série de gastos “invisíveis” que a contabilidade do Departamento de Defesa dos Estados Unidos não considera, tais como gastos em seguros, pensões de guerra, benefícios a familiares de soldados mortos em combate ou reparações de danos por ações produzidas fora de combate mas no contexto da guerra.²⁰¹ Segundo Stiglitz, trata-se dos maiores gastos de guerra na história dos Estados Unidos.

É importante assinalar que, de maneira oficial, o rombo da despesa militar no orçamento geral dos Estados Unidos é constituído pelo orçamento anual do Departamento de Defesa, que inclui gastos correntes de manutenção da rede de bases militares no território dos Estados Unidos continental e de ultramar (Hawai, Porto Rico), os fundos de guerra e os orçamentos adicionais ou complementares. O gráfico 21 mostra que o gasto militar dos Estados Unidos duplicou de 2001 a 2009, passando de 333 bilhões de dólares a 706 bilhões de dólares anuais. Neste período não somente cresce os gastos de guerra destinados ao Iraque e Afeganistão, mas também o conjunto dos demais gastos do Departamento de Defesa, o que mostra que a guerra no Oriente Médio teve um impacto em toda a estrutura militar dos Estados Unidos no mundo.

²⁰¹ STIGLITZ, 2008, p. 16-17.

**Gráfico 21: Gastos do Departamento de Defesa dos EUA desde 2001
(Expressado em US\$)**

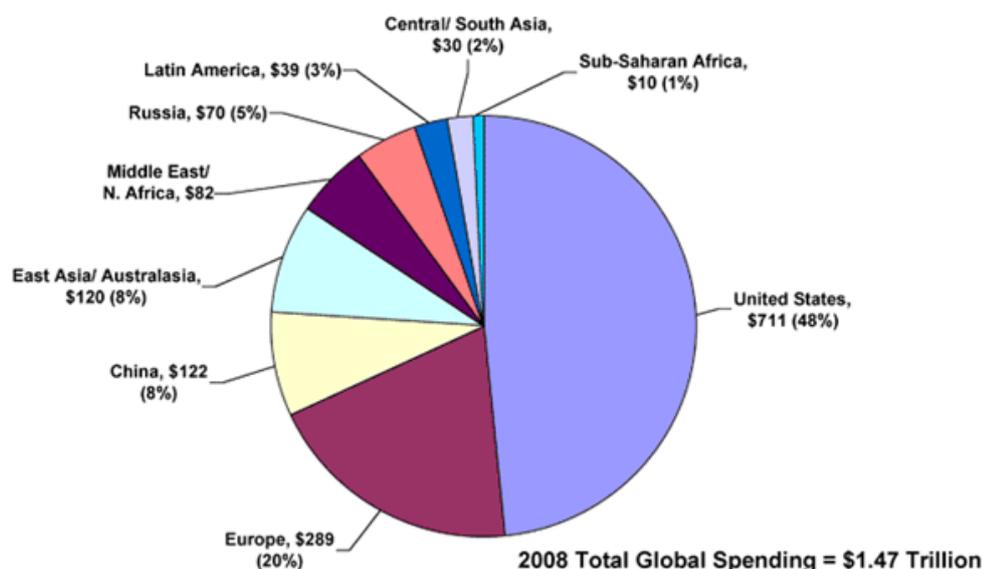


Fonte: *Center for Arms Control and Non-Proliferation Briefing Book (Fiscal Year 2009 Pentagon Spending Request)*

Certamente trata-se do maior poder de fogo do planeta, embora, em um horizonte não muito distante, o déficit fiscal gerado por este rombo na economia dos Estados Unidos será, simplesmente, insustentável. O gráfico 22 mostra que em 2008 os gastos militares dos Estados Unidos representavam 48% dos gastos mundiais totais; ou que os gastos militares dos Estados Unidos foram quase os mesmos que os de todos os demais países do mundo juntos. Nesta data, a Europa deteve 20% e a China 8%; o Sudeste Asiático e a Austrália foram responsáveis por 8% dos gastos mundiais, a Rússia, 5% e a América Latina, 3% do total de 39 bilhões de dólares. No caso da América Latina, em 2008, os países que tiveram os maiores gastos militares (em bilhões de dólares) foram: Brasil, 16,2; Colômbia, 5,4; Chile, 4,7; México, 3,0 e Venezuela, 2,6 ocupando esta última o 44º lugar no ranking mundial (ver anexo 8).

Gráfico 22: Gastos militares dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo – 2008

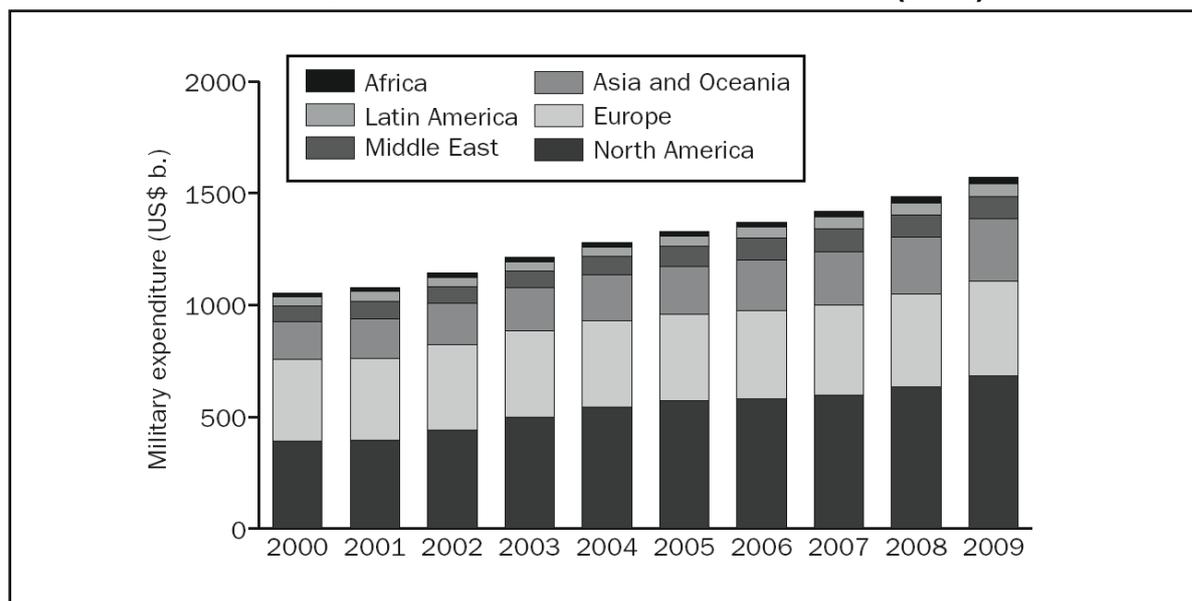
(expressado em milhões de dólares, com porcentagens do total global)



Fonte: *Fiscal Year 2009 Pentagon Spending Request Briefing Book* (Center for Arms Control and Non-Proliferation).

O crescimento dos gastos militares globais de 2000 a 2009 está diretamente relacionado com o aumento dos gastos neste rombo nos Estados Unidos, na Ásia e Oceania e no Oriente Médio. No caso da Ásia, por influência, principalmente da China, cujos gastos militares estão crescendo rapidamente nos últimos anos. Os gastos europeus se mantiveram constantes neste período e a América Latina registrou um aumento muito leve sendo, proporcionalmente, a segunda região que teve os menores gastos militares, depois da África. Vejamos o seguinte gráfico:

Gráfico 23: Gastos militares mundiais e regionais estimados, 2000-2009, em US\$ bilhões - taxa de câmbio constante (2008)



Fonte: SIPRI *Yearbook 2010: Armaments, disarmament and International Security* (Stockholm International Peace Research Institute)

Segundo o especialista Chalmers Johnson²⁰², ex-consultor da CIA, entre 1967 e 1973, os custos da política imperial dos Estados Unidos, expressados em sua estratégia militar, é de tal magnitude, que a economia desse país não tem nenhuma condição material de mantê-la. Na opinião de Johnson, a política militarista dos Estados Unidos está a caminho de causar uma bancarrota fiscal por um lado, e um dano mortal às instituições republicanas, por outro. Além disso, observa que a estratégia militarista dos Estados Unidos está profundamente articulada com a amplíssima rede de negócios que elevam drasticamente seus lucros, produto de sua condição preferencial no abastecimento de todo tipo de bens e serviços, necessários e supérfluos, da rede de bases militares deste país dentro e fora de seu território. Certamente, esta é uma dura crítica que vem de dentro do sistema:

O que distingue os americanos de outra gente é que eles não reconhecem, ou não querem reconhecer, que os Estados Unidos dominam o mundo através de seu poder militar. Devido ao segredo de Estado, nossos cidadãos seguidamente ignoram o fato de que nossas guarnições militares rodeiam o planeta. A ampla rede de bases americanas em todos e cada um dos continentes, exceto na Antártica, constitui atualmente uma nova forma de império – um império de bases com sua própria geografia, que não parece ser ensinada em nenhuma aula de geografia nas escolas. Sem compreender a dimensão deste mundo de bases militares que rodeiam o planeta, não se podem entender o tamanho e a natureza de nossas aspirações

²⁰² Para maiores detalhes ver: JOHNSON, Chalmers. *The sorrow of Empire: Militarism, secrecy and the end of the republic*. Metropolitan Books: Nueva York, 2004.

imperiais, ou o grau em que um novo tipo de militarismo está minando nossa ordem constitucional (JOHNSON, 2004, p.1).

Esta nova geografia, marcada por uma enorme rede de bases militares dos Estados Unidos no mundo, não é somente parte de um novo tipo de militarismo, como sustenta Johnson, mas também de uma concepção de mundo como campo de batalha, onde as estratégias estão orientadas para a criação de vantagens de posicionamento que permitam modificar a territorialidade e as políticas, de acordo com as necessidades concretas em um entorno de incessantes mudanças²⁰³ (CECEÑA, 2008). Portanto, os posicionamentos das bases militares se realinham continuamente segundo as necessidades estratégicas, para assegurar e garantir o domínio das fontes de recursos vitais e para desestruturar as ameaças que ponham em risco o primeiro.

A Ordem Executiva estabelece que "A política dos Estados Unidos é promover o uso eficiente e econômico dos ativos e bens imóveis dos Estados Unidos e assegurar a prestação de contas para implantar as reformas na gestão de suas propriedades". A maior iniciativa dentro do Departamento de Defesa é a aplicação de um realinhamento a partir das recomendações do (BRAC) 2005. Estamos reorganizando nossa infraestrutura de bens imóveis para apoiar de maneira mais eficiente a nossas forças militares, aumentar a disponibilidade operacional, e facilitar novos processos de negócios.

Base Structure Report - Fiscal Year 2009 Baseline,
U.S.A. Department of Defense, p. 2.

A citação precedente, colocada na introdução do inventário do Departamento de Defesa para o ano 2009, coloca como primeira prioridade a reorganização da infraestrutura para apoiar de maneira eficiente a capacidade operacional das forças militares e para facilitar novos "processos de negócios". Novamente aparece com clareza a visão estratégica que transcende o âmbito estritamente militar.

A partir do 11 de setembro, fica evidente uma mudança na estratégia e política de segurança dos Estados Unidos, entretanto, sustenta Ceceña, estas mudanças são muito mais profundas e correspondem a uma fase de reorganização da hegemonia dos Estados Unidos, que se opera desde fins do século passado. Isto modifica suas formas de funcionamento, redefine seus objetivos e concepções da guerra, das territorialidades e da normatividade na nova escala alcançada pelos

²⁰³ Segundo a linguagem oficial: "*strategy can be described as the involving pursuit of a central mission through changing circumstances*". Observação de Ana Esther Ceceña (CECEÑA, 2008, cap. 2, p.11).

processos de reprodução articulada do sistema. No caso do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD), coloca-se ênfase no desenvolvimento de uma estratégia geral de desarticulação dos inimigos reais e potenciais, implícita na concepção preventiva que vê na mais mínima dissidência um sinal de perigo e de guerra futura. Sem dúvida, observa a pesquisadora mexicana, trata-se de uma estratégia com pretensões das mais abrangentes que se desenvolveu até agora (CECEÑA, 2008).

A partir do assinalado, está claro que a rede de bases militares dos Estados Unidos no mundo representa o ponto de apoio de onde se operacionaliza esta estratégia múltipla e complexa. Identificar esta rede global é uma tarefa que nos coloca frente a vários problemas. Em primeiro lugar, apresenta-se a dificuldade da própria definição de base militar. Segundo o Departamento de Defesa uma Base (*Site*) está definida como uma localização física (geográfica) que é propriedade, ou está alquilada ou é de uso do Departamento de Defesa. Cada base indica uma instalação individual e pode existir sob três formas: somente terreno (onde não existem instalações), somente instalações (onde o terreno, sobre o qual se encontram as instalações, não é de propriedade nem de controle do governo) e terreno com instalações. Por outro lado, existe um critério de superfície: para que uma Base Militar fora do território dos EUA seja registrada no inventário oficial, com nome próprio e localização, deve ter uma superfície mínima de 10 acres e possuir um orçamento de manutenção (PRV: *Plant Replacement Value*) maior que 10 milhões de dólares. São registradas como “outros locais” (*other sites*) as bases que não cumprem estes requisitos, sem especificar nome nem localização geográfica.

Ao mesmo tempo, existem as “Estruturas Lineares” (*Linear Structures*), que são definidas como uma instalação cujo funcionamento requer meios de comunicação e integração interna: ruas, estradas, sistema de abastecimento de água e eletricidade, pavimentação, etc. Este é o caso, por exemplo, da base militar de Guantánamo, na ilha de Cuba, e na de Diego García no Oceano Índico. Mas ao mesmo tempo, existem posições móveis, que não são consideradas bases militares mas são, cada vez mais, o lugar de donde se articula as estratégias de ocupação.

Outra fonte de dificuldades para estabelecer um mapa das bases militares dos Estados Unidos no mundo é a existência de localizações não sempre conhecidas ou precisas, porque a informação está protegida ou classificada por ser considerada segredo militar. Além disso, em muitos casos, os Estados Unidos usam

bases militares locais, que não aparecem no inventário anual, ou dispõem de pequenas instalações móveis que também não são registradas nos documentos oficiais. É o caso do que se conhece na linguagem militar dos Estados Unidos como *Lily pads*, ou Vitória Régia, que podem ser postos avançados com pouco pessoal militar, ou bases para forças especiais que se deslocam de um lugar a outro com facilidade ou entre as quais as forças militares se movem com maior dinamismo. Estas bases móveis não constam nos registros oficiais e em geral são desconhecidas ou protegidas sob o argumento de segredo militar.

A rede de bases militares que os Estados Unidos possui dentro e fora de seu território é administrada pelo Departamento de Defesa (DoD) e suas instalações representam 57% do registro total de propriedades do Estado²⁰⁴. Cada ano o Departamento de Defesa apresenta ao Congresso dos Estados Unidos um inventário detalhado de todas as propriedades e instalações militares que possui (*Base Structure Report: Summary of DoD's Real Property Inventory*), que inclui edifícios, estruturas lineares, área ocupada e localização geográfica, pessoal militar e não militar atribuído a cada posição, além de um orçamento de manutenção específico por cada base. Apesar das dificuldades assinaladas anteriormente, este é o documento oficial mais completo que se dispõe para identificar a dimensão e as características da rede militar dos Estados Unidos no mundo.

Para o ano 2009, o Departamento de Defesa registrava um cadastro de propriedades de 539.000 instalações no mundo (edifícios, estruturas e estruturas lineares²⁰⁵) localizadas em mais de 5.570 bases militares sobre uma superfície aproximada de 29 milhões de acres, que representa quase quatro vezes a superfície territorial da Bélgica.

David Vine²⁰⁶ elabora um mapa das bases militares dos Estados Unidos, que nos parece uma referência útil para a presente análise. Este mapa contabiliza 5.645 bases militares dos Estados Unidos no mundo, das quais 1.243 se encontram fora de seu território nacional. Incluímos nesta cifra Porto Rico, que detém 40 bases.

²⁰⁴ Department of Defense. Base Structure Report Fiscal Year 2009 Baseline.

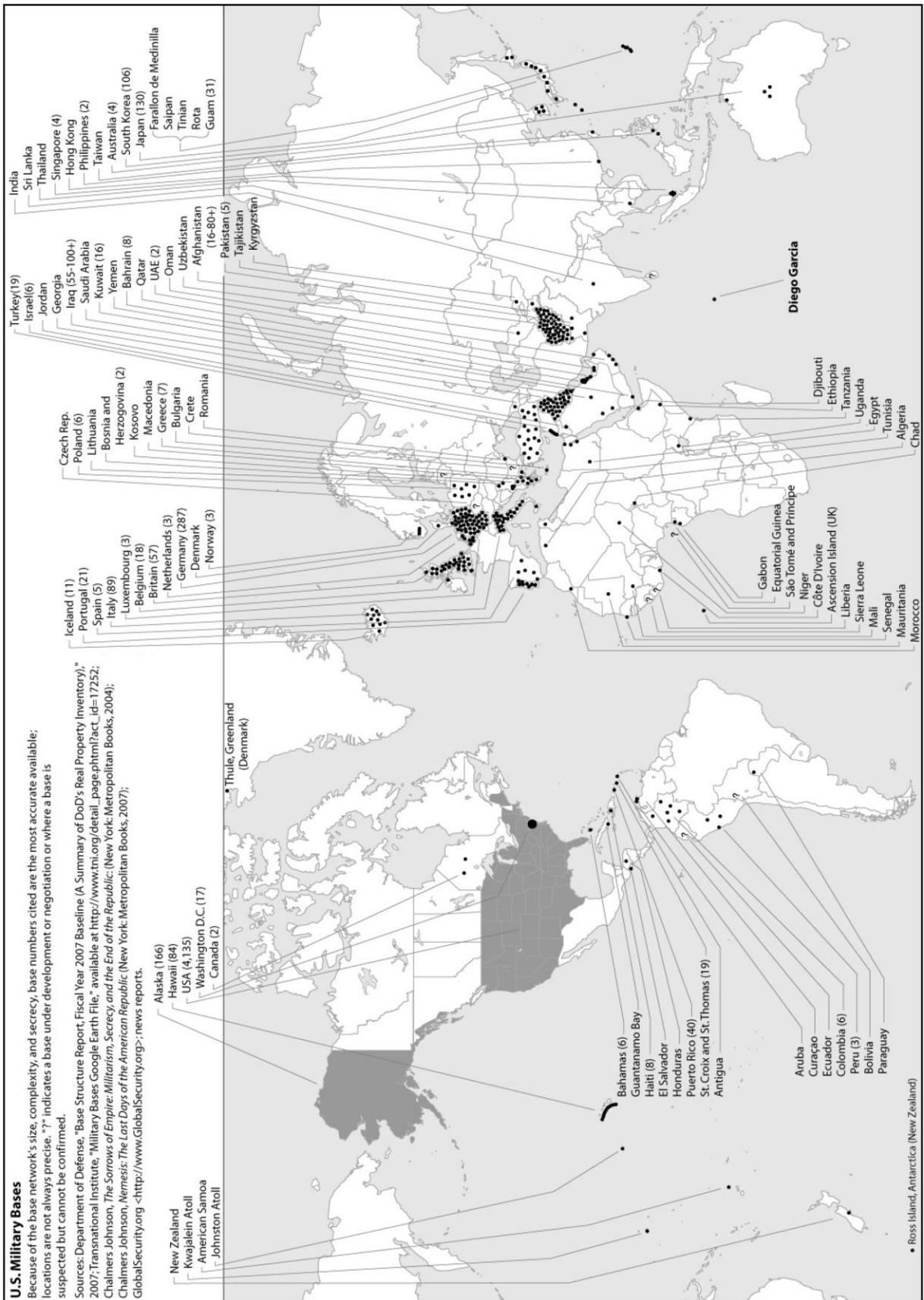
²⁰⁵ A facility whose function requires that it traverse land (ex. Runway, road, rail line, pipeline, fence, pavement, electrical distribution line) or is otherwise managed or reported by a linear unit of measure at the category code (CATCODE) level. (Estrutura cuja função exige que se atravesse terrenos (ex. pista, estrada, ferrovia, tubulação, cerca, calçada, linha de distribuição de energia elétrica) ou é gerenciada de outra forma, ou registrada por uma unidade linear no código de categoria nível (CATCODE).

²⁰⁶ Publicado no livro: *Island of Shame: The Secret History of the U.S. Military Base on Diego Garcia*, Princeton University Press, 2009.

A Europa ocidental tem uma presença militar muito grande, produto do pós guerra, com 498 bases, a grande maioria delas na Alemanha. A Europa do Leste, incluindo a Grécia e a Macedônia tem 23 bases. O continente africano aloja 20 bases localizadas estrategicamente na costa Atlântica, costa Mediterrânea e ao longo do Mar Vermelho que limita com o Oriente Médio. No Oriente Médio, incluindo Turquia, Israel e Jordânia, se localizam 316 bases, enquanto que na Ásia continental e insular se localizam 282, principalmente no Japão. A Austrália e a Oceania abrigam 8 bases militares.

A base militar de Diego García, localizada no Oceano Índico, merece especial atenção, pois sua localização estratégica lhe dá acesso rápido à costa leste do continente Africano, ao Oriente Médio, à Índia, ao Sudeste Asiático, Oceania e Austrália. Esta base militar foi fundamental para organizar a ocupação militar no Oriente Médio a partir de 2001.

Mapa 9: Bases militares dos Estados Unidos no mundo



O mapa mostra o domínio militar na região da América Central e do Caribe, onde se localizam 77 bases militares, incluindo Porto Rico. No total, se observam 91 bases militares na América Latina²⁰⁷.

Quadro 6: Bases militares dos Estados Unidos no mundo

2008				
Região	Bases Grandes/Médias e FOL	Bases micro	Total de bases	Superfície ocupada Acres
Europa	289	164	453	647.012
Ásia Pacífico	155	67	222	187.702
Oriente Médio	8	10	18	6.618
América	6	13	19	29.643
América incluindo Porto Rico	31	27	58	56.106
África	3	1	4	3
Total	461	255	716	870.978
Total incluindo Porto Rico	486	269	755	897.441
2007				
Região	Bases Grandes/Médias e FOL	Bases micro	Total de bases	Superfície ocupada km ²
Oriente Médio	20	16	36	180.213
América	7	14	21	1.063.195
África	3	2	5	15.617
Total	30	32	62	1.259.025
2005				
Europa	344	154	498	781.832
Ásia Pacífico	172	66	238	838.263
Oriente Médio	18	18	36	79.354
América	5	10	15	1.066.627
África	3	1	4	15.617
Total	542	249	791	2.781.693

Fonte: Para 2008, *Elaboração própria a partir de dados do Base Structure Report –Fiscal Year 2009*. Para 2005 e 2007, Ana Esther Ceceña, Rodrigo Yedra e David Barrios: *A águia abre suas asas novamente; um continente sob ameaça*. Observatório Latino-Americano de Geopolítica, Quito, 2009.

A localização destas bases em áreas geográficas bem delimitadas permite a organização e o desdobramento de estratégias diferenciadas, respostas rápidas ante

²⁰⁷ Para fins desta pesquisa, incluímos Porto Rico nas cifras referentes à América Latina.

o que se consideram “ameaças”, execução de políticas regionais e locais, assim como um posicionamento que permite o controle de fontes de recursos estratégicos. Uma leitura do mapa de bases militares dos Estados Unidos a partir destes elementos geopolíticos será de grande utilidade para compreender a articulação das estratégias e políticas de dominação. Sobrepor outros mapas a este, como por exemplo mapas que indiquem as de grandes reservas de minerais estratégicos, petróleo e gás, fontes de água doce, concentração de biodiversidade e movimentos sociais “potencialmente de conflitos”, resultaria em um denso mapa geopolítico.

Esta análise deste pode produzir muita informação relevante, a partir da perspectiva da dominação, mas também dos interesses dos projetos que se afirmam na soberania nacional como princípio para qualquer modelo de desenvolvimento que se queira construir.

Durante alguns meses, nossa pesquisa perseguiu o objetivo de construir alguns destes mapas. Entretanto, se fez evidente que para tal fim era necessário uma equipe de pesquisa e recursos materiais que excediam nossa capacidade. Confiamos que em um futuro próximo possamos levar esta tarefa a bom termo. O Observatório Latino- Americano de Geopolítica está dando passos importantes nesta direção

7.2 O governo de Alan García e a geopolítica da direita na América Latina: um estudo de caso

O terror é uma arma poderosa e tem sido historicamente usada pelos setores conservadores - e dominantes- para frear qualquer tentativa de mudar a ordem social existente, as estruturas de poder político e econômico, a moral e os bons costumes. Entretanto, a ousadia de uma política de terror, sistematicamente desenvolvida pelo governo de Alan García no Peru, em uma conjuntura em que a América Latina tende a aprofundar a democracia representativa e a criar novas formas de democracia na região, somente pode ser entendida no contexto de uma rearticulação da direita e dos setores conservadores no continente.

O Peru é um país geopoliticamente importante para a estratégia militar e política dos Estados Unidos e das direitas na região: Sua localização geográfica permite que se constitua em centro operativo da Quarta Frota no Pacífico; limita com o Equador e a Bolívia, dois dos governos que mais têm radicalizado as transformações políticas na América do Sul. Limita com a Colômbia, o que possibilita

sua integração militar com este país e indiretamente, sua articulação com o Plano Colômbia, para formar um muro de contenção ao governo de Hugo Chávez.

Neste contexto, o território peruano se converteu, sem muito barulho, em um centro operativo das forças armadas dos EUA, de onde se pode conter o avanço da esquerda no Equador, Bolívia e Venezuela. Os EUA contam com o apoio irrestrito de Alan García para por em prática o Tratado de Livre Comercio- TLC negociado bilateralmente com o Peru, depois do fracasso do ALCA. Para isto, o governo peruano pôs em prática uma política neoliberal radical: um rápido processo de licitação da Amazônia peruana para exploração e exportação de petróleo, a privatização dos recursos minerais e energéticos e, inclusive, o loteamento e licitação internacional do zocalo marinho da costa peruana. Esta política econômica esteve acompanhada de uma estratégia de colocar o território peruano à disposição das forças armadas dos Estados Unidos. Além disso, para sustentar uma política tão antipopular, o governo de Alan García pôs em prática uma política de repressão das forças sociais e organizações políticas que se opõem a este plano, a esquerda “atrasada” que se opõe a continuar o processo de “modernização” do país e os ambientalistas e indígenas.

As direitas latino-americanas se articularam ativamente nesta geopolítica. Para elas, o Peru é um pilar seguro de onde se pode agir livremente contra os governos de esquerda que ameaçam seus interesses econômicos e seu poder político. Isto explica o asilo político que o governo peruano concedeu ao ex-candidato de oposição, nas últimas eleições presidenciais da Venezuela, Manuel Rosales, fugitivo desde que se abriu contra ele processos por enriquecimento ilícito em seu país. Ou, inclusive, a Jorge Torres Obleas, ex-Ministro boliviano perseguido pela justiça de seu país por sua participação na morte de sessenta e três pessoas, durante as manifestações contra o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em El Alto, em 2003.

7.3 A política de terror

Em fevereiro de 2008, um dia após da execução de 2 camponeses na região de Ayacucho, por membros da Polícia Nacional do Peru que reprimiam uma ocupação de estradas, no contexto de uma greve nacional agrária, o presidente Alan García declarou:

“A polícia agiu com grande convicção e decisão e eu saúdo a Polícia, pois está muito certo que defendam o Peru (...) que sirva de lição para que quando alguém promova publicamente e agitada uma greve, saiba onde está conduzindo estas pessoas, que saiba a que está abrindo as portas. De agora em diante (...) todo aquele que convoque este tipo de mobilização tem que ser diretamente responsável por qualquer coisa que ocorra, pela destruição e pela morte de qualquer pessoa”²⁰⁸.

Estas ameaças estão respaldadas por um dispositivo legal criado a partir dos governos de Alberto Fujimori e Alejandro Toledo o qual foi aprofundado pelo governo de Alan García, que permite a criminalização dos movimentos sociais e a impunidade das Forças Armadas em suas tarefas de repressão. Segundo estas leis, as forças armadas e policiais podem usar livremente suas armas contra os manifestantes sem responder legalmente pelas lesões e mortes que passam ocasionar; os manifestantes são qualificados de “extorsivos”, pelo que podem ter uma pena de até 25 anos de prisão; as autoridades que apoiem as greves são penalizadas por “extorsão”; qualquer pessoa pode ser detida sem mandato judicial e permanecer incomunicável até por dez dias; a polícia pode atuar nas investigações sem a presença do ministério público; entre outras disposições que violam flagrantemente os direitos humanos, civis e políticos.²⁰⁹

Enquanto o governo de Fujimori apelava para grupos paramilitares para a repressão brutal através de execuções, Alan García conseguiu criar um corpo legal que legitima estas atividades.

7.4 O aprismo e Alan García

O Partido Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), oficial, fundado na década de 1920, teve uma participação ativa na vida política do país ao longo do século XX. Entretanto, não há dúvida que ocorreram grandes transformações ideológicas e doutrinárias em seu interior. A doutrina anti-imperialista de Víctor Raúl Haya de la Torre, seu fundador, foi substituída pela doutrina de “*El perro del hortelano*”²¹⁰ e ²¹¹de Alan García, segundo a qual o investimento privado, a privatização dos recursos naturais e energéticos e a grande propriedade da terra são

²⁰⁸ Diario La República, 21 de fevereiro de 2008.

²⁰⁹ Ver Decretos Legislativos 982, 989, 983 y 988.

²¹⁰ GARCIA PEREZ, Alan. “El síndrome del perro del hortelano”, Diario El Comercio, 28 de octubre de 2007.

²¹¹ Tradução: *O cachorro que não come nem deixa comer.*

os principais meios para o desenvolvimento e o progresso. Isto significa a privatização da Amazônia peruana através de grandes lotes que atraíam o interesse do capital privado; a venda das terras das comunidades camponesas e indígenas; a privatização dos recursos naturais e energéticos; a intensificação da mineração através da diminuição de impostos destas atividades; a privatização da gestão da água destinada a irrigações agrícolas, o loteamento do mar para licitá-lo a grandes empresas privadas, etc.

Esta política, em grande parte elaborada no quadro das negociações bilaterais do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, tem graves consequências econômicas, sociais e ambientais. Ao identificar os movimentos sociais, os indígenas, os ambientalistas e a esquerda com “el perro del hortelano”, o presidente García os define como os inimigos de sua política “modernizadora”. Justifica assim, colocar o Estado como instrumento de destruição das comunidades locais, de seus meios de subsistência e de sua identidade cultural e histórica. Neste contexto, existe um setor da militância “aprista”, defensora da doutrina de Haya de la Torre, profundamente descontente, mas contido pelo aparato partidário sob forte hegemonia de Alan García.

7.5 A disputa pelos recursos naturais

Nesta complexidade de interesses em jogo existe um aspecto de fundo que se coloca no centro da disputa: a apropriação dos recursos minerais, petróleo e gás natural que o território peruano abriga. Para isto, iniciou-se desde na década de 1990, uma política de desregulamentação dos investimentos estrangeiros no Peru, que inclui remessas de lucros e fluxos financeiros; a criação de um quadro legal que permite a impunidade das forças policiais e forças armadas em suas operações repressivas; o loteamento da Amazônia peruana para prospeção e exploração e de petróleo e gás natural através de contratos de longa duração com empresas transnacionais. Tudo isto constitui uma situação de perda de soberania crescente em relação aos recursos naturais e as decisões econômicas e políticas.

O Peru ocupa um lugar de liderança na produção mundial de minerais. É o primeiro produtor mundial de prata, o segundo produtor mundial de zinco (depois da China), o terceiro produtor de cobre (depois do Chile e dos Estados Unidos), estanho (depois da China e da Indonésia), bismuto (depois da China e do México) e telúrio. Além disso, ocupa lugar de liderança mundial em chumbo (quarto lugar),

ouro (quinto lugar), índio (oitavo lugar), molibdênio (quarto lugar) e selênio (sétimo lugar). Em relação à América Latina, o Peru é o primeiro produtor de prata, ouro, zinco, estanho, bismuto, telúrio chumbo e índio e o segundo produtor regional de cobre, molibdênio e selênio, como mostra o quadro 7.

Quadro 7: Peru: posição mundial e regional de produtos de mineração 2008

Mineral	Mundial	América Latina
Prata	1	1
Zinco	2	1
Estanho	3	1
Bismuto	3	1
Telúrio	3	1
Chumbo	4	1
Ouro	5	1
Índio	8	1
Cobre	3	2
Molibdênio	4	2
Selênio	7	2
Ferro	17	5

Fonte: *Anuario Estadístico 2009/1 - Ministerio de Energía e Minas do Perú*

Segundo dados de 2008, a mineração e o setor de hidrocarbonetos representavam 7,3% e 10,3% respectivamente, do Produto Interno Bruto do país (Banco Central de Reservas do Peru, 2009). Ao mesmo tempo, o setor de mineração foi responsável por 59,6% (US\$18,7 milhões) dos rendimentos totais de exportação no mesmo período. O crescimento sustentado do PIB peruano durante a última década se explica, em grande parte, pelo crescimento da mineração e da exploração de petróleo e gás natural.

Preparando o processo de privatização do setor de hidrocarbonetos, em maio de 1997, foi aprovada a lei de hidrocarbonetos que eliminou os direitos exclusivos da estatal PETROPERU sobre a recuperação secundária de petróleo cru, refinação e exportação e revenda do petróleo e seus derivados. Posteriormente, em junho de 2004, o Congresso Peruano promulgou a lei 28.244 que excluía a PETROPERU do processo de privatização da estrutura de produção, transporte e refinaria de hidrocarbonetos. Esta função foi delegada à agência estatal PERUPETRO (criada

em 1993 pelo governo de Alberto Fujimori), encarregada de promover os investimentos neste setor.

Esta decisão esteve no contexto da criação de um quadro jurídico que permite aos investidores estrangeiros acesso, sem restrições, a todos os setores econômicos, inclusive aqueles considerados estratégicos²¹². Isto inclui infraestrutura pública e obras de serviço público²¹³, promoção de investimentos em mineração²¹⁴, investimentos em recursos naturais²¹⁵, etc.. Além disso, aprovou-se um conjunto de disposições legais e normas para garantir os investimentos estrangeiros, que inclui mais de 250 contratos de garantia firmados desde 1993. Em geral os contratos com empresas estrangeiras são considerados imunes às mudanças unilaterais de qualquer autoridade governamental do Peru e se submetem à arbitragem internacional. Além disso, reduziram-se os gastos das empresas estrangeiras do setor de mineração e hidrocarbonetos ao aprovar várias leis para reduzir as tarifas de importação da maquinaria utilizada na exploração e produção de minerais, petróleo e gás.²¹⁶ Por outro lado, os procedimentos legais para obter os direitos de exploração mineral facilitam a promulgação de uma legislação complementar às leis aprovadas na década de 1990.

Este quadro legal criado por Alberto Fujimori e aprofundado por Alejandro Toledo e Alan García, significam uma renúncia do Estado peruano, não somente à gestão do processo de exploração e exportação de recursos naturais estratégicos, mas a toda a soberania sobre os mesmos. O compromisso dos últimos governos do Peru com as transnacionais mineradoras e de hidrocarbonetos se expressa em um conjunto de disposições legais que não fazem diferença entre investidores nacionais e estrangeiros, consórcios ou corporações, empresas mistas ou privadas. Todos têm acessos a todos os setores econômicos, sem absolutamente nenhuma restrição. Além disso, têm garantido o envio de dividendos e regalias ao estrangeiro sem nenhum mecanismo de controle financeiro. Para aumentar ainda mais a proteção dos interesses dos investidores estrangeiros, portadores da “modernidade” nas palavras do Presidente Alan García²¹⁷, o Peru assinou acordos com organismos

²¹² Decreto Legislativo 662 para promoção do investimento estrangeiro.

²¹³ Decreto Legislativo 868, maio de 1996.

²¹⁴ Decreto Lei 708, novembro de 1991.

²¹⁵ Decreto Lei 818, abril de 1996.

²¹⁶ Decreto Supremo 047-2002-EF, promulgado em abril de 2002.

²¹⁷ Ver: GARCIA PEREZ, ALAN. El síndrome del perro del Hortelano. En: Diario El Comercio, 28 de octubre de 2007.

multilaterais como o Banco Mundial e a Agência de Garantia de Investimentos, em 1991²¹⁸, a *Overseas Private Investment Corporation* em dezembro de 2002²¹⁹.

Assim, o Peru se converte na “terra prometida” para as grandes transnacionais do setor de mineração e hidrocarbonetos e o setor financeiro internacional, que joga um papel importante na gestão financeira dos novos e lucrativos negócios no Peru. O país começa a ganhar lugares de destaque na pontuação das agências internacionais de controle de riscos, como um lugar cada vez mais seguro para os investidores. A estatal PERUPETRO joga um papel muito importante na gestão deste processo de privatização e desapropriação.

Do ponto de vista da PERUPETRO, o Peru conseguiu ganhos muito importantes. Como mostram suas informações oficiais, em 2004 apenas 15% da Amazônia Peruana estava configurada em lotes atribuídos a empresas transnacionais para exploração e exportação de petróleo e gás através de leilão internacional, com contratos que tem duração de até 40 anos (ver 10). Em 2008, pasme o leitor, se havia chegado a uma superfície total de 75% de Amazônia peruana loteada e devidamente leiloada (ver mapa 11). O mapa de 2009 indica um avanço ainda maior, que estimamos, deve chegar a quase 90% da superfície da Amazônia peruana. Estes dados são apresentados como grandes conquistas do governo peruano, com campanhas publicitárias muito bem elaboradas. Todo ele orientado para convencer as empresas estrangeiras de que o Peru é uma terra segura para o investidor. Um dos últimos lotes colocados em licitação internacional em 2010 incluía o leito do Lago Titicaca, que o Peru compartilha com a Bolívia e onde este país mantém sua Marinha Mercante. Devemos investigar proximamente em mãos de qual empresa internacional está este lote, talvez esta informação nos dê novas pistas para a análise geopolítica da região.

Como se pode levar adiante uma desapropriação tão violenta em um período tão curto de tempo? Como vimos o quadro legal de promoção dos investimentos estrangeiros no Peru ajudou muito. Mas, não foi suficiente. Foi necessária a promulgação de um conjunto de leis destinadas a garantir a impunidade para as forças policiais e militares no cumprimento de suas tarefas repressivas. Como se pode imaginar, o processo econômico e político, descrito nas linhas acima, geraram

²¹⁸ Decreto Legislativo 25312.

²¹⁹ Decreto Legislativo 25.809.

conflitos crescentes com as populações locais, majoritariamente indígenas, donos dos territórios produtores de minerais e hidrocarbonetos.

Mapa 10: Loteamento da Amazônia peruana para exploração e exportação de Petróleo e Gás - Dezembro de 2004



Fonte: Perúpetro

Mapa 11: Loteamento da Amazônia peruana para exploração e exportação de Petróleo e Gás - Janeiro de 2008



Fonte: Perupetro

7.6 Os movimentos sociais e as novas perspectivas políticas

O trágico acontecimento do dia 5 de junho, na região Amazônica de Bágua, que resultou na morte de 10 indígenas, 24 policiais e um número indeterminado de civis desaparecidos, ocorreu no contexto da luta das comunidades indígenas amazônicas contra os Decretos Legislativos 1090²²⁰ e 1064.²²¹ Estes decretos aprovaram a venda da Amazônia peruana e das terras das comunidades camponesas. O massacre foi precedido de quase doze meses de protestos populares, desde que a Associação Inter-étnica de Desenvolvimento da Selva (Aidese) exigiu a derrogação destas leis, após de uma greve regional de quase 60

²²⁰ Lei Forestal y de Fauna Silvestre.

²²¹ Regime jurídico para o aproveitamento das terras de uso agrário.

dias, nesta região Amazônica. A mesa de negociação entre o governo e as organizações indígenas amazônicas foi interrompida por uma violenta ação repressiva das forças policiais peruanas, que atacaram com armas de fogo, com o objetivo de desalojar os manifestantes que bloqueavam as rotas principais de acesso à região de Bágua. A resposta dos indígenas desta região produziu um enfrentamento muito violento entre a população local e as forças policiais, com resultados dramáticos. Este enfrentamento foi visto pelo governo peruano como um crime unilateral dos indígenas da região de Bágua, iniciando um processo de perseguição política nacional. A imprensa local insistiu em condenar os indígenas por “tentar promover uma guerra civil”. Entretanto, a capacidade de mobilização local, nacional e regional do movimento indígena, com o apoio de quase todos os movimentos sociais e sindicais nacional, fez o governo de Alan García retroceder e derrogar a lei que deu origem ao protesto.

A procuradora Luz Marlene Rojas Méndez abriu instrução contra dezesseis oficiais (entre os quais estão dois generais), todos estes membros da polícia nacional, e os acusou de um uso desproporcionado de força, quando os “indígenas utilizaram somente armas rudimentares de uso comum (lanças) para sua defesa e objetos contundentes como pedras e paus”²²². Nesta oportunidade o governo peruano, como era de se esperar, se negou a formar uma Comissão da Verdade, demandada pelo movimento indígena para investigar os fatos. Alan García denuncia os elementos “subversivos”, menciona “uma agressão cuidadosamente preparada contra o Peru” e culpa o presidente boliviano Evo Morales e ao venezuelano, Hugo Chávez, de terem fomentado a revolta indígena.

Existe uma questão de fundo que é necessário analisar para compreender-se o ocorrido em Bágua: a privatização de terras das comunidades indígenas não é somente um problema econômico, ainda que isto já seja suficientemente grave, pois criaria um exército de camponeses e comuneros pobres e desterrados, mas se refere ao ataque brutal a uma forma de ver o mundo e de viver nele. Na cosmovisão indígena, a terra não somente representa um meio de produção que lhes foi violentamente expropriado desde o início da colonização europeia, mas um espaço onde a vida se cria e se re-cria, onde como eles dizem “nossos filhos podem viver” e “ser felizes”. Esta visão corresponde ao reconhecimento de um legado civilizatório

²²² <http://peru.indymedia.org/news/2009/08/45463.php>

dos povos nativos, a uma forma de relacionar-se com a natureza e a defender a preservação do meio ambiente como forma de defender também a própria.²²³

7.7 O Peru e a estratégia militar dos Estados Unidos na região

Um olhar atento aos deslocamentos de tropas e unidades navais dos Estados Unidos, no território peruano, revela que a presença militar americana é muito maior que o imaginado, o que mostra uma situação de subordinação estratégica, até o momento, pouco evidente e discutida nos âmbitos nacional e regional. Enquanto a análise estiver dirigida fundamentalmente para a situação colombiana, o trânsito e a permanência de pessoal militar americano no Peru ficam totalmente invisíveis.

Os dados que em seguida apresentamos são de nossa própria elaboração, através de uma pesquisa que inclui como fonte principal, todas as Autorizações de ingresso de pessoal militar estrangeiro no território peruano, de 2003 a 2010. Apesar dos resultados alarmantes que estas cifras mostram, temos evidência de que não representam o movimento total de militares dos Estados Unidos no país. Para períodos específicos, as informações do Ministério do Interior sobre ingresso de pessoal militar dos Estados Unidos no Peru, eram superiores às mostradas através das fontes do Congresso Peruano. Além disso, a partir de 2006, a aprovação de um Decreto Legislativo permite que o Ministério do Interior autorize o ingresso de pessoal militar estrangeiro, sem a intervenção do Congresso da República. O anexo 11 mostra o resumo consolidado dos Decretos Legislativos que foram usados como fontes para a informação apresentada no que segue.

De 2003 finais de 2010, ingressaram no território peruano pelo menos 87.516 efetivos militares dos Estados Unidos com uma permanência total de 1.454.779 dias/homem²²⁴ no país. O maior número de ingressos registra-se em 2004, que foi um ano pré-eleitoral, com 43.779 militares. No mesmo ano realizou-se no Peru o exercício multinacional UNITAS ANFIBIA que teve como objetivos: treinamento em operações anfíbias, operações terrestres na selva e costa, de infantaria de marinha e operações especiais na região, assim como os exercícios *PASSEX* para

²²³ Sobre este tema ver: BRUCKMANN, Monica. Civilización y Modernidad, El movimiento indígena en América Latina. En: www.medelu.org.fr

²²⁴ Estas estatísticas foram elaboradas a partir de uma extensa pesquisa tomando como fonte a base de dados do Congresso Peruano e os Decretos Legislativos de autorização de ingresso de pessoal militar e unidades navais estrangeiras no território peruano. Entretanto, a cifra real deve ser maior, pois existem autorizações que não indicam o número de tropas nem equipamento militar que ingressa no país. Particularmente o ano 2005, que foi um ano eleitoral, não dispõe destes anexos.

treinamento em interdição marítima; Exercício *SIFOREX* para treinamento em guerra anti-submarina, guerra anti- superfície e artilharia; *JUNGLEX*: treinamento em operações anfíbias de litoral e de selva; Exercício Antidrogas que incluem operações de controle de tráfico marítimo luta contra o contrabando, a pirataria e o tráfico ilícito de drogas.

Quadro 8: Ingresso de pessoal militar dos Estados Unidos no Peru, 2003-2010

Ano	Número Pessoal militar	Total dias/homem permanência ¹	Dias de permanência média ²	Permanência por ano ³
2003	3.105	59.100	19	162
2004	43.779	842.892	19	2.309
2005	23	1.541	67	4
2006	12.511	167.413	13	459
2007	5.117	61.010	12	167
2008	5.516	104.891	19	287
2009	6.245	74.446	12	204
2010	11.220	143.486	13	598
TOTAL	87.516	1.454.779		

Fonte: *Elaboração própria a partir das autorizações do Congresso da República de ingresso de pessoal militar no Peru.*

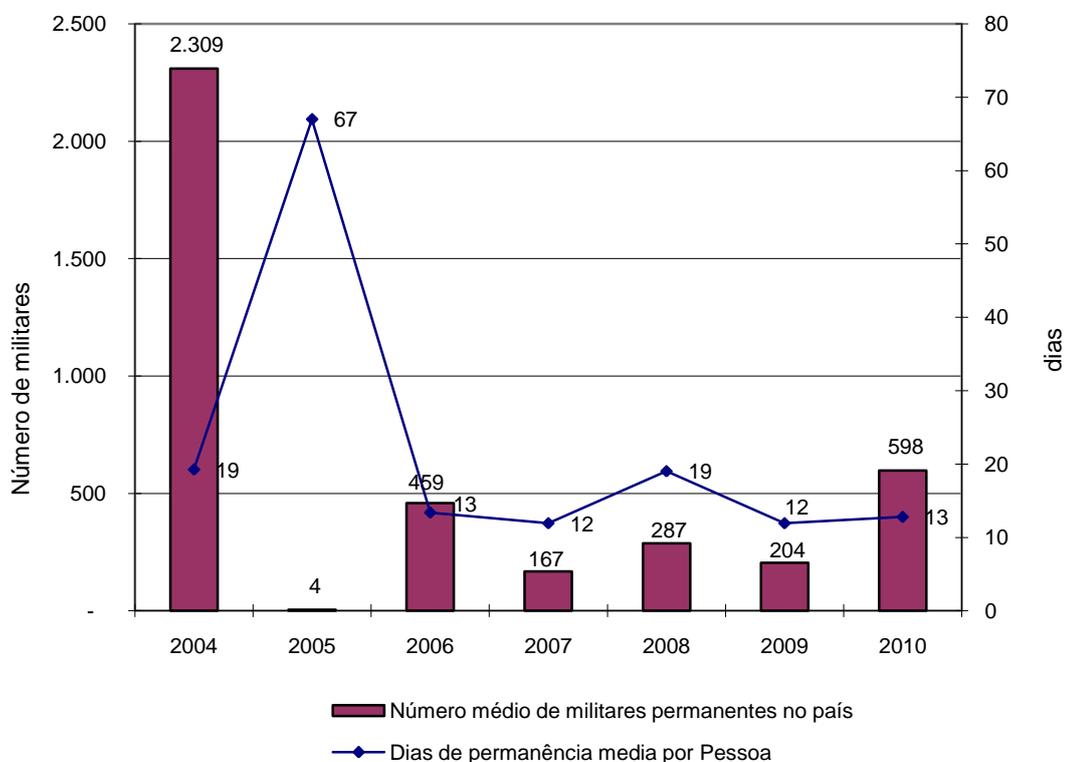
Notas: ¹ Soma dos dias de permanência de cada tropa que ingressa no país,

² total de dias /homem de permanência entre número de tropas,

³ Calculado pelo número total de tropas que ingressaram ao longo do ano, dividido entre 365 dias

Curiosamente, para 2005, que se esperaria um deslocamento intensivo de tropas por ser um ano pré-eleitoral, não se registram dados ou a informação foi retirada da base de dados do Congresso Peruano, como de fato ocorreu em 2008, quando iniciamos este levantamento de informações, em setembro de 2010, data em que atualizamos a investigação. Alguns registros não estão mais disponíveis na base de dados do Congresso. Em 2006 temos um novo pico com o ingresso de 12.511 militares. A partir deste ano, a presença militar se intensifica em tempo de permanência no país (de 100 a 277 dias para cada ingresso). Estas são patrulhas do exército dos Estados Unidos que realizam atividades de inteligência, “apoio informativo” e “treinamento contra narco-terrorismo”, em zonas de forte conflito social da selva e mata ciliar da selva. Em 2010, temos um novo incremento drástico de ingresso de pessoal militar, com 11.220 homens, quase o dobro do ano anterior.

**Gráfico 24: Permanência do pessoal militar dos Estados Unidos no Peru
2004 - 2010**



Notas:

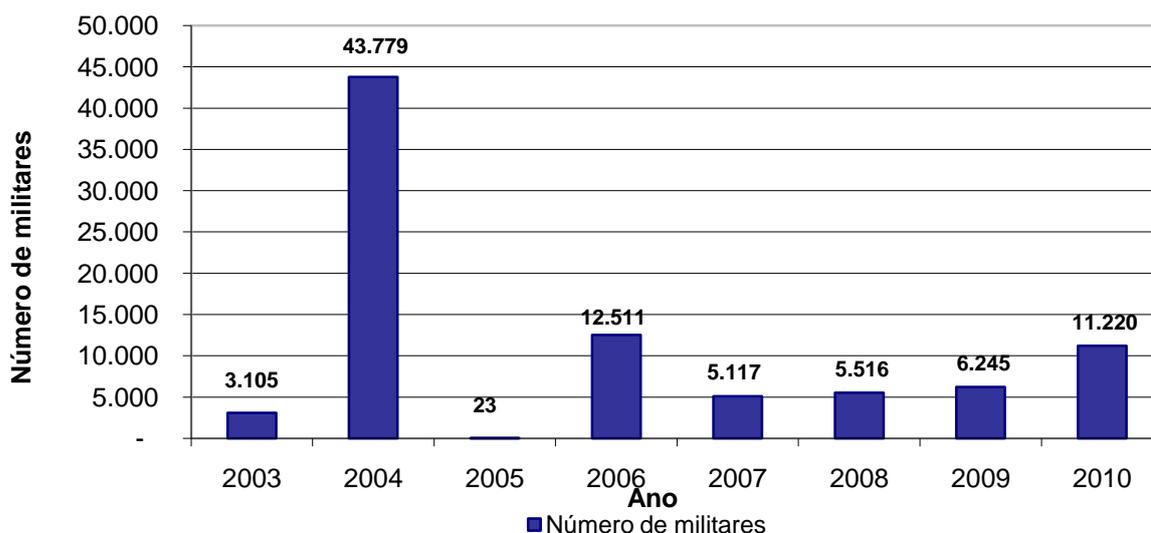
1. As barras indicam o número total de militares que permanecem em território peruano durante os 365 dias do ano. Este é um cálculo obtido através do número total de dias que permanecem no país todos os militares que ingressam por ano, dividido por 365 dias.
2. A linha no gráfico indica o tempo médio de permanência de cada militar que ingressa no país, por ano. Este cálculo se obteve dividindo o total de dias que todos os militares que ingressaram permaneceram no país, dividido pelo número de homens.
- 3.

Fonte: *Elaboração própria a partir das Autorizações do Congresso da República de ingresso de pessoal militar estrangeiro no Peru*

Outra variável importante é o período de permanência de tropas estrangeiras no país, medido através de um índice que construímos da seguinte maneira: a somatória total de cada ingresso multiplicado pelo número de dias de permanência no território peruano. Esta cifra total nos dá como resultado o “número total de dias/homem de permanência”. No caso de 2004, por exemplo, foram 842.892 dias/homem de permanência. Divide-se esta cifra pelos 365 dias do ano para chegar a um índice de permanência anual de tropas no país. Para o mesmo ano de 2004, chegamos a uma cifra de 2.309 militares que permaneceram ao longo do ano inteiro. Isto é, enquanto nas reuniões do UNASUR, em fins de 2009 discutíamos as

consequências da abertura de novas bases militares na Colômbia, que implicariam uma permanência de 800 a 900 militares americanos neste país, em 2004 o Peru já havia superado largamente esta cifra, chegando a 2.390 militares.

Gráfico 25: Ingresso de Pessoal Militar dos Estados Unidos no Peru 2004-2010



Fonte: Elaboração própria a partir das Autorizações do Congresso da República de ingresso de pessoal militar estrangeiro no Peru.

A costa peruana converteu-se em um centro operacional da Quarta Frota dos Estados Unidos no Pacífico. As Fragatas de Mísseis, e outras unidades navais dos Estados Unidos, realizam exercícios de treinamento de “guerra de superfície”, “guerra anti-submarina e aérea”, em cooperação com a Marinha de Guerra do Peru. Além disso, utilizam-se dos principais portos peruanos para reabastecimento de unidades navais e descanso das tropas: os portos de Callao, Chimbote, Ilo, Paita e Salaverry, que também são os principais pontos de embarque de minerais, petróleo e gás natural.

A crescente integração militar entre o Peru e a Colômbia vem se desenvolvendo através de exercícios militares conjuntos com as Forças Armadas deste país em zonas de fronteira. Estes exercícios incluem “operações aéreas combinadas”, estabelecimento de canais de comunicação e “procedimentos de coordenação”, assim como “treinamento dos Estados Maiores das Forças Armadas”. Durante o primeiro semestre de 2009 realizaram-se 4 exercícios militares conjuntos, exatamente na região onde operam patrulhas do Exército dos Estados Unidos. Estes

exercícios incluem treinamentos em operações anfíbias, operações terrestres, na selva e na costa, de Infantaria de Marinha e de operações Especiais. Estão orientadas para controlar as vias de acesso fluvial à Amazônia.

A integração do Peru à estratégia militar dos Estados Unidos, que inclui a Colômbia, intensificou-se e aprofundou-se. Esta integração, com dimensões políticas continentais, se manifestou com o apoio irrestrito do governo peruano à abertura de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia e com a aproximação crescente do governo de Álvaro Uribe e seu sucessor.

Os Estados Unidos não necessitam ter bases militares próprias no Peru, porque, como os dados mostram, eles têm acesso irrestrito às instalações militares peruanas. O inventário anual do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para 2009 indica que este país não tem nenhum militar destacado no Peru, e apenas mantém um hospital militar em Lima. Depois dos dados mostrados até aqui, fica evidente que uma análise da estratégia militar dos Estados Unidos deve incluir diversas fontes, informações oficiais e sigilosas. Trata-se de um quebra-cabeça que somente se pode construir através da integração de múltiplos elementos e a análise de um sistema complexo de interesses hegemônicos que têm sua expressão no âmbito planetário, regional, nacional e local.

7.8 A geografia política de 2006 a 2011

As eleições presidenciais de 2006 (9 de abril - 4 de junho) puseram em evidência mudanças consideráveis no mapa político peruano e representam um campo de análise importante para o estudo da conjuntura atual. Este processo eleitoral se caracterizou por uma dispersão das forças políticas, que em geral foram divididas, com exceção do APRA que conseguiu na liderança de Alan García um fator de unidade partidária, não somente por seus dotes carismáticos, mas porque era visto como a continuidade do legado histórico de Haya de la Torre. Por outro lado se apresentou o “Fujimorismo” que, ante a fracusada tentativa de retorno de Alberto Fujimori à cena política peruana, apresenta a candidatura de última hora de Martha Chávez. A direita se dividiu entre duas frentes políticas: “Unidade Nacional”, com a candidatura de Lourdes Flores Nano, que pela segunda vez disputava a presidência, e Valentín Paniagua da “Frente de Centro”. A esquerda se apresenta atomizada com três candidaturas: Javier Diez Canseco (Partido Socialista), Susana Villarán (Conservação Descentralista) e Alberto Moreno Rojas pelo Movimento Nova

Esquerda. As três candidaturas juntas não chegaram a 4% dos votos, nem conseguiram eleger representantes no Congresso. Este é o pior resultado eleitoral da esquerda dos últimos 20 anos. O movimento político, que surge em fins dos anos 90, conhecido como “etnocacerismo”, também foi dividido com duas candidaturas: Ollanta Humala (União Pelo Peru) e Ulises Humala (Avança País, Partido de Integração Social). No total, foram vinte candidatos à presidência e quase mil candidatos ao Congresso.

O primeiro fenômeno que se fez evidente, não somente a partir dos dados estatísticos, mas que se manifesta claramente na percepção da população, é que a aliança eleitoral União Pelo Peru (UPP) – Partido Nacionalista Peruano (PNP) liderada por Ollanta Humala se consolidava como a primeira força política do país, com 24% dos votos, a nível nacional, no primeiro turno eleitoral²²⁵ e a primeira maioria parlamentar com 45 dos 120 congressistas. A candidatura de Humala cresceu com os votos do mesmo setor social, historicamente descontente, que levou à presidência o engenheiro agrônomo Alberto Fujimori em 1990, como protesto contra o projeto político de ultra direita de Mario Vargas Llosa; com o mesmo eleitor que optou por Alejandro Toledo em 2001, por representar uma opção de mudança da política econômica, democratização do Estado, moralização, apoio à economia agrária e camponesa e a recuperação da identidade indígena. Em ambos os casos, o governo realizado foi muito diferente do governo prometido em campanha.

Entretanto, o movimento político que Ollanta Humala representava um fenômeno novo no cenário peruano, por seu conteúdo de afirmação nacional e pelas condições de dinamizar um processo de unidade da esquerda peruana. Os dados mostravam que uma grande porcentagem da população peruana percebia esta nova liderança como um fator de média ou longa duração na política nacional.

O segundo fenômeno foi o que tornou evidente o fracasso da direita tradicional que deixou de ser uma opção política para a maioria da população peruana, pois nos últimos 25 anos não pode chegar ao governo e seus candidatos se desgastaram paulatina e sistematicamente em cada processo eleitoral, na medida que suas propostas de governo ficavam mais expostas para a população. Esta tendência se confirma nas últimas eleições municipais de novembro de 2010, quando a candidata favorita de Lima, Lourdes Flores Nano, inicia sua campanha

²²⁵ Tomamos como referência o primeiro turno eleitoral por ser uma votação mais transparente, não sujeita ao reagrupamento político do segundo turno.

liderando as pesquisas de opinião e termina perdendo para a candidata de esquerda Susana Villarán, que chega à prefeitura de Lima depois de um tenso processo de contagem de votos que durou quase um mês, com evidentes ameaças de fraude eleitoral.

Esta nova conjuntura configurada a partir das eleições de novembro de 2010, fortaleceu as alternativas de centro-esquerda e esquerda, que se converteram em forças políticas importantes que podem definir o panorama político peruano durante os próximos meses, para as eleições presidenciais de abril de 2011.

Outro aspecto importante a se destacar é que o “fujimorismo” continua sendo uma força política relevante no cenário atual. Apesar de não ter podido apresentar-se com seu candidato natural, Alberto Fujimori, que permanece na prisão desde que tentou ingressar no Peru para participar do processo eleitoral de 2006, sua filha, Keiko Fujimori, foi a congressista mais votada nas últimas eleições presidenciais. Como se explica que apesar da catarse coletiva que o povo peruano viveu ao assistir, como se fosse um tipo de telenovela interminável, um a um os vídeos de compra e venda de políticos, jornalistas, empresários, congressista, pelas mãos de Vladimiro Montemass nos escritórios do Serviço de Inteligência Nacional, continue votando no “fujimorismo”? Em parte, a explicação está no fato de que o esquema de corrupção montado pelo regime Fujimori/Montemass e instalado no seio do Estado e das Forças Armadas, tem entretanto uma presença importante.

7.9 O neo-militarismo e a candidatura de Ollanta Humala

O regime de Alberto Fujimori que estabeleceu uma aliança com as Forças Armadas para levar adiante um projeto neoliberal ortodoxo, permitiu também o surgimento de correntes descontentes no interior das próprias forças armadas, sobretudo nos níveis hierárquicos mais baixos, de extração popular e proveniente do interior do país, justamente os setores mais destacados para a guerra contra-insurgente desde fins da década de 1980 à primeira metade de 1990. Este é o contexto no qual surge o “etnocacerismo”, que ficou conhecido no país com a tomada do Forte Arica no ano 2000 e posteriormente regressa à cena nacional com o “Andahuaylazo” em 2004. Nas próximas linhas trataremos de definir o projeto político que o “etnocacerismo” representa.

Do ponto de vista doutrinário, o “etnocacerismo” se baseia em três elementos fundamentais:

- O “velasquismo” como legado político e experiência histórica que converteu a as forças armadas em instrumento de transformação social;
- A reivindicação étnica como eixo central da luta social e a construção de uma identidade nacional;
- O nacionalismo como postura anti-imperialista e afirmação do papel central das forças armadas na vida nacional;

Três etapas na formação do “etnocacerismo” como movimento político podem-se distinguir:

a) O “etnocacerista” nas fileiras do Exército Peruano (1990-2000)

O “etnocacerismo” surge como um movimento dentro das fileiras do Exército Peruano. Tem seus primeiros antecedentes em um grupo de tenentes chefes de patrulha, liderados pelos irmãos Antauro e Ollanta Humala, que buscavam “emancipar o Exército Peruano de uma “pentagonização”²²⁶ que o divorciava de seu povo”²²⁷. Inspirados no legado “velasquista”, pretendiam converter o exército em um instrumento de transformação revolucionária, utilizando o aspecto étnico como bandeira principal de luta. Depois de serem presos por uma ação de contra inteligência, e investigados por várias semanas, este grupo de tenentes é declarado inocente e o “etnocacerismo” é considerado, pelos chefes militares envolvidos na investigação, como inócuo ao sistema. Algum tempo depois, durante o governo de Alberto Fujimori, o “etnocacerismo” é reavaliado e considerado como um movimento nocivo às forças armadas. Em 1998 Antauro Humala é expulso das Forças Armadas, momento a partir do qual se dedica à organização política do movimento.

b) O levante armado (2000-2004)

A segunda fase se inicia com a primeira ação insurgente contra o regime de Alberto Fujimori, em 29 de outubro de 2000, quando uma coluna de 69 homens da 6ª Divisão Blindada de Locumba, sob o comando de Ollanta Humala, tomam as instalações do enclave mineiro *Southern Peru* em Toquepala e o Forte Arica, em Tacna. O movimento insurgente pedia a renúncia imediata do presidente Fujimori, considerado presidente *de fato* e em poucas semanas consegue um contingente de

²²⁶ Chama-se pentágono o recinto militar onde se reúnem o Comando Maior das Forças Armadas

²²⁷ HUMALA TASSO, Antauro. Ejército peruano: Milenarismo, nacionalismo y etnocacerismo. Lima: Instituto de Estudios Etnopolíticos, 2001. 399 p.

aproximadamente 1.700²²⁸ homens entre “reservistas”, como são chamados os militantes do movimento político, e os simpatizantes que foram se juntando à ação militar. Depois da fuga de Fujimori, em dezembro de 2000, os “etnocaceristas” entregam as armas e são encarcerados. Posteriormente são anistiados pelo Congresso da República e a partir deste momento o movimento adquire certa organicidade, sobretudo na serra sul do Peru, contando com um porta-voz oficial, o jornal “Ollanta” dirigido por Antauro Humala. Este jornal cumpriu um papel político e de organização.

O “etnocacerismo” baseia seu nacionalismo no reconhecimento do elemento étnico como bandeira política fundamental. Propõe a fundação de uma Segunda República de caráter “tahuantinsuyana²²⁹” como única forma de acabar com a corrupção do Estado e “levar justiça até o último rincão da Pátria traída”. Propõe a formação de um governo nacionalista através de uma necessária violência revolucionária e a militarização da população. Sua estrutura política se baseia na “funcionalidade” militar. Não têm militantes, mas “reservistas”. O reservista representa simbolicamente a juventude peruana excluída, a população civil convocada para uma grande gestão, como Cáceres quando convoca os reservistas para empreender a Campanha da Brenha na Guerra contra o Chile em 1979. Daí o nome do movimento, em referência a Andrés Avelino Cáceres.

c) O Partido Nacionalista Peruano e a liderança de Ollanta Humala

Em 31 de dezembro de 2004, Antauro Humala se levanta em armas na ciudad de Andahuaylas, desconhecendo a presidência de Alejandro Toledo. A declaração que explica o levante, publicada em janeiro de 2006, pode-se resumir em 5 pontos: contra a ilegitimidade de Toledo, por ter inscrito seu partido político com assinaturas falsificadas e por governar para os interesses estrangeiros; contra a utilização da fronteira vertical por estrangeiros (espaço aéreo, solo, subsolo e mar territorial) através da privatização; contra o rebaixamento das Forças Armadas de sua condição de instituição tutelar da pátria à de força auxiliar da polícia; contra a permanência da constituição “fujimorista” de 1993 e contra a corrupção instalada na Presidência da República que envolve os familiares e agregados do presidente. A partir disto, o movimento declara a busca do “ideal de justiça para o Peru” e a luta

²²⁸ Ibid.

²²⁹ O antigo território do Império Incaico era chamado Tahuantinsuyo.

por um “exército equipado e moralizado”. Este levante não tinha pretensões militares e sim políticas: buscava desestabilizar o governo de Alejandro Toledo e desmoralizar os altos comandos das Forças Armadas e a Polícia. Depois da dissolução do levante, Antauro Humala e os principais dirigentes desta ação são capturados e continuam presos até atualmente. Este movimento teve um apoio maciço da população, principalmente indígena, o que explica a altíssima porcentagem eleitoral que conseguiu Ollanta, em 2006, no departamento onde se produziu esta ação militar, Ayacucho, que chega a 84%.

Depois das eleições de 2006, se abre um processo de aproximação de Ollanta Humala aos partidos de esquerda, que se aprofunda com um amplo nível de alianças para as eleições presidenciais de abril de 2011. Estas alianças podem abrir um processo de unidade da esquerda peruana que, com a vitória na prefeitura de Lima, começa a recuperar uma perspectiva de governo. Entretanto, é ao mesmo tempo um processo muito complexo que envolve estilos, métodos políticos e de direção, aproximação das massas e discursos bastante diferentes.

A esquerda peruana tem grandes desafios, não somente para construir um processo de unidade nacional que permita que seja uma opção eleitoral viável, mas em relação à elaboração de uma estratégia de governo e de poder que inclua forças sociais historicamente excluídas, como o movimento indígena andino e amazônico, e que ao mesmo tempo seja capaz de colocar a soberania como eixo central de um projeto de desenvolvimento que deverá enfrentar um profundo processo de desapropriação nacional de recursos naturais e de territórios, que contam com o apoio de poderosos grupos econômicos transnacionais e a intervenção militar direta dos Estados Unidos.

A política repressiva de Alan García encontrou seus limites na indignação popular e na resposta enérgica dos movimentos sociais. Quando os indígenas da Amazônia peruana lutam para preservar suas terras, lutam, também, para defender sua memória histórica e sua própria existência como povo. Estes movimentos sociais têm, historicamente, uma enorme capacidade de mobilização e de protesto. Recordemos que foram as grandes mobilizações de 1978 que levaram à queda da ditadura militar de Francisco Morales Bermudez, e que as mobilizações sociais, em todo o país, no ano 2000, produziram a queda do regime “fujimorista”.

A direita tradicional mostrou sistematicamente o esgotamento de seu programa político. Faz mais de vinte anos que, como tal, não consegue ganhar

nenhuma eleição presidencial. Quanto mais expôs seu programa político, mais votos perdeu em cada eleição. As grandes maiorias no Peru não aceitam mais um programa político conservador. Isto explica porque foram candidatos com promessas de mudanças e de melhoria das condições de vida da população, os que conseguiram chegar à presidência, ainda que depois fizessem exatamente o contrário, em aliança com as classes dominantes, a hierarquia católica e os setores mais conservadores do país.

Pela polarização que engendra, a política brutal de Alan García cria condições para uma ofensiva dos movimentos sociais e as organizações políticas de esquerda, que já estiveram muito próximo de chegar ao governo em 1985, com Alfonso Barrantes como candidato pela frente de esquerda a Esquerda Unida e que ao apoiar a candidatura de Ollanta Humala, do Partido Nacionalista, nas últimas eleições de 2006, o colocaram como segunda força política do país.

O terror é uma arma poderosa, mas também muito perigosa, porque pode se voltar contra quem a usa. A direita deveria avaliar melhor a nova conjuntura latino-americana e o estado de ânimo de seus povos antes de se lançar a empreendimentos tão aventureiros, como o golpe de Estado em Honduras; ou as tentativas de secessão na Bolívia; ou a Guerra Suja na Colômbia e suas provocações para um conflito regional; ou a política de terror no Peru, articulada com a expansão militar dos Estados Unidos na região.

Capítulo 8

OS MOVIMENTOS SOCIAIS, SUBJETIVIDADES EMERGENTES E A NOVA OFENSIVA

As fronteiras da dominação tocam as da vida e multiplicam as resistências em um contexto no qual a concentração de riqueza e o poder foram cancelando as alternativas de reajuste interno. A profundidade e amplitude alcançadas pelos objetivos de desapropriação diminui a capacidade de incorporação ao sistema de um conjunto crescente de pessoas que, excluídas deste universo, se volta para a construção de outro, partindo das margens (...)A insubordinação dos excluídos, da multidão, dos povos em resistência, é hoje uma ameaça real, não à hegemonia dos Estados Unidos, mas através dela, à hegemonia capitalista no sentido mais amplo (CECEÑA, 2008, cap. 1, p.10).

8.1 Um balanço histórico dos movimentos sociais na região²³⁰

As mudanças recentes na América Latina se expressam não somente em movimentos sociais e populares cada vez mais originais e ativos, mas também em um novo cenário político marcado pela existência de governos de centro-esquerda sob uma forte pressão da sociedade civil e de movimentos de massa. Esta nova conjuntura está redefinindo o cenário político na região e está abrindo um processo histórico que apresenta elementos novos que vão influir profundamente na dinâmica econômica, política, cultural e social imediata, mas também no médio e longo prazo.

Uma compreensão mais objetiva desta nova conjuntura na região exige uma análise profundamente histórica, capaz de fazer um balanço da luta secular das forças progressistas que geraram uma acumulação de experiências extremamente rica. Luta secular que tem a ver com elementos chaves de nossa identidade como latino-americanos, como nações capazes de conduzir a si mesmas e que têm uma presença cultural baseada em uma força civilizatória própria.

Desde esta perspectiva, a presente tese busca fazer um breve balanço histórico dos movimentos sociais na América Latina, levando em conta quatro fases: as origens dos movimentos sociais clássicos a partir da influência anarquista até a Terceira Internacional, a fase do populismo e das lutas nacional-democráticas; o

²³⁰ Ver: BRUCKMANN, Monica; SANTOS, Theotonio dos. Los movimientos sociales en América Latina, un balance histórico. Disponível no sitio: <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/nov-antiores/2006/febrero06/>

fortalecimento dos movimentos sociais e as novas formas de resistência e a quarta fase de globalização das lutas sociais a partir de Seattle e a nova agenda.

8.2 As origens: da influência anarquista à terceira internacional

Em sua fase inicial de formação os movimentos sociais clássicos na América Latina tiveram uma forte influência anarquista, através da imigração europeia, principalmente italiana e espanhola, de fins do século XIX e começos do XX. Estes imigrantes anarquistas, basicamente artesãos e trabalhadores de pequenas atividades econômicas, se dirigiram principalmente para as zonas urbanas, formando as primeiras levas de movimentos operários. A partir da Primeira Guerra Mundial e posteriormente durante os anos vinte, a expansão das manufaturas na região cria condições para o surgimento de um proletariado industrial, que terá seu pleno desenvolvimento com os processos de industrialização da década de 1930.

Estes movimentos anarquistas tiveram seu auge em toda a região, entre 1917 e 1919, anos nos quais se organizaram greves gerais bastante significativas que abriram um processo de sindicalização do movimento operário, como o caso do Peru em 1919, Brasil em 1917, Argentina em 1918 e México no mesmo período. Cria-se um clima político generalizado favorável à greve geral como forma de luta principal, apesar de que em alguns casos estas não tinham um objetivo claro ou buscavam uma espécie de dissolução do Estado. Nesta fase conseguiram-se avanços importantes nas lutas sociais e sindicais, colocando-se no eixo das lutas reivindicações específicas como a redução da jornada para oito horas, assim como melhorias salariais e de condições de trabalho e de vida dos operários. É o caso da greve de 1919 no Peru, que como outras experiências na região, foram brutalmente reprimidas sem poderem acumular forças, gerando uma autocrítica em grande parte do movimento anarquista que vai levá-lo ao bolchevismo.

Os movimentos grevistas estiveram também marcados pela influência da Revolução Russa, tanto a revolução bolchevique de 1917, como o processo revolucionário geral e as greves gerais que haviam sido características na revolução de 1905. A corrente bolchevique chamada “maximalista”, estava composta principalmente por anarquistas que pensaram que o bolchevismo era uma manifestação do próprio anarquismo. Esta visão, que considerava o bolchevismo como uma forma de “maximalismo”, se manteve até 1919-1920, quando os bolcheviques russos se confrontam com os Kronstadt que haviam sido um dos

braços principais da revolução de 1917, e que entram em choque com o governo bolchevique, sendo reprimidos tenazmente. A partir deste momento, parte dos anarquistas se afasta do bolchevismo, e as correntes que se mantiveram fiéis ao mesmo formaram os partidos comunistas.

Este período vai marcar a transição do anarquismo, com sua versão maximalista que se destrói junto com as greves gerais brutalmente reprimidas, aos movimentos comunistas latino-americanos. Até os anos vinte, apesar da importância que a Internacional Socialista teve na Europa, os partidos socialdemocratas europeus não chegaram a ter uma influência significativa na América Latina, exceto na Argentina que foi o único país que teve representação na II Internacional. A partir dos anos 20 o movimento operário da região se incorpora ao campo do marxismo, especialmente a sua versão comandada pela Internacional Comunista.

a) O Movimento Camponês

Historicamente, o campesinato na América Latina esteve submetido a uma forte dominação dos senhores de terra, sob condições extremamente negativas de cultivo e organização. Neste contexto, somente as comunidades indígenas possuíam os meios para se dirigirem e se organizarem, apesar da repressão à que foram submetidas secularmente. Este setor foi a cabeça de uma insurreição popular que se converteu em uma referência fundamental em toda a região: a Revolução Mexicana de 1910, que teve uma base camponesa significativa. A luta democrática contra o “Porfirismo” esteve conduzida principalmente por partidos democráticos de classe média, que por necessidade de base política se aproximam do campesinato, produzindo-se uma articulação muito forte entre o movimento camponês e as lutas democráticas mexicanas. Apesar de que os movimentos camponeses não se apresentem como movimentos indígenas, começa a se configurar um vínculo mais claro entre ambos. Os líderes da Revolução Mexicana estavam articulados com suas origens indígenas, sobretudo Zapata, que tem uma forte representatividade como líder indígena, apesar de não basear sua liderança especificamente nele, porque naquele momento, o movimento está voltado fundamentalmente para a questão da terra.

É necessário destacar também o papel específico dos movimentos camponeses, que chegaram a ter um auge relativamente importante na América Central, durante os anos de 1920-1930, quando já existia uma exploração de

camponeses assalariados diretamente subordinados à empresas norte-americanas que os organizavam nas atividades exportadoras. Nesta região se formaram bases importantes de luta pela reforma agrária que devido à forte presença norte-americana se misturam com as lutas nacionais contra a dominação norte-americana. Este é o caso do "Sandinismo", das revoluções de El Salvador lideradas por Farabundo Martí, das greves de massa cubanas e, em parte, da Coluna Prestes no Brasil, que apesar de ter uma base fundamentalmente pequeno-burguesa, vai entrar em contato com a população camponesa, desenvolvendo certa interação deste movimento de classe média de origem militar com o campesinato. Entretanto, não se pode falar de um movimento camponês realmente significativo neste período no Brasil.

b) O Movimento Operário

O movimento operário latino-americano foi o outro sustentáculo das forças populares no continente e encontra sua base material na primeira onda de industrialização durante a primeira década do século XX. Podemos dizer que se consolida como movimento muito mais sólido nos anos 20, a partir do marxismo leninismo, isto é, da influencia bolchevique e da revolução russa que se sobrepõe à segunda internacional e ao anarquismo. Este aspecto é muito importante para configurar as características principais do movimento operário latino-americano, sobretudo do ponto de vista ideológico.

Paralelamente a este fenômeno, em algumas zonas mineiras relativamente importantes se desenvolveu um proletariado assalariado que tinha reivindicações próprias bastante mais coletivas e cuja formação teve menos influência anarquista. Isto explicaria o fato de que no Chile existisse um Partido Democrata com base operária mineira muito significativa, antes do deslocamento destes trabalhadores para o Partido Comunista Chileno, sob a liderança de Recavarren, o que ao mesmo tempo outorga a esta organização diferenças a respeito do resto dos comunistas latino-americanos, na medida em que não nasce de uma base propriamente anarquista, mas de uma concepção política mais próxima da socialdemocracia. O Partido Democrata Chileno não era propriamente uma organização socialdemocrata, mas se aproximava mais do radicalismo dos partidos pequeno-burgueses do tipo liberal. Em outros países da América Latina também se

desenvolveu uma presença mineira importante com um alto grau de sindicalização, como no caso do Peru, Colômbia e Bolívia. No último caso, o movimento mineiro boliviano somente vai alcançar seu auge na década de 1940-1950, chegando a ser protagonista da revolução boliviana.

c) **Os movimentos de classe média e o movimento estudantil**

A ala do movimento operário que logo formará os partidos comunistas se aproxima de setores da classe média em torno a objetivos democráticos, como é o caso dos “tenentes” no Brasil, que era um movimento social de classe média militar, com objetivos de democracia política. Outros movimentos de classe média, como o “aprismo” peruano, aderem a uma plataforma do tipo nacional democrática, levantando bandeiras como a democracia política, o anti-imperialismo, a defesa das riquezas nacionais, a reforma agrária, a industrialização assumida como uma tarefa do Estado, etc. A reforma universitária foi outra bandeira que a classe média levantou de maneira muito orgânica durante os anos 20 e conduziu a um movimento social próprio, que exigia a participação dos estudantes na condução da universidade, a reforma curricular e a abertura até os processos sociais e políticos que vivia a América Latina. Talvez um dos momentos mais significativos das lutas do movimento estudantil foi o da reforma universitária de 1918 em Córdoba (Argentina), que gerou um grande impacto no ambiente universitário e político latino-americano. No México, a luta a favor da reforma universitária assumirá bandeiras nacional-democráticas e étnicas que não foram bem assimiladas pelos partidos comunistas e por certos setores da esquerda, ainda que, finalmente, o movimento educacional mexicano vai ter sua grande expressão na “educação socialista” que terá seu auge durante os anos 30.

Não se pode deixar de considerar como parte dos movimentos sociais, os movimentos culturais e artísticos que buscavam que a arte se aproximasse do povo e fosse sua expressão maior. Surgem experiências extremamente ricas na região como é o caso do muralismo mexicano, que formou parte do movimento da Revolução Mexicana ou processos como a revolução modernista do Brasil em 1922 e outros movimentos similares, principalmente durante os anos 20. A criação da revista *Amauta* (Lima 1926-1930), fundada por José Carlos Mariátegui, abre um espaço de reflexão intelectual muito importante na região e mostra a força e a

profundidade destes novos movimentos artísticos e culturais que se afirmam em uma identidade própria ao mesmo tempo em que se projetam de maneira universal a partir de uma visão local, pondo em questionamento as pretensões universais do ocidente.

Até os anos 30 é definida uma plataforma de reivindicações dos movimentos sociais da região. Nesta agenda coloca-se o problema da terra, daí a importância da Revolução Mexicana; a questão mineira, que representa a questão nacional, seja da propriedade das minas ou de uma participação dos Estados que abrigam as jazidas na renda das minas; as questões salariais que já estão articuladas com as outras reivindicações, principalmente nas zonas mineiras e nas zonas proletárias urbanas, sobretudo quando o movimento operário urbano vai se constituindo mais claramente em um movimento assalariado.

8.3 O populismo e as lutas nacional-democráticas

O conjunto de movimentos sociais que surge ao longo das primeiras décadas do século XX, vai ter a oportunidade de aproximar-se do poder nos anos 30 e 40 com a formação dos governos populares e populistas. Estes governos buscam apoiar-se nos setores populares e estruturar seus movimentos sociais no contexto de uma grande luta nacional-democrática, integrando todas estas forças sociais e culturais em frentes de conteúdo nacional-democrático, que já haviam incorporado muitos pontos comuns com os movimentos anti-imperialistas dos anos 20, e vão solidarizar-se com os movimentos anticolonialistas afro-asiáticos depois da Segunda Guerra Mundial. Os partidos comunistas da região foram integrando os diversos movimentos a uma mesma lógica nacional-democrática, na medida em que avançava a luta anti-colonialista.

Depois da Primeira Guerra Mundial, na medida em que se vão constituindo governos mais próximos dos setores populares, surge uma articulação mais profunda entre movimentos sociais e Estados nacionais. Um exemplo claro deste processo é o caso mexicano, que já nos anos 20 mostrava uma forte articulação entre os movimentos camponeses e operários e o PRI (Partido da Revolução Institucional).

A base social não é mais os imigrantes, mas os operários urbanos do processo de industrialização dos anos 20. Este novo movimento operário tende a

certa rejeição e ruptura com o antigo movimento operário radical, afirmando um novo proletariado de origem camponesa sem ideologia, como o caso da Argentina, onde se apresentará de maneira mais clara este fenômeno. Este novo operário vai aproximar-se muito mais dos dirigentes do processo de industrialização, dando lugar aos chamados movimentos populistas: o “peronismo” na Argentina; o “getulismo” no Brasil; o próprio caso mexicano, apesar do caráter radical do “cardenismo” e os antecedentes da Revolução Mexicana. O “cardenismo” é, em grande medida, uma expressão da vinculação dos principais movimentos sociais aos objetivos nacional-democráticos.

Nesta nova fase se perfila o movimento revolucionário boliviano, que faz com que os mineiros e os camponeses participem da luta pela reforma agrária, da nacionalização das minas e da criação de uma democracia radical de massas, apesar de divergências entre as partes. Os mineiros sempre defenderam uma reforma agrária, baseada na propriedade coletiva da terra, enquanto que os camponeses defendiam a pequena propriedade rural. Estas diferenças dividiram o movimento da revolução na Bolívia e, na década de 1960, produziram uma contra-revolução quando o movimento camponês e indígena se lança contra os mineiros, que recebiam, também, o apoio dos operários urbanos, produzindo-se uma ruptura na chamada aliança operária-camponesa.

No caso mexicano, camponeses e operários continuaram dentro da revolução mexicana. Grande parte da terra foi coletivizada de forma que o movimento camponês se manteve em uma perspectiva socialista, apesar de que o indigenismo mexicano procurou sempre ressaltar os perigos da concepção coletivista, considerada ineficiente, burocrática e autoritária.

Desta maneira, se definia o perfil nacional-democrata como formador da nova classe operária. Dependendo da capacidade de comunistas e socialistas de doutriná-la em uma perspectiva socialista, era possível articular a questão nacional e o anti-imperialismo que motivaram as lutas nacionais no continente, sob a dominação do capitalismo norte-americano em expansão no mundo, até converter-se no centro hegemônico do sistema mundial, depois da Segunda Guerra Mundial. A aliança entre a União Soviética e os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, se prolonga até 1947 quando a política de Guerra Fria converte os anteriores aliados em inimigos. A partir deste momento os Estados Unidos são transformados pelo movimento comunista mundial em inimigo dos trabalhadores,

enquanto o serviço de inteligência norte-americano trabalha para romper a aliança entre comunistas, socialistas e social-cristãos que se havia criado durante a Segunda Guerra Mundial. Ao se pôr em evidência o caráter imperialista da política norte-americana, caráter que havia sido esquecido durante a Aliança Democrática antifascista, começa a desenvolver-se nova frente anti-imperialista, que encontra seu ponto mais alto no Brasil, em fins dos anos 50, durante o governo J. Kubistchek-Goulart. Neste período os comunistas, que estavam na ilegalidade, desde 1947, depois de somente 2 anos de ação política legal, voltam a assumir a condição de semi-legalidade, entre 1961 e 1964, durante o governo de João Goulart.

Nesta mesma época surgia uma nova realidade estratégica na América Latina. A declaração de Cuba como uma República Socialista, em 1962, em resposta à invasão de Bahia dos Porcos, introduziu na região a questão do socialismo como forma imediata de transição até um novo regime econômico-social coletivista. Esta nova experiência passou a influenciar setores significativos das forças políticas de esquerda na América Latina, alcançando sua exceção mais elaborada no programa socialista da Unidade Popular no Chile, quando, entre 1970 e 1973, tentou uma experiência absolutamente insólita: realizar a transição para um regime de produção socialista em condições de legalidade democrática. Neste momento de avanço das forças sociais, a tese da unidade entre a burguesia nacional e o movimento popular operário-camponês-estudantil, converteu-se em um princípio estratégico fundamental. Esta concepção foi derrotada pelos golpes de Estado que se sucederam na região.

A violência da repressão dos governos militares impostos no Chile, e em outros países, contrastava com a experiência de um governo militar nacional-democrático no Peru, iniciado em 1968 por Velasco Alvarado. Mais que nunca a repressão e o terror estatal se desenvolveram até suas formas mais radicais. Não há dúvida que o terror fascista, inaugurado por Pinochet e aprofundado pelos golpistas argentinos, levou a repressão até o paroxismo na região.

Apesar das greves em massa dos trabalhadores das grandes empresas agrícolas exportadoras – os quais sustentaram Sandino ou impuseram as greves em El Salvador – o movimento camponês somente veio alcançar uma vitória significativa durante a revolução na Guatemala, com Arbenz em 1952, e particularmente na revolução boliviana quando as milícias camponesas e mineiras tomaram a direção

do país. Na década de 50 se iniciaram as *Ligas Camponesas* lideradas por Francisco Julião, no Brasil. Nos anos 60 a estratégia anti-insurrecional comandada pelos militares norte-americanos absorveu, finalmente, a proposta de uma reforma agrária ordenada, que foi aplicada em todo o Chile democrata-cristão, sob a presidência de Eduardo Frei. Esta reforma agrária se fez mais radical, completa e profunda, nos anos 1970-73, sob o governo da Unidade Popular, tendo como presidente Salvador Allende.

Ao longo de todos estes anos, a reivindicação pela terra esteve no centro das lutas populares e da aliança operária-camponesa, com forte apoio estudantil e de setores da classe média urbana. Estas reivindicações chegaram até a Revolução Sandinista, na Nicarágua. Pode-se dizer, entretanto, que nas décadas de 80 e 90 o forte controle das multinacionais sobre a produção agrícola, em vastas regiões do continente, mudou dramaticamente o sentido da luta camponesa. Entre 1960 e 1990 completou-se um processo de emigração do campo para a cidade que expulsou definitivamente vastas camadas de pequenos proprietários agrícolas e consolidou a grande e média empresa agroindustrial, articuladas com as transnacionais agrícolas ou manufatureiras de produtos agrícolas. Desenvolve-se a figura do assalariado agrícola sazonal e surge um novo movimento camponês de caráter sindical, com pequena pressão sobre a questão da terra.

O caso brasileiro é paradigmático: os chamados “bóias frias” (pela comida fria que levavam para seus precários almoços em um espaço agrícola ultra especializado e mecanizado) inundam as zonas rurais e somente na década de 80 ressurge uma reivindicação pela terra, quando aumenta o desemprego nas zonas rurais e pequenas cidades, gerando uma população desempregada que busca retornar à terra. Daí surge o Movimento dos Sem Terra (MST) que pressiona por uma reforma agrária mais ágil, mas não questiona a legislação de terras do país, que dispõe a compra das terras não cultivadas a preços de mercado para distribuir entre os camponeses sem terra. A força do MST deriva menos de sua demanda radical pela terra que de seus métodos de ocupação da mesma para forçar a reforma agrária, assim como de seus métodos de gestão comunitária das terras ocupadas por eles e de sua concepção socialista de uma economia onde os camponeses possam alcançar seu pleno desenvolvimento. Sua preocupação com a tecnologia agrícola de ponta, pelas questões ambientais e com a educação de seus quadros e de seus filhos os coloca na vanguarda da sociedade brasileira. Suas

principais bandeiras de luta se resumem em: *terra, água e sementes*, isto é, na luta pela soberania alimentar no Brasil. Desta maneira, eles se preparam para enfrentar as transnacionais agroindustriais em uma perspectiva de longo prazo, chocando-se frontalmente com os conservadores brasileiros.

Um fenômeno novo que torna possível esta concepção de longo prazo do Movimento dos Sem Terra é o forte apoio da pastoral da terra no Brasil. A Igreja brasileira decidiu que não pode entregar o maior país católico do mundo à voracidade das elites exploradoras deste país. Uma revolução social anti-católica seria um golpe definitivo ao catolicismo como religião, com pretensões de universalidade.

a) A questão étnica

Nesta fase se incorporam questões totalmente novas: o indigenismo, não somente visto como um movimento de reivindicação étnica, mas como uma crítica cultural camponesa onde o campesinato exige sua conservação e não simplesmente sua dissolução em uma sociedade superior. A questão étnica se apresenta em duas vertentes diferenciadas, a questão camponesa-indígena e camponesa-negra. É necessário fazer uma distinção entre as duas tendências, porque os negros formaram um movimento principalmente camponês, que assumiu a luta contra a escravidão, contra a dominação espanhola em Cuba e que participou da revolução cubana e dos processos de libertação de outros países da região. Os negros se organizaram com muita facilidade e chegaram a constituir uma parte importante desse movimento operário não-europeu, não-socialista, mas marcado por uma vertente populista. Apesar de que os comunistas conseguiram, em alguns lugares, uma base importante no movimento negro, eles tiveram a tendência de negar sua especificidade, manifestando-se contra a ideia de que assumisse uma forma própria. Desta maneira, buscava-se que o movimento negro se incorporasse às lutas pelas liberdades civis, mas negava seu conteúdo étnico específico. A visão étnica da questão negra somente vai se projetar a partir da década de 1960 e tem como uma das referências principais o “black power” nos Estados Unidos, donde se produz uma ruptura com a visão dos direitos civis: os negros sustentam que não querem ser iguais aos brancos, portanto, suas lutas não são pela igualdade mas pelo direito de serem negros. Esta perspectiva se expressa na ideia do “black is beautiful”.

O conteúdo étnico do movimento indígena renasce nos anos 70, quando os indígenas reivindicam suas origens como uma estrutura ideológica para as lutas sociais contemporâneas e exigem a liderança dos movimentos guerrilheiros. Um exemplo desta nova perspectiva é a luta guatemalteca, por meio da qual os indígenas deixam claro que a guerrilha era dirigida por eles apesar da participação externa, sempre subordinada à sua liderança. Esta vertente vai se manifestar também no caso mexicano, que alcançará uma expressão clara no “zapatismo”, onde a vertente indígena assume o caráter de uma postura ideológica própria, que tem sua inspiração indigenista, mas tem também um objetivo universal. Este reconhecimento e identidade indígena latino-americana é um fenômeno muito profundo que pretende, também, ser mundial: indígenas de diferentes regiões do mundo buscam formar um movimento que afirme suas lutas em uma postura ecológica baseada em uma relação forte com a natureza, em uma ideologia oposta ao capitalismo e às supostas forças progressistas que veem o progresso como um caminho destruidor das formas anteriores.

b) O Movimento Feminino

Por outro lado, emerge o movimento feminino de maneira específica, apesar de que este existisse em todas as épocas como parte de outros movimentos sociais²³¹. A partir da década de 1960, este movimento começa a reivindicar não somente que os direitos civis das mulheres sejam incorporados à sociedade moderna, mas que a sociedade incorpore também a visão feminina do mundo. Este supõe a participação da mulher na cultura, e não como um elemento passivo, mas em um papel protagonista capaz de reestruturar profundamente a subjetividade do mundo contemporâneo a partir de uma nova visão que torne a valorizar o papel da vida. Neste sentido, a mulher seria não somente portadora da vida, mas de uma percepção do mundo do ponto de vista da vida. Isto modifica profundamente a visão da sociedade contemporânea.

8.4 A autonomia dos movimentos sociais e as novas formas de resistência

²³¹ Como são os casos do movimento negro ou o das lutas civis que buscavam a igualdade de direitos entre os homens, etc.

Vinte e cinco anos de experiência neoliberal, comandadas a nível internacional pelo FMI e o Banco Mundial, submergiram nossos países em graves problemas econômicos que levaram à defensiva, os movimentos sociais da região. O desemprego, a inflação, a dramática queda dos níveis salariais e de qualidade de vida, a falta de investimentos no setor produtivo, em infraestrutura e o desenvolvimento social, formam um conjunto de fenômenos que vai destruindo o tecido social, que vai desestruturando as lealdades institucionais, rompendo os laços sociais, abrindo caminho para a violência, as drogas e a criminalidade em suas diversas formas de expressão. As formas de luta principais do movimento operário, como a greve e outros meios de interrupção do trabalho, perdem força na medida em que amplas massas de desempregados ou recém chegados à atividade laboral estejam sempre dispostas a substituir os trabalhadores ativos. As possibilidades de luta nas ruas alcançam certo auge, até que o cansaço e o enfrentamento com formas implacáveis de repressão fazem retroceder o movimento que vai perdendo seus objetivos, abrindo caminho à ação do “sub-proletariado” que não dispõe de programas de luta organizados e consequentes.

Os anos de recessão foram agravados por mecanismos de repressão institucional e regimes de exceção apoiados em formas de terror estatal que se iniciaram na fase anterior. A recessão sistemática, que deveria ocorrer na década de 70, foi atrasada devido à captação de recursos externos em forma de empréstimos internacionais a baixos custos, como consequência da reciclagem dos petrodólares. Na década de 80, inicia-se a fase recessiva com a exigência de pagamento imediato dos juros da dívida, aumentados devido ao crescimento do capital principal sob a forma de “renegociações” irresponsáveis e devido ao aumento das taxas internacionais de juros, a partir das decisões adotadas pelo Tesouro Americano.

Esta combinação de recessões sucessivas, regimes de exceção, terrorismo de Estado e rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores esteve seguida de uma ofensiva ideológica contrária às conquistas dos trabalhadores e às melhorias obtidas pelo conjunto da população durante os anos de crescimento econômico. A ofensiva ideológica neoliberal alcançou seu auge na segunda metade dos anos 80, com a política derrotista da classe política dirigente da União Soviética e da Europa Oriental. A partir da queda dos regimes do chamado “socialismo real”, abriu-se uma ofensiva ideológica neoliberal que implantou um verdadeiro terror ideológico.

Qualquer um que reivindicasse uma crítica ao capitalismo o ao quimérico “livre mercado” era imediatamente segregado dos meios de comunicação de massa e da academia. Era a época do “fim da história”, do fim do socialismo e do marxismo.

Durante os últimos vinte e cinco anos, os movimentos sociais da região estiveram sob o impacto desta situação crítica, que era possível superar com políticas de preservação do interesse nacional, com a suspensão do pagamento de uma dívida internacional altamente questionável e de taxas de juros totalmente insanas. Entretanto, prevaleceram os interesses ligados ao pagamento do serviço da dívida e às renegociações que incluíam altas comissões apropriadas por agentes privados. Neste período, afirmou-se uma típica burguesia “compradora” na região, que se impôs progressivamente sobre os capitais locais afetados pelas políticas neoliberais e impedidos de se beneficiar das mudanças do comércio mundial que foram quase totalmente aproveitados pelos países asiáticos. Ajudados por reformas agrárias profundas, realizadas na pós-Segunda Guerra Mundial, estes países não dependiam tão diretamente dos empréstimos internacionais para sustentar suas políticas de exportação e de crescimento econômico e dispunham de mercados internos mais amplos e de políticas educacionais profundas que buscavam neutralizar a influência de regimes socialistas no sudeste asiático.

É natural que durante este período o movimento operário renascesse na região, sob formas mais cautelosas, buscando o apoio dos liberais e da igreja que se afastou dos regimes ditatoriais, que no passado favorecera, para assumir as bandeiras dos direitos humanos, da anistia e do restabelecimento da democracia. Neste ambiente, as propostas neoliberais encontraram um campo fértil e se enraizaram profundamente em virtude da autodestruição do socialismo soviético e euro-oriental. As concepções neoliberais penetraram fortemente nos partidos de esquerda, encontrando sua formulação mais sofisticada na chamada Terceira Via que se desenvolveu na década de 90. Levantava-se a tese de que não havia alternativa para a concepção neoliberal da economia, cuja expressão de eficácia era o livre mercado. Livre mercado que não garante, entretanto, os direitos sociais dos trabalhadores. Sob esta visão, seria necessário combinar o neoliberalismo econômico com um programa de políticas sociais (ou compensatórias, como colocaram o FMI e o Banco Mundial, ao aceitarem os efeitos negativos “provisórios” da “transição” ao “livre mercado”). Era evidente a debilidade teórica e prática desta

proposta que foi em seguida abandonada na medida em que o neoliberalismo se fazia cada vez mais insustentável tanto no plano teórico–doutrinário como no prático.

O movimento operário se encontra ainda sob o efeito destas confusões ideológicas, mas vem recuperando, sistemática e crescentemente, boa parte de sua capacidade política a partir do crescimento econômico sustentado, de 1994-2000, quando o desemprego nos Estados Unidos caiu de 12% para 3,4% ao ano. A possibilidade de voltar a uma situação de pleno emprego provocou um renascimento da militância sindical americana, inclusive na reorientação da central sindical AFL-CIO até teses progressistas. Na América Latina o movimento operário do período esteve em ascensão somente no Brasil, nos anos 70, parte dos 80 e em alguns momentos isolados dos 90. A explicação da perda de combatividade do movimento operário, nos últimos anos, se encontra nas dificuldades de conviver com o desemprego crescente resultante da situação recessiva permanente.

Das forças clássicas do movimento popular na fase nacional democrática, o movimento estudantil foi o que mais sofreu ao se afogar no mundo do debate ideológico e enfrentar o impacto da onda neoliberal. Do centro das lutas sociais passou a ser um movimento de reivindicações setoriais, que o foi isolando progressivamente. A expansão das universidades privadas e do número de estudantes universitários de classe média diminuiu o caráter de elite intelectual dos movimentos sociais que os estudantes tinham, até inícios da década de 70. Esta situação se agrava quando a repressão começa a afetar também o movimento estudantil diminuindo sua militância e sua liderança ideológica. Apesar de haver perdido muito de sua força, deixou um rastro ideológico profundo como resultado dos movimentos de 1968 e, em alguns casos, está recuperando a liderança nas lutas sociais dos últimos anos, como é o caso do Chile.

Nos anos 80 e 90 ganharam uma força especial os movimentos dos bairros chamados então de “marginais” e hoje de “excluídos”. Sua organização crescente conseguiu importantes recursos fiscais para infraestrutura, mesmo que estes fossem insuficientes para atender suas dificuldades básicas. As organizações de mulheres tiveram um papel fundamental no movimento de poupadores, organizando-se para a autogestão de recursos dirigidos a cobrir necessidades básicas de alimentação, seguridade e serviços, baseados em um espírito comunitário e fortes laços de solidariedade. Exemplos claros deste fenômeno são os restaurantes de mães e os comitês do copo de leite no Peru.

Assim mesmo, o aumento da atividade comercial de drogas proibidas, principalmente a cocaína, abriu a possibilidade de um relativo enriquecimento, da formação de verdadeiros exércitos de criminosos organizados. Uma situação semelhante à de Chicago nas décadas de 1920 e 1930. Esta presença da criminalidade nos bairros miseráveis, como é o caso do Brasil, justificou uma adesão crescente de partidos de esquerda e de movimentos populares com responsabilidade de governo às técnicas da repressão social. Ao abandonar a tortura e outros comportamentos violentos no plano político, as forças repressivas voltaram a concentrar-se na prática sistemática de violência contra os pobres e criminosos de origem popular.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais são cada vez mais afetados pelas forças sociais emergentes. É o caso dos movimentos de gênero, indígenas, negros, grupos de defesa do meio ambiente e outros, que impõem novos temas à agenda das lutas sociais. Seu ponto de partida assume formas liberais, expressadas na defesa do direito de votar, de garantir juridicamente seus direitos em bases iguais aos da fração masculina dominante, de valorizar suas características próprias, de reconhecer sua identidade e suas características étnicas, como parte substancial da cultura nacional. Com o tempo, estas reivindicações passam a integrar todo um projeto cultural que exige o rompimento com a estrutura econômica-social que gerou o machismo, o racismo, o autoritarismo. Podemos encontrar uma identificação substancial entre o modo de produção capitalista, como fenômeno histórico, com estas formas culturais que penetram profundamente em toda a superestrutura da sociedade moderna. As próprias raízes destas chagas se encontram na pretensão de uma racionalidade iluminada que teria o Ocidente como berço, o que justificaria o colonialismo, depreciando substancialmente a importância das culturas e civilizações asiáticas, orientais ou das civilizações americanas pré-colombianas.

Os movimentos sociais começam assim a romper com toda a ideologia da modernidade como forma superior e como única expressão da civilização. Este enfoque deu uma força muito especial aos movimentos sociais ao apresentá-los como fundamento de um novo processo de civilização pluralista, realmente planetária, pós-racista, pós-colonial e talvez pós-moderna.

Durante esta fase é necessário destacar duas características fundamentais: em primeiro lugar, a identidade dos movimentos sociais começa a reivindicar certa autonomia, sai do quadro dos partidos, das reivindicações nacional-democráticas e

desenvolvimentistas, para assumir uma autonomia bastante significativa, que dá origens e se vincula à questão cidadã de luta pelos direitos civis e se confunde com as lutas contra as ditaduras na América Latina. Começa a se desenvolver uma interação entre os movimentos sociais, com uma relativa autonomia dos partidos políticos e das ONGs que os apoiam. Em segundo lugar, apresenta-se uma tendência à formação de partidos políticos a partir destes movimentos. A expressão mais avançada desta tendência é o Partido dos Trabalhadores, no Brasil. Existem também outras organizações políticas impregnadas desta visão ideológica, uma sociedade civil que está se formando e que projeta sobre o Estado a grande questão que a sociedade civil ainda não resolveu. Na medida em que ela cresce e ganha importância, sua relação com o Estado deixa de ser simplesmente crítica para exercer também hegemonia sobre o Estado. A partir deste momento, a postura crítica se transforma em uma postura positiva, que se expressa em propostas de políticas de Estado e que vem constituindo uma nova fase de projeto de um novo programa de políticas públicas que absorve parte do programa nacional democrático-desenvolvimentista anterior, mas com críticas significativas e que incluem novos elementos na agenda, como as demandas ecológicas e democráticas de participação política.

Tudo isso vai constituindo um novo espaço político que não resolveu suas contradições entre autonomia e gestão do Estado, entre democracia no sentido de afirmação autônoma e no sentido de gestão do Estado, entre reivindicações autônomas e de políticas públicas com capacidade de transformar as condições materiais.

8.5 A globalização das lutas sociais

Depois de Seattle em 1999, dos encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e das manifestações de massa que os sucederam em várias partes do mundo, já se delineia uma nova realidade dos movimentos sociais que indicam uma dinâmica, não somente defensiva, mas também ofensiva. Apesar de que este fenômeno já estava inscrito nas mobilizações de 1968, ganha um significado especial depois da queda do mundo soviético quando as lutas sociais ganham a dimensão de um gigantesco movimento da sociedade civil contra a globalização neoliberal. Sua articulação com fenômenos políticos se faz mais evidente e se expressa no surgimento de formas de luta insurrecionais novas, como o “zapatismo”

no México e seus desdobramentos internacionais na convocatória pela luta contra o neoliberalismo que atraiu personalidades de todo o planeta; a emergência de movimentos indígenas de resistência que terminam derrubando governos e dando origem a partidos e novos governos como na Bolívia e no Equador; o êxito eleitoral do PT no Brasil, que surge de uma articulação dos movimentos sociais e de forças de esquerda no Uruguai e Venezuela. Todos estes fenômenos formam uma nova onda de transformações sociais e políticas na América Latina que tem fortes raízes nos novos movimentos sociais e em sua articulação com as forças dos movimentos sociais clássicos, no desenvolvimento da esquerda em seu conjunto e, inclusive, na emergência de setores nacionalistas nas classes dominantes. Estes elementos produzem um complexo projeto histórico ainda em construção que se expressa, também, nos processos de integração regional acompanhados de uma crescente articulação diplomática entre os governos da região.

O programa alternativo que se desenha na América Latina não pode restringir-se a uma resistência econômica e cultural, ainda mais quando a história da região passa por um longo período de estancamento econômico e/ou abandono do projeto desenvolvimentista nacional democrático confrontado, a ferro e fogo, com a repressão imperialista e grande parte da classe dominante local; quando a história deste período se confunde com a dominação brutal dos interesses financeiros sobre a economia, colocando as forças produtivas a seu serviço, inclusive o Estado que aumenta sua intervenção para transferir recursos para este setor; quando tudo isso se faz em nome de uma ideologia reacionária que se apresenta como a expressão última da modernidade e como o “pensamento único”, resultado do fim da história. Em tais circunstâncias o programa alternativo deve assumir um caráter global, ou de um novo quadro teórico e doutrinário que proponha uma nova sociedade, uma nova economia, uma nova civilização.

Enquanto esta tarefa de décadas se desdobra, vão-se desenhando lutas parciais que assumem um caráter cada vez mais substancial. A integração regional latino-americana, por exemplo, ganha dimensões concretas no MERCOSUL, na Comunidade Andina de Nações, na ALBA (Alternativa Bolivariana dos Povos) e na Comunidade Sul-Americana que conta com o apoio substancial do ideal bolivariano. Ao mesmo tempo, este ideal é convertido em doutrina de Estado e de governo na Venezuela, inspirando-se na dinâmica da democracia participativa profundamente articulada com a lógica dos movimentos sociais.

Muitas serão ainda as novidades políticas, culturais e ideológicas que surgirão neste novo contexto. No processo eleitoral de Lula, no Brasil, se uniram setores sociais até então desarticulados em busca de um novo bloco histórico que unificasse as forças da produção contra a dominação do capital financeiro. Um perfil similar desenhou-se na Argentina depois dos grandes movimentos de massa que questionaram radicalmente o programa neoliberal. Em toda a região se discute um novo desenvolvimentismo que busca criar as condições de uma nova política econômica que restaure, em parte, os temas e a agenda dos anos 60 e 70, adaptando os mesmos às novas condições da economia mundial. O que importa é a vontade política; os aspectos técnicos são secundários e facilmente esquecidos pelo amplo desenvolvimento dos profissionais da região.

Várias são as manifestações concretas da nova proposta que deverá substituir a barbárie intelectual do pensamento único neoliberal e que incorporará a região a uma nova realidade política e ideológica. Esta nova proposta põe em debate as grandes questões do destino da humanidade, e os movimentos sociais representaram o terreno fértil em que brotarão as soluções cada vez mais radicais pois são as raízes que estarão em jogo: a desigualdade social, a pobreza, o autoritarismo, a exploração. Toda esta agenda estará de novo na arena da história.

8.6 A emergência de um novo movimento indígena

A crise mundial contemporânea não somente se manifesta em sua dimensão econômica e principalmente financeira, mas representa também uma profunda crise civilizatória do capitalismo mundial como modo de organização da sociedade e como forma de produzir conhecimento, ao mesmo tempo em que questiona fortemente o sistema de poder no planeta. Assistimos à decadência de um sistema hegemônico unipolar que necessita cada vez mais da intervenção militar brutal para validar sua condição de dominação, convertendo a civilização ocidental em uma fábrica de barbárie e de políticas de desrespeito aos princípios fundamentais de convivência da humanidade.

A visão eurocêntrica

Na base deste sistema de dominação está a perspectiva eurocêntrica como fundamento ideológico e como forma de produção e controle da subjetividade das sociedades. A produção e reprodução da vida material dos povos e a elaboração de

seus imaginários estão dominados pela ideia de que a civilização ocidental é o único modelo civilizatório do planeta, e que todas as demais civilizações, sem importar seu nível de elaboração e complexidade, seu grau de desenvolvimento ou suas contribuições à humanidade, são apenas consideradas culturas atrasadas, e até mesmo selvagens, com relação ao modelo imposto. A arrogância desta visão eurocêntrica não somente justificou violentas formas de colonização e colonialismo, mas se converteu em uma barreira cognitiva que impediu que o ocidente conhecesse e compreendesse a complexidade do mundo e das mais antigas e importantes civilizações do planeta. Desta maneira, se desprezaram conhecimentos milenares, as formas de organização de vida e da sociedade não-ocidentais, as formas mais humanas de relação com a natureza e a vida, sensibilidades estéticas altamente elaboradas, produção artística e cultural de grande importância, contribuições filosóficas e inclusive o denso pensamento social produzido fora dos países centrais de ocidente.

O eurocentrismo impôs uma forma de fazer ciência e um caminho único de produção de conhecimento, que reduziu à condição de não-científico, para-científico ou folclórico todo aquele conhecimento produzido fora destes cânones. Nesta perspectiva, o tempo não existe, pois o conhecimento é universal e válido para qualquer tempo histórico e para qualquer realidade social do planeta. Esta incapacidade de compreender que a teoria, a ciência e o conhecimento são produtos históricos significou uma das principais limitações da ciência positivista. Esta ciência, preocupada, mais com sua coerência interna que com a realidade social, se encerrou em si mesma para produzir suas próprias premissas e outorgar a seus desejos a condição de conclusões científicas. Desta maneira, perdeu a capacidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo e de qualquer tentativa de prever cenários futuros. A humanidade está a caminho a romper profundamente com estes paradigmas da ciência e com esta visão do mundo e da humanidade.

Modernidade *versus* atraso?

Na América Latina a ideia de modernidade, como modo de existência social e como padrão de desenvolvimento, surge no centro mesmo do sistema colonial e como parte integrante desta estrutura de dominação e de poder. Como sustenta o sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao analisar o surgimento da noção de modernidade, trata-se de um momento da história no qual os vários tempos e

histórias se configuram em complexas, contraditórias e descontínuas associações entre estruturas fragmentárias e mutantes de relações de sentidos e de significados, partes de um mesmo e único mundo novo em plena constituição.²³² A ideia de modernidade, então, surge no centro mesmo da estrutura do poder colonial, e se converte em um mecanismo legitimador que impunha a civilização ocidental como a única via de alcançar o chamado “progresso”. Tudo aquilo que estivesse fora desta visão e desta forma de organização social era considerado pré-moderno ou atrasado. Desta maneira, as civilizações mais antigas e elaboradas do planeta foram colocadas na condição de bárbaras.

Esta noção de modernidade, inserida organicamente na estrutura do poder colonial, teve uma enorme capacidade de destruição e desarticulação das sociedades originais latino-americanas. Em nome da modernidade se destruíram estruturas inteiras de conhecimento e sabedoria milenares, avançados modos de produção agrícola e formas de organização social comunitárias. Colocou-se em prática uma ação sistemática de destruição da memória coletiva dos povos e civilizações americanas, de seu imaginário histórico e de sua própria percepção de passado e futuro. Esta enorme capacidade destrutiva significou, também, o próprio extermínio das populações nativas que, quando da chegada dos colonizadores europeus, se estimava em mais de cem milhões de habitantes e que em poucas décadas se viu reduzida a quase a metade.

Se a América Latina foi o lugar de onde se gerou a acumulação de capital e as bases materiais para a construção da Europa Ocidental como centro hegemônico mundial a partir do século XVI, é agora a região onde estão se desenvolvendo os novos elementos para a construção de uma civilização planetária, mais equilibrada e inclusiva, que rompa radicalmente com a herança colonial e a visão eurocêntrica. Estão surgindo, no continente latino-americano, experiências ricas e diversas de transformação social que estão mudando o cenário político, econômico e cultural na região.

Este processo de transformação nos coloca grandes desafios. Faz-se necessário reelaborar nossa história fora da visão colonial e criar matrizes teóricas e metodológicas de produção de conhecimento capazes de dar conta da complexidade e densidade da realidade social. Mas, sobretudo, faz-se necessário

²³² Ibid

apelar para nosso legado civilizatório, para o conhecimento milenar e ancestral, para os saberes e formas de ver e sentir o mundo, a fim de reconstruir nossa memória coletiva, deformada ou destruída pela colonização, bem como construir nossas identidades e nossos projetos de futuro e de sociedade.

O movimento indígena latino-americano

O movimento indígena é talvez um dos elementos mais transformadores desta densa realidade latino-americana contemporânea. Este se constrói como um movimento social de dimensão regional, com um profundo conteúdo universal e uma visão global dos processos sociais e políticos mundiais. Ao mesmo tempo, deixou de ser um movimento de resistência para desenvolver uma estratégia ofensiva de luta pelo governo e pelo poder, especialmente na região andina da América do Sul. A partir de uma profunda crítica e ruptura com a visão eurocêntrica, sua racionalidade, seu modelo de modernidade e desenvolvimento inserido na estrutura do poder colonial, o movimento indígena latino-americano se coloca como um movimento civilizatório, capaz de recuperar o legado histórico das civilizações originais para reelaborar, não uma, mas várias identidades latino-americanas; não uma forma de produzir conhecimento, mas todas as formas de conhecimento e produto com que têm convivido e resistido à dominação há mais de quinhentos anos. O elemento indígena vai se convertendo no centro do discurso e da construção de uma visão de mundo, de um sujeito político e de um projeto coletivo e emancipador. Nas linhas que seguem, analisaremos este processo.

O movimento indígena como unidade geográfica e histórica

O movimento indígena latino-americano deixou de ser um conjunto de movimentos locais para se converter em um movimento articulado e articulador que se constrói nos espaços geográficos de onde se desenvolveram as civilizações originais. No caso da América do Sul, o movimento indígena se constrói no espaço geográfico onde se desenvolveu a civilização inca e as várias civilizações que a precederam, ocupando os territórios do Equador, Peru, Bolívia, o norte do Chile e da Argentina. Quinhentos anos de colonização não foram suficientes para desarticular uma unidade histórica e civilizatória, como foi o “Tawantinsuyo” dos incas, e seu profundo enraizamento em um espaço geográfico específico: os Andes. Os Estados nacionais formados a partir do século XIX, com as guerras independentistas não

substituíram as profundas raízes históricas dos povos indígenas, que se reconhecem quechuas, aymaras ou mapuches, antes de bolivianos, peruanos ou equatorianos.

A reconstrução dos Andes, como unidade geográfica e as civilizações pré-incaicas e incaicas, como unidade histórica, aprofunda o processo de integração do movimento indígena sul-americano, que em julho de 2006, na cidade de Cuzco, funda a Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas – CAOI – com a participação dos povos Quechuas, ichwas, Aymars, Mapuches, Cymbis, Saraguros, Gumbinos, Koris, Lafquenches, Urus, entre outros tantos povos indígenas originários da região Andina. Na ata de fundação, assinada por mais de onze organizações representativas, se estabelece uma ampla plataforma de luta para o movimento indígena de todo o continente que inclui, entre suas principais bandeiras, a construção dos Estados Pluri-nacionais; a defesa dos recursos naturais e energéticos, a água e a terra, os direitos coletivos das comunidades indígenas e a autodeterminação dos povos como princípio fundamental. É um plano de ação que inclui os princípios fundamentais de convivência humana e também, um profundo respeito às diferentes culturas, diferentes povos e diferentes nacionalidades.

Cria-se, nos últimos anos, múltiplos e diversos espaços de coordenação e articulação do movimento indígena na região, diversos foros de intercâmbio e mobilização, ao mesmo tempo em que se diversificaram as organizações e redes indígenas e dos povos originais. Isto gerou uma intensa dinâmica e uma crescente capacidade de mobilização nos níveis locais, regionais e continental com uma clara vocação de articulação planetária. Durante o último Fórum Social Mundial de Belém, em janeiro de 2009, as organizações e redes indígenas ali reunidas emitiram uma declaração conclamando para uma mais ampla união para articular alternativas à “crise da civilização ocidental capitalista”. Entre as principais bandeiras podemos assinalar:

- A terra como fonte de vida e a água como direito humano fundamental;
- Descolonização do poder e autogoverno comunitário;
- Os Estados Pluri-nacionais;
- A autodeterminação dos povos;
- A unidade, equidade e complementaridade de gênero;
- O respeito às diversas espiritualidades, do cotidiano e do diverso;
- Liberação de toda dominação ou discriminação de raça, etnia ou gênero;

- As decisões coletivas sobre a produção, mercados e economia;
- A descolonização das ciências e tecnologias;
- Por uma nova ética social alternativa à do mercado.

A Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas, cujo texto de fundação nós anexamos ao presente capítulo, se converteu em um espaço dinâmico de articulação política e social, que se projeta até as organizações indígenas da Cumeeira Amazônica e das Américas Central e do Norte, ampliando o espectro de unificação do movimento indígena em todo o continente.

O Estado pluri-nacional como projeto político

A pluri-nacionalidade, que se colocava como bandeira política para o movimento indígena dos anos 90, foi assumida pelas forças progressistas de países como a Bolívia e o Equador, o que permitiu um amplo movimento político e social capaz de aprovar em plebiscitos nacionais, ou através de assembléias constituintes, esta nova forma política e institucional de Estado. O Estado Pluri-nacional se coloca como projeto político que questiona profundamente a visão homogenizadora do Estado-nação e com ele, a tradição política ocidental na América Latina. Este novo modelo de Estado é profundamente inclusivo. Baseado no princípio de “unidade na diversidade”, o Estado Pluri-nacional reconhece a existência de múltiplas nacionalidades, culturas, línguas, religiões, e formas de espiritualidade; incorpora as formas comunais de organização e autoridade na própria instituição do Estado, constituindo uma experiência política absolutamente nova na região.

A constituição boliviana, recentemente aprovada por plebiscito nacional, estabelece em seu primeiro artigo:

“A Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito Pluri-nacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias. A Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país.”

Trata-se de um projeto que deve construir ainda sua própria institucionalidade, mas que representa um modelo político qualitativamente superior ao Estado-nação que sustenta a unidade nacional na homogeneização superficial, e na discriminação e exclusão cultural.

A terra que nos acolhe

A histórica luta dos indígenas latino-americanos pela terra, não se relaciona somente com a recuperação de um meio de produção fundamental que lhes foi violentamente expropriado desde os primeiros momentos da colonização europeia há mais de quinhentos anos. A terra tem um sentido muito profundo na cosmovisão e na forma mesma de existência dos povos indígenas: ela é a mãe que nos acolhe ou “Pachamama”²³³, o espaço onde a vida se cria e se recria. Na visão indígena, o homem deve “criar a mãe terra e deixar se criar por ela”. Esta relação profunda entre o homem e a terra, como fonte de vida, se contrapõe radicalmente à visão do colonizador que via a terra como objeto de posse e espaço de saque e extração de metais e pedras preciosas e objeto de depredação. Estas visões contrapostas produziram enormes tensões e sofrimentos nos povos indígenas de nosso continente, pois foi justamente a mão de obra indígena a que sustentou a mineração nas colônias, que permitiu a acumulação de capital que sustentou a hegemonia portuguesa e espanhola no sistema mundial. O trabalho escravo nas minas foi um dos principais mecanismos de extermínio das populações indígenas na região.

Depois de vários séculos de resistência, o movimento indígena contemporâneo recupera o sentido fecundo de sua relação com a terra, exigindo o respeito a esta como fonte de vida. Trata-se, então, de preservar a terra, o meio ambiente em que vivemos o espaço onde nossos filhos nascem e crescem, onde flora e fauna nativa devem ser aproveitadas pelo homem com um sentido de respeito e preservação. Esta postura ecológica, que corresponde a uma visão milenar do mundo, coloca o movimento indígena latino-americano em uma posição de vanguarda planetária, que levanta bandeiras universais para a sobrevivência da humanidade e do planeta, que exige que a extração de recursos naturais e energéticos se realize sem depredar a terra e favorecendo, principalmente, as populações que vivem nos territórios onde estes recursos se encontram.

Desta maneira, a vida e o ser humano se elevam à condição de valores fundamentais para a organização da sociedade e de um novo modelo de desenvolvimento e projeto coletivo de futuro, sintetizado no princípio indígena do “bem viver”.

²³³ Em quechua significa “mãe terra”.

Descolonização do poder: “mandar obedecendo”

A organização comunitária, o princípio da reciprocidade e solidariedade social, são características de algumas sociedades indígenas pré-coloniais, que foram retomadas pelo movimento indígena latino-americano, como práticas cotidianas que afirmam um legado civilizatório e uma forma própria de ver o mundo. Ao mesmo tempo criam-se novas formas de autoridade coletiva e de autogoverno comunitário que resgata a comunidade como fonte de todo e qualquer poder e do poder do indivíduo submetido à comunidade. Um exemplo destas novas formas de autoridade e exercício do poder foi dado pelo Movimento Zapatista no México, com o princípio de “mandar obedecendo”, que reflete claramente estas duas dimensões da autoridade.

Estamos, pois, frente a enormes desafios. Talvez uma das principais tarefas de emancipação consista em libertar-nos do eurocentrismo como visão do mundo e como estrutura de produção. Precisamos reelaborar nossa história e recuperar nossa memória coletiva e legado civilizatório para construir nossos próprios modelos de desenvolvimento e projetos de futuro. O movimento indígena nos oferece enormes potencialidades e, pela profundidade de sua proposta e de sua práxis, abre um novo horizonte histórico na América Latina e no mundo.

8.7 Do altermundialismo ao pós-altermundialismo

Desde 2001, o Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, se converteu em um espaço crescente de mobilização de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, intelectuais, ativistas sociais e políticos a nível planetário. Sob o lema de “outro mundo é possível”, o FSM se colocou como um novo espaço de reflexão, debate e planejamento estratégico dos movimentos sociais contra as políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington.

O quadro seguinte mostra a capacidade de mobilização do FSM através da participação estimada em cada versão anual desde 2001. Sem dúvida, este se converteu no espaço mais dinâmico do movimento altermundialista, que permitiu uma acumulação de forças nos níveis mundial e local, constituindo uma rede de redes bastante dinâmica a partir do uso da internet, que permitiu desenvolver uma capacidade de organização de manifestações globais, regionais e locais com um alto grau de simultaneidade.

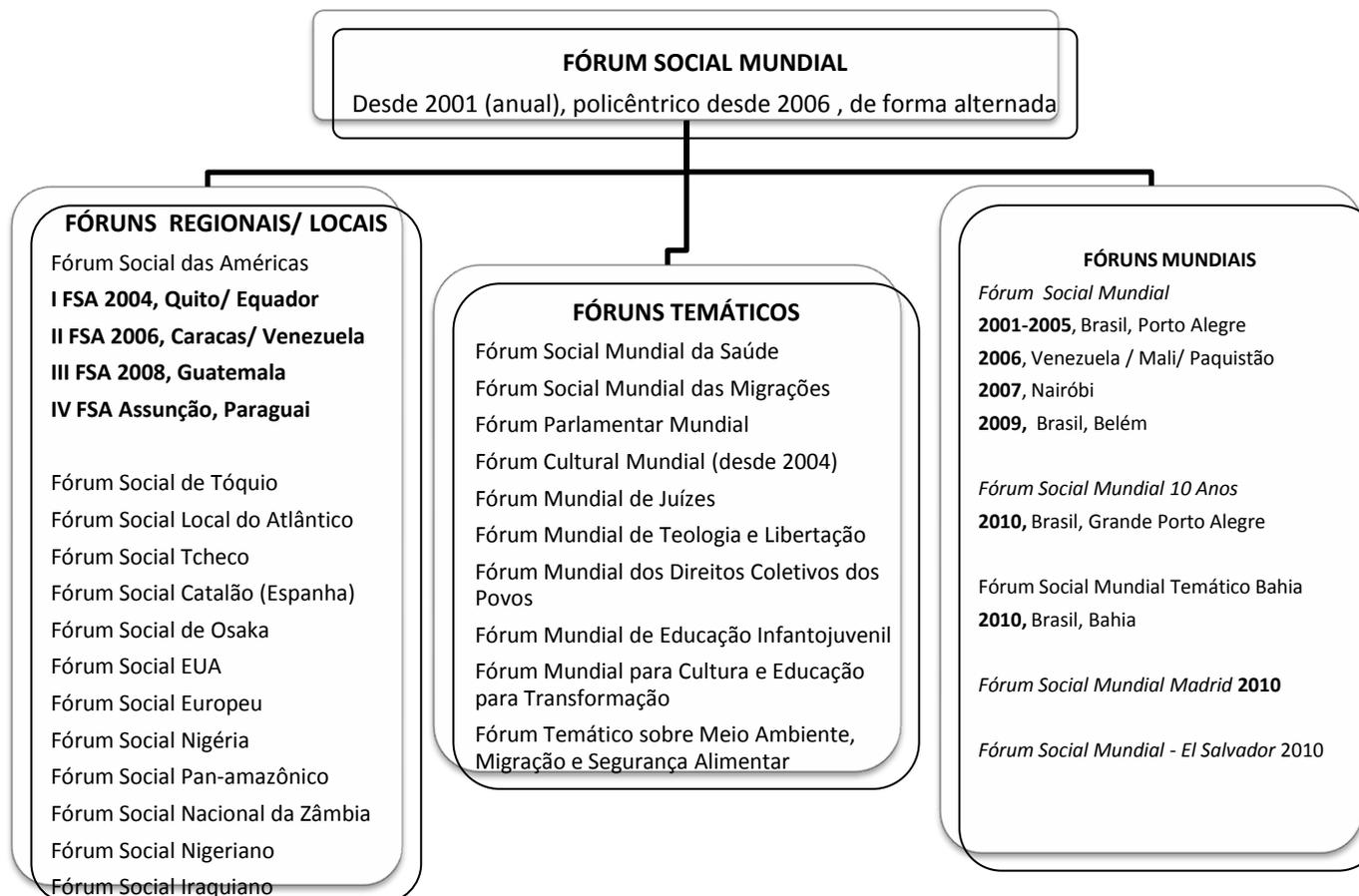
Cuadro 9

Participantes do Fórum Social Mundial - 2001 a 2010		
Ano	Cidade/ País	Número de pessoas
2001	Porto Alegre	20 mil
2002	Porto Alegre	50 mil
2003	Porto Alegre	100 mil
2004	Mumbai - Índia	115 mil
2005	Porto Alegre	155 mil
2006	Venezuela	72 mil
	Bamaco - Mali	25 mil
	Karachi - Paquistão	30 mil
	Total	127 mil
2007	Nairóbi	80 mil
2008		
2009	Belém - Brasil	150 mil
2010 Fórum Social Mundial 10 Anos	Grande Porto Alegre	35 mil
2010 Fórum Social Mundial Temático Bahia	Bahia - Brasil	30 mil
2010	Total	65 mil

Fontes: Ibase – Pesquisa FSM 2006; site do *Fórum Social Mundial 10*
<http://www.fsm10.org/>

Talvez o efeito mobilizador do FSM não se enraíze unicamente na convocatória e participação nas reuniões anuais, locais, regionais e temáticas, mas principalmente no fortalecimento de espaços mobilizadores locais, como parte de um movimento de dinâmica mais ampla. Creio ser isto um efeito crescente de autoconfiança dos movimentos sociais que desenvolveram assim, novos instrumentos de organização.

Gráfico 26: organograma do Fórum Social Mundial



Fonte: Elaboração própria a partir da informação do *Fórum Social Mundial*, http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=12_1&cd_language=1

Segundo Eric Toussaint, o FSM teve um papel importante em dois níveis: a não legitimação do neoliberalismo como único modelo possível para a humanidade e ter demonstrado a necessidade e possibilidade de uma alternativa global.²³⁴ Entretanto, a partir de 2007, o FSM perdeu vitalidade e iniciou um processo de desgaste que pode ser explicado pela incapacidade de construir um programa comum que articule uma ação política mais concreta.

Enquanto o altermundialismo se afirmava na oposição ao modelo neoliberal como principal bandeira programática, na América Latina estavam se desenvolvendo processos de transformação social com conteúdos muito mais definidos. Assim, se criou uma contradição crescente entre uma tendência regional dos movimentos sociais latino-americanos de deixar uma postura de resistência, anti-neoliberal ou anti-capitalista, para colocar-se em uma postura ofensiva de luta pelo governo e pelo poder. Em nossa opinião, esta contradição entre ambas as dinâmicas explica o desgaste do FSM.

Neste contexto surge, a partir de 2007, uma reorientação da estratégia altermundialista, que partia da avaliação de que não era suficiente ser alternativa, mas que havia que se dar conteúdo a esta alternativa. Assim, o movimento pós-altermundialista, que surge no centro de altermundialismo, reconhece que:

Os limites do movimento altermundialista e dos Fóruns Sociais referem-se à sua própria natureza: eles são espaços e processos onde se encontram organizações e redes que têm objetivos muito variados. Tal diversidade é fonte de riqueza, mas também um fator de diferenciação quanto às estratégias.²³⁵

Desta forma se propôs criar um movimento, no interior do altermundialismo, que se denominou “convergências socialistas e internacionalistas”, mais comprometidas com uma luta política e programática em direção ao socialismo.

Atualmente, tanto o FSM como o movimento pós-altermundialista devem enfrentar redefinições internas em relação a seus programas e plataformas de luta e mobilização. Finalmente, o momento no qual surge o FSM, quando somente o neoliberalismo se colocava como modelo viável, é muito diferente do momento atual, no qual as forças de esquerda da região acumularam importantes vitórias e o neoliberalismo está totalmente deslegitimado. Salvo algumas exceções, como o

²³⁴ O capitalismo absorverá o Fórum Social Mundial?, Entrevista a Olivier Bonfond, Éric Toussaint. Disponível em: <http://alainet.org/active/37192>

²³⁵ Altermundialismo y post-altermundialismo: Llamado final. Paris, 26 de enero de 2008.

presidente Alan García que insiste em abraçar a doutrina neoliberal mais ortodoxa, pelo que está pagando um preço muito alto: a desarticulação em nível nacional de seu partido, o APRA, e a flagrante derrota política que se aproxima nas eleições de abril de 2011.

CONCLUSÕES

Percorremos um longo caminho. Acreditamos ter demonstrado as hipóteses principais que resumimos na introdução. Apesar de que sempre há uma sensação de insuficiência, mas no fundamental cremos haver cumprido o propósito desta tese.

A primeira parte, intitulada “Para um novo quadro teórico metodológico para compreender o mundo contemporâneo e a conjuntura latino-americana”, busca integrar vários esforços teóricos e analíticos que vêm impactando profundamente a evolução das ciências sociais. O fato de que uma grande parte dos avanços está, entretanto, em um plano propositivo, tem a ver com a profundidade do desafio que se enfrenta. Está em jogo todo um campo teórico que alcançou importantes resultados empíricos e práticos, em um momento em que a ciência se constitui como um campo independente do conhecimento e de saber em relação ao pensamento teológico. Entretanto, estes grandes avanços se converteram em fortes limitações para seu próprio desenvolvimento quando a revolução científica tecnológica transformou este quadro. A RCT colocou a ciência no centro da gestão de todo um processo produtivo, abriu novos campos de aplicação e de inovação. O esforço intelectual que está em desenvolvimento busca adequar, inventar e criar um novo paradigma para as ciências sociais que emerge desta nova situação histórica.

Cremos também haver dado uma contribuição na colocação de alguns elementos importantes para a construção do que pode vir a ser um modelo de análise da conjuntura, que amplie a capacidade e velocidade dos esforços prospectivos. A dinâmica e a complexidade do mundo contemporâneo obrigam a desenvolver uma análise prospectiva com uma capacidade de resposta cada vez mais rápida aos fenômenos do presente. Ao contrário do que poderia parecer, este reforça o papel da análise histórica de longa duração na medida em que permite identificar a essência dos processos e das tendências, seus limites e possibilidades. Esta tese representa o início de um esforço teórico nesta direção.

A segunda parte mostrou o papel do pensamento crítico latino-americano nesta nova conjuntura histórica. O pensamento latino-americano se volta cada vez mais para o esforço de resgatar a especificidade do processo histórico regional e os

desafios que isso implica para a produção de conhecimento local e para a contribuição para a própria matriz teórica geral. Os processos atuais revelam um desenvolvimento da consciência social latino-americana que se converte nas mudanças, na re-fundação dos Estados, em novos processos constitucionais e na emergência de novas forças sociais e novas subjetividades que se apoiam, principalmente, em um amplo desenvolvimento democrático que resultou das lutas anti-ditatoriais. Ao contrário do que toda uma tradição de pensamento, profundamente marcada por uma visão eurocêntrica, pudera reclamar neste contexto emergem povos que se afirmam em processos civilizatórios de longuíssima duração. É o caso do movimento indígena latino-americano que se re-articula a partir da reconstituição de uma unidade histórica e civilizatória. A extensão da permanência desta estrutura de longa duração se manifesta com o descobrimento da civilização Caral, de 5 mil anos de antiguidade, que obriga a uma reinterpretação da teoria sobre a origem das civilizações.

Todo o debate atual tem fortes antecedentes que mostram a profundidade da unidade latino-americana como projeto histórico. Sem havermos podido nos deter em um desenvolvimento mais extenso destes antecedentes, buscamos apresentar alguns exemplos dos que constituem as bases doutrinárias do atual processo de integração regional. Este enfoque mostra, sobretudo, os limites de uma tentativa de converter este processo de integração em um simples intercâmbio comercial. Ao mesmo tempo, a geopolítica da integração regional latino-americana mostra uma disputa de interesses entre o projeto hegemônico dos Estados Unidos, expresso em uma estratégia complexa de dominação e apropriação dos recursos naturais considerados vitais para o desenvolvimento de sua economia, o que os converte em um assunto de “segurança nacional”. Por outro lado, a tradição regional expressa nas lutas continentais por independência durante o século XIX, que encontram na renovação do bolivarianismo um projeto de afirmação soberana que avançou e se aprofundou ao longo dos últimos anos.

A terceira parte da tese mostra que o fortalecimento da integração regional exige uma nova visão estratégica que se insira em uma ampla discussão sobre o sistema mundial, a emergência de novas potências, o desenvolvimento de uma visão geopolítica que articule suas matérias de interesse que estejam em jogo, e a conformação de novas territorialidades a partir de um amplo movimento social de

“baixo a cima”. Esta nova fase do pensamento regional tem como desafios a construção de uma estratégia de reapropriação dos recursos naturais, de sua gestão econômica e científica, o que exige uma nova discussão profunda da própria noção de desenvolvimento, de soberania, e da posição da América Latina na geopolítica mundial.

Demonstramos que a disputa pelos recursos naturais envolve um balanço da história recente mundial, no qual a emergência da China representa um aspecto fundamental. A nova centralidade da China na economia e na política mundial nos conduziu a situar a importância da longa duração e dos processos civilizatórios na construção das ciências sociais contemporâneas. Assim, fica claro que a questão estratégica transcende o quadro da política de segurança e defesa nacional, para se inserir na análise dos processos históricos de longa duração e sua implicação na análise de conjuntura.

A América Latina tem, em relação à China, uma oportunidade histórica de desenvolver uma cooperação estratégica de longo prazo, orientada para romper a relação de dependência que marcou sua inserção no sistema mundial. Cabe a ela aproveitar esta oportunidade ou reproduzir a lógica da dependência e da dinâmica de exportação de matérias primas de baixo valor agregado. O estudo de caso, realizado sobre o Peru, mostra esta multiplicidade de interesses na disputa articulados em um processo concreto.

A análise dos movimentos sociais, a partir de um balanço histórico regional, mostra os novos elementos que emergem nesta nova conjuntura mundial, regional e local. Ao mesmo tempo, mostra a outra face do processo de dominação, que se expressa em uma resposta crescente dos movimentos sociais e das organizações populares ao desejaram desempenhar um papel de resistência para desenvolver uma estratégia ofensiva de luta pelo governo, pelo poder e pela construção de novos paradigmas de pensamento e ação. Ou inventamos ou erramos, como disse Simón Rodríguez, o mestre de Bolívar.

BIBLIOGRAFIA GERAL DA TESE

FONTES

A. ANUÁRIOS, INFORMES E ESTATÍSTICAS:

- CONGRESO DO PERU. Decretos Legislativos de Autorización de Ingreso de Personal Militar Extranjero AL território peruano (Base de dados do Congresso do Peru). Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/default.asp>
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Reporte “América Latina mira al mundo: La economía y la política de las Relaciones Internacionales”. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp> . Santiago do Chile, junho de 2009, 49p.
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Informe Latinobarómetro 2009. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>. Santiago do Chile: Novembro de 2009. 113p.
- INTERNATIONAL HYDROLOGICAL PROGRAMME (ISARM PROGRAMME)
UNESCO. Atlas of Transboundary Aquifers: Global maps, regional cooperation and local inventories, Paris, 326p.
- MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2006, 329 p.
- MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2006, 329 p.
- MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2005. Versión digital
- MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2004. Versión digital.
- MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2003. Versión digital.
- MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2002. versión digital.

MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2001. Versión digital

MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Anuario estadístico 2006. Lima: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2000. Versión digital.

MINISTERIO DE TRABAJO Y PROMOCION DE EMPLEO (PERU). Las huelgas en el Perú 2007: Oficina de Estadística e Informática del Ministerio de Trabajo y de Promoción de Empleo. 2008. 39p.

OEA, Organización de Estados Americanos. Nuestra Historia. En: http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp, accesado en noviembre de 2010.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES –OPEC. World Oil Outlook 2009. Viena, Austria: 2009. 278p.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. OECD Annual Report 2009. Paris, France:128p.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. World Economic National Social Survey, OECD.

OXFORD UNIVERSITY PRESS/ STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI. Yearbook 2010. Suíça, 2010, 608 p.

OFFICE OF NATIONAL DRUG CONTROL POLICY. National Drug Control Strategy 2009. Annual Report of the president of the United States. 38p.

SEAL OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. NATIONAL SECURITY STRATEGY. EUA: Maio, 2010. 60p.

SEAL OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. NATIONAL SECURITY STRATEGY. EUA, 2006, 35p.

- SEAL OF THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. NATIONAL SECURITY STRATEGY. EUA, 2002, 35p.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). SIPRI Yearbook 2010: Armaments, disarmament and International Security. Oxford University Press: Wiltshire, 2010, 580 p.

U.S. DEPARTMENT OF INTERIOR. 2009 Mineral Yearbook, Geological Survey. Disponível em: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/myb.html>

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Base Structural Report Fiscal Year 2009 (Summary of DoD's Real property Inventory).

U.S. Geological Survey, 2010, Mineral commodity summaries 2010: U.S. Geological Survey, 193 p.

U.S. Geological Survey, 2010, U.S. Geological Survey Minerals Yearbook-2008 (Peru advance release): U.S. Geological Survey, 14 p.

U.S. Geological Survey, 2010, U.S. Geological Survey Minerals Yearbook-2008 (China advance release): U.S. Geological Survey, 16 p.

U.S. Geological Survey, 2010, U.S. Geological Survey Minerals Yearbook-2008 (Chile advance release): U.S. Geological Survey, 17 p.

U.S. Geological Survey, 2010, U.S. Geological Survey Minerals Yearbook-2008 (Brasil advance release): U.S. Geological Survey, 16 p.

U.S. Geological Survey, 2010, U.S. Geological Survey Minerals Yearbook-2008 (Bolivia advance release): U.S. Geological Survey, 9 p.

U.S. Geological Survey, 2010, U.S. Geological Survey Minerals Yearbook-2008 (Mexico advance release): U.S. Geological Survey, 13 p.

U.S. Geological Survey, 2007, Facing tomorrow's challenges—U.S. Geological Survey science in the decade 2007–2017: U.S. Geological Survey Circular 1309, 70p.

WEBB DUARTE, Richard. Perú en números 2007: Anuario estadístico. Lima: Instituto CUANTO. 2008, 1297p. (versión digital).

WEBB DUARTE, Richard. Perú en números 2006: Anuario estadístico. Lima: Instituto CUANTO. 2007. (versión digital).

WILBURN, D.R., 2008, Material use in the United States—Selected case studies for cadmium, cobalt, lithium, and nickel in rechargeable batteries: U.S. Geological Survey Scientific Investigations Report 2008–5141, 19 p.

B. DOCUMENTOS POLÍTICOS

ABUGATTAS, Juan. “Los usos de la contrinsurgencia”. Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 40-43.

ADRIANZEN, Alberto. “Las dificultades de la paz”. Em: El Zorro de Abajo, No 4. Marzo 1986, p. 22-24.

ADRIANZEN, Alberto. “Paz o antisubversión”. Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p.44-45.

ALVARADO, Juan Velasco. Mensaje a la Nación con motivo de la promulgación de la Ley de la Reforma Agraria. Disponible em (último acceso 10 de janeiro de 2011): <http://www.marxists.org/espanol/tematica/agro/peru/velasco1969.htm>, Lima, 1969.

BALLÓN, Eduardo y JAIME, Joseph. Algo más que un buen deseo (regreso al movimiento social). Em: El zorro de abajo, No 7. Enero 1987, p.17-19.

Anuário de Integración Latinoamericana y Caribeña. Cuba: Red de Integración Regional (REDIR)/Asociación por la Unidad de Nuestra América (AUNA - coordenação), 2002.

Anuário de Integración Latinoamericana y Caribeña. Cuba: Red de Integración Regional (REDIR)/Asociación por la Unidad de Nuestra América (AUNA - coordenação), 2002.

BLANCO, Carlos (et. al.) Foros. Democracia: Nuevo Estado. Nueva Contraloría. Fondo Editorial 60 años. Caracas, Venezuela. 1999. 109p.

Conversación a puerta cerrada. Em: El zorro de abajo, No 7. Enero 1987, p. 11-16.

CACERES VALDIVIA, Eduardo. "La izquierda realmente necesaria". Em: El Zorro de Abajo, No 5. Julio 1986, p. 11-14.

CAOI (et al). Declaración de los hijos de la tierra. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas. Disponible em: <http://alainet.org/active/24124>, 13 de maio de 2008.

CASTILLO, Manuel. "El mensaje y el gesto". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 21.

CENTRO ARGENTINO DE ESTUDIOS INTERNACIONALES. PROGRAMA INTEGRACIÓN REGIONAL. América latina: vuelta a la izquierda como retorno al proscenio de la política mundial (Mesa redonda). Disponible em: <http://www.caei.com.ar/es/programas/integracion/33.pdf>

CHAVEZ FRIAS, HUGO. La democracia poderosa y el liderazgo. Palabras del presidente Hugo Chávez Frías. Caracas, Venezuela: Ministério del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Maio de 2008. 87p

CHAVEZ FRIAS, Hugo. El discurso de la unidad, 15 de diciembre de 2006, Complejo Teresa Carreño, Sala Ríos Reina. Caracas.

CHAVEZ FRIAS, Hugo. Nada detendrá la revolución socialista en Venezuela: Juramentación para la toma de mando período 2007-2013. Palacio Federal Legislativo, Caracas: 10 de janeiro de 2007.

CHAVEZ FRIAS, Hugo. 2008: año de la Revisión, Rectificación y Reimpulso de la Revolución Bolivariana. Mensaje Anual del Presidente Hugo Chávez Frías ante la Asamblea Nacional. Caracas, Venezuela: Ministério del Poder Ppular para Comunicación y la Información, 2008.

CHAVEZ FRIAS, Hugo Revolución Bolivariana - 9 años de logro. Caracas, Venezuela. Ministério del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Julho de 2008. 94p.

CHAVEZ FRIAS, Hugo El discurso del inicio de la Construcción del Partido Socialista Unido. Ediciones "Sociales del Siglo XXI". N°2.Março de 2007.

Constitución de la Republica del Ecuador. Guayaquil, Ecuador: Facultad de Economía de la Universidad de Guayaquil/ Jubileo 2000.

Constitución de la Republica del Ecuador. Guayaquil, Ecuador: Facultad de Economía de la Universidad de Guayaquil/ Jubileo 2000.

CORNEJO Guinassi, Pedro. "Mariátegui y la aventura de pensar". Em: El Zorro de Abajo, No 5. Julio 1986, p. 52-57.

DEGREGORI, Carlos Iván. "Violencia: nunca tan cerca arremetió lo lejos". Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 33-38.

DISCUSO DE FELIPE PEREZ ROQUE EN LA ONU. In: Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, Año XV, N° 32, outubro 2005 - março de 2006. pp. 96-104.

DISCUSO DE HUGO CHAVEZ EN LA ONU. In: Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, Año XV, N° 32, outubro de 2005 - março de 2006. pp. 89-95.

Declaración de los pueblos indígenas. Llamamiento desde los Pueblos Indígenas frente a la Crisis de Civilización Occidental Capitalista. Belém: Fórum Social Mundial. Em (último acceso 10 de janeiro de 2011)
<http://www.cadtm.org/Declaracion-de-los-pueblos>, 2009

EL ZORRO DE ABAJO. "En un país devastado...". En: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 8-11.

EL ZORRO DE ABAJO. "APRA: Pasado ambiguo, ¿futuro diferente?". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 3-7.

EL ZORRO DE ABAJO. "Alva Castro: Un modelo dislocado". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 20-26.

EL ZORRO DE ABAJO. "Izquierda, un reto decisivo". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 12-14.

EL ZORRO DE ABAJO. "Elecciones: Triunfo y soledad del APRA". Em: El zorro de abajo, No 6. Enero 1987, p. 2-3 y 78.

EL ZORRO DE ABAJO. "El APRA y la izquierda después de la masacre". Em: El Zorro de Abajo, No 4. Marzo 1986, p. 1-7.

EL ZORRO DE ABAJO. "La pareja en el partido". Em: El zorro de abajo, No 4. Marzo 1986, p. 15-18.

- EL ZORRO DE ABAJO. "Análisis: Masas y caudillos en la historia del Perú". Em: El zorro de abajo, No 4. Marzo 1986, p. 3-8.
- EL ZORRO DE ABAJO. Lumberas: de señores, indios y subversivos (entrevista). Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p.54-56.
- EL ZORRO DE ABAJO. "Pasiones y desventuras del militante". Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 18-22.
- EL ZORRO DE ABAJO. "IU: ¿Frente electoral o frente de masas?". Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 10-15.
- EL ZORRO DE ABAJO. "Izquierda Unida: Una revolución copernicana". Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 3-9.
- EL ZORRO DE ABAJO. "Conversatorio América Latina". LOPEZ, Sinesio. "Perú 1985: entre la moderación y la radicalidad". Em: El Zorro de Abajo, No 7, junho 1987, p. 27-33.
- EL ZORRO DE ABAJO. "La universidad no es una cosa de locos" (entrevista a Carlos Arrascue, Víctor Andrés Ponce y Aníbal Reyna). LOPEZ, Sinesio. . Em: El Zorro de Abajo, No 7, junho 1987, p. 20-25.
- EL ZORRO DE ABAJO. "Movimiento social: Regreso con gloria". . Em: El Zorro de Abajo, No 7, junho 1987, p. 3-5 y 33.
- EZLN. "Mexico: A 15 Años del levantamiento zapatista". ALAI, América Latina en Movimiento. Disponible em: <http://alainet.org/active/28340>, 5 de janeiro de 2009.
- FLORES GALINDO, Alberto. "Pensando el horror". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 36-38.
- FRANCO, Carlos. "APRA-IU: Límites y posibilidades". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 15-16.
- GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA. No es poca cosa. 10 años de logros del Gobierno Bolivariano. 2008.
- GERMANA, César. "¿Cuál reformismo aprista?". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 17-19.
- GROMPONE Romeo. "Las emboscadas del otro sendero: la propuesta neoliberal de Hernando de Soto". Em: El zorro de abajo, No 7. Enero 1987, p. 27-31.
- HUMALA TASSO, Antauro. Ejército peruano: Milenarismo, nacionalismo y etnocacerismo. Lima: Instituto de Estudios Etnopolíticos, 2001. 399 p.
- IZQUIERDA UNIDA (Sub Comisión Nacional de Plan de Gobierno). Plan de salud de izquierda unida. Primeira Edição. Lima: Janeiro 1986. 133 p.

- IZQUIERDA UNIDA (Comisión Central del Plan de Gobierno). Directivas para la formulación del plan de gobierno de Izquierda Unida - Documento No 14. Lima: 1984.
- IZQUIERDA UNIDA. I Congreso Nacional de Izquierda Unidad: Programa. Lima: s/e. 1988, 60 p.
- IZQUIERDA UNIDA. Programa, plataforma de gobierno, normas orgánicas, táctica municipal. Lima: s/e. 1983.
- IZQUIERDA UNIDA. Programa de gobierno municipal. Comisión de Plan de Gobierno. Lima, setembro de 1983. 65 p.
- IZQUIERDA UNIDA (Comisión Nacional de Plan de Gobierno). Plan de gobierno de Izquierda Unida 1990-1995 (plan de acción inmediata). Lima, 1990, 163p.
- IZQUIERDA UNIDA (Comisión Nacional de Plan de Gobierno). Plan de gobierno de Izquierda Unida 1985-1990 (síntesis). Lima, 1985, 168p.
- IZQUIERDA UNIDA (Comisión de Plan de Gobierno de Izquierda Unida). Algunas implicaciones programáticas del periodo actual / Sobre el carácter organizativo-electoral del trabajo programático. Documentos n° 10 y 11. Lima, 1984.
- IZQUIERDA UNIDA (Comisión de Educación de la Comisión de Plan de Gobierno). Plan de educación de Izquierda Unida. Lima, 1987, 200p.
- IZQUIERDA UNIDA (Comisión Nacional de Prensa y Propaganda). I Congreso nacional de Izquierda Unida. Lima, janeiro de 1989, 206p.
- IZQUIERDA POPULAR. Frente revolucionario, campaña electoral, balance y tareas. 1978.
- JOBIM, Nelson. Perspectivas da Segurança para a América do Sul e a Europa. (Integra da Conferência do Ministro da Defesa do Brasil Dr Nelson A. Jobim, na Abertura da VII Conferência Forte de Copacabana, 03 novembro 2010, Rio de Janeiro). Fonte (acessado em 13 de janeiro de 2011): http://www.defesanet.com.br/forte/vii_jobim.htm.
- Las Misiones Bolivarianas. (Colección Temas de hoy). Caracas, Venezuela: Ministério de Comunicación e Información, agosto 2006.
- Las Misiones Bolivarianas. (Colección Temas de hoy). Caracas, Venezuela: Ministério de Comunicación e Información, agosto 2006.
- LOPEZ, Sinesio. "La revolución de los machetes". Em: El Zorro de Abajo, No 4. Março 1986, p. 19-21.
- LOPEZ, Sinesio. "Perú 1985: entre la moderación y la radicalidad". Em: El Zorro de Abajo, No 1, jun-jul 1985, p. 16-21.

- LOPEZ, Sinesio; DEGREGORI, Carlos Iván . “Elecciones: Pasado, presente... ¿y futuro?”. Em: El Zorro de Abajo, No 1, jun-jul 1985, p. 3-15.
- LOPEZ, Sinesio. “Política, violencia y revolución”. Em: El Zorro de Abajo, No 7, junho 1987, p. 7-18.
- LOS CUATRO PRIMEROS CONGRESOS DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. 2 volumes. Cuadernos de Pasado y Presente. Buenos Aires. 1973. 530 p.
- MENDONZA POTELLÁ, Carlos. Petróleo: El motivo del diablo. Caracas, Venezuela: Ministério del Poder Popular para La Comunidad y la Información. Maio de 2008, 45p.
- MIR-MRTA. Análisis der la situación política y las tareas. Ediciones Voz Rebelde. 1986 (?), 9p.
- MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. Tesis políticas para la unidad mariateguista: Por un socialismo en el camino de Mariátegui. 198?, 19p.
- SINAMOS (Peru). Grupos maoístas: Patria Roja (segunda parte). Lima, s/f. 30 p.
- MINISTÉRIO PARA EL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. Decálogo de las leyes habilitantes. Caracas, Venezuela. Imprenta Nacional de La República Bolivariana de Venezuela. Setembro de 2008.
- MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO. Contenido del Plan Nacional del Desarrollo. Junho de 2006, 237p.
- MONTESINOS NIETO, Jorge. “El remezón de sétimo año”. Em: El zorro de abajo, No 6. Enero 1987, p. 4-9.
- MORENO, Alberto. “IU: Reforma o revolución?”. Em: El Zorro de Abajo, No 4. Marzo 1986, p. 12-14.
- MOVIMIENTO NUEVA IZQUIERDA. Seamos capaces de abrir un nuevo curso para el país y el pueblo peruano. Informe político del Comité Ejecutivo Nacional al III Congreso del MNI. Ediciones Nuevo Curso: Maio de 2008. 55p.
- PALOMINO, Rocío. “El discreto desencanto (Una mirada al feminismo: realmente existe)”. Em: El zorro de abajo, No 7. Enero 1987, p. 21-26.
- PARTIDO NACIONALISTA PERUANO. El proyecto nacionalista. Peru: Todo Graph S.A.. Dezembro de 2006. 59p.
- PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO. Democracia, frente único y violencia en el marxismo y en el Perú Actual (materiales sobre periodo, táctica y estrategia). Lima, 1981 (?), 115p.
- PATRIA ROJA (Perú). II Conferencia Nacional de Trabajo Educativo (Documentos de discusión). 2007, 48p.

PATRIA PARA TODOS (Venezuela). Ahora más que nunca con la revolución y el socialismo. Caracas: Talleres gráficos de PPT. 2007, 115p.

PARTIDO NACIONALISTA PERUANO (Peru). El proyecto nacionalista. Lima: Partido Nacionalista. 2006, 59 p.

PODER OBRERO (Peru). “De la fuji-manía a la fuji-fobia del reformismo ‘radical’ del PUM”. Em: Poder Obrero (suplemento especial), outubro-novembro de 1990.

PEASE, Henry. “El mito y la realidad”. Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 16-17.

PEDRAGLIO, Santiago. “Mucho Alan y pocas nueces”. Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 26-28.

PRIMERA CONFERENCIA COMUNISTA LATINOAMERICANA. El movimiento revolucionario latinoamericano (Editorial). Revista La Correspondencia Sudamericana. Buenos Aires, Junio de 1929.

Pátria para todos (PPT). El libro azul del PPT (1997-2007). 4ª Ed. Caracas, Venezuela: Talleres Graficos de Pátria, 2007.

ROCHA BRUN, Guillermo. “No una sino muchas crisis”. Em: El Zorro de Abajo. No 4. Marzo 1986, p. 9-11.

RONCAGLILO, Rafael. “El APRA, la generación del 68 y la agonía del lenguaje”. Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p. 23-25.

Tesis, manifiestos y resoluciones, Cuadernos de Pasado y Presente, Editorial Siglo XXI, México, 1978.

Tratado General de integración y cooperación económica y social para la conformación de un mercado común entre la República de Bolivia y la del Perú.

Tratado General de integración y cooperación económica y social para la conformación de un mercado común entre la República de Bolivia y la del Perú.

TRATADO GENERAL DE INTEGRACION Y COOPERACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL PARA LA CONFORMACIÓN DE UN MERCADO COMÚN ENTRE LA REPÚBLICA DE BOLIVIA Y LA REPÚBLICA DEL PERU. La Paz, 6 de outubro de 2006. 66p.

UDP (Peru). Acuerdos del Comité Directivo nacional de Izquierda Unida. Lima: UDP-IU, marzo de 1983, 13p.

UNIR-Unión de Izquierda Revolucionaria (Peru). II Congreso Nacional. Outubro-novembro de 1985. Lima: Mario Tejada, 1986, 80p.

UGARTECHE, Oscar. “Deuda externa: Nada que perder” (entrevista). Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 27-30.

URRUTIA, Jaime. "Ayacucho: los frutos de la guerra". Em: El Zorro de Abajo, No 3. Noviembre-Diciembre 1985, p.51-53.

VANGUARDIA REVOLUCIONARIA. V Pleno del comité central ampliado. Lima, novembro de 1982.

VEGA CENTENO, Imelda. "Aprismo popular y utopía andina". Em: El Zorro de Abajo, No 2, set-oct 1985, p. 32-35.

V CONGRESO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. 2 volúmenes. Cuadernos de Pasado y Presente. México. 1975. 632 p.

VI CONGRESO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA - Informes y discusiones. 2 volúmenes. Cuadernos de Pasado y Presente. México. 1977, 1978. 713 p.
D.Outras Fontes

MORENO ROJAS, Alberto. Mariátegui y el socialismo: propuesta sobre la educación peruana. Lima: Ediciones Patria Roja, 2000. 19p.

Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru e Ministério do Comércio da China. *China Free Trade Agreement - Joint Feasibility Study*. Último acesso em 10 de janeiro de 2011: <http://www.mincetur.gob.pe/newweb/portals/0/Peru-China%20JFS%20Final.pdf>

Página eletrônica oficial da Embaixada Brasileira na China, http://www.brazil.org.cn/secom/comercio_pt.htm/

Página eletrônica *China Free Trade Agreements*. Último acesso em 10 de janeiro de 2011: <http://fta.mofcom.gov.cn/english/index.shtml>

VILLARREAL, M.A. *Mexico's Free Trade Agreements* (Congressional Research Service, novembro de 2010). Último acesso 23 de dezembro de 2010 <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL32934.pdf>

ZUÑIGA, Augusto; AMES, Rolando; MURRUGARRA, Edmundo. Los poderes del Estado/ Coyuntura y proceso político/Parlamento e izquierda. Primer reunión de coyuntura política organizada por Servicios Populares. Lima, janeiro de 1982, 25p.

VARIOS AUTORES. El debate sobre la izquierda nacional. Lima: Ediciones Guillermo Lobatón. 1980, 38p.

ACTA HEREDIANA. El indigenismo en el Perú. Acta Herediana: revista de la Universidad Cayetano Heredia (segunda época), Vol. 40, outubro 2006-março 2007, 96p.

C. OUTRAS FONTES

ALAI. Pueblos Indígenas-Derechos. Revista América Latina en movimiento. N° 428, janeiro, 2008, 32p.

ALAI. Contrastes. Revista América Latina en movimiento. N° 427, dezembro 2007, 36p.

ALAI. Comunicación en debate. Revista América Latina en movimiento. N° 426, novembro 2007, 32p.

ALAI. Suramérica: Movimientos sociales ante nuevos desafíos. Revista América Latina en movimiento. N° 424-425, outubro 2007, 64p.

ALAI. Ecuador en tiempos de cambio. Revista América Latina en movimiento. N° 423, agosto 2007, 32p.

ALAI. Deuda: cambios en la arquitectura financiera. Revista América Latina en movimiento. N° 422, julho 2007, 32p.

ALAI. Comunicación: democratización-cidadanía-medios comunitarios. Revista América Latina en movimiento. N° 421, junho 2007, 42p.

ALAI. Sexualidades disidentes. Revista América Latina en movimiento. N° 420, maio 2007, 36p.

ALAI. Soberanía alimentaria vs agronegocio-biocombustibles-transgénicos. Revista América Latina en movimiento. N° 419, abril 2007, 32p.

ALAI. Pueblos indígenas: hacia una agenda común. Revista América Latina en movimiento. N° 418, março 2007, 36p.

ALAI. Militarización-Bases-Guerra: Propuestas sociales. Revista América Latina en movimiento. N° 416-417, janeiro de 2007, 50p.

ALAI. Altermundialismo: Nuevos tiempos. Revista América Latina en movimiento. N° 426, fevereiro de 2008, 32p.

Aquífero na Amazônia pode ser o maior do mundo, dizem geólogos. Disponível em (10 de janeiro de 2010): <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/aquifero-na-amazonia-pode-ser-o-maior-do-mundo-dizem-geologos.html>, publicado em 19 de abril de 2010.

Argentina, China sign 'historic' farm trade deals. Jornal online *Seed Daily*. Último acesso em 23 de dezembro de 2010, http://www.seeddaily.com/reports/Argentina_China_sign_historic_farm_trade_deals_999.html (Publicado em 30 de novembro de 2010)

Brazil/China economy: Deeper inroads - Latin America. Jornal online *The Economist*. Último acesso 10 de janeiro de 2011, <http://latinamerica.economist.com/news/brazilchina-economy-deepe>. Publicado em 16 de agosto de 2010).

Chinese investments in Latin America. Agencia de notícias *Reuters*, <http://in.reuters.com/article/idINLDE62E1QQ20100315>. Publicado em 15 de março de 2010.

China to loan Bolivia \$60 mln for energy investments. Agencia de notícias *Reuters*, <http://uk.reuters.com/article/idUKN1811752920091118>. (Publicado em novembro de 2009)

China Minmetals To Invest \$2.5 Billion In Peru – Govt. Em: *China Mining Association*. Último acesso em 10 de janeiro de 2011: <http://www.chinamining.org/Investment/2010-10-18/1287365868d39769.html> (Publicado em 18 de outubro de 2010)

China company buys into Venezuela gold Project. *China Mining Association*. Último acesso em 10 de janeiro de 2011: <http://www.chinamining.org/Investment/2010-06-08/1275959219d36832.html> (Publicado em 8 de junho de 2010).

China's \$20 Billion Bolsters Chávez. Jornal online *The Wall Street Journal*. Último acesso 10 de janeiro de 2011: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703594404575191671972897694.html> (Publicado em 18 de abril de 2010)

Oil consortium buys EnCana Ecuador assets. Jornal online *China Daily*, http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-09/16/content_478433.htm (Publicado em 16 de setembro de 2005).

Gaceta Oficial de Venezuela, Ley 39,511, publicada el 16 de setiembre de 2010.
JUNG-AH LEE: Samsung, LG gain approval for LCD plants in China. *Wall Street Journal*, 5 de noviembre de 2010.

MENZIE, David et ali. *China's Growing Appetite for Minerals: Open-File Report 2004-1374I*, U.S. Geological Survey.

Ministerio de Minería y Metalúrgica de Bolivia. Minería al día. Boletín Minero, n° 133, Año 4, 01 de abril de 2010.

Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru e Ministério do Comércio da China. *China Free Trade Agreement - Joint Feasibility Study*. Último acesso em 10 de janeiro de 2011: <http://www.mincetur.gob.pe/newweb/portals/0/Peru-China%20JFS%20Final.pdf>

Ministerio de Minería y Metalúrgica de Bolivia. Minería al día. Boletín Minero, n° 111, Año 3, miércoles 22 de abril de 2009.

Oil consortium buys ECana Ecuador assets. *Jornal online China Daily*,
http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-09/16/content_478433.htm
 (Publicado em 16 de setembro de 2005).

Policy paper on Latin America and the Caribbean, noviembre de 2008. Disponible en: <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t521025.htm>

SAGÁRNAGA, Rafael. ¿Se viene la — Guerra del litio?, en:
<http://www.eldeber.com.bo/extra/2007-10-28/nota.php?id=071024185421>
 The Economist In zone: An electric car really works, 7 de setembro de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOSCH, Heinz. Crónicas de Trotski, datos sobre su vida y su obra. Barcelona: Anagrama, 1974. 197p.

ABELARDO RAMOS, Jorge. Trotsky en América Latina. Ediciones del Socialismo Latinoamericano. Disponível em:
<http://www.izquierdanacional.org/publicaciones/libros/pdf/SL0018.pdf>

ACOSTA, Alberto. Breve historia económica del Ecuador. Quito, Ecuador: Corporación Editora Nacional, 2006. 406 p.

ACOSTA, Alberto. El Buen (con) Vivir, una utopía por (re)construir: Alcances de la Constitución de Montecristi. In: Revista *Otra Economía*, Volume IV, Nº 6, 1º Semestre de 2010, pp. 8-31 (ISSN 1851-4715, www.riless.org/otraeconomia)

ADAMOVSKY, Ezequiel. Más allá de la vieja izquierda. Seis ensayos para un nuevo anticapitalismo. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros, 2007, 156p.

ADLER, Max. La concepción del Estado en el marxismo. México: Siglo XXI, 1982. 371 p.

ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990, 410 p.

Adrianzén, Alberto. "Continuidades y rupturas en el pensamiento político". In: Adrianzén, Alberto (ed.). Pensamiento político peruano 1930-1960. Lima: DESCO, 1990, pp.5-25.

ADRIANZEN, Alberto. Democracia en América Latina: Experiencias y reflexiones. In: ALAYZA, Rosa, A. ADRIANZÉN, R. & AMES, R. Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p. 29-48.

AGUILAR, José Antonio; ROJAS, Rafael (organizadores). El republicanismo en Hispano América: ensayos de historia intelectual y política. México: Fondo de Cultura Económica y Centro de Docencia e Investigación económicas, 2002. 450p.

- AGUIRRE, Carlos Antonio. Construir la historia: Entre materialismo histórico y Annales. México: USAC/Facultad de Economía UNAM, 1993, 183 p.
- ALARCO, Luis Felipe; DUSSEL, Enrique; QUIJANO Aníbal; PRADO, Raimundo; Raimundo e FERNÁNDEZ DIAZ, Oswaldo. El marxismo de José Carlos Mariátegui. V *Congreso Nacional de Filosofía*, realizado em 2 de agosto de 1994. Lima: Universidad de Lima/Amauta, 1995.
- ALAYZA, Rosa. Movimiento conservador: por un nuevo orden... ¿y la democracia?. In: ALAYZA, Rosa, A. ADRIANZÉN, R. & AMES, R. Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p.103-120.
- ALDERETE, Mario et al. Mariátegui, historia y presente del marxismo en América Latina. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, 1995. 153 p.
- ALIMONDA, Héctor; HOETMER, Raphael; SAAVEDRA CELESTINO, Diego (editores). La Amazonía rebelde, Perú 2009. Lima, Perú: Clacso/ Programa Democracia y Transformación Global/ Confederación Nacional de Comunidades del Perú Afectadas por la Minería/ CooperAcción – Acción Solidaria para el Desarrollo/ Universidad Nacional Mayor de San Marcos – Facultad de Ciencias Sociales, setembro de 2009, 211 p.
- ALLEN, Catherine J. La coca sabe. Coca e identidad cultural en una comunidad andina. Cuzco: CBC, 2008. 374p.
- ALLENDE, Salvador. Salvador Allende. Textos escogidos. Caracas, Venezuela: Fondo Editorial IPASME, 2008. 365 p.
- ALMEYDA, Clodomiro. Pensando a Chile. Santiago de Chile: Terranova Editores, 1986. 225 p.
- ALMEIDA, Ileana; ARROBO RODAS, Nidia; OJEDA SEGOVIA, Lautaro. Autonomia Indígena frente al Estado Nación y a la globalización neoliberal. Quito, Ecuador: Ediciones ABYA-YALA, 2005. 274p.
- ALTAMIRANO, Carlos; SANTOS, Boaventura de Souza; TORRES-RIVAS, Edelberto; MIRÓ, Carmen A.; SADER, Emir. Revista Latinoamericana de Ciências Sociales – Crítica y Emancipación, Buenos Aires, n.2, 2009.
- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. Para leer El Capital. México: Siglo XXI Editores, 1969. 335 p.
- ALVÁREZ SALDAÑA, David. Por un marxismo latinoamericano nuevo. D.F., México: UTAPALAPA 35, julho-dezembro de 1994, pp. 169-181.
- ALVES, Aluizio Filho. Acerca do “modo de produção das ideias” na América Latina. Rio de Janeiro, Revista Achegas, n.19, set./out. 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezenove/aluizio_alves_19.htm

- AMES, Rolando. Izquierda Unida y democracia. In: ALAYZA, Rosa, A. ADRIANZÉN, R. & AMES, R. Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p.121-137.
- AMIN, Samir. El imperialismo colectivo. Buenos Aires: IDE, 2004. 123 p.
- AMIN, Samir. Pour la cinquième internationale. 6 ed. Paris: Le temps de cerises, 2006. 229 p.
- ANDERSON, Perry. Balance del neoliberalismo: lecciones para la izquierda. En: ANDERSON, Perry et ali. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 5-28.
- ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 279 p.
- ANDERSON, Perry. Sur le marxisme occidental. París: Francois Maspero, 1977. 167 p.
- ANDREU, Maurice. L'Internationale Communiste contre le capital (1919-1924). Paris: Presses Universitaires de France, 2003. 312 p.
- ANTUNES, Ricardo. Afinal, que é a classe trabalhadora hoje?. Margem Esquerda, São Paulo, nº.7, p. 48-55, maio. 2006.
- ARBONA, Juan Manuel. Los límites de los márgenes: Organizaciones políticas locales y jornadas de octubre de 2003 en el Alto Perú. Nueva Sociedad, Caracas, n.197, p. 6-15, maio/jun. 2005.
- ARCE ESPINOSA, Elmer. Peru 1969-1976 – Movimientos agrarios y campesinos. Lima, Peru: Centro de Estudios para el Desarrollo y la Participación (CEDEP), 2004. 173 p.
- ARICO, José. 1917 y América Latina. Pretextos, Lima, n.2 (fevereiro), p. 42-54, 1991.
- ARICO, José. Mariátegui y La formación del Partido Socialista en el Perú. Socialismo y Participación, Lima, n.11, p.139-167, 1980.
- ARICO, José. Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. México: Siglo XXI, 1978. 321 p.
- ARICO, José. Marxismo e indigenismo. In: CASETÀ, Giovanni (org.). Mariátegui, il socialismo indoamericano, il pensiero político e li apporti de la cultura italiana. Milán: Angeli, 1996.
- ARICO, José. Marx y América Latina. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: Catalogos Editora, 1980. 242 p.

- ARICÓ, José. La hipótesis de Justo. Escritos sobre el socialismo en América Latina. Introducción de J.C. Portantiero. Buenos Aires: CUYO, Anuario de Filosofía Argentina y Americana, Sudamericana, 1999, 202 p. (221-231). Disponible em: http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/1478/lacostecuyo16.pdf
- ARICO, José. El marxismo en América Latina, ideas para abordar de otro modo una vieja cuestión. In: CALDERON, Fernando (Compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP/CLACSO, 1989. p. 89-106.
- AROCENA, Rodrigo. Uruguay en la nueva ola de las izquierdas latinoamericanas. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, p.146-158, maio/jun. 2005.
- ARPASI V., Paulina. Desarrollo comunal en el área global: derecho indígena en el siglo XXI. Peru: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2005. 184p.
- ARRIGHI, Giovanni. Trabalhadores do mundo no final do século. Praga revista de estudos marxistas, São Paulo, n.1, p. 27-54, set./dez. 1986.
- ARROYO REYES, Carlos. El peso de la historia: La polémica entre Mariátegui y Aguirre Morales sobre el comunismo incaico. Anuario Mariateguiano, Lima, v.6, n.6, p. 287-292, 1994.
- AYALA MORA, Enrique; QUINTERO LÓPEZ, Rafael. Asamblea Constituyente, Retos y oportunidades. Quito, Ecuador: Ediciones La Tierra, 2007. 119 p.
- AYERBE, Luis Fernando (organizador). De Clinton a Obama: política dos Estados Unidos para América Latina. UNESP: São Paulo, 2009, 255 p.
- BACHELARD, G. O novo espírito científico. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 151p.
- BAKUNIN, Miguel. La libertad. México: Grijalbo, 1972. 172 p.
- BALBOA, Miguel E. Gómez. La sociología de los movimientos sociales. Foro Ciudadano. Entrevista a Álvaro García Linera, <http://www.forociudadano.com/ideas/GarciaLineraTiposMovsSociales.htm>, 2004.
- BAMBIRRA, Vânia. Favelas e movimento de favelados no estado do Rio de Janeiro. Política e administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, jul./set. 1985, p. 223-238.
- BAMBIRRA, Vânia. A teoria marxista da transição e a prática socialista. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. 309 p.
- BAMBIRRA, Vânia. El capitalismo dependiente latinoamericano. 19. ed. México: Siglo XXI Editores, 1990. 180 p.
- BAMBIRRA, Vânia. Teoria de la dependência: uma anticrítica. México, DF: Ediciones Era, 1983. 115p.

- BAMBIRRA, Vânia (organizadora); LOPEZ, Alvaro; MOLEIRO, Moisés; CONDORUNA, Silvestre; NUÑEZ, Carlos; MARINI, Ruy Mauro; ZAPATA, Antonio. Diez años de insurrección en América Latina (Tomo I) Santiago: Prensa Latinoamericana. 1972, 219 p.
- BARON, Samuel. Plejanov, el padre del marxismo ruso. México: Siglo XXI, 1976. 482 p.
- BARONOV, David. Historiografía marxista y subalternidad. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 10, n.10, p. 169-194, 1998.
- BARRANTES LINGÁN, Alfonso. Sus propias palabras: entrevistas. Alfonso Barrantes Lingan; Marcela Cárdenas (seleção). Lima: Mosca Azul, 1985, 255 p.
- BARRERA, Augusto. El movimiento indígena ecuatoriano: entre los actores sociales y el sistema político. In: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad, nº 182, nov-diez, pp. 90-105, 2002.
- BARSOTTI, Paulo; PERICAS, Luiz Bernardo (organizadores). América Latina: história, ideais e revolução. São Paulo: Xamã/NET, 1999. 246p.
- BASOMBRÍO, Carlos; ROSPIGLIOSI, Fernando. La seguridad y sus instituciones en el Perú a inicios del siglo XXI: Reformas democráticas o neomilitarismo. Lima: IEP, 2006. 488 p.
- BASOMBRÍO, Carlos (editor). Activistas e intelectuales de sociedad civil en la función pública en América latina. Lima: IEP ediciones, 2005. 480 p.
- BASSO, Lelio. Rosa Luxemburgo. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1977. 214 p.
- BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (Compiladores). Neoliberalismo y sectores dominantes. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 360 p.
- BAUMAN, Zygmunt. La izquierda como contracultura de la modernidad. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago, Chile: ARCIS/LOM, 1998. p. 29-48. (289p)
- BEBBINTON, Anthony (Editor). Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas. Una ecología política de transformaciones territoriales. Lima: Instituto de Estudios Peruanos: CEPES, 2007. 349 p.
- BECKER, Marc. Mariátegui and latin american marxist theory. Ohio: Athens: Ohio University Center for International Studies, 1993. 214 p.
- BEIGEL, Fernanda; FALERO, Alfredo; GANDARILLA, José; KOHAN, Néstor; LANDA, Ladislau; MARTINS, Carlos; NAHON, Cecilia; RODRIGUEZ, Corina; SCHORR, Martín. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 437 p.

- BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de las "teoría de la dependencia". In: BEIGEL, Fernanda. et. al. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: FLACSO, 2006 (pp. 287-326).
- BEJAR, Héctor. Los orígenes de la nueva izquierdas en el Perú: La izquierda guerrillera (Período 1956-1967). In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p. 351-378.
- BELL LARA, José: La integración latinoamericana, un camino inconcluso. Antropos: Bogotá, 2008, 305 p.
- BELAUNDE, Víctor Andrés. La realidad nacional. Lima: s.n, 1963?. 220 p.
- BENGOA, José. La emergencia indígena en America Latina. Chile: FCE, 2007. 343p.
- BENSAID, Daniel. Clases, plebes, multitudes. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2006. 78 p.
- BERNAL, J.D. et al. La ciencia de la ciencia. México: Grajalbo, 1964. 361 p.
- BERNALES BALLESTEROS, Enrique. Socialismo y nación. Lima: Mesa Redonda Editores, 1987. 193 p.
- BERSNTEIN, Edward; BELFORT BAX, E.; KAUTSKY, Karl; RENNEN, Karl. La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. v.2. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1978. 521p.
- BIAGINI, Hugo E.; ANDRÉS ROIG, Arturo (org.). Diccionario del pensamiento alternativo. Buenos Aires: Biblos, 2008. 589p.
- BILBAO, Luis. Teoría y práctica del frente único antiimperialista. Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, Año XV, n.32, p. 3-12, outubro 2005/março de 2006.
- BLANCO, Hugo. Avance del movimiento indígena en la lucha contra el sistema. Ecuador: Alainet, América Latina em movimento. Disponível em: <http://alainet.org/active/13406&lang=es>, 18 setembro de 2006.
- BLOCK, Fred. The stalemate of european capitalism: eurocommunism and the postwar Order. Socialist Review, FALTA O LOCAL, v.9, n. 43, p. 31-52, jan./fev. 1979.
- BLOOM, Salomón F. El problema nacional en Marx: el mundo de las naciones. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975. 234 p.
- BOERSNER, Demetrio. Gobiernos de izquierda en América Latina: Tendencias y experiencias. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, p. 100-113, maio/jun. 2005.

- BOFF, Leonardo. A guerra da água. Publicado em: ALAI, América Latina en Movimiento, <http://alainet.org/active/7499&lang=es>, 28 de janeiro de 2005.
- BOGANI, Esteban. De marginales y desocupados, apuntes para una nueva discusión sobre poblaciones 'excedentarias' a partir de los conceptos de masa marginal y empleabilidad. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, p. 41-53, maio/jun. 2005.
- BOHÓRQUEZ MORÁN, Carmen. Francisco de Miranda, precursor de la independencia de la América Latina. Caracas: El Perro y la Rana, 2006. 394 p.
- BOLIVAR, Simón. Doctrina del libertador. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1985. 327p.
- BOLIVAR, Simón. Páginas escogidas. Caracas, Venezuela: Monte Ávila Editores Latinoamericana, C.A., 2004. 168p.
- BONILLA, Adrián. En busca del pueblo perdido: Diferenciación y discurso de la izquierda marxista en los sesenta. Quito: FLACSO/Abya-Yala, 1991. 135 p.
- BORON, Atilio. Diálogos sobre el poder, el Estado y la revolución. Bogotá: Editorial Linotipia Bolívar, 2006. 139p.
- BORON, Atilio (Compilador). Nueva hegemonía mundial: Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2003. 195 p.
- BORON, Atilio. Filosofía política marxista. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 240 p.
- BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 272 p.
- BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Compiladores). La teoría marxista hoy, problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 512 p.
- BORON, Atilio; LECHINI, Gladys (Compiladores). Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico, lecciones desde Asia, Africa y América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 416 p.
- BOSI, Alfredo. La vanguardia enraizada, el marxismo vivo en Mariátegui. Anuário Mariateguiano, v.4, n.4, p. 93-101, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciencias sociais (2º Edição). Presença: Lisboa, 1976, 260 p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. La paradoja de la izquierda en Brasil. In: Pedro Pérez Herrero, (ed.). La "Izquierda" en América Latina. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2006 (317-252). Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2005/05.18.LaParadojadelaizquierdaenBrasil.pdf>

- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Do Iseb e da Cepal à Teoria da dependência. Em Caio Navarro de Toledo, (org). Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005, pp. 201-232.
- BROSSAT, A. El pensamiento político del joven Trotski: en los orígenes de la revolución permanente. 2. ed. México: Siglo XXI, 1976. 280 p.
- BRUCKMANN, Mónica; DOS SANTOS, Theotonio. Los movimientos sociales en América Latina: un balance histórico. Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la red CLACSO. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp13.pdf>
- BRUCKMANN, Monica. Apuntes sobre el método de la economía política de Marx. *Revista Achegas*. n.18, julho/agosto 2004. http://www.achegas.net/numero/dezoito/monica_b_18.htm
- BRUCKMANN, Monica. José Carlos Mariátegui y la producción de conocimiento local. . En: Revista Marx Ahora, Vol. 25, p. 63-65, 2009.
- BRUCKMANN, Monica. Que lê péruviens pauvres arrêtent de quémander! Em: Le Monde Diplomatique, n° 666, p. 16-17, setembro de 2009.
- BRUCKMANN, Monica. Mi sangre en mis ideas: Dialéctica y prensa revolucionaria en José Carlos Mariátegui. El Perro y la rana: Caracas, 2010, 316 p.
- BRUCKMANN, Monica. Civilización y modernidad: El movimiento indígena en América Latina. En: Revista Marx Ahora, Vol. 28, p. 146-151, 2009.,
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Gramsci y el Estado: Hacia una teoría materialista de la filosofía. México: Siglo XXI, 1978. 484 p.
- BUJARIN, Nicolai. La economía política rentista (Crítica de la economía marginalista). Buenos Aires: Pasado y Presente, 1974. 198 p.
- BUJARIN, Nicolai. Sobre la acumulación socialista. Buenos Aires: Materiales Sociales, 1973. 127 p.
- BUJARIN, Nicolai. Teoría económica del período de transición. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1972. 223 p.
- BUJARIN, Nicolas. La teoría de la 'revolución permanente' de Trotski. México: Ediciones Roca. 1975. 156 p.
- BUSTAMANTE BELAUNDE, Luis. Hacia un plan de gobierno del Frente Democrático. In: Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada: El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989. p. 223-242.

- BUTLER, J; LACLAU, E; ZIZEK, S. Contingencia, hegemonia, universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2000. 329p.
- CABALLERO, Víctor. La caracterización de la sociedad y el agro peruanos en los diversos grupos de izquierda en el Perú. Ponencia presentada en el seminario Problemática Agraria Peruana, Ayacucho 5-9 de dezembro de 1977. Universidad San Cristóbal de Huamanga/PUC, 60p
- CAETANO, Gerardo (Compilador). Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 382 p.
- CALL, Gilberto. O marxismo de Mariátegui e a revolução latino-americana: democracia, socialismo e sujeito revolucionário. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/gilbertocalil.pdf>, 10p.
- CALDERÓN, Fernando (compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP, 1989. 218 p.
- CAMACHO, Daniel; MENJIVAR, Rafael (Coordinadores). Los movimientos populares en América Latina. Siglo XXI Editores y Universidad de la Naciones Unidas, 1989. 560 p.
- CAMPIONE, Daniel. Antonio Gramsci, breves apuntes sobre su vida y su pensamiento. Argentina: Fundación de investigaciones sociales y políticas. Em: <http://fisyp.rcc.com.ar/2.Campione,%20Apuntes%20Gramsci.pdf> (14p)
- CAMUSSO, Cristina. De la caída de la URSS al socialismo del siglo XXI. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.34, p. 6-27, out. 2006/abril 2007.
- CAMUSSO, Cristina. La estrategia en debate. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.33, p. 34-40, abril/set. 2006.
- CAMUSSO, Cristina. Mujer, tiempo de rebeldía y definiciones. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.32, p. 61-70, out. 2005/março 2006.
- CANDIDO, Antonio. "Marxismo e militancia", entrevista. En: Praga, Revista de estudos marxistas, n. 1, pp. 5-26, set./dez, São Paulo, 1986.
- CAPUTO, Orlando. El Dominio del Capital sobre el Trabajo y la Naturaleza: Nueva Interpretación de la Crisis Actual. Fonte (acessado pela última vez em 10 de janeiro de 2011): <http://www.rebellion.org/docs/109802.pdf>
- CARONE, Edgard. A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914). São Paulo: Editora Anita/EDUS, 1993. 128 p.
- CARR, E.H. El interregno (1923-1924). Madri: Alianza Editorial, 1974. 390 p.

- CARR, E.H. El socialismo en un solo país (1924-1926). 3 Vol. Madrid: Alianza Editorial, 1974. 1640 p.
- CARR, E.H. La revolución bolchevique (1917-1923). 3 Vol.. Madrid: Alianza Editorial, 1972, 1517 p.
- CARR, E.H. Vinte anos de crise 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 312 p.
- CARVALHO, Pedade. Che: a poética do combate. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1993. 155 p.
- CASSEN, Bernard. O pós-almundialismo e os desafios das lutas globais (entrevista). São Paulo: Revista Fórum, janeiro de 2009. Entrevista concedida a Douglas Estevam. Disponível em <http://www.medelu.org/IMG/pdf/Forum70-pos-almundialismo.pdf>
- CASTAÑEDA, Jorge. La utopía desarmada: Intrigas, dilemas y promesas de la izquierda en América Latina. Bogotá: TM Editores, 1995. 579 p.
- CASTELLART FALCON, Juan (Editor). Historia de la Revolución Cubana. 2. ed. La Habana: Editorial El Pueblo y Educación, 1997. 343 p.
- CASTILLO OCHOA, Manuel. El populismo conservador: Sánchez Cerro y la Unión Revolucionaria. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p 45-77.
- CASTILLERO CALVO, Alfredo (Director); KUETHE, Allan (Coordinador). Historia General de América Latina: Consolidación del orden colonial. volume III, tomo 1. Madrid: UINESCO/Trotta, 2000. 406 p.
- CASTILLERO CALVO, Alfredo (Director); KUETHE, Allan (Coordinador). Historia General de América Latina: Consolidación del orden colonial; Vol. III, tomo 2. Madrid: UINESCO/Trotta, 2001. 513 p.
- CASTORIADIS, Cornelius. Miseria de la ética tradicional. Em: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 49-66.
- CATRO, Raúl. Discurso en la XIV Conferencia Cumbre del NOAL. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.34, p. 28-33, out. 2006/abril 2007.
- CASTRO-GOMES, Santiago et al. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – Perspectivas lationamericanas. Compilado por Edgardo Lander. 1ª Ed. Buenos Aires: Clacso, 2005. 248p.
- CAVALLERO, Manuel. Una falsa frontera entre reforma y la revolución. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad, nº 180/181, Jul-ago/set-out 2002.

- CECEÑA, Ana Esther (Coordinadora). Hegemonias e emancipações no século XXI. São Paulo: CLACSO Libros, 2005. 218 p.
- CECEÑA, Ana Esther. Hegemonia, emancipaciones y políticas de seguridad en América Latina: dominación, epistemologías insurgentes, territorio y descolonización. Lima, Perú: Cuadernos Populares, Programa Democracia y Transformación Global, 2008. 151 p.
- CECEÑA, Ana Esther (Coordinadora). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto de militarización. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 306 p.
- CECEÑA, Ana Esther e Sader, Emir (coord.) La guerra infinita. Hegemonia y terror mundial. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002. 280p.
- CECEÑA, Ana Esther. Caminos y agentes del saqueo en América Latina. Em: (Acessado pela última vez em 13 de janeiro de 2011) <http://www.rebelion.org/noticias/2009/10/93827.pdf>.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Marx e a Ideologia. In: KONDER, Leandro; FIGUEIREDO, Eurico (orgs). Por que Marx? Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 357p. (p. 109-121.)
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Para que tem servido as Ciências sociais? Achegas Net, Revista Eletrônica de Ciência Política. Rio de Janeiro, número 24, julho/agosto de 2005. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteequatro/gisalio_cerqueira_24.htm
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Édipo e excesso. Reflexões sobre lei e política. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002. 109p.
- CERQUEIRA FILHO, G. e NEDER, Gizlene. A Teoria Política no Brasil & O Brasil na Teoria Política II. Artigo apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (21-24 de julho de 2004, PUC/ RJ). Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/gizlene_4encontro.pdf, 2004, 21p.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. "A questão social no Brasil: crítica do discurso político". Coleção Retratos do Brasil, Rio: Civilização Brasileira, 1980.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento. São Paulo: Escuta, 2004.
- CERQUEIRA FILHO, G.; NEDER, Gizlene. Criminologia e Poder Político: sobre Direitos, História e Ideologia. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006. 132 p.
- CERQUEIRA FILHO, G.; NEDER, Gizlene. Jogo de espelhos e a gramática dos sentimentos: teoria crítica na América Latina. In: Comunicação & Política, volume 28, nº 1, janeiro-abril 2010 (pp.103-114)
- CHATTERJEE, Partha. La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos. Lima: IEP, 2007. 287 p.

- CHAVARRIA, Jesús. José Carlos Mariátegui and the rise of modern Peru. 1890-1930. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1979. 247 p.
- CHAVOLLA, Arturo. La imagen de América en el marxismo. Guadalajara, Mexico: Prometeo, 2005.
- CIMADAMORE, Alberto D.; EVERSOLE, Robyn; McNEISH, John-Andrew (coordinadores). Pueblos indígenas y pobreza. Enfoques multidisciplinares. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2006. 352p.
- CLAUDIN, Fernando. La crisis del movimiento comunista, de la Komintern al Kominform. 680 p. Disponible em:
http://www.marxistarkiv.se/espanol/komintern/claudin-crisis_del_movimiento_vol1.pdf
- CODOVILLA, Victorio. Escritos y discursos seleccionados con motivo de su 60 Aniversario. Buenos Aires: Editorial Anteo, 1954. 604p.
- CUEVA, Agustín. Falacias y coartadas del V Centenario. Ponencia presentada no XVIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS). La Habana, Cuba, 28-31 de mayo de 1991. Disponible em:
<http://www.casadelasamericas.com/publicaciones/revistacasa/257/salvadas.pdf>
- COHEN, Jack; STEWART, Ian. The collapse of chaos – discovering simplicity in a complex world. Nova Iorque, EUA: Pinguin Books, 1994. 495p.
- COLE, G.D.H. Historia del pensamiento socialista. 7 Vol.. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- COMTE, Augusto. Discurso preliminar sobre o espírito positivo. Edição Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Moraes. Disponible em (último acesso em 16 de junho de 2009): <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comte.pdf>, 2002
- CORBIÈRE, Emilio J. Antonio Gramsci, socialismo y revolución en Occidente. 24 de junho de 2002. Disponible em (último acesso
- CORNEJO POLAR, Antonio. Mariátegui y su propuesta de una modernidad de raíz andina. Anuário Mariateguiano, Lima, v.5, n.5, p. 58- 63, 1993.
- CORONADO, Jaime. Mariátegui y la reflexión política en América Latina: Un nuevo comienzo. Anuario Mariateguiano, Lima, v.9, n.9, p. 167-188, 1997.
- COSTA, Edmilson. Um novo ciclo para a esquerda brasileira. Margem Esquerda, São Paulo, n.7, p. 40-47, maio 2006.
- COSTA LIMA, Marcos. El ALCA, más que una área de libre comercio, una redefinición del proyecto hegemónico de Estados Unidos. Cuadernos Latinoamericanos. Em: Cuadernos Latinoamericanos. Maracaibo, Venezuela:

Centro Experimental de Estudios Latinoamericanos. Nueva Época, Año 17, dezembro de 2006, p. 11-52.

COTLER, Julio. Drogas y política en el Perú. La conexión norteamericana. Lima: IEP, 1999. 309 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci en Brasil. Cuadernos Políticos, México, n.46, p. 6-24 abril/jun. 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. O marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 191 p.

CUPULL, Adys; GANZÁLEZ, Froilán. Cálida presencia, su amistad con Tita Infante. Santiago de Cuba: Editorail Oriente, 1995. 126 p.

CUPULL, Adys; GANZÁLEZ, Froilán. La CIA contra el Che. La Habana: Editora Política, 1992. 373 p.

CUPULL, Adys; GANZÁLEZ, Froilán. Un Hombre Bravo. La Habana: Editorail capitán San Luis, 1994. 431 p.

DAVALOS, Pablo (compilador). Pueblos indígenas, Estado y democracia. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 356 p.

DE ECHAVE José; HOETMER, Raphael; PANÉZ, Mario Palacios (coordinadores). Minería y territorio en el Perú. Conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización. Lima, Perú: Programa Democracia y Transformación Global/ Confederación Nacional de Comunidades del Perú Afectadas por la Minería/ CooperAcción – Acción Solidaria para el Desarrollo/ Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2009 (432p.)

DEGREGORI, Carlos Iván; MELÉNDEZ, Carlos. El nacimiento de los otorongos: El Congreso de la República durante los gobiernos de Alberto Fujimori (1990-2000). Lima: IEP, 2007. 187 p.

DEGREGORI, Carlos Iván. Cultura y democracia. Em: DEGREGORI, Carlos Iván et ali. Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p.81-102.

DEGREGORI, Carlos Iván. La revolución de los manuales: la expansión del marxismo-leninismo en las ciencias sociales y la génesis de Sendero Luminoso. Lima: Revista Peruana de Ciencias Sociales, vol. 2, n. 3, pp. 103-126, 1991, 23p.

DELAMATA, Gabriela. De los estallidos provinciales a la generalización de las protestas en Argentina. Perspectivas y contexto en la significación de nuevas protestas. In: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedade 182, nov-diez 2002 (pp.121-138).

- DE LA GARZA TOLEDO, Enrique (Compilador). Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2000. 198 p.
- DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 213 p.
- DEL BÚFALO, Enzo. La teoría económica en América Latina. 30 años de búsquedas. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002 (pp. 96-107).
- DELGADO, Juan Manuel; GUTIERREZ, Juan (Coord.). Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales. Madrid: Síntesis, 1999. 669 p.
- DEL PRIEGO, Manuel M. Memoria y presencia del comunismo en el Perú. In: Alberto Adrianzén, editor. Pensamiento político peruano II. 1930-1968. Lima: DESCO, 1990. pp. 231-274.
- DEUTSCHER, Isaac. El marxismo de nuestro tiempo. México: Era, 1975. 232 p.
- DEUTSCHER, Isaac. Los sindicatos soviéticos. México: Ediciones Era, 1971. 147 p.
- DEUTSCHER, Isaac. Trotski, o profeta banido (1929-1940). Río de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 611 p.
- DEVES VALDES, Eduardo. La red de pensadores latinoamericanos de los años 1920 (relaciones y polémicas de Gabriela Mistral, Vasconcelos, Palacios, Ingenieros, Mariátegui, Haya de la Torre, "El Repertorio Americano" y otros más). Boletín Americanista, n.49, p. 67-79, 1999.
- DIAZ GACITÚA, Miguel. El desarrollo rural y medio ambiente en América Latina después de Brundtland: dos pasos atrás y uno adelante. In: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedade 182, nov-diez 2002. (pp. 34-46)
- D'INCAO, Maria da Conceição. O movimento da Guaraíba: o papel acelerador da crise econômica. Política e administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 201-222, jul./set.1985.
- DIRMOSER, Diezmar. Democracia sin demócratas. Sobre la crisis de la democracia en América Latina. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, p. 28-40, maio/jun. 2005.
- DOS SANTOS, Joel Rufino. O movimento negro e a crise brasileira. Política e administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 285-308, jul./set. 1985.
- DOS SANTOS, Theotonio. A redução sociológica. Revista brasiliense, nº19, p.189-195, São Paulo, setembro-outubro, 1958.
- DOS SANTOS, Theotonio; BAMBIRRA, Vânia. La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin. v.2. México: Era, 1981.

- DOS SANTOS, Theotonio. A crise e os movimentos sociais no Brasil. Política e administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 155-170, jul./set. 1985.
- DOS SANTOS, Theotonio. Economía mundial: La integración latinoamericana. México: Plaza Janes, 2004. 314 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. Conceito de classes sociais. Petrópolis: Vozes, 1985. 76p.
- DOS SANTOS, Theotonio. Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1991. 288 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da "Nova República". Petrópolis: Vozes, 1995. 302 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. Imperialismo y dependência, 4. ed. México: Ediciones Era, 1986. 491 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. La teoría de la dependencia: balance y perspectivas. México: Plaza Janés, 2002. 170 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. O caminho brasileiro para o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 170 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. O sistema econômico mundial: Genese e alcance teórico de um conceito. Disponível em (último acesso em 10 de janeiro de 2011): <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/sistemaeconomicomundialgenesealcançete.pdf>
- DOS SANTOS, Theotonio. Socialismo o fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latinoamericano. México: Editorial Edicol, 1978. 341 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. Do terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004. 568 pp
- DOS SANTOS, Theotonio. Brasil: Estrutura y lucha de clases. 43p. (não publicado)
- DOS SANTOS, Theotonio. La Izquierda Brasileña: historia y perspectivas. , Concepción, Chile: Universidad de Concepción, 1996. 7(não publicado)
- DOS SANTOS, Theotonio e MARTINS, Carlos Eduardo. Diretrizes Para a Análise da Conjuntura Contemporânea: Uma Agenda de Investigação. Revista Textos de Economia, Vol. 10, Nº 2, jul/dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1854/1617>, 2007 (pp. 9-33).
- DOS SANTOS, Theotonio. La cuestión de las ondas largas. Ponencia presentada al Seminario Internacional "La economía mundial contemporánea. Balance y perspectivas. Traducción: Carlos Sánchez Moreno. Disponível em (último acesso em

10 de janeiro de 2011):

http://eumed.net/cursecon/textos/Santos_ondas_largas.htm

- DROZ, Jacques. Historia general del socialismo. Vol. 3. Barcelona: Ediciones Destino, 1985. 982 p.
- DUBIEL, Helmut. ¿Pero qué es hoy todavía de izquierda? In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 67-76.
- DUBKIN, Claudia. Fundadores de la Izquierda latinoamericana. 1 ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008. 320p.
- DUSSEL, Enrique. El último Marx (1863-1882) y la liberación de latinoamérica. México: Siglo XXI, 1990. 462 p.
- DUSSEL, Enrique. El último Marx y la liberación latinoamericana. México DF: Siglo XXI, 1990. 462p.
- DUSSEL, Enrique. Hacia un Marx desconocido: un comentario de los manuscritos de 61-63. México: Siglo XXI, 1988. 380 p.
- DUSSEL, Enrique. La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse. 3. ed. México: Siglo XXI, 1998. 421 p.
- DUSSEL, Enrique. El marxismo de Mariátegui como "filosofía de la revolución". Anuario Mariateguiano, Lima, v.6, n.6, p. 249-254, 1994.
- ECO, Humberto. De que lado están los Orisha?. Cuadernos Políticos, México, n.46, p. 25-36, abril/jun. 1986.
- EDWARDS, Michael. Un futuro en positivo. La cooperación internacional en el siglo XXI. Barcelona: Intermón Oxfam, 2002 (419 páginas)
- EGO AGUIRRE, Manuel Dammert. Dialéctica del Territorio. Esquizofrenia del lugar. Perú y Suramérica ante los desafíos de la globalización. Lima, Peru: Fondo Editorial UNMSM, 2008. 303 p.
- EL MOVIMIENTO OBRERO CUBANO: DOCUMENTOS Y ARTICULOS. Tomo I, 1865-1925. Editorial de ciencias sociales, Instituto Cubano del Libro. La Habana. 1975. 440 p.
- ELIAS, Antonio (Compilador). Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 189 p.
- ESTAY, Jaime; SANCHEZ, Germán (Coordinadores). El ALCA y sus peligros para América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 394 p.

- FALLETTO, Enzo. La dependencia y lo nacional-popular. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (pp. 96-107)
- FALS BORDA, Orlando. El Tercer Mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-go/set-out 2002. (pp. 169-181)
- FAVRE, Henry. El movimiento indigenista en América latina. Lima: Lluvia Editores/Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos/IFEA, 2007. 172p.
- FAZIO, Mariano. Historia de la Filosofía IV, Contemporânea. Madrid, Espanha: Ediciones Palabra, 2005, 464 p.
- FEBER, Ferenc. El socialismo de la escasez. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 77-113.
- FEJTÖ, Francois. L'heritage de Lenine. París: Pluriel, 1977. 636 p.
- FERNÁNDEZ DIAZ, Oswaldo. El marxismo de José Carlos Mariátegui. V Congreso Nacional de Filosofía realizado em 2 de agosto de 1994. Lima: Universidad de Lima – Amauta. 1995.
- FERNANDEZ, Aparecida L. et al. Consideraciones sobre los movimientos sociales y la participación popular en Brasil. In: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedade 182, nov-dez 2002. (pp.139-154)
- FERNANDEZ, Raúl. Los orígenes del Movimiento Obrero en Arequipa. Lima: Editores Universales, 1984. 265 p.
- FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. Mariátegui en el pensamiento actual de nuestra América. Anuario Mariateguiano, Lima, v.6, n.6, p. 237-242, 1994.
- FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. Pensamiento de nuestra América: Autoreflexiones y propuestas. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 158 p.
- FERNANDEZ RETAMAR, Roberto. Todo Caliban. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 151 p.
- FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel Reis. As esquerdas no Braisl: Revolução e democracia, (1964 - ...) v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 711p.
- FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel Reis. As esquerdas no Braisl: Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643p.
- FERREIRA S. Oliveiros. Nossa América: Indoamérica. São Paulo: Editorial de la Universidad de São Paulo, 1971. 293p.

- FERRER, Maria Elena. Che Guevara: una mirada diferente hacia la juventud. La Habana: Editorial Polígrafo Evelino Rodríguez Curbelo, 1996. 60 p.
- FERRERO, Roberto A. Apuntes para una crítica latinoamericana del marxismo. Agosto de 1983. Izquierda nacional. Disponível em (último acesso em 9 de janeiro de 2011): http://www.oocities.com/izquierda_nacional/marxismo001.html
- FETSCHER, Iring. El marxismo, su historia en documentos. Bilbao: Zero, 1974. 312 p.
- FIORI, José Luis. Um olhar para a esquerda. Margem Esquerda, São Paulo, n.7, p. 87-112, maio 2006.
- FITZGERALD E.V.K.. La economía política del Perú 1956-1978: Desarrollo económico y reestructuración del capital. Lima: IEP, 1981. 429 p.
- FLACKS, Dick. Socialist as Socializaers: Notes on the porpuse of organization. Socialist Review, v.9, n.43, p. 102-113, jan./fev. 1979.
- FLECHA, Eladio. Paraguay: Asambleas populares. Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.34, p. 130-134, out. 2006/abril 2007.
- FLEISCHER, L. Venezuela (Capítulo 6). In: WEINTRAUB, S.; HESTER, A, PRADO, V. (orgs). Energy Cooperation in Western Hemisphere: benefits and impediments. Washington D.C.: Center of Strategic and Internacional Studies, 2007.
- FLORES GALINDO, Alberto. La Agonía de Mariátegui. 3 ed. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1989. 235 p.
- FORGUES, Roland. Cuestión de método. In: Rolland FORGUES (com). Mariátegui, una verdad actual siempre renovada. Lima: Amauta, 1994. 172 p
- FORGUES, Roland. Mariátegui y la peruanidad. In: Rolland FORGUES (com). Mariátegui, una verdad actual siempre renovada. Lima: Amauta, 1994. 172 p
- FORTES, Alexandre (Org.). História e perspectiva da esquerda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Chapecó: Unochapecó, 2005. 255 p.
- FORNILLO, Bruno e STEFANON, Pablo. Gobiernos Latinoamericanos. ¿Una nueva izquierda? Fonte (acessado pela última vez em 13 de janeiro e 2011): <http://edant.revistaenie.clarin.com/notas/2009/01/10/-01836591.htm>
- FRAGINALS DE LA TORRES, Héctor. Alba-Mercosur: Los senderos de la integración. Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.32, p. 31-38, out. 2005/março 2006.
- FRANCO, Carlos. Del marxismo eurocéntrico al marxismo latinoamericano. Lima: CEDE, 1981. 112 p.

- FRANCO, Carlos. Hildebrando Castro Pozo: El socialismo cooperativo. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p 155-230.
- FRANK, André Gunder. ReOriente: Global Economy in the Asian age. University of California Press: Los Angeles, 1998, 416 p.
- FREITAS DE MEIRELES, Monika Ribeiro. Neoliberalismo e contestação social na América Latina: elementos para uma sociologia crítica. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/monikaribeiro.pdf> (13p.)
- FRONDIZI, Silvio. La realidad Argentina, ensayos de interpretación sociológica. Vol. I El sistema capitalista. Vol II La revolución socialista. Buenos Aires: Impresiones El Sol. Segunda edición. 1960. 250 p.
- FUNES, Patricia. El pensamiento latinoamericano sobre la nación en la década de 1920. Boletín Americanista, Barcelona: Universidade Barcelona, n.49, abril 1999. pp. 103-120
- FURET, François. Terrorismo y democracia. In: CALDERON, Fernando (Compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP/CLACSO, 1989. p. 199-218.
- GALLON GIRALDO, Gustavo. Entre movimientos y caudillos – 50 años de bipartidismo, izquierda y alternativas populares en Colombia. Bogota: CINEP/CEREC, 1989. 580 p.
- GAMBINA, Julio; RAJLAND, Beatriz; CAMPIONE, Daniel. Pensamiento y acción por el socialismo, América Latina en el siglo XXI. Buenos Aires: FISYP/RIS/CLACSO, 2006. 319 p.
- GAMBINA, Julio (compilador). La Globalización económico-financeira. Su impacto en América Latina. Buenos Aires: FLACSO, 2002. 400 páginas
- GANDARILLA SALGADO, José Guadalupe. América Latina en la conformación de la economía-mundo capitalista: las transferencias de excedentes en el tiempo largo de la historia y en la época actual. In: BEIGEL, Fernanda. et. al. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: FLACSO, 2006. pp.77-152.
- GARCIA CLACLINI, Néstor. La cultura visual en la época del posnacionalismo. ¿Quién nos va a contar la identidad? Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (p. 250-262)
- GARCÍA LINERA, Alvaro. El evismo: lo nacional popular en acción. In: OSAL, Observatório Social de América Latina, año VI, nº 19/ Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argetina, julio, 2006. 8 p.

Disponível

em:

<http://www.cibera.de/fulltext/16/16165/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>

- GARCÍA LINERA, Alvaro. La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. Buenos Aires, Argentina: Clacso/Prometeo Libros, 2008. 416p.
- GARCIA LINERA, Alvaro (Coordinador); CHAVEZ LEON, Marxa; COSTAS MONJE, Patricia. Sociología de los movimientos sociales en Bolivia: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. La Paz: Oxfam/Diakonia, 2004. 668 p.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. Indianismo e Marxismo. O desencontro de duas razões revolucionárias. Publicação em Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina Nº. 2. São Paulo: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Janeiro 2008. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/br/dos.pdf> (5págs.)
- GARCIA LINERA, Alvaro. Los tres pilares de la nueva Constitución Política del Estado. Estado Plurinacional, Economía Estatal y Estado Autonomico (Discurso na sede da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Campesinos de Bolívia). La Paz, Bolívia: Presidencia do Congresso Nacional, 4 de novembro de 2008. 18 páginas.
- GARCIA, Marco Aurelio. Política externa e estratégia de desenvolvimento, entrevista de Silvio Caccia Bava e Dario Pignoti a Marco Aurelio Garcia. Em: *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 4, nº 39, outubro de 2010, p. 4-7.
- GARCIA NOSSA, Antonio. La estructura del atraso en América Latina. Hacia una teoría latinoamericana del desarrollo. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006. 412p.
- GARRETON, Manuel Antonio. Reflexiones en torno de la(s) izquierda(s) chilena(s) y el proyecto de país. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, p. 159-171, maio/jun. 2005.
- GAVIRIA, Carlos (et. al). Los tema de la constituyente. Revista de Derecho Foro de la Universidad Andina Simón Bolívar. Quito, Ecuador: Corporación Editora Nacional. Nº 7, 1 semestre 2007. 294p.
- GENTILI, Pablo; LEVY, Bettina (Compiladores). Espacio público y privatización del conocimiento, estudio sobre políticas universitarias en América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 574 p.
- GEORGE L. Alexander; BENNETT, Andrew. Case studies and theory development in the Social Sciences. Cambridge: The MIT Press, 2005. 331p.
- GERMANA CAVERO, César. El "Socialismo Indoamericano" de José Carlos Mariátegui proyecto de reconstitución del sentido histórica de la sociedad peruana. Lima: Ed. Amauta, 1995. 267p.

- GERRING, John. Case study research. Principles and Practices. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 265p´.
- GIANNOTTI, José Arthur. Identidad y Soberanía popular. In: CALDERON, Fernando (Compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP/CLACSO, 1989. p.71-88.
- GIARRACA, Norma; LEVY, Bettina (Compiladoras). Ruralidades latinoamericanas: Identidades y luchas sociales. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2004. 550 p.
- GIDDENS, Anthony. Más allá de la izquierda y la derecha: El futuro de las políticas radicales. Cátedra: Madrid, 1996, 262 p.
- GIDDENS, Anthony. Auge y caída del nuevo laborismo. Disponível em (último acesso 10 de janeiro de 2011): <http://sociologiac.net/2010/06/05/auge-y-caida-del-nuevo-laborismo-por-anthony-giddens/>, publicado em 5 de junho de 2010.
- GIRONDA, Eusebio. El Pachakuti andino: Trascendencia histórica de Evo Morales. La Paz: Editorial Popular, 2007. 187 p.
- GODIO, Julio. El mundo en que vivimos: un ensayo sobre el derrumbe del socialismo real y el significado de la 'autorevolución del capital'. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2000. 285 p.
- GOLDMANN, Lucien. Las ciencias humanas y la filosofía. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1981. 120p.
- GOLINGER, Eva. The Chávez Code. Cracking U.S. Intervention in Venezuela. Ciudad de La Havana, Cuba: Instituto Cubano del Libro/ Editorial José Martí, 2005. 267 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo (Coordinador). El Estado en América Latina: Teoría y práctica. México: Siglo XXI Editores/Universidad de las Naciones Unidas, 1998. 608 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo (Coordinador). Historia política de los campesinos latinoamericanos, Vol 1 (México, Cuba, Haití, República Dominicana, Puerto Rico), 2da edición. Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM y Siglo XXI Editores. 1998. 247p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo (Coordinador). Historia política de los campesinos latinoamericanos, Vol 2 (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicaragua, Costa Rica, Panamá), 2da edición. Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM y Siglo XXI Editores. 1998. 220 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo (Coordinador). Historia política de los campesinos latinoamericanos, Vol 3 (Colombia, Venezuela, Ecuador, Perú, Bolivia, Paraguay), 2ª Edição. Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM y Siglo XXI Editores. 1998. 253p.

- GONZALEZ CASANOVA, Pablo (Coordinador). Historia política de los campesinos latinoamericanos, Vol. 4 (Brasil, Chile, Argentina y Uruguay), 2ª Edição. Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM y Siglo XXI Editores. 1998. 245 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. La formación de conceptos en ciencias y humanidades (fines del siglo XX, principios del XXI). México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades/UNAM, 1997. 145p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. Boitempo: São Paulo, 2006. 335 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. Sociología de la explotación. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 234 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo; ROITMAN RESENMANN, Marcos. (Org.). Democracia y Estado multiétnico en América Latina. México: La Jornada Ediciones y Centro de Estudios Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades-UNAM, 1996. 390 p.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. Lo particular y lo universal a fines del siglo XX. In: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002 (pp. 280/298).
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. Sobre las elecciones presidenciales en México. Disponible em: <http://rcci.net/globalizacion/2006/fg622.htm>, julio de 2006.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. La dialéctica de las alternativas. In: Espiral, mayo-agosto, vol.8, número 24. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 2002 (pp. 11-35).
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. La teoría actual de la participación política y la enajenación (Algunas notas). In: Revista Mexicana de Sociología/ Universidad Nacional Autónoma de México; Vol. 28, No. 3 (Jul. - Set., 1996), pp. 521-549 29 p.
- GONZALEZ DE OLARTE, Efraín. Neocentralismo y neoliberalismo en el Perú. Lima: IEP. 2000, 123 p.
- GONZALEZ DE OLARTE, Efraín. La economía política de la concertación y del acuerdo nacional. En: GONZALEZ DE OLARTE, Efraín et ali. Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p.49-68.
- GONZALEZ, Horacio. La decadencia del concepto de lo político. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 115-131.

- GONZALEZ, Osmar. Señales sin respuestas: Los Zorros y el pensamiento socialista en el Perú 1968-1989. Lima: Ediciones PREAL, 1999. 279p.
- GONZALEZ PRADA, Manuel. Horas de Lucha. Lima: Peisa, 1989. 236 p.
- GONZALEZ PRADA, Manuel. ¡Los jóvenes a las obras! Textos esenciales. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2008. 729p.
- GONZALEZ PRADA, Manuel. Páginas libres/ Horas de lucha. Barcelona, España: Biblioteca Ayacunho, 1985. 399 p.
- GONZALO CUEVA, Agustín. Entre la ira e la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana. Prólogo de Alejandro Moreano. 1. ed. Buenos Aires: Clacso/ Prometeo Libros, 2007. 192p.
- GONZALO CUEVA, Agustín. Agustín Cueva. Pensamiento Fundamental. Estudio, selección e notas de Alejandro Moreano. Quito, Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar/Corporación Editora Nacional, 2007. 168p.
- GRAMSCI, Antonio. Antología. 4. ed. México: Biblioteca del pensamiento socialista/ Editorial Siglo XXI, 1978. 520 p.
- GRAMSCI, Antonio. Consejos de fábrica y estado de la clase obrera. México: Ediciones Roca, 1973. 160 p.
- GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la cárcel (1929-1935), 6 volúmenes. México: Ediciones Era y Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999. 3119 p.
- GRAMSCI, Antonio. Escritos Políticos (1917-1933). 6 ed. México: Siglo XXI, 1998. 396 p.
- GRAMSCI, Antonio. Revolución rusa y Unión Soviética. México: Roca, 1974. 156 p.
- GRAMSCI, Antonio. Sobre el fascismo. México: Ediciones Era, 1979. 298 p.
- GROMPONE, Romeo. La escisión inevitable: Partidos y movimientos en el Perú actual. Lima: IEP, 2005. 212 p.
- GUADARRAMA GONÇALEZ, Pablo. Autenticidad del pensamiento marxista en América Latina.
- GUEVARA, Ernesto Che. Cartas, Apêndice-Músicas a Che Guevara. São Paulo: Edições Populares Aldino Rodrigues Paulino Neto, 1980. 140 p.
- GUEVARA, Ernesto Che. Diario en Bolivia. Santiago de Chile: Editorial Punto Final, 1997. 253 p.
- GUEVARA, Ernesto. Obras Completas. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1996. 699 p.

- GUILLI, Sergio M. Marxismo, caos y complejidad. 1. ed. Buenos Aires: Sextatesis, 2008. 128p.
- GÜNSCHE, Karl-Ludwing; LANTERMANN, Klaus. Historia de la Internacional Socialista. México: Nueva Sociedad/Editorial Nueva Imagen, 1979. 351 p.
- GUSTAFSSON, Bo. Marxismo y revisionismo. Barcelona: Grijalbo, 1974. 439 p.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. Acordarse de los pobres (textos esenciales). Peru: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2004. 631 p.
- GUTIÉRREZ ROJAS, Moisés (et. al). Historia, coyuntura y descolonización. Katarismo e indianismo en el proceso político del MAS en Bolivia. La Paz, Bolivia: Fondo Editorial Pukara. Edição eletrônica: <http://periodicopukara.com/archivos/historia-coyuntura-y-descolonizacion.pdf>, 2010 (205 p.)
- GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia (2000-2005). Buenos Aires: Tinta Limón, 2008. 384p.
- HABERMAS, Jürgen. La necesidad de revisión de la izquierda. Madrid: Editorial Tecnos, 1991. 317 p.
- HARNECKER, Marta. América Latina, izquierda y crisis actual. México: Siglo XXI Editores, 1990. 305 p.
- HARNECKER, Marta. Tornar possível o impossível. A esquerda no limiar do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 456p.
- HARNECKER, Marta. Venezuela, una revolución sui generis. Madrid: El viejo topo, 2004. 123 p.
- HARNECKER, Marta. La comuna popular China. la Comuna Popular Chilying como un ejemplo. Em: http://www.ua.es/grupo/giecryal/otrosdocs/docs/Comuna_popular_china.pdf.
- HARNECKER, Marta; FUENTES, Federico. Instrumento político que surge de los movimientos sociales. La Paz, Bolivia: Centro Internacional Miranda/ MAS IPSP, 2008. 174p.
- HARNECKER, Marta. Transfiriendo poder a la gente – Municipio Torres, Estado Lara, Venezuela. Caracas, Venezuela: Centro Internacional Miranda/ Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.
- HARNECKER, Marta (seleção de textos). El sistema político yugoslavo. Buscando un camino alternativo al sistema representativo burgués y al sistema estatista soviético. Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2007. 147p.

- HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. Obras completas, 7 Vol.. Lima: Juan Mejía Baca, 1984, 3.384 p.
- HAVEMANN, Robert. Dialectica sin dogma. Barcelona, Espanha: Ediciones Ariel, 1967. 281p.
- HERRERA, Amílcar O. A nova onda tecnológica e os países em desenvolvimento, problemas e opções. Em: Revista Política e Administração (FESP), vol. 1, nº3, outubro-dezembro de 1985, Rio de Janeiro, p. 373'-387. (Este numero da revista ficou no prelo, nunca sendo impressa)
- HERRERO, Pedro (ed.). La izquierda en América Latina. Espanha. Madrid, Espanha: Fundación Pablo Iglesias, 2006.
- HINKELAMERMERT, Franz J. El sujeto y la ley: el retorno del sujeto reprimido. Caracas: El Perro y la Rana, 2006. 524 p.
- HOBBSAWM, Eric. Historia del siglo XX. Buenos Aires: Grijalbo Mondadori, 1998. 612 p.
- HOBBSAWM, Eric. História do marxismo. 12 volumes. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HOBBSAWN, Eric J. Política para una izquierda racional. Barcelona: Editorial Crítica. 2000. 196 p.
- HOETMER, Raphael. Repensar la política desde América Latina. Cultura, Estado y movimientos sociales. Lima, Perú: Universidad Nacional Mayor de San Marcos/ Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales/ Programa Democracia y Transformación Global, mayo de 2009. 420p.
- HOLLOWAY, John. Como cambiar el mundo sin tomar el poder. In: WALLERSTEIN, Immanuel; HOLLOWAY, John; SOUZA SANTOS, Boaventura de. Debates en el Foro Social Mundial. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación CTA, 2005. 97p.
- HOTOS, Eugenio María de. Obras. Casa de las Américas: La Habana. 1988. 723 p.
- HOUTART, François. De la resistencia a la ofensiva en América Latina. ¿Qué desafíos para el análisis social? ALAI, América Latina en Movimiento. Disponível em (último acesso em 17 de janeiro de 2011): <http://alainet.org/active/17475>, 16 de maio de 2007.
- HUNTINGTON, Samuel P. (et. al.). The Clash of Civilizations: The Debate. New York, EUA: Council on Foreign Relations, 2010. 126p.
- KAPLAN, Marcos. Déficit de la izquierda y radicalización cristiana en América Latina. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (pp.7-21)

- KOYRE, Alexandre. Estudios de historias del pensamiento científico. México: Siglo XXI, 1978. 394 p.
- IANNI, Octávio. Dialética & Capitalismo – ensaio sobre o pensamento de Marx. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 147p.
- IBAÑEZ, Alfonso. Mariátegui, los movimientos sociales y la democracia. Anuário Mariateguiano, Lima v.10, n.10, p. 73-78, 1998.
- IGUIÑEZ ECHEVERRIA, Javier. Hacia un plan de gobierno de Izquierda Unida. In: Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada: El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989, p. 317-337. (não publicado)
- II SEMINARIO "SOCIALISMO DEL SIGLO XXI: Declaración de Buenos Aires". Em: Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, Año XV, Nº 32, outubro de 2005 - março de 2006. P. 76-85.
- II SEMINARIO "SOCIALISMO DEL SIGLO XXI: Llamamiento de Montevideo". Em: Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, Año XV, Nº 32, outubro de 2005 - março de 2006. P. 85-88.
- III CUMBRE DE LOS PUEBLOS. In: Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, Año XV, Nº 32, outubro de 2005 - março de 2006. P. 105-108.
- IMBERNON, José María. Mariátegui y Haya de la Torre: actualidad de un debate. In: Roland FORGUES (compilador). Mariátegui, una verdad actual siempre renovada. Lima: Amauta, 1994. p.123-136.
- INGENIEROS, José. Antimperialismo y nación. Mexico: Siglo XXI, 1979. 529 p.
- INGENIEROS, José. La simulación de la lucha por la vida. 7 ed. Buenos Aires: Editorial Losada, 1996. 170 p.
- IÑIGO CARRERA, Nicolás. Argentina: Falacias y realidades sobre la clase obrera. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.34, p. 53-63, out. 2006/abril 2007.
- INSTITUT GIANGIACOMO FELTRINELLI. Histoire du marxisme contemporain. 3 volumes, 4 tomos. París: Union Générale d'Éditions, 1976.
- IZAGUIRRE, Inés. Argentina: Movimientos sociales y lucha de clases. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, ano XV, n.34, p. 100-115, out. 2006/abril 2007.
- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos e a crise: Da exposição social à participação popular autónoma. Política e administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 223-238, jul/set. 1985.
- JACQUES, Attali. Uma breve história do futuro. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008. 223p.

- JAFFE, Hosea. Marx e il colonialismo. Milán: Cooperativa Edizione Jaca Book, 1977. 476p.
- JARAMILLO SALGADO, Diego. Satanización del socialismo y del comunismo en Colombia, 1930-1953. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2007. 308 p.
- JOHNSON, Chalmers. America's empire bases. In: Common Dreams.org. Disponible em (último acceso 20 de janeiro de 2011): <http://www.commondreams.org/views04/0115-08.htm>, publicado em 15 de janeiro de 2004.
- JOHNSON, Chalmers. The sorrow of Empire: Militarism, secrecy an the end of the republic. Metropolitan Books: Nueva York, 2004.
- JUNG-AH LEE. Samsung, LG gain approval for LCD plants in China. Wall Street Journal. Disponible em (último acceso 20 de janeiro de 2011) <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703554304575595414197771030.html>, publicado em 8 de novembro de 2010
- KALMANOVITZ, Salomón. Notas sobre la formación del Estado y la cuestión nacional en América Latina. Ideología y sociedad, Bogotá, n.20, vol.9, pp. 33-60, jan./março 1977.
- KALTMEIER, OLAF. JATARISHUN: Testimonios de la lucha indígena de Saquisilí (1930-2006). Quito, Ecuador: Corporación Editora Nacional, 2008. 329 p.
- KAPSOLI, Wilfredo. Mariátegui y los congresos obreros. Lima: Biblioteca Amauta, 1980. 164 p.
- KAUTSKY, Karl. La revolución social el camino del poder. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1978. 319 p.
- KAUTSKY, Karl; LENIN, V.I. La dictadura del proletariado. La revolución proletaria. México: Grijalbo, 1975. 264 p.
- KAUTSKY, Karl; TROTSKY, Leon. Terrorismo y comunismo. Madrid: Biblioteca Jucar, 1977. 318 p.
- KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria (novena edición). Siglo XXI: México, 2002, 535 p
- KAZTMAN, Rubén; REYNA, José Luis (Compiladores). Fuerza de trabajo y movimientos laborales en América Latina. México DF: Colegio de México, 1979. 337 p.
- KLÜBER, Jürgen. José Carlos Mariátegui y problemas de la revolución latinoamericana. Tercer Seminario Internacional: Mariátegui, unidad de pensamiento y acción. Lima: Ediciones Unidad, 1986, pp. 181-193

- KOLAKOWSKY, Leszek. Main currents of Marxism. 3 volúmenes. New York: Oxford University Press, 1982. 1083 p.
- KOHAN, Néstor. Pensamiento Crítico y el debate por las ciencias sociales en el seno de la Revolución Cubana. In: BEIGEL, Fernanda. et. al. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: FLACSO, 2006. (pp. 389-437) 50p
- KOHAN, Néstor. Antonio Gramsci y la filosofía de la praxis. La Fogata Digital. Disponível em (último acesso em 17 de janeiro de 2011): <http://www.lafogata.org/opiniones/antonio.htm>
- KOHAN, Néstor. El romanticismo, componente esencial del marxismo. Entrevista concedida a Michel Löwy. Revista Locas - Madres de Plaza de Mayo. Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/izquierda/lowy230102.htm> 23 de janeiro de 2002. .
- KONDER, Leandro. A derrota da dialética: a recepção das ideais de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 264p.
- KONDRATIEFF, Nikolai D (1935). Los grandes ciclos de la vida económica. Disponível em: www.eumed.net/cursecon/textos (Publicado originalmente por *The Review of Economics Statistics*, vol XVII nº 6, noviembre 1935).
- KORSCH, Karl. Escritos políticos II. México: Folios Ediciones, 1982. 254 p.
- KORSCH, Karl. Teoría marxista y acción política. México: Cuadernos de Pasado y presente, 1979. 237p.
- KOSIK, Karen. Nuestra crisis actual. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996, p. 133-151.
- KOSSOK, Manfred. et al. Mariátegui y las Ciencias Sociales. Lima: Ed. Amauta, 1982. 117 p.
- KOSSOK, Manfred. José Carlos Mariátegui y su aporte al desarrollo de las ideas marxistas en el Perú. In: MELIS, Antonio; DESSAU, Adalbert; KOSSOK; Manfred. Mariátegui, tres estudios. Lima: Amauta, 1971. 147 p.
- KRUIJT, Dirk; KOONINGS, Kees (editores). Ejércitos políticos: las fuerzas armadas y la construcción de la nación en la era de la democracia. Lima: IEP, 2003. 530 p.
- LACLAU, Ernesto; MOUFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987. 217 p.
- LACLAU, Ernesto. La razón populista. México: FCE, 2006. 312p.

- LACLAU, Ernesto. Debates y combates: por un nuevo horizonte de la política. 1 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. 140p.
- LAHERA, Eugenio. ¿Qué está pasando en Chile?. Nueva Sociedad, Caracas nº 197, maio/jun. 2005, p. 69-83.
- LANDA VÁSQUEZ, Ladislao. Pensamientos indígenas en nuestra América. In: BEIGEL, Fernanda. et. al. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: FLACSO, 2006.
- LANDER, Edgardo (Compilador). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 248 p.
- LANZ, Rigoberto. et. al. Temas para la discusión. Caracas, Venezuela: Fondo Editorial Ipasme, 2007. 125p.
- LAVALLE, Bernard. Mariátegui y el problema colonial en el siglo XX. In: FORGUES, Roland. Mariátegui, una verdad actual siempre renovada. Lima: Amauta S.A., pp. 137-146, 1994.
- LAJO, Javier. El primer paso para la descolonización de los Estados criollos. Descolonizar la mente. In: ALAI, América Latina en Movimiento, 11 de dezembro de 2006. Disponível em <http://alainet.org/active/14962>, último acesso em 10 de janeiro de 2010.
- LAVRETSKI, I. Ernesto Che Guevara. Moscou: Editorial Progreso, 1975. 332 p.
- LEAL, Murilo. À esquerda da esquerda: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e terra, 2004. 280p.
- LEBOWITZ, Michael A. Build it now: Socialism for the twenty-first century. Nova York: Monthly Review Press, 2006. 127 p.
- LEBOWITZ, Michael A. El socialismo no cae del cielo. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2006. 30 p.
- LEBOWITZ, Michael A. El camino al desarrollo humano. ¿Capitalismo o socialismo? Caracas, Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2008. 65p
- LECHNER, Norbert. ¿Responde la democracia a la búsqueda de certidumbre?. In: CALDERON, Fernando (Compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP/CLACSO, 1989. p. 45-70.
- LEIBNER, Gerardo. Pensamiento radical peruano: González Prada, Zulen, Mariátegui. In: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, Tel Aviv: Tel Aviv University, v.8, n.1, janeiro/junho, p. 111-128, 1997. (Disponível em: http://www.tau.ac.il/eial/VIII_1/leibner.htm)

- LEIBNER, Gerardo. El mito del socialismo indígena en Mariátegui. Lima, Peru: Pontificia Universidad Católica del Perú /Fondo Editorial, 1999. 261 p.
- LENIN, V. I. El Estado y la revolución. Pekin: Edicitorial del pueblo, 1966. 153 p.
- LENIN, V. I. Obras escogidas. 3 volúmenes. Moscú: Editorial Progreso, 1961. 2649 p.
- LENIN, V.I.; GORTER, H. Jefes, partido y masas. México: Grijalbo, 1971. 159 p.
- LENIN, V.I.; TROTSKI, Leon; BUHÁRIN; PREBRAZHENSKI; GERRATANA; KATORGUINE. A nova política econômica (NEP), capitalismo de Estado - transición - socialismo. São Paulo: Global Editora, 1987. 295 p.
- LENIN, V.I.; TROTSKI, Leon; PREOBAJENSKY, Eugenio; BUJARIN, Nicolas. Teoría económica y economía política en la construcción del socialismo. México: Editorial Roca, 1974. 154 p.
- LENIN; ANCONA; BRAUN; RAZIN; STALIN; ENGELBERG; KORFES. Clausewitz en el pensamiento marxista. México : Cuadernos de Pasado y Presente, 1979. 208 p.
- LENIN, V.I. *¿Qué Hacer?*. Obras completas. Tomo V. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1959, 462 p.
- LENIN, V.I. (1906) La guerra de guerrillas. Disponible em: <http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1900s/30-ix-06.htm>, acessado em 10 de janeiro de 2009.
- LENNEP, Emile Van (org.). Facting the future. Mastering the probable and managing the unpredictable. Paris, França: OCDE, 1979. 425p.
- LEÓN, Osvaldo (et. Al.) Bicentenarios: história compartida, tareas pendientes. Em: América Latina em movimento (Alainet). Quito, Ecuador: Setembro de 2009 (ISSN: 1390-1230), 40p.
- LETTTS COLMENARES, Ricardo. La izquierda peruana: Organizaciones y tendencias. Lima: Mosca Azul, 1981. 197 p.
- LEVANO, César; TEJADA, Luis (Comp.). La utopía libertaria: Manuel Delfín Lévano, Obras Completas. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2006. 672 p.
- LICHTHEIM, George. Breve historia del socialismo. Madrid: Alianza Editorial, 1975. 447 p.
- LOZANO, Wilfredo. La izquierda latinoamericana en el poder: Interrogantes sobre un proceso en marcha. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, maio/jun. 2005. p. 129-145.
- LOPES, Marcos Antonio (org.). BRAUDEL, Fernand: tempo e história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 184p.

- LOPEZ MAYA, Margarita (Coordinadora). Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de la acción colectiva en 1999. Buenos Aires: CLACSO/ Asdi, 2002. 171 p.
- LOPEZ GARCIA, Luis. Hacia un plan de gobierno del Partido Aprista. In: Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada: El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989. p. 291-314.
- LOPEZ, Sinesio. Intelectuales y políticos en el Perú del siglo XX. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p 29-44.
- LOPEZ SORIA, José Ignacio. Adiós a Mariátegui: Pensar el Perú en perspectiva postmoderna. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2007. 188 p.
- LÓPEZ SANCHEZ. Roberto. El protagonismo popular en la História de Venezuela. Raíces históricas del proceso de cambios. Maracaibo, Venezuela: Janeiro de 2008. 63p. (texto não publicado)
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco; FILMUS, Daniel (coordenadores). América Latina 2020: cenários, alternativas e estratégias. São Paulo: Editora Viramundo, 2000. 677p.
- LOSURDO, Domenico. Contra-historia do liberalismo. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. 399 p.
- LOSURDO, Doménico. Antonio Gramsci: Do liberalismo ao 'comunismo crítico'. Río de Janeiro: Revan, 2006. 288p.
- LOSURDO, Doménico. Democracia ou bonapartismo. Río de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: Editora Unesp, 2004. 276p.
- LOSURDO, Doménico. Fuga da história?: A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje. Río de Janeiro: Revan, 2004. 208p.
- LÖWY, Michael. ¿Patrias o planeta?: Nacionalismos e internacionalismos de Marx a nuestros días. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1998. 128 p.
- LÖWY, Michael. O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 541 p.
- LÖWY, Michael. A estrela de amanhã: Surrealismo e marxismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. 157 p.
- LÖWY, Michael. El marxismo romántico de Mariátegui. Márgenes: Lima, v.1, n.2, p. 13-22, 1987.
- LÖWY, Michael. El pensamiento del Che Guevara. 17 ed. México: Siglo XXI, 2001. 151 p.

- LÖWY, Michael. Los intelectuales latinoamericanos y la crítica social de la modernidad. *Revista Casa de las Américas*, año XXXIII, n.191, p. 100-105, abril/jun. 1993.
- LÖWY, Michael. Los marxistas y la cuestión nacional. *Ideología y sociedad*, Barcelona, n.20, p. 9-27, jan./março 1977.
- LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. 271 p.
- LÖWY, Michael. *Método dialético e teoría política*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989. 141 p.
- LÖWY, Michael; BETO, Frei. *Ecosocialism and spirituality*. Texto apresentado no Fórum Social Mundial em Belém do Pará-2009. Mimeo. Disponível em: *Löwy Capitalism Nature Socialism*, 1548-3290, Volume 21, 2ª Ed., 2010, pp. 87 – 99.
- LÖWY, Michael. Por um socialismo latino-americano no século 21 (entrevista). In: *Jornal Sem Terra*, nº 268. Disponível em (último acesso em 10 de janeiro de 2011): <http://www.mst.org.br/book/export/html/206>, publicado em dezembro de 2006.
- LÖWY, Michael. Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião. *Estudos avançados*, vol.19, nº 55, São Paulo. Disponível em (último acesso 10 de janeiro de 2011): http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300008&script=sci_arttext, publicado em setembro/ dezembro de 2005.
- LÖWY, Michael. O que é o Eco-socialismo?. Disponível em: http://combate.info/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=94
- LUMBABO, Catia Wanderley; COELHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcus André. *Diseño institucional y participación política: Experiencias en el Brasil contemporáneo*. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 342 p.
- LUNAS VEJAS, Ricardo. *Mariátegui, Haya de la Torre y la verdad histórica*. Lima: Editorial Horizonte, 1988. 102p.
- LUKÁCS, Georg. *Marx y el problema de la decadencia ideológica*. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1981. 193p.
- LUXEMBURG; KEUTSKY; PANNEKOEK. *Debate sobre la huelga de masas (Segunda Parte)*. Cuadernos de Pasado y Presente, 1976. 212 p.
- LUXEMBURG, Rosa. *Huelga de masas, partido y sindicato*. Buenos Aires: Cuadernos de Psado y Presente, 1975. 156 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. *El desarrollo industrial de polonia y otros escritos sobre el problema nacional*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1989. 287 p.

- LUXEMBURGO, Rosa. Introdução a la economía política. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972. 152 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. La acumulación del capital. México: Grijalbo, 1967. 454 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. La crisis de la socialdemocracia. México: Roca, 1972. 159 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. La cuestión nacional y la autonomía. México: Cuadernos de Pasado y presente, 1979. 241 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. Obras escogidas. México: Era, 1978. 498p.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma o revolución. Buenos Aires: Distribuidora Bairas, 1974. 164 p.
- LUXEMBURGO, Rosa. Tática revolucionario. México: Roca, 1975. 155 p.
- MACCIOCCHI, Maria Antonieta. Gramsci y la revolución de occidente. México: Siglo XXI, 1975. 393 p.
- MACPHERSON, C.B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. 118 p.
- MACPHERSON, C.B. A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 318 p.
- MAIDÁNIK, Kiva. El proceso revolucionario de América Latina visto desde la URSS: Desde la Revolución Cubana hasta la insurrección en Centroamérica. Santo Domingo: Editora Taller, 1982. 252 p.
- MAIRA, Luis y VOCARIO, Guido. Perspectivas de la izquierda latinoamericana: Seis diálogos. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1991. 262 p.
- MALUF, Ued. Cultura e Mosaico. Uma introdução à teoria das estranhezas. Niterói, RJ: Sol Nascente, 1997. 128p.
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo (organizador). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 432p.
- MARABUNTA. Mariátegui: Un marxismo latinoamericano. Izquierda Revolucionaria. Disponível em (último acesso 20 de janeiro de 2011): www.argentina.indymedia.org/news/2005/10/332561.php, publicado em 4 de outubro de 2005.
- MARI, Marcelo. Estética e política em Mário Pedrosa (1930-1950). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia. Orientador: Prof. Dr. Celso Fernando Favaretto. São Paulo: 2006, 285p.

- MARIATEGUI, José Carlos. Obras Completas: Mariátegui Total, (2 vol.). Lima: Editora Amauta, 1996. 3.361 p.
- MARINI, Ruy Mauro, MILLAN, Margara. La teoría social latinoamericana. (Tomo I: Los orígenes). México: Ediciones El Caballito, 1994. 221 p.
- MARINI, Ruy Mauro, MILLAN, Margara. La teoría social latinoamericana. (Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia). México: Ediciones El Caballito, 1994. 318 p.
- MARINI, Ruy Mauro, MILLAN, Margara. La teoría social latinoamericana. (Tomo III: La centralidad del marxismo). México: Ediciones El Caballito, 1995. 333 p.
- MARINI, Ruy Mauro, MILLAN, Margara. La teoría social latinoamericana. (Tomo IV: Cuestiones contemporáneas). México: Ediciones El Caballito, 1996. 256 p.
- MARINI, Ruy Mauro. El movimiento obrero brasileño. Cuadernos Políticos, México, p. 2-5, n.46, abril/jun. 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. O movimento operario no Brasil. Política e administração, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 171-200, jul./set. 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. Diléctica de la dependencia. 7 ed. México: Serie Popular Era, 1985. 101 p.
- MARINI, Ruy Mauro; MILLAN, Margara. La teoría social latinoamericana, textos escogidos (Tomo II, La Teoría de la Dependencia). México: CELA, FCPyS UNAM, 1994. 375 p.
- MARINI, Ruy Mauro; SANTOS, Theotonio dos. El pensameinto social latinoamericano en el siglo XX (2 Volumes). Caracas: UNESCO Caracas, 1999. 915 pgs.
- MARINGONI, Gilberto. A Venezuela que se inventa – Poder, petróleo e intrigas nos tempos de Chávez. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 248p.
- MARQUES, Luiz; PILLA VARES, Luiz (Organizadores). Gramsci, cem anos de um pensamento vivo. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 1991. 96 p.
- MARRAMAO, Giacomo; GIOVANNI, Biagio de; LUPORINI, Cesare; BADALONI, Nicola; CACCIARI, Massimo. Teoría marxista de la política. México: Cuadernos de Pasado y Presente, 1981. 279 p.
- MARTI, José. Política de nuestra América. La Habana: Fondo Cultural del Alba, 2006. 373 p.
- MARTINEZ, Carlos Aníbal. Guatemala, a 15 meses del gobierno de Oscar Berger. Nueva Sociedad, Caracas, nº 197, p. 16-27, maio/jun. 2005.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. Che: El socialismo y el comunismo. La Habana: Ediciones Casa de las Américas, 1989. 184 p.

- MARTINEZ, Oscar. Argentina: Respuestas en el lugar del trabajo. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n.34, p. 64-81, out. 2006/abril 2007.
- MARTINS, Antonio. A revolução segundo Quijano. In: ALAI, América Latina en Movimiento, publicado em 25 de julho de 2004. Disponível em (último acesso 10 de janeiro de 2011): <http://alainet.org/active/6552>.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial. 61p. (texto não publicado).
- MARTINS, Carlos Eduardo. A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América século XXI. In: *Seminário Internacional REGGEN: Alternativas a Globalização* (8 al 13 de Outubro Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp01.pdf>
- MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento latino-americano e o sistema mundial. In: BEIGEL, Fernanda. et. al. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: FLACSO, 2006. pp. (153-216)
- MARTINS, Carlos Eduardo. As ciencias sociais e os desafios da globalização. In: Aportes, setembro/ dezembro, ano/ vol. IX, número 27. Puebla, México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004 (85-108).
- MARX, Karl. Cointribución a la crítica de la economía política. 6 ed. México: Siglo XXI, 2000. 410 p.
- MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (1957-1958). 3 volúmenes. México: Siglo XXI, 1971. 500 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Federico. Obras escogidas. Moscú: Editora Progreso. [Sem ano] 831 p.
- MARX, Karl; HOBBSAWM, Eric J. Formaciones económicas precapitalistas. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 1995. 119 p.
- MATSUSHITA, Hiroshi. Movimiento obrero argentino (1930-1945): Sus proyecciones en los orígenes del peronismo. Buenos Aires: Ediciones Siglo XXI, 1983. 347 p.
- MATTHEWS, Mervyn. Clases y sociedad en la Unión Soviética. Madrid: Alianza Editorial, 1977. 401 p.
- MAYOR, Frederico. Un monde nouveau. Paris: Editions Odile Jacob/ Unesco, 1999. 526p.
- Mc EVOY, Carmen. La utopía republicana: Ideales y realidades en la formación de la cultura política peruana (1871-1919). Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997. 473p.

- Mc GRATH, Collen. The crisis of domestic order. *Socialist Review*, Londres, v. 9 (Nº 1), n. 43, p. 11-30, jan./fev. 1979.
- MELGAR BAO, Ricardo. La Revolución Mexicana y el movimiento popular-nacional de la región andina (la controversia: Mariátegui y Haya de la Torre). Tercer Seminario Internacional: Mariátegui, unidad de pensamiento y acción. Lima: Ediciones Unidad, 1986.
- MELGAR BAO, Ricardo. Mariátegui, Indo América y las crisis de Occidente. Lima: Amauta, 1995. 130 p.
- MELIS, Antonio. Del "complot comunista" a la ruptura con Haya. *Anuário Mariateguiano*, Lima, v. 10, n. 10, p. 13-34, 1998.
- MELIS, Antonio. Mariátegui, primer marxista de América. *Cuadernos de Cultura Latinoamericana*, nº 95. México. Universidad Autónoma de México. 1979, 34p.
- MELLA, Julio Antonio. *Escritos revolucionarios*. México: Editora Siglo XXI, 1978. 266 p.
- MELLA, Julio Antonio. *Mella: Documentos y artículos*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, Instituto Cubano del Libro, 1975. 662 p.
- MELO, Mabel de Faria. Água não é mercadoria. Publicado em: *América Latina en Movimento*, <http://alainet.org/active/29741&lang=es>, 3 de abril de 2009.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O marxismo ocidental*. Río de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 323 p.
- MESSEGUER, Ilán Diego. José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionario. Lima: Instituto de Estudios peruanos-IE, 1974. 265 p.
- METZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. 559 p.
- MIGNOLO, Walter. El pensamiento descolonial. In: *ALAI, América Latina en Movimento*. Disponível em (último acesso 10 de janeiro de 2011): <http://alainet.org/active/13357>, 14 de setembro de 2006.
- MIRES, Fenando. *La rebelión permanente. Las revoluciones sociales en América Latina*. 3 ed. Buenos Aires: Siglo XXI editores Argentina, 2005.
- MILANI, Carlos e LANIADO, Ruthy Nadia. *The Marian and Arthur Edelstein Virtual Library Transnational Social Movements and the Globalisation Agenda: a Methodological Approach Based on the Analysis of the World Social Forum (Working Paper 5)*. Rio de Janeiro, Brasil: The Edelstein Center for Social Research, Dezembro, 2006
- MINÁ, Gianni. *O continente desaparecido: as ideias de Porto Alegre que estão mudando a América Latina*. Rio de Janeiro: Record, 2007. 361 p.

- MIRES, Fernando. Continuidad y ruptura en el discurso político. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Julio/set-out 2002. (pp. 129-144)
- MIRÓ QUESADA, Francisco. La ideología de Acción Popular. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p 299-330.
- MIRZA, Christian Adel. Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 291 p.
- MOLEIRO, Moisés. La izquierda y su proceso. 3 ed. Caracas, Venezuela: Ediciones Centauro, 1977. 278 p.
- MONDOLFO, Rodolfo. El humanismo de Marx. México: Fondo de Cultura Económica (Primeira reimpressão da versão corrigida e aumentada em 1973), 1977. 156 p.
- MONDOLFO, Rodolfo. Marx y marxismo, estudios históricos críticos. 3 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. 246 p.
- MONTIEL, Edgar. Barro pensativo, signos de la cultura peruana. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1989. 181p.
- MONTIEL, Edgar. Tesis por una filosofía americana. Proyecto Ensayo Hispánico. Disponível em (último acesso 17 de janeiro de 2011): <http://www.ensayistas.org/critica/generales/montiel/montiel1.htm>
- MONTOYA, Rodrigo. 7 Tesis de Mariátegui sobre el problema étnico y el socialismo en el Perú. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 2, n. 2, p. 45-70, 1990.
- MONTOYA, Rodrigo. El problema étnico y el socialismo en tiempos de Mariátegui y en 1994. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 7, n. 7, p. 67-82, 1995.
- MONTOYA ROJAS, Rodrigo. Puentes para unir los fragmentos del Peru. Dos grandes momentos: luchas por la tierra (1888-1980) y por la cultura (2009 - ¿?). Em (último acesso em 10 de janeiro de 2010): <http://alainet.org/active/39354&lang=es>.
- MONTOYA ROJAS, Rodrigo. Un acontecimiento político: Nace una Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas de Ecuador, Bolivia y Perú. In: ALAI, América Latina en Movimiento. Disponível em (último acesso 10 de janeiro de 2011): <http://alainet.org/active/12642&lang=es>, publicado em 26 de julho de 2006.
- MORA, Daniel Gral.; ROSPIGLIOSI, Fernando; ABAD, Samuel; BASOMBRIÓ, Carlos. Las Fuerzas Armadas en la transición democrática en el Perú. Lima: IEP, 2001. 98p.

- MORALES, Gerardo. Cultura oligarquica y nueva intelectualidad en Costa Rica: 1880-1914. Heredia, C.R.: EUNA, 1994. 244p.
- MORIN, Edgar. La méthode. Volume I La nature de la nature. Paris, France: Éditions du Seuil, 1977. 399 p.
- MORIN, Edgar. La méthode. Volume II La Connaissance de la Connaissance. Paris, France: Éditions du Seuil, 1980. 243 p.
- MORIN, Edgar. La méthode. Volume III La vie de la vie. Paris, France: Éditions du Seuil, 1986. 470 p.
- MOROS RUANO, Edgar. José Carlos Mariátegui y el marxismo latinoamericano. Revista Venezolana de Ciencia Política, Caracas, año 2, n. 4, p. 41-59, jun. 1989.
- MOULIAN, Tomás. El marxismo en Chile: Producción y utilización. In: Documentos de Trabajo FLACSO-Programa Chile, serie Estudios Políticos N° 7. Santiago de Chile, janeiro de 1991, 93p.
- MUÑOZ, Leonardo J. Testimonio de lucha. Memorias sobre la historia del socialismo en el Ecuador. Quito, Ecuador: Corporación Editora Nacional, 1988. 151 p.
- MITCHELL, Wesley C. Los ciclos económicos. Em (último acceso em 10 de janeiro de 2011): <http://www.eumed.net/textos/07/mitchell-ciclos.htm>.
- METHOL FERRE, Alberto. La nueva izquierda de América Latina. Em: (último acceso 10 de janeiro de 2011) <http://www.izquierdanacional.org/web-anterior/lecturas/lec008.html>
- NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o *conceito* de América Latina: uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. In: Revista Pilquen, Seção Ciências Sociais, Dossier Bicentenario, Ano XII, N° 12. Argentina: 2010. 7p.
- NETTL, Peter. Rosa Luxemburgo. México: Era, 1974. 622 p.
- NEWTON, Isaac. Principia – princípios matemáticos de filosofia natural (Livro III). Folha de são Paulo: São Paulo, 2010, 120 p.
- NOVE, Alec. Historia económica de la Unión Soviética. Madrid: Alianza Editorial, 1973. 425 p.
- NIETO, Jorge M. ¿Vieja o nueva izquierda?. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p. 379-392.
- NUGENT, José Guillermo. El descubrimiento de una época: La escena contemporánea. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 3, n. 3, p. 61- 70, 1991.

- NUGENT, Guillermo. Surgimiento de la democracia como sistema político. In: NUGET, G (et. al). Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p. 11-28.
- OBSERVATORIO SOCIAL DE AMERICA LATINA. El febrero boliviano: Crisis política y revuelta popular. La guerra imperial y el movimiento de resistencia global. Año IV, Nº 10, janeiro-abril de 2003.
- OBSERVATORIO SOCIAL DE AMERICA LATINA. Revista del Observatorio Social de América Latina: Movimientos sociales y Gobierno de la región andina, Resistencias y alternativas: lo político y lo social. CLACSO. Año 7, Nº 19, janeiro-abril de 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, dezembro de 2001. Disponível em (último acesso em 17 de janeiro de 2011):http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso .
- O'DONNELL, Guilherme. Análise do autoritarismo burocrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 428p.
- OELGART, Bernd. Ideólogos e ideologías de la nueva izquierda. Barcelona: Anagrama. 1971, 197 p.
- OLIN WRIGHT, Erik; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliot. Reconstruindo o marxismo. Petrópolis: Vozes, 1993. 341 p.
- OLIVA CAMPOS, Carlos (Director de la publicación). Anuario de la integración Latinoamericana y caribeña. México: REDIR, 2002. 304 p.
- OROZCO RAMIREZ, Shirley; GARCIA LINERA, Alvaro; STEFANONI, Pablo. "No somos juguete de nadie..." Análisis de la relación de movimientos sociales, recursos naturales, Estado y descentralización. La Paz: Plural Editores, 2006. 419 p.
- ORTIZ DE ZEVALLOS, Felipe M. La economía peruana a partir del 90. In: Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada: El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989, p. 57-76.
- OSHIRO, Jorge. Agonía y mito. Dos fuentes del pensamiento filosófico de Mariátegui: Unamuno y Sorel. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 8, n. 8, p. 15-52, 1996.
- OSHIRO, Jorge. Labriola y Mariátegui o la cuestión del marxismo creador. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 5, n. 5, p. 169-182, 1993.
- OSHIRO, Jorge. Reylendo Amauta: el Perú y la comunidad continental. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 10, n. 10, p. 75-90, 1998.

- OZAI DA SILVA, Antonio. História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas). 2. ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editoria, [sem ano], 239 p.
- PADUA, Jorge. Técnicas de investigación aplicadas a las ciencias sociales. 9. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. 360 p.
- PADUA GURGEL, Antonio de. Socialistas no Brasil, partidos, programas e experiencias. Brasilia: Editorial Thesaurus, 1984. 184 p.
- PALACIOS PÁEZ, Mario; PINTO, Vladimir e HOETMER, Raphael. Minería transnacional, comunidades y las luchas por el territorio en el Perú: el caso de Conacami. Guaraguao, Barcelona: Revista de Cultura Latinoamericana da Univesidade Autonoma de Barcelona (ISSN 1137-2354), Año 12, N°. 29, 2008 (pp. 24-34).
- PAJUELO, Ramón; Sandoval, Pablo (Compiladores). Globalización y diversidad cultural: Una mirada desde América Latina. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004. 464 p.
- PAKKASVIRTA, Jussi. ¿Un continente, una nación?, intelectuales latinoamericanos, comunidad política y las revistas culturales en Costa Rica y en el Perú (1919-1930). Saarijärvi (Finlandia): Academia de Ciencias de Finlandia y Sociedad Finlandesa de Ciencias y Letras. 1997, 235p.
- PARAMIO, Ludolfo. Tras el diluvio: La izquierda ante el fin de siglo. México: Siglo XXI, 1989. 260 p.
- PARIS, Robert. La formación ideológica de José Carlos Mariátegui. México: Cuadernos de Pasado y Presente/Siglo XXI, 1981. 226p.
- PARVUS; MEHRING; LUXEMBURG; KAUTSKY; VANDERVELDE. Debate sobre las huelgas de masa (Primera Parte). Buenos Aires: Cuadernos Pasado y Presente, 1975. 283 p.
- PASARA, Luis. La izquierda en la escena pública. Lima: CEDYS/Fundación F. Erbert, 1989. 58 p.
- PEASE, Franklin G. (Director); MOYA PONS, Frank (Coordinador). Historia General de América Latina: El primer contacto y la formación de las nuevas sociedades. volume II. Madrid: UINESCO/Trotta, 2000. 556 p.
- PEASE G., Henry. A los empresarios. Lima: Comisión Nacional de Plan de Gobierno de Izquierda Unida, 1989, 46 p.
- PEASE G., Henry. A los trabajadores. Lima: Comisión Nacional de Plan de Gobierno de Izquierda Unida, 1990. 28 p.
- PEASE G., Henry. A los luchadores por la vida y por la paz. Lima: Comisión Nacional de Plan de Gobierno de Izquierda Unida, 1990. 37 p.

- PEASE G., Henry. A la comunidad universitaria. Lima: Comisión Nacional de Plan de Gobierno de Izquierda Unida, 1990. 26p.
- PEASE G., Henry. A las fuerzas armadas y policiales. Lima: Comisión Nacional de Plan de Gobierno de Izquierda Unida, 1990. 33 p.
- PEASE G., Henry. Por los pasos perdidos: El Parlamento peruano entre el 2000 y el 2006. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2006. 541p.
- PEREZ, Carlota. Revoluciones tecnológicas y capital financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veinteuno Editores, 2002, 90p.
- PEREZ CRESPO, Guillermo. Argentina: La crisis del midelo sindical. Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n. 34, p. 82-99, out. 2006/abril 2007.
- PEREZ CRESPO, Guillermo. México-Argentina: libertad y autonomía sindical. Critica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año XV, n. 32, p. 39-54, out. 2005/março 2006.
- PEREZ GALDOS, Víctor. Un hombre que atua como piensa. La Habana: Editora Política, 1987. 167 p.
- PEREZ GUERRA, Elsa (Editora). Historia del movimiento obrero cubano 1865-1958, Tomo II (1935-1958). La Habana: Editora Política, 1985. 383 p.
- PEREZ SOTO, Carlos. Marxismo en el fin de siglo. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 151-188.
- PETKOFF, Teodoro. Las dos izquierdas. Nueva Sociedad, Caracas nº 197, p. 114-128, maio/jun. 2005.
- PIAGET, Jean. Introduction à la l'épistémologie génétique (4ta edição). Paris: Presses Universitaires de France, 1950, 1988.
- PIVIDAL, Francisco. Bolívar: pensamiento precursor del antimperialismo. La Habana: Fondo Cultural del Alba, 2006. 284 p.
- PLEJANOV, Jorge. El socialismo y la lucha política. México: Roca, 1975. 157 p.
- PLEJANOV, Jorge. Sindicalismo y marxismo. México DF.: Grijalbo, 1968. 159 p.
- PLEKHANOV, Jorge. O materialismo militante. Lisboa: Editorial Estampa, 1976. 153 p.
- PLOTKIN, Mariano Ben. La privatizacion de la educacion superior y las ciencias sociales en la Argentina. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 174 p.

- PODESTÁ, Bruno (editor). Ciencias sociales en el Perú: un balance crítico. Lima: Universidad del Pacífico, 1978, 210 p.
- POLANY, Karl. La gran transformación. Crítica del liberalismo económico. Madrid, España: Ediciones de La Piqueta, 1989, 472p.
- POLANY, Karl. El sustento del hombre. Barcelona, España: 1994. (pp.121-131)
- POLANYI, MICHAEL (1962). The republic of science: its political and economic theory. In: *Minerva I*, Holanda: Kluwer Academic Publishers, 2000 (1-32).
- POLO CHEVA, Demetrio. La crisis socialista: un reto democrático. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (pp.182-198)
- PONCE, Anibal. José Ingenieros: su vida y su obra y Educación y lucha de clases. 2. ed. Buenos Aires: Hector Matera-Impresor, 1949. 160 p.
- PONCE, Anibal. Obras Completas (4 Vol.). Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Los usos de Gramsci. México: Folios Ediciones, 1981. 197 p.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. La múltiple transformación del Estado latinoamericano. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (pp. 158-167)
- PORTANTIERO, Juan Carlos. José de Aricó: las desventuras del marxismo latinoamericano (introdução). In: ARICÓ, *José María*. La Hipótesis de Justo. Escritos sobre el socialismo en América Latina. Buenos Aires, Sudamericana, 1999. 203 p.
- PORTOCARRERO, Gonzalo; CACERES, Eduardo; TAPIA, Rafael (editores). La aventura de Mariátegui: nuevas perspectivas. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú/DESCO/ IE, 1995. 592 p.
- PORTOCARRERO, Gonzalo. El APRA y en Congreso Económica Nacional. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p 113-132.
- PORTOCARRERO, Julio. Sindicalismo peruano. Primera etapa 1911-1930. Lima: Editorial gráfica Labor, 1987. 287p.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Água não se nega a ninguém. Publicado em: ALAI, América Latina en Movimiento, <http://alainet.org/active/5673&lang=es>, 25 de fevereiro de 2004.
- POSADA, Francisco. Los orígenes del pensamiento marxista en América Latina. La Habana: Cuaderno de la Revista Casa de las Américas, 1968. 65p.

- POULANTZAS, Nicos; BUCI-GLUCKSMANN, Christine; VINCENT, Jaen-Marie; HIRSH, Joachim; BRUNHOFF, Suzann. El marxismo y la crisis del Estado. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1977. 168 p.
- POYER MÁRQUEZ, Arnulfo. Boves. ¿Justicia Maldita?. Caracas, Venezuela: Fondo Editorial Ipasme, 2007. 104p.
- PRADO JUNIOR, Caio. Historia Económica del Brasil. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1960. 384 p.
- PRADO REDONDEZ, Raimundo. El marxismo de Mariátegui. Lima: Amaru editores, 1982. 105 p.
- PRADO, Caio Junior. Conferencia del 17 de marzo de 1949. Praga revista de estudios marxistas, São Paulo, n. 1, p. 81-91, set./dez. 1986.
- PRADO, Caio Junior; ANDRADE, Oswald de. Debate entre Caio Prado Junior y Oswald de Andrade. Praga revista de estudios marxistas, São Paulo, n. 1, p. 93-97, set./dez. 1986.
- PREBISCH, Raúl. Los intereses de los países desarrollados y el desarrollo de América Latina. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002 (pp.65-70).
- PRIEGO, Manuel Miguel de. Apuntes acerca del debate en torno a la obra de Mariátegui. Tercer Seminario Internacional: Mariátegui, unidad de pensamiento y acción. Lima: Ediciones Unidad, 1986.
- PRIGOGINE, Ilya. El fin de las certidumbres. Madrid: Editorial Santillana/Taurus, 1997. 230 p.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. Entre le temps et L'éternité. France: Fayard, 1979. 221p.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. La nouvelle alliance. França: Gallimard, 1986. 439p.
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-PNUD. La democracia en América Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos: Contribuciones para el debate. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara. 2004. 408 p.
- PROCACCI, Giuliano. Introducción. En: KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria (9ª Ed). Siglo XXI: México, 2002, 535 p., p. xlv.
- QUARTIM DE MORAES, João (org.). Historia do marxismo no Brasil. (Vol. II: Os influxos teóricos). Campinas: Editora da UNICAM, 1995. 246 p.
- QUARTIM DE MORAES, João (org.). Historia do marxismo no Brasil. (Vol III: Teorias e interpretações). Campinas: Editora da UNICAM, 1998. 382 p.

- QUARTIM DE MORAES, João; DEL ROIO, Marcos (orgs.). Historia do marxismo no Brasil. (Vol IV: Visões do Brasil). Campinas: Editora da UNICAM, 2000. 307 p.
- QUIJANO, Aníbal. Imperialismo y 'marginalidad' en América Latina. Lima: Mosca Azul Editores, 1977. 287 p.
- QUIJANO, Aníbal. Reencuentro y debate: una introducción a Mariátegui. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. 117p.
- QUIJANO, Aníbal. Imperialismo clases sociales y Estado en el Peru (1890-1930). Lima, Peru: Mosca Azul Editores, 1978. 136p.
- QUIJANO, Aníbal. El regreso del futuro y las cuestiones del conocimiento. Utopías, nuestra bandera: Revista de debate político, ISSN 1133-567X, nº. 187, 2001, (pp. 76-83).
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: Estudos Avançados 19 (55). São Paulo: USP, 2005 (pp.9-31).
- RAMA, Carlos M (prólogo, seleção e cronologia). Utopismo socialista (1830-1893). 2. ed. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1987. 292p.
- RAMONET, Ignacio. Fidel Castro, biografia a duas vozes. São Paulo: Boitempo, 2006. 619 p.
- RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica. ISEB: Rio de Janeiro, 1958, 165p.
- RAMOS, Guerreiro. As novas ciências das organizações: Uma reconceitualização da riqueza das nações. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1989, 209 p.
- RAMOS TREMOLADA, Ricardo. La democracia de Haya y el país incomprendido. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p 93-112.
- RAPOPORT, Mario. Historia económica, política y social de la Argentina (1800-2000). Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000. 1148 p.
- REDY, Daniel. Los amautas: la política del arte y el arte de la política. Anuário Mariateguiano, Lima, v. 10, n. 10, p. 62-92, 1998.
- REVISTA DE DERECHO FORO. Los temas de la constituyente. Quito: Corporación Editora Nacional. Revista de Derecho FORO. 2007, 294 p.
- Revista Diplomacia, Estrategia y Política. Brasília: Proyecto Raúl Prebisch, N°8, outubro-dezembro de 2007. 288p.
- Revista Diplomacia, Estrategia y Política. Brasília: Proyecto Raúl Prebisch, N° 9, janeiro-março, 2009. 282p.

- Revista Espacios – aportes al pensamiento crítico contemporáneo. Quito, Ecuador: Centro de Investigaciones para el Desarrollo, N° 14, fevereiro de 2008
- REVISTA ESPACIOS (ECUADOR). La patria: ahora o nunca. Em: Espacios, aportes al pensamiento crítico contemporáneo, N° 14, Febrero 2008, 205 p.
- Revista de Investigación Análisis y Debate. Puno, Peru: Universidad Nacional del Altiplano/ Facultad de Ciencias Sociales (Coordinación de Investigación). N° 4, Dezembro de 2002.
- Revista Nueva Economía. Caracas, Venezuela: Academia Nacional de Ciencias Económicas, Año VIII, N°12, Abril de 1999.
- Revista Oikos de Economía Heterodoxa. Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Año VII, N° 9. 2008 (semestral).
- Revista Osal – Observatório Social da América Latina. Buenos Aires, Argentina: Clacso, Año 15, setembro-dezembro 2005. 313p.
- REY TRISTAN, Bernardo. La izquierda revolucionario Uruguay 1955-1973. Sevilla: CSIC/Universidad de Sevilla/Diputación de Sevilla, 2005. 471 p.
- RIBEIRO, Darcy. La nación latinoamericana. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (pp.38-64)
- RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel Filho (orgs.). Historia do marxismo no Brasil. (Vol V: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 282 p.
- RIOS BURGA, Jaime. Mariátegui y la escena contemporánea. Anuário Mariateguiano, v. 7, n. 7, p. 287-293, 1995.
- RIVARA DE TUESTA, María Luisa. Filosofía e historia de las ideas en el Perú (Tomo II). Lima: Fondo de Cultura Económica, 2000. 513 p.
- RIVARA DE TUESTA, María Luisa. Filosofía e historia de las ideas en Latinoamérica. (Tomo III). Lima: Fondo de Cultura Económica, 2000. 301 p.
- RIVARA DE TUESTA, María Luisa. Pensamiento pre-hispánico y filosofía colonial en el Perú. (Tomo I). Lima: Fondo de Cultura Económica, 2000. 359 p.
- RIVAS, Patricio H. El sujeto disidente y la probabilidad de sus nuevas alegrías. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 189-206.
- ROCHABRUN, Guillermo. Batallas por la teoría: En torno a Marx y el Perú. Lima: IEP, 2007. 565p.

- RODRIGUEZ GARAVITO, César; BARRET, Patrick S.; CHAVEZ, Daniel (Editores). La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y su trayectoria. Bogotá: Grupo Editora Norma, 2005. 460 p.
- RODRÍGUEZ, Isaías. Abril comienza en octubre. Caracas Venezuela: Grabados Nacionales, 2005. 251p.
- RODRIGUEZ MARIATEGUI, Luis P. Proyecto político social. In: CONFIEP (org.). Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada: El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989. p. 157-173.
- ROJAS GOMEZ, Miguel. Mariátegui, la contemporaneidad y América Latina. Bogotá: Edição Sistema Editorial Integrado-SEI: Santa Clara: Editorial Santa Clara/Universidad Central de las Villas/Universidad IICA, 1994. 100 p.
- ROJAS RABIELA, Teresa (Directora); MURRA, John V. (Coordinador). Historia General de América Latina: Las sociedades originarias. volume I. Madrid: UINESCO/Trotta, 1999. 660 p.
- ROJAS, Sergio. La izquierda ante el fin del milenio. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 207-224.
- ROJAS MIX, Miguel. América, no invoco tu nombre en vano. La idea de la América Latina. De Neruda a la geopolítica contemporánea. In: Revista *Casa de las Américas* No. 253 outubro/ dezembro de 2008. pp. 4-19
- RONCAGLILOLO, Rafael. La Democracia Cristiana: Marco de referencia y momentos iniciales. In: ADRIANZEN, Alberto (Editor). Pensamiento político peruano: 1930-1968. Lima: Desco, 1990. p. 287-298.
- ROSANVALLON, Pierre. Tensiones entre liberalismo y democracia. In: CALDERON, Fernando (Compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP/CLACSO, 1989. p. 179-198.
- ROSSI, Paolo. Os sinais do tempo: História da terra das nações de Hooke a Vico. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 386 p.
- RORTY, Richard. Forjar nuestro país: El pensamiento de izquierdas en los Estados Unidos. Barcelona: Paidós, 1999. 176 p.
- RUBIO, Blanca. La exclusión de los campesinos y las nuevas corrientes teóricas de interpretación. Em: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedade 182, nov-dez 2002 (pp. 21-33).
- RUBIO, Marcial. Estado peruano y democracia. In: VARIOS. Democracia, realidades y perspectivas. Lima: Instituto Bartolomé de las Casas, 1988. p. 69-80.
- SHADY, Ruth e KLEIHEGE, Christopher. Caral, la primera civilización de América. Editorial de la Universidad San Martín de Porras: Lima, 2008, 167 p.

- SABINO, Carlos. El giro hacia la izquierda en América Latina. Oakland, EUA. El Instituto Independiente. Disponível em: <http://www.elindependent.org/articulos/article.asp?id=1661>, 30 de janeiro de 2006.
- SADER, Emir. O poder, cadê o poder? Ensaios para uma nova esquerda. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. 190 p.
- SADER, Emir (Coordinador). Por qué Cuba?. Editora Revan. 1992. 126 p.
- SADER, Emir (Organizador). Vozes do século: Entrevistas da New Left Review. Río de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. 290 p.
- SADER, Emir. Bolivia: a revolução democrático-plebéia. Margem Esquerda, São Paulo, n. 7, p. 72-79, maio 2006.
- SADER, Emir. Nos que amavamos tanto O Capital. Praga revista de estudos marxistas, São Paulo n. 1, p. 55-78, set./dez. 1986.
- SADER, Emir. Perspectivas. Río de Janeiro: Record, 2005. 135 p.
- SADER, Emir; MAS ROVIRA, Jorge; CORREA, Rafael (et. al). Revista Latinoamericana de Ciências Sociais – Crítica y Emancipación. Buenos Aires: Clacso, Año 1, N° 1. junho 2008. 286 p.
- SADER, Emir. El nuevo topo: los caminos de la izquierda latinoamericana. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2009. 190p.
- SAFIOTTI, Heleieth; FERRANTE, Vera. Formas de participação da mulher em movimentos sociais. Política e administração, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 255-284, jul./set. 1985.
- SAINT SIMO, Henry de. Parábola de Saint Simon (1819). En: BABEUF, Graco; SAINT SIMON; Et ali. El socialismo anterior a Marx. Grijalbo: México, 1969, 158 p.
- SAÑA, Heleno. La Internacional Comunista (1919-1945). 2 Vol.. Madrid: Zero, 1972. 562 p.
- SANCHEZ ALBAVERA, Fernando. Hacia un plan de gobierno del Acuerdo Socialista. In: CONFIEP (org) Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada: El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989. p. 245-288.
- SANCHEZ, Juan Martín. Hatún Willakuy, importancia del retrato en la política: Comentarios al Informe final de la Comisión de la Verdad y Reconciliación del Perú. Nueva Sociedad, Caracas, n. 197, p. 54-68, maio/jun. 2005.
- SANCHEZ, Juan Martín. El Instituto de Estudios Peruanos: De la ambición teórica de los sesenta al estupor ante el fujimorismo. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2002. 39 p.

- SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. El marxismo latinoamericano de Mariátegui, grandeza y originalidad de un marxista latinoamericano. Anuario Mariateguiano, Lima, n° 4, p. 61-68, 1992.
- SANDERS, Karen. Nación y tradición: cinco discursos en torno a la nación peruana 1885-1930. Lima: Fondo de Cultura Económica/Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 1997. 446 p.
- SANDINO, Augusto Cesar. Pensamento politico. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1988. 651p.
- SANDOVAL RAMÍREZ, Luis. La hegemonía mundial de las potencias. Una aproximación teórica. Vol. 33, no. 131, X-XII / 2002 (pp.108-129).Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/pde/pde131/PDE13103.pdf>
- SANTANA, Elizabeth. Barrio adentro: misión esperanza, misión vida. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2007. 211p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. et al . Desarrollo, eurocentrismo y economía popular – Más allá del paradigma neoliberal. Caracas, Venezuela: Ministerio para la Economía Popular, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Los desafíos del Foro Social Mundial. In: WALLERSTEIN, Immanuel; HOLLOWAY, John; SANTOS, Boaventura de Souza (orgs.). Debates en el Foro Social Mundial. Buenos Aires: Instituto de Estudios/Formacion CTA, 2005. 97p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. La invención del Estado y el Estado plurinacional. In: Revista del Observatório Social de América Latina. Buenos Aires, Argentina: Clacso. Año VIII N° 22, Setembro de 2007. 331p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Bolívia e Ecuador: Estados plurinacionales y constituyente. Publicado em América Latina en Movimiento (ALAI): <http://alainet.org/active/23957>, 8 de maio de 2008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima, Perú: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, julio de 2010. 156p.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259p.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções sobre território. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.
- SASSOON, Donald. Cien años de socialismo. Barcelona: Edhasa, 2001. 1096 p.
- SASTRE, Alfonso. La batalla de los intelectuales, o bueno discurso de las armas y las letras. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 208 p.

- SASTRE, Alfonso. La batalla de los intelectuales o nuevo discurso de las armas y las letras. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 193 p.
- SAXE-FERNANDEZ, John. Terror e império. La hegemonia política y econômica de Estados Unidos. México, DF: DEBATE, 2006. 303p.
- SAINT-UPÉRY, Marc. Ecuador: el coronel tiene quien le escuche. Em: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 182, nov-diez 2002 (pp. 4-19).
- SCHLESINGER, Rudolf. La Internacional Comunista y el problema colonial. México: Cuadernos de Pasado y presente, 1977. 147 p.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo y democracia. Madrid: Aguilar, 1968. 512 p.
- SCHUMPETER, Joseph A. Análisis del Cambio Económico. Disponível em: <http://eumed.net/cursecon/textos/schump-cambio.pdf> (Publicado originalmente em *The Review of Economics Statistics*, vol XVII nº 4, mayo 1935, pp 2-10)
- SWEETZ, Paul M. La economía política Fabiana. Disponível em (último acesso em 10 de janeiro de 2011): http://www.eumed.net/cursecon/economistas/textos/sweetz_fabiana.htm
- SCHUSTER, Félix Gustavo. Explicación y predicción: La validez del conocimiento en ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 192 p.
- SCHUSTER, Félix Gustavo. Explicación y predicción: la validez del conocimiento en ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2005. 184 p.
- SCHYDLOWSKY, Daniel. Perú 90: El desafío de la recuperación económica. In: Tercer Congreso Nacional de la Empresa Privada (org.): El Perú de mañana empresa de hoy. Lima: Confiep, 1989. p. 79-114.
- SEOANE, José (Compilador). Movimientos sociales y conflicto en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004. 285 p.
- SECCO, Lincoln. A imagem da mulher e a esquerda. Margem Esquerda, São Paulo, nº 7, p. 131-137, maio 2006.
- SELSER, Gregorio. Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina. Tomo I: 1776-1848. México: CEIICH-UNAM / UOM, 1994. 392 p.
- SELSER, Gregorio. Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina. Tomo II: 1849-1898. México: CEIICH-UNAM / UOM. 1997. 393 p.

- SELSER, Gregorio. Cronología de las intervenciones extranjeras en América Latina. Tomo III: 1899-1945. México: CEIICH-UNAM/UOM, 2001. 707 p.
- SEMIONOV, Sergei. José Carlos Mariátegui y el movimiento comunista internacional. Em: Tercer Seminario Internacional: Mariátegui, unidad de pensamiento y acción. Lima. Ediciones Unidad. 1986.
- SERAGELDIN, Ismail. Of water and wars (entrevista). In: India's National Magazine, volume 16, artigo 9, abril 24 - maio. 07, 1999 <http://www.hinduonnet.com/fline/fl1609/16090890.htm>, último acesso em 10 de janeiro de 2011.
- SIBILIOV, N. La Internacional Socialista. Moscou, Rússia: Editorial Progreso, 1985. 308 p.
- SICILIA, Luis. Luis Emilio Recabarren, el sueño comunista. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007. (Izquierda Latinoamericana, dirigida por Daniel González, número 10). 126 p.
- SILVA, Ludovico. En busca del socialismo perdido. Caracas: Fondo Editorial Ipasme, 2007. 102 p.
- SILVEIRA, Maria Laura. Continente em chamas, globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 287 p.
- SILVER, Beverly. Forças do trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 228 p.
- SINGER, André. Izquierda y derecha en ele electorado brasileño. Buenos Aires: CLACSO/EDUS, 2002. 219 p.
- SIQUEIRA, Carlos Eduardo; Castro, Hermano; ARAÚJO, Tânia Maria de. A Globalização dos movimentos sociais: Resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. Ciência Saúde Coletiva, São Paulo, v. 8, n. 4, 2003. Disponível em (último acesso em 17 de janeiro de 2011): <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n4/a02v8n4.pdf>. 12p.
- SISMONDI, Simonde de. Disponível em (último acesso 10 de janeiro de 2011): <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/textos/sismondi-origen%20de%20la%20ciencia.htm>
- SPYER DULCI, Tereza Maria. Conferências Pan-Americanas (1889-1928): a questão das identidades. Vitória, Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC Vitória, 2008 (ISBN - 978-85-61621-01-8) 21p.
- SOLANO, Lilia. Con los pobres de la tierra, quiero yo mi suerte echar. Entrevista concedida a Franz Hinkelammert. Bogotá: Nueva Semilla. 2007, 115 p.
- SOTELO, Adrian. Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia en el siglo

XXI. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticias/2005/9/19642.pdf>, publicado em setembro de 2005. 12p.

SOTO, Lionel. La revolución precursora de 1933. La Habana: Editorial Si-Mar, 1995. 765 p.

SOTOLONGO CODINA, Pedro Luis; DELGADO DIAZ, Carlos Jesús. La revolución contemporánea del saber y la complejidad social: Hacia unas ciencias sociales de nuevo tipo. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006. 224 p.

SOTOLONGO, Pedro. Los presupuestos y las implicaciones filosóficas del pensamiento y – y de las ciencias – de la complejidad. Noviembre, 2005. D.F., Mexico: UNAM/ Instituto de Investigaciones Sociales, 14p.

SOUZA, Adilson Amorim. O Estado plurinacional e o movimento indígena no Equador: o projeto político da CONAIE. In: Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS, Salvador, Outubro/Dezembro 2006 nº 224 pp.65-87.

STALIN, José. El marxismo y el problema nacional. Buenos Aires: Ediciones Cepe, 1973. 191 p.

STALIN, José; ZINOVIEV, Grigori. El gran debate (1924-1926) II: El socialismo en un solo país. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972. 188 p.

STEIN, William. José Carlos Mariátegui y el “complot comunista” de 1927. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 7, n. 7, p. 133-134, 1995.

STENGERS, Isabelle. L'invention des sciences modernes. Paris: Éditions La Découverte, 1993. 209 p.

STIGLITZ, Joseph; BILMES, Linda. The three trillion dollar war: The true cost of Iraq conflict. Penguin Group: Nova York, 2008, 311 p.

SVAMPA, Maristella. Argentina: una cartografía de las resistencias (2003-2008) Entre las luchas por la inclusión y las discusiones sobre el modelo de desarrollo. In: Revista del Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires, Argentina: Clacso. Año IX, Nº 24, Outubro de 2008, (pp. 17-50), 385p.

TABLADA, Carlos. El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara. Buenos Aires: Ruth Casa Editorial, 2005. 379 p.

TAIBO II, Paco Ignacio. Ernesto Guevara, también conocido como el Che. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1996. 860 p.

TANAKA, Martín. El viraje a la izquierda en los países andinos. In: Revista Que hacer. Lima, Peru: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (Desco), Nº 168, setembro-dezembro de 2007 (pp.94-103).

TANAKA, Martín. Participación popular en políticas sociales: Cuándo puede ser democrática y eficiente y cuándo todo lo contrario. Lima: IEP, 2001. 82 p.

- TANAKA, Martín. La consolidación de la democracia en América Latina y la importancia de la competencia política: Lecciones desde la experiencia peruana. Osaka: National Museum of Ethnology /The Japan Center for Area Studies, 1999. 23 p.
- TANAKA, Martín. La dinámica de los actores regionales y el proceso de descentralización: ¿el despertar del letargo? (Documentos de Trabalho n° 125). Lima: Instituto de Estudios Peruanos. 2002, 35 p.
- TAPIA, Luis. La producción del conocimiento local: Historia y política en la obra de René Zavaleta. Bolivia: Muela del Diablo Editores, 2002. 463 p.
- TAPIA, Luis. La condición multisocietal: multiculturalidad, pluralismo, modernidad. La Paz: Muela del Diablo/CIDES-UMSA, 2002. 144p.
- TARCUS, Horacio. El marxismo olvidado en la Argentina: Silvio Frondizi y Milcíades Peña. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996. 447 p.
- TARCUS, Horacio (director). Diccionario biográfico de La izquierda argentina. De los anarquistas a la “nueva izquierda” (1870-1976). Buenos Aires: Emecé, 2007. 736p.
- TARDE, Gabriel. A opinião e as massas. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 209p.
- TARDE, Gabriel. A criminalidade comparada. (Obra baseada na 8ª edição francesa de 1924, com notas e comentários). Tradução Maristela Bleggi Tomasini. Fonte digital: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/tarde2.html>, 2004.
- TAVARES, José Nilo. Marx, o socialismo e o Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 157 p.
- TAYLOR, S.J.; BOGDAN, R. Introducción a los métodos cualitativos de investigación. 4. ed. Barcelona: Paidós, 1996. 343 p.
- TEIXEIRA, Francisco Carlos. Por uma geopolítica da água. Disponível em (último acesso em 10 de janeiro de 2011): http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=77, 23 de janeiro de 2011.
- TEJADA SANCHEZ, Erick (ed.). Movimientos sociales y democracia en el Perú de hoy. Reflexiones a propósito de la gesta de Arequipa. Arequipa: Centro de Estudiantes de Sociología de la UNSA, Facultad de Ciencias Histórico Sociales de la UNSA y Programa Democracia y Transformación Global, 2009. 178p.
- TELLO, María del Pilar. La utopía factible: liberalismo social y nueva Social Democracia. Lima: Editora de la Universidad San Martín de Porres, 2004. 458 p.

- TERAN, Oscar. Anibal Ponce: El marxismo sin nacion?. Ediciones Pasado y Presente. México: 1986, 251 p.
- THAYER, Willy. El pasaje zurdo del rostro: cuadros escatológicos para un materialismo sin fin. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 225-231.
- THEMUDO, Thiago Seixas. Gabriel Tarde: sociologia e subjetividade. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza, Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto, 2002. 111p.
- TOCHE, Eduardo (compilador). Perú hoy, nuevos rostos en la escena nacional. Lima: Desco, 2006. 478p.
- TOLEDO, Victor M. Utopía y naturaleza. El nuevo movimiento ecológico de los campesinos e indígenas de América Latina. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002. (pp. 235-248)
- TORANZO ROCA, Carlos. Bolivia. Nuevo escenario político. Em: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedade 182, nov-dez 2002 (pp. 12-20).
- TORRES LÓPEZ, Juan (coord.). Venezuela, a contracorriente. Los orígenes y las claves de la revolución boliviana. Barcelona: Icaria Editorial, 2006. 149p.
- TORRES-RIVAS. Edelberto. Personajes, ideologías y circunstancias. Lo socialdemócrata en Centroamérica. Em: 30 años de Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 180/181. Jul-ago/set-out 2002 (pp. 220-232).
- TOURAINÉ, Alan. Las crisis y las transformaciones del sistema político en América Latina. In: CALDERÓN, Fernando (Compilador). Socialismo, autoritarismo y democracia. Lima: IEP/CLACSO, 1989. p.17-44.
- TROTSKI, Leon. Literatura e revolução. Río de Janeiro: Zahar, 2007. 254 p.
- TROTSKI, Leon. De octubre rojo a mi destierro. Buenos Aires: Distribuidora Baires, 1973. 211 p.
- TROTSKI, Leon. El joven Lenin. México: Fondo de Cultura Económica, 1972. 334 p.
- TROTSKI, Leon. En defensa del marxismo. México: Juan Pablos Editor, 1973. 160 p.
- TROTSKI, Leon. Entre el imperialismo y la revolución. Buenos Aires: Ediciones Materiales Sociales, 1973. 206 p.
- TROTSKI, Leon. Entre el imperialismo y la revolución. México: Ediciones Roca, 1973. 157 p.

- TROTSKI, Leon. La lucha contra el fascismo en Alemania. Buenos Aires: Ediciones Pluma, 1938. 238 p.
- TROTSKI, Leon. La revolución permanente. México: Juan Pablos Editor, 1972. 284 p.
- TROTSKI, Leon. La revolución traicionada. México: Juan Pablos Editor, 1972. 252 p.
- TROTSKI, Leon. La situación en Rusia después de la revolución. Buenos Aires: Distribuidora Baires. [Sem ano]. 268 p.
- TROTSKI, Leon. Resultados y perspectivas. México: Juan Pablo Editor, 1979. 101 p.
- TROTSKI, Leon. Sobre la liberación nacional. Bogotá: Editorial Pluma, 1980. 242 p.
- TROTSKI, Leon. Teoría y práctica de la revolución permanente. México: Siglo XXI, 1983. 342 p.
- TROTSKI, Leon. Terrorismo y comunismo (anti-Kautsky). México: Juan Pablos Editor, 1972. 274 p.
- TROTSKI, Leon. Una escuela de estrategia revolucionaria. México: Juan Pablos Editor, 1974. 148 p.
- TROTSKI, Leon; BUJARIN, Nicolai; ZINOVIEV, Grigori. El gran debate (1924-1926) I: La revolución permanente. Buenos Aires: Cuadernos Pasado y Presente, 1972. 184 p.
- UGARTECHE, Oscar (compilador). Vicios, poder y corrupción públicos. Lima: Casa de Estudios del Socialismo/FCE, 2005. 368 p.
- VALDERRAMA, Toby; MENA, Alejandro. Venezuela: Rumbo al socialismo. Crítica de nuestro tiempo, Buenos Aires, año 15, n. 33, p. 71-91, abril/set. 2006.
- VALDEZ PAZ, Juan. Globalización y regionalización: una perspectiva de la izquierda. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 233-249.
- VALENCIA, B. La bancarrota de la izquierda en el Perú (1ª parte: el itinerario del trotskismo y la lucha por el partido). Lima: Fondo de Cultura Popular, 1973, 195p.
- VALENZUELA FEIJÓO, José C. Las ciencias sociales Sinrazón y filosofía romántica. México D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas /Plaza y Valdes PyV Editores/ LVII Legislatura del Estado de Zacatecas, 2004.
- VANDEN, Harry. Cómo forjar un socialismo viable. Los planteamientos marxistas de José Carlos Mariátegui. Anuario Mariateguiano, Lima, v. 7, n. 7, p. 259-266, 1995.

- VALCARCEL, Luis. Tempestad en los Andes. In: *Amauta* N° 1, setiembre de 1926, p. 2-4.
- VARGAS-ARENAS, Iraida. Resistencia y participación. La saga del pueblo venezolano. 1. ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 2007. 310 p.
- VARGAS LEON, Carlos Eduardo. El retorno de los partidos a la democracia: Las elecciones peruanas de 2001. Osaka: National Museum of Ethnology/The Japan Center for Area Studies, 2005. 31 p.
- VARESE, Stéfano (et al). Respuestas a Hermando de Soto. Boletín temático Servindi, N° 66. Lima, Perú: noviembre de 2009. 30p.
- VARIOS. Perú hoy: un año sin rumbo. Lima: DESCO, 2007. 290 p.
- VÁSQUEZ S, Lola; SALTOS G., Napoleón. Ecuador: su realidad. 15. ed. Quito: Fundación José Peralta, 2007. 392 p.
- VERDERA, Francisco. Cambio en el modelo de relaciones laborales en el Perú, 1970-1996. Osaka: National Museum of Ethnology/The Japan Center for Area Studies, 2000. 43 p.
- VENTURA, Christophe. Altermondialisme et post-altermondialisme. Em : (último acceso em 13 de janeiro de 2011)
<http://www.cetri.be/spip.php?article596&lang=fr>
- VICH, Víctor (Editor). El Estado está de vuelta: desigualdad, diversidad y democracia. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2005. 282 p.
- VILLALOBOS RUMINOTT, Sergio. La izquierda en el fin de la consciencia desventurada. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 285-297.
- VERANI, Hugo. Las vanguardias literarias en Hispanoamérica (manifiestos, proclamas y otros escritos). 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. 306 p.
- VICH, Cynthia. Indigenismo de vanguardia en el Perú, un estudio sobre el Boletín Titikaka. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000.
- VILAS, Carlos. La izquierda en América Latina: presente y futuro. In: Varios autores. La invención de la herencia. Santiago: ARCIS/LOM, 1996. p. 251-281.
- VILAS, Carlos. La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares. Nueva Sociedad, Caracas, nº. 197, p. 84-99, maio/jun. 2005.
- VILLAFAÑA, Luis. La revolución en la revolucioón. Caracas: El Perro y la Rana, 2007. 91 p.

- VITALE, Luis. Los precursores de la liberación nacional y social en América Latina, de Martí, Ugarte y Sandino a Recabarren, Mariátegui y Mella., Ediciones América latina: Lima, 1987, 207p.
- VITALE, Luis. Interpretación marxista de la Historia de Chile. De la Republica Parlamentaria a la Republica Socialista (1891 – 1932): de la dependencia inglesa a la norteamericana. Santiago de Chile: Editorial LOM, 1993, Tomo V. 217p.
- VOLKOGONOV, Dmitri. Stalin: Triunfo e tragédia. 2 volumes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 974 p.
- VRANICKI, Predrag. Historia del marxismo. 2 volúmenes. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1977. 921 p.
- WALLERSTEIN, Immanuel (Coord.). Abrir las ciencias sociales: Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales. México: Siglo XXI, 1996. 114p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O tempo, a duração e o Tércio não-excluído: Reflexões sobre Braudel e Prigogine. Em: LOPES, Marcos Antônio (Org.). Fernand Braudel, tempo e historia. FGV: Rio de Janeiro, 2003. p.71-80.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Sistema-mundo y movimientos sociales, lo que viene... In: WALLERSTEIN, Immanuel; HOLLOWAY, John; SOUZA SANTOS, Boaventura de. Debates en el Foro Social Mundial. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formacion CTA, 2005. 97p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos: Ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 320 p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a ciencia social, os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. 332p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007. 137 p.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. (3 vol.). México: Siglo XXI, 2005.
- WEAVER, Warren (1947). "Science and coplexity", New York: Rockefeller Foundation, Disponível em:
<http://www.ceptualinstitute.com/genre/weaver/weaver-1947b.htm>, 9 p.
- WIESSE, María. José Carlos Mariátegui, etapas de su vida. Lima: Amauta. 1988. 192p.

ZALLES CUETO, Alberto. De la revuelta campesina a la cuestión aymara. In: Protestas, resistencias y movimientos sociales. Caracas, Venezuela: Revista Nueva Sociedad 182, nov-diez 2002 (pp.106-120).

ZIBECHI, Raúl. República Bolivariana de Venezuela: Pieza geopolítica Global. En: Alai-amlatina, 24 de setiembre de 2010. <http://alainet.org/active/41122&lang=es>

ZIZEK, Slavoj. Ideología: Un mapa de la cuestión. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. 379p.

Anexo 1

**Produção Mundial de Minérios Estratégicos
2009**

(Dados em Milhares de Toneladas Métricas exceto quando indicado)

Minérios	Unidade	Produção dos E.U.A	Prod. dos E.U.A em relação à prod. Mund. (%)	Produção da China	Prod. da China em relação à prod. Mund.(%)	Produção América Latina	Prod. da A.L em relação à prod. Mundial (%)	Produção Mundial	Importação para consumo dos E.U.A	Importação dos E.U.A em relação à prod. Mund. (%)
Antimônio		0,0	0	170,0	91	4,5	2	187,0	23,0	12
Bauxita		nd	nd	37.000,0	18	32.800,0	16	201.000,0	7.300,0	4
Bismuto		0,0	0	4,5	62	2,3	32	7,3	1,2	16
Boro ¹		nd	nd	140,0	3	1.770,0	39	4.500,0	134,0	3
Cádmio		0,7	4	4,3	23	1,9	10	19,0	0,3	2
Chumbo		400,0	10	1.690,0	43	560,0	14	3.900,0	275,0	7
Cobalto		0,0	0	6,2	10	4,5	7	62,0	7,3	12
Cobre		1,2	0	960,0	6	6.830,0	43	15.800,0	1.381,0	9
Espatoflúor		nd	nd	3.000,0	59	925,0	18	5.100,0	460,0	9
Estanho		0,0	0	115,0	37	66,0	21	307,0	45,0	15
Grafite (natural)		0,0	0	800,0	71	87,0	8	1.130,0	21,0	2
Lítio ¹		nd	nd	2,3	13	9,7	54	18,0	2,0	11
Magnésio		nd	nd	2.800,0	56	100,0	2	4.990,0	110,0	2
Minério de Ferro	MTm	26.000,0	1	900.000,0	39	408.000,0	18	2.300.000,0	4.000,0	0
Molibdênio		50,0	25	77,0	39	54,2	27	200,0	14,0	7
Nióbio		0,0	0	0,0	0	57,0	92	62,0	2,8	5
Níquel		0,0	0	80,3	6	268,0	19	1.430,0	115,0	8
Ouro		0,2	9	0,3	13	0,3	14	2,4	0,3	13
Potassa ²		840,0	3	2.750,0	11	1.100,0	4	25.000,0	2.400,0	10
Prata		1,2	6	3,0	14	9,8	46	21,4	3,6	17
Rênio	Kg	7.400,0	14	0,0	0	29.000,0	56	52.000,0	26.000,0	50
Selênio ¹		nd	nd	0,0	0	0,1	8	1,5	0,3	20
Terras Raras		0,0	0	120,0	97	0,7	1	124,0	6,8	5
Titânio		0,2	4	0,6	11	0,1	1	5,7	0,8	14
Tungstênio ¹		nd	nd	47,0	81	0,9	2	58,0	10,1	17
Zinco		690,0	6	2.800,0	25	1.990,0	18	11.100,0	775,0	7

Notas:

Mtm: Milhões de toneladas métricas

nd: não disponíveis na fonte

1. Produção Mundial excluindo a produção dos E.U.A

2. Os dados de produção dos E.U.A foram arredondados para mais de dois dígitos significativos para evitar divulgação dos dados da empresa proprietária

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *U.S Geological Survey, 2010, Mineral Commodity Summaries 2009*.

Anexo 2: RESERVAS COMPROVADAS DE MINÉRIOS ESTRATÉGICOS 2009

(Dados em Milhares de Toneladas Métricas exceto quando indicado)

Minérios		Reserva Mundial	Reserva da América Latina	Reservas da América Latina em relação à reserva mundial (%)	Reserva da América Latina por país	Reservas dos E.U.A	Reservas dos E.U.A em relação à reserva mundial (%)	Reservas da China	Reservas da China em relação à reserva mundial (%)
Nióbio		2.946.000,0	2.900.000,0	98	(100% Brasil)	0,0	0	0,0	0
Lítio		9.900,0	8.490,0	86	(88% Chile; 10% Argentina; 2% Brasil)	38,0	0	540,0	5
Rênio	Kg	2.500.000,0	1.345.000,0	54	(84% Chile; 16% Peru)	390.000,0	16	0,0	0
Cobre		540.000,0	261.000,0	48	(61% Chile; 24% Peru; 15% México)	35.000,0	6	30.000,0	6
Prata		400,0	174,0	44	(40% Chile; 34% Peru; 21% México; 5% Bolívia)	25,0	6	34,0	9
Selênio		88,0	29,0	33	(69% Chile; 31% Peru)	10,0	11	20,0	23
Estanho		5.600,0	1.700,0	30	(68% Peru; 32% Brasil)	0,0	0	1.700,0	30
Níquel		71.000,0	13.030,0	18	(42% Cuba; 35% Brasil; 13% Colômbia; 10% Outros)	0,0	0	1.100,0	2
Zinco		200.000,0	33.000,0	17	(58% Peru; 42% México)	14.000,0	7	33.000,0	17
Molibdênio		8.700,0	1.375,0	16	(80% Chile; 10,5 Peru; 9,5% México)	2.700,0	31	3.300,0	38
Cadmio		590,0	90,0	15	(53% Peru; 47% México)	39,0	7	90,0	15
Chumbo		79.000,0	12.000,0	15	(50% Peru; 39% México; 11% Bolívia)	7.700,0	10	12.000,0	15
Antimônio		2.100,0	310,0	15	(100% Bolívia)	0,0	0	790,0	38
Ouro		47,0	6,8	14	(29% Brasil; 29% Chile; 21% México; 21% Peru)	3,0	6	1,9	4
Espatoflúor		230.000,0	32.000,0	14	(100% México)	nd	nd	21.000,0	9
Minério de Ferro	MTm	160.000,0	20.700,0	13	(77% Brasil; 19% Venezuela; 4% México)	6.900,0	4	7.200,0	5
Bismuto		320,0	31,0	10	(35% Peru; 32,5% Bolívia; 32,5% México)	0,0	0	240,0	75
Bauxita		27.000.000,0	2.220.000,0	8	(86% Brasil; 14% Venezuela)	20.000,0	0	750.000,0	3
Cobalto		6.600,0	529,0	8	(95% Cuba; 5% Brasil)	33,0	1	72,0	1
Titânio		730,0	44,2	6	(100% Brasil)	6,4	1	200,0	27
Grafite (natural)		71.000,0	3.460,0	5	(90% México; 10% Brasil)	0,0	0	55.000,0	77
Magnésio		2.300.000,0	99.000,0	4	(100% Brasil)	10.000,0	0	400.000,0	17
Potassa		8.500.000,0	310.000,0	4	(97% Brasil; 3% Chile)	90.000,0	1	200.000,0	2
Boro		170.000,0	6.000,0	4	(67% Peru; 33% Argentina)	40.000,0	24	25.000,0	15
Tungstênio		2.800,0	53,0	2	(100% Bolívia)	47,0	2	1.800,0	64
Terras Raras		99.000,0	48,0	0	(100% Brasil)	13.000,0	13	36.000,0	36

Notas:

MTm: Milhões de toneladas métricas

nd: não disponível na fonte

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *U.S Geological Survey, 2010, Mineral Commodity Summaries 2010*.

**Anexo 3: Tabelas de Minérios Estratégicos selecionados
(Dados de 2008 salvo outras indicações)**

Alumínio					
Consumo total aparente dos E.U.A		3.790.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		24 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		0 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Brasil	1.660	México	155.000	México	530.000
Venezuela	610	Venezuela	110.000	Brasil	14.500
Argentina	343	Brasil	96.700	Venezuela	1.320
x	0	Argentina	90.000	x	0
x	0	Panamá	2.570	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	2.613	Total A.L	454.270	Total A.L	545.820
Total Mundial	39.000	Total Mundial	4.200.000	Total Mundial	3.280.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	7	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	11	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	17

Bauxita					
Consumo total aparente dos E.U.A		9.550			
Importação líquida total em relação ao consumo		120 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		23 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)
Brasil	22.000	Brasil	2.192	Venezuela	1
Venezuela	5.500	X	0	México	1
República Dominicana	400	X	0	x	0
x	0	X	0	x	0
x	0	X	0	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	27.900	Total A.L	2.192	Total A.L	2
Total Mundial	205.000	Total Mundial	11.508	Total Mundial	24
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	14	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	19	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	8

Bismuto					
Consumo total aparente dos E.U.A		1.560.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		99 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		0 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)
México	1.170	Peru	55.700	México	76.400
Peru	960	México	40.000	Brasil	28.400
Bolivia	150	X	0	República Dominicana	8.950
X	0	X	0	Argentina	8.340
X	0	X	0	Colômbia	3.120
Outros	0	Outros	0	Outros	2.130
Total A.L	2.280	Total A.L	95.700	Total A.L	127.340
Total Mundial	15.000	Total Mundial	1.925.000	Total Mundial	375.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	15	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	5	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	34

Chumbo					
Consumo total aparente dos E.U.A		1.500.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		0 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		1 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Peru	345.109	México	60.215	México ¹	63.119
México	100.725	Peru	10.600	Brasil	475
Bolívia	81.602	Venezuela	1.280	Chile	343
Brasil	24.600	Colômbia	563	x	0
Argentina	16.000	Argentina	362	x	0
Outros	14.365	Outros	0	Outros	0
Total A.L	582.401	Total A.L	73.020	Total A.L	63.937
Total Mundial	3.840.000	Total Mundial	315.000	Total Mundial	352.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	15	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	23	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	18

Cimento					
Consumo total aparente dos E.U.A		96.700			
Importação líquida total em relação ao consumo		11 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		1 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)
Brasil	51.900	Colômbia	788	México	23
México	47.600	México	223	Panama	3
X	0	Peru	91	Colômbia	1
X	0	Brasil	36	Peru	1
X	0	X	0	Brasil	1
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	99.500	Total A.L	1.138	Total A.L	28
Total Mundial	2.840.000	Total Mundial	11.500	Total Mundial	858
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	4	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	10	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	3

Cobalto					
Consumo total aparente dos E.U.A		10.100			
Importação líquida total em relação ao consumo		78 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		0 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Cuba	3.175	Brasil	171	México	77
Brasil	1.200	Argentina	34	Panama	69
X	0	X	0	Brasil	28
X	0	X	0	Argentina	24
X	0	X	0	Venezuela	12
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	4.375	Total A.L	205	Total A.L	210
Total Mundial	75.900	Total Mundial	10.700	Total Mundial	2.850
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	6	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	2	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	7

Cobre¹					
Consumo total aparente dos E.U.A		1.650.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		23 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		21 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Chile	5.330.000	Chile	334.000	México	132.200
Peru	1.270.000	Peru	117.234	x	0
México	247.000	México	19.500	x	0
X	0	Brasil	598	x	0
X	0	x	0	x	0
X	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	6.847.000	Total A.L	471.332	Total A.L	132.200
Total Mundial	15.400.000	Total Mundial	724.640	Total Mundial	337.500
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	44	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	65	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	39

Enxofre¹					
Consumo total aparente dos E.U.A		11.900.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		17 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		3 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)
Mexico	1.770	México	424.000	Brasil	305.000
Chile	1.573	Venezuela	406.000	México	66.000
Venezuela	800	x	0	Argentina	53.000
X	0	x	0	x	0
X	0	x	0	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	4.143	Total A.L	830.000	Total A.L	424.000
Total Mundial	68.400	Total Mundial	2.930.000	Total Mundial	922.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	6	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	28	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	46

Espatoflúor					
Consumo total aparente dos E.U.A		528.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		105 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		61 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
México	1.058.000	México	324.200	República Dominicana	524
Brasil	65.700	x	0	México	29
Argentina	9.500	x	0	Brasil	22
X	0	x	0	x	0
X	0	x	0	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	1.133.200	Total A.L	324.200	Total A.L	575
Total Mundial	6.040.000	Total Mundial	572.000	Total Mundial	18.800
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	19	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	57	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	3

Estrôncio					
Consumo total aparente dos E.U.A		10.700			
Importação líquida total em relação ao consumo ²		100 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo ¹		93 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
México	96.902	México	12.370.000	Argentina	117.000
Argentina	5.000	Brasil	4.090	Colômbia	30.700
X	0	x	0	México	18.100
X	0	x	0	Brasil	7.570
X	0	x	0	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	101.902	Total A.L	12.374.090	Total A.L	173.370
Total Mundial	496.000	Total Mundial	21.486.000	Total Mundial	1.082.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	21	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	58	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	16

Minério de Ferro					
Consumo total aparente dos E.U.A		51.300.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		0 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		0 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)
Brasil	355.000	Brasil	3.210	México	148
México	12.000	Chile	279	Colômbia	7
Venezuela	23.000	Peru	137	Peru	5
X	0	Venezuela	58	x	0
X	0	México	35	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	390.000	Total A.L	3.719	Total A.L	160
Total Mundial	2.000.000	Total Mundial	9.400	Total Mundial	9.310
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	20	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	40	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	2

Gesso					
Consumo total aparente dos E.U.A		29.300			
Importação líquida total em relação ao consumo*		25 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo*		7 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
México	5.135	México	1.930	nd	nd
Brasil	2.100	República Dominicana	66	nd	nd
Argentina	1.200	X	0	nd	nd
Chile	774	X	0	nd	nd
Peru	495	X	0	nd	nd
Outros	618	Outros	0	Outros	nd
Total A.L	10.322	Total A.L	1.996	Total A.L	nd
Total Mundial	159.000	Total Mundial	7.330	Total Mundial	nd
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	6	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	27	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	nd

Grafite natural					
Consumo total aparente dos E.U.A			50.000		
Importação líquida total em relação ao consumo			101 %		
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo			26 %		
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Brazil	77.200	México	11.500	México	1.120
Mexico	9.900	Brasil	2.820	x	0
X	0	x	0	x	0
X	0	x	0	x	0
X	0	x	0	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	87.100	Total A.L	14.320	Total A.L	1.120
Total Mundial	1.120.000	Total Mundial	58.300	Total Mundial	8.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	8	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	25	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	14

Indio					
Consumo total aparente dos E.U.A			130.000		
Importação total em relação ao consumo*			111 %		
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo¹			2 %		
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade
Brasil	5	Peru	2.660	nd	nd
X	0	Costa Rica	87	nd	nd
X	0	X	0	nd	nd
X	0	X	0	nd	nd
X	0	X	0	nd	nd
Outros	0	Outros	0	Outros	nd
Total A.L	5	Total A.L	2.747	Total A.L	nd
Total Mundial	575	Total Mundial	144.000	Total Mundial	nd
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	1	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	2	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	nd

Manganes¹					
Consumo total aparente dos E.U.A			975.000		
Importação líquida total em relação ao consumo			130 %		
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo			7 %		
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Brasil	2.800	México	41.520	México	16.450
Mexico	475	Brasil	39.600	x	0
X	0	X	0	x	0
X	0	X	0	x	0
X	0	X	0	x	0
Outros	0	Outros	0	Outros	0
Total A.L	3.275	Total A.L	81.120	Total A.L	16.450
Total Mundial	48.300	Total Mundial	1.330.000	Total Mundial	58.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	7	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	6	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	28

Níquel¹					
Consumo total aparente dos E.U.A		213.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		12 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		6 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Toneladas métricas)
Colômbia	100.539	República Dominicana	8.120	México	1.340
Cuba	75.000	Colômbia	3.540	Colômbia	516
Brasil	58.317	México	2.760	Brasil	162
Dominican Republic	47.125	Brasil	1.150	x	0
Venezuela	20.000	Venezuela	11	x	0
Outros	0	Outros	9	Outros	0
Total A.L	300.981	Total A.L	15.590	Total A.L	2.018
Total Mundial	1.660.000	Total Mundial	141.000	Total Mundial	116.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	18	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	11	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	2

Ouro					
Consumo total aparente dos E.U.A		176.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		0 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		73 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)
Peru	179.870	México	71.000	México	4.660
México	50.365	Colômbia	19.000	Costa Rica	224
Brasil	49.700	Chile	17.500	Peru	128
Argentina	40.000	Peru	12.600	Brasil	76
Chile	39.162	Nicaragua	2.830	Uruguai	53
Outros	64.108	Outros	10.900	Outros	40
Total A.L	423.205	Total A.L	133.830	Total A.L	5.181
Total Mundial	2.280.000	Total Mundial	231.000	Total Mundial	568.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	19	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	58	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	1

Platina					
Consumo total aparente dos E.U.A³		151.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		89 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		44 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)
Colômbia	1.500	Brasil	24.726	México	245
X	0	Chile	20.100	Brasil	76
X	0	Bolívia	14.000	x	0
X	0	Venezuela	4.360	x	0
X	0	México	1.616	x	0
Outros	0	Outros	1.500	Outros	0
Total A.L	1.500	Total A.L	66.302	Total A.L	321
Total Mundial	465.000	Total Mundial	150.000	Total Mundial	15.600
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	0	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	44	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	2

Prata					
Consumo total aparente dos E.U.A		5.950.000			
Importação líquida total em relação ao consumo		64 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		59 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Toneladas métricas)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)
Peru	3.686	México	2.610.000	Uruguai	13.600
México	3.236	Peru	645.000	México	8.200
Chile	1.405	Chile	165.000	Brasil	933
Bolivia	1.114	Guatemala	47.400	Peru	399
Argentina	256	Bolivia	42.400	República Dominicana	353
Outros	160	Outros	7.732	Outros	254
Total A.L	9.857	Total A.L	3.517.532	Total A.L	23.739
Total Mund.	21.300	Total Mund.	4.440.000	Total Mund.	638.000
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	46	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	79	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	4

Rênio					
Consumo total aparente dos E.U.A		51.500			
Importação líquida total em relação ao consumo		91 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		56 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade (Kg)	País	Quantidade
Chile	27.600	Chile	28.750	nd	nd
Peru	5.000	X	0	nd	nd
X	0	X	0	nd	nd
X	0	X	0	nd	nd
X	0	X	0	nd	nd
Outros	0	Outros	0	Outros	nd
Total A.L	32.600	Total A.L	28.750	Total A.L	nd
Total Mundial	56.500	Total Mundial	46.900	Total Mundial	nd
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	58	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	61	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	nd

Sal					
Consumo total aparente dos E.U.A		60.500			
Importação líquida total em relação ao consumo		21 %			
Importação Líquida proveniente da A.L em relação ao consumo		11 %			
Produção de A.L		Importação dos EUA proveniente A.L		Exportação dos EUA para A.L	
País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)	País	Quantidade (Milhares de toneladas métricas)
México	8.809	Chile	4.680	México	36
Brasil	6.900	México	1.180	Honduras	4
Chile	6.431	Peru	587	Colômbia	2
Argentina	2.000	Brasil	393	Costa Rica	2
Peru	1.276	Colômbia	4	República Dominicana	1
Outros	1.324	Outros	0	Outros	0
Total A.L	26.740	Total A.L	6.844	Total A.L	45
Total Mundial	258.000	Total Mundial	13.900	Total Mundial	1.030
Prod. da A.L em relação à prod. Mund. (%)	10	Imp. A.L em relação à imp. Mund. (%)	49	Exp. A.L em relação à exp. Mund. (%)	4

1. Excluindo a produção de Porto Rico

Notas:

nd.: Não disponível na fonte

¹Dados de 2007

² Dados relativos às importações dos E.U.A realizadas entre os anos de 2005-2008

³ Consumo calculado a partir da importação líquida total em relação ao consumo

*Não é importação líquida, por falta de dados.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *U.S Geological Survey, 2010: Mineral Commodity Summaries 2010 ; Mineral Industry Surveys 2009; Minerals Yearbook 2007 e 2008.*

**Anexo 4: América Latina e o Caribe: cinco productos principales de exportación para China, por país
media 2006-2008 a/(em porcentagens do total)**

País	Suma de cinco productos	Primer producto	Segundo producto	Tercer producto	Cuarto producto	Quinto producto
Argentina	93	Soja (55)	Aceite de soja (24)	Petróleo crudo (10)	Cueros (3)	Despojos de aves (2)
Bolivia (Estado Plurinacional de)	82	Minerales de Estaño (27)	Minerales de estaño (19)	Petróleo crudo (17)	Madera de no coníferas (12)	Minerales comunes (7)
Brasil	81	Minerales de hierro (44)	Soja (23)	Petróleo crudo (6)	Productos de hierro (5)	Pasta química de madera (3)
Chile	93	Cobre (50)	Minerales de cobre (31)	Pasta química de madera (6)	Minerales de hierro (3)	Despojos de carne (2)
Colombia	97	Petróleo crudo (50)	Ferroaleaciones (40)	Desperdicios no ferrosos (5)	Cueros (3)	Lactamas (0,5)
Costa Rica	99	Circuitos integrados (96)	Cristales piezoléctricos (1)	Semiconductores (1)	Resistencias eléctricas (0,3)	Aparatos eléctricos (0,2)
Cuba	100	Matas de níquel (71)	Azúcar sin refinar (20)	Minerales comunes (7)	Petróleo crudo (1)	Desperdicios no ferrosos (1)
Ecuador	98	Petróleo crudo (94)	Desperdicios no ferrosos (3)	Madera de no coníferas (1)	Artículos de tocador (0,5)	Despojos de carne (0,5)
El Salvador	96	Condensadores (54)	Desperdicios no ferrosos (38)	Camisetas (2)	Productos textiles (1)	Desperdicios plásticos (1)
Guatemala	94	Azúcar sin refinar (42)	Petróleo crudo (23)	Minerales de zinc (14)	Desperdicios no ferrosos (8)	Desperdicios plásticos (6)
Honduras	92	Minerales de zinc (34)	Desperdicios no ferrosos (33)	Minerales de plomo (10)	Desperdicios plásticos (8)	Camisetas (7)
México	37	Circuitos integrados (13)	Minerales de cobre (8)	Partes de equipo de oficina (7)	Condensadores (5)	Semiconductores (5)
Nicaragua	85	Desperdicios no ferrosos (41)	Desperdicios plásticos (19)	Invertebrados acuáticos (9)	Camisetas (8)	Cueros (7)
El Caribe b/	89	Alúmina (65)	Madera de no coníferas (9)	Desperdicios no ferrosos (7)	Minerales en bruto (4)	Embarcaciones (4)
Panamá	78	Embarcaciones (39)	Cueros (16)	Despojos de carne (13)	Pescado congelado (6)	Desperdicios plásticos (4)
Paraguay	81	Algodón (31)	Madera de no coníferas (26)	Cueros (24)	Desperdicios plásticos (7)	Desperdicios no ferrosos (5)
Perú	83	Minerales de cobre (39)	Despojos de carne (16)	Petróleo crudo (10)	Minerales de plomo (9)	Minerales de hierro (8)
República Dominicana	87	Ferroaleaciones (68)	Desperdicios no ferrosos (11)	Aparatos de electricidad (8)	Partes de equipo de oficina (2)	Aparatos eléctricos (2)
Uruguay	81	Soja (46)	Pasta química de madera (13)	Lana (9)	Lana grasa (8)	Cueros (5)
Venezuela (República Bolivariana de)	64	Petróleo crudo (51)	Minerales de hierro (9)	Fundición especcular (2)	Minerales en bruto (1)	Fibras para hilado (0,5)

Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Naciones Unidas, Base de datos estadísticos sobre el comercio de mercaderías (COMTRADE).

a/ Para los años disponibles en cada país. La clasificación de los productos corresponde a la CUCI revisión 3 desagregada a cuatro dígitos.

b/ Incluye a Antigua y Barbuda, las Bahamas, Barbados, Belice, Dominica, Granada, Guyana, Haití, Jamaica, Saint Kitts y Nevis, San Vicente y las Granadinas, Santa Lucía, Suriname y Trinidad y T

Anexo 5: Convênios e investimentos da República Popular da China em países latino-americanos (2005 – 2010)

Título/ tipo de convenio	Principais setores econômicos envolvidos	Ano	Termos e objetivos dos convênios
Chile			
Acordo entre Minmetals Corporation/ Codelco (joint venture)	mineração	2005	A chinesa <i>Minmetals Corporation</i> assinou um acordo (<i>joint venture</i>) com a estatal chilena produtora de cobre, <i>Corporación Nacional del Cobre (Codelco)</i> , para investir, inicialmente, US\$ 550 milhões, podendo chegar a US\$ 2 bilhões ⁷ .
Acordo de Livre Comércio	comércio e serviços	2006	O Acordo estabelece a criação de uma Área de Livre Comércio, tendo como objetivo estimular a expansão e a diversificação do comércio entre as Partes; eliminar barreiras ao comércio e facilitar a circulação transfronteiriça de mercadorias entre as Partes; promover condições de concorrência leal na área de comércio livre e etc. O Chile foi o primeiro país da região com que China firmou um Tratado de Livre Comércio (TLC), abrindo seu mercado com preferências comerciais e possibilitando elevar significativamente o intercâmbio. O acordo determina a eliminação das tarifas de 97% dos produtos de ambos os países durante um período de 10 anos. <i>O comércio bilateral entre China e Chile se multiplicou 1.500 vezes desde 1970 a 2010, passando de 14 milhões de dólares a 22 bilhões na atualidade.</i> Disposições contidas no Acordo complementar referem-se às seguintes mercadorias originárias de ambos países: produtos minerais extraídos; plantas e produtos vegetais colhidos, produtos de origem animal, entre outros ¹ .
Acordo complementar sobre o Comércio de Serviços da Área de Livre Comércio entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República do Chile (TLC)	comércio e serviços	2008	
Costa Rica			
Tratado de Livre Comércio	comércio e serviços	2010	Objetivos do Tratado: estimular a expansão e diversificação do comércio entre as Partes; facilitar o comércio de mercadorias e serviços; estabelecer normas que garantam um ambiente regulado e transparente para o comércio de mercadorias e serviços entre as Partes; aumentar as oportunidades de investimento nos territórios das Partes; assegurar uma adequada e efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual nos territórios das Partes, considerando a situação econômica e a necessidade social ou cultural de cada Parte, assim como promover a inovação tecnológica e a transferência e disseminação de tecnologia entre as Partes; confirmar seu compromisso com a promoção do comércio e reafirmar a aspiração de alcançar um balanço apropriado entre os componentes econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável; criar procedimentos efetivos para a implementação e aplicação do Tratado, para sua administração conjunta e para a solução de controvérsias; e estabelecer um marco para maior cooperação bilateral para ampliar e melhorar os benefícios do Tratado ² .
Peru			
<i>Cooperation Understanding Memorandum for Investment Promotion; Agreement for Promotion of Cooperation of Private Investments; Cooperation Understanding Memorandum for Further Cooperation in Exploration, Exploitation of Petroleum and Natural Gas, and in Oil Refining and Chemicals (Acordos bilaterais)</i>	Petróleo, gás natural e minérios	2005/2006	Os governo da China e do Peru assinaram em 2005 alguns acordos visando investimentos e cooperação tecnológica na exploração de petróleo e gás natural. Segundo o <i>Joint Feasibility Study</i> , elaborado pelos dois governos, a <i>China National Petroleum Corporation</i> deveria investir US\$ 83 milhões para exploração de recursos energéticos. Os acordos, com duração prevista de 40 anos, envolviam investimentos de até US\$ 1 bilhão. De acordo com as estatísticas oficiais da agência PROINVERSIÓN (<i>Joint Feasibility Study</i> , 2006), o investimento estrangeiro direto no Peru seria de um total de US\$ 15,4 bilhões ao final de 2006, enquanto o investimento direto chinês somaria US\$ 122,16 milhões, a maioria destinada para o setor de mineração. A maioria do aporte então registrado pela PROINVERSIÓN foi atribuído à exploração do ferro através da <i>Hierro Peru</i> (antiga estatal), comprada pela <i>Shougang Corporation</i> em 1992. ²

Título/ tipo de convenio	Principais setores econômicos envolvidos	Ano	Termos e objetivos dos convênios
<i>Peru Copper Inc. / Chinalco (joint venture)</i>	Minérios	2007	<i>Peru Copper Inc.</i> foi comprada pela estatal <i>Aluminum Corp. of China Ltd (Chinalco)</i> por US\$792 milhões. Esta obteve assim o direito de atuar no projeto Toromocho (região andina de Junín), um rico depósito de cobre e zinco ⁷ .
Acordo de Comércio Livre (TLC)	comércio e serviços	2009	Objetivos do Acordo: incentivar a expansão ea diversificação do comércio entre as partes; eliminar barreiras ao comércio e facilitar a circulação transfronteiriça de cruz bens e serviços entre as partes; promover a concorrência leal nas partes mercados; criar novas oportunidades de emprego e estrutura para promover acordos bilaterais, regionais e multilaterais de cooperação; resolução de litígios amigavelmente ¹ .
<i>China Minmetals Corp/ Lumina Copper SAC (investimentos)</i>	Minérios	2010	Foi noticiado em 2010 um <i>investimento de</i> US\$2.5 bilhões no projeto de exploração de cobre conhecido como Galeno, a ser efetuado pela companhia estatal China Minmetals Corp. através de sua subsidiária peruana <i>Lumina Copper SAC</i> . Os investimentos provenientes da China, conforme o noticiário, chegam a US\$11 bilhões, incluindo os US\$2 bi do projeto <i>Toromocho</i> (Chinalco). Segundo a <i>Northern Peru Copper</i> este projeto deverá produzir em torno de 144,000 toneladas (<i>metric tons</i>) de cobre por ano, durante 20 anos ³ .
Venezuela			
<i>Strategic Energy Plan (Empréstimo)</i>	Petróleo e Minérios	2001-2011	O <i>Strategic Energy Plan</i> foi assinado em 2001 durante visita do presidente venezuelano Hugo Chávez a China, determinando provisões para o aumento de exportações de petróleo para a China e a concessão de empréstimo para o setor agrícola venezuelano. Em dezembro de 2004, numa terceira visita a China, Chávez assinou acordos relacionados a extração de petróleo e gás natural que resultaram em investimento de US\$ 350 milhões em 15 campos de petróleo venezuelanos, bem como um adicional de US\$ 60 milhões em projetos de gás natural ⁹ . Mais recentemente, o <i>China Railway Resources Group Co Ltd.</i> adquiriu dois terços da <i>joint venture responsável pela</i> exploração de <i>Las Cristinas</i> , com reserva de ouro estimada em 17 milhões de oz (1 oz = 0.028349 kg). ⁸
investimentos	Petróleo	2009	Venezuela e China firmaram acordo para investimentos totalizados em US\$16 bilhões ao longo de três anos, a fim de aumentar a produção de petróleo em várias centenas de milhares de barris por dia na faixa do Orinoco. ⁷
empréstimo	Petróleo	2010	Foi anunciado em abril deste ano o empréstimo de US\$ 20 bilhões por meio do qual a China estaria buscando garantir seu abastecimento de petróleo. ¹⁰
Brasil			
Empréstimo	Petróleo	2009	O <i>Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank)</i> anunciou o empréstimo de US\$10 bilhões para a Petrobras em troca da garantia de abastecimento de petróleo pela próxima década. ⁷
investimentos	Petróleo, mineração, setor energético.	2010	O investimento chinês no Brasil foi estimado em US\$ 12 bilhões neste ano, quantia comparada aos US\$82 milhões em 2009, e um total de US\$ 215 milhões entre 2001 e 2009, de acordo com dados do Banco Central brasileiro. Os setores preferidos são o petrolífero, a mineração, o de aço e o setor energético. Um potencial investimento de US\$ 3.29 bilhões pela <i>Wuhan Iron and Steel Corp (Wisco)</i> , em contrato com a brasileira LLX (do empresário Eike Batista), seria destinado à construção da fábrica de aço de Porto do Açu, em São João da Barra. Este seria o maior investimento já feito no Brasil. No campo da construção civil, a Sany Heavy Industry, fabricante de máquinas para construção civil, planeja gastar US\$ 100 milhões ao instalar uma fábrica em São José dos Campos (SP). ⁴

Título/ tipo de convenio	Principais setores econômicos envolvidos	Ano	Termos e objetivos dos convênios
fluxo comercial	Minérios (Ferro)	2004/2006	A China é o principal comprador do minério de ferro produzido no Brasil, com importações de US\$ 1,785 bilhão em 2005 (+60% sobre 2004), continuando a expandir suas importações em 2006 (USD 2,629 bilhões, crescimento de +47% sobre 2005). A participação da China na pauta de importações brasileira passou de 2,19% em 2000 para 8,7% em 2006. ⁵
Cuba			
Acordos bilaterais	Petróleo	2005/2006	Em 2005, a gigante chinesa <i>Sinopec Corp.</i> assinou um acordo com a estatal <i>Cubapetroleo (Cupet)</i> para juntas extrair o petróleo da ilha caribenha. ¹⁰
joint venture	Mineração e petróleo		A estatal chinesa <i>Minmetals</i> investiu US\$ 500 milhões numa joint venture para explorar, em um ano, 68 mil toneladas de ferro e níquel. 7 A China é hoje o maior parceiro comercial de Cuba, depois da Venezuela. As exportações cubanas aquele país aumentaram de menos de 6%, em 1998, para mais de 18% em 2006. Os investimentos concentram-se em mineração de níquel e nos campos de petróleo cubanos.
Bolívia			
Acordos bilaterais	Petróleo	2005	A chinesa <i>Shengli International Petroleum Development Co. Ltd.</i> assina um acordo com a estatal <i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos para</i> investir US\$ 1,5 bilhões nos setores de petróleo e gás ao longo de 40 anos. ⁷
Empréstimos	Gás Natural	2009	Anunciado empréstimo Chinês de US\$60 milhões, que será usado na compra de equipamentos de perfuração de gás natural e para expansão da rede de distribuição doméstica de gás natural, segundo o governo boliviano ¹¹ .
Equador			
joint venture	Petróleo	2005	O consórcio <i>Andes Petroleum Company, que inclui as duas gigantes petrolíferas China National Petroleum Corp (CNPC) e China Petrochemical Corp (Sinopec Corp), comprou ativos da EnCana (Equador) por US\$ 1.42 billion. Com a compra, o consórcio adquire cinco blocos que são capazes de produzir cerca de 75.200 barris por dia e tem reservas comprovadas de 143 milhões de barris, bem como 36 por cento na OCP Pipeline, que é capaz de bombear 450 mil barris de petróleo por dia.</i> ¹²
empréstimo	Petróleo	2009	China anuncia empréstimo de US\$1 bilhão para o Equador, membro da OPEP, em troca da venda de petróleo ou óleo combustível a partir da estatal <i>Petroecuador</i> para a estatal chinesa <i>PetroChina International Co.</i>
Argentina			
investimentos	Petróleo	2010	<i>China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)</i> comprou 50% de participação no <i>Bridas Argentina Holdings</i> por US\$ 3,1 bilhões.
Acordos bilaterais	Comércio (produtos agrícolas)		Argentina e China fecharam acordo envolvendo a exportação de cinco produtos agrícolas. A Argentina é o terceiro maior fornecedor de alimentos para China, atrás dos Estados Unidos e do Brasil. Além disso, as trocas comerciais entre os dois países dispararam de US\$ 4 bilhões em 2004 para US\$ 14 bilhões em 2008, segundo dados oficiais.
México			

Título/ tipo de convenio	Principais setores econômicos envolvidos	Ano	Termos e objetivos dos convênios
fluxo comercial	setor de comércio	2007	O segundo maior parceiro comercial mexicano é a China, representando cerca de 6% das exportações e importações do México. As relações comerciais entre os dois países estão crescendo e totalizam US\$ 12 bilhões por ano, a maioria dos quais favorecem fortemente Pequim. A China obteve um grande superávit comercial com o México de cerca de US\$ 8,5 bilhões em 2007. O país importa menos de 1% do total das exportações do México, mas é o segundo fornecedor das importações mexicanas. Em 2003, ela ultrapassou o México como um dos maiores fornecedores das importações dos EUA, e agora o México ocupa o terceiro lugar, atrás da China e Canadá, como fonte de importações aos EUA. ¹²

Fonte¹: Acordos/Tratado de Livre Comércio, <http://fta.mofcom.gov.cn/english/index.shtml>

Fonte²: Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru e Ministério do Comércio da China. *China Free Trade Agreement - Joint Feasibility Study*,

Fonte³: *China Mining Association*, 2010, <http://www.chinamining.org/Investment/2010-10-18/1287365868d39769.html>

Fonte⁴: *The Economist*, <http://latinamerica.economist.com/news/brazilchina-economy-deeper-inroads/3761>

Fonte⁵: Site oficial da Embaixada Brasileira na China, http://www.brazil.org.cn/secom/comercio_pt.htm/

Fonte⁶: Site oficial da Embaixada Brasileira na China, http://www.brazil.org.cn/plano_de_acao_pt.htm

Fonte⁷: *Reuters*, <http://in.reuters.com/article/idINLDE62E1QQ20100315>

Fonte⁸: FLEISCHER, L. Venezuela (Capítulo 6). Em: WEINTRAUB, S.; HESTER, A, PRADO, V. (orgs). *Energy Cooperation in Western Hemisphere: benefits and impediments*. Washington

Fonte⁹: *China Mining Association*, 2010, <http://www.chinamining.org/Investment/2010-06-08/1275959219d36832.html>

Fonte¹⁰: *New York Times*: Chávez Says China to Lend Venezuela \$20 Billion, 18 de Abril 2010

Fonte¹¹: *Reuters*, <http://uk.reuters.com/article/idUKN1811752920091118>

Fonte¹²: http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-09/16/content_478433.htm

Fonte¹³: VILLARREAL, M.A. *Mexico's Free Trade Agreements* (Congressional Research Service, novembro de 2010), <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL32934.pdf>

Fonte¹⁴: http://www.seeddaily.com/reports/Argentina_China_sign_historic_farm_trade_deals_999.html

Fonte: Elaboração própria

Anexo 6
Nomenclatura de minerais: Inglês, português e espanhol

Inglês	Português	Español
Aluminum	Alumínio	Alumínio
Bauxite and Alumina	Bauxita e Alumina	Bauxita e Alumina
Bismuth	Bismuto	Bismuto
Boron	Boro	Boro
Cement	Cimento	Cemento
Cobalt	Cobalto	Cobalto
Cooper	Cobre	Cobre
Fluorspar	Fluorita	Fluorita
Gold	Ouro	Oro
Gypsum	Gipsita	yeso
Indium	Índio	Indio
Iron and Steel	Ferro e Aço	Hierro y Acero
Lead	Chumbo	Plomo
Lithium	Lítio	Litio
Magnesium Compounds and metal	Composto de Magnésio e de metais	Compuesto de Magnesio y metal
Manganese	Manganês	Manganeso
Mica (Natural), Sheet	Mica (natural), láminas	Mica (natural), láminas
Molybdenum	Molibdênio	Molibdeno
Nickel	Níquel	Níquel
Niobium (Columbium)	Níbio (Colômbio)	Niobio (Colombo)
Platinum-Group Metals	Platina (Grupo da Platina)	Platino(Grupo de Platino)
Potash	Potassa	Potasa
Rhenium	Rênio	Renio
Salt	Sal	Sal
Silicon	Silício	Silício
Silver	Prata	Plata
Strontium	Estrôncio	Estroncio
Sulfur	Enxofre	Azufre
Tantalium	Tântalo	Tantalio
Tin	Estanho	Estaño
Titanium Mineral Concentrates	Concentrado de minerais de Titânio	Concentrado de minerales de Titânio
Tungsten	Tungstênio	Tungsteno
Zinc	Zinco	Zinc

Anexo 7: Gasto militar dos Estados Unidos de 1948-2009

(Em bilhões de dólares constantes do Ano Fiscal 2009, inclui gastos, fundos de guerra e nuclear)

Año Fiscal	Gasto	Año Fiscal	Gasto	Año Fiscal	Gasto
1948	\$171	1969	\$497	1990	\$492
1949	\$160	1970	\$454	1991	\$447
1950	\$181	1971	\$411	1992	\$443
1951	\$460	1972	\$398	1993	\$416
1952	\$604	1973	\$378	1994	\$383
1953	\$504	1974	\$362	1995	\$381
1954	\$385	1975	\$352	1996	\$371
1955	\$343	1976	\$357	1997	\$367
1956	\$347	1977	\$383	1998	\$358
1957	\$363	1978	\$377	1999	\$375
1958	\$361	1979	\$378	2000	\$387
1959	\$376	1980	\$385	2001	\$426
1960	\$364	1981	\$428	2002	\$448
1961	\$366	1982	\$470	2003	\$547
1962	\$416	1983	\$502	2004	\$570
1963	\$418	1984	\$522	2005	\$565
1964	\$404	1985	\$557	2006	\$605
1965	\$390	1986	\$536	2007	\$660
1966	\$458	1987	\$519	2008	\$709
1967	\$510	1988	\$508	2009	\$687
1968	\$513	1989	\$502		

Foente: Center for Arms Control and Non-Proliferation (Disponível em: http://www.armscontrolcenter.org/policy/securityspending/articles/022609_fy10_topline_growth_since48/)

Anexo 8: Gasto militar por país 2008

Country	Military Spending (Billions of \$)	World Ranking
United States	711.0	1
China	121.9	2
Russia	70.0	3
United Kingdom	55.4	4
France	54.0	5
Japan	41.1	6
Germany	37.8	7
Italy	30.6	8
Saudi Arabia	29.5	9
South Korea	24.6	10
India	22.4	11
Australia	17.2	12
Brazil	16.2	13
Canada	15.0	14
Spain	14.4	15
Turkey	11.6	16
Israel	11.0	17
Netherlands	9.9	18
United Arab Emirates	9.5	19
Taiwan	7.7	20
Greece	7.3	21
Iran	7.2	22
Myanmar	6.9	23
Singapore	6.3	24
Poland	6.2	25
Sweden	5.8	26
Colombia	5.4	27
Chile	4.7	28
Belgium	4.4	29
Egypt	4.3	30
Pakistan	4.2	31
Denmark	3.9	32
Indonesia	3.6	33
Switzerland	3.5	34
Kuwait	3.5	35
South Africa	3.5	36
Oman	3.3	37
Malaysia	3.2	38
Mexico	3.2	39
Portugal	3.1	40
Algeria	3.1	41
Finland	2.8	42
Austria	2.6	43
Venezuela	2.6	44
Czech Republic	2.5	45
Romania	2.3	46

Qatar	2.3	47
Thailand	2.3	48
Morocco	2.2	49
Argentina	1.9	50
Ukraine	1.7	51
Cuba	1.7	52
Angola	1.6	53
New Zealand	1.5	54
Hungary	1.3	55
Ireland	1.1	56
Jordan	1.1	57
Peru	1.1	58
North Korea	n/a	n/a
Global Total (not all countries shown)	1,472.7	n/a

*NOTES: The figure for the United States is the budget request for Fiscal Year 2009 and includes \$170 billion for ongoing military operations in Iraq and Afghanistan, as well as funding for DOE nuclear weapons activities. All other figures are projections based on 2006, the last year for which accurate data is available. All countries that spent over one billion per year are listed.

Sources: International Institute for Strategic Studies, *The Military Balance 2008*, U.S. Department of Defense.

Anexo 11: Ingresso no peru de pessoal militar dos estados unidos (2003-2010)

LEI	ANO	Lugar da operação	Via	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
27952(2)	2003	Area de Operciones Centro(entre Chimbote y Pisco)	Marítima	02 Fragatas tipo OLIVER HAZARD PERRY	450	abril		15	6750	PASSEX-II-03: Entrenamiento en interdicción marítima y Artillería
27952(3)	2003	Area de Operciones Centro(entre Chimbote y Pisco)	Marítima	1 CRUCERO, 1 DESTRUCTOR, 1 FRAGATA, 1 AERONAVE TIPO P-3C	1005	junho		20	20100	SIFOREX: Entrenamiento en Guerra de superficie, Guerra Antisubmarina y Atillería
27952(5)	2003	Area de Operciones Centro(entre Chimbote y Pisco)	Marítima	02 Fragatas tipo OLIVER HAZARD PERRY	450	julho		15	6750	PASSEX-III-03, Entrenamiento en interdicción marítima y artillería
27952(6)	2003	Area de Operciones Centro(entre Chimbote y Pisco)	Marítima	02 Fragatas tipo OLIVER HAZARD PERRY	450	agosto		15	6750	PASSEX-IV-03, Entrenamiento en interdicción marítima y artillería
27952(7)	2003		Marítima com penetração	01 Buque desembarco tipo LSD(30-350), 01 Destroyer (20-350)	750	3-8-03		25	18750	UNITAS ANFIBIA: Entrenamiento en opercaiones anfibias de selva, de Infantería de Marina, de Explosivos y Especiales
28143	2004	s/d	"terrestre"	02 Elicópteros con tripulación de la aviación del Ejercito USA y 01 Aeronave com tripulación de la Fuerza Aérea USA y personal militar com armamento	s/d	31-12-03	29-2-04	61		Ejercicio de Entrenamiento Combinado y Conjunto contra el Terrorismo (JCET) con la Sub-Unidad de Acciones Tácticas (SUAT) de la PNP. Ver Nº 28169: ampliación del plazo de permanencia de 15-feb-2004 (Resolución N. 28143) para el 29-feb-2004
28169	2004									Ver Resolución Nº28143

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
28293	2004	Satipo, Huanuco, Tarapoto, Tacna y Mazarami	"terrestre"	s/d	s/n	24-8-04	15-10-04	60	s/d	Ejercicio Militar Contra Narco Terrorismo (CNTS) con la Primera Brigada de las Fuerzas Especiales del Ejército del Perú (BRIFFE). NOTA: La Resolución N° 28333 autoriza nueva fecha de ingreso, 17 de agosto de 2004.
28333	2004				s/d					Ver Resolución N°28293
28142(1)	2004	Area de Operaciones (Entre Salaverry y Pisco)	Marítima	2 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY	450	janeiro		15	6750	PASSEX-I-04: Entrenamiento en interdicción marítima; com participantes de las Unidades de la MGP (Total N.tropas: 496)
28142(10)	2004	Entre Chimbote y Pisco	Marítima com penetração	1 crucero TICONDEROGA, 1 Destructor SPRUANCE, 02Fragata OLIVER HAZARD PERRY, 02 Unidades Aereas ORION	1233	junho		7	8631	Ejercicio SIFOREX -04. Entrenamiento em: Guerra Antisubmarina, Guerra Antisuperficie y Artillería; Posamientos y decolajes com Helicópteros; Tiro Naval/ terrestre
28142(11)	2004	Nor-orient	Marítima com penetração	NOTA: Participaron 13 paises; México (1 observador) y Francia (2 observadores)	6880	22-6-04	7-7-04	16	110080	UNITAS ANFIBIA: Entrenamiento en operaciones anfibias, Operaciones Terrestres, en Selva y Costa, de Infantería de Marina y de Operaciones Especiales
28142(12)	2004	Area de Operaciones Centro, Sur y Norte - Entre Callao, Matarani y Salaverry	Marítima	NOTA: Participaron varios paises.	7536	8-7-04	24-7-04	17	128112	UNITAS PACIFICO: Entrenamiento en Guerra antisubversiva, Guerra Antisuperficie, Guerra Antiaérea y Artillería
28142(17)	2004	Puerto Callao e Iquitos	"Terrestre"	Personal SEALS, Personal MARINES	364	agosto		20	7280	JUNGLEX-II-04: Entrenamiento Operaciones Anfibias, Litoral y de Selva

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
28142(18)	2004	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	agosto		15	8925	CONTRADROGAS
28142(19)	2004	<i>Area de operacion centro (Callao e Iquitos)</i>	Marítima com penetração	<i>Personal SEALS, Personal MARINES</i>	364	setembro		20	7280	<i>URBANEX-II-04: Entrenamiento en operaciones urbanas de Infantería de Marina, de explosivos espaciales, Control de disturbios y manifestaciones; operaciones anfíbias de Selva</i>
28142(2)	2004	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	janeiro		15	8925	<i>Ejercicio CONTRADROGAS. Operaciones de control de Tráfico Marítimo, lucha contra el contrabando, la piratería y el Tráfico ilícito de Drogas</i>
28142(20)	2004	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	setembro		15	8925	CONTRADROGAS
28142(21)	2004	<i>Area Operacion Centro (entre Salaverry y Pisco)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY</i>	450	setembro		15	6750	<i>PASSEX-V-04: Entre. Interdirección Marítima</i>
28142(22)	2004	<i>Area Operacion Centro (entre Salaverry y Pisco)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY</i>	450	outubro		15	6750	<i>PASSEX-VI-04: Entre. Interdirección Marítima</i>
28142(23)	2004	<i>Area Operacion Centro (entre Salaverry y Pisco)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY</i>	450	novembro		15	6750	<i>PASSEX-VII-04: Entre. Interdirección Marítima</i>
28142(24)	2004	<i>Puerto callao e Iquitos</i>	Marítima	<i>Personal SEALS, Personal MARINES</i>	364	novembro		20	7280	URBANEX-III-04
28142(25)	2004	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	novembro		15	8925	CONTRADROGAS

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
28142(27)	2004	<i>Puerto Callao e Iquitos</i>	"terrestre"	<i>Personal SEALS, Personal MARINES</i>	364	dezembro		20	7280	<i>JUNGLEX-III-04</i>
28142(28)	2004	<i>Puerto de Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	dezembro		15	8925	<i>CONTRADROGAS</i>
28142(29)	2004	<i>Area de Operaciones Centro (entre Salaverry y Pisco)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY</i>	450	dezembro		15	6750	<i>PASSEX-VIII-04: Entrenamiento en interdicción marítima</i>
28142(3)	2004	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	fevereiro		15	8925	<i>Ejercicio CONTRADROGAS</i>
28142(4)	2004	<i>Area de Operaciones Centro (Callao e Iquitos)</i>	Marítima com penetração	<i>Personal SEALS, Personal MARINES</i>	364	fevereiro		20	7280	<i>URBANEX-I-04: Entrenamiento en operaciones urbanas de Infantería de Marina, de explosivos espaciales, Control de disturbios y manifestaciones; operaciones anfíbias de Selva</i>
28142(5)	2004	<i>Area de Operaciones (Entre Salaverry y Pisco)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY,</i>	450	fevereiro		15	6750	<i>PASSEX-II-04: Entrenamiento en interdicción marítima; Salida y entrada de Puerto com oposición submarina; Maniobras Tácticas em el Mar; aproximaciones; Practicas del control aéreo; Posamientos y Decolajes com Helicópteros</i>
28142(6)	2004	<i>Area de Operaciones Centro (entre Salaverry y Pisco)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY,</i>	450	março		15	6750	<i>PASSEX-III-04: Entrenamiento en interdicción marítima; Salida y entrada de Puerto com oposición submarina; Maniobras Tácticas em el Mar; aproximaciones; Practicas del control aéreo; Posamientos y Decolajes com Helicópteros</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
28142(7)	2004	<i>Puerto callao e Iquitos</i>	Marítima com penetração	<i>Personal SEALS, Personal MARINES</i>	364	abril		20	7280	<i>JUNGLEX-I-04: Operaciones anfíbias de litoral y de selva, operaciones ribereñas en acciones militares diferentes a la guerra</i>
28142(8)	2004	<i>Area de Operaciones (entre Pisco y Callao)</i>	Marítima	<i>02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY,</i>	450	abril		15	6750	<i>PASSEX-IV-04:Entrenamiento en interdicción marítima; Salida y entrada de Puerto con oposición submarina; Maniobras Tácticas em el Mar; aproximaciones; Practicas del control aéreo; Posamientos y Decolajes com Helicópteros</i>
28142(9)	2004	<i>Callao</i>	Marítima	<i>1 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY, 01 DESTRUCTOR SPRUANCE</i>	595	maio		15	8925	<i>CONTRADROGAS</i>
28252 (2-F)	2004	<i>Callao, Salinas, Ancón y Pisco; Iquitos (Nor-Oriente)</i>	Marítima com penetração	<i>1 Unidate tipo Portaviones Clase NIMITZ (CVN), 1 Unidate tipo Crucero Clase TICONDEROGA (CG), 2 Unidades Tipo destructores Clase ARLEIGH BURKE (DDG), 1 Unidate Tipo Apoyo de Combate Rápido Clase Sacramento (aoe), 1 Unidate TIPO Desembarco Clase WHIDBEY ISLAND (LSD),</i>	8667	12-6-04	15-7-04	34	294678	<i>Fase Anfibia</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	días /homem	Motivo/ Ejercicios
28252(1)	2004	Entre Chimbote y Pisco	Marítima Y Aérea	1 unidade de Portaviones, Clase NIMITZ (CVN); 1 unidade tipo Crucero Clase TICONDEROGA (CG), 1 Unidade Destructor Clase SPRUANCE (DD), 2 Unidades Fragata Clase OLIVER HAZARD PERRY (FFG), 2 Unidades Destroctores Clase ARLEIGH BURKE (DDG), 1 Unidade Apoyo de Combate Rápido Clase Sacramento (AEO) 2 Unidades Aéres ORIOB P-3C	8620	29-6-04	12-7-04	14	120680	Ejercicios SIFOREX 2004. Entrenamiento en Guerra Antisubmarina, Guerra Anti-superficie y Artillería
28468	2005	Lima, Tacna, Pucallpa, Huánuco, Iquitos y Tarapoto	"terrestre"		23	1-2-05	8-4-05	67	1541	Ejercicio Conjunto de Entrenamiento (JCET 202W) con personal de la Primera Brigada de las Fuerzas Especiales del Ejército y de la Fuerza Aérea del Perú en la ciudad de Lima y alternativamente en Tacna, Pucallpa, Huánuco, Iquitos o Tarapoto
28535	2005	Iquitos y Lima			S/d	28-5-05	25-6-05	29		
28596	2005	Pucallpa, Santa Lucía o Lima			S/d	5-8-05	5-oct-2005	62		
28610	2005	s/d	"terrestre"	n/i	n/i	12-10-05	19-11-05	39	#¡VALOR!	Realizar un Ejercicio de Entrenamiento Combinado y Conjunto (JCET 120W) entre las Fuerzas Especiales del Ejército de los EUA y la Sub-unidad de Acciones Tácticas (SUAT) de la Policía Nacional del Perú

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Ejercicios
28751	2006	s/d	"terrestre"		n/i	6-6-06	10-7-06	35	#¡VALOR!	Realizar un Ejercicio de Entrenamiento Combinado y Conjunto (JCET 301W) en el que las Fuerzas Especiales del Ejército de los EUA capacitarán personal de la FAP y la PNP
28771	2006	Lambayeque	"terrestre"		n/i	10-7-06	20-10-06	102	#¡VALOR!	Ejercicio Combinado de entrenamiento Conjunto y de Acción Cívica Humanitaria denominado "Nuevos Horizontes 2006"
28893	2006	Nacional	"terrestre"		7	20-10-06	31-12-06	73	511	Realizar un entrenamiento de despliegue contra el Narco Terrorismo (CNT-006W) con personal de la PNP
28672(10L)	2006	Area de Operaciones Centro(Callao, Ancón, Salinas), Area de Operaciones Nor-Oriente (Iquitos)	Marítima com penetração	1 CG, 2 DDG, 1 AOE, 1LSD, 20 VEHICULOS, 4 HH-60, 2 C-130, 1 C-5	3264	13-9-06	29-9-06	17	55488	Ejercicio multinacional UNITAS ANFIBIA-2006. Entrenamiento en operaciones anfibias. Operaciones terrestres en Selva y Costa, de Infantería de Marina y Operaciones Especiales con Marinas de la region
28672(5)	2006	Callao, Area de Operaciones Centro	Marítima	1 CG, 1DDG, 2FFG, 2 DDG, 1 AOE, 2P-3C	3910	9-7-06	19-7-06	11	43010	SIFOREX: Entrenamiento de Guerra de superficie, Guerra anti-submarina y Artillería
28816(10)	2006	Area de Operaciones Centro	Marítima	1FFG(31-206); 1SH(2-1)	240	12-8-06	31-8-06	20	4800	PASSEX- EUA: Entrenamiento de Guerra en superficie, Guerra Antisubmarina y Aérea
28816(11)	2006	Callao	Marítima	1FFG(30-191)	221	14-9-06	22-9-06	9	1989	Visita operacional: estrechar lazos de amistad, intercambiar ideas-experiencias e informaciones, contribuir al estrechamiento de relaciones bilaterales
28816(4)	2006	Puerto Callao	Marítima	Fragata Oliver Hazard Perry (FFG)	245	5-8-06	12-8-06	8	1960	Visita operacional: estrechar lazos de amistad, intercambiar ideas-experiencias e informaciones, contribuir al estrechamiento de relaciones bilaterales

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
28816(5)	2006	Area de Operaciones Centro	Marítima	Fragata Oliver Hazard Perry (FFG)	237	12-8-06	31-8-06	20	4740	PASSEX-EUA: Entrenamiento en Guerra de superficie Antisubmarina y aérea
28816(6)	2006	Puerto Callao	Marítima	Fragata Oliver Hazard Perry (FFG)	221	14-9-06	22-9-06	9	1989	Visita operacional: estrechar lazos de amistad, intercambiar ideas-experiencias e informaciones, contribuir al estrechamiento de relaciones bilaterales
28816(7A)	2006	Callao/ Area de Operaciones Centro	marítima	1CG (25-360), 1DDG(20-350), 2FFG(50-400), 1DDG(64-696) 1AOE(52-627), 2P-3C(8-20)	3910	9-7-06	21-7-06	13	50830	SIFOREX: Entrenamiento en Guerra de superficie, Guerra Antisubmarina y Artillería
28816(9)	2006	Puerto Callao	Marítima	1FFG(30-215); 1SH(2-1)	248	5-8-06	12-8-06	8	1984	Afianzar lazos de amistad....
28916 (1)	2006	Pucallpa	Marítima	1 Mayor / 1 Capitán / 2GYSGT / 2 SGT / 2 HM	8	9-12-06	22-12-09	14	112	Realizar despliegues militares de entrenamiento contra narcoterrorismo (CNT) denominadas "Operaciones de Asalto en Aterrizaje y operaciones Posteriores-LASO" con personal de infantería y de Fuerzas Especiales de la Marina de Guerra del Perú en pucallpa
28957	2007	Tarapoto y Mazamari	"terrestre"	1 Técnico 4 sargentos	5	20-1-07	30-5-07	131	655	Entrenamiento denominado Despliegue contra el narcoterrorismo (CVT-007W) con personal de la Policía Nacional del Perú y EP
28960	2007	no dice	"terrestre"	1 mayor 6 sargentos	7	23-1-07	30-9-07	251	1757	Realizar actividades militares de apoyo informativo con personal del Ejército, la Marina de Guerra y la Policía Nacional del Perú
28975	2007	Chiclayo y La Palmas	"terrestre"	Exposición Aérea Hálcon y Cóndor 2007	318	5-2-07	20-2-07	16	5088	Participar del Ejercicio Halcon y Condor 2007 y Exposición Aérea Halcon y Condor 2007. Ciudad de Chiclayo y Base aérea de Las Palmas; eventos en los que se realicen actividades de apoyo en entrenamiento de combate aéreo, vuelos de orientación de aviones,

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Ejercicios
										<i>demostraciones aéreas, procedimientos de búsqueda y rescate y exposiciones estáticas de aviones</i>
29017	2007	Nacional	"terrestre"	1 Capitán/3 Sub-oficiales/1 Sargento/1 Técnico	6	14-5-07	30-9-07	140	840	<i>En reemplazo del personal militar autorizado a ingresar al territorio de la República mediante RL No 28960 para realizar actividades militares de apoyo informastivo con personal del Ejército, de la Marina de Guerra y de la Policía nacional del Perú</i>
29025	2007	Nacional	"terrestre"		8	20-5-07	30-9-07	134	1072	<i>Ejercicio combinado de entrenamiento (CNT 006/3W) con las Fuerzas Armadas del Perú</i>
29036	2007	no dice	Marítima		225	12-6-07	7-7-07	26	5850	<i>Ejercicio Amistad y Cooperación de las Américas</i>
29104	2007	no dice	"terrestre"	1 capitán, 5 sargentos	6	15-10-07	5-1-08	78	468	<i>Realizar actividades militares de apoyo informativo con personal del Ejército y la Marina de Guerra Perú</i>
28916(2)	2007	Pucallpa		1 Mayor / 1 Capitán / 2GYSGT / 2 SGT / 2 HM	8	4-2-07	8-3-07	33	264	<i>Realizar despliegues militares de entrenamiento contra narcoterrorismo (CNT) denominadas "Operaciones de Asalto en Aterrizaje y operaciones Posteriores-LASO" con personal de infantería y de Fuerzas Especiales de la Marina de Guerra del Perú en pucallpa</i>
28959 (1)	2007	Area de Operaciones Centro	Marítima	USS "MCNERNEY" (FFG-08)	225	21-1-07	28-1-07	8	1800	<i>PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, guerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Via	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
28959 (2)	2007	Puerto Salaverry	Marítima	USS "HAMILTON" (WHEC-715)	186	2-2-07	5-2-07	4	744	PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, uerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC
28959 (6)	2007	Area de Operaciones Centro	Marítima com penetração	USS "PEARL HARBOR" (LSD-52), USS MITSCHER (DDG-57), USS SAMUEL (FFG-58)	989	30-6-07	9-7-07	10	9890	PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, uerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC
28980(1)	2007	Puerto Callao	Marítima com penetração	USS ROBERT BRADLEY (FFG-49)	225	20-2-07	1-3-07	12	2700	PASSEX: Entrenamiento de Guerra en superficie, Guerra Antisubmarina y Aérea
28980(2)	2007	Puerto Callao	Marítima com penetração	USS BOUTWELL (WHEC-719)	179	11-3-07	18-3-07	8	1432	PASSEX: Entrenamiento de Guerra en superficie, Guerra Antisubmarina y Aérea
28980(3)	2007	Puerto de Paita		MUNRO (WHEC-724)	179	4-4-07	11-4-07	8	1432	PASSEX: Entrenamiento de Guerra en superficie, Guerra Antisubmarina y Aérea
28980(4)	2007	Area de Opercaiones Centro		MUNRO (WHEC-724)	179	16-4-07	23-4-07	8	1432	PASSEX: Entrenamiento de Guerra en superficie, Guerra Antisubmarina y Aérea
29018(1)	2007	Puerto de Paita	Marítima com penetração	USS "HALYBURTON" (FFG-40)	245	6-5-07	13-5-07	8	1960	PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, Guerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC
29018(2)	2007	Puerto de Paita	Marítima com penetração	USS "KLAKRING"(FFG-42)	223	10-6-07	17-6-07	8	1784	PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, uerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC
29018(3)	2007	Puerto de Paita	Marítima com penetração	USS "McCLUSKY" (FFG-41)	224	19-6-07	26-6-07	8	1792	PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, Guerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC
29043(1)	2007	Puerto de Paita	Marítima com penetração	02 Fragatas OLIVER HAZARD PERRY	224	19-6-07	26-6-07	8	1792	PASSEX - Entrenamiento en Guerra de Superficie, Guerra anti-submarina y aérea. Comando responsable:

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
										COMZOUNO
29043(2)	2007	Area de Operaciones Centro	Marítima com penetração	USS MITSCHER (DDG-57), USS SAMUEL (FFG-58), PEARL HARBOR (LSD-52)	989	30-6-07	9-7-07	10	9890	PASSEX: Entrenamiento en Guerra de Superficie, Guerra anti-submarina y aérea. Comando responsable: COMOPERPAC
29098(2)	2007	Puerto de Salaverry	Marítima	USS SIMPSON (FFG-56)	229	1-11-07	16-11-07	16	3664	Visita Oficial al Puerto de Salaverry
29098(3)	2007	Puerto de Salaverry	Marítima	USS DE WERT (FFG-45)	231	26-11-07	13-12-07	18	4158	Visita Oficial al Puerto de Salaverry
29195	2008	no dice	"terrestre"		14	26-1-08	1-3-08	35	490	Ejercicio de Operaciones de Asalto en aterrizaje y Operaciones Posteriores y Ejercicio denominado MITT. Realizar, con la MGP, Ejercicios denominado LASO - Ejercicio de Operaciones de Asalto en aterrizaje y Operaciones Posteriores y Ejercicio denominado MITT-Equipo Movil de Entrenamiento.
29220	2008	no dice	"terrestre"		5	1-5-08	30-9-08	153	765	Autoriza ingreso de personal del ejercito de EUA para relevar personal militar autorizado según RL No 29170
29226	2008	no dice	"terrestre"		6	15-5-08	15-12-08	215	1290	Ejercicio de entrenamiento de Campo con la PNP-MGP-EP
29234	2008	Ayacucho	"terrestre"		111	23-5-08	10-9-08	121	13431	Ejercicio Combinado Conjunto de Accion Civica Humanitaria "Nuevos Horizontes 2008": realizar proyectos de construcción postas médicas, pozos de agua, aulas, atención medica a población de bajos recursos. Intergamente financiado

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
										<i>por EUA.</i>
29170(1)	2008	<i>no dice</i>	"terrestre"		16	2-1-08	30-9-08	273	4368	<i>Ejercicios de Entrenamiento de Campo (FTT) y el Ejercicio de Entrenamiento Conjunto (CNT-006/4W)</i>
29170(2)	2008	<i>no dice</i>	"terrestre"	<i>1 capitán y 5 sargentos</i>	6	6-1-08	30-sep-2008	269	1614	<i>Continuar realizando actividades militares de apoyo informativo Actividades militares de apoyo informativo</i>
29205(1)	2008	<i>Puerto de Salaverry</i>	Marítima	<i>USS CROMMELIN (FFG-37)</i>	214	16-3-08	24-3-08	9	1926	<i>Visita no operacional: reabastecimiento y descanso</i>
29221(1)	2008	<i>Puerto Callao</i>	Marítima com penetração	<i>USS CROMMELIN (FFG-37)</i>	215	6-5-08	11-5-08	5	1075	<i>Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea</i>
29221(10)	2008	<i>Puerto Callao/Salaverry</i>	Marítima com penetração	<i>USS MCCLUSKY (FFG-41)</i>	215	10-6-08	20-6-08	11	2365	<i>Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea</i>
29221(11)	2008	<i>Callao, Ancón, Huacho</i>	Marítima com penetração	<i>USS BOXER (LHD-4)</i>	1123	5-6-08	21-6-08	17	19091	<i>Acción cívica Sociedad de las Américas: Entrenamiento en desembarco y acción cívica</i>
29221(12-A)	2008	<i>Callao/Salaverry</i>	Marítima com penetração	<i>USS FORREST SHERMAN (DDG98), USS FARRAGUT (DDG-99), USS KAUFFMANN (FFG-59)</i>	784	8-6-08	11-7-08	34	26656	<i>UNITAS PACIFICO/SIFOREX 2008: Entrenamiento de guerra en superficie, Guerra anti-submarina y aérea</i>
29221(13)	2008	<i>Callao/Salaverry</i>	Marítima com penetração	<i>USS BONNE (FFG-28)</i>	215	5-8-08	15-8-08	11	2365	<i>Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Via	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29221(14)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS DE WERT (FFG-45)	215	12-8-08	22-8-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(15)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS MCINERNEY (FFG-8)	215	4-9-08	14-9-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(16)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS BONNE (FFG-28)	215	11-9-08	21-9-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(17)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS DE WERT (FFG-45)	215	8-9-08	28-9-08	21	4515	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(2)	2008	Salaverry	Marítima com penetração	USS CROMMELIN (FFG-37)	215	13-5-08	20-5-08	8	1720	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(3)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS MCINERNEY (FFG-8)	215	12-5-08	22-5-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(4)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS BONNE (FFG-28)	215	19-5-08	29-5-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea

LEI	ANO	Lugar da operação	Via	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29221(5)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS DE WERT (FFG-45)	215	26-5-08	5-6-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(6)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS MCCLUSKY (FFG-41)	215	29-5-08	8-6-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(7)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS MCINERNEY (FFG-8)	215	1-6-08	10-6-08	10	2150	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(8)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS BONNE (FFG-28)	215	1-6-08	10-6-08	10	2150	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29221(9)	2008	Callao/Salaverry	Marítima com penetração	USS DE WERT (FFG-45)	215	5-6-08	15-6-08	11	2365	Entrenamiento combinado y reabastecimiento: Entrenamiento en Guerra de superficie. Guerra anti-submarina y aerea
29315	2009	Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo María, mazamari	"terrestre"		12	15-1-09		150	1800	Autoriza el ingreso de unidades y personal militar extranjero al territorio de la República de acuerdo con el Programa de Actividades Operacionales de las Fuerzas Armadas del Perú en FF.AA. Extranjeras. Resolución vigente del 13 enero a 31 de diciembre de 2009. Institucion involucrada: MGP-FAP-EP-PNP
29315 (10)	2009	Puerto Callao, Salaverry	Marítima	Fragata Misilera USS FORD (FFG-54)	216	13-5-09		10	2160	Visita operacional. Marina de Guerra del Peru.

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29315 (11)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "MCINERNEY" (FFG8)</i>	216	13-5-09		10	2160	<i>Visita operacional. Marina de Guerra del Peru.</i>
29315 (12)	2009	<i>Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo María, mazamari</i>	"terrestre"	<i>01 Patrulla del Ejército de EUA</i>	12	15-5-09		150	1800	<i>Entrenamiento táctico de unidades en el campo (FTT). Insts. Invol. MGP-FAP-EP-PNP.</i>
29315 (14)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "JARRET" (FFG-33)</i>	216	4-6-09		10	2160	<i>visita operacional. MGP.</i>
29315 (15)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera "KAUFFMAN" (FFG59)</i>	216	8-6-09		10	2160	<i>visita operacional. MGP.</i>
29315 (16)	2009	<i>Puerto Callao, Pisco</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS DOYLE (FFG-39)</i>	216	12-6-09		10	2160	<i>visita operacional. MGP.</i>
29315 (17)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS SAMUEL B ROBERTS (FFG-58)</i>	216	18-6-09		10	2160	<i>visita operacional. MGP.</i>
29315 (18)	2009	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "FORD" (FFG-54)</i>	216	20-6-09		10	2160	<i>visita operacional. MGP.</i>
29315 (2)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS "Rodney M Davis" (FFG-60)</i>	229	11-2-09		10	2290	<i>Reabastecimento de combustible y descanso de la tripulación (visita operacional); Institucion involucrada: Marina de Guerra del Peru</i>
29315 (21)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "VANDEGRIFT" (FFG-48)</i>	216	6-7-09		10	2160	<i>Visita opercional</i>
29315 (23)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "ROONEY M DAVIS" (FFG-80)</i>	216	11-7-09		10	2160	<i>Visita opercional. MGP</i>
29315 (28)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "CARR" (FFG-52)</i>	216	12-8-09		10	2160	<i>Visita opercional. MGP</i>
29315 (29)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "HAWES" (FFG-53)</i>	216	1-9-09		11	2376	<i>Visita opercional. MGP</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Ejercicios
29315 (3)	2009	Ancón	Marítima com penetração		10	5-3-09		28	280	Para entrenar al personal de la MGP - Infantería de Marina em Técnicas tácticas y procedimientos de transición entre aterrizaje de las operaciones anfíbias y las operaciones que constinuarán en tierra; Institucion involucrada: Marina de Guerra del Peru. 01 patrulla de entrenamiento
29315 (30)	2009	Puerto Callao, Salaverry	Marítima	Crucero Misilero Clase TICONDEROGA	358	1-9-09		7	2506	Visita opercional. MGP
29315 (31)	2009	Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo María, mazamari	"terrestre"	01 Patrulla del Ejército de EUA	12	15-9-09		150	1800	Equipo de entrenamiento de campo: entrenamiento táctico de unidad de campo: MGP-FAP-EP-PNP
29315 (32)	2009	Lima, Tingo María, Pichan, Piura, iquitos	"terrestre"	01 Patrulla del Ejército de EUA	6	15-10-09		200	1200	Equipo de apoyo informativo MIST: Apoyar en asuntos de información. CCFFAA-EP-PNP
29315 (33)	2009	Puerto Callao, Salaverry	Marítima	Fragata misilera USS "Simpson" (FFG-56)	216	19-10-10		10	2160	visita operacional. MGP.
29315 (35)	2009	Callao, Salaverry	Marítima	Fragata Misilera USS "MCINERNEY" (FFG8)	216	17-11-09		10	2160	visita operacional. MGP.
29315 (36)	2009	Puerto Callao	Marítima	Fragata Misilera USS "ROONEY M DAVIS" (FFG-60)	229	1-12-09		5	1145	visita operacional. MGP.
29315 (37)	2009	Puerto Callao, Salaverry	Marítima	Fragata Misilera USS "MCINERNEY" (FFG8)	216	5-12-09		10	2160	visita operacional. MGP.
29315 (4)	2009	Puerto Callao, Salaverry	Marítima	Fragata misilera USS "Underwood" (FFG-36)	216	18-3-09		10	2160	Reabastecimiento de combustible y descanso de la tripulación; Institucion involucrada: Marina de Guerra del Peru.

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	días /homem	Motivo/ Ejercicios
29315 (5)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS Simpson</i>	216	2-4-09		10	2160	<i>Reabastecimiento de combustible y descanso de la tripulación; Institucion involucrada: Marina de Guerra del Peru.</i>
29315 (6)	2009	<i>Lima, Tingo María, Pichan, Piura, Iquitos</i>	"terrestre"	<i>01 patrulla del Ejercito</i>	6	15-4-09		200	1200	<i>Objetivo: apoyar en asuntos de informacion. Institucion involucrada: CCFFAA-EP-PNP</i>
29315 (7)	2009	<i>Puerto callao, salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata misilera Samuel B Roberts</i>	216	20-4-09		10	2160	<i>Visita operacional</i>
29315 (9)	2009	<i>Puerto Callao, Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS GARY</i>	216	6-5-09		10	2160	<i>Visita operacional. Marina de Guerra del Peru.</i>
29369(1)	2009	<i>Visita al Puerto del Callao</i>	Marítima	<i>1 Buque de asalto anfibio</i>	1254	26-8-09		15	18810	<i>Autoriza el ingreso de unidades navales y personal militar extranjero al territorio de la república de acuerdo con la AMPLIACION DEL PROGRAMA DE ACTIVIDADES OPERACIONALES DE las Fuerzas Armadas del Perú con las Fuerzas Armadas extranjeras 2009. Autoriza al Poder Ejecutivo a modificar los plazos desde que no exceda el total de días programados para su desarrollo.</i>
29422(2)	2009	<i>Puerto Callao/ Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS "De Werf" (FFG-45)</i>	229	5-12-09		11	2519	<i>Visita operacional</i>
29503 (2-A)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS BOONE (FFG-28)</i>	200	1-3-10		10	2000	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación</i>
29503 (2-B)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS BOONE (FFG-28)</i>	200	18-3-10		10	2000	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29503 (2-C)	2010	<i>Puerto Matarani, Puerto Callao y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Portaaviones USS "CARL VINSON" (CVN-70); Auxiliar USS RANIER (AOE-7); Crucero USS BUNKER HILL (CG-52)</i>	3746	20-3-10		11	41206	<i>Visita Operacional. Realizar Actividades Operacionales</i>
29503 (2-F)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS CARR (FFG-52)</i>	200	2-4-10		11	2200	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación</i>
29503 (2-G)	2010	<i>Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo María, Mazamari, San Lorenzo, Pucallpa, Ayacucho</i>	Marítima		12	5-4-10		60	720	<i>Entrenamiento Táctico de Unidades em el campo - MGP-FAP-EP-PNP. Entrenamiento de campo Conjunto (JCET)</i>
29503 (2-H)	2010	<i>Ayacucho, Pucallpa</i>	Terrestre		6	15-4-10		200	1200	<i>Equipo de apoyo informativo MIST: Apoyar en asuntos de información. CCFFAA-EP-PNP</i>
29503 (2-I)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS. CROMMELIN (FFG-37)</i>	200	15-4-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación - Visita operacional</i>
29503 (2-J)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry Y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS Simpson (FFG-56)</i>	200	20-4-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional</i>
29503 (2-L)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS CURTIS (FFG-38)</i>	200	6-5-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional</i>
29503 (2-M)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS FORD (FFG-54)</i>	200	13-5-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional</i>
29503 (2-N)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS MCINERNEY (FFG-8)</i>	200	21-5-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Via	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
										<i>operacional</i>
29503 (2-O)	2010	<i>Iquitos</i>	Marítima com penetração		20	1-6-10		31	620	<i>Entrenamiento de Ataque em Tierra y Operaciones Subsecuentes (LASO). Para entrenar al personal de la MGP - Infanteria de Marina em Técnicas tácticas y procedimientos de transición entre aterrizaje de las operaciones anfíbias y las operaciones que constinuarán en tierra; Institucion involucrada: Marina de Guerra del Peru.</i>
29503 (2-P)	2010	<i>Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo Maria, Mazamari, San Lorenzo, Pucallpa, Ayacucho</i>			12	15-6-10		150	1800	<i>Entrenamiento de Campo (FTT)</i>
29503 (2-Q)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Buque de Transporte Anfíbio USS NEW ORLEANS (LPD-18); Fragata Misilera USS KLAKRING (FFG-42)</i>	560	10-6-10		8	4480	<i>Entrenamiento de Ataque em Tierra y Operaciones Subsecuentes (LASO). Visita operacional</i>
29503 (2-R)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS MCCLUSKY (FFG-41)</i>	200	14-6-10		7	1400	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional</i>
29503 (2-S)	2010	<i>Puerto Callao y Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS DOYLE (FFG-39)</i>	200	20-6-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional</i>
29503 (6-A)	2010	<i>Puerto Callao y Puerto Salaverry</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS CARR (FFG-52)</i>	200	1-8-10		10	2000	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29503 (6-B)	2010	Iquitos	Marítima	2 lanchas rápidas		2-8-10		21	0	Entrenamiento de Unidades Fluviales. Ejercicio Ribereño (UNITAS). Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación
29503 (6-C)	2010	Puerto Callao	Marítima	Fragata misilera USS UNDERWOOD FFG-36	200	4-8-10		7	1400	Visita Operacional
29503 (6-D)	2010	Lima, Iquitos, Pichan, Tarapolo, Tingo María, Mazamari, San Lorenzo, Pucallpa, Ayacucho			12	5-8-10		60	720	Entrenamiento de Unidades en el Campo (MGP-FAP-EP-PNP). Entrenamiento de campo Conjunto (JCET)
29503 (6-E)	2010	Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita	Marítima	Fragata misilera USS HALYBURTON (FFG-40)	200	15-8-10		10	2000	Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.
29503 (6-F)	2010	Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita	Marítima	Fragata misilera USS JARRET FFG-33	200	20-8-10		11	2200	Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.
29503 (6-G)	2010	Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita	Marítima	Fragata misilera USS HAWES FFG-53	200	1-9-10		11	2200	Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.
29503 (6-H)	2010	Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita	Marítima	Fragata misilera USS KAUFFMAN FFG-59	200	13-9-10		11	2200	Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.
29503 (6-I)	2010	Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita	Marítima	Fragata misilera USS UNDERWOOD (FFG-36)	200	18-9-10		11	2200	Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29503 (6-J)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS RODNEY M. DAVIS FFG-60</i>	200	21-9-10		7	1400	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.</i>
29503 (6-L)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS SIMPSON FFG56</i>	200	2-10-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.</i>
29503 (6-M)	2010	<i>Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo Maria, Mazamari, San Lorenzo, Pucallpa, Ayacucho</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS SIMPSON FFG56</i>	12	15-oct-2010		150	1800	<i>Entrenamiento Táctico de Unidades en el Campo (MGP-FAP-EP-PNP). Equipo de Entrenamiento de Campo (FTT).</i>
29503 (6-N)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata misilera Samuel B Roberts FFG-58</i>	200	19-10-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.</i>
29503 (6-O)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS RODNEY M. DAVIS FFG-60</i>	200	21-10-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.</i>
29503 (6-P)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS GARY FFG-51</i>	200	1-11-10		6	1200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.</i>
29503 (6-Q)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS MCINERNEY (FFG-8)</i>	200	2-11-10		11	2200	<i>Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación. Visita operacional.</i>
29503 (6-R)	2010	<i>Lima, Tingo María, Pichan, Piura, Iquitos, Ayacucho, Pucallpa</i>			6	15-11-10		200	1200	<i>Apoyar asuntos de información - CCFFAA-EP-PNP. Equipo de Apoyo Informativo (MIST)</i>
29503 (6-S)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata misilera USS KLAKRING FFG-42</i>	200	15-11-10		11	2200	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	días /homem	Motivo/ Ejercicios
										<i>Tripulación</i>
29503 (6-T)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>			200	18-11-10		11	2200	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación</i>
29105	2007/2008	<i>no dice</i>	"terrestre"	2 sargentos	7	15-10-07	5-1-08	78	546	<i>Continuar con el Ejercicio Combinado de Entrenamiento (CVT 006/3W) con personal de la Policía Nacional del Perú</i>
28259 (3-J)	2004	<i>Centro y Norte (Callao y Salaverry)</i>	Marítima	<i>1 Unidad tipo Fragata OLIVER HAZARD PERRY; Unidad tipo Crucero TICONDEROGA, (2 Unidad Aéreas ORION P-3C, 2 Aeronaves Lear Jet simulares de guerra electronica y portadoras de blancos de ejercicio; 1 Aeronave tipo Gulfstream G1 simuladora de guerra electronica y portadora de blancos de ejercicio, 1 Unidad Guardacosta de autonomía media, 1 Destacamento de observadores de tiro.</i>	894	5-7-04	27-7-04	23	20562	<i>Entrenamiento em Guerra Antisubmarina, Guerra Anti-superficie, Guerra Antiaérea y Artillería. UNITAS 45-04 Fase Pacífico</i>
29503 (2-D)	2010	<i>Lima, Iquitos, Pichari, Tarapoto, Tingo María, Mazamari, San Lorenzo, Pucallpa, Ayacucho</i>	Marítima	<i>1 Patrulha del Ejército de los EEUU</i>	12	1-4-10		150	1800	<i>Entrenamiento Táctico de unidades en el campo. Equipo de Entrenamiento de Campo (FTT)</i>

LEI	ANO	Lugar da operação	Vía	UNIDADES	Pessoal Militar	Chegada	Saída	Tempo de estadia	dias /homem	Motivo/ Exercícios
29503 (2-E)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS MCINERNEY (FFG-8)</i>	200	2-4-10		7	1400	<i>Visita Operacional</i>
29503 (2-T)	2010	<i>Ancón , Salinas</i>	Marítima		60	2-7-10		30	1800	<i>Entrenamiento multinacional de Infantería de Marina. Ejercicio SOUTHERN EXCHANGE</i>
29503 (2-U)	2010	<i>Puerto Callao</i>	Marítima	<i>Buque de Transporte Anfíbio USS NEW ORLEANS (LPD-18), fragata misilera USS KLAKRING (FFG-42)</i>	560	2-7-10		24	13440	<i>Descanso de Tripulación. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación</i>
29503 (4-A)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>	Marítima	<i>Fragata Misilera USS GARY (FFG-51)</i>	200	15-7-10		11	2200	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación.</i>
29503 (4-B)	2010	<i>Ayacucho, Pucallpa</i>			6	15-7-10		200	1200	<i>Apoyar en asuntos de información (CCFFAA-EP-PNP). Equipo de Apoyo Informativo (MIST).</i>
29503 (6-U)	2010	<i>Puerto Callao, Puerto Salaverry y Puerto Paita</i>		<i>Fragata misilera USS DE WERT FFG-45</i>	200	5-12-10		11	2200	<i>Visita Operacional. Entrenamiento combinado, reabastecimiento de combustible y Descanso de Tripulación</i>
29547 (1-E)	2010	<i>Ancón/ Salinas</i>	Marítima	<i>pelotones de Infantería de Marina</i>	596	2-7-10	26-7-10	25	14900	<i>Ejercicio Multinacional Southern Exchange 2010 y Sociedad de las Américas 2010</i>

Fonte: Elaboração própria a partir das autorizações de ingresso de pessoal militar estrangeiro no Peru do Congresso.

ANEXO 11
Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas

DECLARACIÓN DEL CUSCO
(17 julio 2006)

“No es que los Estados nos den una mano, sino que nos quiten sus manos de encima”

HACIA LA CONSTRUCCION DE ESTADOS PLURINACIONALES
Y SOCIEDADES INTERCULTURALES

Las organizaciones representativas de las Nacionalidades y Pueblos Quechuas, Kichwas, Aymaras, Mapuches, así como de los Cayambis, Saraguros, Guambianos, Koris, Lafquenches, Killakas, Urus, Larecajas, Kallawayas, Chuwis, Chinchaycochas, k'anas, y demás Pueblos Indígenas Originarios de la región Andina, reunidos en el Cusco, del 15 al 17 de julio del 2006, durante el I Tantachwi/ Congreso Fundacional de la Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, manifestamos a nuestros hermanos y hermanas de nuestras Comunidades, Ayllus, Markas, Cabildos y demás formas organizativas de nuestros Pueblos; así como a los explotados y oprimidos de los Países andinos y a la opinión pública internacional, la siguiente Declaración que resume el sentido de nuestros debates y nuestros objetivos trazados en este I Congreso/Tantachwi.

RECHAZAMOS la nueva estrategia de colonización capitalista y neoliberal, a través de los TLC, los cuales no son simplemente para regular intercambios comerciales, sino sobre todo para imponer nuevos mecanismos de subordinación del viejo “Estado-Nación”, como son el de detener los controles a los abusos de las Transnacionales, bajo el pretexto de ser “expropiaciones indirectas” que serían denunciadas en tribunales arbitrales extranjeros, sin control público y fuera la leyes y sociedad nacionales. La historia del despojo continúa entonces: luego de imponernos Estados criollos “independientes” pero que mantuvieron la misma sociedad colonial de exclusión; y ahora, cien años después, a pesar de ser Estados fracasados, aceptan el control imperial, en especial para el saqueo de los recursos naturales : agua, minerales, hidrocarburos, madera, biodiversidad, entre otros.

COMPROBAMOS que esa neo colonización, revela la caducidad de las estructuras políticas, económicas y sociales de los llamados “Estado-Nación”, de los Estados Uni Nacionales, Uni-Culturales, que se han formado y siguen actuando, sobre la base de la exclusión de la amplia diversidad de Pueblos, Naciones y Comunidades Andinas; y que no han podido tampoco establecer ni menos defender a las sociedades, economías y culturas de los países andinos, y ni siquiera ya de su propios mercados internos.

NOS AFIRMAMOS en nuestro orgullo social y cultural, basado en nuestras sabidurías, conocimientos, valores, éticas, tecnologías, en armonía con la madre naturaleza, la historia y propias espiritualidades; y que se expresan en la resistencia de prácticas de solidaridad, dualidad, complementariedad, reciprocidad, de control social de todo tipo de autoridad, como fuentes vivas de alternativas para la reconstitución sobre nuevas bases de los países andinos. Lo cual es mas urgente aún, ahora que esos estados, son cada vez menos “nacionales” y menos “democráticos” luego de más de cien años de venir intentándolo bajo grupos de poder aliados del capital transnacional y sus agencias.

FUNDAMOS en este histórico reencuentro bajo el grito de Túpac Katari de “Volveré... y seré millones” la COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDÍGENAS integrada por ECUARUNARI- Confederación de las Nacionalidades y Pueblos Kichwas del Ecuador, CONACAMI- Confederación Nacional de Comunidades del Perú Afectadas por la Minería , CONAMAQ- Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo de Bolivia, CITEM- Coordinadora de Identidades Territoriales Mapuche, ONIC – Organización Nacional Indígena de Colombia, CCP – Confederación Campesina del Perú; CNA- Confederación Nacional Agraria; y con la adhesión

fraterna de organizaciones participantes que se indican más adelante, y bajo los principios ancestrales de Ama Sua (Honradez), Ama Llulla (Veracidad), Ama Quella (Laboriosidad), Dualidad Complementaria, Reciprocidad, Equidad y Solidaridad

El I CONGRESO DE LA COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDIGENAS PROPONE la siguiente AGENDA INDÍGENA ANDINA para que sea en función a ella, que se procese el debate institucional y político en nuestros países. Basta ya de que otros nos “traduzcan” o “interpreten”, o que nuestra “participación” sea de comentaristas de la agenda de otros (Banco Mundial, BID, CAN, Estados, Ministerios, ONGs). Debe ser al revés: ahora nosotros los invitamos a debatir el sentir y las propuestas de nuestros Pueblos.

Territorialidad y recursos naturales

- Declarar la intangibilidad de los territorios de los Pueblos Indígenas
- No a la privatización ni mercantilización del agua y de la madre tierra
- Articular estrategias de lucha para expulsar a las transnacionales en nuestros territorios.

Estado pluri nacional y otra institucionalidad

- Refundaciones como Estados Pluri Nacionales que nos incluyan y en base a los principios de equilibrio en igualdad de condiciones, rotación, reciprocidad y redistribución.
- Reconstituir los territorios e institucionalidades de los Pueblos Indígenas,
- Conformación de Asambleas Constituyentes, con representantes desde los Ayllus, Markas y Comunidades, no vía partidos ni elecciones tradicionales

Derechos colectivos y autodeterminación

- Suscripción, ratificación y aplicación del Convenio 169 de la OIT, y que cada Estado presente informes de su cumplimiento.
- Respeto a la autonomía y a nuestras propias maneras de organizarnos y gobernarnos y que ello se reconozca a través de un nuevo contrato social.
- Vigencia de nuestros derechos colectivos a la cultura, identidad, salud y educación de acuerdo a nuestros usos y costumbres
- Vigencia del derecho a la consulta y consentimiento en toda política y proyecto sobre los recursos naturales

Reconstitución e integración de los pueblos y nacionalidades

- Hacia la confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Tawantinsuyo y Abya Yala
- Desarrollo de la Educación Bilingüe e Intercultural para lograr modelos de vida de autoconsumo y comercio justo entre Pueblos Indígenas

Participación política indígena

Participación política en procesos nacionales, basada en el trabajo de las comunidades, para que ellas lo direccionen y tomen las decisiones

REITERAMOS que la estructura de la COORDINADORA ANDINA recoge los principios comunitarios e indígenas del control colectivo, la rotación, “Mandar Obedeciendo”, unidad en la diversidad representada por los delegados y delegadas de las organizaciones de cada uno de los países integrantes.

LLAMAMOS a las mujeres y hombres, explotados, oprimidos y marginados, campesinos, cocaleros, ribereños, afro americanos, fabelas, ranchos, barriadas, los “informales”, estudiantes, obreros, intelectuales; y todos los demás grupos sociales en la diversidad de formas organizativas de la ciudad

y el campo, que resisten al salvajismo capitalista neoliberal, a UNIRNOS POR UNA LIBERACIÓN DE TODOS CONTRA TODO TIPO DE EXPLOTACIÓN Y OPRESION, para la cual esta Agenda Indígena es un insumo, que los invitamos a analizar y llegar articular los procesos más amplios de unidad en la diversidad.

RECHAZAMOS toda forma de política intervencionista y guerrerista, de persecución política por los estados en contra de líderes y autoridades originarias, por alzar la voz a favor de los derechos de los Pueblos y denunciarnos el asesinato selectivo de los líderes indígenas. No a la criminalización de las luchas de los pueblos indígenas y movimientos sociales.

PROPONEMOS que todas las instancias internacionales (Multilaterales, NN.UU y otras) dejen de invisibilizarnos y sustituirnos, y tomen en cuenta nuestros derechos, y en particular que la Comunidad Andina de Naciones y MERCOSUR, en todos sus procesos y decisiones, respeten nuestros Derechos Colectivos con la debida consulta y consentimiento. Igualmente que la Organización Mundial del Comercio (OMC), respete nuestros derechos de Territorialidad, Autonomía y patrimonio intelectual y cultural, y su carácter colectivo y trans generacional.

RATIFICAMOS nuestro respaldo y participación activa en los procesos de alianzas internacionales, como el Foro Social de las Américas; Foro Social Mundial y en la III Cumbre Continental de los Pueblos Indígenas que se realizará en marzo del 2007 y para la articulación de Otros Mundos Posibles alternativos al sistema neoliberal globalizante.

REITERAMOS nuestra solidaridad con los procesos sociales y gobiernos progresistas de Venezuela, Cuba y Bolivia que buscan abrir nuevos caminos alternativos para los pueblos, así como nuestra exigencia de libertad a los luchadores sociales de todo el mundo.

Se resuelve que la sede del II Tantachwi/ Congreso de la Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, se efectuará en Quito, Ecuador.

***¡ Cortaron nuestras ramas, hojas... pero no las raíces.... y ahora Volvemos !
¡ Diez Veces nos golpearon.... diez veces nos levantaremos !***

Cusco, 17 de julio del 2006

Tomás Huanacu Tito
Presidente del I Tantachwi/Congreso

- COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDÍGENAS
- * ECUARUNARI Confederación de las Nacionalidades y Pueblos Kichwas del Ecuador
 - * CONACAMI, Confederación Nacional de Comunidades del Perú Afectadas por la Minería
 - * CONAMAQ, Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyo de Bolivia.
 - * CITEM, Coordinación de Identidades Territoriales Mapuche
 - * ONIC, Organización Nacional Indígena de Colombia
 - * ONPIA, Organización Nacional de Pueblos Indígenas de Argentina
 - * Consejo Nacional Aymara de Chile
 - * CCP – Confederación Campesina del Perú
 - * CNA- Confederación Nacional Agraria
 - * CSUTCB – Confederación Sindical Única de Trabajadores y Campesinos de Bolivia
 - * Federación Nacional de Mujeres BARTOLINA SISA del Qullasuyu.

Información y fotos del Congreso:
<http://www.movimientos.org/enlacei/congresocoi/>

ANEXO 12

DECLARAÇÕES DE BLANCA CHANCOSO²³⁶

Dirigente da Confederação de Nações Indígenas do Equador - CONAIE/ e do movimento ECUARUNARI

Soy Blanca Chancoso, quichua de la región norte andina, de aquí del Ecuador. Soy miembro activa y militante de la CONAIE / ECUARUNARI. Actualmente soy coordinadora de la Escuela de Formación Política Mujeres Líderes Dolores Carcuango de ECUARUNARI.

Bueno, quiero compartirles un poco sobre nuestras inquietudes en el quehacer político. Quizás en nuestro país esta siendo preocupante para los no indígenas la postura que hemos hecho los pueblos indígenas de la situación de la “unidad en la diversidad”, y también sobre el Estado Plurinacional, las autonomías y la libre determinación de nuestros pueblos. Nosotros hemos tenido que vivir enfrentados durante ya más de cinco siglos. Sobre las condiciones de los pueblos indígenas, estamos concientes de que los pueblos indígenas nacimos aquí, somos de aquí, pero que también hemos sido agredidos desde la colonia hasta aquí, en nuestros espacios de vida, la tierra. Alterados también nuestro equilibrio con la contaminación ambiental, igualmente desconocida nuestra identidad, rechazados por nuestra identidad, y que los gobiernos también olvidaron, porque nunca sus políticas han estado dirigidas hacia los pueblos. Es en esa situación, los pueblos hemos estado quizás buscando atrás de los gobiernos de cada espacio local hasta lo nacional de ser reconocidos, de, quizás, conseguir un poco de [atención], alguna propuestas para una casa comunal, o el empedrado de una calle, la apertura de un camino. En ese caminar, en ese trajín, nuestros pueblos se van desintegrando, van saliendo²³⁷ porque tampoco hay trabajo. Muchas veces, como hoy en día también, tenemos desastres naturales con la lluvia y entonces, sale la gente de sus comunidades a buscar trabajo, a buscar donde ubicarse para realimentar a su familia y no tenemos otra respuesta más. En algunos casos, algunos gobiernos se han preocupado de ubicarnos una escuela, un centro de salud a veces, creo que en las comunidades, ni tanto centro de salud, una escuela con un maestro pero siempre con un programa ajeno al nuestro, con un programa que no responde. Todo esto hizo que los pueblos indígenas, en diferentes momentos, hemos analizado y empezamos a desarrollar propuestas desde los pueblos indígenas, pero nunca cerrados para los pueblos indígenas solamente.

²³⁶ Cedido en versión audio digital por Isabel Rauber para fines de nuestra investigación. Desgravación, corrección y subtítulos del texto realizado por Mónica Bruckmann.

²³⁷ Se refiere a la migración del campo a la ciudad.

El derecho a la tierra

Entonces empezamos a ubicar en los sitios donde deciden, en otros niveles. Y un fundamental derecho a la tierra, porque la tierra decimos que es nuestra madre, es como el vientre de la madre, porque ahí es donde nos abrigamos y pueden jugar nuestros niños, ahí podemos desarrollar propuestas. Sin la tierra es igual que el pez fuera del agua. Entonces nuestras luchas han sido por reivindicar la tierra. Pero esto tampoco es suficiente y hemos tenido que exigir también el reconocimiento de los gobiernos por espacios de esta tierra donde de alguna manera está nuestro pueblo, y en unos casos hemos logrado que los gobiernos puedan hacer linderación y la titulación. Pero viene otro problema, porque hay recursos naturales estamos cerca del río. Estamos donde está el petróleo y eso ha causado nuevamente confrontación con los Estados, porque los Estados se sienten dueños de todo lo que queda en esa tierra, han hecho concesiones a las transnacionales sin respetar que existimos los pueblos indígenas, sin tomar en cuenta que estamos ahí, que necesitamos ese espacio. Porque después de explotar, cuando comienzan a abrir un pozo petrolero, cuando llegan esas compañías, llegan también trabajadores, otra gente que no es de ahí. Comienzan a apropiarse, a adueñarse, entonces nuestra gente queda sin el espacio. Todas estas cosas de antecedentes, hemos analizado de manera permanente. Cómo hacer respetar los derechos de nuestros pueblos, porque no es suficiente que solamente se nos ponga una escuela con un programa distinto, sino cómo hacer respetar los derechos, y obviamente, al hablar de política, también toca hablar de derechos de los pueblos, pero en muchos lugares, nuestro pueblo, los pueblos indígenas en diferentes países, hemos sido irrespetados porque nos han tendido que reubicar, no han reconocido nuestras tierras.

Somos un pueblo con historia (o: no somos un pueblo muerto)

Conozco en Brasil grandes masacres de pueblos indígenas, en Colombia: grandes masacres de pueblos indígenas, en Ecuador: los pueblos indígenas que están hacia el interior de la Amazonía, en plena selva, que no han sido reconocidos. No se ve afuera los asesinatos que se cometen, las desapariciones de ese pueblo no se ve. En pleno siglo XXI no podemos permitir que siga esa situación con nuestros pueblos, y eso hace que nosotros pasemos a buscar también otras propuestas, no migajas y no caridad como decimos, ni compasión para nuestro pueblo. La exigencia ha sido que nos reconozcan con los derechos en igualdad de condiciones como pueblos que somos. Nosotros no admitimos ser, ni que nos considere tampoco, como una cooperativa, como un movimiento social. Porque somos pueblos originarios que podemos ser aliados de los movimientos sociales, aliados dentro de un proceso de cambio. Somos un pueblo con historia, tenemos un idioma, tenemos

nuestras normas que se rigen como ley a lo interno, tenemos nuestro espacio territorial y nuestros gobernantes a lo interno. Entonces, no somos un pueblo muerto... y eso hace que nosotros reivindicemos otros niveles de derecho en los espacios políticos y para que no se nos diga que nosotros queremos solamente a los indios, y para no crean que si somos mayoría en algún momento vamos nuevamente a confrontarles, nosotros hemos planteado un proceso de convivencia, de coexistencia con los que no son indígenas, pero con un trato igualitario que ha sido esto del Estado plurinacional, una relación intercultural y ahí la reivindicación de unidad en la diversidad, y de ahí nuestra propuesta de reconocimiento de derechos, el derecho a ser diferentes como pueblo. Porque somos un pueblo diferente por idioma, por todo, pero igualdad como humanos, igualdad en calidad de humanos, como individuos pero diferentes como pueblos. Son derechos que queremos, que exigimos.

La unidad del pueblo para avanzar en el cambio: De igual a igual

Es verdad que con ley o sin ley, nosotros existimos y vamos a seguir existiendo. Pero queremos que esté plasmado en la constitución. Y eso ha hecho que nosotros estemos también buscando en conjunto con otros sectores. Hemos dado suficientes muestras de nuestro convencimiento de ser aliados. Que respeten ese derecho que tenemos y que, junto a ese derecho de nuestros pueblos, también tenemos como un abanico abierto [de derechos], porque nos sentimos ciudadanos ecuatorianos, porque nos sentimos con derechos de ciudadanía del quehacer político del país, y como país también hablamos de la soberanía a nivel internacional. Entonces se ha desarrollado una propuesta política que no está acabada, que hay que ir renovando. Pero también eso se re-alimenta, ya en el proceso de aliados con otros sectores, pero todavía vemos que hace falta. De ahí, para no hacer mucha historia en este sentido, creemos oportuno que, en los otros espacios sociales, no nos miren a los indios solamente como un caballo de fuerza en el cual hay que montarse para caminar. No, no queremos eso. No somos eso nosotros. Porque ha habido momentos en que el movimiento ha tenido que salir hacia las calles, hemos tenido que salir a bloquear las calles muchas veces. Hemos hecho levantamiento para hacernos escuchar, reivindicar. Y solo ahí, algunos movimientos reconocieron que existimos, se acercaron como para decir que posiblemente podíamos ser utilizados como un caballo de batalla para que lleguen al poder, pero otro, otros. Y eso hace que nosotros nuevamente reflexionemos. Nosotros no aparecimos con el levantamiento del 99²³⁸, nuestras luchas han estado desde hace mucho más de quinientos años y estamos presentes, estamos vivos, estamos aquí.

²³⁸ 1999

Pero claro, también hay gente de los otros sectores, que también son gente pobre que podemos unirnos y avanzar y ganar. [Podemos] tener un poder construido para el pueblo, no para otros. Es lo que creo que hace falta que analicen y se den cuenta que podemos ir con ese respeto, de igual a igual. El obrero tiene sus derechos de garantizar su trabajo estable, el trabajo permanente, sus salarios. Pero también hace política como país, como ciudadano nacional. Y nosotros no somos obreros, pero creemos que también tenemos el mismo derecho que todos a defender nuestros derechos como pueblo. Tenemos un punto común de ser ciudadanos ecuatorianos, [punto] en el que podemos unir las reivindicaciones propias junto a una reivindicación nacional, que creo que podemos avanzar dentro del proceso de cambio.

Y claro, también hay otra cosa: que después de haber logrado un nivel de reconocimiento, de referencia política en la opinión pública en el país, los pueblos indígenas hemos vivido un ciclón. Porque el enemigo, nosotros hemos ubicado al enemigo: el imperialismo, el capitalismo, el neoliberalismo, la derecha. Y obviamente que el enemigo se sorprende. Y el enemigo busca mecanismos para bajar nuestro nivel de lucha. Claro que internamente nuestro movimiento también fue golpeado por este ciclón político, por este virus político fue golpeado. Estamos en una etapa de convalecencia. Pero con golpes o como sea, el pueblo no pasa de moda. Nuestros derechos, como no se han cumplido, vamos a continuar defendiéndolos, y vamos a estar ahí. Pero ahí es donde se han equivocado nuestros aliados, gente de la izquierda que también habla del proceso de cambio, que en el momento que entró ese virus a nuestro movimiento, en el momento que sufrió este ciclón, cuando estábamos caídos después de este torbellino que vivimos, dijeron “están divididos”, “ya no vale la pena”, “el movimiento está debilitado”. Es parecido a lo que ocurre cuando un agricultor o un hacendado tiene su caballo, cuando está muy bueno lo monta, lo utiliza hasta donde está bien, pero si no le da de comer, si no le ha tratado bien o ese caballo está enfermo, lo mata o lo deja botado. Es algo parecido lo que hicieron con nosotros, en vez de cuidar, en vez de ayudar para que vuelva a ponerse de pie, lo que hicieron es.... ah no, ya los indios están debilitados, están divididos, entonces ya no sirven, ya no nos sirven. Entonces ya pasó la moda de los indios. Ese concepto se tiene en Ecuador. Mucha gente como aliados no han podido afirmar la alianza porque creen que ya no servimos, y se fueron con otros partidos, apoyaron a otros partidos cuando también se busca el poder. Se fueron donde el supuesto ganador en vez de construir algo propio, entonces se nota muy claro. Posiblemente son unos intelectuales que hablan bonito pero no han sido muy fieles ni firmes con sus principios. Es así como los vemos.

El Estado Plurinacional

Entonces si ha sido preocupante, y ahora, en estas circunstancias, planteamos el Estado Plurinacional. Esa exigencia es muy importante, porque nosotros estamos convencidos de que el término plurinacional permite abrir un espacio en igualdad de condiciones, con derechos para los obreros, con derechos para las mujeres, con derechos para la niñez, pero también para los indios, juntos en el nivel de la diversidad. Es allá donde apuntamos con la pluri-nacionalidad. Donde también las políticas de Estado puedan recoger términos de igualdad. No dádivas, ni maternalismo o paternalismo queremos nosotros. Queremos el término de igualdad, sentarnos en la mesa de igual a igual, donde podamos plantear, donde los pueblos indígenas también [hablemos] en economía. Nosotros podemos desarrollar una política económica alternativa. Nosotros decimos incluso que podemos realimentar el ALBA, por ejemplo. Planteamos la realimentación del ALBA desde la sabiduría de los pueblos indígenas. Porque solo se nos ve como una cultura de folklore, de costumbres, pero no ven como una base política que podríamos aportar en política económica distinta para el país.

Todo eso estamos desarrollando, que son sueños que quisiéramos que en algún momento se retome la revolución, la liberación. Si es que se habla de que ya no queremos estar de resistencias en resistencias. Pero la resistencias solamente vista desde la oposición, la resistencia vista desde un punto de vista de sobrevivencia. Nosotros creemos que ha sido una cuestión única de lucha, de vida de los pueblos, no de sobrevivencia, por eso existimos. Pero la resistencia ha sido no solo de oposición a todo mundo, la resistencia ha sido una forma también de reivindicar la vida, la identidad de nuestros pueblos, la historia, para conseguir un derecho, para conseguir que por lo menos haya un espacio de vida. Hasta cuando podemos tener lo que llaman el, o el "buen vivir" decimos, nosotros vamos a continuar con nuestra lucha. Porque también lo de la plurinacionalidad nos planteamos en un gobierno neoliberal, no es que porque un gobierno cualquiera de derecha nos ofrece la plurinacionalidad, deben creer que estamos ahí. No, no es eso. Por eso nuestra preocupación de que gente de izquierda, intelectuales, pensadores por ese cambio, por esa nueva vida, de construir un nuevo mundo, de construir una nueva América, un país diferente, con vida, con dignidad y soberanía. Queremos sentarnos a discutir sobre la plurinacionalidad. Que se debata en esos espacios también. Que incorporen a su discurso de izquierda y a su filosofía política revolucionaria, liberadora, que incorporen el debate de la plurinacionalidad. Ahora estamos en Ecuador profundizando. En Bolivia ya dio muestras el gobierno, por que es un indígena que lo ha vivido, ya lo declaró plurinacional, que es un paso muy importante.

“Que la izquierda mire un poquito más allá de la clase”

Pero el asunto no es solamente de indios y no indios, no. Yo creo que la plurinacionalidad puede ayudar y nos puede, desde nuestra visión, creemos que puede permitir una apertura mucho más avanzada en el proceso revolucionario en todos los países donde hay pueblos diferentes. Eso hay que mirar, los afros, por ejemplo, son un pueblo. Si no hay indios, hay afros, y que van a hacer entonces con los afros. Y ahora también hay pueblos que han migrado de otros países. Esos pueblos ¿cómo quedan?, se han acomodado a lo que viene, pero están negados a su identidad, están negados a su derecho y no más recibiendo lo que se viene al momento. Nosotros no queremos eso, por eso hemos planteado la plurinacionalidad, y creemos desde nuestro convencimiento. Ahora, por eso yo decía, el puro alternativas no es (suficiente). Busquen una línea política que permita esto, que no es la clase. Es cierto, la clase es la relación del obrero, del trabajador y el pobre. Y es que no es asunto del pobre y del rico, no se trata de que nosotros nos hemos hecho indios por ser pobres, por relación de trabajo no. Por eso mi exigencia a la izquierda de miren más allá de la clase. Nosotros entendemos lo de las clases, si, nos sentimos dentro de las clases oprimidas, pero a parte de ser clase, no soy dependiente trabajador, obrero. Soy un pueblo con historia, con idioma, que me hace diferente y exijo más derechos, porque dentro de los obreros, si hay un indio que no habla español y que tiene otra (forma) de pensar, otra forma de trabajar, sigo siendo diferente y requiero otra exigencia. Al igual que las mujeres por su particularidad, que va más allá de los que es clase. Pero el nivel de pueblos indios si, por eso también nuestra exigencia. Entonces creo que en estos espacios no es solo para el Ecuador, hay que ir superando a nivel del mundo. A la izquierda le estamos exigiendo mirar un poquito más allá, para que nos acerquemos y podamos sentarnos a buscar la alternativa en un proceso revolucionario, para ir juntos a la revolución. Hagamos la revolución, veamos la liberación de los pueblos, pero desde ahí. Tal vez nuestro vacío de no escribir, tenemos propuestas si. Pero todavía para plasmar mejor. Pero creo que nos podemos entender, en el momento en que miren lo que estamos haciendo. Muchas veces en las luchas los pueblos indígenas han quedado solos, cuantos indios siguen muriendo ahora. Muchas veces a nivel del mundo salimos en una marcha defendiendo el agua, que es la vida para todos, las plantas. Pero cuando muere un indio, no tenemos nadie al lado que diga que esos pueblos tienen derecho de vivir, respeten esos pueblos. Esa palabrita no hemos encontrado todavía, no hemos encontrado. Y es hacia donde exigimos también, decimos que hay cosas que ya es la vida misma de nuestros pueblos. En Brasil es diario, están acabando (con los indios). Una carta al presidente Lula sería importante para que revise por la vida de sus pueblos. Los espacios territoriales de sus pueblos. A Uribe, en Colombia, y

aquí en Ecuador también. Entonces claro, hemos tenido que salir, tenemos nuestra profesión, pero es que eso no es suficiente.

Para mí fue oportuno, yo creo que espacios como estos, en los que nos invitaron, pudimos participar, habiendo visto las resoluciones que de alguna manera fue un avance, pero aún me quedo preocupada. ¿Que tal si no veníamos los indios a charlar con ustedes?, posiblemente no estaba plasmada en esa resolución esa situación de los indios, de los derechos y menos de la plurinacionalidad. Esa es otra preocupación, porque aún nos toca estar presente, si no estamos nos olvidan rápidamente. Creo que es oportuno por eso, desde ahí que parte ser aliados. Cuando podamos estar presente lo haremos directamente, pero si no lo estamos, la tarea es que ya dentro de un proceso, como revolucionarios, como gente que queremos cambios, la liberación de los pueblos, aún en ausencia nuestra debería de hablarse de esta situación de los pueblos que seguimos vivos aún. Entonces, yo creo que es una tarea y un compromiso que hicieron y que también nosotros

Quito, Febrero de 2008